

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLOS EDUARDO ZLATIC

**A CONDIÇÃO POLÍTICA DE INFANTE NO REINO PORTUGUÊS: D.
AFONSO, SENHOR DE PORTALEGRE (1263-1312)**

CURITIBA

2017

CARLOS EDUARDO ZLATIC

**A CONDIÇÃO POLÍTICA DE INFANTE NO REINO PORTUGUÊS: D.
AFONSO, SENHOR DE PORTALEGRE (1263-1312)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciência Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof. Dra. Fátima Regina Fernandes

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Zlatic, Carlos Eduardo

A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312) / Carlos Eduardo Zlatic – Curitiba, 2017.
320 f.; 29 cm.

Orientadora: Fátima Regina Fernandes

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Afonso III, Rei de Portugal, 1210-1279. 2. Dinis, Rei de Portugal, 1261-1325. 3. Política Medieval. 4. Cultura política - Nobreza. I. Título.

CDD 940.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **CARLOS EDUARDO ZLATIC**, intitulada: "**A condição política de infante no reino português: D. Afonso, senhor de Portalegre (1263-1312)**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

CURITIBA, 07 de Abril de 2017.

FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

ADRIANA MOCELIM DE SOUZA LIMA
Avaliador Externo (PUC/PR)

MARCELLA LOPES GUIMARAES
Avaliador Interno (UFPR)

JOSÉ CARLOS GIMENEZ
Avaliador Externo (UEM)

LEONTINA VENTURA
Avaliador Externo (UC)



Em memória de meu avô, Henrique Polisei, e do medo dos que lidam
com a História: a perda das referências ao passado que faz cessar o
presente.

Em lembrança dos que contrariam ordens e pulam muros.

AGRADECIMENTOS

À Silvia Mara Maeda Zlatic, pela maravilhosa aventura que é compartilhar uma vida. A ti, todo o meu amor.

À minha mãe, Diva Marina Polisei Zlatic, pai, Miguel Imbre Zlatic, e irmã, Ellis Marina Zlatic pelo apoio incondicional, o afeto irrestrito e os abraços.

À Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes, pela amizade que sempre caminhou ao lado da orientação irreparável, proporcionando segurança para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Profa. Dra. Leontina Ventura, pelo contributo ímpar para a leitura de documentos e debates enquanto estive em Portugal e mesmo depois do meu retorno.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Adriana Mocelim, Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães e Prof. Dr. José Carlos Gimenez, pela leitura crítica e sugestões que muito auxiliaram as reflexões que se seguem.

Aos amigos de longa data e sempre presentes, André, Carol, Celso, Tábata e Renato.

Aos amigos de república e de pós-graduação, Jhonatan Cidão Souza, Noemi Santos, Thiago Possiede, Francisco Chico Atanásio e Thiago de Paula, que pelas constantes discussões e o exemplo da pesquisa desenvolvida por cada um contribuíram para a reflexão de questões debatidas no desenvolvimento dessa tese. E ainda, Igor dos Santos, Vinícius Prado, Sérgio Angelo e Evander Ruthieri.

Aos amigos do NEMED – Núcleo de Estudos Mediterrânicos –, Eliane Veríssimo, André Siqueira, Vanessa Fronza, Guilherme Floriani Saccomori, Cynthia Valente, pelos debates sempre muito animados.

A Wellington Bernardelli Gogó Silva Filho, pela amizade e disposição em me ajudar durante todo o tempo em que estive em Portugal e mesmo depois de meu retorno, minha gratidão.

A Danilo Medeiros Gazzotti, pela grande ajuda que me prestou com o envio de material de pesquisa.

Aos funcionários das instituições em que estive: Universidade Federal do Paraná, Universidade de Coimbra, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal. Sempre muito solícitos, auxiliaram nas questões burocrático-documentais e no desenvolvimento de minhas pesquisas, especialmente Maria Cristina Parzowski, responsável pela secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR.

Aos familiares, eterno vínculo de amizade e garantia de sorrisos.

À CAPES, pelo apoio econômico a mim oferecido, possibilitando o acesso a fontes e bibliografia, assim como o tempo para refletir, ação essencial de pesquisa.

“[...] o erro e a ilusão se caracterizam por não se
manifestar como o erro e a ilusão [...]

Edgar Morin

RESUMO

A corrente tese pretende desenvolver a abordagem da trajetória política de D. Afonso, segundogênito de Afonso III e de D. Beatriz – filha natural do rei Alfonso X de Castela –, senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, com o intuito de compreender qual a condição sócio-política de infante na sociedade medieval portuguesa do século XIII. Ator de primeiro plano no cenário político português dessa centúria, aquele infante recebeu do pai um amplo domínio senhorial na zona fronteiriça luso-castelhana, de onde passou a atuar como elemento contestador da autoridade régia logo em seguida a ascensão do trono por seu irmão, o rei D. Dinis. Politicamente vinculado ao reino castelhano pela relação de parentesco e pelas alianças político-matrimoniais que buscou estabelecer com membros da alta nobreza castelhana, D. Afonso atuou como elemento promotor de agitações sociais ao desafiar a autoridade régia portuguesa por três vezes: em 1281, 1287 e 1299. Cada um desses episódios foi motivado tanto pelo contexto interno ao reino de Portugal, marcado pela centralização régia, quanto pelo externo, destacadamente pelo cenário político de Castela, conturbado pelos reiterados atos de contestação do poder régio por parte da nobreza. Sob o pano de fundo desse contexto sócio-político ibérico, este estudo recorreu aos pressupostos historiográficos da Nova História Política e da Nova História Cultural como referenciais metodológicos, opção que orientou essa pesquisa no sentido de compreender os conceitos na perspectiva da temporalidade própria ao medievo, o recurso a prosopografia a fim de construir as vinculações sociais mantidas por D. Afonso junto aos membros da nobreza portuguesa e castelhana, e relações e conflitos políticos do infante português com os reis de Portugal e de Castela. Para tanto foram buscadas fontes documentais medievais, compilações genealógicas e crônicas que, amparadas pelo contributo dos referenciais bibliográficos, possibilitaram o desenvolvimento dessa tese. Cumpridos os propósitos investigativos, os resultados obtidos demonstram que o pertencimento dos infantes à linhagem régia lhes garantia condições favoráveis ao seu estabelecimento nas posições mais elevadas da escala social. Contudo, a manutenção de seu estatuto nobiliárquico estava condicionada ao seu protagonismo e ação política em correlação de forças com os demais atores sociais daquela sociedade, cenário que poderia contribuir para a perda do estatuto social pelos infantes, como ocorreu com D. Afonso, repetidamente derrotado e diminuído em seu poder nobiliárquico pelo seu irmão, o rei.

Palavras-chave: Infante, D. Afonso, D. Dinis, Política Medieval, Nobreza.

ABSTRACT

The current thesis intends to develop the approach of the political trajectory of D. Afonso, second son of Afonso III and D. Beatriz - natural daughter of King Alfonso X of Castile -, lord of Marvão, Portalegre and Arronches, with the intention of understanding the infant's socio-political status in the medieval Portuguese society of the thirteenth century. A leading figure in the Portuguese political scene of this century, that infant received from his father a large landlord in the Luso-Castilian frontier zone, where he began to act as a protester of the royal authority immediately after the accession of the throne by his brother, King D. Dinis. Politically linked to the Castilian kingdom by the relation of kinship and political-marriage alliances he pursue to establish with members of the Castilian high nobility, D. Afonso acted as a promoter of social riots by challenging Portuguese royal authority three times: in 1281, 1287, and 1299. Each of these episodes was motivated both by the internal context to the kingdom of Portugal, marked by royal centralization, and by the external, especially by the political scene of Castile, troubled by the repeated acts of protest of royal power by the nobility. Under the background of this socio-political Iberian context, this study appealed to the historiographical assumptions of the New Political History and New Cultural History as methodological references, an option that guided this research in the sense of understanding the concepts in the perspective of temporality proper to the Middle Ages. The use of prosopography in order to build the social ties maintained by D. Afonso with the members of the Portuguese and Castilian nobility, and political relations and conflicts of the Portuguese infant with the kings of Portugal and Castile. Therefore, we searched for medieval documentary sources, genealogical and chronic compilations that, supported by the contribution of bibliographical references, enabled the development of this thesis. Once the investigative purposes were fulfilled, the results showed that the infants' belonging to the royal line assured them conditions favorable to their establishment in the higher positions of the social scale. However, the maintenance of its nobility status was conditioned by its protagonism and political action in correlation of forces with the other social actors of that society, a scenario that could contribute to the loss of the social status by the infants, as happened with D. Afonso, repeatedly defeated and diminished in his nobility power by his brother, the king.

Keywords: Infant, D. Afonso, D. Dinis, Medieval Politics, Nobility.

RESUMEN

La presente tesis tiene como objetivo desarrollar el enfoque de la trayectoria política de D. Afonso, segundogénito de Alfonso III y Beatriz - hija natural del rey Alfonso X de Castela - señor de Marvão, Portalegre y Arronches, con el fin de entender cuál la condición socio-política de los infantes en la sociedad medieval portuguesa del siglo XIII. Actor de primero plano en la escena política portuguesa de este siglo, ese infante recibió de su padre un gran dominio señorial en la zona fronteriza luso-castellana, dónde comenzó a actuar como elemento de oposición de la autoridad regia poco después de la ascensión al trono por su hermano, el rey D.Dinis. Políticamente vinculado al reino castellano por relación de parentesco y las alianzas político-matrimoniales que buscó establecer con los miembros de la alta nobleza castellana, D. Afonso actuó como elemento promotor de agitación social para desafiar la autoridad regia portuguesa en tres ocasiones: 1281, 1287 y 1299. Cada uno de estos episodios fue motivado tanto por el contexto interno al reino de Portugal, marcada por la centralización regia, como por lo escenario político externo de Castilla, conturbado por los repetidos actos de contestación del poder regio por la nobleza. En virtud de los antecedentes de este contexto sociopolítico ibérico, este estudio utilizó los presupuestos historiográficos de la Nueva Historia Política y de la Nueva Historia Cultural como marco metodológico, opción que guió esta investigación con el fin de entender los conceptos en la perspectiva de la temporalidad de la Edad Media, el uso de la prosopografía para construir las vinculaciones sociales mantenidas por D. Afonso con los miembros de la nobleza portuguesa y castellana, y las relaciones y conflictos políticos del infante portugués con los reyes de Portugal y Castilla. Para esto, hemos tratado de fuentes documentales medievales, compilaciones genealógicas y crónicas que, amparadas por las referencias bibliográficas, permitió el desarrollo de esta tesis. Cumplidos los propósitos de la investigación, los resultados obtenidos demuestran que la pertenencia de los infantes al linaje real les garantizaba condiciones favorables para su establecimiento en los puestos más altos de la escala social. Sin embargo, el mantenimiento de su estatuto nobiliario estaba condicionado a su participación política y la acción en la correlación de fuerzas con otros actores sociales de aquella sociedad, un escenario que podría contribuir a la pérdida de la condición social de los infantes, tal como ocurrido con D. Afonso, derrotado en varias ocasiones y disminuido en su poder nobiliario por su hermano, el rey.

Palabras clave: Infante, D. Afonso, Dinis, Política Medieval, nobleza.

SIGLAS

BChr.A	Breve Chronicon Alcobacense
BSS	Brasões da Sala de Sintra
CAX	Crónica de Alfonso X
Ch.AfIII	Chancelaria de Afonso III
Ch.DD	Chancelaria de D. Dinis
Chr.Con	Chronicon Coninbricense
Cr.1344	Cronica Geral de Espanha de 1344
Cr.DD	Crónica de D. Dinis
Cr.RP	Primeira parte das Chronicas dos reis de Portugal
Cr.SPRP	Crónicas Dos Sete Primeiros Reis De Portugal
CRC	Crónicas de los reyes de Castilla
FC-F	Feitos da Coroa-Forais
FRAG	Fragmentos
GAV	Gavetas da Torre do Tombo
HGCL	Historia Genealogica de la Casa de Lara
HGCRP	História Genealógica da Casa Real Portuguesa
LE	Libro de los Estados
LF	Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal [...]
LLCDP	Livro de Linhagens do Conde D. Pedro
LLP	Livros das Leis e Posturas
LLRDD	Livro das Lezírias d'El-Rei D. Dinis
LN	Livro da Noa
LP	Livro dos Pregos
LV	Livros Velhos de Linhagens
MFIV	Memorias del Rey D. Fernando IV de Castilla
ML	Monarquia Lusitana
OACSB	Ordem de Avis - Convento de São Bento de Avis
PHGCL	Provas da Historia Genealogica da casa de Lara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. O INFANTE D. AFONSO, SEGUNDOGÊNITO DE AFONSO III	30
1.1. O conceito de infante.....	30
1.2. O lugar social do segundogênito nos séculos XIII e XIV em Portugal.....	35
1.2.1. O segundogênito e a sucessão ao trono régio.....	36
1.2.2. A linhagem nobre e a posição social do segundogênito	45
1.3. As doações ao infante D. Afonso	54
1.3.1. As outorgas.....	55
1.3.2. A tipologia da doação	60
1.4. O infante como extensão da Corte	68
1.4.1. Política externa	69
1.4.2. A política interna de Afonso III	77
CAPÍTULO 2. D. AFONSO E O REI D. DINIS: OS CONFLITOS NO ABRIR DO NOVO REINADO	89
2.1. Legitimidade e disputa pelo trono.....	90
2.2. O conflito de 1281.....	96
2.2.1. O conflito e a composição.....	96
2.2.2. Torre e muralha: materialização de poderes em disputa.....	99
2.2.3. Fronteira, espaço de disputa entre o infante e o rei	106
2.2.4. D. Afonso, vassalo do rei D. Dinis	111
2.3. Os vassalos do infante D. Afonso perante D. Dinis	125
2.3.1. Os vassalos associados ao infante D. Afonso	126
2.3.2. Os cavaleiros e a vassalagem ao rei e aos grandes senhores	133
2.4. O conflito de 1281 e o contexto político ibérico.....	138
CAPÍTULO 3. A LINHAGEM, O CASAMENTO E AS ALIANÇAS POLÍTICAS DO INFANTE D. AFONSO.....	147
3.1 Linhagem e poder simbólico.....	147
3.2. O casamento medieval: normativa eclesiástica e estratégias nobiliárquicas	157
3.3 O matrimônio do infante D. Afonso: datação, descendência e legitimidade.....	168
3.3.1. O casamento de D. Afonso com D. Violante: datação e prole.....	168
3.2.2. A legitimidade da linhagem	179
3.4. A aliança político-matrimonial com a nobreza castelhana	183
3.4.1. Os casamentos de D. Afonso e de suas filhas	184
3.4.2. Cultura política e aliança nobiliárquica	206

CAPÍTULO 4 – O INFANTE D. AFONSO ENTRE OS REINOS DE PORTUGAL E CASTELA	218
4.1. A revolta de 1287	218
4.1.1. A política de Sancho IV e a revolta de D. Alvar Núñez de Lara	219
4.1.2. A política centralizadora de D. Dinis e os interesses nobiliárquicos de D. Afonso	221
4.1.3. O desenvolvimento dos conflitos e o cerco a Arronches	227
4.1.4. A composição entre o infante D. Afonso e o rei D. Dinis	230
4.1.5. A derrota do infante D. Afonso e sua aproximação ao reino de Castela	238
4.2. Os precedentes da última contenda	241
4.2.1. Mudanças na configuração dos vassalos do infante D. Afonso	241
4.2.2. As rendas de Lourinhã e a aquisição de terras	247
4.2.3. A posse e a perda da tenência.....	255
4.3. A definição de limites e seus conflitos: o Tratado de Alcañices e o cerco a Portalegre	265
4.3.1. A guerra civil castelhana e a atuação política de D. Dinis.....	265
4.3.2. O conflito de 1299 e suas consequências.....	276
4.4 Os anos em Castela e a morte do infante D. Afonso.....	287
CONCLUSÃO.....	302
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	309

INTRODUÇÃO

No decurso do século XIII a História do reino de Portugal foi marcada por repetidos episódios de conflito entre os reis portugueses e os segundogênitos régios. Afonso II teve o seu reinado transpassado pelos conflitos travados contra as irmãs; o seu sucessor, Sancho II, terminou seus dias em Castela, derrotado na guerra civil pelo irmão, o futuro Afonso III; os filhos deste monarca tampouco mantiveram convívio fraterno: por três vezes o rei D. Dinis pegou em armas para cercar seu irmão, o infante D. Afonso.

Quando tomadas em conjunto, essas reiteradas ocasiões de conflito revelam o papel político de primeiro plano sustentado pelos segundogênitos régios que, excluídos da sucessão ao trono, assumiram a posição de responsáveis pelos mais contundentes ataques contra a autoridade régia, transferida ao primogênito. Compreendido dessa perspectiva, não seria exagero afirmar que, para o caso do reino de Portugal, o século XIII foi o tempo dos infantes. Esse denotado protagonismo não fez surgir, contudo, o interesse dos medievalistas portugueses pela figura dos filhos segundos dos reis.

A esse respeito, a obra mais antiga encontrada por nós remonta ao ano de 1894. Intitulada *Infantes Portuguezes*, o seu autor, Antonio Francisco Barata, elaborou uma narrativa em torno da trajetória de D. Pedro e D. Fernando, filhos de Sancho I; D. Fernando, infante de Serpa, rebento de Afonso II; D. Fernando, o infante Santo, descendente de D. João I; e D. Pedro, o Condestável, herdeiro do infante D. Pedro, todos eles retratados com adjetivos dignificantes¹. O interesse pela problemática dos segundogênitos régios não parece ter resistido à passagem do século XX.

As grandes obras de síntese anteriores aos anos de 1980, como as de Alexandre Herculano², Joaquim Veríssimo Serrão³ ou Oliveira Marques⁴, homonimamente intituladas *História de Portugal*, apresentam um viés interpretativo comprometido com a investigação dos temas da nacionalidade: a ideia de pátria, a constituição da nação, o desenvolvimento das instituições. Essa perspectiva historiográfica produziu abordagens demasiadamente centradas na figura do monarca, de quem tudo emana e para quem tudo converge, e relegou papel secundário à atuação política da nobreza, clero ou mesmo dos membros da linhagem régia, colocando-os como forças a serem vencidas pelos reis de Portugal no caminho da formação do Estado português.

¹ BARATA, 1984.

² HERCULANO, s.d.

³ SERRÃO, 1978.

⁴ MARQUES, 1977.

A partir dos anos 80 do século XX, a historiografia medieval lusa passou por uma renovação, em consequência da ampliação dos temas de pesquisa, a tipologia das fontes e as metodologias de abordagem⁵. No que toca a problemática acerca da nobreza medieval portuguesa, cara a essa tese, as pesquisas de José Mattoso representaram o ponto de viragem no que toca a temática, a partir de quando os métodos historiográficos se aproximaram dos antropológicos, como fazia Goerges Duby na França, para trazer a tona o grupo nobiliárquico em suas relações com o rei e a Corte régia, a formação das linhagens, a sua estratificação social, o domínio sobre a terra, os códigos de conduta⁶.

A renovação dos estudos da nobreza medieval portuguesa foi continuada nas décadas seguintes não apenas por José Mattoso, mas por medievalistas que lograram aprofundar os estudos começados por aquele historiador português. As pesquisas de Leontina Ventura acerca da corte régia de Afonso III e as de José Augusto de Sotto-Mayor Pizarro a respeito da de D. Dinis contribuíram de maneira ímpar para o avanço das pesquisas acerca das relações régio-nobiliárquicas e internobiliárquicas. Igualmente reveladoras, foram os estudos em torno da constituição das linhagens nobres, trajetórias individuais e da cultura e códigos sociais dos nobres, levados a cabo por Adriana Mocelim, Bernardo de Sá-Nogueira, Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Fátima Regina Fernandes, José Carlos Gimenez, Luis Krus, Marcella Lopes Guimarães, Maria de Lurdes Rosa ou Rita Costa Gomes – apenas para ficarmos com nomes que constituem o referencial bibliográfico dessa tese.

As pesquisas em torno da nobreza portuguesa e suas linhagens apenas eventualmente tocaram nos debates a respeito de uma categoria social igualmente pertencente ao grupo nobiliárquico: os filhos dos reis. Os segundogênitos régios não ficaram excluídos das abordagens dos medievalistas portugueses: Fernando Félix Lopes desenvolveu o essencial estudo sobre o infante D. Afonso, irmão do rei D. Dinis⁷, assim como recentemente o fez Miguel Gomes Martins⁸; Humberto Baquero Moreno voltou seu olhar para o infante D. Pedro, duque de Borgonha⁹; Armando de Sousa Pereira tratou do infante D. Fernando, senhor de Serpa¹⁰; João Luís Inglês Fontes buscou compreender o processo de elevação do infante D. Fernando a *Infante Santo*¹¹.

⁵ Para um estudo mais detalhado a respeito da historiografia concernente aos estudos medievais em Portugal, veja: MATTOSO, 2011.

⁶ MATTOSO, 2011, 402-408.

⁷ LOPES, 1997, p. 197-221.

⁸ MARTINS, 2013, p. 151-172.

⁹ MORENO, 1997.

¹⁰ PEREIRA, 1998, p. 95-121.

¹¹ FONTES, 1999.

Todas essas abordagens lançaram luz sobre a figura social dos segundogênitos régios, tantas vezes eclipsados por abordagens focadas nos primogênitos herdeiros do trono, e fizeram emergir do emaranhado de vidas que compõem um contexto histórico, as trajetórias pessoais daqueles nobres de sangue real. Pese esse contributo, os debates historiográficos pouco fizeram avançar o entendimento acerca do estatuto social, político, econômico e cultural próprio aos infantes medievais portugueses, e será justamente sobre essa problemática que essa tese buscará deter-se.

Não se trata, com essa proposta, de elaborar as trajetórias políticas de todos os infantes da Idade Média portuguesa, senão de eleger um segundogênito régio, e então analisa-lo sob a perspectiva das relações entre o seu estatuto social, político, econômico e cultural e o contexto histórico de sua existência. Assim procedendo, optamos pelo estudo do infante D. Afonso, filho segundo de Afonso III e irmão do rei D. Dinis, que viveu de 1263 a 1312. Estes são, portanto, o objeto central e o recorte temporal dessa tese.

Essa opção não foi fortuita. Durante meu mestrado, eu e meu orientador, José Carlos Gimenez, redirecionamos o plano de dissertação no sentido de observar o reinado de D. Dinis a partir de suas relações com seu irmão, D. Afonso. Ou seja, buscamos compreender o governo dionisino a partir das disputas no seio da linhagem régia. Naquela altura, o curto tempo de duração da pesquisa e a pouca disponibilidade de acesso às fontes e bibliografia a respeito do segundogênito de Afonso III foram fatores que nos levaram a privilegiar o entendimento daquela problemática na perspectiva dos interesses do poder régio, mais bem documentado e estudado pelos medievalistas portugueses e brasileiros que a trajetória daquele infante. Acabamos por incorrer, desse modo, na adoção daquela perspectiva de análise que concebe a realidade histórica medieval como produto da ação dos suseranos.

A autocrítica pós-dissertação me levou a pensar na possibilidade de buscar formas de tomar distância da figura centralizadora de D. Dinis para aproximar da perspectiva de ação política a partir do lugar social do infante D. Afonso, instigado também pela tese desenvolvida por José Carlos Gimenez¹², que logra colocar a rainha D. Isabel, esposa daquele rei de Portugal, no centro da conjuntura histórica experimentada pela Península Ibérica em finais do século XIII e princípios do XIV.

Com a entrada no doutorado, orientado por Fátima Regina Fernandes, que antes havia sido orientadora de José Carlos Gimenez, e diante da oportunidade de pleitear um auxílio econômico para estágio de pesquisa em Portugal, confirmou-se aquela intenção de pesquisa.

¹² GIMENEZ, 2005.

A concessão de uma bolsa pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)-CAPES e o consequente acesso aos arquivos, bibliotecas e reuniões com medievalistas portugueses, marcadamente com Leontina Ventura, que me tutorou enquanto estive no alémmar, contribuíram para a ampliação das possibilidades de entendimento da trajetória política do infante D. Afonso.

Diante das possibilidades de análise abertas ao nosso objeto, chegamos a considerar abordar a figura de D. Afonso a partir do viés biográfico. Reavaliada essa ideia, optamos por proceder com um estudo centrado na trajetória política daquele segundogênito régio a partir da perspectiva do estatuto social experimentado por aqueles que, como ele, partilhavam da condição de infante. Nesse ponto é preciso duas salvaguardas.

Primeiramente, não se pretende promover uma narrativa elogiosa em torno da vida de D. Afonso, fazendo dele um exemplo glorioso de agente histórico aos moldes do ideário da *história mestra da vida* – *historia magistral vitae* – anunciado por Cícero e esteio das abordagens dos grandes personagens da História, desenvolvidas ao longo do período moderno e ainda presente no contemporâneo¹³. Ainda que quiséssemos enveredar por esse caminho, a sequência de fatos que constitui a trajetória política de nosso objeto, marcada por subseqüentes derrotas, veda qualquer possibilidade de produzir uma peça laudatória a seu respeito; em certa medida, seus maiores feitos foram seus fracassos.

Contudo, é justamente no elemento da falibilidade das pretensões política de D. Afonso que reside a potencialidade oferecida por seus atos para avançar na compreensão da categoria social de infante na medievalidade portuguesa. A sequência de derrotas sofridas por ele possibilita compreender sua trajetória política como um espelho em negativa da condição social dos infantes na Idade Média portuguesa, funcionando como um contraste entre a possibilidade de emprego do poder nobiliárquico pelos infantes e a sua efetivação. Esse enunciado nos leva à segunda salvaguarda.

Não se pretende, com essa perspectiva de análise, contrapor a figura de D. Afonso a um *tipo ideal*¹⁴ de infante medieval. Ou seja, não se trata aqui de fazer dessa categoria social, uma régua que atue em função de mensurar a distância entre as expectativas de uma abstração teórica a respeito do segundogênito régio ideal e a prática das ações que constituem a trajetória política de nosso objeto. Em outras palavras, não pretendemos inserir o filho

¹³ KOSELLECK, 2006, p. 43-47.

¹⁴ Por *tipo ideal* queremos nos referir ao instrumento de análise empregado por Max Weber o comportamento dos protestantes no contexto da emergência do capitalismo, como visto em seu clássico *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. No método desse sociólogo, aquele conceito representa uma abstração teórica composta pelos elementos definidores mais significativos de uma ocorrência social, com vistas a estabelecer um modelo analítico (SCHIERA, 1998, p. 1215).

segundo de Afonso III em um modelo, mas compreender a sua trajetória política e, com isso, contribuir para uma proposta de entendimento da figura social do infante na sociedade medieval portuguesa.

A almejada observância das tomadas de posição do próprio infante D. Afonso não incorre em negligenciar os demais atores sociais do século XIII. Para isso, olharemos para nosso objeto a partir da experiência daquele viajante que, ávido por dragar a luz de tudo que vê para os buracos negros de seus olhos, se vislumbra com as dimensões daquele imenso quadro exposto na sala doze e caminha na direção dele, hipnotizado pela figura da infanta a ocupar seu centro – o ponto mais iluminado. Se seu rosto quase toca a tela e sua visão corre por sobre os traços alvos da retratada, não demora muito a perceber que daí perderá a visão geral da obra. Será preciso dar alguns largos passos para trás e assim notar com maior nitidez o ambiente que circunda aquela pequena figura de vestido: as donzelas que a cercam e servem; a camareira-mor; o guarda-damas; a duvidosa figura que se posta à porta; o pintor; e, escondido do espectador desatento, o reflexo do rei e da rainha no espelho.

A fim de cumprir com essa proposta, adotamos como referencial teórico as novas perspectivas historiográficas a respeito da História Política e da História Cultural, especialmente do entendimento gerado pela aproximação desses dois vieses a respeito de cultura política. Isto posto, nossa opção metodológica se apoia sobre os conceitos operacionais de *Poder e Cultura*.

Marx Weber definiu aquele primeiro conceito da seguinte forma: “Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”¹⁵. Explicação curta, mas suficientemente compatível com a polissemia daquele termo, constatação que implica na demanda de sermos mais precisos, adotando a explicação de poder social oferecia por Mario Stoppino:

Se o entendermos [o poder] em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do Poder social.¹⁶

¹⁵ “Poder significa la probabilidad de imponer la propia voluntad, dentro de una relación social, aun contra toda resistencia y cualquiera que sea el fundamento de esa probabilidad” (WEBER, 1964, p. 43).

¹⁶ STOPPINO, 1998, p. 933.

Assim sendo, prossegue o autor, não existe a possibilidade de guardar o *poder* – ora, esse não é um atributo palpável –, mas de exercê-lo, o que implica em afirmar a sua existência dentro de um sistema em que o seu detentor tem condições de induzir outrem a comportar-se no sentido que é impelido por aquele que o subjuga; “o Poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas”¹⁷.

Entendido dessa forma, o *poder* reside na capacidade de intencionalmente determinar o comportamento de outro indivíduo, sendo que, no primeiro momento, quando existe apenas a intenção de agir sobre outrem, o *poder* é uma possibilidade, ao passo que, depois de praticado o ato, o poder passa a ser um exercício. Em síntese: a existência do *poder* está condicionada à necessidade de um ator social impor-se sobre o outro¹⁸.

Quanto a nós, compreendemos *poder* enquanto a capacidade de alcançar um objetivo previamente estabelecido, motivado por um ímpeto ou tomada de posição, superando as forças que se colocam em contrário ao objetivo previsto. Assim sendo, o poder de um dado ator social é estabelecido em relação às ações de outros atores sociais que, assim como ele, são igualmente movidos por intenções próprias. Portanto, em meio a essa miríade de iniciativas, os viventes de um dado contexto social – no caso dessa pesquisa, a Idade Média – buscam congregar atributos em torno de si que os tornem capazes de superar as adversidades – representadas por outros sujeitos – que se elevam enquanto obstáculos a sua capacidade de *poder*.

Quando ao segundo conceito, *cultura*, sua definição tem mostrado ser uma tarefa espinhosa. Peter Burke chamou atenção para o problema suscitado pelo emprego daquele termo que, polissêmico, atualmente é interpretado por antropólogos e historiadores como comportamentos aprendidos no interior de uma sociedade, entendimento que abarca todas as ações e noções sociais¹⁹. Mais preciso, Jörn Rüsen anunciou o seu entendimento acerca da definição de *cultura* da seguinte maneira, em palestra proferida na Universidade Federal do Paraná:

Na literatura a respeito de cultura, você sempre encontra o enunciado de que é impossível definir o que é cultura. Então você pode ler em livros e há setenta ou oitenta diferentes definições de cultura em cultura antropológica, então cultura é tudo e nada. Esqueça! Há uma clara definição do que cultura. Cultura é geração de sentido humano, ponto final. Nós temos que criar sentido do mundo e de nós mesmos, a fim de viver nossas vidas [...].²⁰

¹⁷ STOPPINO, 1998, p. 934.

¹⁸ STOPPINO, 1998, p. 934-935.

¹⁹ BURKE, 1989, p.21.

²⁰ RÜSEN, 2014.

Pese o teor elucidativo dessa afirmação, o seu teor contempla um amplo entendimento que não reduz a polissemia que o conceito de *cultura* ganhou na contemporaneidade. Feita essa constatação, e para mais bem definir nosso referencial metodológico, optamos por nos alinhar a perspectiva de análise historiográfica pautada na ideia de cultura política.

A partir de meados do século XX, os novos olhares lançados pelos historiadores dos *Annales* e da *New Left Review* sobre a História política tradicional renovou esse campo e fez surgir o que se passou a chamar de Nova História Política. Esta se distanciou dos grandes nomes e líderes para fragmentar a ideia de poder, passando a considerar os agentes históricos em suas inter-relações, agrupados em classes ou grupos sociais e detentores de interesses múltiplos que, a partir de seu choque, formavam a realidade do contexto temporal em que se inseriam²¹.

Esse movimento de renovação não ficou restrito ao caráter político da historiografia, podendo também ser visto no campo cultural e na emergência da Nova História Cultural. Expoentes como Michel de Foucault, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Edward Thompson e Carlo Ginzburg lançaram mão de ferramentas de análise pautadas nas ideias de representação, de micro poder, de práticas diversas entre os atores sociais, da preocupação com os símbolos, com a linguagem enquanto veículo de expressão da cultura – e aqui a chamada História dos Conceitos, praticada por Reinhart Koselleck²².

Do contato dessas duas vertentes historiográficas emergiu o conceito de cultura política²³, assim definido por Serge Berstein:

No centro da nova atenção dada doravante pelos historiadores ao fenómeno cultural, a cultura política ocupa pois um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenómenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações de sociedade, do lugar que nele têm e da sua imagem que têm de felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo, que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões de actos políticos que surgem, pelo contrário, como epifenómenos²⁴.

²¹ FALCON, 1997, p. 69-81.

²² BARROS, 2011, p. 38-63.

²³ BARROS, 2011, p. 39.

²⁴ BERSTEIN, 1998, p. 363.

Alinhados a esse entendimento, compreenderemos a cultura política enquanto conjunto de concepções formuladas por atores ou grupos sociais a partir de suas próprias experiências de relação com a sociedade na qual ele se insere. A partir disso, eles estabelecem para si uma leitura da realidade histórica que, fundada em um conjunto próprio de crenças simbólicas e ideários políticos, econômicos e sociais, os orienta em suas tomadas de posição e expectativas de ação, assim determinando quais os atos a serem executados para que se possa lograr atingir o objetivo previamente estabelecido.

Pelo prisma da cultura política se buscará desvelar a dupla posição ocupada pelo infante D. Afonso na realidade histórica própria do século XIII: de um lado enquanto membro da nobreza – estrato social que, por seu poder, privilégios e influência figura como elemento fundamental da estrutura política da Idade Média²⁵ –, condição que o coloca em posição de concorrência com os demais nobres inseridos no interior desse grupo; e de outro, enquanto ator social que partilhava do ideário de lugar social partilhado pelos integrantes do estamento nobiliárquico, no interior do qual ele disputa o seu lugar de poder.

Ainda há pouco afirmamos o intento de observar a trajetória política do infante D. Afonso a partir de suas tomadas de posição, e agora o inserimos em duas instâncias sociais: a nobreza e a própria sociedade. Seria essa uma contradição declarada? Não. É preciso não perder de vista que, como apontado por Aaron Gourevitch, em todas as épocas a sociedade foi formada por pessoas, as quais interiorizam a cultura e o sistema de valores sociais; a individualidade – capacidade de autorreflexão que induz a afirmação do ser pensante enquanto *eu* particular e único – emerge somente em finais da Idade Média e marcadamente no período seguinte, fazendo nascer o indivíduo²⁶ – esse monstruoso deus da autodeterminação capaz de se lançar acima da coletividade que a modernidade faz nascer do tecido histórico.

O nobre do século XIII se via inserido em espaços e grupos de sociabilidade que o vinculava em círculos de relações sócio-políticas que, desde o menor para o maior – ou do mais restrito ao mais amplo –, eram representados pela parentela, o meio local – povo, paróquia, senhorio –, as regiões ou cidades, o reino e o Ocidente Medieval – enquanto unidade de valores espirituais e de negociações econômicas e sócio-políticas²⁷. Essas são as camadas, os tons de inter-relações sociais que perpassam as tomadas de posição do infante D. Afonso.

²⁵ MOXÓ, 1969, p. 5-6.

²⁶ GOUREVITCH, 2006, p. 621.

²⁷ MITRE FERNANDEZ, 1997, p. 39-40.

Essa dupla constatação – acerca dos círculos de sociabilidade de nosso objeto e dos conceitos que separam nossa contemporaneidade da medievalidade – implica em dois exercícios caros a essa tese: o primeiro, de mapear aquelas pessoas que estavam ligadas ao infante D. Afonso por consanguinidade, alianças político-matrimoniais ou vassalagem – para o que recorreremos à prosopografia; o segundo, o da estreita delimitação dos conceitos documentais em sua acepção própria ao contexto medieval – cujo esclarecimento se buscará no cuidado linguístico.

A prosopografia, também chamada de biografia coletiva ou análise de carreira, é uma ferramenta metodológica que possibilita, nas palavras de Lawrence Stone:

[...]a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante²⁸.

Ainda segundo aquele autor, a prosopografia toca duas questões centrais do pensamento historiográfico: o problema das *origens da ação política* e da *mobilidade social*. O método prosopográfico é um recurso ao qual recorrem os historiadores das elites de poder, e em menor medida os que voltam sua atenção para as massas, de recolher e organizar dados em torno de grupos de indivíduos feitos objetos de estudo; informações que deverão ser investigadas e categorizadas de acordo com genealogia, ação política, e outros critérios que se mostrem pertinentes ao estudo dos elementos que fornecem coesão ao grupo²⁹.

A prosopografia figura como importante ferramenta de análise disponível ao medievalista, crescentemente utilizada a partir do século XX. O método prosopográfico se constitui como sociografia, enquanto dedicado a detecção e catalogação de atores sociais com aspectos comuns capazes de serem comparados – função, atividade, cargos –, assim marcando de cores vivas os fios do tecido social que ligam aquelas pessoas selecionadas pelo historiador para depositar seu olhar mais cuidadoso³⁰.

A prosopografia se mostra particularmente profícua quando aplicada à análise da sociedade medieval ao possibilitar a identificação do homem medieval não enquanto indivíduo isolado, mas como membro participante de uma solidariedade de grupo – vínculos

²⁸ STONE, 2011, p. 115

²⁹ STONE; 2011, p. 115-137.

³⁰ FERNANDES, 2012, p. 11-21.

parentais, matrimoniais, linguísticos –; relações que se mostram enquanto elemento de estabilização e estruturação da dinâmica política na Idade Média, tornando visíveis os jogos de poder entre reis e nobres³¹.

O recurso à linguística, por sua vez, se mostra relevante, pois, como chamou atenção Marc Bloch, “[...] para o grande desespero dos historiadores, os homens não tem o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário”³². Assim, o léxico feudal ocupa papel importante nas análises dos medievalistas, marcadamente dentre aqueles que estudam as relações entre os grupos consanguíneos, e os integrantes de cada uma dessas células. Por meio desse cuidado com os conceitos passa a ser possível distanciarmo-nos da contemporaneidade de um significado de um determinado termo conceitual, e assim nos aproximar do sentido que essa mesma palavra possuía entre os viventes do medievo – sem perder de vista que a documentação privilegia determinadas camadas sociais da Idade Média, em detrimento de outras, o que se reflete num maior conhecimento historiográfico dos grupos de elevado estatuto social, decrescendo para os mais baixos em consequência da menor disponibilidade de fontes. Esse maior favorecimento proporcionado pelo volume documental ao entendimento das elites de poder não implica em admitir a existência de amplos dados sobre todos os indivíduos desses altos estratos, que podem ser inexistentes ou esparsos.

O fino espectro de existência histórica do infante D. Afonso nos é revelado pelos registros de outras instâncias de autoridade medieval, ora em documentos régios, ora nos de ordens militares religiosas. Assim, vemo-lo através de um pesado filtro: o dos interesses dessas instituições em manter a memória das ações do objeto central dessa tese tão somente quando a elas interessava mostrar os atos por ele praticados. Dessa maneira, nos é vedado o conhecimento das intenções daquele que é por excelência o ator social desse estudo; avistamo-lo senão em breves aparições, ora nasce, ora recebe importantes domínios senhoriais, ora tratava suas guerras contra o irmão e rei D. Dinis, ora estava em Portugal, depois em Castela, e daí retorna, ora empresta, ora cobra, ora testemunha. Contudo, mais do que essas presenças pontuais, têm-se os seus lapsos. Onde ele estaria quando as outras memórias dele não nos revela nada? Não o sabemos.

Apresentados os pressupostos teóricos e as ferramentas metodológicas norteadores dessa pesquisa, é sobre as fontes que todos esses instrumentos de trabalho irão operar. A escolha do *corpus* documental que alicerça as interpretações historiográficas acerca da trajetória política do infante D. Afonso se justifica pelas características desse ator social.

³¹ FERNANDES, 2012, p. 14-16.

³² BLOCH, 2001, p. 59.

Segundogênito e contestador da autoridade régia, as chancelarias dos reis de Portugal são o lugar por onde se iniciou a busca por sua existência histórica.

A Chancelaria de Afonso III, em edição publicada e transcrita pelo rigor de Leontina Ventura e de António Resende de Oliveira, se eleva como contributo essencial para o conhecimento dos primeiros dezesseis anos de vida do infante D. Afonso, contudo, o mostram em momentos muito precisos: quando recebeu bens de seu pai, ao fazer escambo e ao comprometimento em respeitar o clero.

A Chancelaria de D. Dinis, disponível em ambiente virtual pela Torre do Tombo, nos exigiu maior empenho em sua leitura; a linguagem paleográfica impôs a necessidade do olhar atento às abreviaturas que caracterizam os manuscritos. Certamente que nosso trabalho se viu facilitado pelas monografias de final de curso, cujos autores se esforçaram por avançar no trabalho de transcrição da documentação chancelar dionisina, e pelas transcrições recentemente publicadas, mas que ainda não cobriram todos os volumes daquela chancelaria. Nesse fundo documental ocupa lugar central nas páginas que se seguem; cobrem trinta e três anos da trajetória política do infante, período agitado por suas manobras nobiliárquicas contestatórias da autoridade régia – marcadamente entre 1281 e 1299, como se verá –, pacificados por meio de concordatas reveladoras dos sentimentos e posições que colocavam o primogênito e o segundogênito de Afonso III em pontos opostos do campo político medieval português e ibérico. São também por meio desses acordos que nos são reveladas as identidades dos vassallos que ladeavam e serviam o infante D. Afonso no quadro daquele contexto.

Os registros chancelares, essenciais para essa pesquisa, estão contudo muito distantes de abarcar a completude da documentação medieval. Diante dessa constatação, a pesquisa física no Arquivo Nacional Torre do Tombo, foi exercício fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa. O esforço do governo português em reunir tamanha quantidade documental em um único prédio – cuja arquitetura retangular nos faz lembrar as torres medievais – facilita o trabalho de pesquisa, agilizado por um abrangente sistema de busca on-line, mas que nos prega algumas peças. Observada a falha desse motor de busca em apontar a existência de documentos previamente detectados por levantamentos bibliográficos, foi necessário recorrer ao sistema tradicional: olhar cada uma das numerosas cadernetas que funcionam como índice dos muitos fundos documentais depositados nesse arquivo.

O olhar atento e o passar das páginas revelou alguns poucos documentos capazes de oferecer informação efetivamente relevante para essa pesquisa, em suportes mais ou menos conservados e incorporados nos fundos documentais do Convento de Santa Maria de Outeiro,

Cabido da Sé de Coimbra, além daqueles depositados nas chamadas Gavetas da Torre do Tombo.

Para além da Torre do Tombo, o Arquivo Municipal de Lisboa mantém em ambiente virtual importantes documentos comprobatórios das relações mantidas entre o rei D. Dinis e o conselho dessa localidade, o chamado Livro dos Pregos.

Acrescentando maior escopo documental aos registros manuscritos medievais, as composições genealógicas ofereceram amplo suporte capaz de fornecer informações acerca das relações sócio-políticas mantidas pelos vassallos de D. Afonso, tanto com o seu senhor, quanto acerca das relações de parentesco existente entre eles. Não menos importante, ofereceram as pistas para o desvendar das alianças político-matrimoniais estabelecidas pelo objeto desse estudo com membros da alta nobreza-castelhana, aspecto central para os objetivos da presente tese.

A publicação dos Livros Velhos de Linhagens em edição crítica de Joseph Piel e José Mattoso usada nessa pesquisa abarca as duas primeiras produções genealógicas de que se tem registro no reino de Portugal: o Livro Velho e o Livro de Deão. Do primeiro, resta apenas um terço da obra total, composta por um monge do mosteiro de Santo Tirso – nas proximidades do Porto –, que pretendia exaltar a família de Martim Gil de Riba de Vizela, o patrono daquele mosteiro, podendo ser datado de 1270 a 1280, ou ainda 1285. O segundo, nomeado daquela maneira por ter sido copiado para um Deão em 1343; seu autor não é conhecido com exatidão³³.

Mais do que os Livros Velhos de Linhagens, é o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, publicado em edição crítica de José Mattoso – usada por essa pesquisa –, mostra ser a genealogia mais completa produzida na Idade Média para o reino de Portugal. Seu autor, Pedro Afonso, bastardo do rei D. Dinis, compôs essa obra por volta de 1340 a 1344. Desconhece-se a sua versão original, sendo atualmente utilizada a quarta versão dessa genealogia, realizada durante o século XV³⁴. Essa profunda obra de mapeamento da nobreza medieval portuguesa representa um importante suporte pelo qual se pode conhecer a genealogia de um amplo número de linhagens portuguesas; suas características de produção impõem determinadas limitações ao pesquisador, como a ausência de datação dos enlaces matrimoniais e a ausência de muitos dos membros do grupo nobiliárquico foco de seu registro, o que obriga o historiador que a ele recorre a também buscar outras fontes documentais capazes de completar essas lacunas. Contudo, contrastando com essa escassez de

³³ MATTOSO, 1985a, p. 311-312.

³⁴ MATTOSO, 1985a, p. 313-315.

dados, o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro logrou registrar narrativas profundamente significativas para a compreensão do sistema cultural e da visão de mundo nutrida por muitos dos nobres que povoam suas páginas.

Duas compilações genealógicas mais recentes também ofereceram contributo para a presente pesquisa: a História Genealógica da Casa Real Portuguesa, produzida por Antônio Caetano de Sousa e composta por doze volumes, abarca o recorte temporal de 1096 a 1735, ano em que foi publicada pela primeira vez; e aquela intitulada Brasões da Sala de Sintra, levada a cabo por Anselmo Braacamp Freire, publicada em 1921 e que registra o esforço de seu autor em remontar as linhagens dos setenta e dois brasões das mais altas casas nobiliárquicas reunidos pelo rei D. Manuel I em seu tempo e dispostos em uma sala do Paço Real de Sintra.

Em adição a esses dois suportes documentais – os documentos medievais e as genealogias –, as crônicas compostas desde a Idade Média e principalmente no período moderno vêm completar as fontes sobre as quais se construiu esse estudo. O uso dessa narrativa exige que submetamos suas informações ao crivo a respeito daqueles que as escreveram, pois, como aponta José Mattoso, em grande medida os autores das crônicas até o século XV buscaram transmitir um ideal de estabilidade do governo régio, o que os faz excluir as intrigas das linhas por eles escritas ou distorcer os acontecimentos por eles abordados, atitude que visava exaltar o monarca frente àquele que questiona sua autoridade – estratégia que objetivava reforçar a ordem justa e intemporal da governança régia³⁵.

Dentre as crônicas as quais recorreu essa pesquisa, quatro merecem maior destaque: a Crónica Geral de Espanha de 1344, escrita por Pedro Afonso, bastardo de D. Dinis e conde de Barcelos, relação que o privilegia com a proximidade de fatos narrados no último volume de seu escrito; a Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal, atribuída à autoria de Fernão Lopes e publicada em data não determinada do século XIV³⁶; a Crónica de D. Dinis, produzida por Rui de Pina – cronista nos reinados de D. João II e D. Manuel – entre 1513 e 1522, ano de sua morte; e a Monarquia Lusitana, obra composta por oito volumes, dos quais serão usados para a presente tese os volume quarto – composta pelo frei António Brandão e publicado em 1632–, quinto e sexto – desenvolvidos por frei Francisco Brandão, sobrinho do anterior, e publicados respectivamente em 1650 e 1671.

³⁵ MATTOSO, 2009, p. 516.

³⁶ A atribuição da autoria das Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal a Fernão Lopes é ponto de debate que permanece em aberto entre os pesquisadores que o reconhecem como tal e os que o rejeitam, mas sem apresentar outra hipótese (GUIMARÃES, 2013, p. 153)

O uso desse conjunto de crônicas por essa pesquisa se efetiva em vista de duas questões principais. A primeira, pelas contribuições interpretativas daqueles que, escrevendo em contexto mais próximo ao do século XIII, oferecem outras perspectivas de análise diferentes das visões sustentadas pela historiografia contemporânea e que, quando observadas, podem revelar caminhos de ricas leituras da realidade histórica medieval para os objetivos dessa pesquisa. No caso mais específico dos volumes selecionados da Monarquia Lusitana, os seus autores, cronistas da Ordem de Cister, tiveram acesso à vasta documentação medieval, incorporada em suas obras e também utilizada no desenvolvimento dessa tese.

A segunda questão que nos exige o uso das crônicas se vincula às leituras que oferecem acerca das tomadas de posição e das atitudes do infante D. Afonso frente ao rei D. Dinis. Algumas dessas interpretações se perpetuaram até a nossa contemporaneidade por meio dos historiadores que as compreendem como válidas para o entendimento do objeto central de nossa pesquisa; outras, contudo, foram ferrenhamente refutadas, por vezes sob as acusações de enfeites narrativos. Diante disso, e tendo em vista que essa tese pretende se debruçar sobre a trajetória política do infante D. Afonso, urge manter estreita observância ao que até o tempo presente tem sido dito acerca dele, oferecendo novos contributos para a historiografia a ele dedicada.

Esses novos contributos que o corrente estudo busca construir serão formulados em diálogo crítico às interpretações propostas por autores como Fernando Félix Lopes, José Mattoso, Leontina Ventura, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro e Miguel Gomes Martins para as relações do infante D. Afonso com o poder régio; mas também às análises propostas por nós em momento anterior do percurso acadêmico, quando do desenvolvimento da dissertação do mestrado. Nesse ponto, o comprometimento primeiro com a crítica a resultados anteriores, atitude vigilante que possibilita o avanço interpretativo por nós almejado, exige que demarquemos uma alteração de perspectiva de análise.

Falo da perspectiva teleológica a que o poder régio foi submetido no decorrer do desenvolvimento da dissertação de mestrado, fruto das limitações que não logrei superar naquele contexto e que hoje se apresentam mais nítidas e passíveis de correção: quando se observa a Idade Média enquanto antessala da Moderna, encore-se no perigo de olhar a sociedade medieval como um sistema que vai-em-torno-de, que está fadada-a-chegar-a. Reconhecemos, com essa tomada de posição, demarcar igualmente uma mudança de concepção acerca da medievalidade em relação às linhas que compõe minha dissertação de mestrado. No esteio das preocupações em torno da instituição Estado na segunda metade do

século XX, historiadores como Josep Strayer³⁷, com o seu *Origens Medievais do Estado Moderno* lançaram esforços para compreender aquilo que Marc Bloch chamou de o vício das origens³⁸, ou seja, buscaram encontrar os elementos que fundavam o Estado Moderno, e foi sob esse prisma que olharam para a Idade Média, marca que igualmente pode ser constatada em abordagens da historiografia medieval portuguesa. As várias pesquisas desenvolvidas sob esse ponto de vista geraram importantes modelos explicativos acerca da formação das instituições medievais, mas é preciso lançar um olhar crítico sobre esses estudos, buscando inseri-los sob a perspectiva daqueles viventes do Ocidente Medieval concebendo suas tomadas de atitudes enquanto experiência de um tempo presente deles, atitude que implica em despir-se do olhar de observador contemporâneo – ainda que as problemáticas sejam suscitadas pelo nosso presente.

Dessa maneira, tomando a miríade de interpretações que emergiram desde a feitura da referida dissertação de mestrado, todas elas submetidas aos referenciais teórico-metodológicos e apoiadas em fontes documentais, genealógicas e cronísticas, a presente tese pretende se debruçar sobre a trajetória política do infante D. Afonso e, tomando-o como objeto central, oferecer contributos historiográficos acerca do lugar social ocupado pelo segundogênito régio no contexto próprio do século XIII e início do XIV, as estratégias políticas as quais estava submetido enquanto membro da linhagem régia, as alianças político-matrimoniais por ele estabelecidas com a nobreza castelhana e os pressupostos que orientaram as escolhas de seu casamento e do de suas filhas, o seu estatuto nobiliárquico e os episódios de conflito com a autoridade régia.

Atingidos esses objetivos lograr-se-á alargar a compreensão a respeito de um personagem histórico que, embora tenha marcado as estratégias régias de Afonso III e toda a primeira metade do reinado de D. Dinis, pouco tem recebido atenção da historiografia portuguesa e brasileira. Essa pretensão carrega consigo uma tomada de posição no campo da História Medieval, ao compreender enquanto necessário e profícuo o desenvolvimento de estudos que olhem para além do centro de poder representado pelo rei. Não se trata, com isso, de negligenciar a importância do poder régio na dinâmica da sociedade medieval, mas de buscar novas possibilidades de interpretação para o contexto do medievo a partir da perspectiva de outros atores sociais.

Antes de passarmos ao desenvolvimento dessas propostas, cabem duas ressalvas técnicas que orientam a leitura das páginas que se seguem.

³⁷ STRAYER, 1969.

³⁸ BLOCH, 2001, p. 56-60.

Buscando oferecer recursos que tornem mais confortáveis a compreensão das interpretações que se farão presentes nas páginas seguintes, recorreu-se a mapas, esquemas genealógicos, figuras e fotos que possibilitam a visualização concreta de imagens cuja descrição literal mostrar-se-ia inalcançável ou que tornem mais facilmente apreensíveis as inter-relações daqueles sujeitos históricos com o recurso a esquemas visuais.

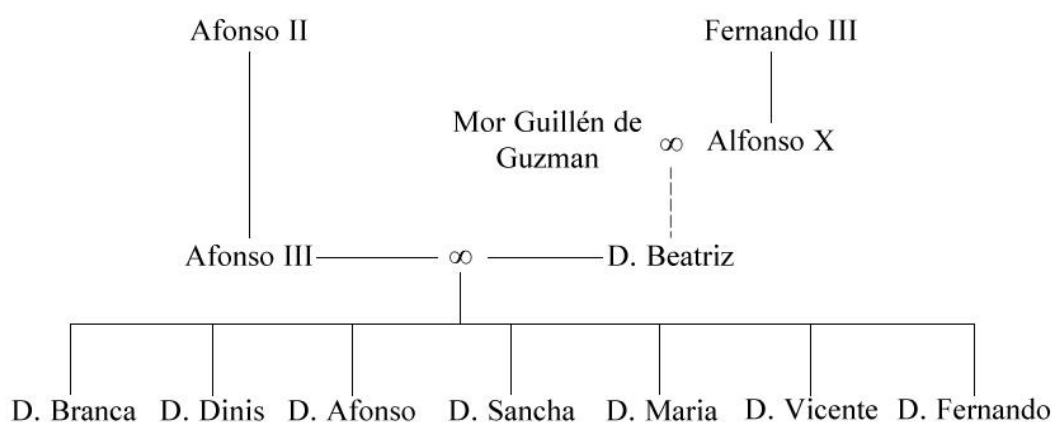
Também almejando oferecer maior praticidade de acesso à informação, as citações em língua que não a portuguesa contarão com a tradução livre no corpo do texto, estando acessível a versão original em nota de rodapé. Dessa maneira, pretende-se ampliar o acesso à informação das ideias desenvolvidas por essa tese, fazendo-as compreensíveis a um número mais de leitores, marcadamente aqueles que têm o português como língua materna. Essa opção demarca uma posição política: em um país de desigualdades tão gritantes quanto a sua dimensão geográfica, sujeitar o acesso às ideias contidas nas páginas desta tese a obrigatoriedade do conhecimento de uma língua estrangeira seria um grave desrespeito àqueles que, por seus impostos, tornaram possíveis os fundos que financiaram o estudo que se segue.

CAPÍTULO 1. O INFANTE D. AFONSO, SEGUNDOGÊNITO DE AFONSO III

Em 8 de fevereiro de 1263³⁹, nasceu D. Afonso. Filho do rei Afonso III de Portugal e de D. Beatriz de Castela, o que fazia dele neto de Afonso II de Portugal e D. Urraca de Castela por via paterna, e de Alfonso X de Castela – também chamado *O Sábio* – e D. Violante de Aragão por via materna. Antes dele, seus progenitores haviam concebido D. Branca, nascida em 1259, e D. Dinis, em 1261; nascidos depois dele foram D. Sancha, em 1264, D. Maria, nesse mesmo ano ou no seguinte, e D. Fernando, vindo ao mundo em 1269⁴⁰.

Os três filhos mais velhos do rei Afonso III serão presença constante ao longo desse estudo: D. Branca, pela importância política em mediar as relações entre seus outros dois irmãos, D. Dinis, herdeiro do trono e sexto rei de Portugal, e D. Afonso, o revoltoso senhor de Portalegre e objeto central dessa tese. Para que se compreenda a trajetória política desse último infante será preciso inseri-lo nas linhas de atuação política do reinado de seu pai e nas ações régias que fundaram e possibilitaram o crescimento de seu poder nobiliárquico.

FIGURA I – LINHAGEM DE AFONSO III E D. BEATRIZ



FONTE: O autor (2016)

1.1. O conceito de infante

Para que seja possível compreender a condição social da prole de Afonso III, da qual nos interessa especialmente D. Afonso, é necessário que se parta do próprio título que os

³⁹ LN; Chr. Con, p. 4. Frei Fernando Félix Lopes, recorrendo a essa última fonte, afirma que o infante nasceu no dia 6 daquele mesmo mês e ano (LOPES, 1997, p. 196). O erro possivelmente derivou da confusão entre os homônimos D. Afonso – segundogênito de Afonso III – e D. Afonso – primogênito e sucessor de D. Dinis –, tendo em vista que as datas de nascimento desses dois estão contidas na mesma página do citado documento; contudo, o futuro Afonso IV foi quem nasceu a 6 de fevereiro, mas no ano de 1291.

⁴⁰ Leontina Ventura elaborou uma sucinta biografia para cada um desses filhos de Afonso III: VENTURA, 1992, p. 534-541.

nominava: infante. A detecção dos elementos que essa distinção atribuía àqueles que a carregavam junto ao seu nome figura como ponto de partida para o estabelecimento do lugar que os filhos e filhas dos monarcas portugueses ocupavam na organização da sociedade medieval portuguesa no século XIII.

Hoje, quando um interessado em saber o significado da palavra *infante* recorre ao Dicionário Aurélio, além de soldado de infantaria ou peão, encontra: “[Do lat. infante, ‘que não fala’, ‘incapaz de falar’, ‘criança’.] [...] Que está na infância; infantil [...] Criança [...] Filho dos reis de Portugal ou da Espanha, porém não herdeiro da coroa [...]”⁴¹. Não satisfeito, o curioso poderia ainda recorrer ao dicionário Michaelis e ler:

in.fan.te¹ *adj* (*lat infante*) 1 Pertencente ou relativo à puerícia; infantil. 2 Que está na infância. *s m+f* 1 Filho ou filha de rei de Portugal ou da Espanha, mas não herdeiro da coroa. 2 Irmão ou irmã de príncipe herdeiro. 3 Irmão ou irmã de rei.
in.fan.te² *sm* (*ital fante*) 1 Soldado de infantaria; peão. 2 *ant* Corista, entre os monges beneditinos.⁴²

Esse conjunto de significados oferecidos pelos dicionários contemporâneos tem o mérito de reunir em um único verbete as informações dispersas em obras produzidas por outros estudiosos, como frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, que, empreendendo esforço de elucidar as palavras usadas na documentação medieval, apresenta o verbete *infante* da seguinte maneira: “Tempo houve, em que na religião de S. Bento se chamaram *Infantes* os monges novos, ou de poucos anos de professos, que hoje communmente se dizem *Coristas*”⁴³.

Para que se compreenda o lugar social de D. Afonso é preciso que se centre o debate em torno do termo *infante* enquanto filho de reis não herdeiro da coroa, entendimento para o qual contribuem os dicionários supracitados, mas também o já referido frei Joaquim e o *Dicionário de História de Portugal*.

Embora Viterbo tenha formalmente expressado o significado de *infante* como monge beneditino recém-admitido na ordem, os usos que esse autor faz desse mesmo termo nas páginas de sua obra implicam em outros dois entendimentos. O primeiro atribui valor de título à palavra, usada por frei Joaquim para designar indistintamente toda a prole régia⁴⁴. O segundo aparece quando, abordando o verbete *infância*, afirma: “[...] os Infâncias nada mais

⁴¹ FERREIRA, 2009, p. 1101.

⁴² MICHAELIS, 1998, p. 1152.

⁴³ VITERBO, 1865, v. II, p. 40.

⁴⁴ VITERBO, 1865, *passim*.

eram que os netos dos Reis, e filhos dos infantes, irmãos do Príncipe herdeiro, e sucessor da coroa [...]”⁴⁵. Por essas palavras, o autor parece indicar que, sendo irmãos do príncipe herdeiro, eram chamados por *infantes* apenas os membros da prole régia excluídos da herança ao trono.

Alinhando-se ao mesmo entendimento implicitamente indicado por frei Joaquim Viterbo, o *Dicionário de História de Portugal* igualmente restringe o termo infante aos filhos segundos dos reis, quando afirma: “(do latim infante, «que não fala»). Título inerente aos filhos dos reis de Portugal e de Espanha, com excepção do primogénito”⁴⁶.

Considerando as especificidades constatadas para o uso do termo *infante* na documentação medieval portuguesa do século XIII, é preciso respeitar o enquadramento histórico daquela palavra e demarcar com maior precisão qual o significado que seu emprego pretendia indicar naquele contexto. Ora, em que pese o esforço de síntese contido nas obras dos autores supracitados, eles não intentaram analisar o percurso que a definição daquele conceito experimentou no decurso dos séculos que compõem a História Medieval portuguesa. Contudo, esse enquadramento temporal é caro aos objetivos dessa tese; passemos a ele.

O entendimento do termo *infante* enquanto designação dos filhos e filhas do rei à exceção do príncipe – primogénito e herdeiro – só pode ser aceito para períodos posteriores aos finais do século XIV, pois, como exposto por Gama Barros:

Até primeiros anos do século XIII o título de rei dava-se também a todos os filhos legítimos do imperante, e no mesmo caso dava-se às filhas o título de rainhas [...] Desde 1207 chamam-se infantes os segundos genitos, continuando, porém a denominar-se rei o primogénito, e rainhas todas as filhas. Mas em 1211 aparece já o título de infante, *infans*, aplicado também ao sucessor da coroa e às filhas do rei; e esta prática torna-se constante desde o reinado de Afonso II. Foi, segundo parece, o primogénito do rei D. Duarte o primeiro herdeiro da coroa que se chamou *príncipe*.⁴⁷

Portanto, abandonado o título de *infante* por Afonso Henriques na virada do ano 1139 para o seguinte – a partir de quando passou a figurar como rei⁴⁸ –, aquela primeira titulação voltou a ser empregada de maneira constante somente no início do reinado de Afonso II (1186-1211/1223), o que significa dizer que a partir de princípios do século XIII esse termo passou a ser adotado como indicativo de filho ou filha do rei, independente de sexo ou idade.

⁴⁵ VITERBO, 1865, v. II, p. 39.

⁴⁶ TORRES, 1985b, p. 319.

⁴⁷ BARROS, 1946, t. III, p. 209-210.

⁴⁸ MATTOSO, 1993a, p. 215.

A homogeneidade na atribuição designatória de *infante* a toda a prole régia no decorrer do século XIII e quase a totalidade do XIV é indicada pelos documentos utilizados por Antonio Geraldo da Cunha em seu *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*⁴⁹, aos quais se somam os registros chancelares de Afonso III e de D. Dinis, assim nos possibilitando constatar que D. Branca, D. Dinis, D. Afonso, D. Sancha, D. Fernando – filhos daquele rei – e D. Afonso e D. Constança – prole do segundo monarca –, eram nomeados sob a titulação de *infante* ou *infanta*.

Essa mesma adoção do conceito de *infante* pode ser constatada na prática régia do reino de Castela, onde a partir do século XIII o título de *infantes* ou *infantas* era empregado para designar exclusivamente os filhos e filhas dos reis, conforme apontado por Luis García de Valdeavellano⁵⁰, registro de uso que pode encontrar nas palavras escritas por D. Juan Manuel em seu *Libro de los Estados* uma explicação que nos possibilita acesso ao pensamento de alguém que nos escreve desde o século XIV, oferecendo-nos uma perspectiva para o entendimento daquele conceito a partir do pensamento de um vivente do contexto medieval que fora, ele próprio, filho de um infante – o poderoso D. Manuel, filho de Fernando III de Castela (1201-1217/1252). O nobre escritor registrou:

E infante quer dizer em latim «menino pequeno», e esse nome tem todos os meninos pequenos, e esse nome lhes dão quando estão em idade de inocência, que quer dizer que são sem pecado [...] e *infans* quer dizer «infante». E porque os filhos dos reis são os mais honrados e os mais nobres que nenhum que são no mundo, tiveram por bem os antigos de Espanha que, como quer a cada menino pequeno chamam em latim *infans*, quanto ao nome de romance que chamam « infante » não tiveram por bem que chamassem a outro senão aos filhos dos reis; e tiveram por bem que nunca perdessem esse nome, mas que sempre os chamassem infantes, o que pela nobreza que tem mais que as outras gentes [...]⁵¹

O que nos aponta D. Juan para o caso ibérico vai muito além da mera explicação acerca do uso de uma palavra, haja vista que nos oferece elementos indicativos para a adoção de um termo cujo emprego estava limitado a designar um número muito restrito de atores sociais: os filhos dos reis. Conforme a pena do nobre, a titulação de *infante* estava

⁴⁹ CUNHA, 2007.

⁵⁰ VALDEAVELLANO, 1952, p. 43.

⁵¹ “Et *infante* quiere decir en latin «niño pequeño», et este nombre han todos los niños pequeños, et este nombre les dan en cuanto están en edad de inocencia, que quiere decir que son sin pecado [...] et *infans* quiere decir «infante». Et porque los fijos de los reys son los mas honrados et los mas nobles que ningunos que son en el mundo, tovieron por bien los antiguos de Spaña que, como quier á cada niño pequeño llaman en latin *infans*, quanto el nombre de romance que llaman « infante » non tovieron por bien que lo llamasen á otro sinon á los fijos de los reys; et tovieron por bien que nunca perdiesen este nombre, mas que siempre los llamasen infantes, lo uno por la nobleza que han mas que las otras gentes [...]” (LE, p. 334).

condicionada àqueles que, pelo seu estatuto inerente à nascença, eram mais nobres e honrados que todos os outros filhos de todos os demais viventes, assim sendo pelo fato de que o sangue do rei lhes enchia o corpo e, sem se limitar à fisicidade da carne, transbordava para a dimensão metafísica da cultura daquela sociedade, a qual reconhecia no nascimento um de seus elementos ordenadores.

É preciso chamar atenção ainda para o fator linguístico contido nos apontamentos explicativos de D. Juan Manuel para o emprego do título de *infante*, já que a língua também constituiu suporte para a consolidação do termo como elemento de distinção social. Mostra-se significativo, para nossos propósitos de compreensão de um grupo social, que tenha havido uma ruptura entre o latim e o romance, tendo sido esta última a linguagem que marcou a transição do latim vulgar⁵² para as línguas românicas modernas. É preciso recorrer a alguns apontamentos acerca dessa questão a fim de pôr em relevo a importância desse fenômeno linguístico.

Após o século V, o uso do latim vulgar não apenas suplantou o do culto⁵³, como experimentou um fenômeno de diversificação linguística, influenciado espontaneamente pelos hábitos próprios das comunidades romanizadas – caso que se aplica à Península Ibérica. Os novos dialetos surgidos a partir desse movimento de alterações foram fixados por escrito séculos depois: francês no IX, castelhano no XII, português em princípios do XIII. A fase de transição entre esses dois momentos foi chamada de romance – ou romanço –, cuja existência coincide com o contexto da descentralização política feudal e da ruralização entre os séculos VIII e X⁵⁴.

Ora, é profundamente significativo que no momento em que a linguagem sofria intensa modificação – influenciada pela necessidade de se ajustar e dar significado a um contexto histórico dinâmico, marcado pela reordenação das estruturas sociais –, se constate também a perda do caráter abrangente da palavra latina *infans*, atribuída a todos os meninos pequenos, para se verificar seu estreitamento designativo somente à prole régia, quando usada em romance, demarcando a circunscrição de seu emprego a um muito reduzido grupo social, para o qual o sangue real configurava único elemento possível de caracterização.

⁵² O Latim Vulgar é aquele modelo que se configurava como uma transformação do Latim Culto (veja nota abaixo) efetivada pelos povos romanizados, sob a influência espontânea de hábitos linguísticos mantidos por estes mesmos povos (SARAIVA; LOPES, 1975, p. 15-16).

⁵³ É chamado de Latim Culto aquele modelo polidamente construído sobre bases gramaticais e que, apoiado nas tradições culturais e escolares, se caracterizava como o modelo oficial que Roma buscou estender de maneira uniforme sobre os povos romanizados (SARAIVA; LOPES, 1975, p. 15).

⁵⁴ SARAIVA; LOPES, 1975, p. 15-18.

Ainda no esforço de indicar a restrição do título de *infante* à prole régia, frisamos a ausência desse termo junto do nome de filhos de infantes, como indicado por D. Juan Manuel, quando afirma: “Ademais os filhos dos infantes não tem outro nome senão que se chamam filhos de infantes, que quer dizer que são diretamente de direito linhagístico dos reis”⁵⁵, e detectado pelo tratamento dado às filhas do infante D. Afonso na documentação régia⁵⁶. Acrescenta-se, ainda, que o termo é igualmente ausente para a designação de prole bastarda, como indicam os documentos das chancelarias de Afonso III e de D. Dinis quando registram os filhos naturais desses dois monarcas⁵⁷.

Dessa maneira, apresentado o debate em torno do título de *infante* com o recurso às ponderações de cunho historiográfico e indicações de documentação chancelar, esclarece-se que, quando o termo for invocado por esta tese, referir-se-á ao seu emprego nos séculos XIII e XIV para o reino de Portugal, isto é: filho ou filha de rei, concebido no interior de matrimônio legitimamente reconhecido, independente de idade ou sexo, fossem o primogênito e herdeiro do trono ou seus irmãos e irmãs.

Deve ser igualmente considerado que a circunscrição do título de *infante* unicamente à prole régia atua como marca de distinção advinda do fato de que aquela sociedade considerava-os os mais nobres dentre todos os nobres, característica que lhes era inerente à condição de nascimento, ou seja, de possuidores do sangue régio. Esse lugar social lhes conferia posição superior na sociedade, estando eles inseridos logo abaixo do rei e acima de todos os estratos que compunham o grupo nobiliárquico português, como se buscará demonstrar nas linhas que se seguem.

1.2. O lugar social do segundogênito nos séculos XIII e XIV em Portugal

Enquanto segundo filho homem do rei Afonso III, a trajetória política do infante D. Afonso não pode ser entendida sem que se aborde o lugar social relegado ao segundogênito de reis e de nobres, ao longo do século XIII, no reino de Portugal. Assim, é sob a perspectiva das implicações que a ordem de nascimento impunha aos viventes do século XIII em Portugal que se pretende iniciar a análise do objeto central do presente estudo.

⁵⁵ “Otrosí los hijos de los infantes non han otro nombre sinon que se llaman fijos de infantes, que quiere decir que son derechamente de derecho linaje de los reyes [...]” (LE, p. 334).

⁵⁶ LLRDD, p. 201 et seq.

⁵⁷ Ch.AfIII, passim; Ch.DD, passim.

1.2.1. O segundogênito e a sucessão ao trono régio

Diferentemente do que se pode constatar para o caso da França⁵⁸ ou de Leão e Castela⁵⁹, a monarquia portuguesa, desde o seu início com Afonso Henriques, não aceitou a divisão territorial ou governativa do reino entre mais de um membro da prole régia⁶⁰, cabendo a herança do trono unicamente ao primogênito, com a subsequente exclusão dos segundogênitos de qualquer parcela do poder régio – em caso de morte do primogênito, a sucessão dinástica passava ao varão seguinte, e somente quando esgotadas as possibilidades de sucessão masculina as mulheres podiam assumir o trono⁶¹.

Foi, portanto, a prática da sucessão dinástica pautada na primogenitura que orientou a transição do cargo régio de pai a filho durante todo o período em que o reino de Portugal foi governado pela Dinastia de Borgonha, desde Afonso Henriques a Fernando I, sequência abalada somente pela deposição de Sancho II⁶². É preciso salvaguardar que a aplicação dessa doutrina sucessória não encontrava amparo legal; inexistiu nesse tempo algum desenvolvimento jurídico que garantisse o direito do primogênito ao trono português, senão a continuidade da prática adotada pelos reis de Leão e Castela para a passagem do poder régio entre o monarca e seu filho primeiro e sucessor⁶³.

Pela repetição do ato sucessório, o primogênito dos reis da Dinastia de Borgonha logrou manter-se no trono. Enquanto costume, pois sem assentamento nas leis, a sucessão do filho primeiro não experimentou um completo aceite por parte dos infantes irmãos do herdeiro do trono. Assim, o que se observa no avançar do século XIII foram os repetidos conflitos entre os membros da prole régia. Essas contendas podem ser verificadas entre Afonso II e os irmãos e irmãs; entre o futuro Afonso III e seu irmão, Sancho II; e também entre D. Dinis e o infante Afonso.

Nas linhas que se seguem, esses três episódios serão abordados, a começar pelo primeiro, entre Afonso II e seus irmãos e irmãs. A abordagem do desenrolar desses conflitos

⁵⁸ Embora Bloch (2015, p. 452) afirme que a sucessão dinástica pautada na primogenitura acabou por se impor na França quase desde a origem, a consolidação do princípio dinástico ocorreu com os Capeto, cujos reis foram vitoriosos não somente no campo biológico – sempre tendo um varão apto a receber o poder régio das mãos do pai –, mas também no que tocou à política de eliminar o princípio eletivo do cargo monárquico. Veja: BLOCH, 2015.

⁵⁹ Para o caso castelhano, a sucessão dinástica primo e unigênita pode ser constatada ao longo de certos períodos, consolidando-se a partir do reinado de Fernando III, quando cessaram os repartimentos do reino entre os filhos do monarca (BECEITO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 69-70).

⁶⁰ “A partilha dos reinos, usada ainda em Leão e Castela no século XII, nunca foi admitida em Portugal” (MATTOSO, 1986, p. 89).

⁶¹ BARROS, 1946, t. III, p. 300-306; CAETANO, 1992, p. 211-212.

⁶² BARROS, 1946, t. III, p. 300-301.

⁶³ BARROS, 1946, t. III, p. 300; CAETANO, 1992, p. 211.

possibilitará a compreensão do quadro de afirmação do poder régio em sua relação com a prole real, como também indicará elementos de análise válidos para o caso do infante D. Afonso – ator social central dessa tese.

O conflito que irrompeu no princípio do reinado de Afonso II se deu justamente em torno dos bens móveis e imóveis outorgados por Sancho I aos demais filhos por meio de testamento, datado de 1210. Por via desse instrumento, a rainha D. Teresa recebeu Montemor-o-Velho e Esgueira; a rainha D. Sancha, Alenquer; e a rainha D. Mafalda, os mosteiros de Bouças e Arouca e a herdade de Cea; em acréscimo, cada uma delas foi beneficiada com quarenta mil maravedis e duzentos e cinquenta marcos de prata. Essa mesma quantia foi recebida por D. Branca e D. Berenguela, sendo elas privadas de terras. Os filhos, os infantes D. Pedro e D. Fernando, não receberam posses senhoriais do pai, mas unicamente a quantia de quarenta mil maravedis⁶⁴.

A transmissão dos domínios territoriais recebidos a título de herança pelas rainhas foi assim estabelecida por Sancho I:

[...] se minha filha a Rainha Dona Tareja for morta, herde a Rainha D. Branca Montemòr, & Esgueira, & suas filhas ajão tudo o mais que tiuer, excepto o que der por sua alma. E se for caso que minha filha a Rainha D. Sancha morra primeiro, minha filha a Rainha D. Branca herde Alenquer, & suas irmãs partaõ o dinheiro entre si, excepto o que mandar offerecer por sua alma.⁶⁵

Ficaram encarregados de fazer valer as últimas vontades de Sancho I: D. Pedro Afonso, D. Gonçalo Mendes, Martim Soares, Lourenço Soares e Gonçalo Soares, além de clérigos⁶⁶.

Como acima exposto, o costume balizou a primogenitura como suporte da sucessão régia, mas, assim como não havia disposições que regulassem a herança do trono, tampouco havia entrave legislativo que impedisse o rei Sancho I de dispor de parte do reino às filhas⁶⁷. Contudo, na perspectiva de Afonso II, essas doações implicavam em agravo para o território e o poder régio a ele legado pelo pai, quando o indicou como seu sucessor⁶⁸.

⁶⁴ ML, IV, f. 61-61v. Salva-se que, ao se usar a palavra *rainha* para indicar as irmãs de Afonso II, e não *infanta* – como se fará para o tratamento de demais filhas de reis –, isto é feito em alinhamento ao termo usado no próprio documento.

⁶⁵ ML, IV, f. 63.

⁶⁶ ML, IV, f. 62v.

⁶⁷ FERNANDES, 2010, p. 109.

⁶⁸ ML, IV, f. 61.

Afonso II foi um rei cioso de sua autoridade. José Mattoso apresenta-o como o precursor de medidas como as leis gerais, as desamortizações, inquirições e chancelaria, elementos que o faziam despontar na vanguarda de uma ainda nascente política centralizadora no sentido de criação do Estado moderno⁶⁹. O caráter teleológico dessa afirmação não deve invalidar o entendimento de que o rei de Portugal lançou mão de importantes medidas no sentido do fortalecimento da autoridade régia; contudo, não o fez enquanto estadista moderno, mas como monarca assente no trono e a conduzir um reino inserido na dinâmica sócio-política feudal.

Afonso II é reconhecido por Leontina Ventura como primeiro monarca português a romper a condição de *primus inter pares*, ao fazer sua autoridade ultrapassar a dos nobres e passar a atuar contra o poder senhorial⁷⁰ – objetivo para o qual convergiram as inovações administrativas por ele iniciadas e aprofundadas com Afonso III e D. Dinis. O cerne da questão que opôs o rei de Portugal às suas irmãs foi a alienação de parte do território régio a favor delas e em detrimento dos domínios da Coroa, o que demonstra o alinhamento do monarca português a uma preocupação tipicamente feudal, ou seja, o domínio sobre terras. Assim, a contenda não estava estruturada pela tipologia público/privada⁷¹ do Estado Moderno, mas pelo impulso do detentor da Coroa em disputar espaço – geográfico e político – sobre o qual se implantava sua autoridade.

Assim, a preocupação em torno da sustentação da autoridade régia levou Afonso II a se chocar contra os irmãos e irmãs logo no início de seu reinado. Os infantes D. Pedro e D. Fernando deixaram o reino de Portugal logo após a morte do pai, ainda em 1211, embora os documentos não apontem a data em que a saída teria ocorrido, tendo o primeiro ido para Leão e o segundo para França, impulsionado pelo respaldo de sua tia paterna Matilde, e se casando com Joana de Flandres⁷². Desprovidos de cargo junto ao poder régio⁷³, portanto sem espaço na Corte, pouco ou nenhum interesse os atrelava ao território onde nasceram.

É preciso considerar, ainda, para a saída de D. Pedro e D. Fernando do reino de Portugal, o fato de que o pai não os havia agraciado com a outorga de domínios territoriais, condição que os impelia a buscar lugares sociais mais prestigiados em outros reinos. Sobre a

⁶⁹ MATTOSO, 1993b, p. 111-113.

⁷⁰ VENTURA, 1992, p. 425.

⁷¹ Para debate inicial acerca dos conceitos de público e privado no Ocidente Medieval e em Portugal, veja: DUBY, 1990b, p. 19-44; MATTOSO, 1993b, p. 269-296; 2011, p. 6-17; MATTOSO; SOUSA, 2011, p. 18-22.

⁷² VILAR, 2008, p. 106-107.

⁷³ VILAR, 2008, p. 109.

negativa em outorgar terras aos dois infantes, Hermínia Vilar avalia que Sancho I buscava evitar a formação de núcleos de oposição contra Afonso II em torno dos dois irmãos do rei⁷⁴.

A relação de Afonso II com D. Mafalda não passou ao largo de contendas, iniciadas quando ela doou Bouças e uma vila à Ordem do Hospital em meados de 1212, o que significava a perda de parcela do reino a favor de ordem eclesiástica, e a impossibilidade de que aquela localidade voltasse a compor os bens da Coroa. O conflito entre rei e irmã foi levado ao papado, sob a alegação de que o testamento de Sancho I não possibilitava a ela dispor de suas terras, assim como a bula *Manifestis Probatem* impossibilitava a alienação de terras do reino. No cerne do questionamento do rei português estava a preocupação de que o poder régio se estabelecesse por sobre um território, e que a perda de parte dele significava igualmente a perda de parcela de sua autoridade. A relação entre irmão e irmã encontrou um entendimento após o casamento dela com Henrique I de Castela em 1215, e no ano de 1221 ela aparece buscando reaver os bens passados aos hospitalários⁷⁵.

Muito mais graves que a disputa com D. Mafalda foram os conflitos entre Afonso II e suas outras duas irmãs, D. Teresa e D. Sancha, posteriormente chegando mesmo a uma guerra entre as partes. Frei António Brandão afirma que o conflito teve início por desconfiças de ambas as partes; o rei exigia ser reconhecido como senhor e recolher os tributos régios dos domínios detidos pelas irmãs, assim como indicar os alcaides⁷⁶ dessas fortalezas e deles receber homenagem; às beneficiárias de Sancho I, a imposição soou como exagerada e indicativa de ameaça à posse de suas terras⁷⁷.

Insiste-se que o que estava em disputa entre Afonso II e suas irmãs ia além das doações; a posse daqueles territórios por D. Teresa e D. Sancha implicava em perda de domínios régios, com a subtração da autoridade e dos direitos da Coroa sobre seu espaço geográfico, ainda mais quando consideradas as posições estratégicas das localidades sob a posse das rainhas. Hermenegildo Fernandes faz notar que Montemor-o-Velho, localizada nas férteis áreas de produção agrícola do baixo Mondego e a curta distância a oeste de Coimbra, local por excelência da Corte portuguesa, representava uma ameaça ao rei em caso de revolta.

⁷⁴ VILAR, 2008, p. 109.

⁷⁵ VILAR, 2008, p. 112-116.

⁷⁶ Os alcaides ocupavam a função de governadores dos castelos detidos por nobres ou concelhos. Nessa condição, quando responsáveis pelos domínios senhoriais nobiliárquicos, se viam dependentes dos ricos-homens que os nomeavam para esse cargo, mas deveriam prestar homenagem ao rei de Portugal, regra igualmente válida para quando aquele oficial era escolhido pela autoridade concelhia; assim, temos que tanto em uma quanto em outra instância o alcaide figurava como um representante do poder régio a nível local (CAETANO, 1992, p. 218; MARTINS, 2006, p. 48). Ao assumirmos a possibilidade dos alcaides serem nomeados para esse cargo por iniciativa dos poderes senhoriais ou concelhios, aderimos ao entendimento de que a nomeação desse oficial não ocorria unicamente por determinação régia. Sobre esse debate, veja: MONTEIRO, 1999, p. 235-247.

⁷⁷ ML, IV, f. 73.

De Alenquer, continua o mesmo autor, pode-se dizer o mesmo, com a diferença de que está em proximidade a Santarém – também importante cidade do reino⁷⁸.

Diante desse cabo de força de interesses, os primeiros meses do reinado de Afonso II assistiram a uma disputa política pelas localidades, cabendo o movimento mais ousado a D. Teresa e a D. Sancha, que recorreram à Santa Sé para garantir a posse da outorga paterna⁷⁹. D. Teresa possuía ainda um grande trunfo: fora casada com Alfonso IX de Leão em 1191; tiveram três filhos – Sancha, Fernando e Dulce –, contudo, dada a proximidade de sangue, pois eram primos diretos, o casamento foi desfeito em 1194⁸⁰. Mas, embora rompida a aliança matrimonial, a nobre portuguesa ainda tinha um importante aliado no trono leonês.

Assim, quando Afonso II cercou Montemor-o-Velho por volta de novembro de 1211, em resposta às informações de que D. Teresa estava abrigando nobres expulsos do reino e outros de Leão, Alfonso IX reagiu invadindo o reino de Portugal em março do ano seguinte⁸¹. A configuração dos grupos que se lançaram à guerra em torno de Afonso II ou de D. Teresa é significativa para a compreensão do jogo de forças e a configuração das relações entre poder régio e a nobreza portuguesa, questão que terá ecos no decorrer de todo o século XIII.

O reinado de Afonso II inaugurou não apenas um profundo conflito com suas irmãs, como temos demonstrado, mas também com a nobreza. O rei de Portugal buscou vencer alguns senhores, não com o intuito primeiro de alienar suas terras, mas principalmente para fazer valer as prerrogativas do poder régio, marcadamente suas jurisdições⁸². Para tanto, o monarca colocou em curso as medidas governativas acima expostas – especialmente as inquirições –, mas também usou o expediente dos cargos curiais, alterando aqueles que os detinham e modificando os arranjos de poder sobre os quais estavam assentadas as grandes linhagens nobres de Portugal.

Dessa maneira, o rei de Portugal concedeu o cargo de mordomo-mor a Martim Fernandes de Riba de Vizela, por volta de meados de 1211, em substituição a Gonçalo Mendes de Sousa, testamenteiro de Sancho I e defensor das últimas vontades do falecido monarca⁸³. A perda da posição de maior prestígio dentro da Corte foi entendida enquanto agravo contra a linhagem, tendo o nobre de Sousa deixado o reino e se colocado a serviço de

⁷⁸ FERNANDES, 2010, p. 111-112.

⁷⁹ ML, IV, f. 73.

⁸⁰ VILAR, 2008, p. 16. Caetano de Sousa afirma que o casamento ocorreu em 1190 e teria sido desfeito em 1195 (HGCRP, t. I, p. 109).

⁸¹ VILAR, 2008, p. 127.

⁸² VENTURA, 1992, p. 423.

⁸³ VENTURA, 1992, p. 426; VILAR, 2008, p. 85, 129; FERNANDES, 2010, p. 118-119.

Alfonso IX de Leão, que o nomeou tenente de Estremadura e Trasserra; foi nessa condição que apoiou D. Teresa e atacou o reino português⁸⁴.

O abandono do reino por parte de Gonçalo Mendes de Sousa demonstra ainda a incapacidade da mais poderosa linhagem do reino em lançar uma revolta contra o reino a partir de protagonismo político próprio. Afirma Hermenegildo Fernandes acerca dessa questão:

Na ausência de grandes casas senhoriais análogas às castelhanas ou mesmo às aragonesas – fenómeno marcante na vida política portuguesa deste período que permitirá ao poder do Centro uma relativamente superior margem de manobra –, caberá à própria família real preencher esse vazio no espaço potencial de conflito, facto facilitado pela dimensão avantajada da prole deixada por Sancho, o *Velho* [...].⁸⁵

Dessa maneira, carente de poder nobiliárquico que lhe assegurasse capacidade de intervir sobre as ações do rei de Portugal, coube à nobreza assumir papel auxiliar dos efetivos protagonistas contra a Coroa: a própria linhagem real. Corrobora esse entendimento o conluio de forças que saíram do reino de Leão para dar suporte às filhas de Sancho I – apoio angariado por D. Teresa, que, além de mais velha, detinha um ímpeto para o protagonismo político⁸⁶ –, às quais se somou o infante D. Pedro, que, sendo o segundogênito, ambicionava ocupar o trono português no lugar de Afonso II⁸⁷.

Essa foi a configuração de apoiadores que intervieram a favor de D. Teresa em novembro de 1211, a partir de quando o conflito pontual entre Afonso II e as irmãs passou a guerra aberta. Em março de 1212, as forças militares de Alfonso IX de Leão – incluindo Gonçalo Mendes de Sousa e o infante D. Pedro – haviam tomado Trás-os-Montes e parte da Beira e do Alto Minho, assim como Coimbra. A partir de meados desse mesmo ano a situação do rei de Portugal experimentou considerável melhora, com o apoio de Alfonso VIII de Castela e a intervenção do Papado em prol de uma solução pacífica para a grave contenda, findada apenas em 1213⁸⁸.

As intervenções de forças externas ao reino auxiliaram o apaziguamento dos conflitos entre Afonso II e as irmãs, contudo, não houve um acordo efetivo que congregasse os interesses entre o rei e as senhoras e fosse capaz de pôr fim às desconfianças, que perpassaram

⁸⁴ VENTURA, 1992, p. 427; VILAR, 2008, p. 86; FERNANDES, 2010, p. 118-119.

⁸⁵ FERNANDES, 2010, p. 106.

⁸⁶ FERNANDES, 2010, p. 127.

⁸⁷ VILAR, 2008, p. 107; FERNANDES, 2010, p. 108.

⁸⁸ Para uma abordagem pormenorizada dessa guerra e seus acordos, veja: ML, IV, f. 72v.-78; VILAR, 2008, p. 126-141.

os demais anos do governo desse monarca. A solução para o imbróglio chegou somente em 1223, com Sancho II.

A concórdia⁸⁹ firmada em junho de 1223 ratificou um acordo entre Sancho II e as tias acerca da posse e dos direitos das localidades a elas outorgadas por Sancho I. Por meio do tratado ficou estabelecido: Alenquer deveria ficar sob a posse de D. Teresa e D. Sancha até que morressem, quando voltaria à posse da Coroa portuguesa. Montemor-o-Velho e Esgueira ficariam com D. Teresa; mortas as irmãs, essas localidades passariam às mãos de D. Branca. Falecida essa nobre, Montemor-o-Velho retornaria ao rei de Portugal e Esgueira passaria ao Mosteiro de Lorvão. Temos, portanto, o estabelecimento de um ordenamento acerca da transmissão de bens que garantiu a reversão daqueles imóveis ao patrimônio régio. Em contrapartida ao acordo, D. Teresa e D. Sancha passaram a receber quatro mil maravedis anuais de Sancho II, pagos com os rendimentos de Torres Vedras.

Ainda ficou estabelecido pelo mesmo documento que a fortaleza de Montemor-o-Velho teria um alcaide régio; o ocupante deste posto poderia ser substituído por outro nobre de linhagem quando as tias de Sancho II comunicassem sua vontade ao sobrinho. Os castelos daquelas senhoras estavam obrigados a dar homens para o exército do monarca sempre que ele mandasse ou quando as hostes régias fossem àquelas terras ou regiões vizinhas. As localidades ainda deveriam pagar anúduva⁹⁰ e estavam obrigadas a receber a moeda do rei.

Contudo, o maior entrave para o conturbado reinado de Sancho II não partiu de seus parentes, mas da nobreza. Os ataques de Afonso II contra os privilégios nobiliárquicos se chocaram com a resistência de Gonçalo Mendes de Sousa – que havia retornado ao reino em 1219⁹¹ – e de sua linhagem, que passaram a atuar em prol do enfraquecimento do poder régio e da contenção de medidas centralizadoras⁹². A polarização de interesses que marcou o reinado desses dois monarcas não deve ser compreendida sob o maniqueísmo do binômio rei versus nobres, haja vista ser necessário compreender o estrato nobiliárquico como grupo social constituído por uma multiplicidade de atores sociais, detentores de interesses muitas vezes divergentes e que impunham uma fragmentação à nobreza.

O ambiente de disputa entre os nobres por uma posição junto ao rei encontrou campo aberto quando, em 1223, morreu Afonso II e assumiu Sancho II, ainda menor de idade. Ao

⁸⁹ ML, IV, f. 118-119.

⁹⁰ “Segundo a opinião mais geralmente aceita, consistia esse serviço pessoal, obrigatório para os peões tributários, na obrigação de trabalhar na construção e reparação de castelos – bem como dos paços aí edificadas para residência do rei ou dos alcaides –, cavas, torres, muros, fossos e outras obras militares semelhantes para a defesa da terra” (TORRES, 1985a, p. 161).

⁹¹ VENTURA, 1992, p. 338.

⁹² VENTURA, 1992, p. 320.

longo dos quatro anos que se seguiram, o grupo nobiliárquico enfrentou-se internamente, promovendo sangrentas batalhas, disseminando a conturbação social e a apropriação de direitos régios⁹³. Politicamente inábil, o rei de Portugal não logrou conter o enfrentamento nobiliárquico, ao passo que atacava os privilégios eclesiásticos, combinação que levou o papado a depô-lo por meio da bula *Grandi non immerito*, de 8 de julho de 1245, em que acusava o monarca português de um rol de agravos⁹⁴.

A deposição de Sancho II colocou, mais uma vez, os infantes portugueses no centro do palco político. Chamado pela Santa Sé para assumir o reino logo no mês seguinte à bula que retirou o trono do rei de Portugal, o infante D. Afonso, irmão do rei deposto, deveria assumir o papel de curador de Portugal, enquanto seu tio, o infante D. Pedro, era exortado a auxiliar o sobrinho nos desafios da nova tarefa⁹⁵.

O infante D. Afonso deixou Portugal em data incerta – Leontina Ventura aponta entre 1227 e 1233⁹⁶ –, tendo se estabelecido no reino francês, junto de sua tia Branca de Castela, esposa de Luís VIII da França e mãe de Luís IX – o próximo rei. O segundogênito de Afonso II ocupou lugar de destaque na Corte daquele rei francês: foi armado cavaleiro – juntamente com Afonso de Poitiers, seu primo – no ano de 1239 e logo em seguida se casou com Mathilde, condessa de Bolonha⁹⁷. Não bastasse o prestígio nobiliárquico advindo do título de Conde de Bolonha, o português era possuidor de uma exímia capacidade militar, reconhecida por seus contemporâneos após sua participação nas campanhas francesas contra os ingleses, de 1242 a 1243, tendo obtido uma importante vitória em Saintes no primeiro ano dos conflitos⁹⁸.

Todos esses elementos, unidos ao apoio prestado por D. Branca de Castela e pelo próprio Luís IX junto ao pontífice, fizeram do jovem Afonso o preferido de Inocêncio IV para

⁹³ VENTURA, 1992, p. 431.

⁹⁴ As acusações sofridas por Sancho II junto à Cúria Romana partiram dos prelados portugueses, que acusavam o rei de impor taxações persecutórias às igrejas e mosteiros; elas renderam advertências de interdito e excomunhão de Gregório IX ao monarca. Sem emendar seus atos relativos ao clero, os agravos quanto ao seu governo se ampliaram devido a sua negligência quanto aos assuntos da governação do reino, que careciam de suas ações para serem sanados – roubos, homicídios, incestos, raptos de mulheres, abandono das estruturas defensivas e dos cuidados aos direitos régios. Em síntese, quando o papa Inocêncio IV depôs Sancho II, o fez pelo fato de o rei de Portugal ser incapaz de manter a ordem e a justiça em seu reino (VENTURA, 2009, p. 79-80).

⁹⁵ VENTURA, 1992, p. 453.

⁹⁶ VENTURA, 1992, p. 172.

⁹⁷ Frei António Brandão entende que o enlace de D. Afonso com a condessa Matilde foi traçado por D. Branca de Castela – tia do infante português e mãe do rei francês Luís IX – a fim de “[...] acomodar o sobrinho, & ficar com hum parente poderoso obrigado a seu partido” (ML, IV, f. 156).

⁹⁸ Para maior compreensão do período vivido por D. Afonso na França, veja: VENTURA, 2009, p. 62-70.

ocupar o trono português, em detrimento do irmão⁹⁹. Isto posto, pode-se afirmar que o infante D. Afonso aproveitou o terreno fértil que a tia lhe havia propiciado na Corte francesa para fazer crescer o seu prestígio político a partir da demonstração de suas habilidades próprias, o que terminou por render-lhe mais do que uma posição privilegiada no âmbito do grupo nobiliárquico da França, mas o próprio governo de Portugal e o título de rei.

Em Paris, no dia 6 de setembro de 1245, o infante D. Afonso jurou compromisso com a governança do reino de Portugal perante bispos e nobres portugueses¹⁰⁰. Nos últimos dias desse ano ou nos primeiros de 1246, o irmão de Sancho II chegou a Lisboa, encontrando o reino já sob uma guerra civil, que se aprofundou com a sua presença e permaneceu intensa até meados de 1247, a partir de quando os embates diminuíram¹⁰¹.

A nobreza portuguesa, polarizada desde o reinado de Afonso II, dividiu-se entre dois grupos de apoio que orbitaram em torno dos dois irmãos. Ao redor de Sancho II se alinharam os de Riba de Vizela, Soverosa e Tougues, além de cavaleiros fiéis; enquanto o infante D. Afonso foi apoiado pelas poderosas linhagens de Sousa, Baião, Ribeira e Valadares, e parte das famílias de cavaleiros Portocarreiro e Briteiros, às quais se soma a de Albuquerque e também o tio infante D. Pedro¹⁰².

O rei deposto buscou se sustentar com o auxílio do infante Alfonso de Castela – futuro Alfonso X –, contudo, a ajuda do castelhano não se mostrou efetiva e apenas garantiu a fuga do reino e o abrigo de Sancho II em Toledo, onde morreu em janeiro de 1248. A partir de então, o infante D. Afonso abandonou sua condição de infante segundogênito de Afonso II para alcançar o mais alto posto do governo secular: rei.

Toda essa longa digressão ao contexto que marcou a primeira metade do século XIII serve a princípios concretos. O primeiro deles, estreitamente vinculado à análise da trajetória

⁹⁹ Tratando do apoio de D. Branca a D. Afonso, frei António Brandão afirma: “Agora ella propria & mesmo o Rey seu filho lhe valerão com o Summo Pontifice, informandoo da suficiência & talento do Conde, que na verdade era pessoa muy respeitada em toda França [...]” (ML, v. IV, f. 156).

¹⁰⁰ Os prelados e nobres presentes na ocasião do juramento, assim como o conteúdo aceito por D. Afonso, foram apresentados por António Brandão (ML, IV, f. 157v.-159). Observando o conteúdo, pode-se constatar que o compromisso do futuro rei de Portugal passa por: remediar os abusos e maus costumes vigentes no reino, aplicando leis e punindo os transgressores – ladrões, assassinos, raptos; exercer a administração do poder régio com observância aos seus direitos reais; defender e fazer respeitar as prerrogativas eclesiásticas das igrejas e mosteiros portugueses, restituindo os prejuízos que Sancho II lhes havia imposto e fazendo valer os costumes e segurança dos clérigos de seu reino. Em síntese, se comprometia a reverter os males provocados pela ausência de capacidade governativa de Sancho II e a respeitar e fazer valer a justiça. Ainda que D. Afonso jure de maneira expressa obedecer à autoridade da Igreja, Leontina Ventura defende que o infante reconhecia que não estaria de mãos atadas frente ao poder do papado ao assinar aquele documento, tendo em vista que “[...] o caráter genérico dos seus artigos, na maior parte dos casos sustentados em legislação, princípios teóricos ou costumes ainda mais gerais, lhe permitiam leituras, interpretações e práticas diversas” (VENTURA, 2009, p. 86).

¹⁰¹ Para os pormenores da guerra civil que marcou o reinado de Sancho II, veja: MATTOSO, 1985a, p. 57-75; VENTURA, 1992, p. 446-470; 2009, p. 87-100.

¹⁰² VENTURA, 1992, p. 443-446.

política do infante D. Afonso, volta-se para a compreensão dos atos do passado que ressurgiram nas condições impostas pelo documento de outorga dos senhorios por Afonso III ao segundogênito: a localização estratégica dos domínios territoriais doados, o ímpeto de D. Dinis em reaver as localidades, tendo em vista o fortalecimento de sua autoridade, as alianças com nobres ibéricos e, principalmente, as soluções para os conflitos entre os irmãos – problemáticas que preencherão as linhas que se seguem. Desta forma, a atitude de olhar para o desdobramento das relações entre o monarca e os infantes nos reinados de Afonso II e Sancho II está condicionada à busca de subsídios analíticos para a compreensão do objeto central dessa tese.

O segundo princípio que se almeja com a digressão é o de salientar, marcar de cores vivas o protagonismo político que os infantes lograram no decurso de todo o século XIII: representaram a maior ameaça ao seu reinado, o irmão e as irmãs de Afonso II; a figura de Sancho II é eclipsada pelo irmão, o futuro Afonso III; e, como se verá, os conflitos entre o infante D. Afonso e D. Dinis marcaram a primeira metade do governo dionisino.

Essa repetição de imbróglios entre infantes e monarcas demonstra que a aceitação tácita da ordem de primogenitura para a sucessão régia não implicava no reconhecimento em absoluto da autoridade régia por aqueles que, igualmente filhos do rei, se viam excluídos do trono pela ordem de nascimento. Os repetidos conflitos entre o rei de Portugal e seus irmãos demonstram que, se o poder régio estava vedado a eles, tampouco estavam dispostos a abrir mão de sua capacidade de aglutinação política – efetivada com o respaldo de sua capacidade de articular e estabelecer alianças – em prol da autoridade da Coroa, que, em última instância, chancelava os poderes a um membro da linhagem régia que se diferenciava dos demais unicamente por ter sido o primonato, e não necessariamente o mais apto à governança. Ora, não existem mecanismos do costume ou das leis que obriguem um irmão a reconhecer no outro os méritos de que não o julga merecedor.

1.2.2. A linhagem nobre e a posição social do segundogênito

A exclusão dos segundogênitos em detrimento do primogênito como costume para a sucessão dinástica portuguesa não foi um modelo que ficou restrito à linhagem régia, tendo sido igualmente adotado pela nobreza de Portugal – atitude e emulação cuja ocorrência similar já podia ser constatada para os casos da França¹⁰³ e de Castela¹⁰⁴. Esse alinhamento do

¹⁰³ DUBY, 1990a, p. 119-143; 1989, p. 119-132.

¹⁰⁴ BECEITO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 35-107.

grupo nobiliárquico ao costume régio responde à necessidade de manter o patrimônio territorial e político constituído.

Mas, antes de abordar essa questão, é preciso salientar que a mudança no regime de sucessão nobiliárquica ocorreu como desdobramento da alteração das estruturas de parentesco entre os nobres portugueses, fenómeno que promoveu o abandono da organização cognática e a adoção do agnatismo, ou sistema linhagístico. Estamos, por conseguinte, diante de dois modelos de uma mesma instituição, a família – como tornou-se corrente chamá-la na contemporaneidade –, mas cuja denominação, nas linhas que se seguem, respeitará o léxico medieval, sendo o primeiro tipo chamado *parentela*, e o segundo, *linhagem*¹⁰⁵.

A compreensão desses dois modelos organizativos de relações parentais adotados em Portugal – assim como no Ocidente Medieval –, exige uma diligência pautada em dois critérios: o carácter heterogêneo das famílias nobres em admitir o sistema cognático e o agnático na estruturação de seus laços de parentesco, e a temporalidade inerente a esse processo. Dupla cautela, para a qual chama atenção José Mattoso, quando escreve:

Embora adaptando-os já à realidade histórica, falamos de modelos e dos seus mecanismos. Raramente existem em estado puro. Na realidade concreta, verificam-se numerosas variantes e adaptações, estados híbridos, anomalias, infracções às regras. Mesmo tendo isto em consideração, podemos dizer, grosso modo, que numa época, concretamente os séculos X e XI, predomina entre a nobreza o sistema cognático e que o sistema agnático ou linhagístico se impõe a partir do século XIII. O século XII, sobretudo a segunda metade, é uma época de transição.¹⁰⁶

¹⁰⁵ É preciso que atentemos ao uso do conceito de *família* quando aplicado ao contexto medieval, haja vista que o seu significado hoje não coincide com o daquele utilizado no século XIII, quando não fazia referência a uma unidade de parentesco, mas à indicação de comunidade monástica ou dos membros ligados pela domesticidade a um mesmo senhor feudal (GUERREAU-JALABERT, 1984, p. 62-64; VENTURA, 1992, p. 179-180). Analisando a documentação medieval portuguesa, Leontina Ventura aponta que os dois termos mais próximos do que atualmente chamamos por *família* eram *parentela* – ou *parentesco*, em aparições mais raras – e *linhagem* (VENTURA, 1992, p. 181; 2011, p. 99). Tratando do primeiro termo, a autora afirma ter “[...]o significado de conjunto alargado dos parentes, dos que pertencem à mesma família, dos que estão ligados por laços de parentesco, por linha paterna e materna, e através da descendência” (VENTURA, 2011, p. 99). De maneira complementar ao apresentado por Leontina Ventura, acrescentamos que, conforme apontado por Anita Guerreau-Jalabert, *parentela* foi um vocábulo latino de criação medieval, que designava a totalidade do conjunto de parentes de um indivíduo até seus consanguíneos em sétimo grau; depois de 1215, até o quarto grau (GUERREAU-JALABERT, 1990, p. 91). Temos, assim, que seu emprego estava voltado à indicação de um grupo de consanguíneos em sua largueza, ou seja, em sua estrutura cognática.

Diferentemente desse sentido mais largo, a palavra *linhagem* indicava um vínculo consanguíneo estreito, pautado na noção de verticalidade sanguínea que ligava um indivíduo ao seu tronco de parentesco, formando uma linha configurada por um vetor ascendente – avô, pai – e descendente – filho, neto – de um vivente específico. Forma-se, assim, a ideia de vínculo principal no interior de uma parentela, estreitando o sistema e inclinando-o a uma configuração agnática.

¹⁰⁶ MATTOSO, 1986, p. 83.

Assim, a cronologia acima proposta por José Mattoso para o reino de Portugal – igualmente aceita por Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave para o caso de Leão e Castela¹⁰⁷ – aponta para a predominância na adoção do sistema cognático para os séculos X e XI, a partir de quando este passa paulatinamente a ceder espaço para o agnático, o qual experimentou caráter hegemônico – mas não único – do século XIII em diante.

Nas duas centúrias que ladearam o ano mil, a estrutura cognática pautou a estruturação dos grupos consanguíneos em Portugal, marcadamente dos condes. Por esse modelo, a relação entre a parentela se dava no sentido horizontal, ou seja, tomava por preceito a largura na interação entre os vários indivíduos unidos pelos laços de sangue. Essa configuração implicava que as decisões concernentes ao grupo – como casamentos, vingança contra agravos cometidos a membros da parentela ou a divisão de bens – eram tomadas de maneira ampla, dizendo respeito mais ao conjunto parental do que a um patriarca, produzindo uma simbiose entre os interesses dos membros da parentela e a totalidade do grupo de parentes¹⁰⁸. A horizontalidade desse modelo incidia igualmente sobre os filhos do casal, não havendo distinção entre homens e mulheres ou hierarquias etárias – a possibilidade de herdar títulos e cargos estava aberta aos dois lados, sendo os bens divididos igualmente entre toda a prole¹⁰⁹.

O dispositivo que promoveu o lento abandono do sistema cognático e a gradual adoção da estrutura linhagística foi a tomada de consciência por parte daqueles nobres que, mais próximos da Corte, tomaram a solução régia como resposta para suas demandas¹¹⁰. Acerca dessa mudança de comportamento por parte dos nobres, José Mattoso afirma:

Eles que tentam imitar o rei em tantas coisas, encontram também nele o segredo para manterem as posições cimeiras que conseguem alcançar: designar apenas um herdeiro do sexo masculino e excluir todos os outros

¹⁰⁷ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 35-107.

¹⁰⁸ “Dada a importância económica da terra, não admira que ela se tenha tornado o centro das atenções da solidariedade familiar. Quando os indivíduos se compenetraram de que a prosperidade da família era a primeira condição da sua própria prosperidade pessoal, compreenderam também a necessidade de abdicar do seu egoísmo a respeito da propriedade da terra. Não podia trabalhar-se pela propriedade económica da família – que era também a sua prosperidade social e política – sem criar um vínculo entre ela e a base primacial da riqueza, a propriedade da terra. Não era necessário, para isso, chegar a uma forma de propriedade comum da família; bastava fazer dominar a propriedade individual pelo interesse familiar, e obrigar o proprietário a ver no seu direito uma fonte de redutos económicos, cuja guarda lhe estava confiada, mas cuja finalidade última era garantir o sustento e sobretudo a continuidade da família” (CRUZ, 1941, p. 190).

¹⁰⁹ MATTOSO, 1981, p. 393-399; 1985b, p. 25-29; BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 41-47.

¹¹⁰ MATTOSO, 1985b, p. 112-113; 1995, I, p. 210; BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 69. A adoção do sistema sucessório régio como solução para a transmissão de cargos e privilégios ocorreu igualmente no reino da França, onde sua vigência pode ser constatada já no século IX (DUBY, 1990a, p. 119-143), portanto, duas centúrias antes de sua ocorrência em âmbito peninsular.

quando são varões, fazer das filhas instrumentos de uma política de acordos bilaterais.¹¹¹

Essas palavras de José Mattoso apontam a ideia central da estrutura agnática de parentesco: a verticalização das relações no seio da parentela. Dessa maneira, foi a estruturação vertical entre os membros do grupo consanguíneo que caracterizou a formação e a sociabilidade das nascentes linhagens do Ocidente Medieval. Por esse sistema, cabia ao chefe de linhagem a primazia sobre a decisão de casamentos, assistências, vinganças e heranças, as quais passaram a estar condicionadas a uma hierarquia de sexo e idade: sendo o sexo feminino preterido em relação ao masculino, e os mais velhos em relação aos mais novos. Com essa equação, no trato da posse e transmissão dos bens institui-se a primogenitura, colocando assim o varão em posição privilegiada em relação aos filhos segundos, e esses sobre as filhas.

Temos, portanto, que a partir do século XII até meados do XIII houve a escalada na afirmação da linhagem no seio da nobreza portuguesa. Constatação essa que pode ser observada a partir dos léxicos presentes na documentação desse período, conforme efetivado por Leontina Ventura. A partir de sua investigação, a medievalista portuguesa demonstra a paulatina igualização dos termos usados para designar ambos os troncos – paterno e materno – que incidiam sobre um mesmo indivíduo, indicando que, à altura do reinado de Afonso III, estava assente a valorização do tronco principal – estruturado sobre a filiação patrilinear – e a inferiorização dos colaterais¹¹².

Considerando os séculos XII e XIII como período de transição entre a estrutura cognática e a agnática, é preciso matizar, contudo, a determinação desses dois sistemas na dinâmica do regime de transição do poder político e da herança adotada pela nobreza, questão para a qual Leontina Ventura chama atenção:

Ausente nos séculos X e XI, a estrutura agnática foi-se conformando, lentamente, desde a segunda metade do século XI. Tornou-se clara desde os inícios do século XII, mas no que respeita, como dissemos, às formas de poder político. Isto é, enquanto na repartição das heranças, essas famílias continuavam a seguir o sistema igualitário e cognático, reduzindo a base patrimonial, que se podia reconstruir por via do matrimónio e das concessões régias, no que respeitava à transmissão de cargos e funções políticas e administrativas, seguiam o sistema agnático, o que representava uma fundamental estratégia e o claro reconhecimento da importância do parentesco nas relações políticas.¹¹³

¹¹¹ MATTOSO, 1985b, p. 113.

¹¹² VENTURA, 1992, p. 182-188.

¹¹³ VENTURA, 1996, p. 208.

Diante da heterogeneidade observada para o período de transição entre os dois sistemas de parentesco em debate, é preciso abrir dois caminhos de abordagem: o primeiro, acerca da transmissão do poder político, isto é, dos cargos; e o segundo, quanto ao que toca ao regime de bens. Ressalva-se, da mesma maneira como foi feito em trecho anterior desse estudo, que a abordagem dessa problemática serve a um duplo propósito: de um lado, apresentar elementos do contexto histórico que colaborem para a análise dos termos da doação feita por Afonso III ao filho segundo; de outro, compreender a dinâmica social sobre a qual se pautava o grupo nobiliárquico português no século XIII e, assim, contextualizar as tomadas de posição e atitudes do infante D. Afonso.

É profícuo, para que se entenda a centralidade da posse de cargos régios para o estatuto nobiliárquico de um membro da nobreza, que se recorra ao que escreveu Gama Barros:

Os ricos-homens constituem em Portugal desde a fundação da monarchia a primeira ordem da nobreza; eram os senhores mais poderosos, porque reuniam á fidalguia do seu nascimento a auctoridade e prestigio dos cargos publicos mais elevados, que se incumbiam ordinariamente aos chefes de linhagem.¹¹⁴

Às palavras de Gama Barros adicionamos ainda o contributo oferecido por Salvador Moxó em sua clássica leitura da nobreza castelhana, intitulada *De la nobleza vieja a la nobleza nueva: transformación nobiliaria castellana en la baja Edad Media*. Escreve o autor:

Três traços distintos – e normalmente concorrentes – consideramos básicos para a caracterização da rico-homia, o patrimônio, a linhagem e a privança, ou o que é semelhante, a fortuna ou riqueza; a qualidade nobiliárquica herdada e o fluxo ou confiança desfrutados junto ao monarca [...]¹¹⁵

Isto significa afirmar que a detenção de cargos régios junto ao rei, atribuição indicativa da privança possuída pelo detentor do ofício junto ao poder régio, era condição indispensável para ocupar o posto de rico-homem – mais alto estrato social no interior do grupo nobiliárquico peninsular.

¹¹⁴ BARROS, 1945, t. II, p. 349-350.

¹¹⁵ “Tres rasgos distintos – y de ordinario concurrentes – consideramos básicos para la caracterización [sic] de la rica hombría, el patrimonio, el linaje y la privanza, o lo que es semejante, la fortuna o riqueza; la calidad nobiliaria heredada y el flujo o confianza disfrutados junto al monarca [...]” (MOXÓ, 1969, p. 12).

Para o caso da monarquia portuguesa, efetivada a vitória de Afonso Henriques na batalha contra a mãe D. Teresa e contra o poder régio de Leão, o primeiro rei de Portugal retribuiu o apoio recebido dos nobres com a outorga de cargos régios e, dessa maneira, ofereceu contributo essencial para a consolidação das cinco famílias que ocuparam o mais alto escalão da nobreza portuguesa: Sousões, Braganções, Maia, Baião e Riba Douro¹¹⁶.

Foram justamente esses cargos – tenências e ofícios curiais – que os ricos-homens buscaram legar ao seu primogênito, espelhando-se no comportamento do rei em relação ao seu filho primeiro. Essa medida visava à transmissão dos privilégios conquistados pelo chefe de linhagem aos seus descendentes, o que demonstra a essencialidade que a proximidade ao centro de poder – o monarca – representava para o estatuto nobiliárquico.

A linhagem de Sousa foi aquela que, dentre a nobreza portuguesa, conseguiu com maior efetividade manter a priverança junto ao poder régio, assim garantindo a posição de maior prestígio no interior do grupo nobiliárquico; a detenção dos mais importantes ofícios régios mostrou ser contributo central para que seu lugar no cume da escala social fosse conquistado no século XII e mantido até a centúria seguinte¹¹⁷. Essa estreita ligação ao poder régio leva José Mattoso a afirmar que os Sousas dominaram as Cortes de Afonso Henriques e de Sancho I¹¹⁸, ao passo que a linhagem mirou marcadamente o posto de mordomo-mor, inclusive buscando fazer deste um cargo hereditário¹¹⁹. Ainda que não tenham logrado esse objetivo, se mantiveram nesse ofício durante longos períodos, com maior destaque para o reinado de Sancho I, quando Gonçalo Mendes II sucedeu o pai – Mendo Gonçalves – no ofício curial, de 1192 a 1211¹²⁰.

Como visto anteriormente, a perda desse cargo pela linhagem dos Sousas atuou como causa central para o início do período de guerras privadas e de conflitos sociais que marcou os reinados de Afonso II e Sancho II. O fato de que fora justamente a perda de posição política junto ao poder régio o fator motivador de violências que se arrastaram por dois reinados demonstra muito bem o quanto a priverança era um bem pelo qual a nobreza estava disposta a mover esforços, pois era justamente essa posição de proximidade junto ao monarca que possibilitava aos nobres manter as posições cimeiras da sociedade.

¹¹⁶ Para um estudo mais aprofundado dessas cinco linhagens e dos postos ocupados pelos seus membros junto ao poder régio, veja: MATTOSO, 1985b, p. 45-68; 1995, I, p. 135-188.

¹¹⁷ MATTOSO, 1985, p. 46-50; 124; 131; 168.

¹¹⁸ MATTOSO, 1985, p. 124.

¹¹⁹ MATTOSO, 1985, p. 249. Ainda que tenhamos apontado a sucessão de Gonçalo Mendes II, após a morte de seu pai, no cargo de mordomo-mor de Sancho I, julgamos que essa ocorrência singular não configura a transformação do ofício curial em uma prerrogativa hereditária.

¹²⁰ MATTOSO, 1985, p. 50; VENTURA, 1992, p. 426.

Assim sendo, foi no sentido de garantir a ocupação de posição social elevada para sua linhagem que os seus chefes buscaram relegar ao seu primogênito os mesmos pressupostos de poder que eles próprios experimentavam junto da autoridade régia, ou seja, buscavam transferir a mesma privança por eles experimentada para seu herdeiro primeiro, e o faziam pela certeza de que somente por via da participação no exercício da autoridade régia é que se podiam garantir as benesses – marcadamente as que giravam em torno dos domínios territoriais – possibilitadoras do estabelecimento nos lugares cimeiros da escala social.

De maneira distinta desse esforço do chefe de linhagem em transmitir os cargos régios por ele detidos ao seu primogênito, não é o sistema agnático que se constata quando observado o regime de transmissão de bens. Para o caso dos domínios territoriais, foram os costumes cognáticos que orientaram a divisão dos imóveis entre a prole até finais do século XIII – o que não significa dizer que o filho primeiro não experimentasse substanciais vantagens em relação aos irmãos.

Como apontado por Salvador de Moxó, a fortuna é um dos três critérios básicos para o estatuto nobiliárquico do rico-homem, mas o é também para os demais estratos da nobreza, como reitera o mesmo autor páginas depois, ao passo que a posse de domínios territoriais – haja vista que a sociedade medieval reconhecia na posse de terras o indicativo maior de riqueza – é um fator de elevada importância para a formação do grupo nobiliárquico¹²¹.

Embora o autor espanhol trate da nobreza castelhana, a mesma afirmação acerca do valor crucial da fortuna para o grupo nobiliárquico pode ser também atribuída ao caso da nobreza portuguesa. Ora, foi a habilidade demonstrada pelos infanções¹²² em se apropriar das terras e dos poderes de mando sobre esses domínios – prerrogativas que antes estavam sob o controle dos condes ou do rei de Leão – e, mais ainda, a capacidade de fazer dessas conquistas um patrimônio atrelado ao sangue e passível de ser transmitido à sua prole, que possibilitou-

¹²¹ MOXÓ, 1969, p. 14.

¹²² Segundo definição de José Mattoso, “[...]o termo «infanção» tendia, durante a segunda metade do século XI, a designar o indivíduo que adquire o estatuto social privilegiado, por meio do nascimento, qualquer que fosse a sua função ou riqueza, quer estivesse ou não ligado a alguém por laços de vassalagem” (MATTOSO, 1985b, p. 45; 1995, p. 104). Ainda segundo o mesmo medievalista, essa demarcação cronológica é pautada na evolução semântica que o termo *infanção* experimentou desde o século IX nos registros documentais castelhano-leoneses. Afirma o autor que a etimologia da palavra sugere seu uso inicial vinculado aos jovens aparentados e membros do séquito de guerreiros dos condes ou reis. Posteriormente, expõe o historiador português, quando a função militar se generalizou e deixou de ser privilégio dos filhos dos nobres, os termos *miles* e *infanzones* – inicialmente empregados de maneira paralela – passaram por uma dissociação que se completou em finais do século XI, a partir de quando a primeira expressão indicava aquele que se dedica à profissão das armas e a segunda designava aquele que, por ser filho de um membro da nobreza, era nobre por nascimento (MATTOSO, 1995, I, p. 104-105). A partir dos séculos XII e XIII, os infanções ocuparam posição inferior à dos ricos-homens, determinada pelo fato de que eram nobres de linhagem não detentores de qualquer atribuição ou cargo régio (BARROS, 1945, t. II, p. 359). Na centúria seguinte, já pode ser constatada a substituição do termo *infanção* por *fidalgo*, palavra derivada da expressão *filius de algo*, portanto reafirmando o nascimento e os vínculos de sangue herdados por aqueles que dessa maneira eram designados (MATTOSO, 1985b, p. 113; VENTURA, 1992, p. 23).

lhes alcançar o cume da sociedade nos séculos X e XI¹²³. A ascensão de Afonso Henriques ao trono de Portugal significou uma ruptura com o rei de Leão, mas não com a ordem social vigente naquele contexto, o que significa dizer que os estratos sociais do reino que nascia não se distinguiam daqueles do ambiente ibérico, sendo os infanções aqueles que ocupavam os lugares cimeiros da sociedade.

Foi o patrimônio imóvel, amealhado pelos infanções por via da Reconquista¹²⁴ e da apropriação de domínios régios, que os estratos da nobreza buscaram defender da corrosão provocada pela divisão igualitária da herança entre os filhos – a lembrar, costume típico do sistema cognático de parentesco. Dessa maneira, a nobreza portuguesa viu no modelo linhagístico a solução possível para manter o lugar social que havia galgado ao longo dos séculos anteriores, transmitindo-o ao primogênito. Quanto ao segundogênito, a paulatina adoção da organização agnática implicava em sua exclusão das estratégias nobiliárquicas de sua linhagem.

As pressões sentidas pelos segundogênitos eram derivadas das tensões perceptíveis no interior da nobreza. Enquanto grupo social, o estrato nobiliárquico não havia se fechado por completo até o século XII¹²⁵, apresentando alguma permeabilidade para aqueles que não pertenciam a ele, marcadamente os cavaleiros, haja vista que a cavalaria não era uma categoria social, mas profissional, por isso acessível a nobres e vilãos.

Assim, o serviço armado constituía-se como via de acesso ao grupo nobiliárquico àqueles cavaleiros vilãos que, no século XII, encontravam principalmente na vassalidade ao rei ou a um rico-homem a possibilidade de que seus filhos transpusessem sua condição vilã, passando a compor as hostes dos grandes senhores na condição de cavaleiro *per naturam*¹²⁶. Pautado nesse entendimento, José Mattoso afirma: “A cavalaria vassálica era uma das portas que conduzia à nobilitação. Por isso, a própria categoria dos cavaleiros vilãos não se podia considerar como de estatuto muito definido”¹²⁷.

Já a partir dos últimos anos do século XII e princípios do seguinte, o grupo nobiliárquico passou a ser menos permeável. A conquista de Alcácer do Sal em 1217

¹²³ MATTOSO, 1985b, p. 43-44; 1993a, p. 173; 1995, I, p. 103.

¹²⁴ O conceito de *Reconquista* se refere ao período de conflitos militares entre os reinos cristãos do norte da Península Ibérica e os muçulmanos, promovendo não somente a conquista de terras daqueles sobre estes, mas a inserção desses territórios – e dos que neles viviam – na estrutura cultural, política, social e econômica dos conquistadores. Esse processo, cujas evidências podem ser constatadas mais nitidamente a partir de meados do século XI, perpassa o percurso de formação dos reinos ibéricos: em Portugal e Aragão até meados do século XIII, e em Castela até finais do XV (GARCÍA FITZ, 2009, p. 154; 159). Para uma abordagem pormenorizada acerca desse tema, veja: GARCÍA FITZ, 2009, p. 142-215.

¹²⁵ MATTOSO, 1985a, p. 72; 1985b, p. 173.

¹²⁶ MATTOSO, 1995, I, p. 171-181.

¹²⁷ MATTOSO, 1995, I, p. 120.

principiou a exigência de cavaleiros dotados de habilidade para prosseguir com a Reconquista, movimento militar que, a partir de então, passou a ter o protagonismo das ordens militares e de seu corpo de guerreiros especializados¹²⁸. A esse fator soma-se a diminuição dos despojos de guerra, o que obrigou os cavaleiros vilãos a se dedicarem à exploração de suas terras¹²⁹. Como reflexo desses agravantes, acentuou-se a distinção entre cavalaria nobre e vilã, implicando no fechamento da nobreza portuguesa em meados do século XIII – fenômeno que, em Leão e Castela, já podia ser constatado claramente em finais da centúria anterior¹³⁰.

Chegado o meio do século XIII, a nobreza mostra-se um grupo social em que o processo de hierarquização havia se efetivado, vedando a entrada de novos elementos a partir de então – salvo por meio de intervenção régia, como veremos para o caso dos reinados de Afonso III e D. Dinis. Não é por acaso que a adoção da estrutura familiar agnática coincide com esse contexto: a nobreza, que já sofria a concorrência do clero e da própria realeza, é impelida a adotar um mecanismo que defendesse o poder que acumulou até aquele momento, excluindo ainda mais os demais membros da prole em detrimento do primogênito. Aos segundogênitos restava a alocação em cargos clericais, o serviço a um senhor ou a errância em busca de aventuras que lhes proporcionassem ascensão social¹³¹ – atitude essa que era incentivada pela produção literária¹³².

A completa exclusão de herança ao segundogênito não pode ser compreendida como prática única no século XIII. Embora o primogênito tenha experimentado um significativo favorecimento no recebimento de bens imóveis, os segundogênitos – marcadamente da alta nobreza – recebiam parcelas de domínios territoriais, ainda que menores que aqueles outorgados ao filho primeiro¹³³.

Assim, marginalizados pela estrutura agnática, incentivados a buscar a solução pelas armas e sofrendo a concorrência de outros grupos sociais, os segundogênitos foram os responsáveis pelo ambiente alastrado de violência que Sancho II se mostrou incapaz de conter

¹²⁸ MATTOSO, 1985b, p. 174.

¹²⁹ MATTOSO, 1985b, p. 174-175.

¹³⁰ MATTOSO, 1995, I, p. 121.

¹³¹ DUBY, 1989, p. 119-132; MATTOSO, 1981, p. 355.

¹³² Os romances de cavalaria e sua exortação à busca de aventuras pelos filhos da nobreza foram estudados, para o caso do reino de França, por DUBY (1989, p. 119-132). Para o caso de Portugal, essa mesma problemática foi abordada por MATTOSO (1981, p. 353-369), que considerou a influência da produção literária francesa – conhecida por relatos orais no reino português no século XII e, dois séculos depois, por meio de traduções – e das epopeias castelhanas – como o notório caso de Cid, o Campeador – como modelos buscados pelos jovens nobres portugueses. Acerca da relação entre o conteúdo dessas obras e o contexto, o mesmo autor afirma: “Assim, a realidade histórica misturava-se intimamente com a ficção literária e esta, por sua vez, inspirava e motivava a própria realidade” (MATTOSO, 1981, p. 355).

¹³³ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 232-241; MATTOSO, 1995, I, 210.

e que compôs o rol de motivos para sua deposição: ataques às igrejas e mosteiros, abusos de poderes senhoriais, sangrentas contendas familiares e toda forma de banditismo¹³⁴. Para outros daqueles colocados à margem da sociedade, a opção encontrada foi o exílio para o reino de Castela, onde atuaram nas campanhas de Reconquista efetivadas por Fernando III, Alfonso X e Sancho IV¹³⁵.

Portanto, à altura do século XIII, quando o infante D. Afonso nasceu, a nobreza havia avançado na adoção das práticas linhagísticas de organização social, tanto no que tocava à transmissão de cargos régios quanto no regime da posse dos domínios territoriais – que, como veremos, a partir da centúria seguinte passou a encontrar no morgadio o mecanismo efetivo para a concentração da terra nas mãos do primogênito. Essa prática, adotada a partir da emulação do comportamento régio, demonstra o estabelecimento de um modelo de estruturação das relações entre os consanguíneos que lançava os segundogênitos para a margem das estratégias de perpetuação da linhagem.

O infante D. Afonso poderia ter sido um exemplo de segundogênito que, excluído de qualquer patrimônio fundiário, estivesse fadado a vagar por outros reinos em busca de oportunidade – como haviam feito seus tios D. Pedro e D. Fernando, e mesmo seu pai – ou a permanecer na Corte régia em serviço ao irmão, o rei D. Dinis. Talvez fosse esse o seu caminho, caso Afonso III não tivesse feito dele um caso excepcional entre os infantes portugueses, ao dotá-lo de um importante domínio senhorial na região do Alto Alentejo.

1.3. As doações ao infante D. Afonso

As outorgas de domínios territoriais feitas por Afonso III a favor de seu segundogênito configuram-se como elemento central para a compreensão da trajetória política do infante D. Afonso, haja vista que lhe efetivaram a posse de terras, dotando-o de base concreta de ação a partir de onde atuou a favor de seus interesses enquanto nobre português. Considerando o protagonismo que o infante D. Afonso exerceu na primeira metade do reinado de D. Dinis, é preciso analisar os documentos de outorga de seu senhorio, assim como a tipologia dessas doações, para que, a partir desses dados, possam ser analisados o estatuto nobiliárquico e as relações com o poder régio da personagem central dessa tese.

¹³⁴ MATTOSO, 1981, p. 361; 1985a, p. 57-75.

¹³⁵ Para alguns exemplos de segundogênitos saídos de Portugal para engrossar as hostes castelhanas na Reconquista, veja: MATTOSO, 1981, p. 361-364.

1.3.1. As outorgas

Em 11 de outubro de 1271, o infante D. Afonso recebeu o território que se tornou o núcleo de seu senhorio: Marvão, Portalegre e Arronches, outorgado a ele pelo rei Afonso III. Dada a importância dos termos dessa doação régia para o entendimento das condicionantes às quais o infante estava atrelado enquanto senhor dessas localidades, segue excerto central do documento:

[...] dou e outorgo a vos don Affonso meu fillo e da sobredicta Raya dona Breatriz mha moler, os meus castelos e as mhas vilas de Marvam e de Portalegre e d' Arronches cum todos seus termynos desses castelos e dessas vilas e cum todas sas rendas e cum todas sas pertenças e cum todos aqueles dereytos reaes que eu hy ey e dev'aaver. Que vos ajades os davanditos castelos e vilas assy como de susedicto por leedimo. E se non ouverdes fillo leedimo, fiquem aa vossa mayor fila leedima se a ouverdes. E mando que esta condiçõ seja guardada em todos aqueles filyos leedymos ou filyas leedimas que de vos decerem, que sempre esses castelos e essas villas fiquem ou mayor filyo leedimo, e se hy nom ouver fillo leedimo, fiquem aa mayor fila leedima se a hy ouver. E esto seja guardado em todos aqueles que de vos decerem leedimos pera todo sempre. E se vos don Affonso mey filyo non ouverdes filyo ou filya leedima, os davanditos castelos e vilas tornesse al Rey de Portugal. E outrossi se vosso filyo, ou vossa filya, ou vosso neto, ou vossa neta, ou os outros que decerem de vossa semen leddimamente non ouveren filyo leedimo, ou filya leedima, ou irmao, ou irmaa, ou tyo, ou tya, ou outro propínquo, que decenda leddimamente de vossa semen e o linagem que descer de vos leedimamente for estinto, os sobredictos castelos e vilas tornesse al Rey de Portugal sen neua contenda e sen nen uum embargo. E vos nem neuu que de vos decenda non possades doar nem vender nem cambyar nem empenorar e nem emprazar nem allear os davanditos castellos e vilas em guisa que o senorio desses castelos e dessas vilas sempre seja guardado assi como de suse e dicto. E esses castelos e essas vilas recebede moeda de Portugal e fazede guerra e paz por Rey de Portugal, vos e todos successores vossos se vos Rey de Portugal non fazer mal ou força ou eixerdamento. E se pela ventura vos ele fazer mal, ou força, ou eixerdamento a vos ou a vossos successores, dizede lyo e frontade lyo ou lyo fazede dizer e frontar per alguem vos ou vossos successores em as cortes conuçudamente ata tres vezes que vos alçe força ou mal ou eyxerdamento que vos fazer. E se o ele quiser fazer recebede ende o corrigimento ou a enmenda e guardade ly totalas condiçoẽs de suso dictas. E se ele non quiser alçar a força ou mal ou o eixerdamento se volo fazer depos tal fronta como de susedicta, vos fazede o que virdes e entenderdes que deveades fazer sobre tal feyto. E aquele e aqueles que esta mha doaçõ guardarem assi como de susedicto, aja e ajam a mha beeçõ, e a de deus padre poderoso [...].¹³⁶

¹³⁶ Chancelaria de Afonso III, doc. 490. As doações feitas por Afonso III ao infante D. Afonso, assim como os documentos desse ato, são também analisadas por: BARROS, 1950, t. VIII, p. 254-255; LOPES, 1997, p. 198-199.

Pelos termos do documento, temos que: D. Afonso recebeu aquelas terras sob o regime de domínio de tudo que nelas se assentava – termos, castelos, vilas, rendas – e gozando de todas as prerrogativas de autoridade sobre elas, tal qual o poder régio antes dele. O regime de hereditariedade ficava atrelado primeiramente à condição legítima de seus herdeiros – assim, excluía bastardos ou filhos não reconhecidos pelo poder régio ou canônico –; atendendo esse requisito, a transferência dos bens seguia uma estrutura agnática, ao imputar aos herdeiros a impossibilidade de divisão do território ou de qualquer outra ação – doação, venda, escambo, emprazamento, penhora –, devendo ser herdado pelo primogênito, em seguida pelos demais filhos homens e, somente na falta desses, pela filha maior. A partir desse nível de parentesco, em caso de ausência de herdeiros diretos a herança poderia ser atribuída a propínquos, retornando à Coroa apenas em caso de ausência de prole legítima.

Diante dessas determinações, o que se assistiu foi a criação de um importante senhorio fronteiriço, cuja posse era firmemente assegurada aos descendentes do infante D. Afonso, tendo em vista a amplitude do regime de possibilidades de herança, limitado apenas pela legitimidade da prole – sem qualquer restrição, no tocante ao sexo ou limitação de grau de parentesco, aos que poderiam herdar aquelas terras.

O documento prossegue estabelecendo que o senhorio formado por Marvão, Portalegre e Arronches estava obrigado ao uso da moeda corrente no reino português, e o infante e seus sucessores obrigados a fazer guerra e paz pelo rei de Portugal, desde que este não lhes fizesse mal ou ato que o exerdasse. Caso o monarca o fizesse, D. Afonso ou seus descendentes deveriam dizer e afrontá-lo, ou enviar alguém que o fizesse, conhecidamente, em sua Corte, até três vezes. Se ele ainda intencionasse seguir com o ato de afronta, deveria ser corrigido a respeitar as condições previstas naquele documento. Em caso da continuação e efetivação dos agravos por parte do poder régio, o infante ou seus descendentes poderiam proceder da maneira que julgassem correta sobre tal feito.

Em soma a esse senhorio, Afonso III acrescentou ao domínio do infante D. Afonso a vila e castelo de Vide com todos seus direitos – incluindo os régios –, termos e pertenças, com condição de possuí-lo para sempre¹³⁷. Temos, nessa última disposição, uma significativa mudança nos termos da posse dessa última outorga em relação àquela de 1271: a posse irrestrita de Vide, sem a determinação de fazer guerra e paz pelo reino de Portugal, como fora estabelecido na outorga daquele primeiro domínio territorial.

¹³⁷ Ch.AfIII, doc. 569.

Contudo, as disposições contidas nesse documento destoam de outro, datado do mesmo dia, mas com conteúdo diferente acerca da posse da vila e castelo de Vide, e pelo qual é possível conhecer que partiu do segundogênito a requisição para alienar tal localidade. Por esse registro chancelar¹³⁸, Afonso III declara ter consultado os registros dos termos de Marvão e constatado que Vide era parte dos limites marvenses. Esse dado se volta ao endosso e sustentação do pedido apresentado por D. Afonso, senhor de Marvão, para que o rei o autorizasse a tomar aquela localidade, alegando que recebia dela *forte agravo*¹³⁹. Afonso III permitiu ao filho filhar Vide e a possuir com todos seus termos e o que neles estava contido – pastos, montes, fontes, pertences –, mantendo a localidade sob as mesmas condições contidas no privilégio dado a ele pela posse do castelo e termos de Marvão¹⁴⁰.

Assim, a contradição do conteúdo desses registros – documentos 569 e 556 da Chancelaria de Afonso III – reside na disposição do primeiro em outorgar ao infante D. Afonso a posse de Vide para todo o sempre, enquanto o segundo afirma que a posse dessa localidade estava condicionada aos mesmos privilégios previstos para a posse de Marvão. Da divergência das disposições documentais surgem os questionamentos: não estava Vide obrigada a guerra e paz pelo reino? Seu regime de herança não previa um retorno ao patrimônio régio em caso de extinção de linhagem? Perguntas pertinentes, decerto, mas difíceis de serem respondidas tendo em vista a falta de outros documentos que auxiliem na solução dessas dúvidas.

A última outorga de terras ao infante D. Afonso ocorreu em 23 de fevereiro de 1278, quando Afonso III doou-lhe a vila e castelo de Lourinhã com todos seus termos, pertenças e direitos régios¹⁴¹. Diferentemente de Marvão, Vide, Portalegre e Arronches, que formavam um extenso senhorio localizado na fronteira luso-castelhana, Lourinhã se situava no extremo oeste do reino, em região litorânea, caracterizando-se como ponto apartado em relação ao domínio mais amplo controlado por D. Afonso na porção leste de Portugal.

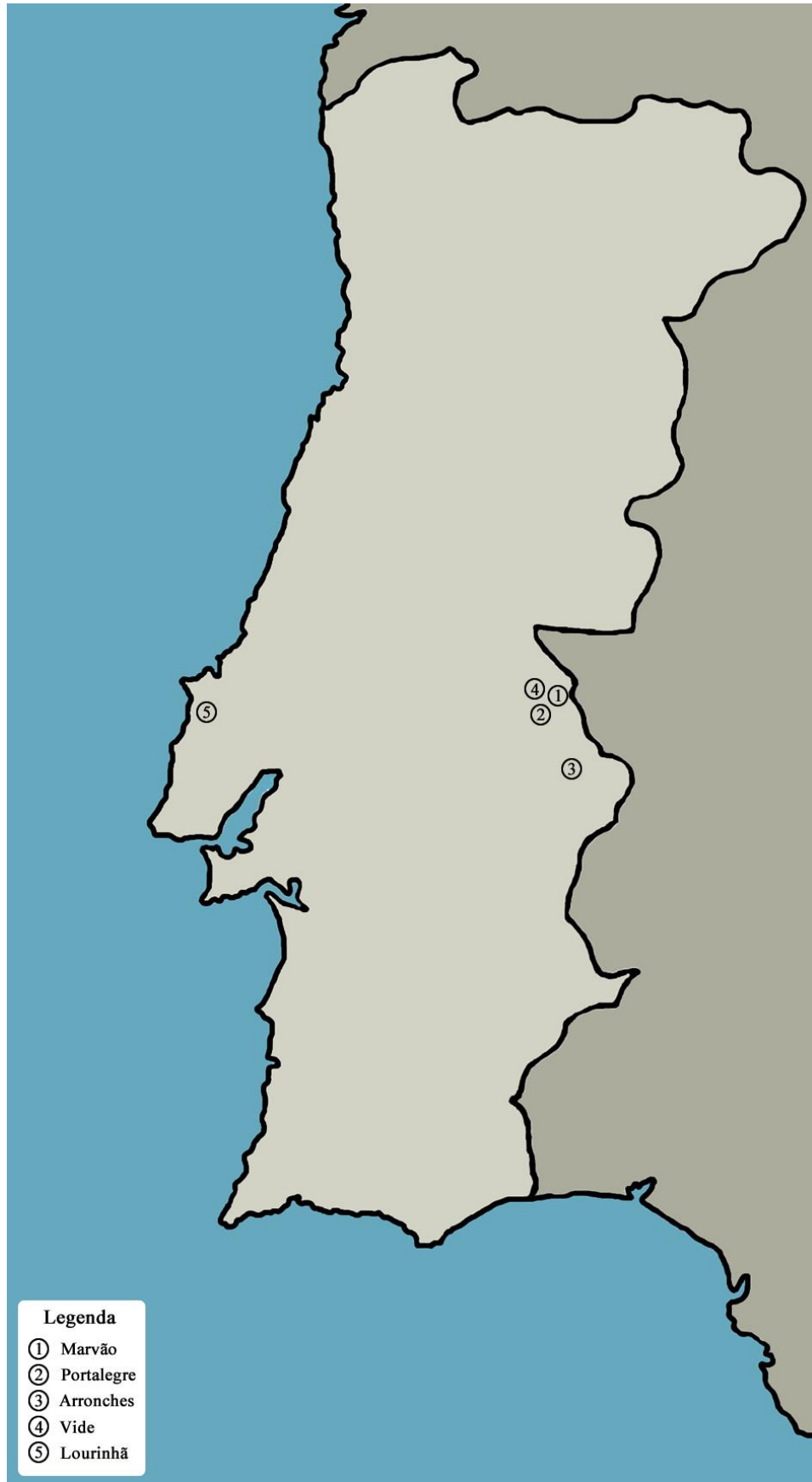
¹³⁸ Ch.AfIII, doc. 556.

¹³⁹ “[...] recipiebat de illa magnum tortum.” (Ch.AfIII, doc. 556).

¹⁴⁰ Ch.AfIII, doc. 556.

¹⁴¹ Ch.AfIII, doc. 689.

MAPA I – DOMÍNIOS TERRITORIAIS DO INFANTE D. AFONSO ATÉ 1278



FONTE: O autor (2016)

Não apenas domínios senhoriais foram outorgados por Afonso III ao segundogênito. Em 12 de maio de 1272, o rei de Portugal doou vinte mil libras ao infante seu filho e da rainha D. Beatriz, cabendo a essa última a guarda desse montante, a ser entregue a D. Afonso após a morte do pai, ou retornar à Coroa portuguesa caso o infante morresse antes do rei de Portugal ou se D. Dinis – sucessor do trono – viesse a falecer antes dele¹⁴².

As vinte mil libras doadas ao infante D. Afonso surgem, então, como garantia de um benefício por sua condição de segundogênito, cessando caso essa posição fosse alterada por sua morte ou se passasse a ser o legítimo herdeiro do trono – o que ocorreria caso D. Dinis falecesse. Ao que deixa transparecer o documento, aquelas libras foram doadas por Afonso III ao filho por consenso e vontade de D. Beatriz¹⁴³, indicando que a rainha-mãe buscava garantir maiores benesses àquele a quem o trono não estava garantido.

Corroborar essa interpretação o fato de que a pecúnia fora custodiada por D. Beatriz, ato que se alinhava a um comportamento das mães em beneficiar e garantir benesses aos filhos segundos e filhas por meio de seus testamentos, como apontado pela análise de Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave:

Nos testamentos maternos, ao contrário, se costuma beneficiar aos segundogênitos ou as filhas, fazendo valer em ocasiões sua inferioridade econômica em relação ao herdeiro principal. A estas últimas se atribuem, além disso, bens móveis e enxoval, também reservado pelos pais, mas em menor quantia.¹⁴⁴

Ante o conjunto de terras e dinheiro doados por Afonso III a D. Afonso, assistiu-se à constituição de um importante *dominus* feudal, senhor de um importante domínio na estratégica fronteira entre Portugal e Castela, além de detentor de outra terra no litoral e da garantia de recebimento de vinte mil libras. Chama a atenção não somente a amplitude das terras outorgadas ao infante, mas também sua importância política e o estatuto nobiliárquico ímpar do qual ele passou a gozar por meio da posse dessas localidades.

A importância dessas doações – marcadamente do domínio senhorial fronteiriço – rapidamente faz levantar questionamentos acerca das motivações e intenções do rei Afonso III ao atribuir ao filho segundo uma condição singular, nunca antes experimentada por nenhum

¹⁴² Ch.AfIII, doc. 517.

¹⁴³ Registra Afonso III: “[...] notum facio quod ego cum consensu et voluntate Regine donne Beatricis uxoris mee [...]” (Ch.AfIII, doc. 517).

¹⁴⁴ “En los testamentos maternos, en cambio, se suele beneficiar a los segundones o a las hijas, haciendo valer en ocasiones su inferioridad económica respecto al heredero principal. A estas últimas se les asignan, además, bienes muebles y ajuar, también reservado por los padres, pero en menor cuantía.” (BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 22).

infante no reino de Portugal. Problemática intrigante, superficialmente ou nada explorada pela historiografia portuguesa, da qual essa pesquisa não poderia se esquivar.

1.3.2. A tipologia da doação

Os debates historiográficos pouco têm se debruçado sobre as questões em torno da tipologia das doações feitas por Afonso III ao filho segundo. Henrique da Gama Barros é quem primeiro toca nessa problemática, quando – tratando do documento de outorga daquele senhorio – afirma:

Se, pela epocha a que pertence, e só por ella, lhe poderia caber a natureza de instituição vincular, encerra comtudo condições especiais, que não só lhe dão constituição de um feudo, senão que se approximam, em grande parte, do que já vimos nas Partidas e no Fuero Viejo estar estabelecido a respeito dos ricos homens que incorriam no desagrado do rei.¹⁴⁵

Em seguida, após analisar o teor dos documentos que registraram a doação do pai ao filho, conclui:

Pela concessão de terras, juro e herdade, com o encargo do serviço militar, essa doação em que transparece o amor paterno a querer pôr a situação futura do infante a salvo da dependencia para com o sucessor da coroa, assemelha-se incontestavelmente á instituição exótica de um feudo, e não lhe cabe o nome de morgado visto que a posse da terra está onerada com a obrigação do serviço militar.¹⁴⁶

Considerando ambas as passagens supracitadas, temos que Gama Barros aceita a tipologia de feudo para as doações de Afonso III a D. Afonso, concessão feudal caracterizada como exótica, haja vista que carregava um dispositivo de atrelamento de serviço militar ao rei. Diante dessa constatação, o autor descarta a possibilidade de compreender a outorga em questão enquanto morgado¹⁴⁷ ou instituição vincular¹⁴⁸. Mas é preciso que se discutam essas duas possibilidades por ele refutadas com mais atenção.

¹⁴⁵ BARROS, 1950, t. VIII, p. 254.

¹⁴⁶ BARROS, 1950, t. VIII, p. 255.

¹⁴⁷ Maria de Lurdes Rosa define o morgadio da seguinte maneira: “[...] acto de regulamentação administrativo-jurídica de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem” (ROSA, 1995, p. 20).

¹⁴⁸ Abrindo capítulo em que se propõe a tratar das propriedades vinculadas, Henrique da Gama Barros afirma: “Estabelecia-se o vínculo quer fosse quando o instituidor destinava os bens principalmente a obras pias, indicando porém a ordem a seguir na sucessão ou administração d’elles (*capellas*), quer o fim principal de sua

A categorização das doações como morgadio não deve ser descartada de antemão, pois é esse o termo utilizado por D. Isabel Afonso – filha do infante D. Afonso – quando, em 1319, após a morte do pai, interpelou o rei D. Dinis acerca da herança que julgava merecer sobre os domínios territoriais que haviam sido de seu progenitor¹⁴⁹. A aparição do vocábulo no documento do século XIV coincide com a datação proposta por Maria de Lurdes Rosa para o fenómeno em Portugal¹⁵⁰, assim como fazem Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave para Castela¹⁵¹.

Contudo, da mesma forma como se chamou atenção para a falta de homogeneidade na adoção de costumes cognáticos ou agnáticos durante a transição entre os sistemas de organização de parentesco, não se pode excluir a possibilidade da doação em questão ter sido chamada por D. Isabel Afonso como morgadio pela simples adoção da palavra corrente no século XIV, mas sem que se constatem elementos que possam configurar aqueles domínios territoriais enquanto morgado.

O imperativo da transmissão do senhorio do infante D. Afonso ao primogênito ou à filha mais velha – na falta de um varão –, desde que legitimamente concebidos, assim como a obrigação de fazer guerra e paz pelo rei de Portugal, se aproximam de algumas características apontadas por Maria de Lurdes Rosa para a instituição dos morgadios em Portugal: regime de transmissão do morgado com predominância do filho primeiro, imposição de comportamento e valores ao filho herdeiro, e boa conduta e serviço face ao rei¹⁵². Ainda acerca das obrigações impostas pela criação do senhorio de Portalegre, Marvão e Arronches ao senhor dessas terras, parecem ser elas que levaram Gama Barros a considerar a doação de Afonso III ao filho segundo como instituição vincular – como apontado em trecho supracitado.

Apesar disso, estão ausentes das doações de Afonso III ao filho segundo outros elementos centrais igualmente apontados por Lurdes Rosa para a instituição dos morgadios, mormente aqueles que previam a vinculação do herdeiro à manutenção da memória linhagística e seus elementos simbólicos – culto mortuário, uso das armas e nome de

instituição, posto que onerada com encargos pios, fosse imobilizar os bens em determinada família para ella manter para sempre o seu estado e condição (*morgados*)” (BARROS, 1950, t. VIII, p. 221)

¹⁴⁹ “[...] presente procuraçom. contra o muyt’ alto e muy nobre senhor don Denis pela graça de deus rey de Portugal e do Algarue meu tio. e contra qual quer que este ffeyto tanger pera demandar os castelos e as vilas de Sintra e de Ourem e de Hermamar com todos seus termhos e pertenças e dereytos reaaes e outros quaes quer que a mjm ficarom per morte do dicto meu padre e de dereyto deuiam a ficar per razom moorgado. per dante sa corte ou per dante qual quer juyz [...]” (LLRDD, 2003, p. 202).

¹⁵⁰ ROSA, 1995, p. 19, 23.

¹⁵¹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE (1990, p. 72) afirmam que, para o caso de Castela, os morgadios não encontraram grande difusão até 1370; até finais do século XV e início do XVI ainda não haviam penetrado por completo nos costumes da nobreza castelhana.

¹⁵² ROSA, 1995, passim.

linhagem¹⁵³. Considerando que a relação com o passado era um dos principais atributos para a constituição dos morgados¹⁵⁴, refutamos essa tipologia para as outorgas do infante D. Afonso.

Pesa, ainda, para a não aceitação da categoria de morgado para as outorgas em questão, o fato de que elas se caracterizam como uma dotação do rei ao seu segundogênilo, enquanto o morgadio, mesmo quando criado pelo poder régio, direcionava-se a um rico-homem¹⁵⁵. Assim, a singularidade do ato – configurando-se como favorecimento do monarca ao seu filho segundo – deve ser considerada como traço de elevada distinção, portanto, carece de tipologia própria.

Tendo em vista a defesa da impossibilidade de categorizar as outorgas de Afonso III ao filho segundo enquanto instituição de morgadio, é preciso apontar que se discorda do posicionamento de Bernardo de Sá Nogueira, medievalista português que compreende ser aquela outorga um modelo de morgado, instituído sob a influência de práticas castelhanas similares que beneficiaram segundogênilos régios, assim como dos apanágios franceses¹⁵⁶.

Ora, não parece razoável que, diante do longo tempo em que Afonso III esteve na Corte francesa, não se buscassem influências das políticas e práticas institucionais experimentadas pelo rei no além-Pirineus nas linhas de atuação que o Bolonhês pôs em curso após chegar ao trono de Portugal. Essa perspectiva de análise não é nova; Alexandre Herculano a abordou em seus estudos¹⁵⁷. Leontina Ventura igualmente considera a experiência da Corte da França na governação do Bolonhês, marcadamente no que tocou à centralização do poder régio¹⁵⁸, e que se revelou ainda na escolha do nome dos filhos: Branca – tal como a mãe e a primeira filha de São Luís – e Dinis¹⁵⁹. O caso do primogênilo é ainda mais significativo, pois representou uma quebra na sequência dos patronímicos régios – até então concentrados em Afonso e Sancho –, ao adotar o nome de um santo profundamente atrelado à dinastia dos Capeto¹⁶⁰. O influxo francês também foi defendido por José Mattoso, que afirma:

O nome dado ao pequeno príncipe, providencialmente nascido no dia da festa do santo patrono da França, representa, evidentemente, uma homenagem ao reino onde Afonso tinha observado o funcionamento de uma

¹⁵³ ROSA, 1995, *passim*.

¹⁵⁴ ROSA, 1995, p. 50.

¹⁵⁵ ROSA, 1995, p. 240; 252-256.

¹⁵⁶ SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 24-25.

¹⁵⁷ HERCULANO, s.d., t. V, p. 145.

¹⁵⁸ VENTURA, 1992, p. 471; 2007, p. 62-66.

¹⁵⁹ VENTURA, 2009, p. 260.

¹⁶⁰ As relações entre o culto de S. Dinis e a dinastia capetúrgia foram tema de pesquisa de Gabrielle Michele Spiegel. Veja: SPIEGEL, 1975, p. 43-69.

prática política, com São Luís, seu amigo e protector, e que adaptou em Portugal, como os *baillis* (agentes itinerantes em que decerto se inspirou para criar o cargo de meirinho-mor), o funcionamento do tribunal régio como tribunal de apelo ou a plena autoridade legislativa.¹⁶¹

Retornando ao caso específico das doações ao infante D. Afonso, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro aponta que os apanágios franceses atuaram como forte influência na ação de Afonso III, haja vista que a experiência do segundogênito de Afonso II enquanto esteve na França o colocou em contato com esse modelo de outorga régia¹⁶². Mais taxativa, Leontina Ventura reconhece as doações do rei de Portugal ao filho segundo como um apanágio ao modelo francês, quando afirma:

Tratava-se de um especial senhorio fronteiro tomado ao domínio régio, um apanágio. Inspirado, porventura, nos *apanages* franceses que Afonso tivera ocasião de conhecer muito de perto – os irmãos e os filhos de São Luís tinham-nos recebido –, com todas as suas vantagens e inconvenientes [...].¹⁶³

O estreito contato do futuro Afonso III com os apanágios franceses não pode ser ignorado para a análise da instituição do senhorio fronteiro ao filho segundo. Quando na França, D. Afonso fora casado com D. Mathilde em segundas núpcias para ela, pois antes dele a nobre francesa fora esposa de Filipe de Hurepel – filho bastardo de Filipe Augusto e primeiro beneficiário de um apanágio¹⁶⁴. Não bastasse essa proximidade, tinha estreita relação com Afonso de Poitiers, filho de Luís VIII e também agraciado pelo pai com um apanágio¹⁶⁵.

Diante dessas relações, indiciárias de um patente contato com a instituição do apanágio, é preciso observar os dispositivos jurídicos que caracterizam essa modalidade de doação feita pelos reis da França a alguns de seus filhos. Para tanto, é preciso recorrer ao singular estudo de Charles Wood acerca dos apanágios franceses e apresentar quatro conjuntos de elementos de análise estabelecidos por ele: cláusula de reversão, homenagem, soberania e jurisdição, e obrigações militares e financeiras¹⁶⁶.

É preciso salvaguardar, contudo, que embora Charles Wood concentre sua pesquisa entre os anos de 1224 e 1328, para a presente tese será tomado 1271 como ponto de corte, haja vista ter sido o momento em que ocorreu a doação de Afonso III ao infante D. Afonso –

¹⁶¹ MATTOSO, 2009, p. 538.

¹⁶² PIZARRO, 2008, p. 108.

¹⁶³ VENTURA, 2009, p. 186. Contudo, em pesquisa anterior, Leontina Ventura considerou aquela doação sob o modelo de um morgado (VENTURA, 1998, p. 41).

¹⁶⁴ WOOD, 1966, p. 9.

¹⁶⁵ WOOD, 1966, p. 23.

¹⁶⁶ WOOD, 1966, *passim*.

assim evitando anacronismos. Não proceder dessa maneira poderia contaminar a análise com considerações acerca das modificações experimentadas pelos apanágios franceses após esse último marco temporal e, por consequência, turvar nossa capacidade de reconhecer as características de proximidade entre o caso francês e o português.

Contudo, não basta cobrir o erro do anacronismo; é preciso não descuidar do contexto do reino de Portugal. Comparar os apanágios franceses com a doação de Afonso III ao seu segundogênito, sem levar em consideração suas experiências anteriores ao longo de todo o governo do pai e nos primeiros anos do de seu irmão, significaria tratar o Bolonhês como mero replicador das instituições por ele observadas no reino da França. Isto posto, é preciso considerar que o jovem D. Afonso passou considerável tempo em Portugal antes de deixar o reino rumo à Corte francesa, período no qual certamente soube dos conflitos entre Afonso II e suas irmãs e do posterior acordo com Sancho II. Assim sendo, buscaremos constatar influências desses dois espaços político-institucionais na doação daquele domínio territorial ao infante D. Afonso.

Charles Wood chama de cláusula de reversão – *reversion clause* – o dispositivo que previa o retorno dos domínios territoriais que compunham o apanágio à Coroa francesa em caso de não haver prole que os herdasse. Essa medida, observada desde a doação a Filipe de Hurepel, experimentou algumas alterações no decorrer do reinado de Luís IX, marcadamente quando a morte da herdeira desses bens, Jeanne, em 1251 – fato indicativo da possibilidade de herança por via feminina –, deu início a um litígio por seus domínios territoriais, requeridos por Afonso de Poitiers e Carlos de Anjou – irmãos do rei São Luís¹⁶⁷.

Alegavam os dois irmãos que o documento instituidor do apanágio do bastardo de Luís VIII previa o retorno de seus bens à Coroa em caso dele morrer sem herdeiros, mas nada dizia acerca da possibilidade de seus filhos morrerem sem prole. Em 1258, o rei da França julgou o pedido e determinou o retorno dos domínios ao patrimônio régio. A partir de então, os documentos de outorga dos apanágios passaram a determinar com maior acuidade a forma de herança desses feudos, incluindo regulamentações acerca dos filhos dos beneficiados por esse modelo de doações e evitando ambiguidades¹⁶⁸. Os apanágios voltaram a experimentar novas alterações em suas disposições legais somente a partir de 1284¹⁶⁹.

¹⁶⁷ WOOD, 1966, p. 37-39.

¹⁶⁸ WOOD, 1966, p. 39-41.

¹⁶⁹ Das modificações posteriores, chamamos atenção para a limitação da herança aos homens, promovida por Filipe IV, o Belo. Para uma visão detalhada das alterações que incidiram sobre os apanágios após 1284, veja: WOOD, 1966, p. 45-66.

Dessa maneira, no que toca ao regime de herança dos apanágios, observa-se um mesmo padrão de dispositivo regulador presente no caso francês e no português, ambos determinando a transferência da posse aos descendentes do senhor e de seus filhos, desde que legítimos; em caso de ausência de herdeiros, os bens retornariam ao patrimônio régio. O caso da doação de Afonso III vai ainda além – ao menos pelo que se pode constatar a partir do estudo de Charles Wood –, haja vista que estabeleceu expressamente a possibilidade de herança aos colaterais dos descendentes do infante D. Afonso.

Outras duas similaridades entre os apanágios franceses e a doação portuguesa precisam ser abordadas: a obrigação de receber moeda do reino e os serviços militares. No caso da questão monetária, temos que, para o caso da França, a partir de 1262 o rei Luís IX passou a centralizar a cunhagem, ato que se refletiu na proibição da moedagem que estava sendo feita por Afonso de Poitiers¹⁷⁰.

No que tange ao apoio militar ao rei de França, considerando que os apanágios eram feudos da Coroa, seus senhores estavam obrigados ao serviço pelos laços de fidelidade e homenagem que deveriam prestar ao monarca francês – como salientado por Luís IX na outorga de domínios a seus filhos¹⁷¹. Era justamente essa relação de posse de uma parte destacada dos domínios régios por um ou mais filhos do monarca que conferia caráter específico a essa modalidade de outorga, como afirma Charles Wood:

Não obstante, na maneira como a homenagem e a fidelidade eram dadas e recebidas nos apanágios estão presentes algumas diferenças da prática feudal normal, sugerindo que os laços entre rei e príncipe não podem ser compreendidos puramente em termos de uma relação senhor-vassalo. Na verdade, os apanágios sobressaem-se, particularmente em meados da décima terceira centúria, como um clássico exemplo de feudalismo influenciado e modificado por considerações familiares.¹⁷²

Diante da característica específica que as considerações familiares imprimiam ao modelo de apanágios, e considerando os outros dois atributos inerentes a essa modalidade de doação – aceitação da moeda régia e serviço militar –, é preciso que se verifique se essa mesma singularidade se manifesta somente nas doações ao infante D. Afonso, ou se igualmente está presente em outras outorgas.

¹⁷⁰ WOOD, 1966, p. 100.

¹⁷¹ WOOD, 1966, p. 135.

¹⁷² “Nevertheless, in the way homage and fealty were given and received within the apanages some differences from normal feudal practice are present, suggesting that the ties between king and prince cannot be understood purely in terms of a lord-vassal relationship. In fact, the apanages stand out, particularly in the middle of the thirteenth century, as a classic example of feudalism influenced and modified by family considerations” (WOOD, 1966, p. 67).

Observa-se que o segundogênito de Afonso III não fora o único dos filhos a receber terras. A D. Branca, o rei de Portugal doou, em setembro de 1261 – apenas dois anos depois de nascida –, o castelo de Montemor-o-Velho, com todos seus termos e pertenças, devendo a posse retornar à Coroa em caso de casamento fora do reino de Portugal ou de sua morte¹⁷³. Tendo em vista que o documento não indica qualquer possibilidade de herança aos filhos dessa infanta, o ato paterno indica sua preocupação em garantir meios de subsistência à filha até seus últimos dias. Quanto às obrigações da infanta, o registro chancelar afirma:

E enquanto essa infanta D. Branca possuir esse castelo deve desse castelo por mim ou por quem naquele tempo reinar no reino de Portugal fazer paz e guerra, e não deve esse castelo nem a mim nem a meus sucessores nem ao reino de Portugal fazer mal ou guerra. E eu nem meus sucessores que pelo tempo reinar no reino de Portugal, não devemos a essa infanta D. Branca forçar do dito castelo nem de direito nem de pertenças seus, em toda sua vida, nem alguém ir contra essa doação. E se for de alguma forma algum de meus sucessores ou algum outro quizer ir contra esta minha doação sobredita, mando e concedo que essa infanta D. Branca defenda-se nesse castelo com toda sua dureza em todos os dias de sua vida.¹⁷⁴

Observado esse excerto documental, constata-se a repetição dos imperativos de fazer guerra e paz pelo rei de Portugal, embora nada se diga a respeito da aceitação de moeda. Contudo, a ausência dessa última prerrogativa não deve induzir uma pretensa singularidade do caso do infante D. Afonso, haja vista que a particularidade não se sustenta, quando observada a autorização concedida por Afonso III a João Peres de Aboim – seu importante valido e funcionário régio – para construção de castelo e fortaleza em Portel, dada em outubro de 1261¹⁷⁵, localidade a ele doada pelo concelho de Elvas¹⁷⁶. Traz o documento:

Mando também e concedo que você e todos os sucessores que tiver e deter plenamente, livre e em paz, direito hereditário perpétuo no sobredito castelo e fortaleza com sobredita herdade e com sobredito couto e fazer desse lugar como de sua própria herdade e você e vossos sucessores recebam aí minha moeda e fazerem desse castelo e dessa fortaleza a mim e a meus sucessores guerra e paz, e em vista disso eu e meus sucessores devemos amparar e

¹⁷³ Ch.AfIII, doc. 307.

¹⁷⁴ “Et dum ipsa Infantissa donna Blancha habuerit ipsum castellum debent de ipso castello pro me vel pro illo qui pro tempore regnaverit in Regno Portugalie facere pacem et guerram, et non debent de ipso castello michi nec successori meo nec Regno Portugalie fecere malum nec guerram. Et ego nec sucessores mei qui pro tempore regnaverit in Regno Portugalie non debemus ipsam Infantissam donnam Blancham forciare de dicto castello nec de juribus nec de pertinenciis suis, in tota vita sua, nec aliquo ire contra istam donationem. Et si forte quod absit aliquis successor meus vel aliquis alius voluerit ire contra istam meam donationem supradictam, mando et concedo quod ipsa Infantissa donna Blacha defendat se in ipso castello cum omni dure suo in diebus vite sue” (Ch.AfIII, doc. 307).

¹⁷⁵ Ch.AfIII, doc. 277.

¹⁷⁶ Ch.AfIII, doc. 276.

defender a ti e seus sucessores com o mesmo castelo e com a mesma fortaleza contra todos que a você ou a seus sucessores quiserem fazer violência ou mal ou agravo.¹⁷⁷

Os termos da autorização concedida por Afonso III a João Peres de Aboim demonstram que a obrigatoriedade de fazer guerra e paz pelos reis de Portugal figurava como elemento presente em outras doações do rei de Portugal, o que indica o caráter feudal desses atos, o qual pode ser constatado claramente na parte final do trecho documental supracitado, em que o monarca impõe o serviço militar ao seu valido ao mesmo tempo que oferece a contrapartida da proteção régia.

No que toca à questão monetária das concessões abordadas, observa-se que a doação a D. Branca não indicava a preocupação de Afonso III em fazer correr sua moeda nos domínios da filha, ao contrário do que impôs a João Peres de Aboim e ao infante D. Afonso. Chama atenção, contudo, que os domínios territoriais aos quais estava implicado o recebimento do numerário régio se localizavam justamente nos limites entre Portugal e Castela, fator que indica uma preocupação maior do rei português em impor um número maior de dispositivos que garantissem a fidelidade das localidades fronteiriças – atitude que se alinhava à política fronteiriça com o reino vizinho, como se verá a seguir.

Não deve ser ignorado, ainda acerca da imposição da moeda régia àqueles domínios, o acordo estabelecido entre Sancho II e suas tias, o qual já trazia a obrigatoriedade da aceitação do numerário régio em seus domínios. A manutenção dessa mesma premissa nas outorgas de Afonso III demonstra a capacidade do rei de pôr em prática medidas por ele observadas na França, mas sem descuidar da configuração das instituições do próprio reino de Portugal.

Diante da constatação da não singularidade das exigências de serviço militar e de adoção da moeda régia nas premissas inerentes ao senhorio do infante D. Afonso, torna-se possível entender a doação de Afonso III ao filho segundo como a instituição de um feudo. Mas não de qualquer feudo, senão um da própria Coroa, criado em benefício de membros da linhagem real e estreitamente vinculado ao poder régio, por meio dos serviços exigidos ao seu senhor de sangue real e a todos os seus descendentes – fazer guerra e paz e aceitar o numerário do monarca português –, e principalmente por um meticuloso estabelecimento de

¹⁷⁷ “Mando eciam et concedo quod vos et omnes sucessores vestri habeatis et possideatis plenarie, libere et in pace jure hereditario in perpetuum prefatum castellum et fortelezam cum predicta hereditate et cum predicto cauto et faciatis inde tamquam de vestra propria hereditate, et vos et sucessores vestri recipiatis ibi meam monetam et faciatis de ipso castello et de ipsa forteleza pro me et pro successoribus meis guerram et pacem, et propter hoc ego et sucessores mei debemus emparare et defendere vos et sucessores vestros cum ipso castello et cum ipsa forteleza contra omnes qui vobis vel successoribus vestris voluerint facere viloenciam vel malum vel tortum” (Ch.AfIII, doc. 277).

regras que visavam impedir qualquer alienação desse domínio territorial à linhagem daquele que primeiro descendeu de um rei de Portugal.

O conjunto das regras estabelecendo o regime de herança, serviço militar e monetário contido no documento de outorga do senhorio ao infante D. Afonso reveste essa concessão feudal de determinantes únicas, singulares na história do reino de Portugal. Sem que tivesse explorado suficientemente os traços excepcionais da outorga de Afonso III ao filho segundo, Gama Barros escondeu-as por trás do adjetivo *exótico*, usado por ele para definir a instituição daquele feudo¹⁷⁸. A estranheza assumida por esse autor advém dos traços franceses que compunham o estatuto dos domínios territoriais do senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches.

Como se nota, até aqui nos ativemos a uma análise que privilegiou os aspectos jurídicos da criação daquele feudo, exaltando a normativa da transmissão do senhorio tão somente aos descendentes da linhagem do infante D. Afonso como característica central capaz de sustentar o seu caráter de apanágio. Contudo, considerar unicamente as disposições reguladoras inerentes à criação do senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches para tal afirmação mostra ser uma análise rasa, e por consequência demasiado parcial, para que possamos indicar uma vinculação da instituição portuguesa à francesa. Diante dessa afirmação, é preciso considerar quais as intenções gestadas por Afonso III quando doou aquele domínio territorial especificamente para seu filho segundo, e assim adicionar elementos que corroborem a interpretação acerca da tipologia por nós proposta, demonstrando ao mesmo tempo quais as manobras políticas sustentadas pelo rei de Portugal quando efetivou medida tão singular a favor do segundogênito.

1.4. O infante como extensão da Corte

Como indicado, é possível estabelecer certa proximidade entre as intenções que envolveram a criação dos apanágios na França e os imperativos da política externa e interna do reino de Portugal à altura da doação de Afonso III ao infante D. Afonso. Diante disso, é preciso compreender as relações políticas entre o reino de Portugal e o de Castela, assim como o quadro social interno da nobreza portuguesa e, a partir desse contexto, analisar qual o papel político do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches na atuação régia de seu pai.

¹⁷⁸ BARROS, 1950, t. VIII, p. 255.

1.4.1. Política externa

Falecido Sancho II em 1248, Afonso III assumiu o trono português ainda em meio a um conturbado cenário político, reflexo dos conflitos ainda recentes vividos pelo reino e da divisão que haviam provocado no tecido social, especialmente entre a nobreza. Objetivando canalizar a violência interna contra um inimigo externo e comum ao grupo nobiliárquico, o rei iniciou a campanha de tomada do Algarve aos muçulmanos, ação que ainda lhe possibilitaria assentar a autoridade régia e a conquista de terras – as quais poderiam ser usadas para recompensar seus guerreiros e assim fidelizar a parcela de nobres ainda relutantes em aceitá-lo como novo monarca¹⁷⁹.

A vitória sobre os muçulmanos, em campanhas ocorridas entre 1249 e 1250, selou o fim da Reconquista portuguesa, com a tomada de Faro, Albufeira, Porches e Silves. Contudo, essa vitória não se reverteu no domínio imediato do Algarve por Afonso III, tendo em vista que o infante Alfonso de Castela – futuro Alfonso X, o Sábio – reivindicou o domínio sobre o território recém-conquistado. A Questão do Algarve, como a historiografia convencionou chamar esse período de conflitos e acordos em torno dessa região, aprofundou a oposição entre os monarcas e marcou seus reinados.

São incertas as prerrogativas que embasavam a pretensão castelhana sobre o Algarve. Medievalistas avançaram em possibilidades que giram em torno da vassalagem de Niebla – reino governado por Ibn Mahfot e que englobava o Algarve – ao infante Alfonso de Castela, a cedência de direitos sobre a região por Sancho II ao futuro Alfonso X ou ainda o tratado de Sahagún em 1158. Seja como for, a questão segue nebulosa e múltipla em interpretações¹⁸⁰.

No caminho para um primeiro entendimento, ocorreram conflitos e a ocupação de Aroche e Aracena pelo monarca português em 1251, até que, entre março e maio de 1253¹⁸¹, foi estabelecido um primeiro acordo entre os reis divergentes, após serem exortados pelo papado a chegar a uma solução pacífica para a contenda. Pelo que fora acordado entre Afonso III e Alfonso X – agora rei, devido à morte de Fernando III em 1252 –, o primeiro cedia a soberania da região ao segundo, que a recebia na condição de feudo, passando a vassalo do rei

¹⁷⁹ VENTURA, 1992, p. 474; 2006, p. 105-108; MATTOSO, 1993b, p. 133-134.

¹⁸⁰ Para uma síntese dos debates historiográficos em torno dessas interpretações, veja: VENTURA, 2009, p. 167-169.

¹⁸¹ VENTURA (2009, p. 170) marca o acordo como ocorrido entre meados de março e abril; já AYALA MARTINEZ (1986, p. 34) aponta para maio de 1253.

de Castela e assim implicado ao auxílio militar de 50 lanças. Fez parte das negociações ainda o casamento de Afonso III com D. Beatriz, filha bastarda de Alfonso X¹⁸².

O acordo firmado entre Afonso III e Alfonso X em 1253 não representou uma solução efetiva para a questão do Algarve, haja vista que a ambiguidade dos termos acerca da posse dessa região não promoveu um acordo que fosse respeitosamente cumprido pelas partes¹⁸³, dubiedade que também era fomentada pelo rei de Castela, que lançou para o futuro uma solução final para o conflito, ao se comprometer a abrir mão do domínio do Algarve quando o primogênito do enlace entre o português e D. Beatriz atingisse os sete anos.

Enquanto uma solução definitiva não surgia no horizonte das relações entre Portugal e Castela, ambos os monarcas buscaram meios de implantar sua autoridade sobre o Algarve: em 1253, Alfonso X restaurou a diocese de Silves e indicou seus bispos, atitude alvo de um infrutífero protesto de Afonso III junto ao papado no ano seguinte; ao passo que o castelhano concedia foral a Sevilha e delimitava em seus termos a abrangência de vilas portuguesas, o português concedia foral às mesmas vilas¹⁸⁴.

Uma solução favorável a Afonso III acerca desse impasse começou a se delinear a partir de 1261, e marcadamente no ano seguinte, com a conquista de Niebla por Alfonso X, fato que possibilitou a revisão da questão do Algarve¹⁸⁵. Em 1263, uma junta nomeada pelos reis de Portugal e Castela chegou ao seguinte teor de um novo acordo: o monarca castelhano mantinha o domínio superior do Algarve, porém enfeudava-o a seu neto, D. Dinis, fazendo dele seu vassalo, com a obrigação de prestar ajuda de 50 lanças em caso de guerra. Como garantia desses termos, os principais castelos algarvienses foram entregues a D. João de Aboim e seu filho, Pedro Anes de Portel. Pouco depois, em 1264, diante da revolta dos mudéjares andaluzes, Alfonso X se viu impulsionado a ceder seus privilégios sobre o Algarve – embora tenha mantido a vassalidade do neto e a ajuda militar – em troca do apoio de Afonso III¹⁸⁶.

A cedência de Alfonso X em favor do neto pode ter influenciado Afonso III a aproveitar o ato do sogro para enviar-lhe novo suporte militar em 1265, ano em que o castelhano investiu contra os mouros de Granada, tendo o pequeno Dinis como chefe nominal,

¹⁸² MATTOSO, 1993b, p. 137.

¹⁸³ Na interpretação de José Mattoso, os termos do acordo “[...] deviam ser suficientemente ambíguos para nenhum dos contraentes estar de acordo acerca dos direitos do outro” (MATTOSO, 1987, p. 86). Esse mesmo entendimento foi mantido pelo autor em síntese posterior (MATTOSO, 1993b, p. 137).

¹⁸⁴ AYALA MARTINEZ, 1986, p. 35-36; VENTURA, 2009, p. 171-172.

¹⁸⁵ MATTOSO, 1993b, p. 137.

¹⁸⁶ MATTOSO, 1993b, p. 138; VENTURA, 2009, p. 173-175.

fator que, pondera José Mattoso, pode ter seduzido o rei de Castela a ceder o que ainda lhe restava dos acordos anteriores sobre a questão do Algarve¹⁸⁷.

Após quase duas décadas, o imbróglio entre os reis portugueses e castelhano encontrou uma solução em 16 de fevereiro de 1267, pelo tratado que leva o nome da localidade em que foi assinado: Badajoz. Pelo que foi estabelecido, Alfonso X entregou todos os castelos e terras do Algarve a Afonso III¹⁸⁸ e o dispensou de todos os deveres inerentes à sua vassalidade, assim como à de D. Dinis¹⁸⁹. Por sua vez, Afonso III se comprometeu a não criar impedimentos para que a diocese de Silves se subordinasse a Sevilha¹⁹⁰.

Ainda pelo acordo, ficava estabelecida a linha fronteira entre os reinos de Leão e Portugal – ponto que toca diretamente à compreensão acerca das doações de Afonso III ao filho segundo. Vejamos o que traz o documento:

Primeiramente que yo don Alfonso por la gracia de dios Rey de Portugal quito me a vos don Alfonso por essa misma gracia Rey de Castiella e de Leon de quanto he entre Guadiana e Guadalquivir, e entrego vos Aroche e Araçena, e de todos los otros logares de entre Guadiana e Guadalquivir quito me vos de todo derecho e de todo senorio que y e, salvos los derechos que en estes logares han la Iglesia de Evora, e la Iglesia de Sevilha, e otra See qualquer. E nos Reyes sobredictos partimos los Regnos de Portugal e de Leon assi como entra Caya en Guadiana, e Guadiana como se va por la vena al mar [...] Arronches e Alegrete ficam cum el Regno de Portugal e metemos omes buenos en que nos aviniemos los quales son nombrados en las otras nostras cartas que ende son fechas e seeladas cum nostros seelos que andem bien e lealmente e que metam mojones entre aquellos dos logares e el Regno de Leon e que sean aquellos mojones partimentos de los Regnos. Marvam e Valença e los otros logares vizinhos de Valença del parte del Regno de Leon esten como agora están cum sus tenencias, e los sobredichos omes buenos en que nos aviniemos metam mojones entr'ellas que sean partimientos de los Regnos.¹⁹¹

Do teor documental supracitado, temos que: o rio Caia e o rio Guadiana passaram a se configurar como linha natural que separava os reinos de Portugal e Castela, o que significa que Afonso III cedeu Aroche e Aracena, e recebeu Arronches e Alegrete de Alfonso X, troca que efetivaria as posses de cada reino a partir das margens daqueles rios. A fonte estabelece ainda o mando de que marcos – *mojones* – fossem colocados em Marvão e Valença, sinais

¹⁸⁷ MATTOSO, 1993b, p. 139.

¹⁸⁸ Em carta datada de 16 de fevereiro de 1267, em Badajoz, Alfonso X manda a D. João de Aboim e a seu filho, Pedro Eanes, que: “[...] entreguedes al Rey don Alfonso de Portugal o a quien el mandar todos los castiellos del Algarve, que son estos: Tavira e Loule e sancta Maria de Faaron e Paterna e Silve e Aljaçur cum todas sus pertinencias e cum todos sus derechos e com todas sus rendas, e toda la terra del Algarve com todo su semorio” (Ch.AfIII, doc. 383).

¹⁸⁹ Ch.AfIII, doc. 384.

¹⁹⁰ Ch.AfIII, doc. 382.

¹⁹¹ Ch.AfIII, doc. 382.

estes que se configuravam como símbolo aos que por eles passavam e que demarcavam de maneira visual o limite das jurisdições da autoridade das Coroas vizinhas.

Antes de avançarmos nas implicações do Tratado de Badajoz para as doações ao infante D. Afonso, busquemos compreender as atitudes efetivadas por Afonso III no interior do reino de Portugal e que, a par dos acordos com Alfonso X, almejavam assegurar a defesa da fronteira portuguesa. Compreendida essa questão, poderemos ter um quadro mais amplo do que a outorga daquele senhorio fronteiriço ao seu filho segundo significou para os projetos políticos do rei português.

A par do longo processo de acordos e manobras efetivadas por Afonso III que desembocaram no Tratado de Badajoz, o rei de Portugal não descuidou de frisar a linha fronteiriça entre os reinos vizinhos, recorrendo para isso a uma política de melhora das estruturas defensivas – materializada nos castelos e fortificações – e de fixação de população nas regiões raianas – via foral aos concelhos. Longe de figurar como alguma inovação estratégica para a consolidação de fronteiras, haja vista que os reis anteriores a Afonso III já haviam recorrido às mesmas manobras nas áreas limítrofes do reino, elas devem ser compreendidas sob o prisma da dinâmica própria ao governo do Bolonhês, em seus objetivos de assegurar os limites do reino.

Esse programa político, iniciado por Afonso III, mas continuado e aprofundado por D. Dinis – como veremos à frente –, orientou a política do Bolonhês quanto ao trato da fronteira luso-castelhana. Se, de um lado, buscou junto a Alfonso X um acordo que garantisse o reconhecimento da fronteira luso-castelhana junto à Coroa vizinha, não poderia confiar inteiramente no comprometimento do sogro em obedecer ao que fora estabelecido entre eles. Ora, não podemos esquecer que não existiam sólidas garantias que assegurassem o cumprimento de acordos entre as Coroas do Ocidente Medieval, estando o jogo político condicionado a uma dinâmica fluida, pautada nos interesses momentâneos de cada monarca e em suas condições de fazer valer seus interesses, fosse por meio de acordos, fosse por meio da força militar.

O rei de Portugal iniciou sua ação de repovoamento em 1253, justamente pelo local onde recebeu sua noiva D. Beatriz: Chaves. Da importância dessa região nos fala Leontina Ventura:

Além de fronteira com o reino de Leão, fora uma das regiões mais devastadas pela guerra civil de 1245-1247 e pelas conseqüentes roubas e mal feitorias de senhores laicos e eclesiásticos. Notórias eram a sua importância estratégica, a facilidade do trânsito entre Portugal e o país vizinho e a

vulnerabilidade oferecida por algumas velhas fortalezas. Consciente do poder que aí detinham a Igreja e os particulares, Afonso III promoveu o povoamento de novas vilas (nomeadamente a de Chaves) e a construção ou reconstrução de muralhas.¹⁹²

É sob esta perspectiva que Ventura nos apresenta que Afonso III confirmou e outorgou forais na região nordeste de Portugal próxima à fronteira – Bragança, Vinhais, Lamas de Orelhão, Rio Livre, Mogadouro, Penarróias, Freixo, além de Chaves¹⁹³.

A partir de 1260 a fronteira minhota recebeu a atenção do rei de Portugal, inicialmente com a construção de muralha em Caminha¹⁹⁴. No ano seguinte foi a ocasião de Estremoz receber muro fortificado, medida que se somava ao foral recebido por essa mesma localidade em 1258¹⁹⁵. Em 1261, Afonso III restaurou o foral de Melgaço e, dois anos depois, efetivou-se o término da construção de sua muralha – cujo início pode ser documentado desde o reinado de Sancho II¹⁹⁶.

Amélia Aguiar Andrade, analisando os objetivos régios do conjunto dessas últimas doações, entende que o que essa zona – rica em torres e castelos, pobre em população urbana – experimentou foi um processo premeditado de formação. O que o poder régio buscou foi “[...] enquadramento defensivo, administrativo e económico de uma região estratégica, a partir de pontos de apoio fiéis à realeza”¹⁹⁷.

Não foram apenas as regiões do norte do reino que receberam essa modalidade de intervenção régia. Afonso III não deixou de aplicar o mesmo modelo para a zona ao sul do Tejo. Na área recém-conquistada do Algarve, Castro Marim teve seu povoamento iniciado em 1274 e seu foral outorgado três anos depois. A região de Marvão, Portalegre, Arronches e Alegrete tampouco escapou à intervenção régia e, por motivos óbvios, passa a ser foco de nossa atenção.

O foral de Marvão¹⁹⁸ remonta ao ano de 1226, quando Sancho II buscou garantir o apoio dos cavaleiros marvalenses a sua companhia contra Elvas naquele mesmo ano, assim como assegurar a região contra os leoneses. Na condição de ponta de lança do conflito contra o muçulmano, o castelo de Marvão gozava de importância estratégica na fronteira religiosa, o

¹⁹² VENTURA, 1998, p. 36.

¹⁹³ VENTURA, 1998, p. 36.

¹⁹⁴ BARROCA, 2000, v. II, p. 884; VENTURA, 1998, p. 37.

¹⁹⁵ BARROCA, 2000, v. II, p. 884-888.

¹⁹⁶ BARROCA, 2000, v. II, p. 906-909; VENTURA, 1998, p. 37.

¹⁹⁷ ANDRADE, 1993, p. 121.

¹⁹⁸ FC-F, doc. 469.

que explica a abrangência dos termos da localidade previstos em seu aforamento¹⁹⁹, do qual nos fala Bernardo de Sá-Nogueira:

Apesar de algumas lacunas de identificação evidentes, parece que o primitivo termo de Marvão abrangia todo o nordeste alentejano. Confinava a norte com o rio Tejo, a ocidente com Abrantes e Avis, a sul com Évora, a sudeste com Elvas e Badajoz, e a leste com o rio Sever, ficando para lá os senhorios da Ordem de Alcântara e de Albuquerque.²⁰⁰

Contudo, vencidos os muçulmanos em 1230, Marvão perdeu sua importância militar e, em consequência, viu seus termos serem reduzidos por doações de Sancho II em prol do povoamento da região. Assim, em 1232, uma área ao norte dos termos foi outorgada ao Hospital para a fundação de Crato; quatro anos depois, a vila e castelo de Arronches foram doados à Santa Cruz de Coimbra²⁰¹.

A exemplo do que já apontamos para regiões fronteiriças ao norte de Portugal, Afonso III também interveio sobre a zona marvensê. Assim, em registro chancelar datado de 2 de julho de 1259²⁰², o rei português aparece doando o reguengo de Beringel – localizado no concelho de Beja – ao mosteiro de Alcobaça, em retribuição pela herdade de Aramenha – situada no concelho de Marvão –, cedida pelos alcobacenses a ele para a ampliação ou alargamento de seu reino e de seu castelo de Marvão²⁰³.

No ano de 1255, Arronches teve seu foral²⁰⁴ outorgado pelo poder régio. Quase uma década depois, em 1264, Afonso III recuperou o castelo dessa localidade após escambo com o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²⁰⁵, que cedeu a fortificação em troca do recebimento do reguengo de Maceira e direitos em Leiria e Santarém²⁰⁶, das igrejas e padroados de Santa Maria de Óbidos e Santa Maria de Assuna e da albergaria de Poiães²⁰⁷, e das dízimas dessa última igreja e da de Santa Maria de Arronches²⁰⁸.

¹⁹⁹ SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 22.

²⁰⁰ SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 22.

²⁰¹ AZEVEDO, 1937, p. 60. Para a doação de Arronches à Santa Cruz, veja: Ch.AfIII, doc. 98.

²⁰² Ch.AfIII, doc. 195.

²⁰³ “[...] pro ad ampliacionem sive alargamentum regni mei et castri mei de Marvam” (Ch.AfIII, doc. 195).

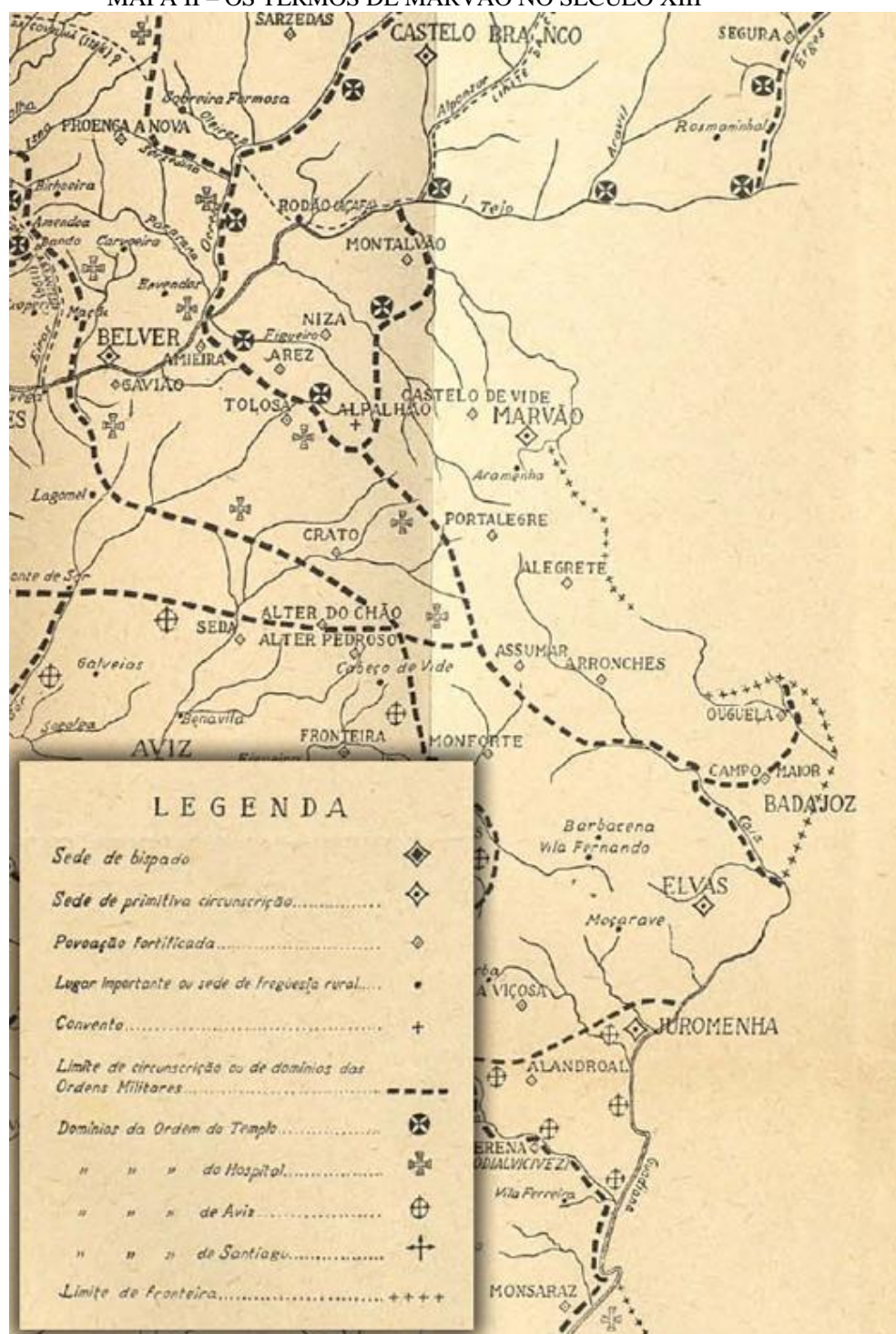
²⁰⁴ Ch.AfIII, doc 193.

²⁰⁵ Ch.AfIII, doc. 312.

²⁰⁶ Ch.AfIII, doc. 313.

²⁰⁷ Ch.AfIII, doc. 314.

²⁰⁸ Ch.AfIII, doc. 315.

MAPA II – OS TERMOS DE MARVÃO NO SÉCULO XIII²⁰⁹

FONTE: retirado de AZEVEDO (1937)

²⁰⁹ Legenda e recorte do mapa original – intitulado *Os territórios conquistados / séculos XII e XIII* – apresentado por AZEVEDO (1937, p. 61). Ainda que esse autor não mencione se os termos de Marvão aqui representados são posteriores às doações de Sancho II, podemos supor que o eram, dada a situação apartada do Crato. Em adição, convém chamar atenção para a presença das ordens do Templo, Hospital e Avis, as quais cercavam essa zona fronteira e com as quais – no caso das duas últimas – o infante D. Afonso terá relações políticas e econômicas.

A par de documentar a permuta daquelas posses entre Santa Cruz de Coimbra e Afonso III, esses registros chancelares explicitam a preocupação com a defesa do reino. O mosteiro sustenta o trâmite do castelo de Arronches argumentando que sua posse incorreria em dano e perigo ao rei e ao reino de Portugal, em caso de alguém destruí-lo²¹⁰, justificativa essa que é complementada pelo monarca, quando afirma ser a posse da fortificação mais útil à defesa e vantagem do reino do que aos clérigos²¹¹.

A intervenção régia na região fronteira em questão contou ainda com a outorga de foral a Portalegre²¹² e a recuperação do castelo de Alegrete em 1272, doado por D. Teresa Mendes, abadessa do mosteiro de Lorvão, ao rei D. Afonso III, em retribuição pelo muito bem e recompensas feitas por ele a ela e a seu monastério²¹³.

Portanto, se no contexto do reinado de Sancho II a região que posteriormente viria a ser o senhorio do infante D. Afonso perdeu sua importância militar frente ao inimigo muçulmano, no reinado de Afonso III ela adquire nova relevância enquanto zona de significativo valor estratégico para o fortalecimento da linha fronteira. Ainda que o rei português tenha obtido junto à Corte castelhana um tratado que assegurasse a estabilidade do limite leste do reino, a fragilidade dos acordos no contexto medieval exigia maiores ações que garantissem o cumprimento dos pactos.

Foi buscando elementos mais duradouros que a efemeridade dos acordos régios que Afonso III outorgou aquele senhorio fronteiro ao infante D. Afonso, sob termos que o obrigavam a apoiar e não se levantar contra os futuros reis de Portugal. Ao doar-lhe os castelos e vilas de Marvão, Portalegre, Arronches e Vide, solidificou e personalizou a posse daquela região fronteira na figura de seu segundogênito e neto do rei vizinho, amarrando o cumprimento do que fora estabelecido pelo Tratado de Badajoz não apenas pelo dever de seguir suas determinações, mas na presença do elemento de consanguinidade entre eles que se corporificava na figura do infante. Nesse sentido, D. Afonso se configura como a personalização dos acordos entre os reis em prol da defesa e manutenção da fronteira naquela região.

²¹⁰ “[...] de quo posse sequi dampnum et periculum domino Regi Portugalie et Regno suo et vobis si forte quo deus avertat casu aliquo perderetur” (Ch.AfIII, doc. 312).

²¹¹ “[...] michi expedire magis quam sibi ad defensionem et utilitatem meam et regni mei pro aliis possessionibus meis [...]” (Ch.AfIII, doc. 314).

²¹² A datação da outorga de foral a Portalegre gira em torno de duas possibilidades. AZEVEDO (1937, p. 60) sustenta que em 1253 já era concelho, com selo próprio. VENTURA (1998, p. 41) aponta essa mesma data. COELHO (1996, p. 573), em mapa dos forais outorgados por Afonso III, aponta o ano de 1259 para a concessão de foral a Portalegre.

²¹³ “[...] pro multo bono et multa mercede quam nobis fecit e monasterio nostro” (Ch.AfIII, doc. 531).

1.4.2. A política interna de Afonso III

O lugar político que o infante D. Afonso ocupou no reinado de seu pai deve ser analisado sob o prisma das ações de um rei cioso em implantar sua autoridade por sobre o espaço geográfico do reino. Sob essa perspectiva, o governo de Afonso III tende a ser encarado pela historiografia²¹⁴ como ponto de viragem na centralização do poder régio, processo que exigiu do monarca a habilidade de intervir e alterar a configuração interna do grupo nobiliárquico, ao mesmo tempo em que complexificou a administração régia.

Adverte-se que a prática governativa de Afonso III, em sua matriz centralizadora, não inibe a interpretação de que a doação do externo senhorio fronteiriço ao infante D. Afonso tenha sido parte dos objetivos fortalecedores do poder régio português, ao contrário do que supõe Bernardo de Sá-Nogueira, quando afirma: “[...] a atitude de Afonso III, ao criar dentro dos domínios por si territorializados um vasto senhorio, afigura-se de compreensão problemática, uma vez que contraria (pelo menos aparentemente) a política anti-senhorial até então desenvolvida”²¹⁵.

Consideramos, antes, que a outorga daquele extenso senhorio fronteiriço por Afonso III ao segundogênito se enquadrou na prática política do rei de Portugal, em vista de fortalecer a autoridade régia em detrimento dos poderes nobiliárquicos, para o que recorreu ao favorecimento de determinados nobres, atribuindo cargos régios, ofícios curiais e domínios territoriais especificamente a esses escolhidos, os quais passaram a estar vinculados ao monarca português pela via da fidelidade que o favor régio gerava. Ou seja, Afonso III não concedeu terras e privilégios ao conjunto da nobreza – se assim o fizesse, concordaríamos com a interpretação de Bernardo de Sá-Nogueira –, mas a um número muito reduzido de elementos, visando angariar apoio político a partir do estabelecimento de um vínculo de privança.

Privança, condição pela qual o nobre experimentava uma relação de proximidade e fidelidade conquistada junto ao rei – por motivos que passam pelo apoio e desempenho militar, capacidade e detenção de conhecimento, convívio e suporte ao longo do tempo,

²¹⁴ HERCULANO (v. V, s.d., p. 276) conclui a sua abordagem como época de progresso social e ampliação da civilização; VENTURA (1992), em tese de doutoramento, cobriu todo o reinado de Afonso III, demonstrando em detalhes o processo de centralização da administração régia empreendido pelo rei; MATTOSO (1993) chamou por *O triunfo da monarquia* trecho dedicado a este monarca, deixando expresso de antemão qual o papel do conde de Bolonha; FERNANDES (2000) vê na legislação do rei português – foco de sua dissertação de mestrado – o caminho pelo qual este implantou sua suserania.

²¹⁵ SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 27.

relações consanguíneas²¹⁶ –, caracterizando a formação de um vínculo de confiança entre as partes. Dada a importância desse elo para o estatuto nobiliárquico, a privança se configura como elemento definidor e hierarquizante de nobreza²¹⁷.

A relevância da privança para a condição social dos elementos do grupo nobiliárquico se dava pela relação mantida entre esse fator e a detenção dos mais altos cargos junto ao poder régio: ofícios curiais e tenências. Ocupar as mais altas funções administrativas junto do rei figurava elemento essencial para a obtenção, manutenção e ampliação dos domínios detidos pela nobreza²¹⁸ – marcadamente de terras, eventualmente herdadas de seus antepassados –, dinâmica essa que colocava o trono como centro do universo da Corte, em torno do qual orbitavam os nobres, ávidos pela aproximação ao núcleo de poder e pelas possíveis benesses oferecidas por ele.

A detenção de quantidade crescente de bens – especialmente de terras – determinava o lugar ocupado pela nobreza na hierarquia social, haja vista que, embora o sangue fosse atributo essencial para a condição de nobre, a implantação de sua autoridade se dava sobre um domínio territorial e dependia dos recursos que dele podia retirar, ou seja, o senhorio era a base do poder nobiliárquico. Como salientado por Leontina Ventura: “[...] o nascimento sem poder torna a nobreza ridícula”²¹⁹.

Foi sobre a privança, ou seja, sobre a capacidade do rei de fomentar uns ou outros membros da nobreza, que Afonso III estruturou a dinâmica de sua Corte, atitude levada a cabo diante da necessidade de apaziguar uma nobreza causadora de amplos tumultos sociais, cujo ápice pode ser constatado na guerra civil que opôs o rei de Portugal ao rei deposto Sancho II. Assim, da mesma maneira como o câmbio do apoio de Afonso II da linhagem de Sousa para a de Riba de Vizela desencadeou o longo processo de instabilidade política no reino de Portugal – como anteriormente ficou demonstrado –, foi também pelo favorecimento de determinados nobres que o Bolonhês logrou fortalecer o poder régio.

Ao fazer uso da privança para fortalecer o poder régio, Afonso III se colocava como meio eficaz para a manutenção ou elevação do estamento social ocupado pelos membros da

²¹⁶ Os elementos que compõem a condição de privado estabelecida entre o rei e um nobre podem congregiar mais de um dos elementos citados, mas também outros não abarcados nas linhas acima. Assim sendo, dado o caráter fortemente individual que caracteriza a privança, ainda que existam fatores genéricos para sua efetivação – como aqueles citados –, mostra-se mais eficiente que, pretendendo-se estudar a formação de um vínculo entre monarca e nobre, proceda-se com a investigação específica do caso. Assim, é a partir do entrelaçamento da trajetória individual do membro da nobreza com a governança régia que se deve encarar o entendimento de um vínculo de privança. Os casos de João Peres de Aboim e Estêvão Anes figurarão como exemplo prático para essa atitude historiográfica ante essa problemática, questão tratada nas páginas seguintes dessa tese.

²¹⁷ MOXÓ, 1969, p. 12.

²¹⁸ MOXÓ, 1969, p. 12-13.

²¹⁹ VENTURA, 1992, p. 40.

nobreza. Em um contexto como o do século XIII, em que a nobreza havia se fechado a novos membros – problemática abordada anteriormente –, estava no poder régio a autoridade de ofertar cargos e terras que possibilitassem a condição de rico-homem²²⁰.

Diante da necessidade de apaziguar a nobreza, Afonso III passou os primeiros cinco meses de seu reinado em deambulações pelo norte senhorial, a fim de cooptar o apoio da parcela de nobres contrários à sua autoridade²²¹; os resultados começaram a aparecer a partir de agosto de 1248, quando aqueles que haviam auxiliado o rei deposto se realinharam ao novo monarca – com destaque para Gil Martins Riba de Vizela²²². Três meses depois, em reunião da Cúria, a larga presença dos membros da nobreza indicava a unificação desse grupo social²²³, ocasião aproveitada por Afonso III para lançar a campanha agregadora contra o inimigo muçulmano – como ainda há pouco se disse acerca da conquista do Algarve.

Nas Cortes realizadas em 1250, na sequência da conquista da porção sul do reino, a ocupação dos cargos curiais e de tenências indica a presença das famílias de Albuquerque, Sousa, Vide, Riba de Vizela, Baião e Valadares na privança de Afonso III. Considerando o reparto dos ofícios régios àquelas linhagens, Leontina Ventura entende que:

Através da escolha que faz dos oficiais-mores da Cúria, Afonso III dá conta da tentativa de compatibilização de anteriores rivais. Com efeito, após um curto período em que detiveram os dois ofícios mores indivíduos que, por certo, estiveram a seu lado durante a guerra civil, desde 1255 esses cargos estão na mão de duas linhagens anteriormente rivais e em luta pelo seu exercício (Sousa e Riba de Vizela). A concorrência livre entre elas passou a estar submetida a regras, dirigida pelo próprio Rei.²²⁴

Os dois indivíduos que estiveram ao lado de Afonso III na guerra civil, referidos por Leontina Ventura, foram o alferes-mor João Afonso de Albuquerque, substituído em 1255 por Gonçalo Garcia de Sousa²²⁵, e o mordomo-mor Rui Gomes de Briteiros, que, morto em 1249²²⁶, foi substituído por Gil Martins de Riba de Vizela em 1253²²⁷. Ao usar o espaço da Corte para congregar as duas linhagens que competiam entre si desde o reinado de Afonso II, o rei de Portugal não apenas as submetia a regras de concorrência estabelecidas por ele, mas

²²⁰ VENTURA, 1992, p. 40. Salvador de Moxó também chamou atenção para a importância que o patrimônio representava para a qualificação da rico-homia (MOXÓ, 1969, p. 12-13).

²²¹ MATTOSO, 2009, p. 518.

²²² VENTURA, 1992, p. 473.

²²³ VENTURA, 1992, p. 473.

²²⁴ VENTURA, 1992, p. 477.

²²⁵ Para consultar sua biografia, veja: VENTURA, 1992, p. 709-716.

²²⁶ VENTURA, 1992, p. 83.

²²⁷ VENTURA, 1992, p. 477.

também demonstrava efetivamente que o poder régio era capaz de se imiscuir nas disputas nobiliárquicas.

Mais do que fazer uso da Corte como ambiente apaziguador de antigas rivalidades, Afonso III usou esse espaço como sustentáculo de seus privados, alçando-os à condição de ricos-homens. Assim, o rei demonstrava que sua autoridade não se restringia a manejar desavenças entre as principais linhagens nobiliárquicas, mas detinha o poder de intervir sobre a própria organização política da nobreza, inserindo indivíduos fielmente ligados a ele nos mais altos estratos desse grupo social.

Dois são os casos mais paradigmáticos para a relação entre privança e ascensão social na Corte de Afonso III: João Peres de Aboim²²⁸ e Estêvão Anes. Alexandre Herculano já havia chamado atenção para a trajetória política desses dois validos; aparentemente mais inclinado a julgá-los sob as perspectivas de sua contemporaneidade que do contexto histórico de seus réus²²⁹, o historiador português salientou a extensa quantidade de bens que ambos adquiriram, alguns advindos da outorga do próprio rei, outros doados pelos concelhos após serem constrangidos a isso pelos seus beneficiários²³⁰. Contudo, Herculano não se equivocou ao tratar os dois privados do monarca português como exemplos singulares da possibilidade que a confiança junto do rei – desde quando ainda era um infante no reino da França – abria ao enriquecimento.

²²⁸ Para uma biografia, veja: VENTURA, 1992, p. 565-572.

²²⁹ Alexandre Herculano, talvez centrado em suas convicções liberais, via em João Peres de Aboim e Estêvão Anes dois exemplos daqueles que se valem da privança e do *poder público* – palavras do autor (HERCULANO, s.d., t. V, p. 224) – para engordar seus domínios. A ironia também marca o historiador ao abordar esse tema. Tratando das doações dos concelhos àqueles dois oficiais do rei, grafa: “Possuidos de subita generosidade, e como se inspiração superior movesse por aquella epocha os animos dos villãos e burgueses desde as frescas ribeiras do Minho até as adustas planuras do Alentejo, diversos municipios ofereciam aos dous poderosos officiaes da coroa associá-los á respectiva comunidade [...]” (HERCULANO, s.d., t. V, p. 224). Nesse trecho chamamos atenção para as expressões *subita generosidade* e *inspiração superior*, a primeira evocando uma inclinação que, de tão repentina, quase não encontra explicação, salvo na vontade divina – aquela segunda expressão –, aparentemente demonstrando um tom anticlerical, mas certamente reforçando que os atos de coerção dos validos do rei lhes garantiriam aquelas benesses, e não a generosidade daqueles que as ofereciam. Queremos chamar atenção, ainda, para outra passagem em que, avaliando a dimensão das somas monetárias gastas por João Peres de Aboim, indaga: “Donde tinham vindo estas ao senhor de um pobre solar em Nobrega?” – e responde: “Advinha-o por certo o leitor, descortinando ao mesmo tempo uma das causas prováveis da escassez de recursos de que vemos Afonso III nunca poder libertar-se. Entretanto este systema de assegurar a posse permanente de importantes propriedades territoriais devia ser imitado, e os privados subalternos procuraram segui-lo de modo possível” (HERCULANO, s.d., t. V, p. 228). Ora, apenas tomado por convicções de seu tempo se faz possível entender que uma pretensa escassez de recursos em todo um reino se deva a um oficial, ainda que de elevadíssima posição, e àqueles que seguiam seus passos. É preciso frisar que o reinado de Afonso III se insere em uma perspectiva feudal da dinâmica social, e que, por mais que o suserano tenha avançado com a estruturação da administração da Coroa, eram ainda os laços pessoais que cimentavam aquelas relações. Possivelmente sem sequer imaginar o futuro, os viventes da segunda metade do século XIII estavam longe da vindoura distinção entre os conceitos de público e privado (O século XXI a tem? Deixo aqui o registro do meu tempo).

²³⁰ HERCULANO, s.d., t. V, p. 223-229.

Sobre João Peres de Aboim, António Brandão salienta sua permanência na França junto a D. Afonso, conde de Bolonha, estando presente no juramento de Paris e sendo, depois, um dos mais ricos homens daquele tempo em Portugal²³¹. Ocupou a tenência de Ponte de Lima (1259) e Évora (1270-1279), mas foi o cargo de mordomo-mor de Afonso III (1264-1279) que lhe deu maior prestígio²³². Oriundo das terras de Nóbrega, no norte de Portugal, João Peres de Aboim buscou ampliar seus domínios com o recurso às doações régias – num total de quatro, três são do rei de Portugal e uma de Alfonso X de Castela –, iniciadas logo em 1249, na sequência da conquista de Faro. Esse patrimônio foi ampliado por meio de compras e escambos, o que rendeu ao nobre de Aboim domínios em Santarém, Coimbra, Caldas da Rainha, Óbidos, Lisboa, Sintra, Mafra, Elvas, Moura, Beja, Torres Novas, Cartaxo, Montemor-o-Novo, Estremoz e Portel²³³.

Estêvão Anes, filho de João Garcia – amo de Afonso III – e Maria Martins, deteve estreita ligação com este rei²³⁴; laços adquiridos por meio da criação conjunta e fortalecidos por sua presença na França – também esteve presente no juramento de Paris – possibilitaram a ele a privança junto ao poder régio e as benesses advindas da ocupação do posto de chanceler no decorrer todo o reinado do Bolonhês. Seus poucos bens no norte do reino foram acrescidos de múltiplos domínios, advindos de doações régias ou concelhia, assim como por meio de compra; passaram a compor seu conjunto bens localizados em Faro, Abrantes, Lagoa, Rio Maior, Portalegre, Elvas, Santarém, Évora, Montemor-o-Novo, Lisboa, Monção, Valença, Cascais, Tavira, Loulé, Silves, Monforte, Estoril, Beja, Portimão, Alvito²³⁵ – para essa última localidade, recebeu carta de couto do rei de Portugal e a permissão de aí construir castelo e fortaleza²³⁶.

À exceção da precoce ascensão social de Estêvão Anes e de Mem Rodrigues de Briteiros – filho do falecido Rui Gomes de Briteiros –, os anos centrais para o surgimento de novas linhagens no seio da nobreza se concentraram entre 1259 e 1264, fenômeno que levou a alterações no seio desse estrato social, impulsionadas pelo descontentamento de alguns nobres quanto à entrada desses novos elementos no grupo nobiliárquico. Assim, perdido o cargo de mordomo-mor para João Peres de Aboim, Gil Martins de Riba de Vizela abandonou o reino

²³¹ ML, IV, f. 187v.

²³² VENTURA, 1992, p. 565.

²³³ VENTURA, 1992, p. 566-569.

²³⁴ VENTURA, 1992, p. 593-594.

²³⁵ VENTURA, 1992, p. 587-590.

²³⁶ VENTURA, 1992, p. 345.

de Portugal juntamente com seu filho, Martim Gil de Riba de Vizela²³⁷. Para o desaparecimento de Afonso Lopes de Baião da Corte régia contou seu desagrado com a ocupação do posto de meirinho-mor por Nuno Martins de Chacim²³⁸.

Considerado esse cenário político, temos que o período entre os anos de 1259 e 1264 foi central para a dissolução do poder das antigas linhagens no seio do grupo nobiliárquico, com o recurso à inserção de novos elementos – fiéis a Afonso III – na composição desse grupo social. Analisando o cenário de modificações dos cargos curiais e da composição linhagística da nobreza, Leontina Ventura conclui que:

[...] à excepção do anterior mordomo-mor, Gil Martins de Riba de Vizela (elemento da velha nobreza), o mais ou um dos mais importantes "ministros do despacho" até 1264, e, excepcionalmente, do alferes-mor Gonçalo Garcia de Sousa, os restantes elementos da velha nobreza presentes na Corte limitavam-se a pronunciar as sentenças e a oferecer o seu consenso aos textos legislativos aquando das reuniões solenes.²³⁹

No entendimento de José Mattoso, o que se assistiu no reinado de Afonso III, entre os anos de 1258 e 1264, foi a homogeneização da Corte, especialmente após o exílio dos de Riba de Vizela, marcando esse espaço de poder com a hegemonia dos vassallos que estiveram ao lado do rei desde a guerra civil, mas também daqueles que cooptaram sua privança após sua ascensão ao trono. Mais significativo para a autoridade régia era o fato de que esses nobres, afirma José Mattoso, “[...] integravam-se perfeitamente no mesmo espírito de inteira submissão ao rei que os caracterizava, sem todavia deixarem de tirar disso o melhor partido pessoal”²⁴⁰.

²³⁷ VENTURA, 1992, p. 481. Acerca do abandono do reino de Portugal por Gil Martins e seu filho, José Mattoso aponta: “Não se conhecem as causas próximas das retiradas dos senhores de Riba de Vizela. Pode-se presumir, em todo caso, que as razões globais residissem sobretudo na imparável ascensão de uma nobreza nova e do papel cada vez mais preponderante que ela ia desempenhando na corte” (MATTOSO, 2009, p. 540).

²³⁸ VENTURA, 1992, p. 481. Chama atenção, na trajetória de ascensão de Nuno Martins de Chacim, o fato de, não sendo dotado de herança, ter obtido seus domínios territoriais à custa das perturbações sociais do reinado de Sancho II e das ameaças e violências contra as populações, elemento que não o impediu de ocupar o importante cargo de meirinho-mor de Afonso III, provavelmente por indicação de Fernão Fernandes de Cogominho, privado régio (VENTURA, 1992, p. 626-630). Tratando sobre a trajetória política do de Chacim, José Mattoso entende que, uma vez na Corte portuguesa, ele tivera seus agravos perdoados por seu senhor, sob a condição de executar seus encargos com eficiência (MATTOSO, 2009, p. 537). Quanto a nós, acrescentamos aos argumentos desses dois medievalistas o entendimento de que, tendo sido nomeado ao cargo de meirinho-mor em 1261, por consequência, após o término das inquirições, Afonso III conhecia os meios de enriquecimento de Nuno Martins de Chacim e o suserano, hábil político, partidário de soluções sutis e eficazes, concedeu-lhe o cargo de meirinho-mor – o qual exigiria a retidão de seus atos e ainda o manteria próximo ao poder régio, por isso, sob a tutela do rei –, evitando assim um conflito direto com aquele que, mais tarde, seria aio e depois mordomo-mor de D. Dinis. Para a biografia de Fernão Fernandes de Cogominho, veja: VENTURA, 1992, p. 633-638.

²³⁹ VENTURA, 1992, p. 483.

²⁴⁰ MATTOSO, 2009, p. 540.

Se notadamente os nobres aproveitaram as benesses dos altos cargos curiais, a média e pequena nobreza não deixou de se valer dos ofícios administrativos para galgar melhores posições sociais. Afonso III complexificou o sistema administrativo da Coroa portuguesa – obra que seria aprofundada por D. Dinis –, pautando-se marcadamente no recurso à legislação e no uso da justiça como mecanismo fortalecedor da autoridade régia. Foi com o recurso à aplicação das leis que iniciou as inquirições, em 1258, a fim de conter os ataques ao fisco régio provocados pela nobreza; ao passo que foi por meio da produção de leis que buscou apaziguar os conflitos violentos entre as linhagens nobiliárquicas, ações que faziam alastrar a insegurança pelo reino²⁴¹.

Contudo, para efetivar a aplicação das leis que visavam o fortalecimento do poder régio, Afonso III precisava fazer com que sua autoridade abrangesse a largueza territorial de Portugal. Ora, é fisicamente impossível a ele cobrir toda a área geográfica do reino com sua presença corpórea, portanto, passou a cobri-la por meio da interpolação de indivíduos capazes de atuar como representantes de seu poder²⁴².

Assim, foi sob o vínculo da observância às ordens régias e o imperativo de atuar como representantes da Coroa que surgiram os meirinhos-mores, em 1261, e o meirinho-mor do reino, três anos depois; somados aos meirinhos, cumpriam a função de aplicação da justiça e do fisco no território português²⁴³. Ainda no âmbito da justiça, se observam a presença constante de sobrejuízes²⁴⁴ e duas inovações do reinado do Bolonhês: o ouvidor e o *corrector*²⁴⁵. A esses oficiais podemos acrescentar ainda o vice-chanceler, os notários e os escrivães - esses três últimos, altamente especializados e dedicados ao registro escrito.

²⁴¹ Para um amplo estudo sobre a obra legislativa de Afonso III, veja: FERNANDES, 2000.

²⁴² KRUS, 2011, p. 56-57.

²⁴³ Elucidando as alçadas desses três cargos – meirinho, meirinho-mor e meirinho-mor do reino –, Leontina Ventura explica: o primeiro, cuja existência pode ser encontrada em documentos desde o século XII, é responsável por controlar os juízes locais; o segundo é igualmente um oficial ligado à justiça, mas com área geográfica de atuação mais ampla que a do anterior – era já citado em fontes do século XI; finalmente, o terceiro tem registros breves com D. Teresa e Sancho II, reaparecendo de maneira duradoura com Afonso III. O meirinho-mor do reino movia-se sobre todo o território do reino, dirigindo os meirinhos inferiores e cumprindo as funções de aplicador da justiça – inclusive perseguindo e punindo infratores – e informando o rei acerca do estado do ingresso dos tributos devidos à Coroa; dessa maneira, unia em si as funções judiciais, policiais e fiscais (VENTURA, 1992, p. 96-99).

²⁴⁴ A presença dos sobrejuízes na Corte portuguesa pode ser constatada com Afonso II, ganhando estabilidade no reinado de Sancho II e tornando-se constante no de Afonso III. Atuavam nas apelações que chegavam ao rei, estudando tais casos e propondo sentenças a serem aprovadas mediante debate na Cúria (VENTURA, 1992, p. 120-121).

²⁴⁵ Ouvidores e *correctores* surgiram no reinado de Afonso III, ambos aparecendo em caráter excepcional. Aos primeiros, quando nomeados, cabia instruir o processo judicial em busca da verdade, a partir do contato com as testemunhas – surgem como instituição no reinado de D. Dinis. Àqueles segundos cabia o dever de corrigir os atos do rei e de seus ministros que, por serem praticados de maneira irregular, necessitavam ser remediados (VENTURA, 1992, p. 122).

Dotados do prestígio que esses postos lhes proporcionavam, esses oficiais régios serviam ao rei com retidão, ao passo que retiravam disso os proveitos para adquirirem fortuna.

Apresentadas essas linhas de atuação da política interna de Afonso III, pode-se afirmar que a concessão de domínios territoriais e benesses esteve voltada para o fortalecimento da autoridade régia, enquanto prática que garantia servidores fiéis ao poder régio, ao passo que diluía o prestígio e o poder nobiliárquico das principais linhagens e, dessa forma, reduzia a possibilidade de que a Coroa sofresse com a oposição dos nobres.

Fidelidade e fortalecimento do poder régio contra a nobreza foram igualmente as motivações para que Afonso III fizesse de seu segundogênito o mais poderoso nobre do reino, ao dotá-lo de extenso senhorio. A manobra do rei de Portugal se diferencia de sua atitude ante os seus privados em algumas determinantes, que demonstram sua perspicácia política e as ambições que ele depositou sobre o infante D. Afonso.

Sete anos distante do período que marcou a ascensão dos privados de Afonso III, a outorga ao seu segundogênito se destaca de todas as demais feitas pelo rei de Portugal por sua extensão; nesse ponto, é preciso recuperar a ideia de Charles Wood já apresentada acerca dos apanágios enquanto feudos da Coroa²⁴⁶. Para que possamos entender as características desse tipo de outorga, é preciso observar o senhorio doado e seu regime de herança, assim como o beneficiário da doação.

Primeiro ponto a ser observado é o senhorio doado, certamente extenso, mais vasto do que as outorgas de Afonso III a seus demais apoiadores, pois constituído por Marvão, Portalegre, Arronches, Vide e a destacada Lourinhã. Contudo, diferentemente daquelas concessões, essa última não implicava efetivamente na perda de territórios anteriormente pertencentes à Coroa, haja vista que sua instituição previa sua inalienabilidade e a cláusula de reversão – que faria com que aqueles domínios fossem reincorporados aos bens régios, em caso de extinção da linhagem do infante D. Afonso. Nesse ponto é significativo frisar as palavras de Charles Wood, que afirma:

Colocar grande ênfase na diminuição do domínio e alegar que aquele sistema resultou num círculo vicioso em que cada rei perdia o esforço de seu predecessor é esquecer que aquelas terras e seus governantes renderam ótimos serviços militares, financeiros e administrativos à Coroa [...] a perda de rendimento e poder era mais aparente do que real.²⁴⁷

²⁴⁶ WOOD, 1966, p. 135.

²⁴⁷ “To lay great stress on the diminution of the domain and claim that the system resulted in a vicious circle in which each king defeated the work of this predecessors is to forget that these lands and their rules rendered great services, military, financial, and administrative, to the crown [...] the loss of revenue and power was more apparent than real” (WOOD, 1966, p. 27).

Considerando essa ponderação, a doação daquele senhorio fronteiriço ao infante D. Afonso não deve ser compreendida como ato que colocou a perder as conquistas territoriais dos reis portugueses anteriores a Afonso III, ou os esforços desse mesmo rei junto a Alfonso X de Castela, mas enquanto manobra a fim de criar, na figura do segundogênito régio, uma poderosa linhagem capaz de atuar a favor das causas régias. Contudo, somente o sangue régio não bastaria a ele para que apoiasse a autoridade da Coroa: era preciso a terra, para assentar e fazer crescer seu poder nobiliárquico.

Era a ligação sanguínea que vinculava aquelas terras e o poder de seu senhor à Coroa. Enquanto membro da linhagem régia, Afonso III esperava de seu segundogênito a retidão que os nobres de sangue real deveriam demonstrar, conforme fez notar D. Juan Manuel, ao registrar o exemplo de comportamento esperado dos infantes:

[...] sempre ser guardado de pecado o mais que puderem; e se de todo não pudessem se guardar de pecado, que de toda maneira devem ser muito justos e muito leais e muito sem nenhuma revolta, assim como são os meninos de quem eles levam o nome.²⁴⁸

Ora, as palavras escritas por aquele representante da nobreza castelhana indicam que se esperava dos infantes a pureza dos meninos, ou seja, esperava-se que se mantivessem sobretudo obedientes – sem revolta –, ao mesmo tempo que deviam se manter leais – ou seja, não praticar o pecado da traição.

A perspectiva de apoio do infante D. Afonso e seus herdeiros aos reis de Portugal ficou expressa, como visto, na obrigação de fazer guerra e paz pela Coroa, mas não só: o mesmo documento estipulava em detalhes como o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches deveria proceder em caso de sofrer ataques por parte de D. Dinis ou dos futuros ocupantes do trono. Afonso III não se esquecera de como o próprio pai avançou por sobre as infantas irmãs, e foi tendo em mente o conflito aberto em torno dessa questão ao longo de todo o reinado de Afonso II que o Bolonhês buscou evitar uma nova contenda.

Foi a precaução com possíveis ataques dos reis de Portugal ao infante D. Afonso e seus herdeiros que fez com que Afonso III incluísse a determinante de que, em caso do senhor daquele domínio territorial sofrer ataques por parte da Coroa, deveria levar a notícia dos agravos por três vezes até as Cortes; em caso do monarca não emendar seus atos, o possuidor

²⁴⁸ “[...] siempre deben ser guardados de pecado lo mas que pudieren; et si del todo non se pudiesen guardar de pecado, que en toda guisa deben ser muy derechureros et muy leales et muy sin ninguna revuelta, así como lo son los niños de quien ellos llevan el nombre” (LE, p. 334).

de Marvão, Portalegre e Arronches estava liberado para proceder como melhor julgasse acerca das agressões²⁴⁹.

Exposta essa interpretação, apontamos que esse posicionamento se coloca em contrário ao afirmado por Gama Barros, quando esse autor afirma ser esse um dispositivo similar à legislação castelhana acerca do “[...] estabelecido a respeito dos ricos homens que incorriam no desagrado do rei”²⁵⁰, porque foi justamente o inverso o que almejava Afonso III, ou seja, proteger o segundogênito de uma possível incursão da autoridade régia por sobre seus direitos. O único ponto que toca à determinação do Bolonhês e à lei do *Fuero Real* de Castela a que o historiador português se refere era a necessidade de comunicar o agravo em Cortes por três vezes; no mais, os instrumentos legais incidiam sobre a ação de atores sociais diferentes – o primeiro detalhava as ações possíveis ao infante real, enquanto o segundo atuava sobre o direito da Coroa.

A preocupação de Afonso III em assegurar as boas relações entre o filho herdeiro e o segundogênito ainda indica outra importante ideia apresentada por Charles Wood acerca dos apanágios: a sua função de agraciar os filhos mais próximos do primogênito na herança do trono a partir da outorga de domínios senhoriais e, assim, evitar revoltas ou conturbações que ameaçassem a ordem de sucessão. Ao tratar de possíveis críticas que Luís VIII pudesse sofrer por ter criado quatro apanágios²⁵¹, o mesmo autor afirma sobre o monarca francês:

Além do mais, ele podia argumentar com justiça que tal doação temporária serviu a um digno propósito constitucional ao satisfazer as ambições de seus filhos; assim, eles não seriam tentados à revolta ou a, por outra maneira, tumultuar o princípio da sucessão hereditária e indivisível que a prática régia finalmente havia criado. Em outras palavras, os apanágios e sua forma precária de estabilidade parecem melhor compreendidos em um contexto de desenvolvimento da teoria constitucional que fazia a alienação do domínio régio crescentemente difícil e indesejável.²⁵²

²⁴⁹ Repete-se o excerto da doação de Afonso III ao infante D. Afonso: “E se pela ventura vos ele fazer mal, ou força, ou eixerdamento a vos ou a vossos successores, dize de Iyo e frontade Iyo ou Iyo fazede dizer e frontar per alguem vos ou vossos successores em as corte conuçudamente ata tres vezes que vos alçe força ou mal ou eyxerdamento que vos fazer. E se o ele quiser fazer recebede ende o corrigimento ou a enmenda e guardade Iy totalas condições de suso dictas. E se ele non quiser alçar a força ou mal ou o eixerdamento se volo fazer depos tal fronta como de susedicta, vos fazede o que virdes e entenderdes que devedes fazer sobre tal feyto. E aquele e aqueles que esta mha doaçõ guardarem assi como de susedicto, aja e ajam a mha beegõ, e a de deus padre poderoso” (Ch.AfIII, doc. 490).

²⁵⁰ BARROS, 1950, t. VIII, p. 254.

²⁵¹ Charles Wood aponta que a proximidade ao trono era fator determinante para o recebimento de um apanágio, assim, foi nesse sentido que, sendo irmãos de Luís IX, Luís VIII doou Artois a Robert, e Poitiers e Auvergne a Afonso. Posteriormente, por decisão do rei francês e desses dois irmãos, Carlos recebeu Anjou e Maine (WOOD, 1966, p. 23-24).

²⁵² “Further, he could argue with justice that such temporary gifts of lands served a worthwhile constitutional purpose by satisfying the ambitions of his children so that they would not be tempted to revolt or in any other way disturb the principle of hereditary and indivisible succession that the practice of creating kings designate

Ou seja, para evitar que uma revolta dos segundogênitos acabasse por cindir a unicidade da autoridade da Coroa por sobre todo o reino, o monarca preferia destacar partes desses territórios e colocá-las sob o domínio de um segundogênito, ao mesmo tempo em que o atrelava ao comprometimento e fidelidade do serviço ao rei de Portugal.

Logo, quando outorgou o senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches a D. Afonso, o rei Afonso III mirou um duplo objetivo. O primeiro deles foi conferir um importante potentado senhorial ao segundogênito e, assim, dissuadir possíveis descontentamentos nutridos por ele e que, caso viessem à tona em forma de uma revolta, poderiam atravancar a linear sucessão do trono régio pelo primogênito. Corrobora essa interpretação a concessão de vinte mil libras pelo rei de Portugal ao infante, cujo recebimento estava atrelado – como atrás ficou dito – à condição de infante não herdeiro do trono. Esse conjunto de doações se configurava como pressuposto para um segundo objetivo do rei de Portugal.

As concessões territoriais feitas por Afonso III não foram exclusivas ao seu segundogênito. Como ficou demonstrado, o rei de Portugal recorreu a esse expediente feudal para elevar aqueles nobres que gozavam de privança junto dele à condição de ricos-homens, assim inserindo elementos a ele vinculados por via da fidelidade no seio do mais alto estrato da nobreza e garantindo o apoio desses poderosos senhores à autoridade régia.

Embora esses nobres transformados em ricos-homens pelo favor régio estivessem ligados ao rei pela vassalidade, esse era um vínculo fraco, entregue ao sabor das forças políticas e que poderia rapidamente ser alterado no irromper do reinado seguinte. Não custa lembrar que Afonso II sofreu com a revolta daquele que havia sido um fiel apoiador de seu pai, o rei Sancho I.

Se comparadas as doações efetivadas por Afonso III aos seus privados com aquela feita em prol do infante D. Afonso, veremos que o segundogênito régio foi agraciado com um domínio territorial de dimensões amplamente superiores a qualquer outra benesse recebida por um rico-homem. Temos nessa distinção o indício do segundo objetivo nutrido pelo rei de Portugal ao outorgar o senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches ao seu filho segundo: criar um vassalo régio com poder superior ao de qualquer outro nobre do reino e que, por sua condição de nascimento, estava vinculado às causas da linhagem real pelo vínculo de sangue – muito mais estreito que a vassalidade.

had finally brought into being. In other words, the apanages and their precarious form of tenure seem best explained within the context of developing constitutional theory that made alienation of the royal domain increasingly difficult and undesirable” (WOOD, 1966, p. 20).

Portanto, quando Afonso III doou um amplo senhorio fronteiriço ao seu segundogênito, queria não apenas compensá-lo por não ter a oportunidade de se sentar no trono, mas também fazer dele e de seus descendentes uma base de apoio nobiliárquico para a autoridade do monarca português. O infante D. Afonso representava um ponto nodal do tronco régio de onde saía um galho do qual se esperava apoio às causas régias, expectativa advinda tanto do vínculo consanguíneo que unia rei e irmão, quanto da relação mútua estabelecida pelos deveres expressamente estabelecidos no documento de outorga do senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches.

Diante de tantas medidas que buscavam garantir a compensação e a fidelidade do infante D. Afonso ao seu irmão D. Dinis, o sucessor do trono, é legítimo questionar se havia animosidade entre eles, à qual justamente Afonso III buscou dissuadir por meio dessas ações. Se essas rusgas já existiam entre os consanguíneos, veremos que o cuidado do pai em tentar apaziguar os ânimos dos filhos não surtiu o efeito esperado. O reinado dionisino foi marcado por intenso conflito entre o rei de Portugal e o senhor de Marvão e Portalegre.

CAPÍTULO 2. D. AFONSO E O REI D. DINIS: OS CONFLITOS NO ABRIR DO NOVO REINADO

A partir do presente capítulo, o cerne do debate se centrará nas relações entre o infante D. Afonso, senhor de Portalegre e Marvão, e o poder régio concentrado nas mãos de D. Dinis. Eventualmente o reinado de Afonso III terá de ser revisitado, para que se possam compreender determinados aspectos sócio-políticos em sua diacronia. Essa mudança do ocupante do trono régio significou uma alteração de governança que marcou a Idade Média portuguesa.

D. Dinis é visto por parte da historiografia como um ponto de viragem na forma de governar. A *Monarquia Lusitana* abre o quinto volume e fecha o sexto com o reinado dionisino, único monarca a ter dois volumes completos dedicados aos seus feitos²⁵³. Alexandre Herculano encerra sua obra maior, *História de Portugal*, com Afonso III²⁵⁴. José Mattoso defende um corte cronológico em 1325²⁵⁵, isto é, ao fim do reinado de D. Dinis. À vista disso, a pergunta lançada por Armando Luís de Carvalho Homem é reveladora e ao mesmo tempo intrigante: “D. Dinis, fim ou princípio de um tempo?”²⁵⁶.

Tivesse eu que responder a essa indagação, recuaria o corte defendido por José Mattoso ao da obra de Herculano. Explico. Ainda que a direção da política régia tenha mantido sua orientação quanto à centralização do poder régio, a passagem do reinado de Afonso III para o de D. Dinis representou a mudança de um rei que ainda pensava sua autoridade sobre bases feudais, fazendo da Corte um orbe capaz de atrelar a si poderosos e fiéis ricos-homens, para um monarca cioso de seus direitos enquanto suserano do reino e que, por esse predicado, buscou consolidar a autonomia da autoridade da Coroa em relação a sua dependência frente aos demais estratos sociais. Interessa-nos apontar os rumos dessa mudança, pois foi contra o programa político do irmão que o poder nobiliárquico do infante D. Afonso se chocou.

²⁵³ Os quatro primeiros volumes da *Monarquia Lusitana* abordam a história desde o nascimento do mundo até o fim do governo de Afonso III, sendo o quarto volume dedicado aos reinados de Sancho I e do Bolonhês. Passadas as duas obras dedicadas a D. Dinis, as outras duas partes – de um total de oito – abordam, uma delas o reinado de Afonso IV, e a outra – final – o governo de Fernando I.

²⁵⁴ HERCULANO, s.d.

²⁵⁵ José Mattoso explica que o corte cronológico adotado por ele como ponto de chegada de sua obra *Identificação de um País* foi estabelecido para o ano de 1325, marco temporal que demarca o término do reinado de D. Dinis e também o período final de criação e estruturação de instituições e mecanismos capazes de dar suporte à centralização régia; além de representar um ponto de viragem no que tocou a economia, sociedade e cultura (MATTOSO, 1995, I, p. 65-67).

²⁵⁶ HOMEM, 1996, p. 160.

2.1. Legitimidade e disputa pelo trono

Como ainda há pouco foi citado, D. Juan Manuel registrou que dos infantes se esperava lealdade e serenidade, atributos que Afonso III devia esperar que o filho segundo colocasse em prol do primogênito e herdeiro do trono. Entretanto, não foram esses os predicados que constatamos no ambiente peninsular ao longo do século XIII, se analisadas as ações de alguns daqueles que, pela ordem de nascimento, não estavam fadados a herdar o trono. Já tivemos a oportunidade de demonstrar o conflito entre Afonso II e suas irmãs e a guerra civil entre Sancho II e o Bolonhês, ao que podemos acrescentar o caso em que o infante D. Manuel – de quem D. Juan era filho – prestou apoio ao infante D. Sancho, seu sobrinho, nas revoltas desse último contra o trono castelhano, ocupado por seu pai, Alfonso X.

O infante D. Afonso não cumpriu a pretensa expectativa de seu pai. Não foi o segundogênito de Afonso III um apoiador fiel da causa régia, mas um ferrenho opositor do poder régio no ínterim de toda a primeira metade do reinado de D. Dinis. O primeiro episódio de embate entre os irmãos começou justamente pela legitimidade de acesso ao trono, ponto de convergência no qual quase todas as guerras civis peninsulares encontraram suas motivações, como apontado por César Olivera Serrano:

[...] quase todas as guerras civis peninsulares costumam ter por trás um problema de legitimidade dinástica. Por esse motivo, qualquer substituição de pessoas no trono estava sustentada por algum tipo de estratégia deslegitimadora, para justificar a desapareição do perdedor por outro candidato com mais merecimentos.²⁵⁷

O conflito entre D. Afonso e o rei D. Dinis se encaixa no padrão a que se referiu Olivera Serrano – excetuando o fato de que os embates militares entre os irmãos não chegaram a se configurar como guerras civis –, tendo em vista que foi justamente a legitimidade ao trono o elemento questionado pelo infante, conforme sustentaram as penas de cronistas portugueses medievais e modernos.

Se, de um lado, o casamento com D. Beatriz garantiu a Afonso III o usufruto do Algarve – como tratado no capítulo anterior –, de outro, imputaria a ele um agravo às leis canônicas, ao incorrer em bigamia – a lembrar: o rei de Portugal permanecia unido

²⁵⁷ “[...] casi todas las guerras civiles peninsulares suelen tener detrás un problema de legitimidad dinástica. Por este motivo cualquier sustitución de personas en el trono estaba sustentada por algún tipo de estrategia deslegitimadora para justificar la desaparición del perdedor por otro candidato con más merecimientos” (OLIVERA SERRANO, 2005, p. 38).

conjugalmente à Condessa de Bolonha – e incesto – sendo consanguíneo de sua consorte em quarto grau. Ambos os agravantes não impediram a união dos novos cônjuges em maio de 1253, abrindo um longo período de debates com a Cúria Romana para a obtenção das dispensas pontifícias para o casamento.

Ao tomar ciência da nova união do esposo, a condessa Mathilde iniciou processo canônico a fim de reparar as ações de Afonso III. O rei português ignorou repetidamente os chamados de sua presença e anúncios de penalizações eclesiásticas lançadas a ele pela Cúria Romana em 1255, 1256 e 1258. O imbróglio caminhou para uma solução apenas após a morte da consorte francesa – em data incerta²⁵⁸ –, fato que possibilitou aos prelados portugueses enviarem uma carta ao pontífice, intercedendo em prol das almejadas dispensas matrimoniais, pedido atendido em 19 de junho de 1263, pela bula *Qui celestia simul* de Urbano IV.

Nos dez anos em que Afonso III e Beatriz de Castela permaneceram casados sem as dispensas papais, tiveram três filhos: D. Branca, D. Dinis e D. Afonso. Foi justamente a data de nascimento do primogênito e do segundogênito, em momento de pendência legal do casamento junto à Cúria Romana, o cerne da questão invocada pelas narrativas cronísticas para afirmar que os atritos entre os dois irmãos foram motivados pelas acusações de ilegitimidade do segundo ao primeiro, sustentando para si as pretensões ao trono régio. Chamemos a voz das crônicas para anunciar a questão.

O *Breve Chronicon Alcobacense* foi a obra inaugural dos registros acerca do conflito em torno da legitimidade dos irmãos ao trono. Grafa a crônica:

Era de 1249. 7. dias idos de outubro nascido é o rei Dinis filho primogênito do rei Afonso e rainha Beatriz; e na era de 52. nascido foi o infante Afonso que mente para Lisboa no Monastério declarando que depois de dizer que ele deveria reinar que ainda vivia condessa de Bolonha quando Dinis foi nascido, e quando o próprio Afonso nasceu se dera já a morte da condessa, e assim dizia que Dinis era ilegítimo e ele mesmo legítimo.²⁵⁹

²⁵⁸ Alexandre Herculano defende que a morte da condessa Mathilde ocorreu em 1258, mas em nota (3) da mesma página corrige a data para 1259, embasado na obra *Art de Vérif. les Dates* (HERCULANO, s.d., t. V, p. 174). Apontando esse mesmo ano, Leontina Ventura sustenta que o conhecimento acerca da morte da condessa pelo rei português tenha ocorrido entre os 20 e 28 de março de 1259, haja vista que é nesse período que a documentação chancelar de Afonso III registra o abandono do título de Conde de Bolonha pelo rei português (VENTURA, 2009, p. 67). Domingues Afonso data o falecimento da bolonesa em 14 de janeiro de 1261, mas sem oferecer qualquer suporte documental (AFFONSO, 2001, p. 238). José Mattoso sustenta a ocorrência do fato também em 1261 e, em nota, expõe: “Na impossibilidade de consultar a bibliografia francesa, não podemos resolver a discordância. Mas a data de 1261 insere-se mais facilmente na sequência dos acontecimentos datados com segurança. Se a morte da condessa foi em 1258, não se compreende por que razão demorou tanto tempo a conseguir a dispensa de consanguinidade” (MATTOSO, 2009, p. 531).

²⁵⁹ Era M. CC. CL. IX. VII. idus octobris natus est rex dionisius filius predictis regis alfonsi et regine beatricis; et in era LII. natus fuit infans alfonsus qui iacet utlixbone in Monasterio predicatorum qui postea dixit quod deberet regnate eo quod adhuc uiueret comitissa bononie cum dyonisius natus fuisset, et quando ipse alfonsus natus extitit iam comitissa obierat, et sic dicebat quod dyonisius erat illegitimus et ipse legitimus (BChr.A, p. 21).

Ao carregar esse enunciado, o *Chronicon* marcou a memória futura acerca dos enfrentamentos entre D. Afonso e D. Dinis, tendo em vista que os cronistas posteriores a esse escrito seguiram de perto essa interpretação, como o fazem Rui de Pina – “[...] publicamente dizia que o Reino de Portugal lhe pertencia, porque nascera lidimo depois da morte da Condessa de Bolonha, primeira mulher de El-Rei seu pai, e que El-Rei D. Dinis ainda nasceria em sua vida dela, e não podia herdar [...]”²⁶⁰ – e Duarte Nunes de Leão, que escreve:

[...] publicamente dizia, que o reino de Portugal lhe pertencia a elee, por nascer depois da morte da Condessa Mathilde de Bolonha primeira molher del Rei seu pai, que Dom Dinis nasceo, sendo ella viua, polo que era adulterino & incapaz para a sucessão do reino.²⁶¹

Diante do que foi registrado por essas crônicas, temos que até o ano de 1600 – data da obra de Duarte Nunes de Leão, a mais recente delas – a construção da figura de D. Afonso era pautada em sua gana por assumir o trono, para isso recorrendo à alegação de que fora ele o primeiro dentre os filhos a nascer após a morte da condessa Mathilde, logo, o único legítimo dentre os três. Contudo, é preciso cautela: as poucas linhas dedicadas a essa questão não fazem menção alguma a qualquer tipo de documento que sustente as afirmações contidas nelas.

Trinta anos após a publicação da obra de Duarte Nunes, António Brandão – no âmbito do quarto volume da *Monarquia Lusitana* – rebateu uma longa série de erros daquele autor, incluindo suas afirmações acerca do infante D. Afonso, tratadas por Brandão como “[...] imaginações do autor, & quase todas erradas”²⁶². Contudo, essa crítica não foi apresentada antes de ele próprio oferecer suas interpretações acerca do imbróglio entre os irmãos. O cronista começa por afirmar:

[...] as differenças que pello tempo adiante ouue entre o Infante Dom Dinis & seu irmão Dom Afonso, nacerão de ter para si o Infante Dom Afonso, que a sucessão do Reyno por morte de seu pay pertencia a elle por nacer filho legitimo del Rey, & Dom Denis ser adulterino, como nacido em vida da Condessa Mathildes, & que em seu prejuízo não podia ser legitimado. A que por parte de Dom Dinis tambem se opunha, que por el Rey Dom Afonso, & Dona Britis serem parentes, & casarem em vida de Mathilde, tinha o Infante Dom Afonso necessidade de ser dispensado pello Santo Padre.²⁶³

²⁶⁰ Cr.DD, p. 186.

²⁶¹ Cr.RP, p. 110.

²⁶² ML, IV, f. 206-206v.

²⁶³ ML, IV, f. 206.

Diferentemente dos cronistas que o precederam, António Brandão acrescenta um novo elemento para a compreensão das acusações de D. Afonso a D. Dinis: o do reconhecimento do enlace de seus progenitores, fator que se somaria ao do falecimento da condessa de Bolonha. O autor avança, ainda mais, ao dar voz a D. Dinis e afirmar que o futuro rei também questionava a legitimidade do irmão. Para compreender melhor a questão, temos que recorrer à carta dos prelados portugueses enviada ao Sumo Pontífice no decorrer da busca pelas dispensas papais.

António Brandão, demonstrando o cuidado em recorrer às fontes – característica em que também difere dos cronistas anteriores –, analisa a carta dos prelados portugueses à Cúria Romana²⁶⁴ e chama atenção para dois elementos desse documento, relevantes para a compreensão das acusações de D. Afonso ao irmão. O primeiro, sua data de produção – dada em Braga, em maio de 1262 –, que o leva a afirmar que houve tempo hábil para que as dispensas papais fossem expedidas naquele mesmo ano²⁶⁵. O segundo é a expressão *germinam prolem* contida no documento para expor que o casamento pelo qual se pediam as dispensas eclesiásticas já havia gerado duas novas vidas, naquela altura, D. Branca e D. Dinis²⁶⁶.

Ante esses elementos, António Brandão pondera que a alegação de ilegitimidade sustentada por D. Afonso contra o herdeiro régio tinha fundamentação²⁶⁷, tendo em vista o seu nascimento após a legitimação pontifícia do casamento de Afonso III e D. Beatriz e a ausência de seu nome no documento dos clérigos portugueses, condição que o isentava de ser considerado fruto de união incestuosa.

Comprometido com a escrita da crônica de D. Dinis no âmbito da *Monarquia Lusitana* e sem oferecer brechas para questionamentos à autoridade e legitimidade desse rei, Francisco Brandão não segue a opinião de António, buscando construir uma argumentação que torne refutável a alegação de D. Afonso contra o irmão.

Francisco Brandão inicia a abordagem acerca da questão afirmando que D. Afonso

[...] publicava ser D. Dinis seu irmão filho não legítimo, por auer nacido antes da dispensação do casamento de seus pais, que este era o impedimento, & não o aver nacido em vida da Condessa Mathilde, como diz Ruy de Pina e Duarte Nunes, & que ele nacera legitimado já pelo Pontífice, & dispensado

²⁶⁴ ML, IV, f. 216v.-217v.; Ch.AfIII, doc. 690.

²⁶⁵ “Mas he cousa certa, que a dispensação se passou, & que veio neste proprio anno” (ML, IV, p. 217v.).

²⁶⁶ ML, IV, f. 206v.

²⁶⁷ “[...] não tinha ele (D. Afonso) pouco fundamento no que allegaua contra D. Dinis” (ML, IV, f. 206v.).

por elle mesmo o casamento de seu pay com a Rainha Dona Brites, deuia ser preferido ao irmão, & receber a Coroa.²⁶⁸

Refutando as interpretações de Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão – que afirmaram serem as alegações de D. Afonso contra D. Dinis pautadas na data de morte da Condessa de Bolonha –, Francisco Brandão volta sua análise para a obtenção das dispensas papais do casamento de Afonso III com D. Beatriz.

Sustenta o cronista que o reconhecimento pontifício do matrimônio chegou a Portugal em fevereiro de 1263, mês e ano de nascimento de D. Afonso, o que, contudo, não o colocava em condição diferente dos irmãos, pois havia sido concebido antes do reconhecimento do pontífice. Conjecturando os meses gastos para a ida a Roma, obtenção da legitimação junto à Cúria Romana e retorno ao reino, Francisco Brandão sustenta que o reconhecimento pontifício teria ocorrido ao menos três meses após a concepção do segundogênito, supondo o tempo de nove meses para a gravidez de D. Beatriz²⁶⁹.

Nota-se que Francisco Brandão não refuta a possibilidade da dispensa papal para o enlace entre Afonso III e D. Beatriz ter se dado em 1262, mas matiza sua implicação na legitimidade do filho segundo desse matrimônio sob a perspectiva do conhecimento do ato pontifício pelo rei de Portugal, o que teria ocorrido apenas em 1263. Para fortalecer sua argumentação, o cronista ainda deslocou o ponto de debate do nascimento para a concepção do infante D. Afonso, lançando para meses antes o ponto temporal que possibilitava sua legitimidade ante o reconhecimento da união de seus progenitores.

Sabia-se, de antemão, que os cronistas falharam em suas conjecturas acerca da data das dispensas obtidas por Afonso III para seu casamento, as quais se deram em 1263 – como acima foi informado. A completa ausência de documentação régia ou eclesiástica que ateste o protesto do infante D. Afonso contra o irmão, assim como o já citado erro de cálculo dos cronistas, levantam dúvidas quanto à veracidade histórica desse episódio na trajetória política do objeto central dessa pesquisa.

Foi justamente a desconfiança com relação às crônicas que levou Fernando Félix Lopes, no âmbito de seu estudo sobre o infante D. Afonso, a afirmar: “As pretensões do D. Afonso à coroa de Portugal são com certeza enfeites emprestados pela lenda às suas arrastadas discórdias com o irmão D. Dinis”²⁷⁰. Na sequência, o autor coloca os três primeiros filhos de Afonso III e D. Beatriz na mesma condição de nascidos após a morte da condessa

²⁶⁸ ML, V, f. 37v.

²⁶⁹ ML, V, f. 37v.

²⁷⁰ LOPES, 1997, p. 197.

Mathilde e posteriormente legitimados pelas dispensas pontifícias, e conclui que D. Afonso não poderia afirmar que nascera legítimo após a morte da condessa de Bolonha, ou mesmo que veio ao mundo após a legitimação da união de seus progenitores²⁷¹.

Sem desconsiderar a relevância dos trabalhos de Félix Lopes para a historiografia medieval portuguesa, é preciso tecer algumas ponderações antes de negar as pretensões do infante D. Afonso ao trono, a começar pela avaliação em torno das interpretações das fontes cronísticas, devendo ser analisada a aceitação ou rejeição de seu conteúdo sob a perspectiva de outros documentos.

No que toca ao recurso às fontes documentais, é preciso considerar dois pontos: o momento do conflito entre os irmãos e os registros chancelares. Quanto ao primeiro, o infante D. Afonso parece ter questionado a legitimidade do irmão quando esse ascendeu ao trono, em 1279²⁷². Já no que toca ao segundo, não chegaram até nós as primeiras 25 folhas da Chancelaria de D. Dinis. Destarte, se houve documentos que poderiam elucidar a problemática em questão, não mais dispomos desses registros.

O lapso documental não impede que ainda tenha existido o ímpeto de D. Afonso em assumir o trono. Embora Félix Lopes aponte que D. Branca, D. Dinis e D. Afonso gozavam de condição igualmente legítima após o reconhecimento do matrimônio do casal pelo papado, esse raciocínio não imputa ao infante a aceitação de que seus irmãos eram tão legítimos quando ele próprio. Ainda podemos avançar alguns pontos para essa problemática.

O contexto histórico vivido pelo infante D. Afonso não lhe negava a possibilidade de nutrir um anseio por se libertar da condição de filho segundo, caso fosse alçado ao trono, e os exemplos próximos a ele reafirmavam essa expectativa. A trajetória viva, sanguínea, paterna deve ter lhe servido como espelho; o retorno do segundogênito de Afonso II a Portugal não representou apenas a volta para seu reino de nascimento, mas a tomada do trono. Vale ressaltar que o próprio S. Luís – a quem Afonso III serviu na França – não era o herdeiro da coroa francesa, mas foi quem a usou após a morte dos irmãos mais velhos²⁷³.

No reino vizinho de Castela, o contexto sócio-político tampouco desacreditava o infante D. Afonso das possibilidades de ocupar o trono. Seu avô, Alfonso X, enfrentou a disputa e depois a revolta aberta do infante Sancho, obstinado em ocupar o trono após a morte

²⁷¹ LOPES, 1997, p. 197.

²⁷² Embora nenhuma fonte cronística se refira ao período em que se deu a pretensa disputa pelo trono, considerando que Francisco Brandão trata da questão no momento em que aborda a ascensão de D. Dinis ao trono (ML, V, f. 36v.-38), conjecturamos que foi em torno desse momento que se deu o questionamento de D. Afonso à legitimidade do sucessor do trono.

²⁷³ LE GOFF, 1999, p. 74.

de seu irmão primogênito, em 1275. Os sucessos na empreitada levaram o castelhano a ser conhecido como Sancho IV.

Portanto, tanto a trajetória política de seu pai quanto os acontecimentos que se desenrolavam no reino vizinho não devem ser descartados como elementos motivadores para as pretensões do infante D. Afonso ao trono. É preciso considerar, ainda, que a documentação régia e eclesiástica funcionava como prova efetiva de que as possibilidades de lograr sucesso estavam em aberto. É nesse sentido que se pode interpretar o registro documental acerca da posse de herdamentos entre a Ordem de Avis e o infante D. Afonso, o qual determinava o retorno da herdade àquela ordem religiosa caso ele morresse, entrasse em alguma ordem ou se “deus vyr por ben que seja Rey”²⁷⁴. Ao aceitar cumprir esses termos, o infante não apenas se comprometia a seguir aquelas disposições, mas ao mesmo tempo admitia para si mesmo que existia a possibilidade de vir a ser rei. Se assim ocorresse, ele se veria livre das implicações que o filho segundo gozava e que lhe eram impostas pelo sistema de sucessão dinástica, podendo herdar do pai não apenas a dignidade régia, mas também a autoridade.

A manobra do infante D. Afonso corrobora o entendimento de que o costume praticado até Afonso III havia consagrado a primogenitura e a indivisibilidade do reino como sistema sucessório do trono, haja vista que ele não questionou nenhuma dessas premissas. Ciente dessas disposições, ele buscou subverter a legitimidade de nascimento de seus irmãos e, de arrasto, tentou chamar para si a condição de primogênito e herdeiro da autoridade régia.

2.2. O conflito de 1281

Em 1281, D. Afonso resistiu ao cerco imposto por seu irmão, o rei de Portugal, contra o castelo de Vide. Tendo em vista que o que se objetiva no desenvolvimento dessa pesquisa não é tratar profundamente das movimentações militares que perpassaram os episódios de conflito entre o senhor de Marvão e Portalegre e D. Dinis, a abordagem que segue se aterá às causas e consequências desse que foi o primeiro embate entre as tropas do infante e as do monarca português.

2.2.1. O conflito e a composição

²⁷⁴ Ch.AfIII, doc. 736; OACSB, mc. 2, doc. 87.

O primeiro conflito entre o infante D. Afonso e seu irmão não foi registrado pelas penas de muitos dos cronistas medievais e modernos. Se tomados apenas os registros de Rui de Pina²⁷⁵, Lopes²⁷⁶ e Duarte Nunes de Leão²⁷⁷, acreditar-se-ia que a contenda entre as partes teve início por volta de 1287 – motivada por contexto e causas que teremos a oportunidade de abordar quando formos tratar desse episódio –, negligenciando a ocorrência de 1281.

Dentre os cronistas, foi Francisco Brandão o responsável por avançar em interpretações acerca do embate em questão, colocando a construção de muralha e fortaleza em Vide como cerne da contenda entre o infante D. Afonso e D. Dinis. Escreve o autor: “Era Vide naquelle tempo lugar aberto sem muros, nem Castello, preceolhe ao Infante ser conueniente estar cercada; a tenção seria sò de enobrecer a Villa; a presunção delRey julgou outra cousa; indícios aueria que ajudassem esta sospeita”²⁷⁸. Assim como o cronista, Fernando Félix Lopes²⁷⁹, José Mattoso²⁸⁰, José Augusto Pizarro²⁸¹ e Miguel Gomes Martins²⁸² consideram o ato de erigir estruturas defensivas naquela localidade como elemento causal para o conflito entre os irmãos.

Não é possível constatar, por meio dos documentos régios, em que data as ações de fortificação levadas a cabo pelo infante D. Afonso chegaram ao conhecimento do rei seu irmão. Tomando por base o itinerário de D. Dinis traçado por Virgínia Rau, observa-se que a partir de agosto o monarca deixou a região centro-norte do reino – Lamego, Campeã, Constantim, Sernancelhe –, passando por Celorico e chegando a Estremoz no princípio de novembro²⁸³. Não deve ser descartada a possibilidade de, em seu caminho, ter se aproximado de Vide e visto as modificações em suas estruturas defensivas.

Se assim o foi, o rei de Portugal deve ter advertido o senhor de Marvão e Portalegre acerca dos agravos representados pelo seu ímpeto construtor quando se encontraram em Estremoz, a 12 de novembro de 1280, ocasião em que D. Dinis concedeu foral a Aliazul, tendo o infante D. Afonso – então tenente da Guarda – como confirmante do documento régio²⁸⁴. Após passar o mês de dezembro em Elvas e arredores²⁸⁵ – Alandroal e Juromenha –, o monarca português reencontrou o irmão em 28 de dezembro daquele mesmo ano em

²⁷⁵ Cr.DD, p. 185-190.

²⁷⁶ Cr.SPRP, p. 21-23.

²⁷⁷ Cr.RP, p. 109v.-111.

²⁷⁸ ML, V, f. 61.

²⁷⁹ LOPES, 1997, p. 201.

²⁸⁰ MATTOSO, 1993b, p. 159.

²⁸¹ PIZARRO, 2008, p. 109.

²⁸² MARTINS, 2013, p. 153.

²⁸³ RAU, 1962, p. 15.

²⁸⁴ Ch.DD, l. I, f. 28-29v.; ALMEIDA, 1969, p. 33-42.

²⁸⁵ RAU, 1962, p. 15.

Montemor-o-Novo, quando o infante D. Afonso confirmou doação régia²⁸⁶, altura em que possivelmente foi de novo repreendido pelo suserano.

Se nas duas ocasiões em que o infante D. Afonso e o rei D. Dinis estiveram juntos o rei admoestou o senhor de Marvão e Portalegre acerca das obras de edificação em Vide, a advertência não foi atendida e se reverteu na ação militar régia de cercar a localidade. Saindo de Lisboa e passando por Santarém, convocando soldados junto desses e de outros concelhos, o monarca reuniu entre dois e três mil soldados e sustentou o cerco a Vide a partir de 17 de abril de 1281²⁸⁷, sem que, para isso, tivesse contado com o apoio da alta nobreza portuguesa²⁸⁸.

A notícia do conflito entre os irmãos correu a Península Ibérica e foi foco de atenção do infante Sancho de Castela, do rei D. Pedro de Aragão, da rainha D. Beatriz de Portugal e da infante D. Branca, todos eles buscando um entendimento que colocasse fim ao cerco²⁸⁹. Diante de tantos mediadores interessados em uma solução pacífica para a contenda, seu desfecho veio sem o recurso ao conflito direto, após a rendição do infante D. Afonso em 17 ou 18 de maio²⁹⁰, quando ele bateu em retirada para Castela.

A composição entre os irmãos passou a ser negociada em finais daquele ano, tendo sido assinada a 2 de fevereiro de 1282, em Estremoz; veremos seus termos em detalhe logo abaixo. Adiantamos que, seis dias depois da assinatura do acordo de paz, o infante D. Afonso encaminhou carta ao rei D. Dinis pela qual prometia derrubar tudo o que de novo havia sido feito na torre e muro de Vide entre a Páscoa e o dia de Pentecostes de 1282²⁹¹ – ou seja, entre 29 de março e 17 de maio. A passagem do rei de Portugal por Crato – no caminho de Évora para Trancoso –, no dia 22 desse último mês, deve ter servido para conferir se o irmão havia efetivado o que tinha se comprometido a fazer²⁹².

Apresentado o conflito e indicados os aspectos gerais da composição entre D. Afonso e D. Dinis, é preciso que se aprofunde a análise dessas duas matérias e, assim, se amplie o seu entendimento para além de um episódio de atrito entre irmãos. Por esse evento perpassam

²⁸⁶ Ch.DD, I, I, f. 28; ALMEIDA, 1969, p. 31-33. Acerca desse documento, faz-se pertinente indicar que se encontra erradamente indicado no itinerário do rei D. Dinis como datado de 28 de outubro de 1280 (RAU, 1962, p. 15). Em verdade, o registro chancelar é de dezembro daqueles mesmos dia e ano.

²⁸⁷ LP, doc. 32; ML, V, f. 61-61v.; RAU, 1962, p. 16; MARTINS, 2007, p. 650-651; 2013, p.154-155.

²⁸⁸ MARTINS, 2007, p. 37.

²⁸⁹ LOPES, 1997, p. 202.

²⁹⁰ MARTINS (2007, p. 675) sustenta essa datação para o fim do cerco considerando o documento régio (LP, doc. 32) de 19 de maio de 1281, pelo qual o rei D. Dinis dispensou as tropas do concelho de Lisboa que haviam lhe prestado apoio em Vide. Assim sendo, a manobra militar do rei de Portugal deve ter sido encerrada no dia 17 ou 18 daquele mesmo mês e ano, embora ele tenha permanecido em Vide até finais de maio, como aponta seu itinerário (RAU, 1962, p. 16).

²⁹¹ Ch.DD, I, I, f. 43v.-44; ALMEIDA, 1969, p. 165-166.

²⁹² RAU, 1962, p. 17.

disputas mais profundas de autoridade e poder, sua implantação em uma área geográfica de fronteira e o controle pela vassalagem. Seus registros documentais ainda servem como importante suporte indicativo dos vassalagos que orbitavam em torno do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, assim como do lugar que o infante ocupava no xadrez político da Península Ibérica. Diante disso, é preciso lançar um olhar mais atento a essas problemáticas.

2.2.2. Torre e muralha: materialização de poderes em disputa

Como apontado, o motivo central para o conflito entre o infante D. Afonso e D. Dinis fora a construção de muralha em Vide. Observado o imbróglio com os olhos da contemporaneidade, o ato de construir um muro pode não representar motivos para uma guerra, mas não era essa a perspectiva da política medieval. Mais do que uma torre e muro, a elevação de estruturas defensivas naquele senhorio representou a solidificação em pedra e madeira de um conflito de poderes: do nobiliárquico contra o régio.

É plausível que Vide já gozasse de alguma estrutura defensiva à altura que passou à posse de D. Afonso, posto que o documento da chancelaria de Afonso III grafa a localidade como Castelo de Vide²⁹³, entendimento corroborado pela carta do senhor de Marvão e Portalegre ao rei D. Dinis em que se comprometeu a derrubar o que de novo havia sido feito na torre e no muro do lugar²⁹⁴, palavras que autorizam conjecturar que ali existiam estruturas defensivas as quais o infante buscou melhorar. Pedro Cid também concorda com a ideia de que havia fortificações na localidade à altura de 1233²⁹⁵, data do foral de Tonhe²⁹⁶ – suporte documental que indica ali ser castelo da Vide.

A questão da pré-existência de estrutura defensiva em Vide quando da ação construtora de D. Afonso é, contudo, controversa. Francisco Brandão afirma que a localidade não possuía torre e muralha até o infante buscar erigi-las²⁹⁷, perspectiva que encontra a aceitação de Fernando Félix Lopes²⁹⁸, José Mattoso²⁹⁹ e José Pizarro³⁰⁰. A divergência em

²⁹³ Ch.AfIII, doc. 569. Tratando da documentação medieval portuguesa dos séculos XII e XIII, Carlos Alberto Almeida afirma que *castrum* era uma povoação com entornos muralhados, enquanto que *castelum* era uma estrutura de maior valor defensivo composta por torre e muralha, não podendo-se tratar os dois termos como sinônimos (ALMEIDA, 1978, p. 6-8).

²⁹⁴ Ch.DD, I, f. 43v.-44; ALMEIDA, 1969, p. 165-166.

²⁹⁵ CID, 2005, p. 26.

²⁹⁶ FRAG, cx. 21, doc. 20.

²⁹⁷ ML, V, f. 61.

²⁹⁸ “E foi assim que resolveu muralhar a sua vila de Vide e ampará-la com torre que começou a construir [...]” (LOPES, 1997, p. 201).

²⁹⁹ “[...] atacou seu irmão, o infante D. Afonso, em Vide, por ter decidido cercar a vila e transformá-la em castelo sem lhe pedir autorização” (MATTOSO, 1993b, p. 159).

responder à problemática advém da carência de fontes materiais que apoiem uma resposta definitiva, haja vista que as intervenções na arquitetura castelo-vidense ao longo do tempo – iniciadas já com D. Dinis, em princípios do século XIV, e continuadas nas centúrias seguintes³⁰¹ – apagaram os traços que constituíam aquela edificação no século XIII³⁰².

Independente de ter erigido ou reformado a torre e muralha de Vide, a intervenção efetuada por D. Afonso na arquitetura militar dessa localidade deve ser entendida sob a perspectiva das alterações no panorama político experimentadas pelo Ocidente Medieval no século XIII. Em se tratando dos aspectos arquitetônicos, essa centúria experimentou uma lenta diminuição da edificação das grandes catedrais, ao mesmo tempo em que os castelos passaram a marcar a paisagem. Inerente ao câmbio de uma construção para a outra estava a disputa entre os poderes eclesiástico e laico.

A conclusão das duradouras obras que fizeram as monumentais catedrais francesas emergirem do solo a partir de meados do século XIII marcou o fim do impulso construtor das grandes obras religiosas e anunciou os novos tempos de uma sociedade não mais compreendida sob a unicidade de uma cristandade protegida pelo manto da Igreja, mas como um conjunto de fragmentadas monarquias feudais, cujos monarcas mostravam-se ávidos por implantar sua autoridade por sobre o território por eles dominado³⁰³.

O século XIII surge dessa maneira como ponto de viragem no pensamento político medieval, a partir de quando foi desenvolvida uma ideia de governo estreitamente vinculada a preceitos políticos terrenos³⁰⁴. Em consonância com essa concepção, Carlos de Ayala Martínez defende que:

A gestação e desenvolvimento dessas evoluídas monarquias, precursoras do Estado soberano, se explica em um contexto em que o universalismo político defendido pelo pontificado e pelo Império irreversivelmente cede terreno frente à pujante e dividida realidade de uma cristandade, concebida cada vez mais como uma soma de reinos. Com diferentes ritmos e especificidades, sobre todos eles se vão impondo as novas fórmulas protosoberanas [...] ³⁰⁵.

³⁰⁰ “Como o senhorio de Vide fosse o único que não estava amuralhado resolveu o infante construir muralha e torre que o defendesse” (PIZARRO, 2008, p. 109).

³⁰¹ Para verificar as modificações sofridas por Castelo de Vide e sua condição atual, veja: CID, 2005, p. 67-97.

³⁰² Mario Jorge Barroca indicou a dificuldade que representam as intervenções dos séculos seguintes para o conhecimento das construções militares medievais, veja: BARROCA, 1989, passim.

³⁰³ DUBY, 1990a, p. 163-184.

³⁰⁴ CANNING, 2003, p. 341.

³⁰⁵ “La gestación y desarrollo de estas evolucionadas monarquías, precursoras del Estado soberano, se explica en un contexto en que el universalismo político defendido por el pontificado y por el Imperio ceden irreversiblemente terreno ante la pujante y parcelada realidad de una Cristiandad, concebida cada vez más como una suma de reinos. Con diferentes ritmos e especificidades, sobre todos ellos se van imponiendo las nuevas fórmulas protosoberanas [...]” (AYALA MARTÍNEZ, 2002, p. 554).

Com essas palavras o autor aponta que a disputa entre a Santa Sé e o Império pela primazia da autoridade secular perdia força diante da emergência de monarquias feudais, cujos governantes buscavam fazer valer o seu poder acima de quaisquer outras instâncias que ameaçassem sua autoridade por sobre o território por eles governado³⁰⁶. Estamos diante, portanto, do processo de alinhamento da prática política dos reinos medievais ao princípio da soberania, ideário em vias de afirmação no século XIII e cuja aceitação ocorrerá, segundo Rodriguez-Picavea, duas centúrias depois³⁰⁷. A primazia da autoridade monárquica estava assim diretamente vinculada à imposição dos poderes régios ao conjunto de grupos sociais sobre os quais o rei pretendia se impor.

Voltemos nosso olhar para a igreja e para o castelo. Ora, a catedral fora a forma pela qual a Igreja logrou edificar a presença de Deus – e, de arrasto, a autoridade eclesiástica – perante o olhar de uma população majoritariamente iletrada. Os castelos cumpriam função similar a favor dos poderes temporais. De maneira muito mais terrena, a estrutura fortificada cumpria a função de transformar a abstrata presença da autoridade régia em uma estrutura capaz de ser avistada, passível de marcar o horizonte dos súditos dos reis, reafirmando, a cada passar de olhos, por meio da rememoração daquela imagem de pedra, a quem eles deviam obediência.

Esse processo de ampliação do poder simbólico³⁰⁸ dos castelos provocou, entre meados do século XII e o mesmo período do XIII, a construção ou reedificação das estruturas

³⁰⁶ Ao longo de todo o século XII, os poderes eclesiástico e laico travaram batalhas – cujas armas foram tanto as ideias quanto a força militar – em torno da disputa da primazia do poder secular; o contato causado pelos conflitos acabou por gerar assimilações de premissas de maneira mútua. Da parte dos governantes laicos houve a apropriação de ideias que os colocavam como governante maior em seus domínios, cabendo a ele a primazia sobre as determinações dos assuntos terrenos (KRITSCH, 2002, p. 223). Para esse impulso à superioridade de mando sobre a sociedade que governavam, os reis se apropriaram do conceito de *corpus mysticum*, inicialmente empregado para designar a Igreja como um corpo místico cuja cabeça é o próprio Cristo, tomando-o a favor da afirmação de sua posição como cabeça do corpo social (KANTOROWICZ, 1998, p. 125-146). No caso específico da Península Ibérica, a concepção corpórea da sociedade encontrou em Alfonso X o seu mais prestigiado teórico e defensor da posição do rei como cabeça do corpo social, reforçando a ideia da não existência de autoridade temporal superior à dos monarcas (NIETO SORIA, 1988, p. 1133; PAES FILHO, 2008, p. 55-56). Em Portugal, as traduções das obras do rei castelhano, citadas desde o reinado de Afonso III, comprovam a forte influência das ideias do *Sábio* no pensamento político português (CAETANO, 1992, p. 297; PAES FILHO, 2008, p. 55-56).

³⁰⁷ RODRIGUEZ-PICAVEA, 2006, p. 280-281.

³⁰⁸ O uso do conceito de *poder simbólico* remete-nos impreterivelmente a Pierre Bourdieu, que dedicou muitos de seus estudos a esse tema. Esse autor entende aquele termo como o poder de construção da realidade por meio do estabelecimento de uma dada ordem e sentido do mundo, marcadamente da estrutura social. Por esse esquema, os símbolos tem a função de dar sentido àquela concepção, atuando em prol da integração social e da reprodução daquele ordenamento, processo que não ocorre sem disputas entre as classes ou facções de grupos sociais, que buscam definir o mundo por meio de uma luta simbólica, moldando-o a seu favor e assim objetivando defender seus interesses. Dessa forma, o sistema simbólico cumpre uma função política de legitimação e imposição de uma classe sobre a outra, reforçando a capacidade dos dominadores de manter sua posição superior aos seus concorrentes (BOURDIEU, 2007, p. 8-15). Ainda segundo aquele sociólogo, o poder simbólico pode ser entendido como “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de

militares fortificadas – para o que contribuiu o conhecimento da arquitetura gótica anteriormente aplicada à elevação das catedrais –, ainda que de maneira diacrônica, em vários pontos do Ocidente Medieval: Itália, França, Holanda, Bélgica, Alemanha e Portugal³⁰⁹. A importância das estruturas fortificadas não ficou restrita, contudo, ao poder régio, podendo igualmente ser observada entre o poder nobiliárquico.

Entre meados do século XII e do XIII, também pode ser observada a crescente presença da *domus fortis* – a casa senhorial fortificada³¹⁰. Mario Jorge Barroca defende que essa ocorrência, em Portugal difundida a partir do Entre-Douro-e-Minho, esteve diretamente associada à emergência de linhagens menos poderosas e em processo de afirmação, que viam nessa estrutura arquitetônica a forma de impor seu poder sobre a população rural e de se afirmar frente às linhagens antigas e, por consequência, mais poderosas³¹¹.

Ainda sobre Portugal, é preciso considerar outros dois elementos explicativos para a emergência da casa senhorial no século XIII. O primeiro deles, a consolidação da Reconquista e a consequente sedentarização da população – menos propensa à flutuação territorial das campanhas contra o inimigo muçulmano. O segundo foi a larga busca por construções de pedra – cujo uso indicava o prestígio do senhor da *domus* –, material que possibilitava uma maior duração da torre, durabilidade essa que estava ligada à preocupação em prolongar a longevidade da torre fortificada, símbolo de riqueza e do domínio sobre a terra³¹².

Tendo em vista o fim da Reconquista portugalense e o avanço na delimitação da linha fronteira luso-castelhana, efetivada pelo Tratado de Badajoz, o infante D. Afonso deve ter se sentido seguro da posse de seu senhorio fronteiro para avançar com a estruturação das

confirmar ou de transformar a visão de mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2007, p. 8-14). Essa discussão em torno do entendimento de Pierre Bourdieu sobre *poder simbólico* não deve implicar em sua aceitação como um referencial teórico para essa tese. O método do autor se pauta sobre princípios sociológicos de Marx, Durkheim, Weber e outros pilares que o alinham àqueles que voltam sua observação para a sociedade estruturada sobre o Estado e o Capital, entre classes e lutas, e instituições burocráticas, portanto, uma sociedade distinta da medieval. Essa constatação não significa afirmar que construções teóricas sobre o poder simbólico não possam ser consideradas em suas proposições fundamentais, capazes de tocar não o tempo, mas o homem; contudo, em nosso caso, devem ser pensadas a partir da perspectiva da medievalidade. Assim, quando admitidos os elementos mais essenciais do conceito de poder simbólico segundo Pierre Bourdieu e aplicados para o caso da nobreza medieval, vemos esse grupo social estruturar o seu estatuto nobiliárquico em três elementos fundamentais: nascimento, patrimônio e privança. Esses dois últimos tocam as esferas da política, sociedade e economia; o primeiro toca no aspecto simbólico do sangue, sobre os quais se assentavam uma série de prerrogativas que garantia que a nobreza se perpetuasse no cume da escala social, o que nos aproxima da dinâmica proposta por aquele sociólogo para as concorrências simbólicas. O ponto crucial da questão permanece, contudo, no fato de que a nobreza medieval não estava inserida na sociedade do mercado e do capital, o que nos demanda pensar a problemática dos elementos próprios ao contexto da Idade Média, como se buscou proceder no desenvolvimento desse estudo.

³⁰⁹ BARROCA, 1989, p. 13.

³¹⁰ ALMEIDA, 1978, p. 47; BARROCA, 1989, p. 9.

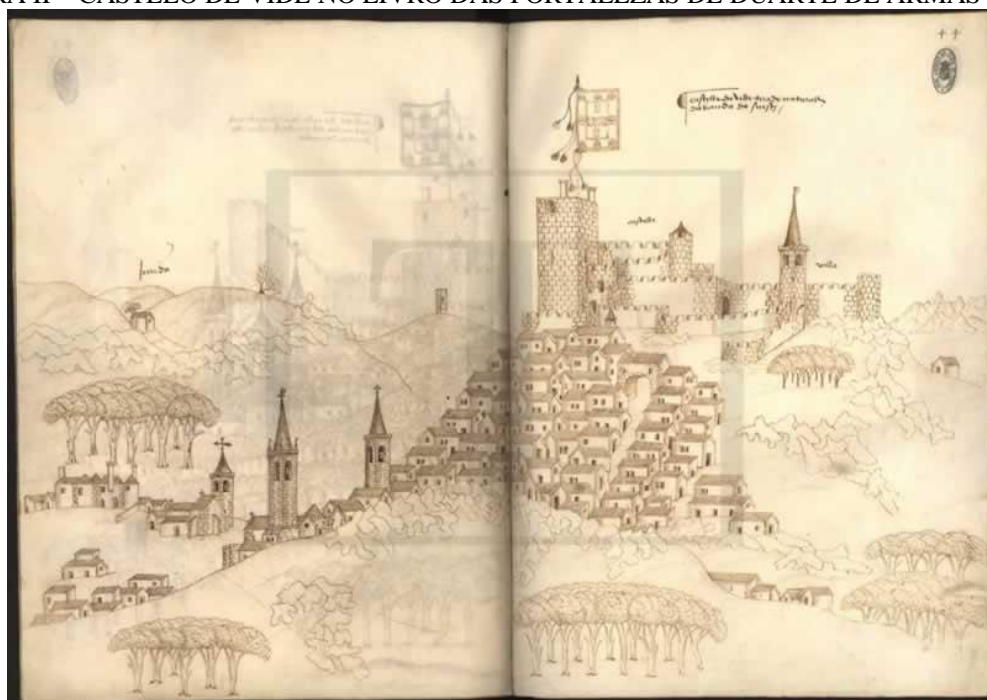
³¹¹ BARROCA, 1989, p. 13-14; 17.

³¹² BARROCA, 1989, p. 15-16.

fortificações em Vide, em atitude alinhada à emergência das estruturas fortificadas que marcou o século XIII, mas também visando alcançar dois objetivos caros ao senhor de Marvão, Portalegre e Arronches: a implantação de seu poder frente aos habitantes da localidade e o fortalecimento de seu estatuto nobiliárquico.

Quanto ao primeiro quesito, é preciso lembrar que a requisição de D. Afonso ao pai para tomar Vide foi pautada no argumento de que ele recebia agravos daquela localidade³¹³. Incorporado o território castelo-vidense aos seus domínios, o infante buscou fazer valer seus direitos senhoriais por sobre uma população que ele acusara de atuar contra sua autoridade. Foi com esse intuito que buscou ampliar as estruturas defensivas que também cumpriam o papel de fazer visível seu poder nobiliárquico, marcando os horizontes daquela área geográfica com sua presença superior – assente sobre um monte, como mostra a gravura de Duarte de Armas feita em finais do século XV³¹⁴. Ora, não sem motivo o castelo ocupa um lugar central na imagem que a contemporaneidade nutre da Idade Média: foi essa a construção símbolo do centro administrativo senhorial, “[...] a cabeça de um domínio cujas muralhas abrigavam as colheitas e a sede do poder de comandar outros homens, de obrigá-los a servir e de assegurar entre eles, e sobre eles, a polícia e a justiça”³¹⁵.

FIGURA II – CASTELO DE VIDE NO LIVRO DAS FORTALEZAS DE DUARTE DE ARMAS



FONTE: retirado do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas

³¹³ Ch.AfIII, doc. 556.

³¹⁴ LF, f. 43v.-44.

³¹⁵ PESEZ, 2006, p. 153.

Em última instância, o ato de D. Afonso dava mostras do exercício das prerrogativas que o título de *domnus* – enquanto *dominus de Marvam e de Portalegre et de Arronches*³¹⁶ – conferia-lhe, como esclarece José Mattoso: “[...] a palavra *domnus* vem tornar-se um título que, à época das inquirições de 1258, [...] ainda parece atribuído principalmente ao rei e a mulheres nobres, ou a outros membros da alta nobreza, cuja autoridade não se pode pôr em dúvida”³¹⁷. O infante não inaugurara nenhuma prática inédita no âmbito da política medieval, mas buscara desempenhar os poderes senhoriais – marcadamente militares e judiciais – que, apropriados do poder régio castelhano pelos infanções portugueses, constituíram as prerrogativas da nobreza desde a fundação da monarquia em Portugal³¹⁸.

Contudo, no ímpeto de reforçar seus poderes senhoriais sobre Vide, o infante D. Afonso se chocou com a autoridade do rei D. Dinis. Como acabamos de afirmar, o castelo era símbolo do poder régio, cabendo ao rei, e somente a ele, construir castelos, torres e muralhas ou autorizar nobres a fazê-lo, como assegurava ao monarca a *Ius Crenelandi* – “[...] princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares”³¹⁹.

Assim sendo, a dinâmica sócio-política do embate entre o poder régio e o senhorial será pressuposto norteador para o exame dos aspectos inerentes às tomadas de posição e ações do infante D. Afonso frente a D. Dinis, a começar pela própria disputa em torno do direito de erigir fortificações, questão que já havia gerado conflitos anteriores entre rei e nobre português, como aponta José Mattoso:

Desde princípios do século XIII e mais frequentemente a partir de 1250, muitos senhores constroem torres ou residências fortificadas (*domus fortis*) que asseguram a defesa e sublinham a força e a nobreza de seus detentores. Vários reis, desde Sancho I, destroem algumas delas ou exigem autorização para as construírem, provavelmente porque as consideram símbolo de uma autoridade pública que querem reservar para si, sobretudo Afonso III e D. Dinis.³²⁰

O monopólio exercido pelos monarcas sobre as edificações militares toca, portanto, o âmago da disputa entre os poderes régio e nobiliárquico no reino de Portugal, colocando de lados opostos os nobres, que desde a afirmação dos infanções, no século XI, se mostravam

³¹⁶ Ch.DD, I, I, f. 47-48v.; ALMEIDA, 1969, p. 192-194.

³¹⁷ MATTOSO, 1995, I, p. 129.

³¹⁸ A configuração, natureza e exercício dos poderes senhoriais, assim como o processo de sua apropriação pelos infanções portugueses, ocupam espaço de central importância na produção historiográfica medieval portuguesa, para o que muito contribuíram os estudos de José Mattoso. Tendo em vista a multiplicidade de estudos produzidos por esse medievalista acerca dessa problemática, veja principalmente: MATTOSO, 1981; 1985b; 1995, v. I, p. 81-298.

³¹⁹ BARROCA, 1998, p. 807.

³²⁰ MATTOSO, 1995, I, p. 95.

ávidos em filhar para si as prerrogativas próprias à autoridade régia. Nesse sentido, a detenção “[...] dos castelos sublinha e exprime concretamente o processo de apropriação de poderes estatais por parte dos infanções”³²¹. A esse fator deve ser acrescentada ainda a importância que os topônimos castelões representaram para o processo de afirmação das linhagens e seus cognomes nos séculos XII e XIII.

Da parte dos reis, a prática da *Ius Crenelandi* pode ser constatada desde o reinado de Sancho I, quando ordenou a destruição da torre senhorial de D. Lourenço Fernandes da Cunha e, depois, da de D. Estevão Martins³²². Mas foi D. Dinis quem impôs definitivamente aquele princípio jurídico³²³, como se pode constatar por meio de documento chancelar de 1322: “[...] porque eu ei deffeso que nem huum homeem nom possa fazer casa forte no seu senhoryo sem meu mandado [...]”³²⁴.

Controle sobre as prerrogativas da autoridade régia era o que orientava a atitude vigilante de D. Dinis em torno da edificação de estruturas militares, mas não só. O ímpeto construtor e reformador do monarca português, registrado por cronistas como Rui de Pina³²⁵ e Fernão Lopes³²⁶, foi alvo de estudo de Mario Jorge Barroca, que aponta para um total de 86 castelos construídos ou reformados entre os anos de 1288 e 1315 – 80% deles localizados nos limites do reino³²⁷ –, atividade responsável por efetivar uma série de mudanças nas estruturas militares fortificadas³²⁸. Temos, assim, que a preocupação com as fortificações estava diretamente relacionada à defesa e consequente delimitação da fronteira.

Observando as motivações que impulsionaram o infante D. Afonso a intervir sobre a estrutura fortificada de Vide e o significado de seu ato pela perspectiva da posição de D. Dinis, enquanto rei de Portugal, constata-se o choque dos interesses sustentados por cada uma dessas partes. Não autorizado pelo rei de Portugal a iniciar ações de construção da torre e muralha daquela vila, o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches empreendeu um gesto de desafio à autoridade régia, em claro desrespeito ao princípio jurídico da *Ius Crenelandi*.

Na perspectiva de D. Dinis, a intervenção sobre a arquitetura militar de Vide – ato que pelo seu desrespeito à autoridade régia já oferecia motivo sólido para ser contestado – ganhou

³²¹ MATTOSO, 1985b, p. 83.

³²² BARROCA, 1998, p. 807.

³²³ BARROCA, 1998, p. 807.

³²⁴ Ch.DD, l. III, f. l46v. Esse documento registra a autorização dada por D. Dinis a Mem Rodrigues de Vasconcelos em 1322, pela qual o rei autorizava o nobre a construir a torre de Penegate. Sobre esse assunto, veja: BARROCA, 1989, p. 30 et seq.; PIZARRO, 1997, p. 837.

³²⁵ Cr.DD, p. 323.

³²⁶ Cr.SPRP, p. 6.

³²⁷ BARROCA, 1998, p. 808-810.

³²⁸ Para uma abordagem das modificações pelas quais passaram os castelos portugueses no reinado de D. Dinis, veja: BARROCA, 1998, p. 812-818.

contornos ainda mais agravantes quando considerado que ocorrera em um senhorio fronteiriço detido pelo mais poderoso nobre do reino, seu irmão D. Afonso. A união desses dois fatores, geográfico e sócio-político, indicava o potencial do infante para desestabilizar a linha fronteira luso-castelhana, região onde justamente se concentraram os esforços defensivos dionisinos.

Diante disso, o cerco sofrido pelo infante D. Afonso em Vide constitui indicativo do programa político seguido por D. Dinis no decurso de seu reinado, ou seja, o da atenção e controle das estruturas militares fortificadas construídas sobre a área geográfica do reino, marcadamente quando situadas na linha fronteira luso-castelhana.

2.2.3. Fronteira, espaço de disputa entre o infante e o rei

Tendo em vista a localização dos domínios senhoriais de D. Afonso nos limites do reino de Portugal, a problemática da zona fronteira medieval impõe-se como matéria cara a essa pesquisa. Antes, é preciso, contudo, assinalar dois cuidados inerentes a essa problemática. O primeiro deles é quanto ao caráter polissêmico de que a contemporaneidade reveste o termo: fala-se em fronteira mental, cultural, ideológica, identitária, econômica, política, social, econômica, militar, geográfica. Isto posto, salvaguarda-se que as linhas que se seguem buscarão os componentes político-militares – constituídos sobre o amparo do geográfico – do estabelecimento de fluidos limites entre as nascentes monarquias feudais do século XIII e os conflitos inerentes a esse processo, especialmente no que toca à zona fronteira luso-castelhana.

O segundo cuidado constitui-se pelo questionamento ao caráter fixo que depositamos sobre os limites geográficos, exigindo de nós uma postura que repense a forma como naturalizamos as linhas fronteiriças, entendendo-as sob a rigidez dos traços de um atlas, atitude que implica na negação da historicidade que marcou a configuração da fronteira. Esse desafio é ainda mais exigido aos estudos da Península Ibérica no âmbito da Idade Média, haja vista que este espaço social se configurou como uma sociedade de fronteira, perpassada pela oposição religiosa, mas também no interior da própria cristandade, marcada pelo embate político-militar das nascentes monarquias feudais, em seu impulso de estabelecer divisão fronteira entre seus reinos³²⁹. Reconhecendo essa especificidade, parte-se do entendimento do seguinte conceito de fronteira:

³²⁹ ZLATIĆ, 2013b, p. 485-499.

Fronteiras são compostas de elementos que demarcam, definem e produzem referências territoriais aos espaços ocupados por unidades sócio-políticas. Contudo, como tal, elas são um produto das relações sociais no seio do espaço político que definem, fronteiras não são estáticas ou atemporais; justamente o contrário, elas estão constantemente mudando e evoluindo, radicalmente dinâmicas e estreitamente ligadas ao grau de desenvolvimento experimentado pelas unidades sociopolíticas que demarcam.³³⁰

Fronteira enquanto imprecisa demarcação de configurações experimentadas por diferentes unidades sócio-políticas; é sob essa perspectiva que olharemos para os limites territoriais que separavam as monarquias feudais ibéricas, a começar pelos termos usados pelos viventes daquele tempo e espaço para se referirem aos limites territoriais. Como exposto por Emilio Mitre Fernández, os muçulmanos usaram o termo *tagr* para designar o que pragmaticamente traduzimos por *fronteira*; os cristãos usaram o latino *limes* enquanto sinônimo de *marca*; além de *finis*, *confinis*, *mojón* e *extremadura* para indicar a zona fronteiriça³³¹. Ainda segundo esse autor, o emprego dos termos *frontera* e *frontera* – traduções da expressão latina *frontaria* – em documentos castelhanos indica espaços compreendidos enquanto linha divisória religiosa com o Islão. Assim, no esteio do esforço das monarquias feudais em definir os traçados de seus limites territoriais, surgiu o termo *fronteira*³³².

Além da indefinição terminológica, a multiplicidade dos termos usados pelos ibéricos no contexto medieval indica igualmente o caráter impreciso dos poderes que configuravam as zonas fronteiriças, como apontou José Mattoso quando afirmou:

[...] não entendo a fronteira como uma linha de demarcação nítida, mas como área extensa, sobre a qual a autoridade política predominante de cada um dos lados da fronteira era indecisa, instável, e até negociável com um ou outro dos soberanos inimigos. Nesse largo espaço, podiam existir povoações e comunidades humanas, algumas das quais possuíam capacidade suficiente para subsistir com os seus próprios recursos, quer numa situação mal definida a respeito da formação política a que pertenciam, quer em virtude da sua capacidade para negociar a sua fidelidade.³³³

³³⁰ “Frontiers are composed of elements that demarcate, define and make territorial reference to the spaces occupied by socio-political units. Although, as such, they are a product of the social relationships at the heart of the political space they define, frontiers are not static or timeless; quite the contrary, they are constantly changing and evolving, radically dynamic and closely linked to the degree of development experienced by the sociopolitical units they demarcate” (RODRIGUEZ-PICAVEA, 2005, p. 274).

³³¹ MITRE FERNÁNDEZ, 1997, p. 31.

³³² MITRE FERNÁNDEZ, 1997, p. 35-38.

³³³ MATTOSO, 2009, p. 369.

Em vista disso, a escassa presença de autoridade que emanasse de um centro de poder e a proximidade entre lados inimigos fazia da zona fronteiriça um espaço marginal, mas por isso aberto a maior liberdade e iniciativa daqueles que o ocupavam³³⁴. Foi aproveitando-se dessa dualidade que caracterizava as áreas limítrofes, somada às suas habilidades guerreiras, que alguns condes lograram desafiar o poder régio no século X; e mesmo o conde D. Henrique recorreu a essa manobra para ampliar sua independência frente ao reino de Leão, ao passo que empreendia suas vitórias sobre os muçulmanos³³⁵. O panorama de escassez da autoridade régia nos limites dos reinos ibéricos ainda era uma realidade no século XII, da qual se aproveitaram caudilhos como Geraldo Sem Pavor e Cid, o Campeador, para questionar a autoridade régia³³⁶. Foi a esse mesmo expediente que recorreu o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches quando interveio sobre a torre e muralha de Vide.

Não se mostra plausível que o infante D. Afonso desconhecesse o princípio da *Ius Crenelandi*; aceitar essa possibilidade incorreria em crer que o segundogênito de Afonso III ignorava o movimento de fortalecimento do poder régio desenvolvido por seu pai e, no tocante às prerrogativas da Coroa sobre as edificações militares, a autorização dada a João Peres de Aboim para erigir castelo e fortaleza em Portel. Ciente do agravo que representava sua determinação de alterar as estruturas fortificadas de Vide sem autorização de D. Dinis, o infante contou com a distância e a fraca presença da autoridade da Coroa na fronteira para prosseguir com seu ímpeto construtor. Quiçá estava confiante de que a privança detida junto ao rei – conferida pelo vínculo de sangue – acabaria por pender a favor da aceitação de seus atos, a exemplo de Estevão Anes, que, sem autorização prévia para a construção de fortificações em Alvito, recebeu de Afonso III a confirmação de tudo que havia sido erigido nessa vila³³⁷. Se foi esse o seu intento, a manobra não surtiu efeito.

Fôssemos jornalistas, diríamos que o infante D. Afonso perdeu o *timing* político. Ao buscar subverter a ordem da sucessão régia por meio do questionamento à legitimidade do herdeiro do trono, ele atraiu para si a postura vigilante e apreensiva de D. Dinis, sempre pronto para corrigir as transgressões do irmão. Corroborava a postura vigilante do rei de Portugal a preocupação com a delimitação das fronteiras do reino, matéria cara ao processo centralizador das monarquias feudais a partir do século XIII, haja vista que a ideia de

³³⁴ MITRE FERNÁNDEZ, 1997, p. 15.

³³⁵ MATTOSO, 1993a, p. 57.

³³⁶ MATTOSO, 2009, p. 450-451.

³³⁷ VENTURA, 1992, p. 589.

soberania estava dialeticamente vinculada à dinâmica fronteiriça e aos acordos que buscavam demarcar o espaço político na era feudal³³⁸.

Em Portugal – assim como em outros reinos do Ocidente Medieval – a mudança na titulação régia demonstra a emergência da vinculação da autoridade régia ao território dominado pela Coroa. Leontina Ventura aponta que o termo *Rex Portugalensium* acompanhou os reis portugueses até Afonso II, tendo sido alterado para *Rex Portugalie* a partir do reinado de Afonso III, sintoma da passagem de um sistema de relações pessoais para outro, mais atrelado ao controle do espaço territorial³³⁹; ou, como sugere Emilio Mitre Fernández, sinal de que o poder real deixava de incidir sobre uma comunidade étnica, para passar a se fazer valer sobre o território³⁴⁰.

O percurso da Reconquista orientou o reino de Portugal na direção sul da Península fazendo com que, no século XIII, se configurasse como um corredor entre o reino de Castela e o Atlântico, terminando no Mediterrâneo. Nessa configuração geográfica, o monarca ficava como que acuado em um desfiladeiro, com as costas para o mar e a encarar o poderoso vizinho, contra quem era preciso ao menos assegurar a manutenção da zona fronteiriça que separava a abrangência de sua autoridade. Foi com esse intento que o rei Afonso III buscou estabelecer o Tratado de Badajoz – ponto anteriormente abordado por esse estudo –, acordo que seria revisto por D. Dinis em 1297 – tema que será tratado à frente.

Paralelamente aos pactos políticos com o rei de Castela, o poder régio português passou a pôr em curso medidas internas que garantissem a defesa do limite luso-castelhano a partir de estruturas próprias de seu espaço geográfico – como já apontado anteriormente, a outorga do senhorio fronteiriço ao infante D. Afonso e a construção e reforma de castelos fronteiriços foram soluções alinhadas a esse propósito mantenedor da zona fronteiriça. Foi também com esse objetivo que Afonso III e D. Dinis recorreram às deliberações sobre a estrutura concelhia do reino.

A outorga de cartas de foral aos concelhos do reino pode ser observada desde o princípio da monarquia portuguesa, tendo experimentado um decréscimo ao longo da primeira metade do século XII, a partir de quando Afonso III e D. Dinis retomaram vigorosamente aquela prática. Por meio dessa medida – que incidiu muito fortemente sobre a zona fronteiriça do reino – os monarcas almejaram garantir o estabelecimento de populações no espaço

³³⁸ RODRIGUEZ-PICAVEA, 2006, p. 280-281.

³³⁹ VENTURA, 1998, p. 27; 50.

³⁴⁰ Segundo Emilio Mitre Fernández, outras monarquias feudais do Ocidente medieval passaram pela mesma experiência de mudança na titulação régia: de termos que indicavam a autoridade sobre uma comunidade étnica – *rex francorum*, *rex anglorum*, *rex hundertorum*, *rex aragonesium* – para outros que indicassem o caráter territorial do poder régio (MITRE FERNÁNDEZ, 1997, p. 44).

limítrofe luso-castelhano, ao mesmo tempo em que enquadravam aquelas populações em uma legislação similar àquelas praticadas do outro lado da fronteira, assim dissuadindo descontentamentos que levassem à emergência de forças adversas capazes de questionar a autoridade régia e, como desdobramento ainda mais grave, provocar a perda desses territórios para o reino de Castela³⁴¹.

Conjuntamente com o estabelecimento de população na zona fronteira, a política da concessão de forais garantia a implantação do poder régio no seio da estrutura concelhia, dado que o estabelecimento do contrato foralengo registrava textualmente os compromissos de monarca e comunidade³⁴². Da relação entre a instância de poder central e a local, a Coroa foi favorecida com o incremento da arrecadação tributária, fator atrelado ao avanço da soberania régia, ampliada com o recurso à criação de oficiais régios capazes de exercer o papel de representantes da autoridade do monarca³⁴³.

Embora possam ser constatadas premissas de caráter institucional no que tangia aos vínculos entre os monarcas e os concelhos, é ainda sobre bases feudais – portanto de vínculos pessoais – que se assenta a dinâmica social portuguesa no contexto do século XIII³⁴⁴. Essa configuração política implica que, ainda que o rei delegasse parte de sua autoridade aos seus oficiais representantes, não havia ainda um centro estático de poder – o que hoje chamaríamos de capital administrativa. A Corte régia ainda era uma instituição itinerante.

Fernando Arias Guillén aponta que o poder régio castelhano manteve uma característica itinerante na Idade Média e, mesmo quando os centros administrativos já haviam se concentrado em torno de localidades mais prestigiadas pelas estadias do rei – Toledo, Sevilha, Burgos, Valladolid –, ele mantinha sua Corte em movimento para, assim, atender às necessidades da guerra, de crises políticas, encontros diplomáticos e de justiça – marcadamente em um contexto em que se concebia a lei estreitamente atrelada à figura do monarca³⁴⁵. Quanto ao caráter móvel, a prática política da monarquia portuguesa não diferiu da castelhana e, embora D. Dinis tenha concentrado sua presença no eixo longitudinal litorâneo Lisboa-Santarém-Leiria-Coimbra³⁴⁶, não deixou de fazer valer sua presença em outras localidades do reino.

³⁴¹ ANDRADE, 1993, p. 121-125; 1998, p. 163-176; 2001, p. 24-50; VENTURA, 1998, p. 25-52; COELHO, 1996, p. 567-582; FERNANDES, 2005, p. 157-158.

³⁴² ANDRADE, 2001, p. 31.

³⁴³ ANDRADE, 2001, p. 31; COELHO, 1996, p. 582-584; VENTURA, 1998, p. 35-40.

³⁴⁴ MITRE FERNÁNDEZ, 1997, p. 42-44.

³⁴⁵ ARIAS GUILLÉN, 2013, p. 456-476.

³⁴⁶ RAU, 1962, p. 11.

Somada a instabilidade da zona fronteira ao caráter itinerante da Corte, temos que a fluidez com que a autoridade régia se assentava na geografia do reino não garantia às fronteiras do reino sequer a sua condição de distância em relação ao centro de poder. Enquanto D. Dinis mantinha-se no eixo litorâneo, os limites luso-castelhanos eram caracterizados como periferia do poder, distantes da autoridade do monarca. Contudo, com a movimentação do rei para o limite do Alentejo – a fim de cumprir deveres diplomáticos, como veremos –, essa região passava de periferia a centro de poder. A inversão dos parâmetros definidores do espaço fronteiro na Idade Média retirou ao infante D. Afonso o subterfúgio da distância que seus intentos exigiam. Descoberto o agravo, viu seu irmão retornar ao eixo Lisboa-Santarém para reunir tropas e colocar o centro do poder aos pés da muralha de Vide.

O cerco a Vide deve ser encarado como uma resposta do rei de Portugal a um ato desafiador de sua autoridade – especificamente o princípio da *Ius Crenelandi* –, mas também a uma ação que, partindo da zona fronteira, significou o questionamento dos próprios limites geográficos do poder régio. Tanto pelo questionamento à legitimidade do herdeiro do trono quando pela edificação de estruturas defensivas sem a devida autorização do rei português, o infante D. Afonso mostrava ser um elemento resistente ao ímpeto centralizador da Coroa e à busca pela definição das fronteiras inerente a este processo.

Contudo, cercado em seu senhorio, o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches não viu outra solução senão a saída do reino em direção a Castela, deixando para trás seu esforço fortificador e a resistência militar às forças do rei-irmão. D. Dinis, por sua vez, logrou impor sua autoridade sobre a zona fronteira e frear os atos de contestação do infante D. Afonso.

2.2.4. D. Afonso, vassalo do rei D. Dinis

Os documentos não apontam o trajeto do infante D. Afonso desde seu abandono do reino de Portugal – em meados de maio – até sua chegada a Sevilha – onde comprovadamente se encontrava em outubro de 1281³⁴⁷. Estando nessa localidade presumivelmente antes dessa data, teve longo tempo para ser aconselhado por aqueles que tentaram apaziguar a situação, marcadamente por sua mãe D. Beatriz e seu avô Alfonso X – que passou seus dias em Sevilha

³⁴⁷ Ch.DD, I, I, f. 47v.; ALMEIDA, 1969, p. 194. No documento original lê-se *uispalis* como referência à localidade de sua produção, o que remete a *Hispalis* – província romana ao sul da Península Ibérica, posteriormente conhecida como Sevilha.

desde agosto até o fim daquele ano³⁴⁸. Se persuadido por seus consanguíneos ou pela própria avaliação de seus atos, certo é que a busca pelo diálogo com o irmão partiu do segundogênito de Afonso III, para o que nomeou dois de seus vassalos – Vasco Pires Farinha e Rui Pais Bugalho – como seus procuradores, encarregando-os de costurar um entendimento com D. Dinis³⁴⁹. Do sucesso desse acordo dependia a retomada do senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches e seu retorno ao reino de Portugal, assim como o dos vassalos que o haviam acompanhado a Castela.

O infante D. Afonso estava implicado à vassalidade ao rei de Portugal tanto pelas cláusulas contidas na doação de seu senhorio por Afonso III quanto pela posição de tenente da Guarda – posto ocupado ao menos desde 12 de novembro de 1280, como atesta a chancelaria dionisina³⁵⁰. Ciente de que a intervenção sobre as estruturas defensivas de Vide significou desafio à autoridade da Coroa e, conseqüentemente, a quebra da fidelidade ao seu senhor, lhe restava buscar a *concordiam* – composição – com D. Dinis, propondo que os vínculos vassálicos dele e de seus vassalos fossem reavidos por meio de vassalagem, pena ou por algum outro modo³⁵¹.

Segundo exposto por Marcello Caetano, a composição era um mecanismo do sistema de justiça privado pelo qual duas partes conflitantes entravam em acordo mediante a reparação dos danos pelo ofensor ao ofendido, sendo recurso obrigatório para delitos de baixa gravidade³⁵². Ainda segundo esse autor, “A reconciliação podia ser consagrada por um pacto de amizade e fraternidade, quando tinha lugar entre nobres ou pessoas poderosas”³⁵³.

Ora, tendo em vista que partiu de D. Afonso o ímpeto de buscar composição com o irmão, é possível considerar que tenha reconhecido os agravos cometidos e sua condição de ofensor, interpretação corroborada por sua proposta de reparar o ofendido – no caso, o rei de Portugal – mediante vassalidade, pena ou qualquer outra maneira. Considerando que, segundo José Mattoso, até o século XIV os monarcas portugueses não tomaram para si a prerrogativa de julgar os senhores mesmo em casos de infrações à fidelidade³⁵⁴, D. Dinis não considerou o

³⁴⁸ GONZÁLEZ JIMENEZ; CARMONA RUIZ, 2012, p. 577-579.

³⁴⁹ Ch.DD, I. I, f. 47v.; ALMEIDA, 1969, p. 194. A possibilidade de ter partido de D. Afonso o ato de buscar o diálogo com D. Dinis advém da constatação de que o primeiro registro inserido no documento de composição entre as partes tenha sido justamente a procuração aos seus dois vassalos para que buscassem um acordo com o rei de Portugal. Em resposta a esse que julgamos ser o primeiro gesto, o rei de Portugal apresenta seus termos para um acordo de paz.

³⁵⁰ ALMEIDA, 1969, p. 32.

³⁵¹ “[...] per omagium et per penam ut quocumque alio modo [...]” (Ch.DD, I. I, f. 47v.; ALMEIDA, 1969, p. 193).

³⁵² CAETANO, 1992, p. 252.

³⁵³ CAETANO, 1992, p. 254.

³⁵⁴ MATTOSO, 1993a, p. 122.

ato do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches como ofensa irreversível – entendimento para o qual os laços de sangue entre eles devem ter pesado a favor do infante –, e aceitou negociar uma reconciliação.

Logo após a saída de D. Afonso do reino de Portugal, a rainha D. Beatriz e o conselheiro frei Afonso Peres Farinha – irmão de Vasco Pires Farinha, dos quais logo falaremos – devem ter passado a atuar junto de D. Dinis a favor de um entendimento entre os irmãos. Se influenciado ou não pela mãe e pelo valido, certo é que o monarca português recebeu os procuradores do infante e apresentou seus termos para uma composição amigável, registrados na Guarda, em 14 de novembro de 1281 – como comprovado documentalmente³⁵⁵.

Procedendo com o intuito de estabelecer composição com o infante D. Afonso, o rei D. Dinis inicia apresentando suas condições:

E essa composiçom e feita en esta maneyra convem a saber que eu don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve entendendo a fazer bem e mercee a meu hyrmão infante don Afonso por amor que lh'ey e polas causas que se segem adeante assiinolhy triinta e çinquo mil libras da moeda vella usada de Portugal en cada huum ano que tenha de mi en todos los dias de sa vida. E estas trinta e cinqui mil libras lli devo eu a dar en esta maneyra convem a saber a terça en terra e a terça em dinheiros e a terça en panos a ata que mi vage terra per que lhi compra a terça devolha dar daqueles que lli minguarem da terra os meynos en dinheiros e os meynos en panos. E destes que lh'ey a dar en dinheiros e en panos devolhy a dar os meynos cada ano por dez dias andados do mes de Novembro e os mayos por dez dias andados do mes de Mayo. E devoo fazer cavaleiro e el seër meu vassalo en todos los dias de sa vida [...].³⁵⁶

O excerto documental não deixa dúvidas: estamos diante de um contrato feudo-vassálico. Como contrapartida à vassalidade do infante D. Afonso, o rei de Portugal ofereceu-lhe trinta e cinco mil libras anuais em préstamos vitalícios concedidos em duas parcelas, a primeira sendo paga quando corridos dez dias de novembro, e a segunda, em igual período de maio. O total do montante seria quitado em três partes iguais de terras, dinheiro e panos; contudo, em caso de não haver terras disponíveis, a quantia referente ao bem imóvel seria compensada pelo acréscimo dos outros dois gêneros.

Podemos adiantar, contudo, que a prática seguida após a efetivação do acordo entre o infante D. Afonso e D. Dinis não contemplou em nenhum momento a concessão de terras por parte do rei de Portugal, haja vista que os documentos de sua chancelaria não registram doação territorial alguma ao senhor de Marvão e Portalegre, o que indica que a quantia

³⁵⁵ Ch.DD, I, I, f. 48; ALMEIDA, 1969, p. 198.

³⁵⁶ Ch.DD, I, I, f. 47v.; ALMEIDA, 1969, p. 194.

proposta foi quitada somente em dinheiro e panos, ou somente em um desses gêneros – considerando que os registros chancelares também silenciam quanto a essas transações. Isto posto, temos que efetivamente houve a concessão de um feudo de bolsa.

Conforme entendimento de Guy Fourquin³⁵⁷, os feudos de bolsa, ou feudos-pensão – chamados também feudos-renda, no século XIII – eram conhecidos nas regiões carolíngias desde o século XI e se caracterizavam pelo pagamento de senhor a vassalo a partir de numerário ou dos rendimentos de determinada fonte de tributos senhoriais. Ainda segundo o autor, o surgimento dessa modalidade de concessão esteve relacionado com a expansão comercial e o crescimento da circulação de moedas, retirando a primazia da terra como sinônimo de riqueza; contudo, essa modalidade de feudos encontrou resistência e pouco se alastrou nos reinos de além-Pirineus, sendo que “[...] só se encontram em datas tardias e não passam, então, de feudos provisórios, ou seja, o senhor concedia um rendimento enquanto não obtinha o poder para, em vez disso, conceder uma terra”³⁵⁸.

O panorama apontado por Fourquin não vale, contudo, para Portugal, onde se constata a escassez de casos em que vassalos eram dotados de concessões territoriais, recebendo antes bens móveis – panos e dinheiro –, conforme faz notar José Mattoso para o caso das tenências, alcaidarias e contias³⁵⁹. Considerando essa característica das relações feudais no reino português, não deve constituir fato estranho que o infante D. Afonso não tenha sido beneficiado com terras em retribuição à sua vassalidade, embora D. Dinis tenha incluído essa possibilidade nos termos por eles acordados.

Para que se compreenda a não ocorrência da efetiva retribuição à vassalidade do infante D. Afonso por via da concessão de terras, deve ser considerada ainda a atitude centralizadora de D. Dinis, política que contou com o recurso à recuperação e incorporação de domínios territoriais de nobres e de ordens militares ao patrimônio da Coroa, marcadamente quando localizados ao sul do Tejo. Tendo em vista essa prática régia, consideramos que era pouco plausível que o suserano fosse abrir mão de bens imóveis a favor do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches.

Pelos termos da composição de 1281, D. Dinis determinava que entre ele e o irmão vigorasse o respeito mútuo, como observado pela passagem: “E esto deve a andar antre nos a bõa fe assy come antre irmaos e amigos que querem seu bem e sa prol [...]”³⁶⁰. Em seguida, depois de apresentar os deveres de D. Afonso acerca da prática da justiça em suas terras –

³⁵⁷ FOURQUIN, 1987, p. 130-132.

³⁵⁸ FOURQUIN, 1987, p. 131.

³⁵⁹ MATTOSO, 1993a, p. 137; 1995, I, p. 226.

³⁶⁰ Ch.DD, I, f. 47v.; ALMEIDA, 1969, p. 195.

questão que logo será analisada –, o rei de Portugal registrou a retidão no que tocava a seu vínculo com o infante: “E eu devoo amar e onrrar e guardar el e todalas sas cousas e todos os seus herdamentos asi como senhor deve guardar e amar vassalo e hirmão e amigo bem e dereytamente”³⁶¹.

Diante das condições apresentadas pelo rei de Portugal para o estabelecimento da composição, os procuradores do infante D. Afonso – cumprindo o papel de representantes da voz de seu senhor – aceitaram os termos e os compromissos apresentados pelo suserano do reino, ratificando-os com as seguintes palavras:

[...] outorgamos que o façades cavaleiro e prometemos que el seja voso vassalo en todos los dias de sa vida asy como de suso e dito e prometemos e que sempre vos sirvha e vos ame e vos aguarde vos e voso senhorio e que o defenda e o ampare hu quer que posa asy per conselho come per feito contra todos los homees do mundo assy como vassalo leal deve a fazer a senhor e a irmão e a amigo. E prometemos ainda a boa fe que el faça e guarde e compra todas estas cousas e cada hũa delas asy como e conteudo en esta carta.³⁶²

Muitos dos conceitos registrados nos trechos supracitados são correntes no vocabulário português; usamo-los largamente em nossos diálogos cotidianos. Assim, considerando o fator da contemporaneidade, insistimos no exercício que viemos propondo desde o princípio desse estudo, ou seja, buscar o significado daqueles léxicos para os viventes da medievalidade portuguesa, cuidado que possibilitará compreender com maior precisão os compromissos aceitos por aqueles dois atores sociais.

Para empreender a análise a que nos propomos, dividiremos os termos presentes no trecho documental supracitado em dois grupos. O primeiro deles, caracterizado pelas relações horizontais, é composto pela palavra *boa fé*, as que indicam auxílios mútuos – *guardar*, *defender*, *amparar* – e a *amizade*. O segundo, configurado pelas relações verticais, se estrutura em torno dos binômios *senhor-honrar*, em oposição a *vassalo-servir*. Assumindo um duplo lugar entre esses dois agrupamentos está o vocábulo *amor*. Esses dois agrupamentos serão analisados a partir da perspectiva de seu enquadramento no regime feudal, sendo que cada um desses grupos de palavras encontra respaldo nas duas noções inerentes ao regime feudal: a estrita e a ampla. Começemos por essa última.

Em sua concepção lata, o regime feudal firmou-se no Ocidente Medieval a partir de grupos de guerreiros que, justamente pela especialização no exercício das armas, se

³⁶¹ Ch.DD, I, I, f. 48; ALMEIDA, 1969, p. 195.

³⁶² Ch.DD, I, I, f. 48; ALMEIDA, 1969, p. 196.

afirmaram no topo do conjunto da sociedade, carregando consigo uma concepção de nobreza pautada em princípios morais e virtudes, preceitos esses que estruturavam as relações entre os membros do grupo social nobiliárquico e cimentavam a prática de suas relações no exercício da solidariedade em combate e no vínculo homem a homem firmado na noção de homenagem³⁶³.

Esse conjunto de práticas orientava o sentido horizontal dos vínculos da nobreza enquanto identidade de grupo social constituído por homens livres, haja vista que a condição de nascimento garantia um mesmo estatuto social a todo aquele que, por essa premissa, compunha o estamento nobiliárquico. Assim sendo, o caráter do sangue figurava como elemento capaz de garantir aos nobres as prerrogativas mútuas de suas relações, e que se sobrepunha às divisões internas da nobreza³⁶⁴.

Quando observado o documento de composição firmado pelos procuradores do infante D. Afonso com o rei D. Dinis, é possível identificar palavras que se repetem nos compromissos de ambas as partes, e por isso constituem o grupo de termos indicativos da consciência da horizontalidade que os unia enquanto nobres e, por essa condição, portadores de uma mesma moral e virtudes. Passemos à análise desses vocábulos.

A locução *boa fé* foi corrente no vocabulário medieval português e indicava a fidelidade enquanto obrigação assumida em caráter pessoal pelas partes que se vinculavam por meio do juramento feudal³⁶⁵. Pelo rito vassálico, senhor e vassalo se comprometiam a prestar ajuda mútua, marcadamente no que dizia respeito à assistência militar, auxílio que fica expresso pelo emprego dos termos *guardar*, *defenda* e *ampare* – o primeiro usado pelo rei de Portugal, os dois outros, pelos representantes do infante.

Acima da *boa fé* e dos compromissos de amparo, eram as concepções de *amizade* – haja vista que é por *amigo* que as partes se tratam naquele documento – e de *amor* que aglutinavam os nobres em torno do sentimento de pertença a um mesmo grupo social. Foram esses os afetos que levaram o conde Barcelos a escrever o seu *Livro de Linhagens* – tal como expresso no prólogo de sua obra: “[...] compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter

³⁶³ MATTOSO, 1995, I, p. 84.

³⁶⁴ Salvador Moxó afirma que a divisão nobiliárquica entre ricos-homens e cavaleiros obedecia a critérios de ordem social ou de vínculos pessoais, mas que, no que tocava ao regime jurídico, todos eles gozavam de um mesmo estatuto, sem que houvesse barreiras que os diferenciasssem (MOXÓ, 1969, p. 14).

³⁶⁵ Como apontado por José Mattoso, *boa fé* advém do desdobramento da raiz *fides*, utilizada no espaço ibérico para designar aquele que angaria para si a confiança de outrem e sobre quem passa a exercer autoridade protetora, relação caracterizada, portanto, por um vínculo entre senhor e vassalo. Em sua acepção religiosa, designava a crença em Deus, ou seja, *fé* – em grafia posterior. A difusão dos ritos vassálicos e do ideal de fidelidade ao senhor promoveu uma alteração do entendimento dessa palavra, que, mesmo no âmbito do Cristianismo, passou a ser compreendida como retidão em relação aos compromissos cristãos (MATTOSO, 1993a, p. 152; 2009, p. 117).

amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”³⁶⁶ –, fator que demonstra a centralidade desses preceitos e sua relação com as virtudes solidárias – lealdade, fidelidade, auxílio mútuo – tão caras à nobreza³⁶⁷. Ao recorrer àquela fórmula, Pedro Afonso indicava o seu recuo a um tema caro a Aristóteles e Cícero – o afeto entre os homens –, buscando nos clássicos as ideias que, ressignificadas, ofereciam soluções para os conflitos da medievalidade³⁶⁸.

Estamos diante, portanto, de termos que funcionam como legitimadores da condição de nobreza inerente ao estatuto social do infante D. Afonso e do rei D. Dinis, condição essa que era ainda mais dilatada pela descendência do sangue régio e, por seu vínculo germano, exigia deles ainda mais que andassem na boa fé, pois, como afirma o Conde de Barcelos, “[...] nem ãa amizade pode ser tam pura natura come daqueles que descendem de ãu sangue [...]”³⁶⁹. Diante disso, não devemos ignorar que os vínculos fraternais figuraram como importante impulso para o entendimento entre os dois filhos de Afonso III, sentimento esse que fica expresso pela posição vizinha que as palavras *amigo* e *irmão* ocupam nas linhas daquele registro documental, constatação que nos permite aceitar a associação entre esses dois conceitos.

A vinculação de todos esses vocábulos ao comportamento horizontal de auxílio mútuo não deve nos fazer perder de vista que, acima da reciprocidade, foram os termos verticais da vassalagem que alicerçaram a composição entre os irmãos. Essa modalidade de relações compõe a noção estreita de feudalismo, ou seja, a concepção de que foi esse um sistema de relacionamentos humanos caracterizados por vínculos contratuais entre dois homens livres que, detentores de poderes desiguais, reconheciam nessa condição díspar a prevalência da autoridade de um sobre o outro e as obrigações inerentes a cada um deles diante dos deveres

³⁶⁶ LLCDP, II/1, p. 55.

³⁶⁷ MOCELIM, 2013, p. 184-200; MATTOSO, 1993a, p. 161-162; 2009, p. 116-119.

³⁶⁸ Ainda que marcado por relações violentas, o tema da amizade não deixou de se fazer presente no Ocidente Medieval, no esteio da retomada dos filósofos clássicos. As ideias de Cícero acerca do caráter virtuoso daquele sentimento, existente tão somente entre os homens bons que não buscam recompensas mútuas, foram retomadas pela prosa cortesã, já imbuída dos preceitos característicos da sociedade feudal, estranhos ao desprendimento da amizade ciceroniana e mais alinhados à esperada reciprocidade dos laços de afeto que perpassavam os vínculos vassálicos. O estranhamento não impediu, contudo, que os viventes da Idade Média se apropriassem das ideias do passado, ressignificando-as para o uso em seu presente (GUIMARÃES, 2011, p. 132-145). Observado o caso do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, o autor retoma o pensamento de Aristóteles, ao afirmar: “Esto diz Aristoteles: que se homẽes houvessem entre si amizade verdadeira, non haveriam mester reis nem justiça, ca amizade os fãria viver seguramente em no serviço de Deus” (LLCDP, II/1, p. 55-56). Esse recurso, consonante com a difusão do pensamento do filósofo grego a partir do século XIII, serviu ao autor como meio de legitimar suas pretensões de exaltar aquele comportamento amigável entre os nobres enquanto atitude essencial para a vigência da justiça entre os homens, que, se assim o fizessem, sequer necessitariam dos reis. Ao construir essa argumentação, o conde de Barcelos evidenciava a disparidade entre a sociedade por ele julgada como ideal e aquela na qual ele se inseria, sendo essa carente daqueles vínculos de afeto e, por essa causa, marcada por oposições e guerras entre reis e nobres (MOCELIM, 2007, p. 86-99; 2013, p. 184-200).

³⁶⁹ LLCDP, II/1, p. 56.

assumidos por ambos no compromisso pessoal que os unia³⁷⁰. Uma vez mais, é preciso retornar às palavras registradas no acordo entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III, pois são esses termos que indicam a posição que cada um ocupa nesse jogo de poder.

Por via de seus procuradores, D. Afonso aceitou os termos da composição apresentada por D. Dinis, submetendo-se ao irmão e concordando em ser por ele feito *cavaleiro* e *vassalo*. O registro desses dois vocábulos naquele conteúdo documental confirma o seu comprometimento junto ao seu senhor, a quem prometia *servir* – verbo indicativo da prática das obrigações do serviço vassálico –, tanto *por conselho* – ou seja, pela participação na assembleia de “[...] membros do séquito com quem o senhor deliberava e cuja reunião exprimia publicamente sua autoridade”³⁷¹ – *como por feito contra todos os homens do mundo*. Assim, por meio dessas palavras, o infante ratificava os dois compromissos que, segundo José Mattoso, gozavam de importância central no contrato feudal: o *consilium* e o serviço militar³⁷².

Em seguida ao indicativo do ato de servir ao rei de Portugal, os procuradores de D. Afonso acrescentaram o vocábulo *amar*. Nesse caso, o emprego do verbo acompanha o dever do vassalo de auxiliar o senhor, e deve ser compreendido não enquanto vínculo horizontal – como anteriormente fora demonstrado para os casos em que se alinha à virtude da amizade –, mas como indício da verticalidade própria à desigualdade que o infante e o rei de Portugal estabeleciam pela via do contrato feudal.

O vocábulo não era, contudo, usado exclusivamente para caracterizar a relação assimétrica entre senhor e vassalo, mas também se faz notar no âmbito dos vínculos parentais, determinando a retidão de mulheres, filhos e servidores quanto à obediência e subserviência ao marido, pai e chefe da casa³⁷³. Pode ser evocado, como exemplo dessa perspectiva, o documento pelo qual Alfonso X outorga vilas a D. Beatriz, no qual faz registrar:

Porque segundo diz o sábio a amizade verdadeira mais completamente se prova no tempo da aflição que em outra razão. e verdadeiro é aquele amigo que ama o tempo todo. Por isso saibam quantos esse privilégio virem ou ouvirem. Como nós Rei don Alfonso [...] provando o grande e verdadeiro amor que comprovamos em nossa filha a muito honrada dona Beatriz [...] e a lealdade que sempre mostrou contra nós e de como nos foi obediente e mandada em todas coisas como filha boa e leal deve ser ao pai [...].³⁷⁴

³⁷⁰ MATTOSO, 1993a, p. 116-118; 1995, I, p. 84.

³⁷¹ MATTOSO, 1993a, p. 160.

³⁷² MATTOSO, 1981, p. 28; VENTURA, 1992, p. 57.

³⁷³ VENTURA, 1992, p. 234-240.

³⁷⁴ “Porque segund dize el sabio la amiziad verdadera mas complidamente se prueva en el tiempo dela cueyta que en otra razon. y aquel es verdadero amigo que ama en todo tiempo. Por end sepan quantos este privilegio

Assim, quando o infante D. Afonso se comprometeu a servir e amar D. Dinis, o fez diante de uma dupla esfera de imperativos sociais, sendo a primeira delas constituída pelo contrato feudo-vassálico, e a outra, pelo cobro da obediência que o vínculo consanguíneo exigia dos membros da parentela em relação ao pai e chefe de linhagem.

Da parte de D. Dinis, a superioridade que o suserano chama para si por meio do contrato feudo-vassálico fica patente pela constatação de que cabe unicamente a ele a definição de *senhor*. Na Idade Média, esse vocábulo serviu a várias designações: aquele que detinha autoridade sobre servos ou vassalos é a mais correntemente associada ao sistema feudal, também por indicar o nobre detentor de um domínio territorial; contudo, quando observada sua raiz, *senior* – o mais velho, em oposição a *juvenis* –, indicava homem casado ou ainda aquele que, por sua idade, tomava a posição de chefe de linhagem³⁷⁵.

Enquanto detentor de autoridade superior à de seu vassalo, o rei de Portugal se comprometia a *honrar* o infante D. Afonso. Honra é uma expressão múltipla em significados e empregada em diversos contextos da linguagem medieval – fidelidade vassálica, estatuto de autoridade ou posição social, condição inviolável de igrejas e dos clérigos, domínios feudal e castelar, dentre outros³⁷⁶ –; mas, no caso do documento de composição entre os irmãos, seu registro sugere a acepção de cargo ou função pública e os benefícios dados em recompensa àquele que ocupa essa posição.

Ao assinalar seu dever de honrar D. Afonso, D. Dinis se comprometia a compensar seu vassalo por meio das contrapartidas monetárias estabelecidas no contrato feudal – a lembrar, trinta e cinco mil libras anuais. Mas o registro daquele termo também nos habilita a conjecturar, diante do silêncio documental, que o rei de Portugal igualmente assumia o compromisso de realocar o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches na tenência da Guarda – cargo que seria impossível de ter sido mantido após o conflito de 1281 e a consequente saída para Castela.

A possibilidade de D. Dinis ter se comprometido a reinserir o irmão na tenência da Guarda é corroborada pelos termos que implicam ao infante D. Afonso a retidão na prática da justiça em seus domínios territoriais, indicando que sua volta ao reino de Portugal significava

vieren y oyeren. Como nos Rey don Alfonso [...] Catando el grand amor y verdadero que fallamos en nuesra fya la mucho onrrada donna Beatriz [...] y la lealdade que siempre mostro contra nos y de como nos fue obediente y mandada en todas cosas como buena fya y leal deve seer a padre [...]” (GAV. Gaveta 13, m. 2, doc. 3).

³⁷⁵ MATTOSO, 1993a, p. 159; 2009, p. 113; DUBY, 1990a, p. 84.

³⁷⁶ Em estudo dedicado à análise da honra no romance *Lancelot - Graal*, Ivone Roubreau identificou quase três dezenas de significados implicados a esse conceito no contexto dos séculos XII e XIII; veja: ROUBREAU, 1981.

a retomada do estatuto de rico-homem e tenente, ofício que lhe conferia a condição de delegado régio, logo, de representante da justiça régia. Estabelece o documento:

E el deve fazer justiça en aquelas vilas e en aqueles herdamentos que lhy deu el rey don Afonso meu padre e se pela ventura a el nom fazer eu devolve a dizer ou mandar dizer e se a fazer nom quiser constrengelo eu en tal maneyra que a faça. E se alguum homem fazer mal na mha terra per que eu aja del queixume e se colher aa sa terra devolve eu a dizer ou mandar dizer e des que lho eu mandar dizer devao a deytar fora de sa terra e nom no teer nem no emparar. E se alguum homem dos dessa sa terra fazer mal em a myha el deveo a fazer coreger e enmendar per el e per quanto lhi achar en toda sa terra. E se o nom fazer coreger costrengelo ou em tal guisa que o faça coreger e se esse homem que esto fazer non ouver en essa terra per que o correga e se for da sa terra el dali adeante non no colher nem no enparar nem no defender.³⁷⁷

Com esses termos, o rei D. Dinis almejava pormenorizar a obrigação de contribuir para a paz no reino de Portugal preconizada nos registros de outorga dos senhorios de D. Afonso, implicando-o ao estreito alinhamento à prática da justiça em seus domínios senhoriais e, caso não agisse com a retidão esperada, seria constrangido pelo poder régio a fazê-lo. Aqueles contra quem o rei de Portugal tivesse queixa não poderiam ser amparados, mas expulsos das terras do infante. Os homens das terras do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches que fizessem atos de agravo nas terras do rei deveriam ser corrigidos por D. Afonso, ou, em caso de assim não proceder, que ao menos não os aceitasse de volta em seu senhorio.

Pelo conjunto desse excerto documental, fica patente que D. Dinis nutria o receio de que o senhorio de D. Afonso passasse a funcionar como centro de abrigo àqueles que atuassem contra a paz do reino – incluindo os vassalos do próprio infante –, promovendo violências ou qualquer outra modalidade de agravos no território português. Diante dessa suspeita, o rei de Portugal tomava precauções para que a atitude revoltosa do irmão não fizesse de seu domínio senhorial um pólo de atração para aqueles que, assim como ele, buscassem se levantar contra a autoridade e a justiça da Coroa.

É também possível conjecturar que o rei de Portugal buscava evitar, por essa determinação, a repetição do que sucedera entre seu avô Afonso II e as irmãs dele, no conflito fratricida que marcou o início daquele reinado – como visto no capítulo anterior. A lembrar, foi justamente a atitude de D. Teresa de dar abrigo a malfeitores expulsos do reino por Afonso

³⁷⁷ Ch.DD, I, I, f. 47v.-48; ALMEIDA, 1969, p. 195.

II que levou esse rei a empreender cerco contra a infante, atrito inicial que acabou por gerar uma onerosa guerra.

A cláusula apresentada por D. Dinis ao infante D. Afonso para a efetivação do acordo de paz entre as partes mirava também a contenção das violências propagadas pelas guerras privadas, conturbações que haviam emergido fortemente a partir das convulsões sociais que marcaram a governança de Sancho II – como atrás ficou demonstrado. A subida de Afonso III ao trono não significou o fim dos enfrentamentos sociais entre a nobreza, e exigiu dele que interviesse sobre o constante recurso dos nobres às agressões entre linhagens, o que fez por via de medidas legislativas.

Matéria de análise de Fátima Regina Fernandes, a legislação de Afonso III buscou conter as *assuadas*³⁷⁸ e as *revindictas*³⁷⁹ com a promulgação de duas leis, a primeira de 1264 e a segunda de 1272 – atuando essa como medida de reforço às determinações daquela –, que estabeleciam a coima de mil libras devida ao poder régio, a perda de terras e a consequente expulsão do reino como punição ao rico-homem que promovesse guerras privadas³⁸⁰. Interessa-nos, para descortinar as intenções sustentadas por D. Dinis em relação ao acordo de paz com D. Afonso, o significado das medidas do Bolonhês para o fortalecimento do poder régio.

Conforme interpretação de Fátima Regina Fernandes, por meio daquelas leis Afonso III recorria à dinâmica feudal dos vínculos sociais para estabelecer o mecanismo punitivo inerente àqueles dispositivos legais. Assim, a participação de rico-homem em *assuadas* representava a quebra da vassalidade ao poder régio, haja vista que, enquanto tenente, logo um delegado régio, ele era o responsável por fazer valer a lei nas jurisdições de sua tenência. As determinações do rei de Portugal pretendiam, dessa forma, reforçar o compromisso de fidelidade entre rei e rico-homem, ao salientar a função pública por ele detida e fazendo dele o intermediário da justiça régia³⁸¹.

³⁷⁸ Conforme apontado por Marcelo Caetano: “[...] *assuadas*, isto é, os bandos que os fidalgos convocavam para tomar desforço de ofensas recebidas, reunindo parentes, amigos, vassalos e outros dependentes, de onde resultavam por vezes verdadeiras guerras privadas (de *assuar*, reunir gente, juntar, convocar)” (CAETANO, 1992, p. 361). Ainda segundo Fátima Regina Fernandes, esse ajuntamento de pessoas visava promover a *revindicta* – vingança – sem a consulta à autoridade e, portanto, em desacordo com a legislação régia (FERNANDES, 2000, p. 46-47).

³⁷⁹ Segundo Fátima Regina Fernandes, *revindicta* era a “[...] vingança a uma ofensa pública e reconhecida, vingança esta que era considerada legítima pelo direito consuetudinário” (FERNANDES, 2000, p. 46). Ainda segundo essa autora, o costume conferia à vítima ou a seus parentes o direito de vingar ofensas pessoais e crimes (FERNANDES, 2000, p. 46).

³⁸⁰ FERNANDES, 2000, p. 43-46; 49; 58.

³⁸¹ FERNANDES, 2000, p. 54-56.

Quando observadas as disposições judiciais contidas no acordo de paz apresentado pelo rei de Portugal ao senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, constata-se a repetição do mesmo expediente usado por Afonso III para tratar das conturbações sociais, ou seja, o recurso à dinâmica feudal das relações sociais. Assim, o retorno do infante D. Afonso às suas terras ficou condicionado por D. Dinis a sua fidelidade e retidão judicial compatível com sua condição de rico-homem e tenente da Guarda, devendo atuar como representante da autoridade régia em seus domínios e contribuir para os atos promotores da justiça régia.

A atitude sustentada por D. Dinis diante do estabelecimento das pazes figura como indício, logo no princípio de seu reinado, de que estava alinhado aos princípios jurídicos inaugurados por Afonso III que, enquanto rei, “[...] quer ser o senhor da Justiça e quem quebrar a estabilidade do reino, desafiar a justiça régia, será punido. Principalmente os seus funcionários de primeiro escalão e seus dependentes que desobedecerem à lei régia”³⁸².

O cuidado de Afonso III em pôr cobro aos seus funcionários foi continuado por seu sucessor, como observado pelo estabelecimento da Lei de Apelações em 1282. Considerando que o acordo de paz entre D. Dinis e o infante D. Afonso se deu nesse mesmo ano, é importante que se observe mais atentamente essa ação legislativa e, assim, possa-se compreender qual o ideário político presente na atuação governativa do rei de Portugal, logo no início de seu reinado. Lê-se no documento:

Sabede que a mjm he dicto que muytos homeens e speçialmente os pobres e os mjingados perdem o sseu deryto per mjingua de despesa e de Justiça que lhis mjingauam per Razom das apelações que filhauam pera os comendadores e depois pera os meestres ou priores ou pera senhores dos logares e nom podiam auer nem segujr o seu deryto. Outrossy a mjm he dicto que sse alguus homeens de mjm querem gaanhar carta de senpre Justiça per que lhis fizessem auer o sseu deryto. e defendiam lhis que as nom ganhassem de mjm. e faziam lhis porem mal assy como ia perdante de mjm foy prouado [...] E porem mando que todos os meus Reynos que apellem de Jujzes ou daluazijs ou dalcaldes ou de Justiças ou doutros que Julgarem que apelem primeiro pera mjm e pera a mha corte e nom apelem pera outrem nenhũ E os Jujzes e aluazijs e alcaldes e Justiças que nom dem apelações (sic) pera outrem senom pera mjm.³⁸³

De acordo com o excerto documental, temos que: D. Dinis, ao tomar conhecimento do cerceamento imposto pelos poderes locais, incluindo a nobreza senhorial, aos homens – mormente os mais pobres – no que tocava ao acesso à apelação direta a ele, ordenou que os recursos contra sentenças fossem remetidos primeiramente ao tribunal régio. Por essa ordem,

³⁸² FERNANDES, 2000, p. 64.

³⁸³ LLP, p. 50-51.

o rei de Portugal efetivou uma importante medida que ia ao encontro da atuação centralizadora que mantinha como norte de sua prática político-governamental, colocando-se como detentor primeiro dos poderes jurídicos no interior do reino, suplantando a autoridade senhorial e colocando a autoridade da Coroa como refúgio a seus súditos injustiçados.

A lei acerca das apelações não parece ter, contudo, atingido os fins objetivados por D. Dinis, pois em 1317 o rei de Portugal recorreu ao mesmo recurso jurídico para reafirmar seu papel de instância superior da justiça³⁸⁴, o que permite considerar que aquela primeira medida foi insuficiente para fazer do tribunal régio o detentor superior da justiça no reino, sofrendo ainda com a resistência dos poderes locais ao avanço da autoridade do monarca.

O empenho dionisino em matérias que tocavam ao direito processual – questão que ocupa mais da metade do total de 129 leis produzidas por D. Dinis³⁸⁵ – foi incapaz de garantir a efetiva imposição da autoridade régia sobre os poderes locais. A legislação medieval – distante da impessoalidade de que o instrumento legal goza na contemporaneidade – ainda se fazia enquanto regulamentação de exceções e de privilégios³⁸⁶, estando arraigada a pessoalidade própria aos mecanismos de inter-relação feudais. Assim sendo, eram os vínculos vassálicos um instrumento central para a governança régia, e é a essa relação que D. Dinis recorre para costurar a concórdia com D. Afonso.

Objetivando estabelecer a composição por meio da ratificação do contrato feudo-vassálico, D. Afonso e D. Dinis rumaram para Estremoz, local onde estavam a 2 de fevereiro de 1282 para firmarem os termos previamente estabelecidos entre o rei de Portugal e os procuradores do infante³⁸⁷. O documento não revela qualquer pista acerca de um possível rito que tenha sido praticado pelas partes envolvidas. Investidura das armas ou juramento, símbolos ou gestos, se D. Afonso ajoelhou-se ou se beijou a mão do rei seu irmão, nada disso é alvo de menção no documento. Diante desse silêncio, é possível conjecturar que foram a leitura e aceitação da carta e a presença das testemunhas a própria cerimônia de vassalagem³⁸⁸.

³⁸⁴ LLP, 187-188. Para além de se colocar como instância superior de apelações, essa lei visava evitar os danos provocados pela longa demora no avanço dos processos jurídicos, como apontado por HOMEM (1994, p. 20).

³⁸⁵ HOMEM, 1994, p. 17-20.

³⁸⁶ HOMEM, 1994, p. 14; 1996, p. 149.

³⁸⁷ Ch.DD, l. I, f. 48v.; ALMEIDA, 1969, p. 199.

³⁸⁸ Ainda que os rituais de vassalagem visassem criar um vínculo entre senhor e vassalo, não havia um modelo homogêneo para a efetivação desses ritos no Ocidente Medieval, devendo ser consideradas as variações regionais para sua efetivação. Dentre as possibilidades de cerimônia, podem ser constatadas aquelas que envolviam a troca de beijo na face com a presença de símbolos – terra, grama, faca – que indicavam a tipologia da vassalagem; aquela característica do espaço ibérico, chamada beija-mão, à qual é atribuída a característica de demarcar firmemente a inferioridade do vassalo; ou ainda aquelas marcadas por linhas jurídicas, sendo pautadas na produção de um documento, o qual seria reconhecido por testemunhas – modelo observado na Península

Firmado o acordo e aceites as posições de senhor e vassalo respectivamente por D. Dinis e D. Afonso, é preciso questionar, afinal, qual o propósito do rito de vassalagem para a relação entre os irmãos. Caso estivéssemos diante de dois indivíduos não consanguíneos, o primeiro efeito do estabelecimento do contrato feudo-vassálico seria o de criar entre eles um vínculo de parentesco artificial – problemática que será abordada no próximo item. Contudo, infante e rei encontravam-se ligados por aquele que era considerado pela sociedade medieval o mais forte dos vínculos: o sangue.

Portanto, considerando a existência de um vínculo natural entre os filhos de Afonso III, a efetivação do contrato feudo-vassálico serviu como instrumento possibilitador da composição entre o rei e o infante, ao atuar como mecanismo de refundação da relação entre ambos a partir de renovados compromissos de fidelidade, em substituição ao antigo laço, cindido pela contestação da autoridade de D. Dinis por parte do infante D. Afonso.

A fuga para o reino de Castela – independente de ter sido convencido pelos consanguíneos ou se pelo reconhecimento de sua incapacidade em resistir ao cerco imposto pelo suserano português – significou a derrota de D. Afonso. Acolhido por Alfonso X em Sevilha, não podia contar com o apoio do contestado rei de Castela; o cenário político ibérico não se mostrava favorável a uma solução a seu favor – contexto que será analisado em ponto subsequente. Carente de suporte, a composição com D. Dinis mostrava ser a única via possível para a recuperação do estatuto nobiliárquico de que gozara como senhor de Marvão, Portalegre e Arronches.

Em posição inferior, a aceitação dos termos apresentados pelo irmão por meio do contrato feudo-vassálico assinado em 1282 representou para D. Afonso o corolário da derrota que se iniciara no ano anterior. Ao se colocar como vassalo de seu senhor o rei D. Dinis, o infante não se submeteu somente ao poder do rei de Portugal, mas também à autoridade do irmão enquanto primogênito, chefe da linhagem real e legítimo herdeiro do trono – posição que ainda há pouco ele havia contestado. Por certo, um duplo fracasso.

D. Dinis saiu fortalecido. Viu na composição com o infante D. Afonso a possibilidade de pôr fim a um desentendimento que marcara seu reinado desde o princípio. Para o rei de Portugal, uma dupla vitória, haja vista que teve seu poder reconhecido em sua dupla dimensão de legítimo herdeiro do trono e de suserano de Portugal, sendo capaz de enterrar a contestação

Itálica (LE GOFF, 2013, *passim*; MATTOSO, 1993a, p. 117). Considerando o teor documental do registro feudo-vassálico entre o infante D. Afonso e D. Dinis, firmado diante de testemunhas, no qual ficam registrados detalhadamente os deveres de cada uma das partes, consideramos que o vínculo entre os irmãos se deu por um rito jurídico, contratual.

de sua legitimidade pelo irmão e de impor maior controle sobre o detentor do mais alargado domínio senhorial do reino, por via da relação feudal.

A composição entre as partes demonstrou o seu primeiro efeito favorável a D. Dinis quando, passados seis dias da ratificação do acordo em Estremoz, o infante D. Afonso se comprometeu a derrubar o que de novo havia construído em Vide, como mostra o teor da carta:

Conhoscam todos aqueles que esta carta virem que eu infante dom Afonso senhor de Marvan de Portalegre e d'Arronches prometo a bõa fe a vos mui nobre senhor don Denis pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve derribar des dia de Pascoa ata dia de Penticiste este primeyro que vem todo aquilo que de novo foi feito na Torre da Vide e no muro desse logar.³⁸⁹

Diante desse compromisso de D. Afonso, e considerando a ausência de qualquer menção às edificações em Vide ou à necessidade da derrubada do que de novo havia sido feito na torre e muralha daquele lugar nos termos negociados entre o infante e o rei de Portugal, a interpretação historiográfica que entende a ação do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches como motivada pela imposição de D. Dinis não encontra sustentação na leitura das fontes.

O ato parece antes uma demonstração de *boa fé* – como registrada no documento – por parte do infante D. Afonso ao rei seu irmão, e uma maneira de reafirmar a composição recém-estabelecida com a eliminação da causa central do conflito de 1281. Por meio desse gesto, demonstrava aceitar sua condição de vassalo e de fazer valer a amizade com o irmão. Mas até quando?

Desenvolvidas as interpretações em torno da composição entre o infante D. Afonso e o rei D. Dinis, cumpre agora passar ao que fora estabelecido com os vassalos do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches.

2.3. Os vassalos do infante D. Afonso perante D. Dinis

A composição estabelecida entre o infante D. Afonso e o rei D. Dinis passou pelo controle dos vassalos do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches por meio da vassalidade ao rei. Antes de abordarmos essa questão, será preciso, contudo, apontar quem foram aqueles que estavam associados ao segundogênito de Afonso III.

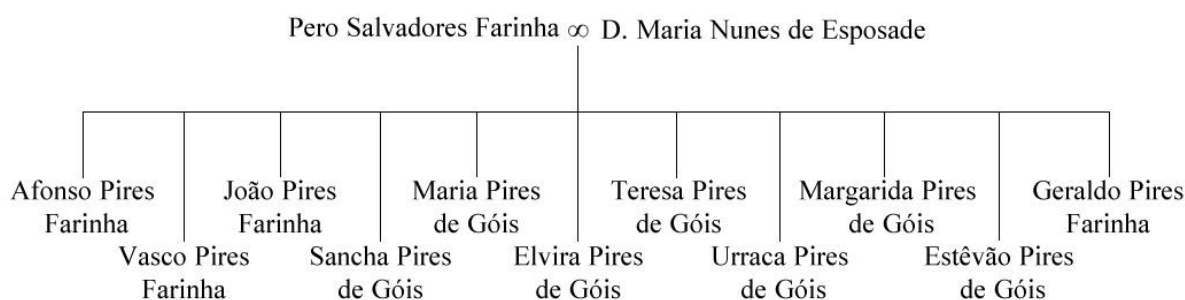
³⁸⁹ Ch.DD, l. I, f. 43v.-44; ALMEIDA, 1969, p. 165-166.

2.3.1. Os vassallos associados ao infante D. Afonso

O documento que estabeleceu o contrato feudo-vassálico entre D. Afonso e D. Dinis possibilita conhecer dez nomes associados ao infante por via da vassalidade: Vasco Pires Farinha (mordomo), Gomes Pais (alferes), Pero Esteves de Tavares, Martim de Podentes, Martim Rodrigues Babilão, Rui Pais Bugalho, Rui Gil Babilão, Estevão Gonçalves Safanhão, Estevão Peres Vinagre e Gomes Lourenço Cerveira³⁹⁰. Sobre esses três últimos as fontes silenciam e não se avança em descortinar sua identidade; dos demais, as fontes dão notícia de elementos que nos tornam acessíveis as suas trajetórias e ligações.

Vasco Pires Farinha foi filho de Pero Salvadores de Góis – senhor de Góis e cavaleiro de Farinha Podre – e de D. Maria Nunes de Esposade, casal que, além de Vasco, teve ainda: Afonso Pires Farinha, João Pires Farinha, Sancha Pires de Góis, Maria Pires de Góis, Elvira Pires de Góis, Teresa Pires de Góis, Urraca Pires de Góis, Margarida Pires de Góis, Estêvão Pires de Góis e Geraldo Pires Farinha³⁹¹.

FIGURA III – LINHAGEM DE VASCO PIRES FARINHA



FONTE: O autor (2016)

Como se constata, o cognome dos membros varia entre Farinha e Góis, variação também observada por Miguel Gomes Martins, que conjectura que esse fato advém da distinção entre aqueles que nasceram em Farinha Podre – hoje freguesia de São Pedro de Alva –, adotando o topônimo como nome de linhagem, e os que nasceram em Góis³⁹².

Os Farinha gozavam da proximidade à Corte régia detida por Pero Salvadores de Góis, que ocupou o cargo de *dapifer regis* entre 1179 e 1199³⁹³, e seus filhos não se distanciaram do

³⁹⁰ Ch.DD, I, I, f. 48v.; ALMEIDA, 1969, p. 199.

³⁹¹ LLCDP, II/2, p. 112; PIZARRO, 1997, p. 1067-1071; VENTURA, 1992, p. 746-747.

³⁹² MARTINS, 2013, p. 131.

³⁹³ MATTOSO, 1985b, p. 211.

poder régio. João Pires Farinha foi tenente de Mortágua³⁹⁴. Aos propósitos do corrente estudo interessam, contudo, outros dois rebentos: Afonso Pires Farinha e Vasco Pires Farinha.

Afonso Pires Farinha foi cavaleiro humilde, assim como seu pai. Iniciou seus feitos militares na fronteira sul, tendo mesmo tomado algumas praças fortes, sucessos que o levaram a entrar para a Ordem do Hospital em 1244, ordem militar-religiosa da qual foi Prior. Adentrou a Corte de Afonso III quando, a partir de 1250, passou a ocupar a posição de conselheiro régio. Em 1266 foi escolhido para representar o rei de Portugal junto ao pontífice, a fim de resolver o conflito aberto pelas queixas apresentadas pelos clérigos portugueses ao papado. Nesse mesmo ano recebeu a vila de Miranda – hoje Miranda do Corvo – como doação do suserano do reino. A longa trajetória desde a posição de simples cavaleiro foi coroada com o recebimento do título de *domnus* em 1274, confirmando o prestígio que deteve junto ao rei Afonso III³⁹⁵.

Mesmo após a morte de Afonso III, Afonso Pires Farinha não se distanciou da Corte régia, integrando o conselho regencial encabeçado pela rainha D. Beatriz – questão que veremos no item seguinte –, e, mesmo após o abrupto encerramento dessa regência por D. Dinis, seguiu como privado desse rei³⁹⁶.

Vasco Pires Farinha seguirá os passos do pai e dos irmãos, embora sem se associar ao poder régio, mas ainda assim a membro da linhagem régia: o infante D. Afonso. A documentação não atesta o início de seu vínculo de vassalagem com o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, mas é possível que aquela relação já existisse quando, em 1278, Afonso III doou Lourinhã ao filho segundo, haja vista que Vasco Pires aparece testemunhando o ato régio – juntamente com seu irmão Afonso³⁹⁷.

A presença que os Farinha detinham na Corte régia desde os reinados de Afonso I e Sancho II foi fator importante para que Vasco Pires Farinha ocupasse a vassalagem junto ao D. Afonso, mas a proximidade de que seu irmão, Prior do Hospital, gozou junto a Afonso III faz eclipsar qualquer outro fator de influência sobre seus vínculos, que não a atuação de Afonso Pires Farinha a seu favor para que ocupasse o cargo de mordomo do infante português. Assim, em 1281, Vasco Pires aparecia como procurador e mordomo do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, no documento que registra o contrato feudo-vassálico entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III³⁹⁸.

³⁹⁴ Ch.AfIII, doc. 363; VENTURA, 1992, p. 660.

³⁹⁵ MARTINS, 2013, p. 129-145; PIZARRO, 1997, p. 1068-1069; VENTURA, 1992, p. 746-747.

³⁹⁶ MARTINS, 2013, p. 146-147.

³⁹⁷ Ch.AfIII, doc. 689.

³⁹⁸ Ch.DD, l. I, f. 47-48v.; ALMEIDA, 1969, p. 192-199.

Nessa mesma ocasião surge incontestemente a influência que Afonso Pires Farinha experimentava na Corte de D. Dinis, pois é ele que aparece testemunhando, ao lado de Vasco Pires Farinha, a ratificação da composição entre o rei D. Dinis e o infante D. Afonso³⁹⁹.

Em seguida a Vasco Pires Farinha, surge o nome de Gomes Pais, ocupando o ofício de alferes do infante D. Afonso, mas sem qualquer referência ao cognome desse nobre. Bernardo de Sá Nogueira, que em trabalho anterior havia identificado aquele vassalo como sendo Gomes Pais Bugalho, lança a possibilidade de ter sido antes Gomes Pais da Silva, nobre com estatuto nobiliárquico com prestígio adequado para ocupar o posto de comando das tropas do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches⁴⁰⁰.

D. Goterre Alderete remonta como o fundador da linhagem dos Silva, cognome adotado a partir do toponímico da torre construída às margens do rio Minho, posicionada entre as localidades que hoje se chamam Valença e Vila Nova da Cerveira. Seu único filho, Paio Goterres da Silva, foi fruto do casamento com uma dona desconhecida⁴⁰¹.

Detentor de proximidade política a Alfonso VI de Leão, Paio Goterres foi o principal representante da autoridade régia leonesa na região do Cávado no segundo quartel do século XI, enquanto tenente de Neiva⁴⁰². Acerca de seu casamento as informações são desencontradas: o *Livro Velho de Linhagens* lhe atribui duas mulheres: Dordia Mendes da Maia⁴⁰³ – com quem teve filho, mas que não continuou a prole – e Teresa Anes, com quem teve os filhos que carregaram seu nome; diferentemente do *Livro Velho*, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* lhe atribui um único matrimônio, com Sancha Anes⁴⁰⁴. Já Braacamp Freire não aborda a problemática desses possíveis casamentos e se contenta em apontar que Paio Goterres teve muitos filhos⁴⁰⁵.

Essas fontes coincidem em apontar, contudo, que do casamento de Paio Goterres com Teresa ou Sancha Anes nasceram Pero Pais Escacha e D. Gomes Pais da Silva⁴⁰⁶, este último apontado pelo *Livro Velho de Linhagens* como o primogênito do duvidoso casal e de quem

³⁹⁹ Ch.DD, I, I, f. 48v.; ALMEIDA, 1969, p. 199.

⁴⁰⁰ Em trabalho anterior, Bernardo de Sá Nogueira havia conjecturado que esse Gomes Pais fosse o de Bugalho tendo em vista que esse era o irmão de Rui Pais Bugalho, mas nada o indica expressamente (SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 450). Contudo, em pesquisa posterior, afirmou a mudança em relação à conjectura anterior, identificando aquele nobre como Gomes Pais da Silva (SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 32), creditando seu novo posicionamento à opinião de José Augusto Pizarro (SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 40, nota 47). Anos depois, Pizarro registrou a mesma interpretação, como mostra sua tese de doutoramento (PIZARRO, 1997, p. 170). Demonstrando nosso alinhamento ao exposto por esses autores, seguiremos identificando esse vassalo do infante D. Afonso como Gomes Pais da Silva.

⁴⁰¹ LV, p. 189; LLCDDP, II/2, p. 97; BSS, II, p. 3.

⁴⁰² MATTOSO, 1985b, p. 51; 59; 140.

⁴⁰³ LV, p. 51.

⁴⁰⁴ LLCDDP, II/2, p. 98.

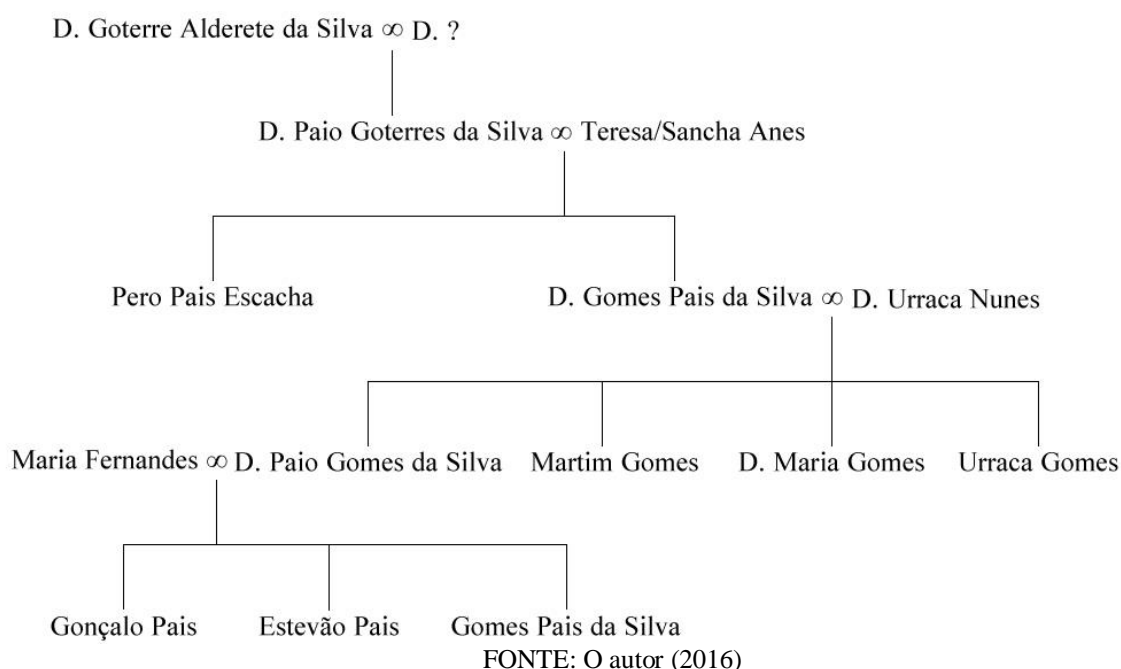
⁴⁰⁵ BSS, II, p. 5.

⁴⁰⁶ LV, p. 189; LLCDDP, II/2, p. 97.

acompanharemos a descendência, a fim de chegar a Gomes Pais da Silva, seu neto e homônimo, que será vassalo do infante D. Afonso.

Não dispomos de muitas informações acerca de D. Gomes Pais da Silva. Fato certamente significativo foi seu distanciamento em relação a Braga e Lanhoso – áreas onde a linhagem de Silva havia se radicado – para aparecer como alcaide do castelo de Santa Eulália, na região da Beira⁴⁰⁷. Casou-se com D. Urraca Muniz, com quem teve Martim Gomes, Paio Gomes, Maria Gomes e Urraca Gomes⁴⁰⁸. Aquele primeiro filho homem não logrou ter varões que perpetuassem o nome da linhagem, cabendo a missão ao segundogênito.

FIGURA IV – LINHAGEM DE GOMES PAIS DA SILVA



Paio Gomes da Silva é um exemplo de como a Idade Média produziu homônimos e, com isso, relegou para a contemporaneidade a difícil missão de identificar um indivíduo que pode ser, ao mesmo tempo, outros três⁴⁰⁹. Tomando as informações de José Mattoso – que o chama por Paio Guterres da Silva –, esse nobre surge como alcaide de Leiria em meados do século XII, sendo também identificado como cavaleiro em Coimbra, o que demonstra o abandono da região de Braga⁴¹⁰. De seu casamento com D. Maria Fernandes nasceram Gonçalo Pais, Estevam Pais e Gomes Pais da Silva – o vassalo do infante D. Afonso.

⁴⁰⁷ BSS, II, p. 5; MATTOSO, 1981, p. 297.

⁴⁰⁸ LV, p. 189; LLCDP, II/2, p. 98.

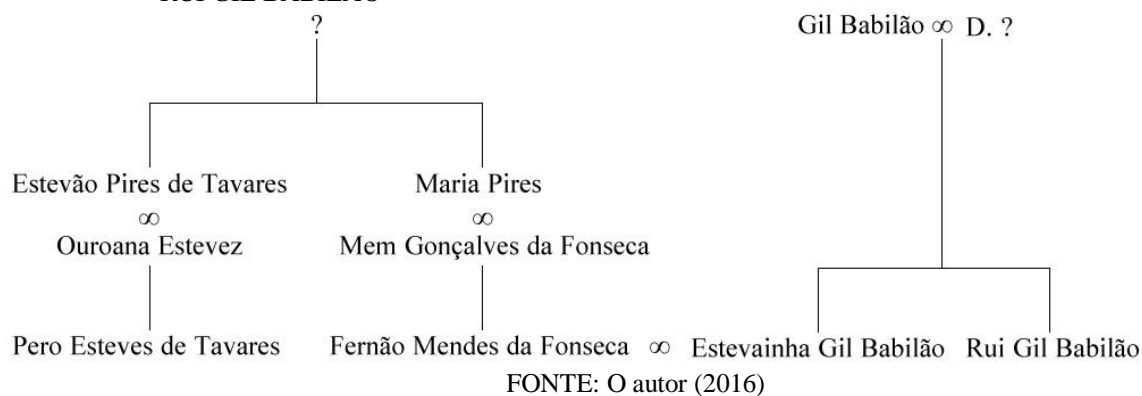
⁴⁰⁹ José Augusto Pizarro desenvolveu um detalhado debate cruzando as possibilidades de identificação de Paio Gomes, veja: PIZARRO, 1997, p. 975-977.

⁴¹⁰ MATTOSO, 1985b, p. 185-186; 196; 214.

Pela trajetória acima exposta, é possível admitir que a presença de Gomes Pais da Silva no posto de alferes do infante D. Afonso pode ser compreendida, se observada a longa tradição mantida pelos membros da linhagem de Silva de se associar aos reis de Portugal, em grande medida ocupando cargos ligados à tenência ou alcaidarias de castelos, o que por certo lhes conferiu prestígio.

Dando sequência à abordagem daqueles que estavam atrelados a D. Afonso pela via da vassalagem, observamos o nome de Pero Esteves de Tavares, que deve ser analisado juntamente de Rui Gil Babilão, considerando que esses dois vassallos do infante estavam vinculados por laços de parentesco.

FIGURA V – LINHAGEM E RELAÇÕES DE PARENTESCO DE PERO ESTEVES DE TAVARES E DE RUI GIL BABILÃO



Pero Esteves de Tavares era filho de Estevão Pires de Tavares – fundador da linhagem dos Tavares e primeiro alcaide de Faro – e de Ouroana Estevez. Por via paterna, sua tia Maria Pires casou-se com Mem Gonçalves da Fonseca, união da qual, dentre outros rebentos, nasceram Vasco Mendes e Fernão Mendes. Foi justamente esse último que contraiu matrimônio com Estevainha Gil Babilão, irmã de Rui Gil Babilão – ambos filhos de Gil Babilão, progenitor dos cavaleiros de sua linhagem⁴¹¹.

António Brandão faz-nos saber que aquele Pero Esteves de Tavares esteve presente na chamada lide de Gouveia, guerra civil entre dois bandos nobiliárquicos ocorrida em 1277, quando se enfrentaram de um lado Fernão Mendes da Fonseca, e de outro Fernão Afonso de Cambra. Ainda segundo o cronista, o grupo desse último cavaleiro saiu vencedor do conflito – do qual afirmou não ter chegado a descobrir a causa –, causando as baixas de João Esteves Tavares – irmão de Pero Esteves – e Vasco Mendes da Fonseca – irmão de Fernão Mendes⁴¹².

⁴¹¹ LLCDP, II/2, p. 143; 146; 152; ML, IV, f. 251-251v.

⁴¹² ML, IV, f. 251-251v.

Considerando a dinâmica das guerras privadas movidas pela nobreza – para as quais os bandos recorriam a todo tipo de auxílio da parentela, de seus vassalos e mesmo dos servos –, não se pode ignorar a grande possibilidade de Rui Gil Babilão ter igualmente atuado naqueles conflitos ao lado de seu cunhado, Fernão Mendes da Fonseca. Decerto que não morreu naqueles conflitos, haja vista que se encontrava ligado à vassalagem do infante D. Afonso em 1281.

Embora portasse o mesmo cognome, Rui Gil Babilão não detinha qualquer vínculo de parentesco com outro vassalo do infante D. Afonso: Martim Rodrigues Babilão, neto de Gonçalo Rodrigues da Maia e Sancha Gonçalves de Barbudo, e filho de Rui Gonçalves com mulher não informada⁴¹³.

O cognome Babilão que identifica Martim Rodrigues foi recebido de seu pai, a quem o apelido fora atribuído por conta de uma aventura cavaleiresca em terras distantes, a qual mereceu o registro do Conde D. Pedro em seu *Livro de Linhagens*, onde consta:

Este Rui Gonçalves Babilom foi-se a terra da Babilonia a fazer suas cavalarias pera gaanhar algo, como o faziam os cavaleiros em aquel tempo, ca iam servir os senhores com seus cavalos e com sas armas, e tiravam deles algo e prol.

E acertou-se que chegou a casa de ùu homem boo de grande alcavela, e como se fosse homem boo muito honrado, ou conde. E este homem boo lhe perguntou que homem era, e ele lhe disse que era cavaleiro, e que ia pera o servir, ca lhe disserom que havia d’haver lide com alcavelas e campanhas grandes e sua irmãa, que outrossi era muito honrada e de gram poder, e morrera-lhe o marido, e ficaram-lhe filhos pequenos. E este homem boo perguntou a Rui Gonçalves se trazia carta de cavalaria. E ele disse que em sa terra nom perguntavam ao cavaleiro por carta de cavalaria, senom ao creligo por carta das ordões. E espedio-se logo dele e foi-se pera aquela sa irmãa, e ela recebeo-o mui bem e prougue-lhe com ele.

E neesto, chegou o dia em que havia de seer a lide, e este Rui Gonçalves armou-si e o cavalo, e foi-se aa lide. E perdeo a lança e a espada em fazendo muito bem, e houve-se a tornar aa maça. E andou tanto pela lide, que topou com aquele homem boo, o que lhe dissera que lhe mostrasse a carta da cavalaria e deu-lhe com aquela maça tam gram ferida, que deu com ele do cavalo em terra. E aquele homem bõo chamou-lhe por nome Babilom, ca lhe nom sabia outro nome; e disse-lhe: «Aa, Babilom, mataste-me! E quem és?». E ele disse: «O a que demandaste que te mostrasse a carta como era cavaleiro. Esta maça tragia eu como te servisse, e com esta te deservirei».

E foi vencido aquele homem boo por este Rui Gonçalves, que o derribou. E dali adeante houve nome, este Rui Gonçalves, Babilom, porque lho chamou assi aquele homem boo, quando o ele derribou, e porque aquela lide que el venceo foi em terra de Babilonia.

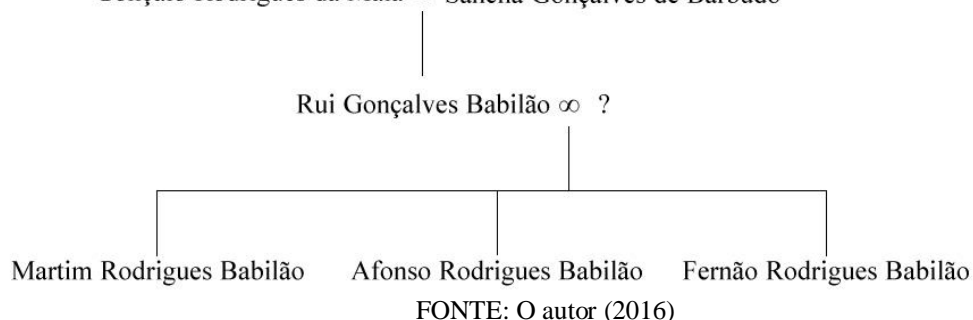
E depois tornou-se este Rui Gonçalves Babilom pera sa terra, com mui grand’algo que ganhou em aquela terra.⁴¹⁴

⁴¹³ LLCDP, II/2, p. 167.

⁴¹⁴ LLCDP, II/2, p. 167-168.

Analisando esse trecho do *Livro de Linhagens*, Luís Krus entende-o enquanto alinhado à exaltação do valor guerreiro dos cavaleiros hispânicos – viés característico da abordagem efetivada pelo conde D. Pedro ao longo de sua obra –, carga qualitativa que foi depositada sobre Rui Gonçalves Babilão⁴¹⁵. Não entraremos no mérito comprovativo da historicidade dessa narrativa. Interessa-nos, antes, o fato de que o registro dessa aventura constituiu elemento explicativo para a distinção do cognome adotado por Rui Gonçalves em relação aos seus irmãos⁴¹⁶, e que foi transmitido aos filhos: Martim Rodrigues, Afonso Rodrigues e Fernão Rodrigues, todos eles detentores de couto de Palmazões na região da Maia⁴¹⁷.

FIGURA VI – LINHAGEM DE MARTIM RODRIGUES BABILÃO
Gonçalo Rodrigues da Maia ∞ Sancha Gonçalves de Barbudo



Da linhagem dos Bugalhos, temos dois vassalos de D. Afonso: Rui Pais Bugalho – a lembrar, procurador do infante nas tratadísticas com o rei D. Dinis – e Gomes Pais Bugalho – que veremos com maior acuidade quando abordada a revolta de 1287.

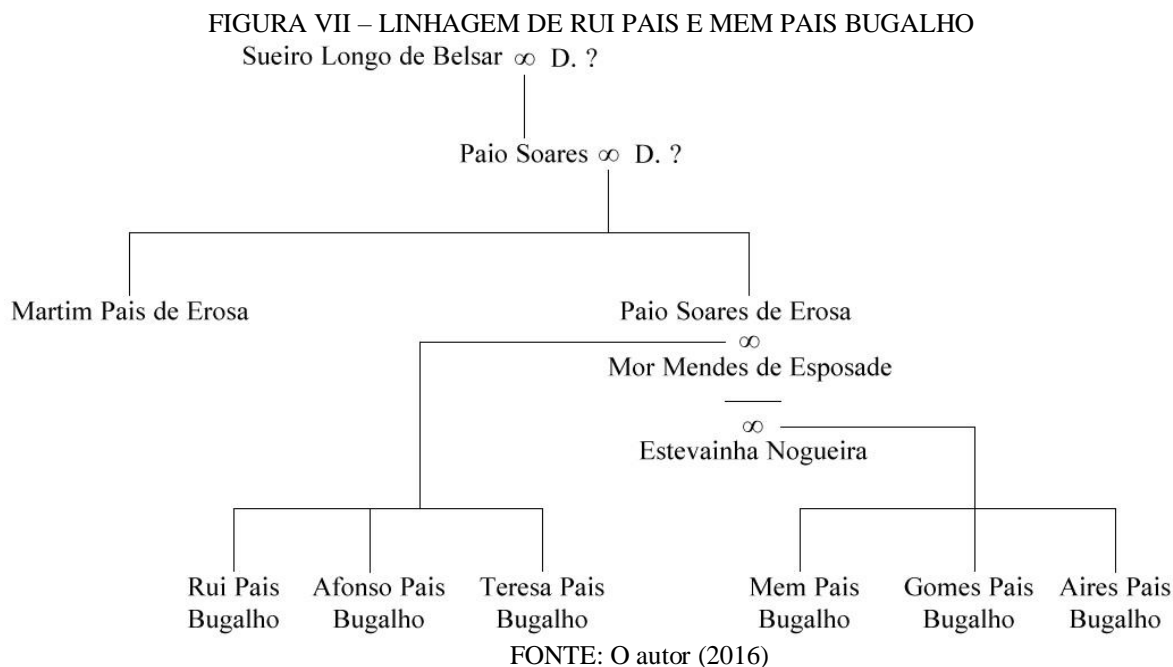
Acompanhando o traçado genealógico oferecido pelo Conde D. Pedro, Sueiro Longo de Belsar – descrito como um bom e honrado cavaleiro – casou-se com uma dona desconhecida, união da qual saiu Paio Soares, também ligado por matrimônio a dona desconhecida, pai de Martim Pais de Erosa e Paio Soares de Erosa. Esse último foi casado por duas vezes, primeiramente com Mor Mendes de Esposade e, depois da morte dela, com Estevainha Nogueira, sendo que de ambas descende linhagem de cavaleiros de baixa

⁴¹⁵ KRUS, 2011, p. 301. O *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* apresenta um conjunto de narrativas acerca do passado romano e godo para vincular os cavaleiros peninsulares aos valores guerreiros – coragem, velocidade, destreza com as armas, habilidade no campo de batalha – detidos por aqueles seus antepassados. Detentora das qualidades dos valorosos heróis troianos ou bretões, a fidalguia hispânica possuía predicados que lhe possibilitavam grandes feitos dentro e fora da Península Ibérica, marcadamente no norte da África ou em regiões asiáticas, como a Babilônia (KRUS, 1994, p. 143-170; 2011, p. 291-302).

⁴¹⁶ LLCDP, II/2, p. 167.

⁴¹⁷ SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 32.

categoria. Dessa prole, contudo, o conde D. Pedro nos informa somente a existência de Rui Pais Bugalho⁴¹⁸.



O levantamento feito por Bernardo de Sá-Nogueira e Mário Viana, com o intuito de desenvolver uma biografia de Rui Pais Bugalho, oferece-nos os nomes dos irmãos – Afonso Pais e Teresa Pais – e de seus meios-irmãos – Mem Pais, Gomes Pais e Aires Pais –, filhos do segundo casamento de Paio Soares de Erosa⁴¹⁹.

Dos dez vassallos mencionados no início desse item, resta-nos abordar Martim Pires de Podentes. Muito pouco podemos saber acerca desse cavaleiro, somente que foi filho de Pero Martins de Ataíde e Teresa Rodrigues de Góis, estando ligado aos Farinha por via materna, mas as poucas informações não permitem remontar com exatidão esse vínculo de parentesco⁴²⁰.

2.3.2. Os cavaleiros e a vassalidade ao rei e aos grandes senhores

Apresentadas as características político-sociais daqueles vassallos que apareciam vinculados ao infante D. Afonso à altura de sua composição com D. Dinis, constata-se que

⁴¹⁸ LLCDP, II/2, p. 165. A baixa categoria nobiliárquica a que pertenciam os Bugalho foi indicada pelo Conde D. Pedro por via da expressão “[...] linhagem de cavaleiros de ãu escudo e ãa lança”, à qual o genealogista recorre, segundo Bernardo de Sá-Nogueira e Mário Viana, quando pretende indicar os estratos inferiores da nobreza (SÁ-SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 448).

⁴¹⁹ SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 448.

⁴²⁰ LLCDP, II/2, p. 49; SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 32.

todos eles eram designados por *cavaleiros* – muitos deles identificados como membros baixa nobreza pelo Conde D. Pedro. A cavalaria, como apontado no capítulo anterior, era uma categoria profissional e não social, o que fazia do termo *miles* uma designação aberta a nobres e vilões até o século XII, período em que a nobreza ainda apresentava certa permeabilidade, que não mais existiu na centúria seguinte.

O século XIII apresenta, portanto, uma nobreza estabelecida enquanto grupo hermético, cujos membros, fossem ricos-homens ou cavaleiros nobres – categoria daqueles vassalos do infante D. Afonso –, buscavam manter ou elevar seu estatuto interno ao próprio estamento social. Enquanto os ricos-homens, para isso, buscavam se colocar junto ao poder régio pela vinculação da prirvança, os cavaleiros serviam às camadas superiores do grupo nobiliárquico.

No caso do infante D. Afonso, o estabelecimento de seu vínculo com aqueles cavaleiros aparenta ter dependido menos dele que de seu pai. Como acima ficou dito, a proximidade de Afonso III com Afonso Pires Farinha rendeu a Vasco Pires Farinha um lugar junto ao segundogênito régio, na posição de mordomo. Gomes Pais da Silva ocupou o lugar de alferes pela dignidade de sua linhagem, como também indicado. E os outros vassalos, o que os ligava ao senhor de Marvão, Portalegre e Arronches?

Sobre Rui Pais e Mem Pais Bugalho, a escassez de informações disponíveis impede o avanço de possíveis explicações para suas vinculações ao infante D. Afonso. O mesmo pode ser dito acerca de Martim Pires de Podentes, embora, para esse último, alguma influência de seu parentesco com os Farinha poderia dar suporte à sua vassalidade ao segundogênito de Afonso III. Ainda assim, é uma conjectura nebulosa.

Para os casos de Pero Esteves de Tavares e Rui Gil Babilão, assim como para Martim Rodrigues Babilão, é possível avançar com alguma hipótese. Por seus feitos, esses cavaleiros demonstraram um comportamento belicoso, estreitamente atrelado ao exercício das armas. Os dois primeiros, como foi dito, participaram da lide de Gouveia, o que lhes imputava a participação em levantes que causavam conflitos sociais e violências pelo reino. Quanto ao segundo, o relato do Conde D. Pedro nos informa que também participou de lide em terra distante, pintando-o como alguém orgulhoso de sua condição de cavaleiro, haja vista que, após ser interpelado acerca de sua capacidade guerreira por um honrado nobre, golpeou-o em meio à lide na qual lutavam, matando-o.

A atitude ostentada por Pero Esteves de Tavares, Rui Gil Babilão e Martim Rodrigues Babilão era justamente o tipo de comportamento que Afonso III buscava evitar quando recorreu às leis de 1264 e 1274 contra as assuadas e revindictas. Essas disposições legais

foram abordadas anteriormente em suas implicações para os ricos-homens, mas também é preciso considerar seu conteúdo acerca dos vassalos de ricos-homens e dos cavaleiros.

Por meio daquelas duas leis, Afonso III estabeleceu que os vassalos dos ricos-homens que auxiliassem seu senhor em assuadas seriam punidos com o pagamento de mil libras e a perda das terras recebidas de seu senhor⁴²¹. No caso de cavaleiros que ingressassem em bandos ou ao lado de infanções para praticar guerras privadas, seriam obrigados a pagar trinta libras como pena pelas violências praticadas⁴²².

Ao impor essas penas aos que ameaçavam a paz no reino, Afonso III almejava atrair a fidelidade desses atores sociais para si, dissuadindo-os de apoiar seus senhores, pois os riscos inerentes ao desafio à autoridade régia seriam muito maiores que os benefícios da participação em assuadas⁴²³. “O rei pretende, assim, combater a guerra privada, intrometendo-se nas relações de cunho privado feudal, ao mesmo tempo que se utiliza de recursos e meios de ação e coação deste mesmo tipo de relações”⁴²⁴. Ao intervir nos vínculos vassálicos, o rei mostrava-se capaz de intervir sobre a completude da nobreza, atuando como juiz das disputas internas do grupo nobiliárquico ao impor a lei por sobre a antiga prática consuetudinária da assuada, manobra jurídica que se mostrava de maior eficácia e sutileza, se comparada ao ato de intervir militarmente em cada guerra privada⁴²⁵.

Considerando que, mesmo com as medidas legais tomadas por Afonso III, os conflitos nobiliárquicos ainda provocavam violências no reinado de D. Dinis – o que demonstra a ineficiência das leis de proibição das assuadas –, o monarca buscou formas alternativas às pressões jurídicas, porém mais eficientes, de impor a autoridade régia sobre aqueles que promoviam guerras privadas. Assim motivado, não deve ter-lhe escapado aos olhos a base política representada pelo senhorio do infante D. Afonso, a quem era possível vincular por via da vassalidade elementos que insistiam em recorrer às assuadas para fazer valer a justiça da violência, e não aquela decidida pelo rei de Portugal.

Admitindo essa possibilidade, pode-se afirmar que Pero Esteves de Tavares e Rui Gil Babilão – envolvidos na lide de Gouveia, em 1277 – e Martim Rodrigues Babilão – cavaleiro orgulhoso do exercício das armas – se tornaram vassalos do infante D. Afonso por ação de Afonso III. Ao proceder dessa maneira, o rei de Portugal passava a vincular aqueles que se envolviam em guerras privadas a um poderoso senhor, membro da própria linhagem régia,

⁴²¹ FERNANDES, 2000, p. 49-55.

⁴²² FERNANDES, 2000, p. 58.

⁴²³ FERNANDES, 2000, p. 54-56; 62-64.

⁴²⁴ FERNANDES, 2000, p. 56.

⁴²⁵ FERNANDES, 2000, p. 64.

capaz de fazer valer a autoridade do monarca português sobre aqueles promotores de guerras privadas, pela estreiteza do vínculo vassálico, manobra alinhada mais à dinâmica feudal das relações de homem a homem e menos aos princípios da legalidade, os quais tendiam a ser menos respeitados por aqueles que insistiam em tomar para si a prática da justiça, ignorando o papel de juiz que cabia ao suserano do reino.

Como já tivemos oportunidade de abordar nas páginas anteriores, o vínculo estabelecido entre o senhor e seu vassalo pressupunha uma condição desigual, pela qual o mais fraco aceitava se submeter ao mais forte. Eram esses os vínculos que ligavam o infante D. Afonso a todos aqueles cavaleiros supracitados, contudo, diferentemente do que analisamos para o caso de sua relação com o rei seu irmão, não eram os elos de sangue que o ligavam aos seus vassalos, mas o parentesco artificial gerado quando estabelecido o contrato feudo-vassálico⁴²⁶.

Não se trata, contudo, segundo Jacques Le Goff, de afirmar que entre vassalo e senhor passasse a vigorar uma dependência análoga à existente entre filho e pai. O rito de vassalagem criava um vínculo social que tomava como base o sistema de parentesco sanguíneo, sem que houvesse a pretensão de transportá-lo tal qual para a relação feudo-vassálica⁴²⁷. A confusão entre o parentesco natural e o artificial advém do fato de que ambos compartilhavam um mesmo sistema simbólico, como aponta o medievalista francês: “Uma sociedade parece dispor apenas de alguns sistemas simbólicos de referência e os outros se remetem a esses. No caso dos gestos simbólicos da vassalagem, parece-me que têm como referente gestos da simbólica parental”⁴²⁸.

Quando Afonso III recorreu ao expediente da dinâmica feudal e vinculou os cavaleiros causadores de violências no reino ao seu filho segundo, ao mesmo tempo ele os atrelou a si mesmo. Os vassalos dos reis têm uma condição dupla: são vassalos do monarca e senhores de seus vassalos⁴²⁹, dinâmica de relacionamentos que estabeleceu um vínculo entre o rei de Portugal e o infante D. Afonso, ponto a partir do qual abria-se uma variedade de outras vinculações que, em última instância, estavam submetidas ao suserano. O senhorio de Marvão, Portalegre e Arronches significou para Afonso III uma importante base intermediária, capaz de alargar suas possibilidades de pôr em prática mecanismos de prática feudal que lhe garantissem a ampliação de sua autoridade, nesse caso, por intermédio do infante D. Afonso.

⁴²⁶ MATTOSO, 1995, I, p. 216; VENTURA, 1992, p. 173.

⁴²⁷ LE GOFF, 2013, p. 481-482.

⁴²⁸ LE GOFF, 2013, p. 482.

⁴²⁹ VENTURA, 1992, p. 171.

A manobra de Afonso III mostrou seu efeito colateral quando, à altura do cerco a Vide, aqueles cavaleiros que haviam sido vinculados prestaram apoio a seu senhor, o infante D. Afonso, atuando contra o poder régio. Inclusive, dois deles – Vasco Pires Farinha e Rui Pais Bugalho, seus procuradores – acompanharam-no a Castela, como atrás ficou referido. Diante disso, D. Dinis incluiu nos termos da composição com o irmão a condição de também receber as homenagens de dez dos seus vassalos, como demonstra o documento:

E pera se comprirem todas estas coisas e cada hũa delas asi como e conteudo en esta carta eu don Denis pela graça de Deus rey de Portugal e do Algarve devo a dar dez cavaleiros que façam menagem a esse infante don Afonso meu hyrmão pera cumprir e a guardar todas estas cousas e cada hũa delas asi como e conteudo en esta carta e destes dez cavaleiros deve ser huum o meu alferez e outro o meu mordomo.⁴³⁰

Em resposta à determinação do rei D. Dinis, os representantes do infante D. Afonso demonstram atitude recíproca, afirmando:

E nos procuradores de suso dictos promatemos que o infante don Afonso de dez cavaleiros que façam menagem a vos rey don Denis de suso dicto pera conprir e aguardar todas estas cousas e cada hũa delas asi como e conteudo en esta carta e destes dez cavaleiros deve ser huum o seu alferez e outro o seu mordomo [...].⁴³¹

Quando, em 2 de fevereiro de 1282, os irmãos se encontraram para ratificar a composição entre eles, os cavaleiros escolhidos por D. Dinis foram: D. Nuno Martins de Chacim (mordomo), Martim Anes do Vinhal, Mem Rodrigues (porteiro-mor), Soeiro Mendes Petite, João Anes Redondo, Pedro Afonso Ribeiro, Vasco Afonso (alcaide de Coimbra), Rui Gomez (sobrejuiz), Gil Martins Paião e D. Gonçalo (alferes-mor). Da parte do infante D. Afonso, foram apresentados: Vasco Pires Farinha (mordomo), Gomes Pais (alferes), Pero Esteves de Tavares, Martim de Podentes, Estevão Gonçalves Safanhão, Martim Rodrigues Babilão, Estevão Peres Vinagre, Gomes Lourenço Cerveira, Rui Pais Bugalho e Rui Gil Babilão⁴³².

Ao apresentar a cláusula de troca de dez cavaleiros entre si e o irmão revoltoso como parte do acordo selado entre eles, D. Dinis recorreu ao mesmo expediente usado por Afonso III quando promulgou as leis contra as assuadas, ou seja, buscou intervir no seio das relações privadas entre o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches e seus vassalos. Dessa maneira, o

⁴³⁰ Ch.DD, l. I, f. 48; ALMEIDA, 1969, p. 196-197.

⁴³¹ Ch.DD, l. I, f. 48; ALMEIDA, 1969, p. 197.

⁴³² Ch.DD, l. I, f. 48-48v.; ML, v.V, f. 62; ALMEIDA, 1969, p. 198-199.

rei de Portugal atraiu para si a fidelidade maior daqueles cavaleiros, ao colocá-los sob uma dupla vassalagem. Em caso de um novo ato de agravo de D. Afonso contra a autoridade régia, os vassalos – divididos – se veriam obrigados a optar pela obediência a um único senhor entre duas forças conflitantes.

De sua parte, D. Afonso não poderia contar com qualquer apoio por parte daqueles cavaleiros que haviam prestado homenagem a ele. Escolhidos pelo próprio rei de Portugal, o infante não poderia esperar dos vassalos do irmão nada menos do que a fidelidade àquele que fora seu senhor desde antes da composição em questão. Dessa maneira viu solapado o apoio de sua base vassálica no interior de suas próprias relações feudais por aquele que, como afirma José Mattoso, buscava se afirmar como o único senhor do reino: D. Dinis⁴³³.

Abordadas todas as determinantes da composição entre o rei de Portugal e o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, constata-se que esse último sofreu um pesado revés. Obrigado a prestar vassalagem ao rei seu irmão, D. Afonso não apenas se viu obrigado a se submeter ao irmão. Mais do que a nítida desvantagem que lhe fora imposta por meio do acordo firmado com o suserano português, o infante atraiu para si o olhar vigilante de D. Dinis, para quem os cavaleiros antes vinculados unicamente a D. Afonso passaram a atuar como sentinelas.

A derrota do infante D. Afonso frente ao irmão não deve ser interpretada como um golpe final. O cerco de 1281 e a subsequente composição entre ele e D. Dinis são aspectos da política interna do reino de Portugal, dimensão cuja análise é central para que compreendamos o objeto dessa pesquisa, mas que não abalava a capacidade de manobras políticas que o senhor daquele domínio territorial fronteiriço detinha no contexto da Península Ibérica. Assim, o cenário da política externa ao reino de Portugal foi também um campo em que o infante D. Afonso travou batalhas contra o irmão, nas quais outros importantes atores sociais se viram inseridos.

2.4. O conflito de 1281 e o contexto político ibérico

O princípio da década de 1280 foi marcado por uma intensa agitação no cenário político ibérico. No reino de Portugal, além do conflito entre D. Afonso e D. Dinis, este estava também envolvido com as negociações de seu casamento com D. Isabel, filha de Pedro III de Aragão. Logo do outro lado da zona fronteiriça, o reino de Castela experimentava um

⁴³³ MATTOSO, 2009, p. 229.

conturbado cenário político-social, agitado pelo conflito entre Alfonso X e Sancho IV. Envolto em uma miríade de interesses, mesmo absorvidos em suas manobras e ações, todos esses atores sociais voltaram sua atenção para o embate entre o rei e o infante. Vejamos quais as motivações que levaram a Península Ibérica a voltar seus olhos para o cerco a Vide.

Os embates entre os membros da própria linhagem régia no século XIII não foram uma exclusividade do reino de Portugal. Em Castela o imbróglio teve início quando, em 1275, morreu Fernando, primogênito de Alfonso X, tendo deixado dois filhos pequenos de seu casamento com D. Blanca da França: D. Afonso e D. Fernando – os chamados infantes de La Cerda. O inesperado falecimento do herdeiro do trono abriu uma crise na sucessão régia entre o infante D. Sancho – segundogênito do rei Sábio – e D. Afonso de La Cerda. Esse imbróglio tomou proporções ainda mais complexas quando D. Violante – esposa do monarca castelhano – correu juntamente com seus dois jovens netos e a mãe deles para junto de seu irmão Pedro III de Aragão, a fim de fazer valer os pretensos direitos sucessórios do mais velho deles, logo depois de ver reconhecido o direito ao trono de D. Sancho por Alfonso X em 1278⁴³⁴.

Para além dos interesses dos envolvidos nessa conturbada questão, o pano de fundo sobre o qual se apoiou a crise sucessória foi a ausência de disposições legislativas que regulamentassem a sucessão ao trono de Castela. Como apontou José Sanchez-Arcilla Bernal,

[...] a falta de normas taxativas a respeito da sucessão à coroa propiciou em Castela, nos tempos de Alfonso X, um importante conflito, ao querer introduzir o rei Sábio o direito de representação sucessório consagrado no Direito Romano, frente ao sistema tradicional castelhano. Esse conflito não se resolveria até os tempos de Alfonso XI [...].⁴³⁵

O alinhamento dos atores políticos castelhanos se deu, portanto, em torno desses dois vieses jurídicos, ou seja, entre aqueles que apoiavam a solução prevista pelas *Partidas* – obra jurídica de Alfonso X – e defendiam que os direitos sucessórios de D. Fernando passavam automaticamente para seu primogênito, Alfonso de la Cerda, e os que se alinhavam ao direito tradicional castelhano, que previa a transferência dos direitos políticos do falecido primogênito ao segundogênito – D. Sancho. Essa questão não foi resolvida, contudo, pela observância aos preceitos jurídicos, senão pelas forças políticas⁴³⁶.

⁴³⁴ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 153; 166-178.

⁴³⁵ “[...] la falta de normas taxativas respecto a la sucesión a la corona propició en Castilla, en tiempos de Alfonso X, un importante conflicto al querer introducir el rey Sabio el derecho de representación sucesorio consagrado al Derecho romano frente al sistema tradicional castellano. Este conflicto no se solventaría hasta los tiempos del Alfonso XI [...]” (SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, 1995, p. 33).

⁴³⁶ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 153; 166-167.

Pressionado pelos fatores externos, representados por Filipe III da França (1245-1270/1285) – irmão de D. Blanca, ou seja, tio dos infantes de la Cerda – e por Pedro III de Aragão – que retinha consigo esses mesmos filhos do falecido D. Fernando, usando-os como moeda política –, Alfonso X se viu impelido a buscar um ajuste com seu segundogênito, D. Sancho. Este, apoiado por uma constelação de nobres descontentes com as medidas régias, refutou qualquer solução que não o seu reinado sobre todo o território castelhano⁴³⁷.

Sem que um acordo fosse estabelecido entre Alfonso X e o infante Sancho, o ano de 1282 marcou o reino de Castela pelo conflito entre as partes. Em 21 de abril daquele ano, um simulacro de Cortes dadas em Valladolid – em que se reuniram representantes dos concelhos, ricos-homens e membros da linhagem régia como a rainha D. Violante, D. Manuel e o próprio segundogênito – determinou a deposição do monarca castelhano. Ademais das acusações levantadas contra este – acerca das pressões fiscais, crise econômica e violências praticadas –, o que efetivamente estava por trás daquela reunião eram as ambições do futuro Sancho IV e dos ricos-homens do reino⁴³⁸.

Em maio de 1282 a sublevação e a guerra civil haviam se espalhado pelo reino. Alfonso X contava com alguns poucos apoios da nobreza, e os reis da França, Aragão e Portugal lhe enviaram tão somente escusas. O auxílio determinante para o rei de Castela partiu do sultão Abu Yusuf, fator que, unido à debandada dos apoiadores do infante D. Sancho, efetivou a virada do conflito a favor do monarca castelhano a partir de novembro daquele ano⁴³⁹.

Cessados os embates e enfraquecido o grupo rebelde, Alfonso X logrou fortalecer a autoridade régia ao longo do ano de 1283, mas pouco pôde exercê-la, haja vista que morreu logo em 4 de abril de 1284. Em seu testamento, datado de novembro de 1282, ao qual foi acrescentado um codicilo de 2 de janeiro de 1284, o Rei Sábio deserdou o infante D. Sancho, excluindo-o da sucessão ao trono; contudo, suas últimas vontades não foram respeitadas. Morto o pai, Sancho IV era rei⁴⁴⁰.

O reino de Portugal não ficou alheio ao conturbado cenário político castelhano, tendo sido fortemente influenciado pelo contexto do reino vizinho desde o princípio do reinado dionisino. Morto Afonso III em 16 de fevereiro de 1279⁴⁴¹, o herdeiro primogênito não assumiu o trono de pronto, sendo o governo exercido por um conselho de regência composto

⁴³⁷ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 153; 178-182.

⁴³⁸ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 186-191.

⁴³⁹ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 191-201.

⁴⁴⁰ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 201-211.

⁴⁴¹ PIZARRO, 2008, p. 82.

pela rainha, D. Durão – bispo de Évora –, D. João Peres de Aboim e Afonso Pires Farinha⁴⁴². Esses são tempos nebulosos sobre os quais a historiografia tem algumas poucas pistas; Rui de Pina⁴⁴³, a *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*⁴⁴⁴ e o Conde D. Pedro⁴⁴⁵ nada falam sobre o assunto, cujo conhecimento é igualmente dificultado pela ausência dos primeiros documentos da chancelaria de D. Dinis⁴⁴⁶. Francisco Brandão e, mais recentemente, José Augusto Pizarro dedicaram algumas linhas à tentativa de elucidar a questão.

Embora Afonso III não tenha deixado expressa determinação alguma acerca de junta regencial que auxiliasse ao filho⁴⁴⁷, D. Beatriz, somada aos conselheiros supracitados, entrou na governação do reino juntamente com D. Dinis na posição de rainha mandante, como faz saber Francisco Brandão, quando registra: “Mandando o rei pela senhora rainha [...]”⁴⁴⁸. Ainda segundo o cronista, o conselho regencial se explicava pela necessidade de apoio ao novo rei, tendo em vista as controvérsias do reinado de Afonso III e a pouca idade do herdeiro régio⁴⁴⁹, então com dezessete anos. Divergindo das boas intenções da matriarca, José Augusto Pizarro entende que a real intenção dela ia no sentido de manter seu estatuto de autoridade, para o que era preciso retardar a plena ascensão do primogênito ao trono⁴⁵⁰.

O fim da regência carece de data precisa. Francisco Brandão afirma que D. Beatriz ainda estava associada ao governo em 27 de maio de 1279, como mostra a doação do padroado de São Pedro de Torres, em que ela aparece nominada como rainha⁴⁵¹. José Augusto Pizarro recua essa data, afirmando que já em princípio de abril o rei D. Dinis governava sozinho, haja vista a existência de um documento régio, datado do dia 3 desse mês, em que ele aparece governando sem intervenção⁴⁵².

Certo é que a forma como o monarca português pôs fim ao conselho regencial acabou por lhe opor à mãe. O ríspido término daquela junta teria sido motivado pelas ajudas prestadas por D. Beatriz ao seu pai Alfonso X⁴⁵³, pois àquela altura o rei castelhano e o infante D. Sancho experimentavam uma relação tensa em meio ao contexto político do reino de Castela – como acaba de ser abordado. D. Dinis, vendo que a rainha acudia o suserano vizinho com os

⁴⁴² ML, V, f. 51v.

⁴⁴³ Cr.DD, 1945.

⁴⁴⁴ Cr.SPRP, 1952, p. 6.

⁴⁴⁵ Cr.GE, IV.

⁴⁴⁶ Os primeiros vinte e quatro fólios da chancelaria de D. Dinis estão ausentes desse corpo documental, embora o índice os tenha registrado (PIZARRO, 2008, p. 88).

⁴⁴⁷ PIZARRO, 2008, p. 86.

⁴⁴⁸ ML, V, f. 51v.

⁴⁴⁹ ML, V, f. 51v.-52.

⁴⁵⁰ PIZARRO, 2008, p. 86.

⁴⁵¹ ML, V, f. 52.

⁴⁵² PIZARRO, 2008, p. 87.

⁴⁵³ ML, V, f. 52.

criados de sua casa, entendeu que cabia a ele determinar se ajudaria o avô ou o tio, e da mesma maneira deveriam ser revertidos a ele os louros dos favores prestados e não à mãe, o que ocorreria enquanto ela estivesse exercendo a autoridade régia⁴⁵⁴.

Com essas motivações, o rei de Portugal dissolveu aquela regência, dispensando a rainha de compromissos com o reino e liberando-a para ir à Andaluzia prestar auxílio a Alfonso X⁴⁵⁵. D. Beatriz, contrariada, queixou-se ao seu pai, que solicitou ao neto que se encontrassem em Badajoz em março de 1280, para que pudessem convergir no apaziguamento das relações entre mãe e filho; o suserano português recuou, contudo, do encontro com o avô⁴⁵⁶.

As relações entre o rei de Portugal e o de Castela permaneceram opostas, como é possível perceber quando analisados os acordos levados a cabo por D. Dinis para o estabelecimento de sua aliança matrimonial e sua aproximação ao reino de Aragão. Com essa manobra, o monarca português dava os primeiros passos em sua bem-sucedida política externa, para a qual José Mattoso chamou atenção ao registrar:

O efectivo papel que D. Dinis exerceu na política peninsular constituiu, na verdade, uma das características mais relevantes do seu reinado. Poucas vezes se repetiu uma conjuntura em que Portugal tenha podido não apenas subsistir como reino verdadeiramente independente no âmbito da Hispânia, mas em que o seu rei fosse também considerado como um interlocutor essencial e com uma autoridade política respeitada por todos.⁴⁵⁷

É importante notar o papel central que D. Dinis ocupou na política ibérica no decorrer de seu reinado, pois foi também no contexto externo ao reino que se desenrolaram os conflitos travados entre ele o infante D. Afonso, e que se refletiram nos embates travados no interior do reino. O primeiro episódio em que a conjuntura externa se entrelaça com a interna é justamente o cerco a Vide e seus desdobramentos.

Para abordarmos as tratativas entre os reis de Portugal e de Aragão para a união matrimonial que faria deles aliados, temos de seguir de perto o estudo desenvolvido por Fernando Félix Lopes⁴⁵⁸, que melhor trabalhou essa matéria, ao oferecer avanços em relação ao que fora exposto pelos cronistas.

Em meio às disputas pelo trono castelhano, Pedro III de Aragão passou a ser assediado, de um lado, por Filipe III da França – defensor dos interesses de Afonso de la

⁴⁵⁴ ML, V, f. 52.

⁴⁵⁵ ML, V, f. 52.

⁴⁵⁶ ML, V, f. 52-52v.; PIZARRO, 2008, p. 87-88.

⁴⁵⁷ MATTOSO, 1993b, p. 149.

⁴⁵⁸ LOPES, 1997, p. 7-32.

Cerda –, e de outro, pelo infante Sancho de Castela – que pretendia assumir o trono. Nesse contexto, partiu do rei francês o indicativo do casamento entre D. Dinis e D. Isabel, matéria tratada em carta datada de 10 de setembro de 1280⁴⁵⁹.

Félix Lopes admite serem-lhe pouco claras as intenções do rei da França, não sabendo afirmar com precisão se o gesto de Filipe III foi requerido por D. Dinis, ou se o próprio francês almejava alguma manobra que colocasse seu sobrinho no trono de Castela⁴⁶⁰. No entendimento de José Augusto Pizarro – interpretação com a qual concordamos –, a iniciativa para o casamento teria partido do próprio rei de Portugal, que preferiu que o assunto fosse iniciado por Filipe III, a quem a proposta pareceu vantajosa, pois lhe renderia, na figura do monarca português, um importante aliado para as relações franco-aragonesas⁴⁶¹.

José Augusto Pizarro ainda chama atenção para um elemento que nos é caro nesse ponto da pesquisa: as relações de D. Dinis com Alfonso X. Ora, se partiu mesmo do português a iniciativa primeira de se casar com D. Isabel, poderia ter buscado o auxílio do avô, cunhado de Pedro III de Aragão; ao invés disso, recorreu a Filipe III da França – seu primo, por ser filho de Luís IX, primo co-irmão de Afonso III. Essa escolha demonstra que as relações entre o monarca de Portugal e o de Castela andavam profundamente deterioradas⁴⁶².

Avançadas as conversas sobre o casamento, D. Dinis nomeou seus procuradores a 12 de novembro de 1281 e os enviou a Aragão, onde, a 11 de fevereiro de 1282, seus emissários aceitaram D. Isabel por palavras de presente⁴⁶³. Pedro III não despachou prontamente as notícias do que havia ocorrido ao rei de Portugal, mas somente a 3 de abril, depois de ocorrido seu encontro com Alfonso X, no fim de março, pelo qual ambos resolveram seus atritos, ocasião que serviu também para o rei de Castela se comprometer a buscar a amizade de seu neto⁴⁶⁴. Temos, nessa informação, a comprovação de que os atritos provocados pelo fim da regência de D. Beatriz ainda eram um assunto que impunha tons sombrios à relação entre avô e neto.

Quando os procuradores retornaram a Portugal, encontraram D. Dinis já a pressionar o irmão no cerco a Vide, e foi ali, a 24 de abril de 1281, que o monarca assinou seu contrato de

⁴⁵⁹ LOPES, 1997, p. 11-13.

⁴⁶⁰ LOPES, 1997, p. 13.

⁴⁶¹ PIZARRO, 2008, p. 98-99.

⁴⁶² PIZARRO, 2008, p. 99; 102-103.

⁴⁶³ LOPES, 1997, p. 14. Sobre o recurso às palavras de presente, José Carlos Gimenez escreve: “Tal disposição poderia ser expressa por palavras de presente – arranjo que efetivava o compromisso prontamente ou por palavras de futuro – que constituía exclusivamente uma promessa de casamento (noivado) e implicava um casamento, um compromisso com direitos e deveres entre os envolvidos, no entanto ele só seria efetivado quando o casal concretizasse os acordos por meio das palavras de presente (GIMENEZ, 2005, p. 12).

⁴⁶⁴ LOPES, 1997, p. 16.

casamento. Na ocasião também tomou ciência do desejo de seu sogro de que fosse buscar D. Isabel em Aragão, o que foi negado pelo monarca português, que propôs que sua esposa se encaminhasse para Portugal em setembro. Contudo, o aprofundamento dos conflitos em Castela fez com que Pedro III temesse pela segurança da filha e abortasse o procedimento⁴⁶⁵.

Enquanto aqueles mensageiros saídos de Aragão no princípio de abril de 1281 rumavam para Portugal para encontrar D. Dinis no cerco a Vide, Pedro III foi alertado do que se passava na fronteira luso-castelhana. Escreve Félix Lopes:

Fora o caso que, partidos para Portugal os mensageiros de Aragão em princípios de 1281 com credenciais para também exporem sobre concórdia e amizade a estabelecer entre D. Dinis e Afonso X de Castela, logo dali a pouco o infante D. Sancho informara D. Pedro de Aragão de que lhe constara do assédio posto pelo de Portugal à vila de Vide que era senhorio de seu irmão o infante D. Afonso, e receoso se mostrava de que o facto frustrasse os empenhos em que se metera de harmonizar el-rei seu pai com D. Dinis, dada a sua predilecção pelo neto o infante português. Recebia a notícia, D. Pedro escreveu a 6 de Maio a D. Dinis a pedir-lhe que desistisse do assédio, se com honra e sem dano o pudesse fazer.⁴⁶⁶

Os atores políticos envolvidos no agitado cenário ibérico tinham crucial interesse no desfecho do cerco a Vide, para o qual era necessário um final pacífico, a fim de não conturbar ainda mais as relações entre Afonso X e D. Dinis; caso contrário, a ida de D. Isabel a Portugal poderia tardar ainda mais. É-nos ainda mais valiosa a informação de que o infante D. Afonso era preferido por seu avô em relação ao seu irmão o rei, condição para a qual certamente contribuiu a intervenção de D. Beatriz. Esta, segundo José Augusto Pizarro, se colocou a favor do infante D. Afonso e, logo que iniciado o cerco a Vide, rumou para Castela, onde apresentou suas queixas acerca da força das armas com que seu primogênito ameaçava ao segundogênito⁴⁶⁷.

Pouco depois da data da carta enviada por Pedro III, o cerco a Vide terminava com a fuga do infante D. Afonso para junto do avô, em Castela. Naquele contexto, Afonso X pouco ou nada poderia ter auxiliado o neto, pois, pressionado pelas forças políticas que se levantavam contra ele, viu sua situação sofrer uma crescente piora até a sua deposição naquele simulacro de Cortes, em abril de 1282. A partir de então, aponta Fernando Félix Lopes, o

⁴⁶⁵ LOPES, 1997, p. 17.

⁴⁶⁶ LOPES, 1997, p. 17.

⁴⁶⁷ PIZARRO, 2008, p. 103. Embora fora de contexto, pois enquadradas no panorama do término do conselho de regência de D. Beatriz – portanto, em 1280 –, as queixas da rainha junto ao pai foram registradas por Francisco Brandão, que escreve que a filha de Afonso X levou ao conhecimento do pai o fato de D. Dinis apertar D. Afonso com a força das armas (ML, V, f. 52-52v.).

infante D. Sancho dominou o norte de Castela, situação que possibilitou o traslado de D. Isabel⁴⁶⁸ para encontrar o esposo e se tornar rainha de Portugal.

A efetivação do casamento de D. Isabel com D. Dinis representou uma importante aliança política para os reinos de Portugal e Aragão, pois o reino aragonês ocupava posição de potência política e econômica no âmbito mediterrânico daquele contexto⁴⁶⁹. Somava-se a esse fator o êxito dessa aliança em flanquear o reino de Castela – hegemônico desde a fusão com Leão – por dois aliados, o que proporcionaria um equilíbrio de forças políticas na Península Ibérica⁴⁷⁰. Mas o casamento serviu também ao propósito de evitar apoio a possíveis futuras revoltas do infante D. Afonso, como faz notar Francisco Brandão:

Nem lhe esqueceo a elRey D. Dinis a comodidade do casamento, cõ que se fazia igoalmente temido de Castella, & atalhando com isto a que daquelle Reyno se não desse fauor a seu irmão Dom Afonso, quando intentasse alguma novidade, por estar tão á mão do socorro de Aragão de seu sogro, ou de seu cunhado, que innourião por meio dos Lacerdas pretenses daqlla Coroa, outras reuoluções semelhantes em Castella.⁴⁷¹

Considerando essa perspectiva apresentada pelo cronista, somada ao que já observamos acerca da composição entre o rei D. Dinis e o infante D. Afonso – concretizada em fevereiro de 1282 –, temos que o rei de Portugal amarrou o ímpeto revoltoso tanto por meio da vassalagem estabelecida entre eles quanto pela inibição de possíveis apoios que Alfonso X pudesse querer oferecer ao neto que gozava de seu apreço.

Subjugado pelas manobras de D. Dinis, o D. Afonso não restou senão demonstrar fidelidade e obediência ao irmão mais velho. Essa atitude apaziguou as relações entre eles, como prova sua incumbência, pelo monarca português, de receber a rainha D. Isabel na fronteira luso-castelhana, conduzindo-a para Trancoso, onde D. Dinis a esperava⁴⁷².

Apaziguada sua relação com o irmão, D. Dinis não se absteve de retaliar o avô pelo abrigo que deu a D. Afonso quando de sua fuga para Castela. Assim, prestou apoio – de maneira não declarada – ao infante D. Sancho, que até finais de 1282 ainda sustentava revolta contra Alfonso X. Esse auxílio deve ter complicado ainda mais as relações do rei português com a mãe, visto que D. Beatriz abandonou Portugal para ficar junto ao pai, oferecendo-lhe apoio até sua morte, em 1284⁴⁷³.

⁴⁶⁸ LOPES, 1997, p. 18.

⁴⁶⁹ GIMENEZ, 2005, p. 25-26; MATTOSO, 1993b, p. 149.

⁴⁷⁰ PIZARRO, 2008, p. 97.

⁴⁷¹ ML, V, f. 59-59v.

⁴⁷² ML, V, f. 65-65v.; LOPES, 1997, p. 20.

⁴⁷³ MATTOSO, 1993a, p. 91.

Vimos neste capítulo que as manobras de que D. Afonso lançou mão a fim de questionar a legitimidade e a autoridade do rei D. Dinis não surtiram nenhum resultado efetivo. O rei de Portugal logrou repelir qualquer ação que o distanciasse do poder régio, não poupando sequer sua mãe, a rainha D. Beatriz. Diante de tamanha demonstração de poder do irmão, o infante não encontrou outro caminho a não ser dar mostras de fidelidade e voltar seus esforços para a estruturação de sua linhagem, meio pelo qual poderia traçar alianças e angariar apoios que possibilitassem o fortalecimento de seu estatuto nobiliárquico.

CAPÍTULO 3. A LINHAGEM, O CASAMENTO E AS ALIANÇAS POLÍTICAS DO INFANTE D. AFONSO

Analisado o papel político do infante D. Afonso ao longo do reinado de Afonso III e no início da governança de D. Dinis – conjuntura de intenso jogo político entre os reinos de Aragão, Castela e Portugal, mas também no interior do reino português –, contexto no qual o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches ocupou posição de destaque na sociedade medieval portuguesa, a ponto de questionar a autoridade do irmão e gerar uma situação de conflito na fronteira luso-castelhana, passamos agora ao protagonismo daquele segundogênito em estabelecer alianças que fortalecessem seu estatuto nobiliárquico.

Para que se compreenda quais foram as estratégias utilizadas pelo infante D. Afonso para atingir esse intento, atentaremos aos aspectos próprios de sua linhagem, às alianças matrimoniais estabelecidas por ele para si e para suas filhas e, por fim, analisaremos como esses casamentos lhe proporcionaram angariar aliados políticos entre as mais poderosas linhagens do reino de Castela. Não poderemos deixar de notar, ainda, os esforços envidados por ele para ver seu casamento e filhos serem legitimados pelo rei D. Dinis.

3.1 Linhagem e poder simbólico

Já tivemos oportunidade de abordar anteriormente o lento abandono do sistema parental cognático e a adoção do esquema agnático – ou linhagístico –, processo que se desenvolveu do século XI ao XIII em Portugal e Castela. Na ocasião, abordamos dois elementos que estiveram no bojo desse movimento de mudança: os cargos régios – em que se percebe mais cedo a estrutura de transmissão vertical – e os bens imóveis – cuja transmissão teve características cognáticas mais duradouras. É preciso, contudo, abordar ainda outros aspectos inerentes a essa mutação na estrutura de parentesco: a memória e os símbolos.

A horizontalidade das vinculações parentais figurava como característica central do sistema cognático, configuração que orientava tanto a associação entre aqueles que estavam ligados pelo sangue quanto a estruturação da memória em torno dos membros anteriores da parentela. Ao nobre não eram determinantes os seus antepassados, mas os seus afins e a relação que estabeleciam com os reis, fonte de poder econômico. Imersos em relações sociais

pouco estáveis, carentes de uma residência fixa, pouco retinham acerca de recordações para além de seus avós⁴⁷⁴.

Esse panorama começou a experimentar alterações quando as estruturas centrais de poder – reis e condes – perderam a capacidade de manter a autoridade sobre os seus nobres, os infanções, que começaram a tomar para si os poderes senhoriais e transmiti-los aos seus descendentes. A partir desse momento se constata o princípio da adoção do sistema linhagístico e da concepção daqueles privilegiados pelo nascimento enquanto herdeiros de privilégios detidos por seus antepassados – o nascimento da consciência de herdeiro⁴⁷⁵.

Da mesma forma como eram transmitidos os poderes senhoriais e os domínios territoriais, também o era o elemento simbólico que caracteriza a linhagem, cujos membros estavam compelidos a preservar e reproduzir. Assim, da mesma maneira que a nobreza havia buscado emular o modelo linhagístico exercido pelos reis, passou a fazer o mesmo com relação à honra régia, mas tomando-a como elemento caracterizador daqueles que estavam verticalmente ligados pelo sangue de um ascendente comum⁴⁷⁶.

Por sua importância, o conceito de *honra* figura como elemento definidor da mentalidade nobiliárquica, estando voltado para a proteção do poder material e simbólico sustentado pela linhagem. De finais do século XII em diante, *honra* significa a proeminência social e de poder, alcançada pela força, vitórias militares, distribuição de riqueza e dons, fidelidade. Enquanto predicado inerente aos vínculos linhagísticos, era também transmitida aos membros da linhagem por via do nascimento, cabendo a cada um defender esses atributos e passá-los intactos ou ampliados a seus descendentes⁴⁷⁷. Assim sendo,

O filho não pode ser menos honrado que o pai, isto é, não pode perder a força ou a proeminência social. Se não respeita as tradições ancestrais, desonra a família. Se decai da posição social, se se comporta como um vilão, se não respeita os deveres vassálicos, se é cobarde na guerra, se não se vinga brutalmente dos inimigos, não só perde a sua própria honra, mas ameaça também a de toda a família. A honra tem, portanto, que ser cultivada como um património coletivo, um valor que está acima das fantasias pessoais ou interesses individuais.⁴⁷⁸

Isto posto, para a nobreza, o sangue não era veículo tão somente de transmissão de bens e cargos, mas também de uma memória e de elementos simbólicos de prestígio. Assim,

⁴⁷⁴ DUBY, 1990a, p. 134; BECEIRO PITA; CORDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 44.

⁴⁷⁵ DUBY, 1990a, p. 134; MATTOSO, 1995, I, p. 126-127.

⁴⁷⁶ MATTOSO, 1995, I, p. 127-128.

⁴⁷⁷ MATTOSO, 1985a, p. 250-251; 1995, I, p. 127-128.

⁴⁷⁸ MATTOSO, 1985a, p. 251-252.

segundo Leontina Ventura, “a memória constitui a fonte, a referência da nobreza, o que confere ao grupo a sua anterioridade, a sua singularidade em relação ao comum, que está apenas confinado a um presente falho de recordação”⁴⁷⁹.

Diferentemente dos domínios territoriais – incorporados sobre a terra – ou dos cargos régios – mantidos por via da privança do rei –, a honra era mantida pela via da memória; era preciso demonstrar, tornar visíveis os símbolos da honra e, assim, tornar possível sua rememoração, para o que era central a assimilação de elementos mnemônicos característicos do grupo nobiliárquico: o toponímico, o patronímico, os brasões e a escrita do passado.

O toponímico representou a incorporação do assentamento geográfico da linhagem, seu *castrum*. Assim, o nome da região onde o senhor de terras detinha seus privilégios senhoriais funcionou como meio de distinção, como sinal de identificação daquele tronco sanguíneo. No século XII, os principais infanções portuguesas que ascenderam a ricos-homens – Sousões, Braganções, Maia, Baião e Riba Douro – incorporaram o nome do castelo ou do território, fazendo desse indicativo o nome de linhagem⁴⁸⁰, fenômeno que não deve ser entendido apenas como mecanismo para distinguir homônimos, mas também como símbolo de distinção, a partir da demonstração nominal dos domínios territoriais controlados por aquela casa nobiliárquica.

De cima para baixo, esse costume passou a ser seguido pelos estratos nobiliárquicos abaixo dos ricos-homens. Assim, ainda no século XII, observa-se a integração da denominação dos domínios territoriais da média nobreza a seus nomes de linhagem. Em meados da centúria seguinte – ou seja, no reinado de Afonso III –, a prática pode ser amplamente constatada entre a baixa nobreza. Contudo, para o caso desse segmento, o mais fraco dentre a nobreza, não se observa o toponímico, senão a alcunha – Bugalho ou Babilão, por exemplo – enquanto nome de distinção linhagística⁴⁸¹.

Outro elemento de distinção foi o patronímico. Por meio da repetição do nome do avô ou pai, formava-se uma sequência que reiterava a estrutura linhagística e a filiação patrilinear. Indício da consciência de linhagem, essa prática é constatada inicialmente entre a alta nobreza e, no século XII, ainda não estava disseminada entre os demais estratos da nobreza, o que ocorrerá somente na centúria seguinte⁴⁸².

⁴⁷⁹ VENTURA, 2011, p. 101.

⁴⁸⁰ MATTOSO, 1985b, p. 110; VENTURA, 1992, p. 189-190. Acerca das famílias citadas, veja os contributos fundamentais de MATTOSO (1985b, p. 45-68; 1995, v. I, p. 135-188).

⁴⁸¹ MATTOSO, 1985b, p. 111; VENTURA, 1992, p. 190-192.

⁴⁸² BECEIRO PITA; CORDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 59; 75-79.

Quanto aos brasões, estes símbolos heráldicos figuravam como monopólio do poder régio até o século XII, tendo sido adotados pela alta nobreza em finais desse período. Em meados da centúria seguinte, sua presença entre as linhagens nobres podia ser observada mesmo entre os cavaleiros dos segmentos nobiliárquicos mais baixos⁴⁸³.

Toponímico, patronímico e brasão eram símbolos de relevante caráter memorialístico para as linhagens que os ostentavam, elementos capazes de promover a rememoração da pertença a uma linha de nobres que se sucederam ao longo do tempo e que possibilitaram o prestígio detido por seus descendentes. A esse conjunto de símbolos deve-se somar um elemento central para a legitimação do estatuto nobiliárquico: o registro escrito.

Na Idade Média, a escrita foi uma relevante ferramenta de poder⁴⁸⁴. Tivemos já a oportunidade de apontar o recurso de Afonso III ao registro escrito, no âmbito da complexificação da estrutura administrativa régia; contudo, a tinta, a pena e o pergaminho não serviram tão somente para a certificação das ordenações régias, mas também à própria legitimação das pretensões do monarca, e também dos nobres, a partir da recuperação de suas origens dinásticas e linhagísticas.

A mitificação das origens históricas foi um fenômeno cultural específico e intrínseco à formação das monarquias feudais do Ocidente Medieval a partir dos séculos XI e XII, desde quando é possível constatar a ação dos reis da França ou dos Países Baixos de elaborar genealogias e narrativas cronísticas voltadas para a recuperação dos feitos heroicos dos fundadores dessas dinastias, com vistas a construir argumentos legitimadores da autoridade daqueles monarcas frente às pretensões teocráticas da Igreja e à sua dependência, ainda que formal, do Império⁴⁸⁵.

Diferentemente dos reinos de além-Pirineus, Castela e Portugal experimentaram o fenômeno da produção escrita memorial linhagística de reis e nobres em momento pouco mais tardio⁴⁸⁶. No caso castelhano, aquele acontecimento pode ser timidamente constatado entre os monarcas desde meados do século XII, ganhando contornos mais nítidos na segunda metade do centenário seguinte, a partir de quando a prática teve também seu início entre a nobreza, firmando-se no seio desse grupo social nas centúrias vindouras⁴⁸⁷. A realidade portuguesa foi

⁴⁸³ BECEIRO PITA; CORDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 60-61; 79-80.

⁴⁸⁴ DACOSTA, 2014, p. 153.

⁴⁸⁵ AURELL, 2014, p. 303; KRUS, 2014, p. 44-45.

⁴⁸⁶ AURELL, 2014, p. 303.

⁴⁸⁷ A produção de testemunhos genealógicos e crônicas gerais no reino de Castela teve seu início nos séculos XII e XIII, ocorrência que se deu em paralelo ao desenvolvimento da instituição monárquica castelhana; embora voltados majoritariamente ao registro dos grandes feitos dos monarcas, não deixavam de oferecer espaço à atuação da nobreza (BAUTISTA, 2012, p. 87; BECEIRO PITA, 2014, p. 121). Até aquela última centúria, o grupo nobiliárquico ainda não havia desenvolvido a escrita de uma memória linhagística própria, sendo esta

ainda mais distinta, haja vista que, como apontado por Luis Krus, nos séculos XIII e XIV a memória letrada foi sobretudo nobiliárquica, por conseguinte, carente de referencial régio⁴⁸⁸.

Pelo que acaba de ser exposto acerca do reino de Castela, observa-se que a prática da exaltação dos antepassados com vista a enaltecer o prestígio da estirpe foi constatada inicialmente entre os reis e somente depois entre a nobreza, diacronia que acompanha a também posterior adoção da sucessão dinástica primo e unigênita pelo grupo nobiliárquico – como temos reiterado nesse estudo –, atitude que marcou o início da adoção da estrutura agnática de parentesco. Em resposta à demanda do sistema linhagístico acerca da consciência de pertencimento de seus membros a um grupo de consanguíneos, os nobres passaram a recorrer ao mesmo mecanismo usado pelos reis a fim de exaltar os feitos de seus antepassados⁴⁸⁹. Como faz notar Bernardo Vasconcelos e Sousa:

A nobreza era, antes de nada, um estatuto de *qualidade* e uma questão de sangue transmitidos de geração a geração como se se tratasse de características genéticas. Mas, evidentemente, não sendo a *qualidade de sangue* nobre algo tangível e materializável *em si*, a memória dos antepassados e seus feitos, verídicos ou fictícios, constituía um elemento chave de identidade para a nobreza. Como instrumento da memória familiar, em um sentido restrito, e da memória do grupo social, em um âmbito mais amplo, as genealogias se convertem em um meio privilegiado para a exaltação e a consagração pessoal, familiar e social.⁴⁹⁰

ainda atrelada à produção das narrativas orientadas pelo poder régio (BAUTISTA, 2012, p. 97). Conforme entendimento de Isabel Beceiro Pita, os investigadores têm uma opinião unânime ao afirmar o caráter tardio dos relatos nobiliárquicos castelhanos em períodos anteriores à Baixa Idade Média em comparação a outros reinos do Ocidente Medieval, o que se deve, ainda segundo a autora, à Reconquista e à possibilidade em aberto de conquista de novas terras, conforme se procedia com as vitórias frente aos muçulmanos – possibilidade de ampliação territorial inexistente nos reinos de além-Pirineus a partir do ano mil –, ao que se acrescenta a persistência em manter padrões de divisão das heranças atrelados ao sistema cognático, privilegiando o herdeiro mais apto e não necessariamente o primogênito. Diante disso, continua a medievalista espanhola, a produção daqueles gêneros literários por iniciativa dos nobres teve início somente a partir de 1250, com a conquista da Andaluzia Bética e o início da adoção da estrutura agnática de parentesco, fatores que promoveram o florescimento de escritos genealógicos nobiliárquicos, como pode ser constatado nitidamente a partir de meados do século XIV até o XVI (BECEIRO PITA, 1990, p. 329-330; 2014, p. 120-122). Analisando o caso do desenvolvimento da literatura genealógica em Portugal, Adriana Mocelim aponta que as principais obras desse gênero foram escritas em finais do século XIII e início do XIV – em contraste com a diminuição do fenômeno em outros reinos do Ocidente Medieval –, motivadas pela afirmação do poder régio constatada a partir do reinado de Afonso III e, principalmente, do de D. Dinis (MOCELIM, 2007, p. 55).

⁴⁸⁸ KRUS, 2011, p. 171.

⁴⁸⁹ AURELL, 2014, p. 307; DACOSTA, 2014, p. 157; KRUS, 2014, p. 46.

⁴⁹⁰ “La nobleza era, antes de nada, un estatuto de *calidad* y una cuestión de sangre transmitidos de generación en generación como si de características genéticas se tratase. Pero, evidentemente, no siendo la *calidad de sangre* noble algo tangible y materializable *en sí*, la memoria de los ascendientes y de sus hechos, verídicos o ficticios, constituía un elemento clave de identidad para la nobleza. Como instrumento de la memoria familiar, en un sentido restringido, y de la memoria del grupo social, en un ámbito más amplio, las genealogías se convierten en un medio privilegiado para la exaltación y la consagración personal, familiar y social” (SOUSA, 2014, p. 183).

Portanto, buscando enaltecer os ascendentes de sua linhagem, os nobres mobilizaram clérigos, trovadores e jograis em prol da elaboração de narrativas apologéticas de seus antepassados, registrando-as por escrito em língua vulgar e assim tornando possível a reprodução de um passado nobiliárquico mítico⁴⁹¹. Não bastava, contudo, que o tempo ido fosse retratado com a exuberância de feitos lendários, mas também que fosse

Tão distante quanto seja possível, como é de se esperar de uma civilização que, com um baixo índice de esperança de vida, vive obcecada pelo valor da velhice. Tão insólito, fantástico e deslumbrante como possa ser para retê-lo na memória e suscitar admiração, reverência e terror. Em qualquer caso, o desejo de uma antiguidade que justifique direitos e privilégios contemporâneos e a exaltação do poder de um grupo familiar por cujo sangue se transmitem os carismas definidores do estado nobre.⁴⁹²

Diante dessa demanda, compreende-se que a criação de um passado condizente com o estatuto sócio-político que as linhagens nobiliárquicas pretendiam legitimar era atitude fundamental para a nobreza medieval⁴⁹³. Para isso, a escrita assumia a função de instrumento de elevada importância política, meio pelo qual os nobres eram capazes de transformar testemunhos em provas, efetivando o registro da memória e aproximando o passado do presente por via dos textos⁴⁹⁴, marcadamente quando se tratava das genealogias, que, buscando abordar a dimensão mais longínqua dos tempos idos – distanciamento este que facilitava a manipulação memorialística –, deliberadamente excluía o rigor cronológico de suas linhas, procedimento alinhado à distorção dos fatos com o intuito de legitimar pretensões nutridas pelos nobres⁴⁹⁵.

No centro dessas construções textuais, ocupando lugar privilegiado em sua narrativa, estava a figura do fundador da linhagem, raiz da qual dependiam a memória e a coesão do tronco linhagístico⁴⁹⁶. Isto posto, ao lado dos emblemas, do solar, da onomástica e do patronímico – elementos constituidores do sentimento de pertença nutrido pelos consanguíneos em relação a sua estirpe –, era fundamental que os descendentes conhecessem

⁴⁹¹ KRUS, 2011, p. 117; 2014, p. 47.

⁴⁹² “Tan lejano como sea posible, como es de esperar de una civilización que, con un bajo índice de esperanza de vida, vive obsesionada por el valor de la vejez. Tan insólito, fantástico y deslumbrante como pueda ser para retenerlo en la memoria y suscitar admiración, reverencia y temor. En cualquier caso, el deseo de una antigüedad que justifique derechos y privilegios contemporáneos y el alarde del poder de un grupo familiar por cuya sangre se transmiten los carismas definidores del estado noble” (KRUS, 2014, p. 47).

⁴⁹³ JULAR PÉREZ-ALFARO, 2014, p. 201.

⁴⁹⁴ AURELL, 2014, p. 326; JULAR PÉREZ-ALFARO, 2014, p. 202.

⁴⁹⁵ AURELL, 2014, p. 310-311; 326.

⁴⁹⁶ JULAR PÉREZ-ALFARO, 2014, p. 201; QUINTANILLA RASO; CARCELLER CERVIÑO, 2014, p. 273.

seu antepassado originário e venerassem-no, pressuposto que visava à manutenção do prestígio e da tradição por ele legados ao grupo⁴⁹⁷. Como sintetizou Jaume Aurell:

As histórias épicas que acompanham as genealogias, principalmente as que fazem referência à figura do herói fundador, funcionam como garantidoras da continuidade dinástica e proporcionam aos novos grupos de elite uma valiosa legitimação religiosa e social. A reinvenção de heróis ancestrais, baseada parte em história e parte em ficção, aumenta o prestígio da linhagem e cria uma nova consciência genealógica, que toma forma de raiz de árvore, materializada em sua base na figura do ancestral fundador.⁴⁹⁸

Como resultado dessa demanda, constata-se o recurso a vários modelos de narrativas linhagísticas, de acordo com as estratégias adotadas pelos nobres para a construção da memória concernente ao antepassado fundador de suas estirpes: a ligação a personagens célebres, tanto reais como lendários; a identificação com figuras sobrenaturais; mas era principalmente a proximidade ao sangue régio o argumento mais utilizado pela alta nobreza para sustentar suas pretensões de prestígio. A esse conjunto de referências, os textos acrescentavam valores nutridos pela nobreza como atributos característicos de sua linhagem, dentre os quais sobressaíam o heroísmo demonstrado na luta contra o inimigo muçulmano ou a condição de sucessores de uma antiga estirpe nobiliárquica já desaparecida⁴⁹⁹. A fim de exemplificar a aplicação textual desse conjunto de pressupostos narrativos, pode-se recorrer aos relatos de duas obras genealógicas.

A primeira dessas obras é o *Livro Velho de Linhagens*, composto nos anos 80 do século XIII pelos clérigos do mosteiro de Santo Tirso. Fundado pelos senhores da Maia, aquele cenóbio foi patronato⁵⁰⁰ dessa linhagem até sua extinção, a partir de quando os Riba de Vizela buscaram se firmar na posição de continuadores da findada estirpe, substituindo-a como patronos daquele importante senhorio monástico do Entre Douro e Minho. Assim sendo, a obra genealógica foi produzida pelos eruditos religiosos daquela instituição eclesiástica com o intuito de transferir aos seus novos benfeitores o patrimônio simbólico da linhagem Maia, para isso retroagindo a origem dessa parentela ao rei Ramiro II das Astúrias e

⁴⁹⁷ QUINTANILLA RASO; CARCELLER CERVIÑO, 2014, p. 273.

⁴⁹⁸ “Las historias épicas que acompañan a las genealogías, principalmente las que hacen referencia a la figura del héroe-fundador, funcionan como garantes de continuidad dinástica y proporcionan a los nuevos grupos de élite una valiosa legitimación religiosa y social. La reinención de héroes ancestrales, basada parte en historia y parte en ficción, aumenta el prestigio del linaje y crea una nueva conciencia genealógica, que toma forma de raíz de árbol, materializada en su base en la figura del ancestro fundador” (AURELL, 2014, p. 311).

⁴⁹⁹ QUINTANILLA RASO; CARCELLER CERVIÑO, 2014, p. 276.

⁵⁰⁰ Como apontado por José Augusto Pizarro, o processo de senhoriação laico do território português foi acompanhado pela fundação ou proteção de comunidades monásticas por esses senhores – marcadamente no espaço do Entre Douro e Minho –, com vistas a fortalecer o regime senhorial (PIZARRO, 1997, p. 1101).

exaltando os feitos épico-lendários daqueles que dele descenderam a partir de uma narrativa que os colocava como os *mais nobres e os mais filhos d'algo de toda Espanha*, valorosos guerreiros no combate ao inimigo muçulmano⁵⁰¹.

A segunda obra genealógica é o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, onde se encontra, dentre outros assuntos, uma sequência de relatos acerca das origens e feitos dos membros da linhagem de Haro, cujo conteúdo incorporou elementos sobrenaturais. No que toca essa questão, a primeira narrativa trata da chegada de Froom – irmão do rei da Inglaterra, que o havia expulsado do reino – ao senhorio de Biscaia, onde foi aceito pela população local como seu senhor, dirigindo-os à vitória sobre D. Moninho, assediador da localidade⁵⁰². Na sequência, a obra aborda como D. Diego Lopes, bisneto de D. Froom, desposou uma mulher de pés cindidos ao meio como os de uma cabra, sob a condição imposta por ela de que ele nunca mais se benzeria; juntos tiveram um filho – Iñigo Guerra – e uma filha – inominada pelo texto –, que desapareceu juntamente com a mãe após seu pai quebrar a promessa de não se persignar⁵⁰³. Em seguida o conde de Barcelos relata como Iñigo Guerra buscou o auxílio de sua progenitora para resgatar o pai que havia caído cativo dos mouros, para isso recebendo dela o cavalo Pardalo – dotado de atributos míticos –, com o qual pôde obter sucesso em sua empreitada⁵⁰⁴.

Em estudos desenvolvidos por José Mattoso⁵⁰⁵ e por Luis Krus⁵⁰⁶, ambos os autores entendem esse conjunto de tradições atribuídas à linhagem de Haro, reunidas e registradas pelo conde D. Pedro, como uma variação peninsular dos contos melusianos⁵⁰⁷, dos quais adotam o sistema narrativo centrado na união de um mortal a um ser superior – neste caso, a figura da dama da fertilidade, amplamente presente no folclore medieval – capaz de legar atributos fantásticos aos seus descendentes, qualidade invocada pela linhagem a fim de legitimar demandas do seu presente a partir da construção memorialística do passado.

Diante do que até aqui foi abordado, temos que, chegado o século XIII, as linhagens de nobres buscavam elementos que as diferenciavam umas das outras, em uma disputa pelo

⁵⁰¹ LV, p. 23; 47; KRUS, 2011, p. 172-175.

⁵⁰² LLCDP, p. 137-138.

⁵⁰³ LLCDP, p. 138-139.

⁵⁰⁴ LLCDP, p. 139-140.

⁵⁰⁵ MATTOSO, 1983, p. 65-68.

⁵⁰⁶ KRUS, 2011, p. 151-179; 2014, p. 43-86.

⁵⁰⁷ Esse modelo de conto, amplamente disseminado no Ocidente Medieval por meio de testemunhos e registros escritos dos séculos XII e XIII, foi adaptado às narrativas a respeito das origens fantásticas de várias linhagens, ficando conhecido por sua aplicação às origens míticas da estirpe de Lusignan, supostamente nascidos de Melusina – figura feminina detentora de poderes fantásticos e vinculada ao ambiente aquático. Elemento característico dessas fábulas, a mulher sobrenatural, controladora das forças da natureza, se unia a um cavaleiro, passando a favorecê-lo com seus atributos míticos; contudo, a quebra do interdito imposto ao homem pelo ser místico promovia o rompimento dos laços entre o casal (MATTOSO, 1983, p. 66-67).

prestígio e pela memória, em um grupo social que se fechara sobre si mesmo. O sangue não garantia apenas o prestígio social e a herança dos bens e tenências: ele ainda era suporte para a emanção da memória no âmbito da sociedade, por via dos elementos que acabamos de abordar – toponímico, patronímico, brasões e a escrita do passado. De cima para baixo, os infanções e em seguida os cavaleiros aderiram às práticas dos ricos-homens, os quais, por sua vez, olhavam para a realeza.

Assim, buscando se destacar no interior do grupo social do qual faziam parte, os nobres apropriaram-se paulatinamente dos símbolos de poder inicialmente sustentados como monopólio da família real. Foi o sucesso em aderir a essas práticas que possibilitou a distinção entre os membros da nobreza, marcadamente os ricos-homens, como aponta D. Juan Manuel:

E esses ricos homens não são todos de uma maneira nem são iguais em linhagem nem em honra nem em poder; que alguns deles têm e que são de muito grande sangue e vêm da linhagem dos reis [...] e há outros que são de grande sangue, mas nem tanto nem tão honrados como estes que é de sobredito.⁵⁰⁸

Como reiterado pelas palavras do nobre castelhano, o sangue real superava a dignidade de todos os demais estratos da nobreza. Ainda que buscando emular os comportamentos do poder real, os ricos-homens não possuíam, no século XIII, o enraizamento dos costumes que a família real experimentava, e que passava aos seus membros.

Enquanto as linhagens nobiliárquicas buscavam em práticas nominativas e na criação de símbolos e narrativas do passado um meio de distinção, a família real já tinha incorporado todos esses mecanismos, os quais perpassam o lugar social do segundogênito de Afonso III. D. Afonso não aparece na documentação incorporando o toponímico de seus domínios territoriais, fato que não se deve ao cargo que detinha junto à Corte, mas ao título de infante. Não havia, entre a nobreza, distinção maior que essa, que, no âmbito da sociedade, encontrava-se logo abaixo da do rei – como comprova a posição de seu nome no topo da lista de confirmantes dos documentos régios contidos na Chancelaria de D. Dinis⁵⁰⁹. Ao longo dos vinte e oito anos que separaram seu nascimento e o do futuro Afonso IV, foi ele o único infante D. Afonso existente em Portugal.

⁵⁰⁸ “Et estos ricos homes non son todos de una guisa nin son eguales en linaje nin en honra nin en poder; que algunos dellos ha y que son de muy grant sangre et vienen del linaje de los reys [...] et ha y otros que son de grant sangre, mas non tanto nin tan honrados como estos que desuso dicho es” (LE, p. 335)

⁵⁰⁹ Ch.DD, l. I; II; III, passim.

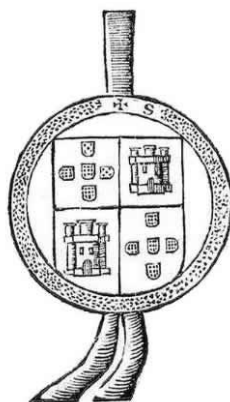
Não bastasse o título, o patronímico não ligava o senhor de Portalegre somente ao pai, o rei Afonso III, mas ao avô Afonso II e ao próprio fundador do reino, Afonso Henriques. Filho de D. Beatriz de Castela, o infante levava consigo também a carga patronímica de seu avô, Afonso X, e de Afonso VIII antes dele.

A dignidade do sangue real, portado pelos antepassados de D. Afonso e a ele transmitido, ganhava dimensão visível, palpável, por meio de seu selo⁵¹⁰. O brasão, esquartelado, carregava tanto os escudos do reino de Portugal – usados já por Afonso Henriques – quanto os castelos, símbolo do reino de Castela cujo uso remonta a Afonso VIII⁵¹¹. Esse selo parece ter sido uma distinção que acompanhou a outorga de senhorios a ele feita por Afonso III, haja vista que, em documento chancelar de 1273, D. Dinis, D. Branca e D. Sancha admitem não ter selo, mas essa condição não parece se abater sobre D. Afonso. Diz o documento:

E poren que nos don Denis e donna Blanca e donna Sancha non avemos seelos rogamos a davandita Reya nossa madre que faça poer o seu seelo em esta carta. E outrossi eu don Afonso roguey a davandita Reyna mha madre que fizesse poner o seu seelo em esta carta.⁵¹²

Diferente dos irmãos, que declaradamente assumem não possuir selo próprio, D. Afonso não incorre na mesma afirmação, o que faz com que apareça na oração seguinte da referida carta, o que indica que detinha o emblema àquela altura. Seu pedido à mãe, contudo, insere a dúvida do que teria motivado o infante a, aparentemente, pedir que a rainha colocasse o seu símbolo no documento, e não o dele próprio.

FIGURA VIII – BRASÃO DO INFANTE D. AFONSO



FONTE: retirado de SALAZAR Y CASTRO (1694)

⁵¹⁰ PHGCL, p. 632.

⁵¹¹ MENENDEZ PIDAL, 1982, p. 47-53.

⁵¹² Ch.AfIII, doc. 590.

A ênfase que tem sido depositada sobre a dignidade adquirida pelo infante D. Afonso desde o nascimento deve ser matizada. Pesavam para sua condição os predicados herdados pela via do sangue régio: dependiam dele não apenas a manutenção desse poder, mas também a capacidade de transmiti-lo aos seus herdeiros. A autonomia que lhe chegava com o passar da idade e a entrada na vida adulta lhe abria etapas de vida que passaram a exigir dele as tomadas de posição e as manobras garantidoras da manutenção da ordem social. A transposição da etapa de jovem filho de rei para a de chefe de linhagem exigiria do infante a perspicácia e o ímpeto para manter sua posição social, a começar pelo casamento, ato inaugural de sua linhagem.

3.2. O casamento medieval: normativa eclesiástica e estratégias nobiliárquicas

Abordados os elementos simbólicos inerentes ao estatuto nobiliárquico de D. Afonso, passamos a adentrar um tema central para os objetivos dessa pesquisa: o matrimônio do infante com D. Violante Manuel, assim como os de suas filhas com nobres castelhanos. Será preciso primeiro compreender a função social desempenhada pelo casamento na sociedade medieval, suas normas eclesiásticas e seu papel na estruturação das relações nobiliárquicas; compreendidos esses pressupostos interpretativos, poder-se-á desenvolver a análise específica das problemáticas concernentes àqueles enlances matrimoniais.

Cabe apontar que, tendo em vista a centralidade da figura feminina nas ações políticas do infante D. Afonso – haja vista o enlace com sua esposa e os de suas filhas com membros da alta nobreza castelhana –, as linhas que se seguem darão atenção à posição e função sociais da mulher enquanto peça central para o estabelecimento de alianças político-matrimoniais entre os chefes de linhagem, sendo esta problemática analisada de maneira intrínseca às questões concernentes ao casamento medieval. Feitas essas ressalvas, passemos ao debate.

A questão do casamento enquanto forma de estruturação familiar figura como matéria abordada por antropólogos, sociólogos, filósofos e historiadores das mais variadas vertentes metodológicas⁵¹³. Ainda que reconheçamos o profundo contributo dessas áreas das Ciências Humanas para esse tema, nos ateremos a uma discussão centrada nos aspectos medievais do casamento, tendo em vista a verticalização analítica do objeto central dessa tese: o infante D. Afonso e seu papel político.

⁵¹³ Em tese de doutorado recém-defendida, Mariana Bonat Trevisan desenvolveu um rico debate a respeito dos contributos dessas várias áreas das Ciências Humanas para o desenvolvimento dos estudos em torno da família e suas relações. Veja: TREVISAN, 2016, p. 26-57.

Como já tivemos oportunidade de apontar, a Idade Média consagrava o sangue como elemento ordenador social, característica reconhecida por Georges Duby quando aponta que os laços de consanguinidade funcionavam como armação da sociedade feudal, fazendo da estrutura de parentesco uma determinante dos códigos de comportamento dos viventes do medievo⁵¹⁴. Assim encarados, os vínculos parentais possibilitam ampliar o escopo analítico que pousa sobre a Idade Média para além dos aspectos econômicos, ao permitir tocar os âmbitos mentais e sociais daquele contexto histórico⁵¹⁵.

Compreendida a dinâmica social sob essa perspectiva, o casamento assume a posição do mais importante ato social, rito de entrada na vida adulta dos viventes da medievalidade⁵¹⁶ e via pela qual o homem medieval poderia perpetuar sua ambicionada descendência⁵¹⁷. Esse anseio não tocava unicamente ao interesse daqueles organismos vivos em dar continuidade a sua curta existência por meio de outros corpos saídos dos seus, mas também ao de reproduzir de maneira estável as estruturas e relações sociais, conforme indicado por José Mattoso: “[...] o regime matrimonial é efectivamente estruturante da classe social que o pratica”⁵¹⁸, assim como o sistema cultural, sobre o qual afirma Georges Duby: “O sistema cultural a que aludo é o sistema de parentesco, o código a que me refiro é o código matrimonial. No centro destes mecanismos de regulação, cuja função social é primordial, instala-se de facto o casamento”⁵¹⁹.

Pela sua centralidade nas relações sociais, pesava sobre o matrimônio uma série de códigos de regulação e oficialização⁵²⁰, questões que a partir do século X foram alvo de disputas entre dois conjuntos de valores: os clericais e os nobiliárquicos, ou, como analisado por Duby, entre a moral dos sacerdotes e a moral dos guerreiros. No meio dessas duas instâncias ideológicas se encontrava a mulher – não despropositadamente o medievalista francês intitulou sua obra de *O cavaleiro, a mulher e o padre*, colocando a figura feminina entre esses dois representantes de ideologias distintas⁵²¹ –, sobre quem pesava o duplo interdito daqueles ideários.

O casamento foi tema amplamente debatido pelos pensadores da Igreja e interpretado a partir de matizes que iam desde sua completa reprovação ao seu entendimento enquanto forma menos imperfeita de copulação, meio pelo qual se poderia regular o pecado inerente à

⁵¹⁴ DUBY, 1990a, p. 119-120.

⁵¹⁵ MATTOSO, 1985a, p. 242.

⁵¹⁶ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 125; DUBY, 1990a, p. 10.

⁵¹⁷ VENTURA, 2011, p. 104.

⁵¹⁸ MATTOSO, 1995, I, p. 211.

⁵¹⁹ DUBY, 1990a, p. 8.

⁵²⁰ DUBY, 1990a, p. 8.

⁵²¹ DUBY, 1988.

procriação e ao mesmo tempo vigiar a sexualidade feminina⁵²². Postos diante desse conjunto de ideias díspares, muitas vezes conflitantes, e

Desejosos de conduzir os laicos ao bem, os bispos aperceberam-se de que o não lograriam inculcando a aversão pelo estado conjugal, e de que pelo contrário celebrando um tal estado, propondo-o como o quadro possível de uma existência virtuosa, atingiriam o seu objectivo. Para fortalecer os alicerces da sociedade secular, eles empenharam-se em moralizar o casamento.⁵²³

Ora, a almejada moralização do casamento buscava revesti-lo de um caráter inquebrável, para o que contribuiu a metáfora que colocava a mulher submissa ao homem tal como a Igreja a Cristo, reforçando o caráter permanente do enlace entre os cônjuges⁵²⁴. Contudo, não bastava exortar os nubentes a aceitar a impossibilidade de dissociação de seus corpos depois de concretizado o matrimônio: era necessário promover uma intervenção na própria execução do rito matrimonial.

A princípio pautado em tradições romanas e germânicas, o casamento dispensava qualquer intervenção civil e/ou religiosa acerca de sua validade⁵²⁵, situação que começou a mudar quando, a partir do século IX, a Igreja buscou impor a prática cristã àquelas uniões⁵²⁶. O ponto capital desse processo se deu, contudo, no século XII, com o início dos rituais litúrgicos em estreita observância ao impedimento dos noivos por seu grau de consanguinidade – a fim de evitar o incesto – e o livre consentimento entre as partes contraentes⁵²⁷. Exortando os reis a seguirem suas determinações, a Santa Sé fazia mais do que abençoar os nubentes: ela buscava controlar, autorizar, julgar e reger o mais importante dos atos sociais⁵²⁸.

A fim de alargar o vínculo de parentesco entre cônjuges, assim coibindo as uniões incestuosas, o Concílio de Roma – celebrado em 1058 – determinou o impedimento para uniões matrimoniais entre parentes ligados entre si até o sétimo grau de parentesco⁵²⁹. Porém, a abrangência excessiva desse interdito refletiu na quase impossibilidade de seu cumprimento, constatação que levou ao rebaixamento daquela proibição para o quarto grau de parentesco,

⁵²² DUBY, 1988, p. 22-25.

⁵²³ DUBY, 1988, p. 25.

⁵²⁴ DUBY, 1988, p. 22-23.

⁵²⁵ SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 127-128.

⁵²⁶ DUBY, 1990a, p. 18.

⁵²⁷ DUBY, 1990a, p. 18; SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 132.

⁵²⁸ BARTHELEMY, 1990, p. 132; DUBY, 1990a, p. 19; VENTURA, 1992, p. 214.

⁵²⁹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 150; BARTHELEMY, 1990, p. 141; DUBY, 1988, p. 29.

como decidido no ano de 1215 pelo IV Concílio de Latrão⁵³⁰ – determinação que foi adotada pelas leis civis no reino de Castela⁵³¹ e no de Portugal⁵³².

Ao mesmo tempo em que retirou os ritos matrimoniais da exclusiva esfera laica, a Igreja depositou esse sacramento nas mãos dos padres. De início estes estavam limitados a fazer cumprir as leis eclesiásticas, passando a atuar efetivamente como unificadores dos cônjuges no século XIII, enquanto responsáveis não apenas por impedir os enlaces incestuosos – procedendo a inquéritos acerca do grau de parentesco antes da celebração do rito matrimonial –, mas também por colher da voz dos nubentes as suas genuínas vontades de contrair os laços religiosos do casamento⁵³³. Nessa mesma centúria a premissa do livre consentimento podia ser observada nas legislações régias dos reinos de Castela⁵³⁴ e de Portugal – aqui, matéria do direito civil de Afonso II⁵³⁵ e registrada em diplomas de Afonso III⁵³⁶.

Em função do livre consentimento entre os cônjuges – medida que buscou livrar os contraentes das pressões exercidas pela parentela em prol do estabelecimento da união⁵³⁷ –, os enlaces estavam submetidos a marcos etários que demarcavam suas etapas. A partir dos sete anos – considerada a idade da razão –, os pais já podiam começar a estabelecer os acordos em torno do futuro enlace de sua prole⁵³⁸. Atingida a maturidade sexual, o que ocorria por volta dos doze e quatorze anos, respectivamente, para mulheres e homens, o casamento poderia ser efetivado⁵³⁹.

Para o caso de Portugal, o testamento de Sancho I representa um importante registro da concepção acerca das regras matrimoniais no reino. Tal como nas regras da Igreja, o rei apontava que deveria ser esperada a idade de doze anos para as mulheres e quatorze para os homens, a partir de quando estes já podiam ser procuradores, receber cavalaria, ocupar o trono e se casar, sendo, portanto, adultos plenamente capazes de tomar decisões. Quanto às fases para efetivação do casamento, o documento observa a seguinte ordem: pedido de casamento

⁵³⁰ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 150-151; BARTHELEMY, 1990, p. 141; DUBY, 1988, p. 29; VENTURA, 1992, p. 215.

⁵³¹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 151.

⁵³² VENTURA, 1992, p. 214.

⁵³³ BARTHELEMY, 1990, p. 138; DUBY, 1990a, p. 19; 23-24; SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 128-129.

⁵³⁴ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 132.

⁵³⁵ VENTURA, 2011, p. 111.

⁵³⁶ VENTURA, 1992, p. 214.

⁵³⁷ DUBY, 1990a, p. 17.

⁵³⁸ BARTHELEMY, 1990, p. 134; L'HERMITE-LECLERC, 1993, p. 289.

⁵³⁹ L'HERMITE-LECLERC, 1993, p. 289.

entre as partes; esponsais – troca dos compromissos tendo em vista a futura efetivação do enlace; por fim, as núpcias – condução da noiva para o noivo⁵⁴⁰.

Embora ratificado pela autoridade régia, esse conjunto de normativas eclesiásticas não foi prontamente adotado pela nobreza. O ideário nobiliárquico entendia o matrimônio enquanto meio pelo qual se reproduziam as alianças políticas e se mantinham as posses territoriais, por isso assumindo caráter de ato social elementar para a existência e perpetuação do grupo⁵⁴¹. Dessa maneira, alinhado à dinâmica do jogo político intrínseco às disputas do grupo nobiliárquico, o enlace matrimonial poderia ser desfeito caso não resultasse em prole ou caso uma nova união se mostrasse mais promissora que aquela anteriormente firmada⁵⁴².

Isto posto, temos um choque entre dois modelos opostos de casamento: o clerical, pautado no consentimento e na indissolubilidade sagrada da união conjugal, e o nobiliárquico, estabelecido por criaturas terrenas e voltado para amarrar suas fluidas alianças políticas e interesses de linhagem⁵⁴³. Para que se compreenda mais profundamente esse segundo modelo – no qual o infante D. Afonso se inseria –, será preciso dedicar atenção aos elementos definidores das estratégias matrimoniais entre a nobreza e, por consequência, ao lugar nelas ocupado pela mulher.

Como anteriormente analisado, a nobreza experimentou dois modelos de estruturação parental ao longo da Idade Média: o cognático e o agnático. Em cada um desses sistemas predominava um determinado regime matrimonial. No primeiro caso, houve a predominância da endogamia – isto é, os casamentos se davam entre parentes próximos –, prática que visava à estabilização de alianças políticas e ao reagrupamento de domínios territoriais previamente dispersos pela divisão igualitária das heranças⁵⁴⁴. Nesse cenário, a integração da mulher na herança de cargos, títulos e bens da parentela atribuída a ela um elevado valor enquanto elemento de troca, característica que fazia recaírem os cuidados da parentela larga – de ambos os ramos, paterno e materno – sobre o estabelecimento de seu enlace matrimonial⁵⁴⁵.

No caso do modelo agnático ou linhagístico o regime matrimonial preferencial era o exogâmico – isto é, os casamentos se davam fora do grau de parentesco proibido pela Igreja –, o que não excluiu por completo a endogamia, como veremos. Inserida nesse sistema de parentesco que privilegiava o primogênito em detrimento do restante da prole, a mulher

⁵⁴⁰ VENTURA, 2011, p. 110.

⁵⁴¹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 127-128; MATTOSO, 1995, p. 209-211; SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 130; VENTURA, 1992, p. 234.

⁵⁴² SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 130.

⁵⁴³ SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 130.

⁵⁴⁴ MATTOSO, 1985b, p. 108; SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 135.

⁵⁴⁵ MATTOSO, 1981, p. 396.

sofreu com a depreciação de seu estatuto político-econômico em favor do filho primeiro e herdeiro⁵⁴⁶. Essa desvalorização não resultou no abrandamento do controle sobre as estratégias nupciais femininas, mas sim em sua intensificação, sendo este controle exercido não mais pela parentela, mas pelo pai – o chefe da linhagem⁵⁴⁷.

A depreciação do estatuto econômico da mulher pode ser observada quando analisada a relação entre os conjuntos de posses que perpassavam os acordos nupciais. As arras eram os bens dados pelo esposo a sua consorte, funcionando como uma retribuição do grupo do homem àquele ao qual a mulher pertencia, em compensação pelo uso que o marido faria do corpo feminino, encontrando nele a utilidade procriadora⁵⁴⁸. Já o dote era o conjunto de posses oferecido pela esposa ao cônjuge, proveniente do recebimento antecipado da herança atribuída a ela por seu pai⁵⁴⁹.

No caso dos reinos de Portugal e Castela, as arras ocuparam espaço de primeira ordem no estabelecimento dos acordos matrimoniais nos séculos X e XI; a partir da centúria seguinte, o dote experimentou um incremento em sua importância, fato que coincide com o início da perda de importância social da figura feminina e o aumento de seu percentual demográfico⁵⁵⁰. Especificamente no caso castelhano, Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave apontam que o século XIII experimentou um equilíbrio entre esses dois aportes econômicos, a partir de quando aquele segundo passou a ser mais presente na documentação⁵⁵¹.

Destarte, é possível observar a grande influência que o domínio de bens por cada um dos noivos exercia sobre o estabelecimento de casamentos entre a nobreza, assim constatando-se a elevada importância que o elemento econômico tinha para as estratégias matrimoniais nobiliárquicas⁵⁵², ato social no qual a figura feminina atuava como via de transferência de posses entre os nobres. Recai sobre ela o olhar vigilante de seu pai, a fim de proteger o patrimônio da linhagem de perdas, podendo para isso recorrer a medidas como o impedimento das filhas de contrair bodas – enviando-as para conventos – ou sua deserdação, caso transgredissem o seu interdito⁵⁵³.

⁵⁴⁶ SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 136.

⁵⁴⁷ COELHO; VENTURA, 1986, p. 8; MATTOSO, 1985b, p. 113.

⁵⁴⁸ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 173-175; VENTURA, 1992, p. 201.

⁵⁴⁹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 184; DUBY, 1988, p. 72; VENTURA, 1992, p. 212.

⁵⁵⁰ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 175-176; MATTOSO, 1985b, p. 109.

⁵⁵¹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 184.

⁵⁵² BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 171; COELHO; VENTURA, 1986, p. 9.

⁵⁵³ COELHO; VENTURA, 1986, p. 9-10.

O chefe de linhagem poderia, contudo, optar por casar todas as suas filhas, com o propósito de estabelecer alianças políticas⁵⁵⁴. Uma vez tendo optado por essa via, era preciso que ele se precavesse para não comprometer os domínios territoriais a serem herdados por seu primogênito, para isso dotando a filha unicamente com um montante monetário⁵⁵⁵. Era preciso também proteger a estirpe das ganâncias daquele homem estranho, cuja autoridade sobre a esposa poderia se estender aos domínios territoriais da linhagem, para o queurgia garantir que, à morte do patriarca, os direitos do filho primeiro sobre as terras da irmã prevalecessem sobre os de seu marido⁵⁵⁶.

Em que pese a importância dos fatores patrimoniais, esse intrincado jogo de ponderações econômicas não pode ser visto como único determinante para o estabelecimento de enlases matrimoniais entre as linhagens nobiliárquicas, o que incorreria em eclipsar outro conjunto de valores inerentes à condição social da nobreza: o estatuto sócio-político. Como adverte Georges Duby:

O sistema simbólico no qual se moldavam a moral laica e as práticas do casamento não tinha por único fundamento valores materiais; a produção, o dinheiro, o mercado não constituíam a sua chave, tal como o fazem na nossa cultura. Os homens cujo estilo de casamento procuro apurar não raciocinavam antes de tudo em termos de interesses econômicos.⁵⁵⁷

Logo, ao lado das ponderações econômicas, as estratégias matrimoniais não deixaram de considerar os predicados sócio-políticos detidos pelas linhagens envolvidas. Nesse sentido, era preciso observar o estrato nobiliárquico e os atributos simbólicos – constituídos em torno do conceito de honra, como anteriormente analisado – detidos pelos ascendentes de cada um dos futuros cônjuges, a fim de obter as máximas vantagens do pretendido casamento.

A análise comparativa dos atributos sócio-políticos detidos por cada uma das linhagens interessadas na união de seus membros resultava em três categorias de matrimônios: os prestigiantes – em que uma das partes via o seu estatuto de poder ampliado pelos predicados da outra –, os igualitários – em que o equilíbrio de condições não implicava em alterações para o estatuto nobiliárquico das partes contraentes –, e os desprestigiantes – em que um lado da aliança não adquiria prestígio, mas cedia-o ao outro. Diante da possibilidade de estabelecer uma aliança político-matrimonial, os nobres optavam pelos enlases que lhes possibilitassem o ganho de prestígio para sua linhagem; contudo, cada estrato

⁵⁵⁴ BARTHELEMY, 1990, p. 129.

⁵⁵⁵ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 83.

⁵⁵⁶ DUBY, 1988, p. 77.

⁵⁵⁷ DUBY, 1988, p. 30.

nobiliárquico tinha orientações preferenciais de matrimônio, que variavam conforme sua posição na escala social e as estratégias preferidas por cada linhagem. Vejamos.

Assente no cume da escala social, a linhagem régia era detentora do mais elevado estatuto sócio-político, não existindo assim casamento que pudesse acrescentar predicados que já não possuísse. Dessa maneira, os reis buscavam casar seus descendentes com grupos de similar prestígio – isto é, a prole de outro monarca –, comportamento que, como analisado por Isabel Beceiro Pita e Ricardo Córdoba de la Llave, implicava a esse grupo a rede matrimonial geograficamente mais extensa, podendo cobrir todo o Ocidente Medieval⁵⁵⁸ – interpretação corroborada pelos casos dos enlaces de infantas portuguesas em Flandres e na Dinamarca⁵⁵⁹.

Justamente pelo mais elevado estatuto sócio-político atribuído pelo sangue real aos seus portadores, os membros da linhagem régia detinham insuperáveis predicados matrimoniais, que faziam deles importantes peças nas estratégias políticas dos monarcas, em especial quando observados os casos dos casamentos entre infantas ou bastardas régias e membros da nobreza⁵⁶⁰. Diante dessa dinâmica régio-nobiliárquica, é importante frisar que, como apontado por Georges Duby:

O rei, os grandes príncipes feudais, reapertaram o vínculo de amizade vassálica distribuindo esposas aos mais dedicados dos seus fiéis: o casamento foi instrumento de alianças. Ele foi sobretudo instrumento de implantações: tomando mulher, dela se apoderando ou recebendo-a do seu senhor, alguns dos cavaleiros conseguiram sair do estado doméstico, abandonaram a casa de um patrão para fundar a sua.⁵⁶¹

Diante do trecho supracitado, temos que a mulher de grupo nobiliárquico superior detinha a capacidade de enobrecer o homem socialmente inferior por via do enlace matrimonial, interessando a seu marido esta possibilidade de ascensão social⁵⁶². Da perspectiva do chefe de linhagem que entregava sua filha ao desprestigiado nobre, não estava aquele fazendo um favor a este, mas atrelando-o a uma condição de serviço, como faz notar Dominique Barthélemy, que acrescenta: “A circulação das mulheres de alto para baixo da escala acarreta o fortalecimento compensador de prestações de serviços. Cadeias de

⁵⁵⁸ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 144.

⁵⁵⁹ D. Teresa, filha de Afonso Henriques, se casou com Filipe de Alsácia, conde de Flandres (HGCRP, t. I, p. 73); D. Berenguela, filha de Sancho I, e D. Leonor, filha de Afonso II, se casaram respectivamente com Valdemar II da Dinamarca e Valdemar III, seu filho (HGCRP, t. I, p. 125; 143).

⁵⁶⁰ MATTOSO, 1985b, p. 106.

⁵⁶¹ DUBY, 1988, p. 71-72.

⁵⁶² VENTURA, 1992, p. 228.

obrigações, freqüentemente conjuntas às da vassalagem, unem assim os diferentes estratos da aristocracia”⁵⁶³.

Os ricos-homens buscavam casamentos prestigiantes que os ligassem ao sangue régio, marcadamente com as bastardas régias⁵⁶⁴. Considerando a pouca disponibilidade para essa modalidade de aliança matrimonial, a alta nobreza buscava núpcias fundamentalmente com integrantes do mesmo estrato nobiliárquico – almejando preservar seu estatuto sócio-político –, aderindo a uniões desprestigiantes com a média nobreza somente depois de esgotadas as possibilidades de vinculação no seio de seu próprio grupo⁵⁶⁵. Dentre os fatores que favoreciam matrimônios com linhagens de condição social inferior, dois merecem destaque: o geográfico e o de afinidade política.

Depois da linhagem régia, a alta nobreza era o grupo social com mais amplo raio geográfico de buscas matrimoniais, fator que estava condicionado à procura por pretendentes de igual estatuto social. Contudo, a predileção por esse equilíbrio poderia ser ameaçada pela posição geograficamente distante das posses territoriais das partes contraentes, o que prejudicava o interesse nobiliárquico em ampliar seus domínios territoriais a partir do ponto de implantação de seus senhorios. Dessa maneira, o interesse pela ampliação da posse de terras poderia impelir o chefe de linhagem a estabelecer alianças matrimoniais socialmente desprestigiantes com a nobreza média⁵⁶⁶.

Os nobres também poderiam repelir um possível casamento em condição de igualdade quando as partes contraentes ocupavam posições diametralmente opostas no espaço das disputas nobiliárquicas⁵⁶⁷, o que fazia da afinidade política um importante elemento definidor destas alianças. Contudo, não se pode deixar de salientar que o enlace matrimonial também atuava como ato social pacificador, sendo uma via para o estabelecimento de entendimento entre linhagens rivais, a partir da união entre dois de seus representantes⁵⁶⁸ – como se verá para o caso das trocas nupciais entre a prole de D. Dinis e a de Sancho IV.

Essa conjuntura de fatores de ordem econômica e sócio-política, somada ao imperativo de contrair enlaces matrimoniais no interior do mesmo estrato nobiliárquico, levava os nobres a adotar o regime matrimonial de circulação de mulheres – pautado em trocas sistemáticas entre as linhagens do mesmo grupo –, evitando assim o regime endogâmico e as conseqüentes sanções eclesiásticas. Contudo, diante da escassez de candidatos ao casamento, acabava-se

⁵⁶³ BARTHÉLEMY, 1990, p. 129.

⁵⁶⁴ BARTHÉLEMY, 1990, p. 129; MATTOSO, 1985b, p. 106; 1995, I, p. 213.

⁵⁶⁵ MATTOSO, 1995, I, p. 212-213.

⁵⁶⁶ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 144.

⁵⁶⁷ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 146.

⁵⁶⁸ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 146.

por assumir os riscos da endogamia, pois mais importante do que a regra negativa da Igreja era contrair matrimônio no interior do próprio grupo⁵⁶⁹.

É preciso questionar, contudo, o quanto a moral sacerdotal foi capaz de inibir os enlaces matrimoniais incestuosos entre a nobreza. Ora, não se deve deixar iludir por um pretenso domínio da lei – esta capa protetora das transgressões⁵⁷⁰ – sobre a prática dos nobres, como notam Bernardo Vasconcelos de Sousa e José Augusto Pizarro:

A Igreja dispunha assim de capacidade para intervir no fazer ou desfazer de alianças estabelecidas por via do casamento, tendo uma palavra decisiva na prossecução das estratégias familiares da nobreza. E se é verdade que podia anular matrimónios sobre os quais recaíssem impedimentos de parentesco ou outros (a loucura de um dos cônjuges, por exemplo), também não é menos verdade que o papa possuía a faculdade de conceder dispensas àqueles cujo parentesco, à partida, os impedisse de casar.⁵⁷¹

Era justamente a essa faculdade papal que recorriam os transgressores dos ditames da Igreja. Já tivemos oportunidade de tratar dos esforços de Afonso III para ter seu casamento com D. Beatriz validado pela Igreja, caso que indica a maleabilidade das determinações eclesiásticas, de acordo com a benevolência ou os interesses papais. O reconhecimento de matrimônios incestuosos não era, contudo, exclusividade dos reis. No contexto da governança do Bolonhês, membros da nobreza obtiveram as mesmas dispensas quando auxiliados por clérigos de sua parentela, que intercederam junto ao papado a favor dos anseios de seus parentes faltosos⁵⁷².

O esforço da nobreza em obter as dispensas papais deve ser compreendido sob a perspectiva do quão cara era a condição da legitimidade matrimonial para o estatuto nobiliárquico, uma vez que a prole advinda de um matrimônio incestuoso carregava o estigma da ilegitimidade, sendo assim impedidos de exercer seus direitos de legítimos herdeiros⁵⁷³;

⁵⁶⁹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 143; 148-149; MATTOSO, 1985b, p. 104-108; 1995, I, p. 215-216.

⁵⁷⁰ A existência de normativas eclesiásticas que regulavam o casamento e sua aceitação e inclusão nas determinações legais régias são fatores que não devem ser encarados enquanto medidas de imposição legal válidas a todos os atores sociais, sendo sua transgressão aberta a uns – marcadamente quando se tratava da alta nobreza – e menos a outros. Como faz notar Georges Duby: "Nunca nos esqueçamos que toda a sentença da lei ou da moral constitui um elemento entre outros de uma construção ideológica edificada para justificar certas acções e para, em certa medida, as dissimular, que, por baixo dessa capa onde a boa consciência se resguarda, toda regra é mais ou menos transgredida [...]" (DUBY, 1990a, p. 9).

⁵⁷¹ SOUSA; PIZARRO, 2011, p. 130.

⁵⁷² VENTURA, 1992, p. 217-222.

⁵⁷³ VENTURA, 1992, p. 223.

como apontado por Gama Barros, “Só era reconhecido como infância o filho de infância e de sua mulher legítima”⁵⁷⁴.

É preciso lembrar que o sangue constituía o meio pelo qual a nobreza transmitia seus domínios territoriais, prestígio e cargos. Um casamento incestuoso e uma prole ilegítima implicavam na impossibilidade de exercer essas prerrogativas de herança, conquistadas pela nobreza ao longo de sua formação e que alicerçavam sua existência enquanto classe social. O matrimônio irregular ameaçava a própria existência da linhagem, manchando a honra de seus membros e podendo, em última instância, implicar em sua extinção, pela carência de descendentes aptos a carregar a fortuna e a honra de seus predecessores.

Nem todos os nobres em condição matrimonial irregular tinham o privilégio de possuir relações consanguíneas com clérigos e, assim, colher as benesses de uma intercessão junto ao Santo Padre que tornasse possível a perpetuação da linhagem. Nesse caso, podiam apelar para o próprio rei. Como apontado por Leontina Ventura e João da Cunha Matos, no tempo de Afonso III passou a competir ao rei, enquanto juiz supremo do reino, conceder cartas de legitimação aos filhos, tornando-os aptos a gozar de todos os seus direitos de herdeiros de bens materiais e sociais⁵⁷⁵.

Esse domínio imperfeito da normativa canônica – marcadamente para os altos estratos sociais – era igualmente constatado quando observada a questão do consentimento dos nubentes. Como acima ficou demonstrado, o estabelecimento de um vínculo matrimonial entre nobres era transpassado por uma multiplicidade de variantes a serem consideradas antes que a aliança fosse firmada, complexidade essa que acabava por impulsionar os chefes de linhagem a estabelecer acordos matrimoniais para seus descendentes quando estes ainda estavam em tenra idade⁵⁷⁶.

Assim sendo, o enlace do casal era determinado a partir das estratégias estabelecidas pelo pai para a sua linhagem, fator que vedava quase completamente a possibilidade de escolha individual⁵⁷⁷, marcadamente às mulheres, pois eram casadas em idade inferior à dos homens⁵⁷⁸. Nesse ponto, e tendo em vista as idades núbeis defendidas pela Igreja, faz-se pertinente o questionamento de Paulette L’Hermite-Leclerc: “Uma rapariga noiva aos sete anos e casada aos doze saberá aquilo que faz?”⁵⁷⁹.

⁵⁷⁴ BARROS, t. II, 1945, p. 360.

⁵⁷⁵ VENTURA; MATOS, 2013, p. 240-242.

⁵⁷⁶ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 148.

⁵⁷⁷ VENTURA, 2011, p. 114.

⁵⁷⁸ BARTHÉLEMY, 1990, p. 131; BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 129; DUBY, 1988, p. 121.

⁵⁷⁹ L’HERMITE-LECLERC, 1993, p. 290.

Provocativa, a questão chama atenção para a ausência de liberdade aos sete ou oito anos, aumentando esta entre os quatorze e dezoito anos, mas somente aos vinte e cinco sendo desatrelada do consentimento paterno⁵⁸⁰. Portanto, as estratégias matrimoniais da nobreza sobrepunham-se à livre escolha dos cônjuges – sobremaneira à das mulheres, sobre quem as pressões tinham maior peso desde o cume à base da escala social⁵⁸¹ –, e que era motivada pela função social central que o casamento assumia na estruturação da sociedade medieval, marcadamente da nobreza. O matrimônio era matéria séria, isto é, decidida por homens: o pai, o marido, o papa⁵⁸².

3.3 O matrimônio do infante D. Afonso: datação, descendência e legitimidade

Apresentadas as normativas eclesiásticas e estratégias nobiliárquicas que regulavam o estabelecimento das alianças matrimoniais, tomaremos todo esse conjunto de pressupostos teóricos como ferramenta analítica que, aplicada ao caso específico do casamento entre D. Afonso e D. Violante, nos possibilitará desenvolver neste item o debate em torno da datação e legitimidade desse enlace.

3.3.1. O casamento de D. Afonso com D. Violante: datação e prole

Os documentos de que dispomos silenciam completamente sobre o casamento entre o infante D. Afonso e D. Violante Manuel – filha do infante D. Manuel de Castela. Data, local, condições e termos, os presentes, todas essas informações nos são vedadas. Essa condição, certamente adversa, não deve, contudo, se elevar como condição absoluta que impeça tentativas de oferecer conjecturas possíveis de preencher esse vácuo documental. E não é essa uma função daquele que se pretende historiador? O que fazemos senão encaixar fragmentos de tempo e, quando o Tempo nos prega uma peça de mau gosto, ao esconder algumas de suas partes, usar nossa percepção para preencher aquelas lacunas com as melhores hipóteses possíveis?

A historiografia medieval portuguesa não dedicou muitas linhas à problemática em questão. Contudo, essa pouca atenção não impediu que fossem lançados ao menos dois possíveis marcos temporais para a ocorrência do matrimônio de D. Afonso e D. Violante. A

⁵⁸⁰ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 130.

⁵⁸¹ BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 129.

⁵⁸² DUBY, 1990a, p. 33; VENTURA, 1992, p. 205.

primeira possibilidade aponta a aliança como ocorrida no reinado de Afonso III; a segunda, no de D. Dinis, sendo que cada hipótese conta com o apoio de cronistas e historiadores contemporâneos para se sustentar. Vejamos.

Os cronistas Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão, que fomentam a possibilidade do casamento de D. Afonso ter ocorrido ainda no reinado de seu pai, não fazem mais do que apontar a ocorrência, sem oferecer qualquer documento que sustente essa hipótese⁵⁸³. Tem-se tão somente a indicação de que o enlace teria ocorrido no reinado de Afonso III, o que significa dizer: entre os anos de 1263 – ano de nascimento do secundogênito – e 1279 – ano em que morreu o rei português. Recorte por demais impreciso, certamente.

O historiador que primeiro avançou no sentido de apresentar uma datação mais precisa para aquele matrimônio foi o medievalista frei Fernando Félix Lopes, que, relacionando os dados das doações feitas por Afonso III ao filho ao contexto das relações luso-castelhanas, afirma:

Parece que foi o pai quem casou o Infante D. Afonso. A data não consta, mas a doação de terras e dinheiros em 1271 e 1272 faz pensar que por então se andaria a pôr-lhe a casa para o contrato de casamento. E a sua pouca idade – tinha apenas 9 anos – nada implica no caso, sabendo-se que os contratos de casamento os faziam os pais frequentemente para os filhos crianças.⁵⁸⁴

A argumentação proposta por Fernando Félix Lopes encontra um forte respaldo quando cruzadas as datas das outorgas feitas por Afonso III ao seu secundogênito – a lembrar: Marvão, Portalegre e Arronches em 1271, Vide em 1273 e Lourinhã em 1278 – e a idade de D. Afonso em cada um desses momentos – respectivamente oito, dez e quinze anos –, períodos estes que coincidiam com os marcos temporais estabelecidos pela Igreja para a união de nubentes no século XIII. Assim, acrescentando elementos analíticos ao entendimento supracitado de Fernando Félix Lopes, temos que a primeira e a segunda outorga poderiam sinalizar o princípio de um possível acordo matrimonial, ainda em fase de esponsais, supostamente efetivado à altura da última doação, quando ele estaria apto a confirmar o casamento.

Admitimos que essa hipótese foi fortemente considerada em determinado estágio da corrente pesquisa, e aqui a registramos tendo em vista o enriquecimento do debate em torno da questão. Contudo, essa ideia não se sustenta quando colocada frente às fontes, pois um

⁵⁸³ Cr.DD, p.185; Cr.RP, p. 110.

⁵⁸⁴ LOPES, 1997, p. 199.

documento datado de quatorze de setembro de 1278⁵⁸⁵, o qual trata da posse de um herdamento entre o infante D. Afonso e a Ordem de Avis, traz de maneira expressa que aquele acordo não pode ser embargado por filhos, filhas, netos, netas ou mulher, se a houver – friso: *se a houver*. Ao fazer o emprego dessas palavras, o documento lança para o futuro a possibilidade de o nobre português se casar, demarcando que até então não o havia feito.

Logo, segundo a leitura do documento, cinco meses antes da morte de seu pai – em fevereiro de 1279 – D. Afonso não havia contraído matrimônio com D. Violante, testemunho que desacredita as argumentações até aqui expostas acerca de uma possível ocorrência desse fato ainda no reinado de Afonso III, tendo em vista que nenhum documento ou fator histórico sustenta a datação desse enlace até o falecimento do rei. Admitida essa interpretação, a união entre o infante e a dona castelhana deve ser buscada no âmbito do reino de D. Dinis.

Novamente, partiu da cronística medieval o entendimento de que o casamento entre D. Afonso e D. Violante teria ocorrido no reinado do irmão do infante, uma vez que foi Fernão Lopes quem levantou essa possibilidade, quando, tratando das ações de D. Dinis, afirmou: “E ele casou seus filhos mui nobremente, como adiante olvides. E casou seu irmão o infante D. Afonso com D. Violante, filha de D. Manuel, corregedor da Múrcia [...]”⁵⁸⁶. Contudo, assim como os cronistas que defendiam a ocorrência desse matrimônio no reinado de Afonso III, Fernão Lopes não lança mão de documentação que sustente sua interpretação.

Dentre os historiadores contemporâneos, dois são os que defendem o ano de 1281 para a ocorrência do casamento do português com a castelhana. O primeiro deles, Filgueiras Soares, sustenta sua hipótese tomando por base os documentos de outorga dos senhorios ao infante D. Afonso, que não registram a existência de enlace matrimonial ou prole⁵⁸⁷. O segundo, José Augusto Pizarro, recorre a outras fontes: “D. Afonso tinha casado, creio que por volta de 1281 – talvez por ocasião do seu exílio em Sevilha após o primeiro confronto com o irmão –, com D. Violante Manuel, senhora de Elda e Novelda e filha do infante D. Manuel”⁵⁸⁸. Para sustentar essa hipótese, o autor recorre às cartas trocadas entre D. Dinis e Pedro III de Aragão - tio de D. Violante – no contexto do cerco a Vide, em 1281, chamando atenção para o fato de que em nenhum momento essa documentação demonstra um vínculo de

⁵⁸⁵ Ch.AfIII, doc. 736; OACSB, mç. 2, doc. 87.

⁵⁸⁶ Cr.SPRP, 1952, p. 5.

⁵⁸⁷ SOARES, 1962, p. 32; 33. Em adendo explicativo (SOARES, 1962, p. 33, nota 29), esse autor comete o equívoco de registrar o ano de 1297 para o conjunto documental usado por ele para embasar sua teoria acerca do casamento do infante D. Afonso e de D. Violante. Corrigimo-lo: os documentos são, na verdade, aqueles mesmos a que recorremos para comprovar as doações de Marvão, Portalegre, Arronches, Vide e Lourinhã, portanto, expedidos entre 1271 e 1278.

⁵⁸⁸ PIZARRO, 2008, p. 285.

parentesco entre o infante e o monarca aragonês. Assim, ante a ausência de tal elo, o autor sustenta a inexistência do vínculo matrimonial à altura daquele conflito⁵⁸⁹.

O peso da documentação apontada por José Augusto Pizarro não pode ser descartado. Em um contexto histórico em que os vínculos sanguíneos eram um importante fator de coerção social, seria plausível que Pedro III evidenciasse seu grau de parentesco com D. Violante – e, por consequência, com D. Afonso –, ainda mais se considerado o clamor por um entendimento e pela pacificação das relações entre o infante e o rei D. Dinis. Contudo, e embora se concorde com a interpretação do medievalista português acerca dessa documentação, a consideração de outros documentos contribui para a não aceitação do ano de 1281 como marco para a realização do casamento em debate.

Assim procedendo, recorreremos ao testamento do infante D. Manuel, que, por seu conteúdo e forma, oferece essencial contributo para a problemática que agora nos exige atenção. Registra o documento:

Mando a D. Violante, minha filha e da infanta D. Constança, que tenha Elda e Novelda com todas suas rendas e com todos seus direitos e com todos seus pertences e com seus castelos por juro de herdade por todo o sempre, e com isto a faço herdeira e dou-lhe de maneira que ela e todos aqueles que dela vierem, que estes lugares houverem de herdar [...] E se por ventura minha filha D. Violante e os que dela viessem que herdassem estes lugares os quisessem vender [...].⁵⁹⁰

Por esse documento, datado de finais de dezembro de 1283⁵⁹¹, o infante D. Manuel deixava a D. Violante os castelos e as rendas de Elda e Novelda, a título de posse hereditária; tal condição possibilitava a transmissão desses bens aos que dela descendessem. Este é o ponto a se atentar: ao empregar os verbos *vierem* e *houverem*, lançava para o futuro uma suposta prole que pudesse ser beneficiada por aquela herança, ou seja, até aquele momento D. Violante não era mãe. Das disposições testamentárias igualmente está ausente qualquer referência ao casamento de D. Violante com o infante D. Afonso, fosse enquanto ato efetivado ou em vias de negociação.

Outro fator inerente ao testamento de D. Manuel ainda pode ser chamado a comprovar que, em 1283, D. Violante não havia contraído casamento e sequer haveria conversações

⁵⁸⁹ PIZARRO, 2008, p. 109.

⁵⁹⁰ “Mando a donna Violante, mia fija et de la infante donna Costança, que aya Elda et Nouelda con todas sus rendas et con todos sus derechos et con todas sus pertenencias et con sus castiellos por juro de herdat pora siempre jamas, et en esto la fago heredera et dagelo en tal manera que ella et todos aquellos que della uenieren que estos logares ouieren de herdar [...] Et si por aventura mia fija donna Yolante et los que della uiniessen que herdasen estos logares los quisiessen uender [...]” (TORRES FONTES, 1981, p. 17).

⁵⁹¹ TORRES FONTES, 1981, p. 16.

acerca de um enlace. Trata-se do silêncio acerca de qualquer intenção de dotação de sua filha como contributo para uma união matrimonial, diferentemente da atitude do infante castelhano em relação a Blanca, sua filha bastarda, que recebeu dez mil maravedis do pai para seu casamento, como registra o documento: “[...] e a Branca, mia filha, para seu casamento, dez mil maravedis [...]”⁵⁹².

Admitidas essas interpretações, temos que até o ano de 1283 o infante D. Afonso não estava casado com D. Violante Manuel; o enlace deve ter ocorrido em 1284, possivelmente em maio – considerando que, como aponta Leontina Ventura, o matrimônio e a investidura da cavalaria eram estreitamente ligados e ocorriam nesse mês⁵⁹³. Para esse entendimento contribui a presença da rainha D. Beatriz no reino de Castela, onde se encontrava a fim de auxiliar o rei Alfonso X em meio ao conflito com o infante Sancho e parte da nobreza – como atrás abordamos –, podendo ter aproveitado sua posição para desenhar uma vantajosa aliança para seu filho.

Não basta, contudo, que tão somente indiquemos a possibilidade do casamento em questão ter ocorrido em 1284, sem oferecer maiores contributos que sustentem essa hipótese. Para isso, será necessário avançar na abordagem dos filhos fruto desta união, para, a partir da possível cronologia de nascimento desses rebentos, corroborar a ideia por nós lançada. Assim, temos que o único varão do casal foi D. Afonso, que tinha a seu lado quatro irmãs: D. Isabel, D. Maria, D. Constança e D. Beatriz⁵⁹⁴. Escapam aos registros documentais as datas destes nascimentos. Para o caso de D. Constança, contudo, é possível apontar o momento aproximado de nascimento a partir do estudo de sua arca tumular.

Depositado ainda hoje na Sé de Lisboa, o túmulo tem 1,32 m de comprimento, 0,58 m de largura e 0,60 m de altura⁵⁹⁵. Sobre seu tampo descansa a escultura de uma figura feminina eternamente a ler um livro, em cuja pedra se gravou: MISeRERE / MeI DEUS / SeCunDuM : M / AGNAM / MIsericordiAM : TU / AM : ET : / SeCunDuM : M / ULTITUDI / NEM : MIS / ERATiONUm⁵⁹⁶. Nas laterais da arca e na pequena almofada sobre a qual se apoia a cabeça da estátua estão gravados os brasões da Casa Real portuguesa e da Casa dos Manuéis⁵⁹⁷. Quando aberto, em 1904, o monumento abrigava os ossos e um vestido que indicavam que ali jazia uma criança de cerca de oito anos⁵⁹⁸.

⁵⁹² “[...] et a Blanca, mia fija, para su casamiento, diez mill maravedis [...]” TORRES FONTES, 1981, p. 19.

⁵⁹³ VENTURA, 1992, p. 202.

⁵⁹⁴ HGCRP, t. I, p. 189-191.

⁵⁹⁵ SOARES, 1962, p. 29.

⁵⁹⁶ BARROCA, 2000, v. II, p. 1134.

⁵⁹⁷ As imagens dessa arca tumular seguem inseridas nas duas páginas seguintes.

⁵⁹⁸ FERNANDES, 2001, p. 65.

Os debates gerados pelo desconhecimento da identidade daqueles restos mortais levantaram um rol de possibilidades⁵⁹⁹, atualmente sendo aceita a solução proposta por Filgueiras Soares⁶⁰⁰. Partindo da heráldica, esse autor afirma que os brasões da Casa Real portuguesa e da dos Manuéis indicam que o túmulo abrigava um membro da união dessas duas linhagens, fator que abria duas possibilidades: D. Maria, filha de Pedro I e Constança Manuel – hipótese descartada por ele –, restando D. Constança, filha de D. Afonso e D. Violante Manuel⁶⁰¹. Cabe aprofundar o debate em torno dessa hipótese antes que a aceitemos.

A primeira questão a ser levantada refere-se à presença do brasão da Casa Real portuguesa no sepulcro, ao invés do de D. Afonso⁶⁰², problemática que pode ser solucionada considerando que o símbolo do poder régio de Portugal figurava na arca tumular como indicativo de pertença a um membro da linhagem real⁶⁰³, sem o intuito de manter fidelidade ao tronco linhagístico secundário ao qual pertenceu. Essa presunção encontra respaldo na ideia, lançada por Carla Varela Fernandes, de que esta arca tumular foi construída no reinado de Afonso IV, em substituição a um anterior sepulcro provisório⁶⁰⁴.

Passemos agora a uma segunda questão que exige maior acuidade: a idade de óbito da defunta. Sem indicar precisamente de onde retirou a data, Filgueira Soares afirma que ela teria morrido em 1298⁶⁰⁵. Em desacordo com esse dado, Luís Gonzaga de Lancastre e Távora⁶⁰⁶ recorreu à *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* para situar o falecimento de D. Constança no ano de 1296, mas acabou por incorrer em um erro de interpretação. Vejamos.

⁵⁹⁹ Para um debate bibliográfico em torno da questão, veja: FERNANDES, 2001, p. 61-72.

⁶⁰⁰ SOARES, 1962, p. 29-33. Esse estudo foi aceito e aprofundado por TÁVORA (1982, p. 14-21), encontrando respaldo em autores como BARROCA (2000, v. II, p. 1134-1138) e FERNANDES (2001, p. 61-72).

⁶⁰¹ SOARES, 1962, p. 32.

⁶⁰² Veja: *supra*, p. 156.

⁶⁰³ SOARES, 1962, p. 33.

⁶⁰⁴ FERNANDES, 2001, p. 66-72.

⁶⁰⁵ SOARES, 1962, p. 32. Não sabemos explicar o motivo da discrepância entre a data de 1298, apresentada por esse autor, e a de 1296, que consta na obra de Caetano de Sousa a que ele recorre (HGCRP, t. I, p. 191).

⁶⁰⁶ TÁVORA, 1982, p. 20.

FOTOGRAFIA I – TÚMULO DE D. CONSTANÇA: BRASÕES LATERAIS



FONTE: O autor (2015)

FOTOGRAFIA II – TÚMULO DE D. CONSTANÇA: BRASÃO DA CASA REAL PORTUGUESA



FONTE: O autor (2015)

FOTOGRAFIA III – TÚMULO DE D. CONSTANÇA: BRASÃO DA CASA DOS MANUÉIS



FONTE: O autor (2015)

FOTOGRAFIA IV – TÚMULO DE D. CONSTANÇA: O MISERERE



FONTE: O autor (2015)

António Caetano de Sousa, tratando do casamento de D. Constança com Nuño Gonzalez de Lara, afirma: “D. Constança, casou com Nuno Gonçalves de Lara, Alferes mór delRey D. Fernando IV. Rico-homem: faleceu no anno de 1296. e desta esclarecida união não houve filhos”⁶⁰⁷. Ora, não foi ela quem morreu na data citada, mas seu enfermo esposo, fato que se comprova quando observada a obra de Salazar y Castro⁶⁰⁸, fonte da qual o genealogista português retirou aquela informação. Esse não foi, contudo, o único equívoco desses autores.

Tanto Filgueiras Soares⁶⁰⁹ quanto Lancastre e Távora⁶¹⁰ consideram que D. Constança teria sido a quarta filha de D. Afonso e D. Violante, afirmação pautada na ordem de nascimento dos filhos do casal proposta por Caetano de Sousa: D. Afonso, D. Isabel, D. Maria, D. Constança e D. Brites⁶¹¹. Contudo, não existe qualquer suporte documental que sustente essa sequência proposta pelo genealogista. O fato de D. Afonso aparecer como primogênito nada nos diz, haja vista que as compilações genealógicas incorporavam a primazia da orientação masculina sobre a feminina, privilegiando o registro dos filhos em detrimento do das filhas. A posição de suas irmãs é mais espinhosa.

Sobre D. Isabel pesa forte indício de primogenitura. Embora Francisco Brandão tenha salvaguardado que não se pode comprovar qual a ordem de nascimento das filhas do infante D. Afonso⁶¹², pouco depois ele afirma que D. Isabel era a mais velha, fato que inferiu tendo em conta que foi ela quem tomou a frente e buscou herdar os bens de seu pai após a morte dele, para o que recorreu à justiça régia⁶¹³. Observados os documentos da disputa judicial entre D. Dinis e sua sobrinha, lê-se: “Fernam Uaasquiz de Sintra homem de doña Jsabel filha do jnffante don Affonso jrmaao do dicto rey mostrou hũa procuraçom da dicta doña Jsabel filha mayor do dicto jnffante [...]”⁶¹⁴.

A primogenitura de D. Isabel não deve ser, contudo, aceita de pronto. Causa certa estranheza que o documento não trate a filha de D. Afonso como *primogênita*, mas como *filha maior*. Poderia ter sido ela efetivamente a primeira a nascer do enlace entre o infante português e a dona castelhana. Mas não deve ser descartada a possibilidade de que a expressão registrada naquela procuração quisesse indicar que D. Isabel era a mais velha dentre as vivas, haja vista que em 1315 – ano inicial do litígio – D. Afonso e D. Constança já

⁶⁰⁷ HGCRP, t. I, p. 191.

⁶⁰⁸ HGCL, t. III, p. 187.

⁶⁰⁹ SOARES, 1962, p. 32.

⁶¹⁰ TÁVORA, 1982, p. 19-20.

⁶¹¹ HGCRP, t. I, p. 189-191.

⁶¹² ML, V, f. 181.

⁶¹³ ML, V, f. 182.

⁶¹⁴ LLRDD, p. 201.

estavam mortos, considerando que seus nomes não aparecem em nenhum dos registros chancelares do processo de disputa pela herança do infante⁶¹⁵.

Assim, é tomando a data de 1281 para o casamento de D. Afonso e D. Violante, a de 1296 para a morte de D. Constança, e sua condição de quarta filha do casal, que Filgueira Soares defende que ela tenha nascido após 1286 e morrido em 1298, com idade aproximada entre oito e doze anos⁶¹⁶; Lancastre e Távora sustenta que a nobre teria nascido entre 1285 e 1289 e falecido em 1296, entre os sete e onze anos de idade⁶¹⁷.

Para compreender as balizas temporais apontadas por esses dois autores para o nascimento de D. Constança é preciso observar o seu casamento com D. Nuño Gonzalez de Lara em relação às leis canônicas que regiam os enlaces matrimoniais. Filgueiras Soares considera que a ausência de descendentes do casal indica que ela teria se casado com oito anos, mas sua morte, com cerca de doze anos, a teria impedido de consumir o casamento⁶¹⁸. A partir desse raciocínio, temos que D. Constança teria nascido após 1286, se casado depois de 1294 e morrido em 1298, aos doze anos. Seguindo o mesmo caminho, Lancastre e Távora afirma:

De modo que, ao morrer em 1296, D. Constança poderia, de facto, ter perto de oito anos de idade. Quanto a ter chegado a ser casada com o conhecido alferes-mor de Fernando IV, nada significa. O ter estado casada pode apenas querer dizer que teve o seu casamento ajustado ou, até, que este chegou a ser abençoado pela Igreja sem, todavia, se ter chegado a consumir, por a desposada ter falecido antes de atingir a idade núbil.⁶¹⁹

Da proposta de Lancastre e Távora, entende-se que D. Constança teria nascido entre 1285 e 1289, intervalo temporal que possibilita que em 1296 ela tivesse contraído esponsais com D. Nuño Gonzalez de Lara, mas sua morte teria impedido a consumação do enlace.

Desenvolvido esse debate e apontados os devidos equívocos, aceitaremos a identificação de D. Constança para os restos mortais que repousavam na referida arca tumular e também a delimitação de seu nascimento entre os anos de 1285 e 1289. Contudo, o fazemos por meio de premissas ligeiramente distintas das dos autores supracitados.

É importante salientar que nossa hipótese se pauta em três pressupostos centrais: a adoção de princípios do ano de 1284 como marco temporal para o casamento do infante D. Afonso com D. Violante; os esponsais não efetivados entre D. Constança e D. Nuño Gonzalez

⁶¹⁵ LLRDD, p. 201-234.

⁶¹⁶ SOARES, 1962, p. 32.

⁶¹⁷ TÁVORA, 1982, p. 20.

⁶¹⁸ SOARES, 1962, p. 32-33.

⁶¹⁹ TÁVORA, 1982, p. 20.

de Lara, considerando as idades nupciais aceitas como balizas regulatórias para os matrimônios; a morte do nobre castelhano no ano de 1296; e o falecimento da nobre portuguesa entre os oito e onze ou doze anos de idade. Apresentados esses requisitos analíticos, passamos à apresentação de nossas conjecturas.

Se nascida em 1285, D. Constança teria sido a primeira filha do casal – haja vista que não existem indícios documentais que vedem essa possibilidade. Se assim o fosse, em 1292 ocorreram os esponsais entre ela e D. Nuño, embora o casamento não tenha sido consumado, ou pela morte da nobre portuguesa antes dos doze anos de idade, isto é entre aquele ano e 1296, ou pela morte do rico-homem castelhano, nessa mesma data.

Por outra via, caso se considere D. Constança como a quarta filha de D. Afonso e D. Violante, ela teria nascido em 1288, tempo curto, mas certamente suficiente para que ela fosse precedida por três irmãos⁶²⁰. Admitindo essa interpretação, seu enlace com o nobre da linhagem de Lara poderia ser estabelecido a partir de 1295 – quando ela teria sete anos de idade –, sem que o vínculo matrimonial tenha se concretizado pela morte do esposo no ano seguinte. Nesse caso, D. Constança não tardaria a ter o mesmo fim.

Diante do debate desenvolvido em torno dos nascimentos dos filhos de D. Afonso e D. Violante – em especial no que toca a D. Constança –, pode-se afirmar que em 1285 o casal já possuía um descendente, constatação que, somada à inexistência do enlace entre o infante português e a dona castelhana até finais do ano de 1283, oferece elementos de sustentação para o entendimento de que o matrimônio em debate ocorreu possivelmente nos primeiros meses de 1284.

Antes de dar prosseguimento à abordagem das demais matérias, caras à compreensão do casamento de D. Afonso e D. Violante, salvaguarda-se que o debate em prol do estabelecimento de uma datação não se deu por vaidade diletante, mas pelo reconhecimento do casamento enquanto vínculo de alianças políticas ao longo do contexto medieval. Portanto, determinar o ano de 1284 como marco temporal para o enlace do infante português com a dona castelhana não implica em demarcar cronologicamente tão somente a união desses cônjuges, mas também o momento a partir de quando o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches deu o primeiro passo no sentido de estabelecer alianças com a nobreza castelhana.

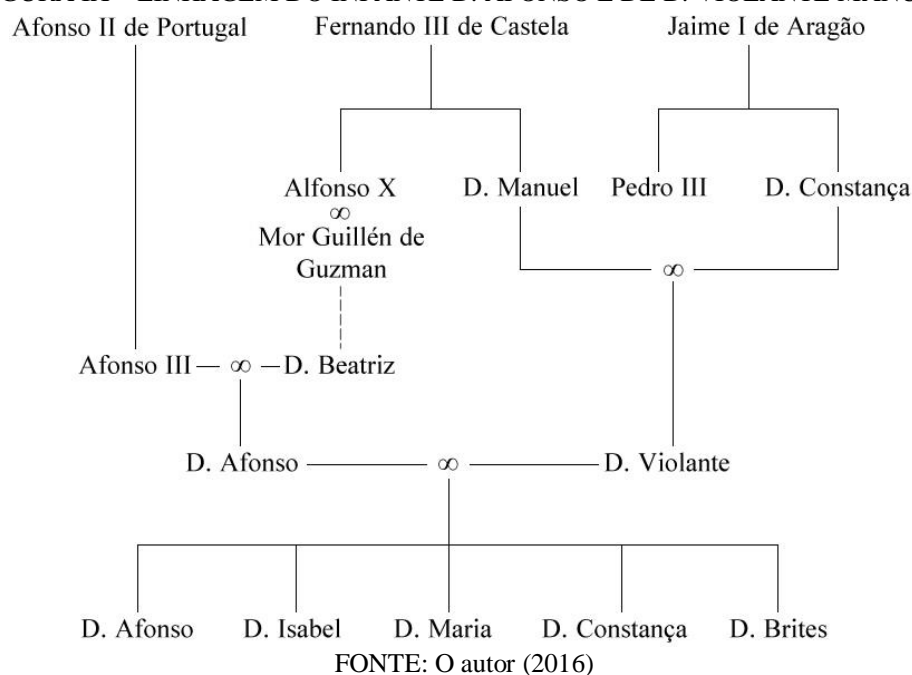
⁶²⁰ Nesse ponto é preciso considerar a prática, cada vez mais enraizada entre a nobreza, de recorrer às amas de criação, comportamento que permitia às mulheres nobres ter um maior número de filhos, uma vez que não se viam atreladas aos cuidados do recém-nascido, e também reduzia seu intervalo pós-parto, por não terem de amamentar os filhos (BECEIRO PITA; CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 166).

As implicações políticas do casamento entre D. Afonso e D. Violante serão objeto da última parte desse capítulo, mas, antes de chegarmos a ela, cumpre-nos abordar outro aspecto, não menos importante, inerente a esse matrimônio: sua legitimidade.

3.2.2. A legitimidade da linhagem

D. Violante era filha do infante D. Manuel de Castela e de D. Constança de Aragão⁶²¹. Pela via materna era neta de Jaime I e sobrinha de Pedro III; pela paterna, neta de Fernando III e sobrinha de Alfonso X. Considerando que D. Beatriz, mãe de D. Afonso, era filha do Rei Sábio, o casamento do infante português com a dona castelhana se deu em desacordo com as leis canônicas e régias – pois unia matrimonialmente consanguíneos vinculados em terceiro e quarto graus de parentesco⁶²² –, implicando na ilegitimidade do enlace e de toda a prole dele advinda.

FIGURA IX – LINHAGEM DO INFANTE D. AFONSO E DE D. VIOLANTE MANUEL



⁶²¹ HGCRP, t. I, p. 187-188.

⁶²² Conforme explicação desenvolvida por Francisco Brandão, temos que: “O parentesco que o Infante D. Afonso irmão delRey Dom Dinis tinha cõ sua mulher a Infanta D. Violante, era de tio dela por hũa via, & sobrinho por outra, dentro do terceiro, & quarto grao, falando dos graos prohibidos, & dirimentes, que por outra via ficava a mesma D. Violante sendo sobrinha sua fora já do quarto grão, pro ser filha do Infãnte D. Manoel, que era primo terceiro també do nosso Infante. Sobrinho ficava sendo de D. Violante sua mulher o Infante D. Afonso, porq a Rainha D. Brites mãy sua, & D. Violante eraõ primas irmãas, netas ambas delRey Dõ Fernando o Santo, do qual erãõ filhos elRey D. Afonso Sabio, pay da nossa Rainha Dona Brites, & oInfãnte D. Manoel pay de D. Violante; & por esta via era o Infante Dõ Afonso, sobrinho de D. Violante cõ que estava casado, por ser ella tia prima cõ irmãa de sua mãy a Rainha Dona Brites” (ML, V, f. 247-247v.).

Considerando o contexto de afirmação das linhagens no século XIII e a centralidade que nele ocupavam o sangue e a descendência – meio pelo qual se perpetuavam os poderes políticos e simbólicos dos nobres – para o estatuto social da nobreza, o casamento com D. Violante e os filhos advindos dessa união ocuparam papel de primeiro plano nas estratégias nobiliárquicas do infante D. Afonso. Contudo, a ilegitimidade de seu matrimônio ameaçava seus objetivos linhagísticos. Assim sendo, urgia encontrar uma solução favorável para essa condição adversa, para o que era essencial obter o reconhecimento de seu enlace matrimonial e da legitimidade de seus descendentes. Como acima ficou exposto, havia dois caminhos para atingir tais fins: as dispensas papais e a legitimação pela autoridade régia.

Tratando dos esforços do infante em obter a legitimação de seu casamento, Fernando Félix Lopes afirma, embora sem oferecer comprovativos documentais, que “[...] D. Afonso com certeza instou na Corte de Roma pela dispensa do impedimento de parentesco para com D. Violante validar casamento e assim legitimar os filhos dela havidos: mas foram sem resultado suas instâncias”⁶²³. Embora os documentos reunidos para esta pesquisa não atestem os esforços do cônjuge de D. Violante em obter as dispensas papais, nos alinhamos à afirmação de Félix Lopes; não nos parece sensato supor que D. Afonso se absteria de buscar a tão almejada dispensa matrimonial junto à Santa Sé.

A batalha pela legitimação do casamento entre o português e a castelhana ia além de mera formalidade sacramental, envolvendo interesses políticos. Não interessava a D. Dinis ver reconhecido o enlace de D. Afonso, o que implicaria no pleno gozo de direitos por seus filhos, que poderiam herdar seus domínios territoriais no reino de Portugal, ou, pior, seguir o exemplo do pai, contumaz contestador da autoridade régia. Nesse cenário de disputa, onde as armas tinham a capacidade de influenciar as decisões de Roma, a vantagem do rei de Portugal surgia incontestada, restando poucas chances ao infante.

Como nota José Mattoso, “[...] o poder régio passou a utilizar mais frequentemente os clérigos para fins políticos e cargos curiais, o que parece acontecer sobretudo a partir do reinado de D. Dinis”⁶²⁴. Essa pontual constatação torna-se nítida no estudo de Hermínia Vasconcelos Vilar, em que demonstra que o rei português, tendo de lidar com o não resolvido conflito iniciado por Afonso III contra o clero, colocou seus mais fiéis eclesiásticos nos mais altos postos episcopais do reino⁶²⁵. Alguns desses apoiadores dionisinos “[...] desempenharam

⁶²³ LOPES, 1997, p. 208-209.

⁶²⁴ MATTOSO, 2009, p. 296.

⁶²⁵ VILAR, 2001, p. 581-604.

uma espinhosa mas não pouco frequente missão: a daqueles que, embora membros da Igreja e sujeitos à hierarquia religiosa, se dividiam entre o serviço a dois amos”⁶²⁶.

Diante de um corpo eclesiástico em cujos mais altos postos se encontravam elementos fortemente vinculados a D. Dinis, o infante D. Afonso teria poucas possibilidades de encontrar clérigos que se dispusessem a intervir em seu favor junto à cúria pontifícia, e, ainda que o fizessem, a capacidade de influenciar a decisão final da Igreja pesava a favor do rei de Portugal. Vedado o caminho de Roma às pretensões do incestuoso esposo, restava tão somente a via da legitimação de seus filhos pelo poder régio.

Estudadas por Leontina Ventura e João da Cunha Matos, as cartas de legitimação outorgadas por D. Dinis chegam a somar duas centenas, incidindo sobre seus próprios filhos bastardos, vassalos, cavaleiros, escudeiros e inclusive filhos de eclesiásticos⁶²⁷, tendo sido concedidas majoritariamente a partir de 1289⁶²⁸. Como avaliado por esses autores, o rei de Portugal recorreu a essas benesses como ferramenta de afirmação do fundamento jurídico do poder régio, fazendo avançar o processo de centralização ao chamar para si a capacidade de conceder direitos de herança aos filhos dos nobres⁶²⁹ – entre os quais seus sobrinhos.

A carta de legitimação dos filhos de D. Afonso e D. Violante foi dada em 8 de fevereiro de 1297, com o seguinte teor:

Sabhan quantos esta carta vyren que eu don Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve querendo fazer graça e bem e mercee a meus sobrinhos filhos e filhas do infante don Affonso meu irmão e de donna Violante despenso com eles e faço-os liidimos que sem nenhũ enbargo possam aver e herdar todos bẽes e heranças e onrras e senhorios de seu padre e os que ora elle trage a as mão assy como bõos filhos liidimos herdan. En testimonho desta cousa mandey fazer esta carta e sealar do meu seelo do chumbo que tenham filhos e filhas de don Afonso.⁶³⁰

Por essas disposições, o rei de Portugal reconhecia os direitos de herança aos filhos e filhas de D. Afonso, abrindo a possibilidade de herdarem os bens do infante – honra e senhorio – após sua morte. A legitimação não ocorreu, contudo, sem protestos por parte de D. Isabel.

Dois dias antes da legitimação em debate, a rainha de Portugal ofereceu protesto formal contra a possibilidade de D. Dinis confirmar os direitos sucessórios de seus sobrinhos,

⁶²⁶ VILAR, 2001, p. 589.

⁶²⁷ VENTURA; MATOS, 2013, p. 244.

⁶²⁸ VENTURA; MATOS, 2013, p. 245.

⁶²⁹ VENTURA; MATOS, 2013, p. 245-246; 250.

⁶³⁰ Ch.DD, l. II, f. 131.

fazendo registrar que D. Afonso havia lhe rogado que interviesse junto ao rei a fim de incliná-lo a reconhecer os filhos advindos de sua união com D. Violante, tornando-os aptos a herdar os senhorios que ele havia recebido de Afonso III. D. Isabel afirmou nunca ter querido consentir com isso, tendo em vista os danos causados pelo irmão do rei após consecutivas guerras, atitude beligerante que lhe fez perder os direitos sobre seus senhorios, os quais deveriam retornar aos domínios régios após sua morte sem prole legítima para os herdar⁶³¹.

Em seguida, D. Isabel afirma que ouviu dizer da inclinação de D. Dinis a legitimar seus sobrinhos, e pede que não o faça em respeito aos seus filhos – o futuro Afonso IV e D. Constança –, pois reconhecer a legitimidade dos filhos de D. Afonso incorreria no alheamento e perda de domínios régios, atitude vedada ao rei pelos costumes e pelo direito, e coisa que não podia ocorrer sem o consentimento dela e da prole régia. Por fim, acrescenta que, se ainda assim o rei de Portugal quisesse dar prosseguimento à legitimação, que antes ouvisse o seu conselho e das Cortes⁶³².

Em resposta ao protesto de D. Isabel, D. Dinis afirma que seu entendimento não era o de legitimar os filhos do infante D. Afonso para que herdassem os castelos do pai, direito que eles não teriam mesmo que o rei o concedesse⁶³³, e acrescenta:

[...] mayz pero que a raynha sabia muy ben e todos los outros do reyno o sabiam qual guerra e quam perigiosa el auya con o senhorio de Castela e Leom. e que per razom dessa guerra e porque era certo que o dicto don Affonso seu jrmaão andaua levantado contra el per razom que lhj non queria fazer esta lijdemacom e que lhj queria poren fazer guerra e que el por esto e por que auya medo de lhj uijr dano dos castelos que don Affonso auya no seu senhorio querendo-lhj hj meter outro senhorio ao tempo da guerra en que staua que lhj queria lijdimar os filhos por non uijs ende este mal ao reyno per razom dos castelos. e que tal lijdimacom qual lhis queria dar non era herdeyra senom donadio que don Affonso seu padre deles auya⁶³⁴.

Esse trecho oferece, de maneira esclarecedora, a motivação e as intenções de D. Dinis ao legitimar os filhos de seu irmão. Temos, assim, a ausência do entendimento de que a legitimação dos sobrinhos se reverteria em qualquer direito de herança aos domínios senhoriais detidos pelo senhor de Portalegre, mas que o reconhecimento daquela prole estava voltado à estratégia política de evitar os danos que o reino poderia sofrer com a revolta daqueles castelos, ameaça potencializada pelo contexto da guerra com Castela e Leão – problemática central do último capítulo deste estudo.

⁶³¹ LLRDD, p. 212; ML, V, 248.

⁶³² LLRDD, p. 212; ML, V, p. 248.

⁶³³ LLRDD, p. 212-213; ML, V, p. 248v.

⁶³⁴ LLRDD, p. 213.

No que toca aos interesses do infante D. Afonso, constata-se que a legitimação de seus filhos não ia além de um ato dissimulado de D. Dinis. Este objetivava tão somente atender às exigências do irmão, mas de maneira escusa, visando evitar que os conflitos que marcaram o reino de Castela em finais do século XIII cruzassem a fronteira e adentrassem Portugal pelas portas do senhorio fronteiriço detido pelo segundogênito de Afonso III.

Morto o infante D. Afonso, observa-se o cumprimento do prometido por D. Dinis a D. Isabel: as sobrinhas não herdaram os bens do pai⁶³⁵. Contudo, as pretensões do rei de evitar que os conflitos da guerra em Castela contaminassem Portugal falharam. Coligado com membros da alta nobreza castelhana, o senhorio de Portalegre foi palco do último conflito entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III. Para compreender a disposição das forças que se confrontaram na zona fronteiriça é preciso, antes, analisar as alianças estabelecidas pelo infante português com os nobres do reino vizinho por meio tanto do seu matrimônio quanto dos de suas filhas.

3.4. A aliança político-matrimonial com a nobreza castelhana

O tema das alianças costuradas pelo infante D. Afonso por via de seu casamento e dos de suas filhas com a nobreza castelhana não passou despercebido pela historiografia, não gerando, contudo, abordagens que tratassem especificamente dessa questão. Algumas das linhas escritas por medievalistas como José Mattoso⁶³⁶, José Augusto Pizarro⁶³⁷, Mercedes Gaibrois de Ballesteros⁶³⁸ e Félix Lopes⁶³⁹ lograram chamar atenção para aquela problemática, a qual seguiu sem receber um tratamento mais sistematizado por parte dos historiadores, como apontado por Manuel García Fernández, ao destacar a abrangência geográfica e política da atuação do senhor de Portalegre, Arronches e Marvão:

O infante D. Afonso de Portugal, sua esposa D. Violante Manuel e seus filhos constituem um dos poucos exemplos de alta nobreza peninsular, aparentada com a monarquia, que por sua atuação política e diplomática entre os séculos XIII e XIV e por seus notáveis interesses senhoriais em Portugal, Castela e Aragão bem merecem estudos individualizados.⁶⁴⁰

⁶³⁵ A disputa judicial movida pelas filhas de D. Afonso e D. Violante contra D. Dinis pela posse dos bens deixados pela morte de seu pai foi objeto de estudos anteriores. Veja: ZLATIĆ, 2013a, p. 101-125; FERNANDES; ZLATIĆ, 2014, p. 151-166.

⁶³⁶ MATTOSO, 1985a, p. 294-295; 1993, p. 159-161.

⁶³⁷ PIZARRO, 2008, *passim*.

⁶³⁸ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 172.

⁶³⁹ LOPES, 1997, p. 195-221.

⁶⁴⁰ “El infante don Alfonso de Portugal y su esposa doña Violante Manuel y también sus hijos, constituyen uno de los pocos ejemplos de alta nobleza peninsular, emparentada con la monarquía, que por su actuación política y

Ante a constatação da carência de estudos individualizados em torno dos enlaces matrimoniais contraídos por D. Afonso e por ele estabelecidos para suas filhas, cumpre a este estudo oferecer contributos historiográficos a respeito dessa problemática e de suas lacunas. As linhas que se seguem tratarão de maneira individualizada os nobres castelhanos a quem o infante português se aliou por meio de vínculos matrimoniais, dedicando atenção ao estatuto sócio-político e econômico de cada um deles e ao interesse do senhor de Portalegre, Marvão e Arronches em aliar-se a determinados membros da alta nobreza de Castela.

Não obstante, não basta que empreendamos um estudo concernente apenas às alianças político-matrimoniais do infante D. Afonso com cada um daqueles nobres castelhanos. Se assim procedêssemos, incorreríamos no equívoco de ignorar a existência de um conjunto de ideias próprias ao grupo nobiliárquico, orientadoras das tomadas de posição e atitudes de cada um daqueles membros da alta nobreza castelhana. Diante dessa constatação, será necessário avançar na compreensão da cultura política característica da nobreza peninsular, e de como esse conjunto de valores orientou a relação régio-nobiliárquica nos reinos de Portugal e Castela na segunda metade do século XIII e início do XIV.

3.4.1. Os casamentos de D. Afonso e de suas filhas

Para que possamos compreender as estratégias políticas que pesaram para o estabelecimento dos casamentos do infante D. Afonso com D. Violante e de suas filhas com D. Juan, o Torto, D. Nuño Gonzalez de Lara e D. Tello Alfonso de Meneses, é preciso compreender o estatuto sócio-político e econômico que cada um desses nobres experimentou no seio de suas linhagens, assim como a atuação política desses grupos de consanguíneos no decorrer do reinado de Alfonso X – marcadamente após o aprofundamento do conflito régio-nobiliárquico, a partir de 1272, e na guerra civil que marcou os últimos anos do reinado do *Sábio*. Tarefa que, apesar de demandar um tratamento por vezes exaustivo desse contexto, será essencial para o entendimento da problemática em questão.

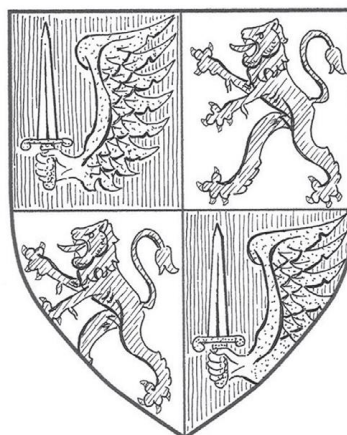
D. Violante foi uma dama de elevadíssimo estatuto social no contexto de finais do século XIII na Península Ibérica, fruto de dupla descendência régia, concretizada pela união entre o infante D. Manuel – filho do rei Fernando III de Castela – e D. Constança – filha de

diplomática, a caballo entre los siglos XIII y XIV, y por sus notables intereses señoriales en Portugal, Castilla y Aragón bien merecen estudios individualizados” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 1998, p. 919).

Jaime I de Aragão –, como anteriormente apontado. Ao predicado oferecido pelo sangue régio somou-se ainda o poderio econômico, representado pelos senhorios de Elda e Novelda a ela doados pelo pai, conjunto de atributos que faziam dela uma consorte dotada de alto valor matrimonial, condição ratificada por sua pertença à prestigiada linhagem dos Manuéis, fundada por seu pai.

Nascido por volta de 1234, D. Manuel foi o filho mais novo de uma extensa prole gerada pela união entre Fernando III e Beatriz da Suábia, filha de Felipe da Suábia – descendente direto de Frederico I, imperador do Sacro Império Romano Germânico – e Irene – progênita de Isaac II, imperador bizantino⁶⁴¹. A dupla condição prestigiante dos sangues dinásticos régio e imperial que se fundiam no corpo do infante ficou expressa em seu nome⁶⁴², mas também, marcadamente, no símbolo heráldico adotado por ele e característico de sua linhagem – como comprova sua presença na arca tumular de D. Constança, anteriormente analisada.

FIGURA X – BRÃSÃO DE ARMAS DOS MANUÉIS



FONTE: retirado de SEIXAS; GALVÃO-TELLES (2012)

O brasão⁶⁴³ é esquartelado, sendo duas partes preenchidas pela figura do leão, configuração que surgiu como reprodução das insígnias de Fernando III. Contudo, diferentemente desse rei, seu filho abandonou a imagem do castelo para substituí-la pela mão alada empunhando espada, em alusão aos antepassados maternos – os Ângelos, imperadores

⁶⁴¹ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 1; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 13-16; LOMAX, 1982, p. 163-165.

⁶⁴² Os nomes atribuídos por Fernando III e Beatriz de Suábia aos seus descendentes expressaram a adoção de patronímicos referentes a antepassados tanto paternos quanto maternos. Alfonso, Fernando, Sancho e Berenguela remetem à parentela antecessora do rei de Castela, enquanto Fadrique e Felipe fazem alusão aos ascendentes germânicos da rainha. Enrique era um nome comum a ambos os troncos ascendentes. Manuel, contudo, se destaca por figurar como único nome a aludir à parcela sanguínea bizantina de sua mãe, fazendo referência ao tio dela, Manuel Ângelo, filho de Isaac II (LOMAX, 1982, p. 165).

⁶⁴³ SEIXAS; GALVÃO-TELLES, 2012, p. 424.

bizantinos –, ou, como sugere outra possibilidade interpretativa, uma representação visual da pronúncia do nome do infante castelhano: *mano-ala*⁶⁴⁴.

Além desses fatores de ordem simbólica inerentes ao seu sangue, D. Manuel gozou de profunda privança junto ao irmão, o rei Alfonso X, tendo ocupado os cargos de alferes, entre 1258 e 1277, mordomo-mor, de 1279 a 1282, e tenente da Múrcia, de 1262 a 1280⁶⁴⁵. O infante desempenhou ainda o papel de conselheiro do monarca castelhano, figurando como confirmante de todos os privilégios régios entre 1252 e 1282⁶⁴⁶. Essa extensa atuação política demonstra o estreito laço de confiança entre os irmãos, fator que se refletiu na atuação de D. Manuel a favor de causas caras aos interesses do Rei Sábio, tanto no âmbito externo quanto no interno.

Em meio aos esforços de Alfonso X para sagrar-se imperador romano-germânico⁶⁴⁷, o rei de Castela enviou D. Manuel a Roma, em 1260, para que intercedesse a seu favor junto à Santa Sé⁶⁴⁸. No ano de 1274, quando o rei castelhano viajou a Roma para tratar da questão com Gregório X, o infante acompanhou o irmão, estando também presente na reunião entre papa e monarca, ocorrida no início de 1275⁶⁴⁹.

Ainda atuando a favor dos interesses externos de Alfonso X, D. Manuel serviu como instrumento político do monarca por ocasião de seus dois matrimônios. O primeiro casamento, firmado em 1256 com D. Constança de Aragão, ocorreu como parte dos acordos firmados em Sória, os quais visavam solucionar o conflito aragonês-castelhano iniciado pela revolta nobiliárquica de D. Diego López de Haro⁶⁵⁰. Desse enlace nasceram Alfonso Manuel, morto em 1275, e D. Violante⁶⁵¹.

⁶⁴⁴ SEIXAS; GALVÃO-TELLES, 2012, p. 424-425; MENENDEZ PIDAL, 1982, p. 100.

⁶⁴⁵ BECEIRO PITA, 1987, p. 84; LOMAX, 1982, p. 168; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 271-272; 279.

⁶⁴⁶ LOMAX, 1982, p. 166.

⁶⁴⁷ A morte do imperador Frederico II, em 1250, e a de seu filho, Conrado II, quatro anos depois, findaram a linhagem imperial dos Staufen, abrindo um período de interregno na governança do Sacro Império. Em 1256, Alfonso X recebeu uma embaixada da república de Pisa que, conferindo seu apoio ao monarca castelhano, convenceu-o a concorrer àquele cargo, possibilidade a ele conferida por sua descendência dos Staufen por via de sua mãe, Beatriz da Suábia. Tinha início o assim chamado *fecho del Imperio*, que passou a ser o eixo de atuação do rei de Castela e foi determinante para sua postura política no âmbito interno e externo até o ano de 1275, quando se encontrou com o papa Gregório X para tratar da questão, reunião esta que ratificou o malogro dos seus planos de ocupar o trono Romano-Germânico, entregue a Rodolfo de Habsburgo dois anos antes (KRUS, 2011, p. 123-125; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 73-88; 142-149).

⁶⁴⁸ AYALA MARTINEZ, 1986, p. 283; LOMAX, 1982, p. 170.

⁶⁴⁹ CAX, p. 170-171; LOMAX, 1982, p. 173.

⁶⁵⁰ AYALA MARTINEZ, 1986, p. 141; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 73; LOMAX, 1982, p. 169. A primeira sublevação nobiliárquica enfrentada por Alfonso X se deu quando, em 1254, D. Diego López de Haro – até então seu alferes – e outros nobres castelhanos abandonaram o reino de Castela para se colocar a serviço do monarca aragonês, alegando o favorecimento do Rei Sábio ao seu privado, D. Nuño Gonzalez de Lara. No ano seguinte, com o falecimento de D. Diego, foi seu filho, D. Lopes Díaz de Haro, quem firmou o pacto com Jaime I de Aragão, tendo a eles se juntado o infante D. Enrique – irmão de Alfonso X. Os conflitos, iniciados em 1255, terminaram com a vitória do suserano castelhano, provocando o exílio do infante D. Enrique, após ser derrotado

Tendo em vista o falecimento de sua esposa e de Alfonso Manuel, seu primogênito, D. Manuel contraiu segundo casamento, dessa vez com Beatriz de Sabóia, impulsionado pela necessidade de gerar um novo varão que pudesse dar prosseguimento a sua linhagem, expectativa concretizada no ano de 1282, quando nasceu D. Juan Manuel. Derek Willian Lomax entende este último enlace também como uma manobra de Alfonso X, que visava o fortalecimento de suas alianças políticas com os condes de Sabóia, a fim de angariar apoio para sua causa imperial⁶⁵².

No âmbito da política interna castelhana, D. Manuel contribuiu para a defesa das causas régias ao longo da quase totalidade do reinado de Alfonso X, marcadamente quando atuou como representante do poder régio, buscando defender os interesses do monarca castelhano diante das revoltas nobiliárquicas que marcaram seu reinado⁶⁵³. A privança do infante junto ao irmão não resistiu, contudo, ao avanço dos conflitos entre o Rei Sábio e o futuro Sancho IV em torno da sucessão dinástica – assunto anteriormente abordado.

O primeiro indício de desacordo entre D. Manuel e Alfonso X pode ser constatado nas Cortes de Burgos, ocorridas em 1276, ocasião na qual o infante castelhano se pronunciou abertamente a favor dos direitos sucessórios de D. Sancho⁶⁵⁴. Todavia, esse ato não implicou no rompimento de suas relações com o Rei Sábio, haja vista que em 1281 ainda aparece apoiando o monarca de Castela⁶⁵⁵.

O rompimento entre o infante e o rei ocorreu em 1282, quando, por ocasião do simulacro de Cortes realizado em Valladolid, se deu a leitura da sentença de deposição de Alfonso X, anunciada pelo próprio D. Manuel, atitude que buscava conferir legitimidade ao ato⁶⁵⁶. Segundo interpretação de Manuel Gonzalez Jimenez, os atores sociais presentes naquela reunião ainda mantiveram um posicionamento político dúbio naquele ano, tendo em vista que muitos deles seguiram figurando como confirmantes em diplomas régios alfonsinos – inclusive o pai de D. Violante⁶⁵⁷.

Admitindo a possibilidade de D. Manuel ter mantido um posicionamento pendular entre o apoio a Alfonso X ou ao futuro Sancho IV, esse comportamento não deve ter durado

por D. Nuño Gonzalez. No ano seguinte, a paz entre os dois reinos foi firmada em Sória, acordo do qual fez parte o casamento do infante D. Manuel com D. Constança (CAX, p. 23; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 66-73). Para uma análise mais ampla dos acordos firmados em Sória, veja: AYALA MARTINEZ, 1986, p. 137-141.

⁶⁵¹ CAX, p. 188; BENAVIDES, 1860, t. I, p. 675; GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 1; LOMAX, 1982, p. 173.

⁶⁵² LOMAX, 1982, p. 174.

⁶⁵³ CAX, passim; LOMAX, 1982, p. 166; 173.

⁶⁵⁴ CAX, p. 190-191; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 167.

⁶⁵⁵ CAX, p. 212-213.

⁶⁵⁶ CAX, p. 223; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 187-188.

⁶⁵⁷ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999, p. 187-188.

para além de 1282. No ano seguinte, as outorgas de domínios senhoriais feitas por D. Sancho ao tio serviram para garantir seu apoio a suas pretensões ao trono, aceitando-o como senhor, conforme evidencia o testamento de D. Manuel – conteúdo que logo será analisado.

A estreita relação que manteve com o poder régio rendeu a D. Manuel uma ampla quantidade de domínios espalhados pelo território castelhano. Sendo o irmão mais favorecido por Alfonso X, recebeu dele extensos domínios nas regiões da Andaluzia – um castelo em Córdoba; seis casas, uma mesquita e uma zona agricultável em Jerez de la Frontera; as aldeias de Heliches e Umbrete em Sevilha –, da Múrcia – vastas propriedades nas cidades da Múrcia e Lorda; os senhorios de Villena, Elche, Elda e Novelda – e do centro-norte do reino – Agreda, Cuellar, Santa Olalla e Escalona. O apoio às pretensões do sobrinho se mostrou vantajoso, possibilitando o incremento dessas posses por meio das doações outorgadas por D. Sancho: Beas, Chinchilla, Aspe, Jorquera e Almansa, além de garantir a doação do castelo e vila de Peñafiel, ao escolher o futuro Sancho IV como padrinho de batismo de seu filho, D. Juan Manuel⁶⁵⁸.

O prestígio sanguíneo de linhagens reais e imperiais, a privança junto ao poder régio, o poderio econômico formado por ampla quantidade de bens e domínios senhoriais: todos esses fatores compunham o estatuto nobiliárquico de D. Manuel, colocando-o em posição cimeira no âmbito da sociedade castelhana da segunda metade do século XIII; predados estes que o infante buscou assegurar a seus descendentes – D. Juan Manuel e D. Violante Manuel – por meio de suas disposições testamentárias.

Objetivando legar ao seu herdeiro o prestígio que ostentava junto ao poder régio, D. Manuel fez registrar em seu testamento seu pedido expresso a D. Sancho para que guardasse e defendesse suas determinações testamentárias, assim garantindo a outorga de tudo que havia deixado como herança ao seu único filho, D. Juan; e mais, exorta seu sobrinho – a quem chama de senhor – a criar e manter bem o continuador da linhagem dos Manuéis, requerimento endossado pela lembrança dos muitos serviços prestados ao futuro rei de Castela⁶⁵⁹.

Também buscando garantir a vinculação de sua linhagem a D. Sancho, D. Manuel reiterou o dever de seus descendentes – marcadamente D. Juan –, sua esposa e seus testamenteiros de reconhecer a autoridade de seu sobrinho e senhor, servindo-o com toda a

⁶⁵⁸ BECEIRO PITA, 1987, p. 82-83; LOMAX, 1982, p. 167; TORRES FONTES, 1981, p. 11-12.

⁶⁵⁹ TORRES FONTES, 1981, p. 16; 20-21.

força de seus castelos e vassalos, na guerra ou na paz, sempre que seus serviços fossem requeridos⁶⁶⁰.

A transmissão de bens ocupa espaço privilegiado no testamento de D. Manuel, por meio do qual ele buscou garantir a transferência de seus predícos econômicos ao elemento masculino responsável pela continuação de sua linhagem. Assim, D. Juan é o alvo predileto das determinações testamentárias, favorecido com a quase completude dos bens de seu pai, excetuados os senhorios doados a sua mãe, D. Beatriz, e a sua meia-irmã, D. Violante.

À sua única filha, fruto de seu primeiro casamento, D. Manuel deixou os já mencionados senhorios de Elda e Novelda, assim como a *martiniega*⁶⁶¹ de Peñafiel, ao passo que o domínio senhorial dessa localidade foi legado a seu meio-irmão⁶⁶². As doações à filha foram acompanhadas por uma série de determinações voltadas para o favorecimento de D. Juan sobre aquelas posses, dessa maneira buscando garantir a permanência da posse dos bens da linhagem sob o mando do elemento masculino e, com isso, as possibilidades de continuidade e prosperidade da estirpe dos Manuéis.

Os senhorios recebidos por D. Violante estavam condicionados ao jugo de hereditariedade, sendo vedados a ela ou a seus descendentes a alienação de Elda e Novelda, assim como o uso desses senhorios para interesses contrários aos de D. Juan. Para isso, D. Manuel determinou que sua filha ou seus herdeiros não usassem aqueles senhorios

[...] contra meu filho D. Juan, meu herdeiro maior, nem contra aqueles que dele vierem que herdarem o senhorio de Elche e de Villena e de todos os outros lugares que tenho no reino da Murcia. E estes lugares de Elda e Novelda com seus castelos não os podem dar, nem vender, nem transferir a ordem ou homem de religião, nem a homem que seja mais poderoso que D. Juan, meu filho, ou dos que dele vierem [...].⁶⁶³

Ainda buscando fortalecer os direitos de posse do herdeiro masculino sobre os domínios de sua meia-irmã, D. Manuel estabeleceu que, se porventura D. Violante ou seus

⁶⁶⁰ TORRES FONTES, 1981, p. 16-21.

⁶⁶¹ No reino de Castela, *martiniega* é como se convencionou chamar, a partir dos séculos XIII e XIV, o tributo anual devido pelos vilãos pelo uso da terra de outrem; seu nome advém da data estipulada para seu pagamento: o dia de São Martinho (ESTAPÉ RODRIGUEZ, 1952, p. 420). Em períodos anteriores àquelas centúrias, aquele mesmo encargo era conhecido por *infurción*, sendo igualmente pago em espécie todos os anos ao rei ou senhor pela habitação e usufruto dos espaços de terras que integravam o domínio régio ou o senhorial (LOSCERTALES, 1952, p. 45).

⁶⁶² TORRES FONTES, 1981, p. 17-18.

⁶⁶³ “[...] contra mio fijo don Johan, mio heredero mayor, nin contra aquellos que del uenieren que heredaren el segnorio de Elche et de Uillena et de los otros logares que yo e en el regno de Murcia. Et questos logares de Elda et de Nouella con sus castiellos non los puedan dar nin uender nin enagenar a orden nin a ome de religion nin a otro ninguno que sea de fuera del sennorio de los regnos de Castiella et de tierra de Murcia nin a omne que sea mas poderoso que don Johan, mio fijo, o de los que del uenieren [...]” (TORRES FONTES, 1981, p. 17).

herdeiros quisessem se desfazer de seus domínios, não poderiam vendê-los a ninguém além de seu meio-irmão ou daqueles que dele viessem. E mais, em caso dela ou dos seus não prestarem homenagem a D. Sancho, determinou que D. Juan ou os seus tomassem Elda e Novelda, retendo o senhorio dessas localidades, mas revertendo as rendas daí provenientes aos seus antigos detentores⁶⁶⁴.

D. Manuel não descuidou tampouco da possibilidade de um de seus filhos morrer, prevendo as medidas a serem adotadas nesse caso: “E se por ventura falecesse a linhagem de D. Violante, que tornem estes lugares a D. Juan, meu filho, ou a seus herdeiros. E se falecesse a linhagem de D. Juan, que torne tudo aos herdeiros de D. Violante”⁶⁶⁵.

Apresentada a partilha do patrimônio de D. Manuel, constata-se o contraste entre a ampla quantidade de bens herdados por D. Juan e aqueles recebidos por D. Violante, sobre os quais pesavam ainda os direitos do meio-irmão. Embora desfavorecida pelas disposições testamentárias do pai, o domínio de Elda e Novelda, somado ao prestígio da vinculação à linhagem régia e da filiação ao mais favorecido infante castelhano no reinado de Alfonso X figuram enquanto predados caros aos interesses dos membros da nobreza, e que fizeram de D. Violante um destacado trunfo matrimonial conquistado pelo senhor de Portalegre, Marvão e Arronches.

Em termos sociais, o enlace de D. Afonso não o associou a um elemento de estatuto social similar ao seu – ou seja, uma infanta –, fato este que não habilita, contudo, o entendimento dessa união enquanto de todo desprestigiante, pois D. Violante partilhava dos mesmos pressupostos do grupo no qual o infante português se inseria, aquele dos descendentes da linhagem régia – embora ele tivesse um rei como pai, e ela, um como avô. Não se pode desconsiderar, contudo, que a filha de D. Manuel detinha uma dupla condição de consanguinidade régia, por via de seu pai e de sua mãe, D. Constança de Aragão.

Quanto observado o fator político, a dupla ascendência régia de D. Violante significava que, ao se casar com ela, D. Afonso estabeleceu uma aliança matrimonial não apenas com a linhagem régia de Castela, mas também com a de Aragão. Ora, este fator não é mero apetrecho de prestígio ao infante português, mas implicava a abertura de oportunidades de atuação régio-nobiliárquica em uma escala geográfica que cobria a quase completude do espaço da Península Ibérica – excetuando apenas o reino de Navarra.

⁶⁶⁴ TORRES FONTES, 1981, p. 17-18.

⁶⁶⁵ “Et si por aventura fallecesse el linage de donna Yolante que tornen estos logares a don Johan, mio fijo, o a sus herederos. Et si fallizesse el linage de don Johan que torne todo a los herederos de donna Yolante” (TORRES FONTES, 1981, p. 18).

No que toca às questões econômicas, o casamento com D. Violante rendeu a D. Afonso o controle de tudo que ela havia herdado de D. Manuel. Embora nos escape qualquer documentação relativa às arras ou ao dote envolvido nos acordos matrimoniais entre as partes, é possível conjecturar, considerando a admitida posição superior do homem em relação à mulher na sociedade medieval, que no momento em que o infante português contraiu núpcias com sua esposa passou a ser o senhor de seu corpo e de seus bens. Assim sendo, o *dominus* de Portalegre, Marvão e Arronches passou a sê-lo também de Elda e Novelda.

A assimilação dos bens herdados por D. Violante à autoridade de D. Afonso constituiu uma significativa vantagem para o incremento de seus domínios territoriais, mas o mesmo não se pode dizer do aspecto estratégico, prejudicado pela vasta distância geográfica que separava os conjuntos senhoriais situados em Portugal e em Castela: Portalegre, Marvão e Arronches estavam concentrados na fronteira luso-castelhana, na região noroeste do Alentejo⁶⁶⁶, enquanto Elda e Novelda localizavam-se no reino da Múrcia, nas proximidades da fronteira aragonês-castelhana. Ainda que a aquisição de novas terras tenha sido favorável ao estatuto nobiliárquico do infante, essa incorporação não gozava das potencialidades sociais, políticas, econômicas e militares que existiriam caso esses domínios compusessem um bloco coeso de terras.

A posse desses dois senhorios murcianos, garantida pelo casamento com D. Violante, não deve ter sido o único interesse de D. Afonso, a quem estava aberta a possibilidade de estender seus domínios por sobre tudo aquilo que havia pertencido a seu falecido sogro. Em que pesem as determinações testamentárias de D. Manuel no sentido de garantir a concentração de bens nas mãos de D. Juan, havia um importante aspecto de que o pai era incapaz de proteger o filho: sua morte.

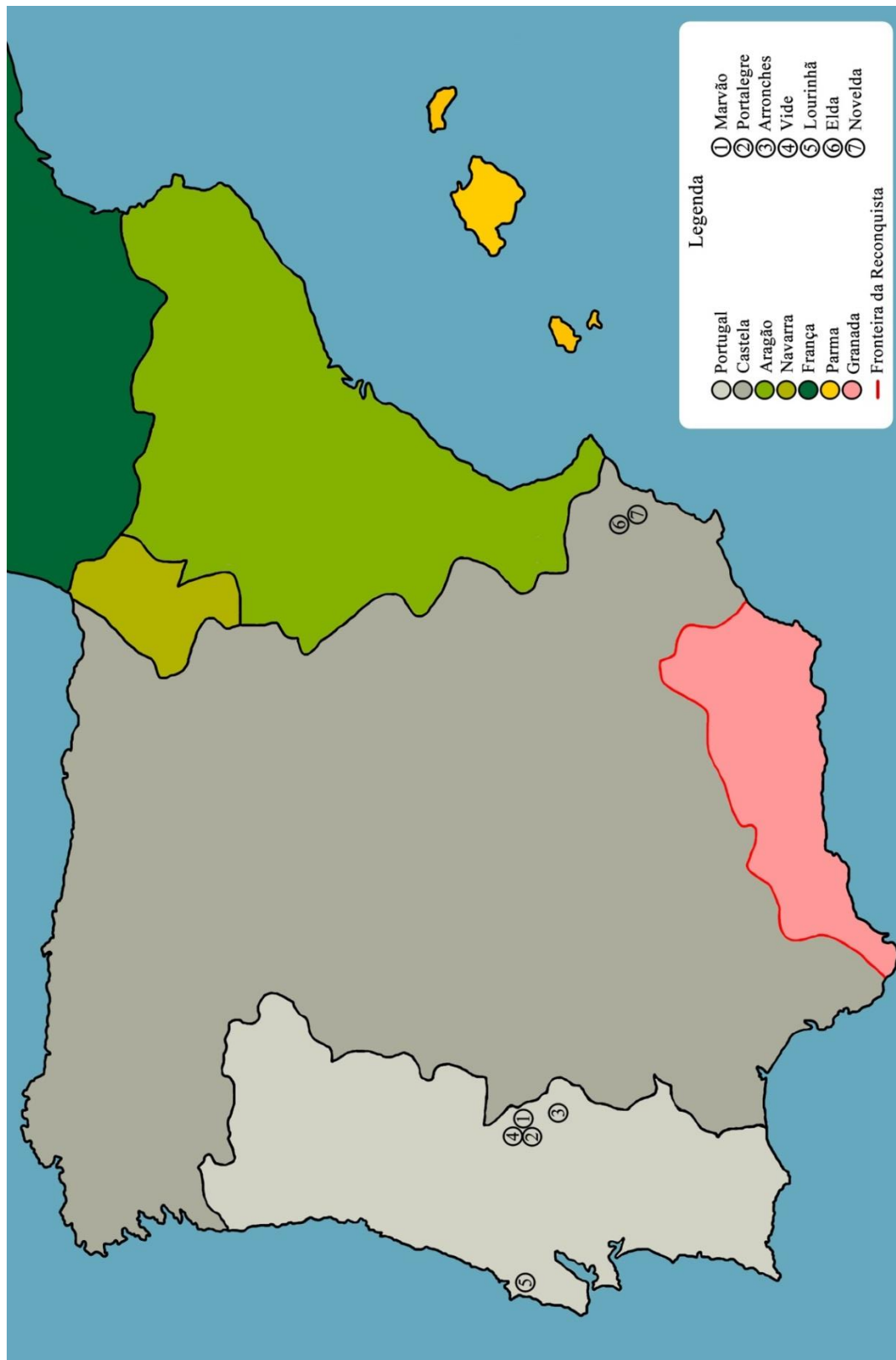
Admitindo-se que o matrimônio entre o infante português e a nobre castelhana se deu em 1284, D. Juan Manuel não teria na época idade superior a dois anos, ou seja, não havia superado os cinco primeiros anos de vida, período mais perigoso da vida na Idade Média⁶⁶⁷. Uma doença, um descuido da ama, um tropeço ou qualquer outra fatalidade poderia causar a morte do único herdeiro de D. Manuel, fazendo com que – como fora estipulado em testamento – seus bens fossem transferidos para o domínio de D. Violante e, por consequência, para o de seu esposo. Ora, o casamento de D. Afonso havia lhe conferido de imediato os senhorios de Elda e Novelda, mas ainda carregava a possibilidade de lhe render a imensa quantidade de bens móveis e de raiz que seu sogro havia reunido. Caso realmente D.

⁶⁶⁶ Veja mapa na página seguinte.

⁶⁶⁷ BECEIRO PITA; CORDOBA DE LA LLAVE, 1990, p. 110-111.

Afonso tenha jogado com essa possibilidade, viu seus desejos frustrados; D. Juan Manuel viveria ainda muito.

MAPA III – DOMÍNIOS TERRITORIAIS DA LINHAGEM DE D. AFONSO E D. VIOLANTE



FONTE: O autor (2016)

O alinhamento de D. Afonso à nobreza de Castela, efetivado pela via social, política e senhorial proporcionada pelas núpcias com D. Violante, foi por ele reforçado com o enlace de suas três primeiras filhas com nobres castelhanos. Assim como em relação ao casamento do infante, não detemos aportes documentais que nos possibilitem conhecer os acordos que envolveram o estabelecimento desses casamentos, lacuna documental esta que não nos impede de conjecturar sobre os possíveis interesses nutridos pelo infante português em torno das alianças matrimoniais de suas progêntas.

Conforme anteriormente discutido acerca do casamento medieval, o estabelecimento desse ato social exigia do chefe de linhagem um aporte de bens a sua filha – o dote –, desembolso que inclinava os nobres a vedar as bodas da prole feminina, a fim de proteger o patrimônio linhagístico. Ora, não foi essa a estratégia adotada por D. Afonso. Ao estabelecer os enlaces de suas três progêntas, ele demonstrava estar mais interessado em angariar possíveis apoios políticos oferecidos por aquelas alianças, e menos em salvaguardar sua fortuna. Essa hipótese é mais bem visualizada quando analisados os enlaces de D. Isabel, D. Constança e D. Maria. Vejamos.

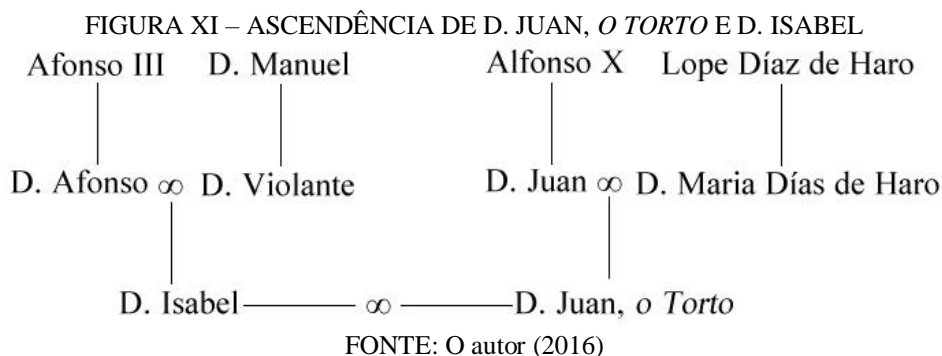
D. Isabel foi casada com D. Juan, *o Torto* – cognome que refletia sua cegueira em um dos olhos⁶⁶⁸. Esse nobre era filho do infante D. Juan – portanto, neto de Alfonso X de Castela – e de D. Maria Díaz – filha do conde Lopes Díaz, rico-homem castelhano chefe da poderosa linhagem de Haro⁶⁶⁹. Observada a ascendência daqueles cônjuges, constata-se que tanto ele quanto ela gozavam de um grau similar de prestígio social advindo do sangue régio – ambos eram netos de reis e filhos de infantes. Para os seus pais, o enlace matrimonial representava a afirmação de uma aliança política no seio de um grupo social de igual prestígio, mantendo a equidade de seus estatutos nobiliárquicos.

O casamento de D. Isabel com D. Juan, *o Torto*, contribuiu para estreitar os laços de D. Afonso com a linhagem régia castelhana, ao reforçar seu vínculo sanguíneo com o primo, D. Juan – vale lembrar que D. Beatriz, mãe do infante português, era filha natural de Alfonso X, pai do infante castelhano. Aquela aliança matrimonial contribuiu para o estatuto nobiliárquico do senhor de Portalegre, Marvão e Arronches, ao reafirmar seus laços com um

⁶⁶⁸ LLCDP, II/1, p. 144.

⁶⁶⁹ LLCDP, II/1, p. 144; HGCRP, t. I, p. 189. A proeminente atuação política dos membros da linhagem de Haro faz com que, em determinados momentos, a abordagem de figuras como a de Lope Díaz de Haro seja imprescindível para a compreensão do contexto histórico peninsular no qual o infante D. Afonso se inseriu – como se poderá notar nas páginas que seguem. Apesar da importância dessa estirpe, a análise pormenorizada de sua trajetória formativa não figura como um objetivo proposto por nosso estudo. Para isso, veja: BAURY, 2011, p. 53-72; MOXÓ, 1969, p. 46-54; PRIETO LASA, 2013, p. 833-869.

ator social que ocupou o primeiro plano do cenário político de Castela em finais do século XIII e início do XIV.



D. Juan atuou de maneira muito estreita junto à governança do pai, tendo ocupado o posto de alferes entre 1277 e 1278⁶⁷⁰ e servido como ferramenta política do rei de Castela quando se casou em primeiras núpcias com Juana de Monferrato, filha de Guilherme de Monferrato, enlace que serviu para que Alfonso X reforçasse seus velhos laços com este que fora seu vassalo lombardo e fiel apoiador de suas pretensões ao título imperial⁶⁷¹. Essa estreita vinculação ao poder régio não impediu o infante castelhano de romper com o pai e prestar suporte ao irmão, D. Sancho, por ocasião da leitura da carta de deposição do Rei Sábio⁶⁷².

A relação de apoio entre os irmãos não se manteve, contudo, para além de meados de 1283, após D. Juan tentar tomar para si algumas vilas no reino de Leão, atuando, dessa maneira, contra a autoridade de D. Sancho, que o repreendeu; contrariado, o infante pôs-se em marcha rumo a Sevilha, caminho que passou pelo reino de Portugal⁶⁷³. Sobre a reconciliação entre pai e filho, a *Crónica Geral de Espanha* de 1344 nos informa:

O iffante dõ Johã, arrepêdêdosse de seer cõtra seu padre, tomou sua mulher e hũu filho e foyse pera Sevyllha. E, quando entrou no paço onde seu padre estava, desvestiosse e descalçousse e fez desvestir sua molher ã cota e o filho ã camysa. E, quando foy ante seu padre, lançou hũu baraço no pescoço e pos se ã gíolhos ante ele, pedyndolhe merçee. El rey, movido a pydade, chorou cõ ele e abraçou e beyjou e lãçoulhe a bẽeçã.⁶⁷⁴

⁶⁷⁰ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 271.

⁶⁷¹ CAX, p. 212.

⁶⁷² CAX, 223; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 186-187.

⁶⁷³ CAX, p. 231; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 193.

⁶⁷⁴ Cr.1344, IV, p. 513.

Reatada a relação com o pai, D. Juan atuou em batalhas e em negociações com os ricos-homens a favor de Alfonso X, sendo por este recompensado com os reinos de Sevilha e Badajoz em suas disposições testamentárias de 1284 – as quais também favoreciam Alfonso de la Cerda com o trono de Leão e Castela⁶⁷⁵.

O intento de D. Juan de se apossar das vilas leonesas figura como um indício de sua atitude contestadora da autoridade régia ao longo do reinado de Sancho IV, comportamento que chegaria ao ápice em sua campanha para se firmar no trono de Leão no período de guerra civil que marcou a minoridade de Fernando IV – contextos que serão abordados mais detalhadamente no desenvolvimento do capítulo seguinte desta tese.

É preciso destacar também que D. Juan, *o Torto*, detinha o prestígio a ele legado por via materna, colocando-o como membro da poderosa linhagem de Haro, originária dos condes do século XI e cujo crescimento se deu a partir da estreita vinculação entre seus membros e os reis peninsulares, marcadamente de Leão e Castela, figurando no século XIII como a parentela de mais expressivo poder nobiliárquico, ao lado dos de Lara.

D. Juan, *o Torto*, não era favorecido somente pela proeminência sócio-política de suas linhagens ascendentes, mas também pelos domínios senhoriais detidos por seus pais: o infante D. Juan foi senhor de Valencia de Campos, Oropesa, Dueñas, Tariego, Villalón, Baena, Luque, Ponferrada, Castroverde⁶⁷⁶, enquanto D. Maria Díaz de Haro foi senhora de Biscaia, localidade profundamente vinculada à memória linhagística dos de Haro e sobre cuja posse se travou uma longa disputa entre ela e Diego Lopez de Haro, tendo o seu desfecho favorecido àquela dona⁶⁷⁷.

Ainda analisando o casamento de D. Isabel e D. Juan, *o Torto*, cumpre-nos propor algumas balizas cronológicas para a sua efetivação. Em que pese o silêncio das fontes, se observados os acontecimentos históricos, constata-se a impossibilidade do casamento ter ocorrido antes de 1287, ano da união entre D. Juan e María Lopez de Haro⁶⁷⁸. Conjecturando que D. Juan, *o Torto*, tenha nascido logo no ano seguinte ao matrimônio de seus progenitores, o estabelecimento dos esponsais não teria ocorrido antes de 1295 – quando ele teria os sete anos exigidos pela Igreja como a idade da razão –, e as núpcias apenas em 1302.

Para que possamos apresentar elementos histórico-contextuais que corroborem esta hipótese em torno da datação do casamento de D. Isabel e D. Juan, *o Torto*, é necessário que se compreenda a dinâmica das relações políticas entre reis e nobres de Portugal e de Castela

⁶⁷⁵ CAX, p. 238-241; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 197; 206-207.

⁶⁷⁶ BOTO VARELA, 2003, p. 336; SALAZAR ACHA, 1990, p. 218.

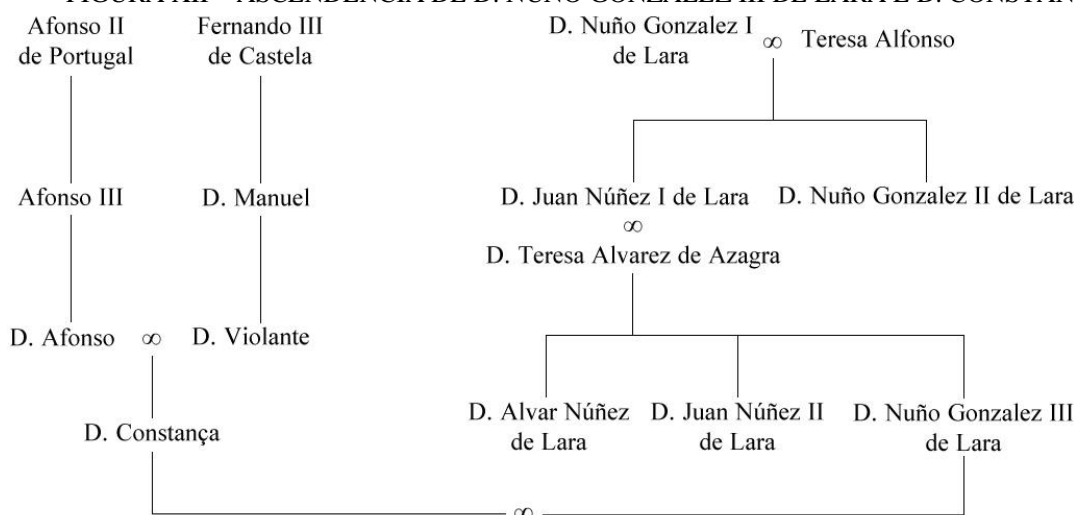
⁶⁷⁷ BAURY, 2011, p. 53-70.

⁶⁷⁸ SALAZAR ACHA, 1990, p. 219.

nos anos finais do século XIII, problemática tratada no capítulo seguinte. Assim sendo, o debate em torno dos marcos temporais para a ocorrência daquele matrimônio constitui questão melhor compreendida em trecho seguinte deste estudo.

Quanto ao casamento de D. Constança com D. Nuño Gonzalez III de Lara, sua ocorrência e datação já foram suficientemente analisadas em momento anterior, destarte, cabe-nos agora observar as características sócio-políticas e econômicas do nobre castelhano. Ele foi o terceiro filho do casal formado por D. Juan Núñez I de Lara e D. Teresa Alvarez de Azagra, sendo precedido por seus irmãos D. Alvar Núñez de Lara e D. Juan Núñez II de Lara⁶⁷⁹. Por via paterna, foi neto de D. Nuño Gonzalez I de Lara, o Bom⁶⁸⁰.

FIGURA XII – ASCENDÊNCIA DE D. NUÑO GONZALEZ III DE LARA E D. CONSTANÇA



FONTE: O autor (2016)

Temos, assim, a pertença de D. Nuño Gonzalez III à poderosa linhagem de Lara, cuja origem remonta aos condes de Castela da segunda metade do século XI, estirpe que logrou se firmar no cume da sociedade medieval castelhana no decurso das três centúrias seguintes,

⁶⁷⁹ Há informações divergentes nas genealogias consultadas para a elaboração deste estudo sobre o casamento de D. Juan Núñez I de Lara. O Conde D. Pedro afirma que aquele nobre fora casado com D. Teresa Alvarez de Azagra, e juntos geraram D. Alvar Núñez de Lara, D. Juan Núñez II de Lara e D. Nuño Gonzalez III de Lara (LLCDP, II/1, p. 157), construção genealógica com a qual concordam GAIBROIS DE BALLESTEROS (1922, II, p. 83), MOXÓ (1969, p. 40-41) e DOUBLEDAY (2001, p. 76; 189). Diferentemente, Luis de Salazar y Castro registra o matrimônio do membro da linhagem de Lara com D. Teresa de Haro, sendo o casal progenitor de D. Alvar Núñez de Lara e D. Juan Núñez II de Lara (HGCL, t. III, p. 123). O autor atribui a este último filho o casamento com D. Teresa Alvarez de Azagra, união da qual nasceram D. Juan Núñez III de Lara e D. Nuño Gonzalez de Lara (HGCL, t. III, p. 151). Como Salvador de Moxó faz notar, o genealogista espanhol se equivocou ao duplicar a figura de D. Juan Núñez II de Lara (MOXÓ, 1969, p. 40), falha que nos impele a aceitar as informações propostas pelo Conde D. Pedro.

⁶⁸⁰ LLCDDP, II/1, p. 156-159.

tendo seus membros ocupado cargos de elevado prestígio junto ao poder régio e se unido matrimonialmente a elementos das linhagens régias peninsulares⁶⁸¹.

D. Nuño Gonzalez I foi um chefe modelar de sua estirpe, tendo obtido sucesso em dar continuidade aos predados sócio-políticos que haviam garantido a proeminência dos Lara. Assim como alguns de seus antepassados, angariou o prestígio do sangue régio para sua descendência, ao se casar com Teresa Alfonso, bastarda de Alfonso IX de Leão⁶⁸². Tampouco descuidou da prirvança junto ao poder régio, tendo experimentado uma estreita relação de confiança junto a Alfonso X de Castela – construída desde a juventude, haja vista que foram criados juntos⁶⁸³ –, condição que lhe rendeu benesses advindas da atuação a favor do monarca castelhano em diversas situações, marcadamente na revolta dos senhores de Haro e nos episódios de conflito com os muçulmanos⁶⁸⁴.

Tal qual seu pai, D. Juan Núñez I de Lara também gozou da confiança de Alfonso X, o que lhe proporcionou significativas benesses, como o arranjo de seu matrimônio com Teresa de Azagra – enlace efetivado por volta de 1255 e que lhe rendeu o senhorio de Albarracín –, a doação de domínios senhoriais e a defesa dessas terras enquanto ele esteve fora do reino, lutando nas Cruzadas⁶⁸⁵.

Os benefícios obtidos pela prirvança junto ao poder régio não impediram, contudo, que D. Nuño Gonzalez I de Lara e seus filhos, D. Juan Núñez I e D. Nuño Gonzalez II, se levantassem contra o poder régio, ao se unirem aos membros das linhagens de Haro e de Castro e ao infante D. Filipe – irmão do monarca castelhano – para, juntos, apresentar um rol de queixas contra Alfonso X por ocasião das Cortes de Burgos, em 1272⁶⁸⁶. Nessa ocasião, as queixas apresentadas ao rei pelos sublevados tratavam da aplicação do *Fuero Real* – que incidia sobre as relações vassálicas, marcadamente sobre as obrigações que vinculavam os

⁶⁸¹ O debate em torno da constituição, fortalecimento e desaparecimento da linhagem de Lara e suas ramas é uma problemática vasta que se coloca além dos objetivos desse estudo, o qual se centrará na abordagem específica daqueles nobres de Lara cuja atuação política mostra-se significativa para a compreensão da trajetória política do infante D. Afonso, esse sim, objeto central desta tese. Acrescenta-se a existência de análises já desenvolvidas acerca do percurso histórico da linhagem de Lara, como a de Salvador de Moxó em seu clássico artigo sobre a nobreza velha e a nobreza nova (MOXÓ, 1969, p. 33-44), à qual se somam a obra de Simon Doubleday, que abarca os principais ricos-homens da parentela de Lara do século XII ao XIV (DOUBLEDAY, 2001), e a de Antonio Sánchez de Mora, temporalmente menos abrangente que a anterior, contudo mais vasta e aprofundada, composta em dois tomos e abrangendo um maior número de membros dessa estirpe (SÁNCHEZ DE MORA, 2003).

⁶⁸² LLCDP, II/1, p. 156.

⁶⁸³ Em meio ao contexto da revolta nobiliárquica que marcou o reino de Castela nos anos de 1272 e 1273, Alfonso X enviou carta a D. Nuño buscando dissuadi-lo de prosseguir com o levante contra o poder régio. Para tanto, o rei lembrou aquele rico-homem de quanto bem lhe havia feito desde os anos de criação conjunta, doando-lhe terras e atribuindo-lhe cargos mesmo contra a vontade de Fernando III (CAX, p. 99-102).

⁶⁸⁴ CAX, passim; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, passim; SÁNCHEZ DE MORA, 2004, p. 631-643.

⁶⁸⁵ CAX, p. 100-101; SÁNCHEZ DE MORA, 2004, p. 634.

⁶⁸⁶ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 130-132.

nobres e o rei –, exigindo a volta dos foros anteriores; a inexistência de juízes especiais para julgar fidalgos no âmbito da Corte régia, para o que demandavam a criação de um tribunal específico; a intervenção de reis e infantas sobre a herança de particulares; os abusos dos funcionários régios; a frequência com que se cobravam os serviços de Cortes e a incidência de tributos; exigiam ainda que o suserano lhes aumentasse as soldadas e devolvesse propriedades e tenências que havia tomado para si como medida de força no processo de negociações. Havia ainda demandas específicas de cada rico-homem⁶⁸⁷.

A aceitação da maioria destas petições por Alfonso X não foi suficiente para apaziguar os nobres, que insistiram em seu intento de exilar-se do reino, o que ocorreu em finais de 1272, quando passaram a Granada e firmaram preito de homenagem a Muhammad I. Mesmo nessa condição, o contato entre o Rei Sábio e os exilados não foi interrompido, mantendo-se negociações levadas a cabo pela rainha D. Violante e pelo infante D. Fernando, primogênito e herdeiro do trono, chegando-se a um acordo em 1273⁶⁸⁸. Vitoriosos em seu pleito, os revoltosos lograram impor ao monarca a normativa tradicional para a solução de conflitos feudais, tiveram tenências e senhorios devolvidos e o incremento e pagamento das soldadas – incluindo aquelas referentes ao tempo em que estiveram no exílio⁶⁸⁹. No caso específico dos de Lara, houve ainda o acréscimo das rendas de Juan Núñez de Lara em quatro mil maravedis e o aumento de dois mil maravedis – somados aos oito mil que já recebia – a serem pagos a D. Nuño Gonzalez de Lara⁶⁹⁰.

Em 1275 ocorreu a morte de D. Nuño Gonzalez de Lara⁶⁹¹, ficando seu filho D. Juan Núñez como chefe da linhagem. Faleceu também naquele ano o infante D. Fernando, herdeiro do trono de Castela, o que deu início às disputas em torno da sucessão régia entre Alfonso X e o infante D. Sancho – questão anteriormente debatida em seus aspectos gerais. Contudo, para que possamos compreender as posições ocupadas pelos nobres castelhanos a quem o infante D. Afonso se associou, convém observar mais atentamente o posicionamento político assumido pelos nobres de Lara nesse conturbado contexto.

Para que se compreenda as manobras de D. Juan Núñez de Lara é essencial ter em mente o fato de o infante D. Fernando de la Cerda ter-lhe confiado a criação dos filhos, Alfonso e Fernando, e mais: o chefe daquela estirpe deveria cuidar para que o primeiro

⁶⁸⁷ CAX, p. 118; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 127; 133-135.

⁶⁸⁸ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 127; 136-139. A *Crónica de Alfonso X* registra o conteúdo das cartas enviadas por Alfonso X aos principais nobres revoltosos, veja: CAX, p. 94-110.

⁶⁸⁹ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 138-139.

⁶⁹⁰ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 135.

⁶⁹¹ CAX, p. 178-179.

ocupasse o trono de Castela após a morte de Alfonso X⁶⁹². Foi com este propósito que aquele rico-homem se exilou do reino em 1278, logo após as Cortes de Burgos desse ano – ocasião em que o *Sábio* endossou seu segundogênito como legítimo herdeiro –, rumando para o reino de França juntamente com seu irmão D. Nuño Gonzalez II de Lara, colocando-se a serviço de Filipe III, em apoio aos intentos desse rei de invadir Castela para fazer valer os direitos de seu neto – o pequeno Alfonso de la Cerda⁶⁹³.

Enquanto D. Juan Núñez esteve no exílio, seu filho D. Alvar Núñez de Lara permaneceu em Castela, perfilado junto aos apoiadores do rei Alfonso X e atuando em batalhas a favor de seu senhor⁶⁹⁴. Esse apoio à autoridade régia era motivado pela mudança de posição do monarca castelhano, que passou a defender os direitos sucessórios de Alfonso de la Cerda após deserdar o filho insurgente, em novembro de 1282⁶⁹⁵. Da mesma maneira deve ser entendida a manobra de D. Juan Núñez de Lara de atacar o infante D. Sancho a partir de Navarra, onde estava a partir de 1283 a serviço dos interesses franceses⁶⁹⁶.

Assim, temos os nobres de Lara atuando a favor dos direitos sucessórios de Alfonso de la Cerda, colocando-se contrários a Alfonso X a partir de 1276, mas apoiando-o após sua decisão de 1282, assim alterando a configuração das forças políticas envolvidas na guerra civil a favor de Alfonso X. Mesmo com a ascensão de Sancho IV ao trono, os nobres de Lara não deixaram de contestar a autoridade régia, como fica patente pela união de D. Alvar Núñez de Lara com o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches e pelos posteriores ataques na região da fronteira luso-castelhana – assim como por outros episódios a serem abordados no capítulo seguinte.

A posição de primeiro plano ocupada pela linhagem de Lara no contexto acima abordado não seria possível sem o suporte econômico oferecido pelos domínios senhoriais e a fortuna detida pela estirpe, adquirida pela herança deixada pelos antepassados, mas também pelas benesses advindas da privança gozada por D. Nuño González I e D. Juan Núñez I de Lara junto a Alfonso X. Por sua condição de primogênito, o herdeiro dos bens linhagísticos seria D. Alvar Núñez, contudo, tendo este morrido antes de seu pai, o conjunto patrimonial foi transmitido a D. Juan Núñez II de Lara, que herdou um extenso domínio formado por Melgar de Fernamental, Villumbrales, Lerma, Aranda de Dueto, Torrelobaton, Dueñas, Tordehumos,

⁶⁹² CAX, p. 184; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 166.

⁶⁹³ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 171.

⁶⁹⁴ Inicialmente, a *Crónica de Alfonso X* coloca D. Alvar Núñez de Lara no grupo de apoiadores do infante D. Sancho, informação da qual duvida Manuel Gonzalez Jimenez em nota crítica (CAX, p. 228), haja vista que em todos os momentos posteriores esse nobre aparece ao lado de Alfonso X (CAX, p. 231; 238; 240).

⁶⁹⁵ GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 194.

⁶⁹⁶ CAX, p. 234-235; GONZALEZ JIMENEZ, 1999, p. 198.

Molina e Zafra, a que se somavam as tenências de Rodenas, Albarracín, Cañete, Moya e Baeza⁶⁹⁷; foi também detentor dos cargos de mordomo-mor e adelantado-mor da fronteira no reinado de Fernando IV⁶⁹⁸.

Excluído da linha sucessória de sua estirpe, D. Nuño Gonzalez III de Lara não foi beneficiado pela herança de seu pai⁶⁹⁹. Desfavorecido por sua condição de nascimento, os bens detidos pelo esposo de D. Constança ficaram restritos a alguns herdamentos – não detalhados pela fonte – a ele doados por Sancho IV e às benesses advindas do cargo de alferes que desempenhou em princípios do reinado de Fernando IV⁷⁰⁰.

Isto posto, pode-se afirmar que o casamento de D. Constança com D. Nuño Gonzalez III de Lara não representou uma união prestigiante para o estatuto nobiliárquico de D. Afonso. Analisado sob a perspectiva sócio-política, o enlace logrou vincular o infante português aos ricos-homens da poderosa estirpe castelhana, contudo, o fez por via de um membro pouco influente da linhagem de Lara, um filho segundo que viveu sob as ordens do pai, experimentando certo grau de autonomia somente após a morte de seu progenitor, quando alcançou o posto de alferes de Fernando IV, vivendo por pouco tempo depois disso. Os aspectos econômicos daquela união matrimonial tampouco foram favoráveis ao senhor de Portalegre, Marvão e Arronches, pois, excluído da herança paterna, seu genro não detinha mais que uma parca fortuna.

Do ponto de vista dos interesses de D. Nuño Gonzalez III, seu enlace com D. Constança foi altamente prestigiante para sua condição social, política e econômica, haja vista que significava a união de um segundogênito de uma linhagem nobre com uma descendente do sangue régio português, potencial herdeira de um vasto domínio senhorial na fronteira luso-castelhana, parte do qual poderia chegar a pertencer-lhe. Esses elementos, somados ao posto de alferes de Fernando IV, conferiam um substancial incremento ao estatuto nobiliárquico daquele rico-homem de Lara.

⁶⁹⁷ DOUBLEDAY, 2001, p. 90. A localidade de Dueñas, páginas atrás atribuída aos domínios do infante D. Juan, foi perdida por D. Juan Núñez de Lara no ano de 1299, por ocasião da guerra civil que marcou o início do reinado de Fernando IV (DOUBLEDAY, 2001, p. 96).

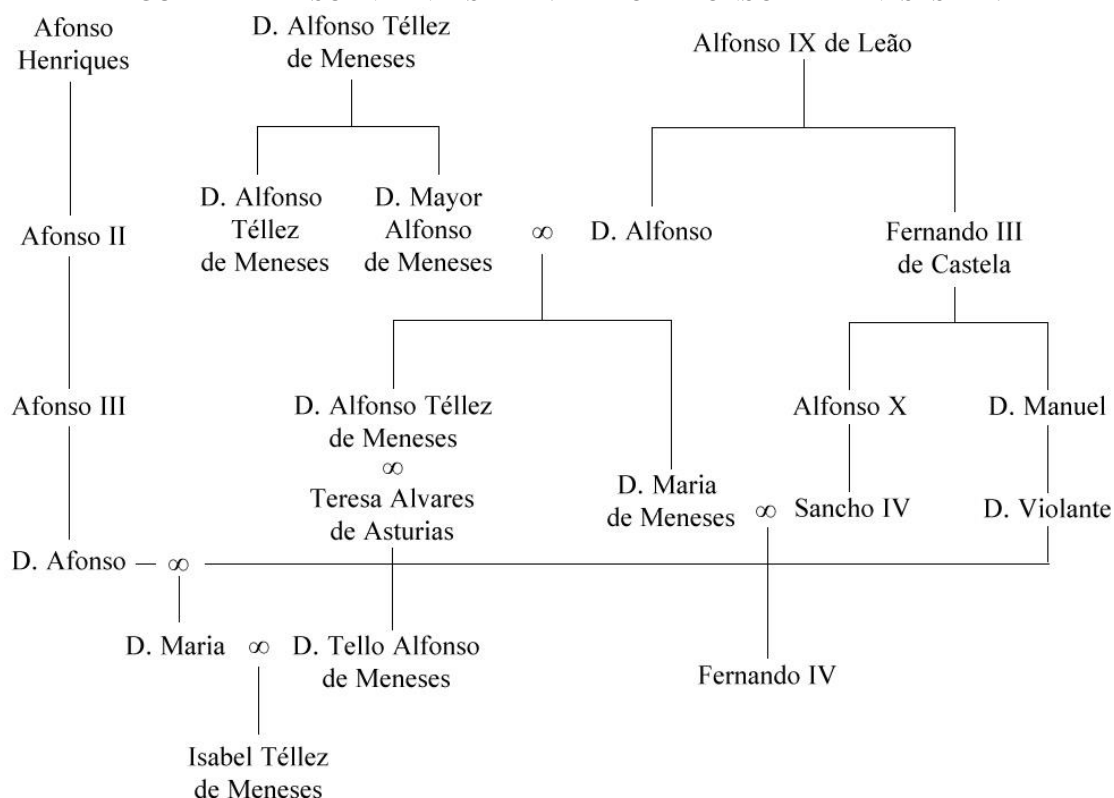
⁶⁹⁸ HGCL, t. III, p. 153.

⁶⁹⁹ DOUBLEDAY, 2001, p. 82.

⁷⁰⁰ HGCL, t. III, p. 185-187. Luis de Salazar y Castro aponta que o nobre castelhano foi senhor em parte de Vide, Alegrete, Sintra e outras vilas detidas por D. Constança, interpretação para a qual recorre ao documento de venda dessas localidades, firmado entre D. Isabel, D. Maria, D. Beatriz e o rei D. Dinis (HGCL, t. III, p. 185; 187). Contudo, a interpretação do genealogista espanhol mostra-se equivocada quando observados dois elementos: primeiro, a não efetivação das núpcias entre o casal fator que impedia a posse concreta daquelas vilas; segundo, Salazar y Castro entende que a ausência do nome de D. Constança no documento de venda foi motivada por sua intenção de não seguir as irmãs naquele trâmite de bens, embora tivesse a intenção de fazê-lo no futuro (HGCL, t. III, p. 187). O autor ignora o fato de que essa filha do infante D. Afonso já estava morta quando suas parentas firmaram acordo de trâmite de bens junto ao monarca seu tio. Dessa maneira, o domínio senhorial de D. Nuño Gonzalez de Lara sobre parte de Vide, Alegrete, Sintra e outras vilas mostra-se improvável.

Outra filha do infante D. Afonso, D. Maria, casou-se com D. Tello Alfonso de Meneses, filho de D. Alfonso Téllez de Meneses e Teresa Alvares de Asturias. Pela via paterna, aquele nobre era neto do infante Alfonso de Molina, conseqüentemente, sobrinho de D. Maria de Meneses – igualmente chamada de rainha D. Maria de Molina, casada com Sancho IV – e bisneto do rei Alfonso IX de Leão⁷⁰¹, além de primogênito e potencial líder de sua estirpe.

FIGURA XIII – ASCENDENTES DE D. TELLO ALFONSO DE MENESES E D. MARIA



FONTE: O autor (2016)

A linhagem de Meneses remonta aos filhos de Tello Péres, primeiro senhor de Meneses. Nos séculos XII e XIII, os continuadores dessa estirpe lograram manter proximidade com o poder régio, colhendo as benesses dessa relação e apoiando os reis castelhanos, com destaque para o eficaz suporte prestado a Fernando III. Ao longo de suas sucessões, o patrimônio linhagístico foi transmitido por via masculina, prática interrompida quando Alfonso Téllez, sétimo senhor de Meneses, morreu sem deixar herdeiros⁷⁰².

Diante disso, o patrimônio simbólico e material da estirpe foi transmitido à irmã do falecido senhor, Dona Mayor Alfonso, terceira esposa do infante D. Alfonso, senhor de

⁷⁰¹ LLCDP, II/1, p. 152; 154-155; 218; 290; HGCRP, t. I, p. 190.

⁷⁰² MOXÓ, 1969, p. 67-68.

Molina. O casamento da Meneses com um descendente do sangue régio serviu para reafirmar a posição de seus descendentes no estrato da alta nobreza castelhana. Foi, contudo, o casamento de D. Maria de Meneses – filha daquele casal – com Sancho IV o fator de maior contributo para a elevação do estatuto nobiliárquico da linhagem⁷⁰³.

Sendo sua irmã a rainha de Castela, D. Alfonso Téllez de Meneses e seu filho, D. Tello Alfonso, mantiveram um posicionamento político alinhado à defesa das causas régias, figurando como vassalos de Sancho IV, tendo apoiado incondicionalmente tanto este rei quanto seus sucessores Fernando IV e Alfonso XI⁷⁰⁴.

No que toca ao estatuto econômico, a privança junto ao poder régio possibilitou o acúmulo de domínios senhoriais pelos membros da linhagem de Meneses, a começar pelo senhorio que deu nome à estirpe, ao qual se juntaram os de Montealegre, Tiedra, San Román, Alba de Liste, Carvajales, Villalba de Alcor, Ampudia, Cea, Saelices de los Gallegos, dentre outras localidades – conjunto de bens que, pela morte de seu pai em 1315, passou a D. Tello Alfonso de Meneses e, posteriormente, a sua filha D. Isabel Téllez, fruto de seu enlace com D. Maria⁷⁰⁵.

A respeito da datação deste matrimônio, os documentos não indicam a sua ocorrência. As fontes e bibliografia consultadas para este estudo não nos fornecem marcos temporais acerca do nascimento dos cônjuges ou de sua única filha, tampouco qualquer outro dado que nos possibilite conjecturar quando o enlace se deu. Essa condição adversa não nos impede, contudo, de levantar hipótese acerca de datação para o enlace entre D. Maria e D. Tello Alfonso de Meneses.

O elemento essencial para orientar nossa argumentação a respeito dos marcos temporais do casamento em debate refere-se às alterações de posicionamento político dos aliados de D. Afonso no reino de Castela. Lembramos que os Meneses figuraram como constantes apoiadores dos interesses régios nos reinados de Sancho IV e de seus sucessores. Diferentemente dos parentes de D. María de Molina, o infante D. Juan e os membros da linhagem de Lara empreenderam constantes ataques contra a autoridade da Coroa castelhana durante o último quartel do século XIII. Diante dessas considerações, seria pouco provável que o infante português tivesse optado por se associar a nobres ocupantes de posições políticas diametralmente opostas.

⁷⁰³ MOXÓ, 1969, p. 68-69.

⁷⁰⁴ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, *passim*; GARCÍA FERNÁNDEZ, 1991, p. 146.

⁷⁰⁵ HGCL, t. III, p. 71; HGCRP, t. I, p. 190; MOXÓ, 1969, p. 69-70.

A partir de 1300, essa configuração de forças experimentou uma reordenação de posicionamentos. D. Juan e D. Juan Núñez II de Lara abandonaram sua postura de ataque à autoridade de Fernando IV, prestaram homenagem ao monarca castelhano e chegaram mesmo a ocupar postos de elevado prestígio junto ao poder régio – questão mais bem elucidada no último ponto do capítulo seguinte. Assim sendo, temos que, a partir do princípio da centúria seguinte, os nobres com quem D. Afonso estabeleceu alianças político-matrimoniais ocupavam a mesma posição política diante do poder régio.

A esse alinhamento político entre os aliados de D. Afonso acrescenta-se a presença do infante português na Corte castelhana a partir do século XIV, depois de ter abandonado o reino de Portugal por ocasião de sua derrota diante de D. Dinis no ano seguinte – tema de ponto posterior deste estudo. Temos, portanto, que somente a partir dos primeiros anos de 1300, com a integração dos aliados em um mesmo grupo de vassalos e servidores da autoridade de Fernando IV, houve a possibilidade de ocorrer o matrimônio de D. Maria e D. Tello Alfonso de Meneses.

Por meio do casamento de sua filha, uma vez mais D. Afonso logrou estabelecer uma aliança político-matrimonial que o vinculava a uma linhagem ocupante de posições cimeiras no âmbito da sociedade castelhana. Não se pode, contudo, afirmar que esse casamento foi estabelecido em condições equivalentes de prestígio social – se compreendido sob a perspectiva do nascimento –, tendo em conta o afastamento de D. Tello Alfonso de Meneses em relação ao tronco dos reis de Castela, um grau mais distante se comparado a D. Maria – ela, neta de rei, ele, bisneto. Nesse sentido, a união favorecia mais a honra da linhagem de Meneses e menos a condição nobiliárquica do senhor de Marvão, Portalegre e Arronches.

Apesar do menor prestígio social da linhagem de Meneses, D. Afonso estava mais interessado em seus atributos políticos, os quais certamente compensavam o desequilíbrio daquele primeiro fator. Nesse sentido, o infante português visou se associar a uma estirpe diretamente vinculada ao exercício do poder régio, haja vista a posição de D. Maria de Molina como rainha de Castela. No que toca à questão econômica, a linhagem detinha também um extenso domínio territorial, sustentáculo de seu poder senhorial.

A respeito dos casamentos das filhas de D. Afonso, cumpre-nos informar duas outras ocorrências: o enlace de D. Beatriz com D. Pedro Fernandes de Castro, estabelecido por meio da autoridade de D. Dinis e efetivado em 1312⁷⁰⁶, e o segundo casamento de D. Maria, que, após a morte de D. Tello Alfonso de Meneses, uniu-se a D. Fernando de Haro⁷⁰⁷. Contudo,

⁷⁰⁶ ML, VI, f. 181; HGCRP, t. I, p. 191.

⁷⁰⁷ ML, VI, f. 181; HGCRP, t. I, p. 190.

tendo em vista a efetivação desses matrimônios posteriormente à morte do infante, eles não constituem objeto de análise deste estudo.

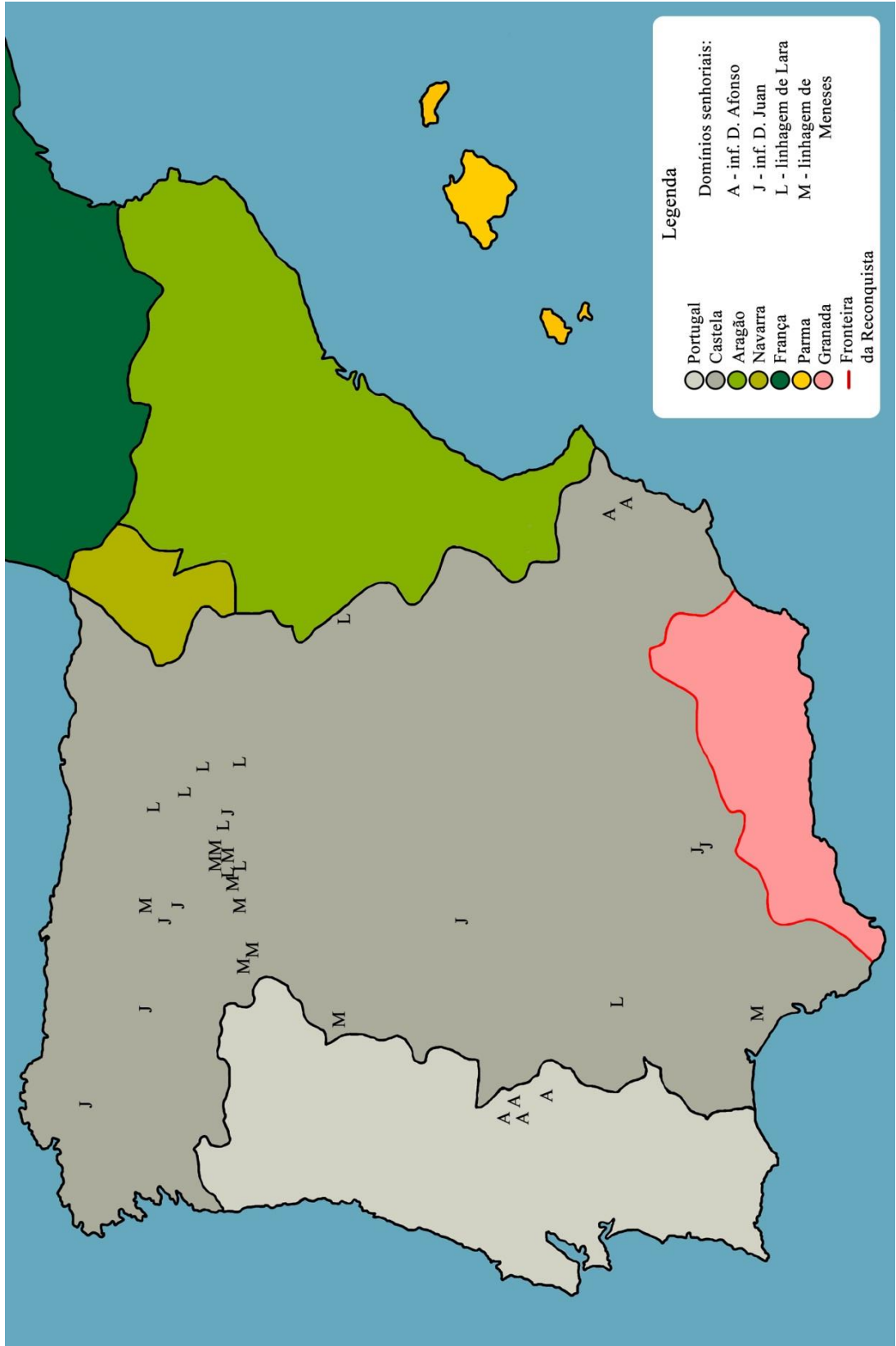
Desenvolvida a análise dos aspectos sócio-políticos e econômicos inerentes aos matrimônios de D. Afonso e de suas três filhas de maneira individualizada, é preciso reunir os dados acima expostos, para que possamos avançar no entendimento das possíveis intenções do infante quando se associou à alta nobreza castelhana.

Examinando em conjunto os domínios detidos pelo infante D. Juan e pelas linhagens de Lara e de Meneses, nota-se o distanciamento geográfico dessas localidades em relação aos senhorios de Marvão, Portalegre e Arronches, na fronteira luso-castelhana, e aos de Elda e Novelda, na raia castelhano-aragonesa. Isto constatado, reafirmamos o entendimento acerca do desinteresse de D. Afonso em se associar preferencialmente a nobres detentores de territórios próximos aos seus, prevalecendo sua inclinação em valorizar os predicados sócio-políticos de seus potenciais aliados, em detrimento de fatores econômicos.

Assim, foi sob o imperativo de buscar alianças que possibilitassem o incremento sócio-político de seu estatuto nobiliárquico que o infante D. Afonso buscou casar suas filhas com os mais poderosos membros da nobreza castelhana, infante e ricos-homens que, por seu protagonismo político, mostraram-se capazes de atuar decisivamente sobre o contexto ibérico de finais do século XIII e início do XIV, influenciando os rumos do poder régio de Castela, ao fazer frente à autoridade real em prol da defesa de direitos e privilégios considerados por eles como inerentes à formação da própria nobreza.

Para que possamos compreender esse aspecto do comportamento nobiliárquico será preciso abordar a cultura política desse grupo social, tarefa que também nos permitirá avançar no entendimento das manobras políticas praticadas pelo infante D. Afonso e dos fatores que contribuíram para sua associação à alta nobreza de Castela.

MAPA IV – DOMÍNIOS SENHORIAIS DOS INFANTES D. AFONSO E D. JUAN E DAS LINHAGENS DE LARA E DE MENESES



FONTE: O autor (2016)

3.4.2. Cultura política e aliança nobiliárquica

A produção escrita medieval – crônicas, genealogias, obras legislativas – ocupa, pela riqueza de suas informações, lugar privilegiado no conjunto das fontes documentais a que recorrem os medievalistas dedicados ao estudo dos valores nobiliárquicos, como ficou demonstrado em análise anterior acerca da construção do passado régio e linhagístico em prol da legitimação das demandas de seu tempo presente. Diante disso, para que possamos compreender a cultura política da nobreza será preciso retomar aquela discussão e aprofundar nossa análise a respeito das pretensões nutridas pelos nobres diante do fortalecimento da autoridade régia.

Em se tratando do processo de fortalecimento do poder régio no reino de Castela, a produção escrita alfonsina é reveladora do ideário político que orientou o projeto de fortalecimento da autoridade real posto em curso por Alfonso X, para o qual a construção narrativa da *Primeira Crónica Geral de Espanha*⁷⁰⁸ buscava oferecer argumentos legitimadores. Para tanto, essa obra reuniu e registrou as principais tradições orais acerca dos grandes feitos protagonizados por reis e nobres contra os inimigos muçulmanos, pretendendo assim construir uma memória que ratificasse a colaboração mútua entre os monarcas e a nobreza⁷⁰⁹.

Ainda que a *Primeira Crónica Geral de Espanha* tenha registrado os feitos dos nobres, Luis Krus interpreta essa solução como voltada para a submissão daquelas ações à memória dos feitos praticados pelas dinastias régias da Península Ibérica, cuja fundação remontava aos Godos – os antigos detentores daquele território antes da chegada dos muçulmanos. Dessa maneira, a narrativa pretendia construir um passado legitimador dos direitos reais, que, por sua origem, ultrapassavam os privilégios reivindicados pela nobreza, atribuindo função orientadora aos monarcas, únicos e verdadeiros dominadores da Reconquista⁷¹⁰.

O ímpeto de Alfonso X em se firmar como orientador da sociedade se fez sentir também em sua ampla produção legislativa. Influenciado pela emergência do Direito Romano a partir do século XIII, o Rei Sábio desenvolveu três códigos legais: *Fuero Real*, *Espéculo* e as *Siete Partidas* – projeto intelectual de maior impacto do rei de Castela, mas implementado somente a partir do reinado de Alfonso XI. Em conjunto, as determinações contidas nessas

⁷⁰⁸ Obra composta sob a orientação do rei Alfonso X a fim de registrar os mais destacados episódios e feitos heroicos praticados por cristãos e muçulmanos ao longo da Reconquista. Notável por sua extensão, começou a ser escrita em 1270 e não chegou a ser concluída ao longo dos vinte anos seguintes (KRUS, 2011, p. 115).

⁷⁰⁹ BAUTISTA, 2014, p. 97-98.

⁷¹⁰ KRUS, 2011, p. 117-119.

obras incidiam sobre os foros concelhios; a relação entre o monarca, a Corte e seus vassallos; os oficiais de justiça e a forma dos julgamentos; entre outros⁷¹¹.

Com o recurso a esses três conjuntos de leis, Alfonso X propunha-se a reorientar o modelo monárquico vigente em Castela, pautando-o em um ideal vinculado à natureza corpórea da sociedade, colocando-se como a cabeça desse corpo, cabendo-lhe a função de juiz, detentor da capacidade de criar leis e de aplicar a justiça, e obrigado a orientar suas ações para a defesa do bem comum e a felicidade dos súditos⁷¹². Para cumprir essa tarefa, a Corte exigia um aparato crescente de funcionários, sobremaneira daqueles versados em Direito, para ocupar cargos administrativos especializados⁷¹³; o aumento do número de funcionários, por sua vez, demandava o incremento das rendas da Coroa, necessidade atendida pelas medidas de intervenção econômica tomadas pelo rei de Castela⁷¹⁴.

Esse conjunto de medidas legislativas deve ser compreendido a partir da perspectiva de afirmação do ideário de soberania e da centralização do poder real que marcou o contexto do Ocidente Medieval a partir do século XIII – como anteriormente discutido –, processo que passava pela limitação dos poderes da nobreza⁷¹⁵. Importa alertar que, envolto pela realidade histórica feudal, o rei de Castela não almejava eliminar a nobreza enquanto grupo social, mas sim reorientar as relações régio-nobiliárquicas de modo a favorecer o fortalecimento da autoridade régia.

Embora sem desenvolver narrativas cronísticas ou extensos compêndios legislativos, os reis de Portugal igualmente buscaram fortalecer seu poder sobre o nobiliárquico, como ficou analisado em diversas passagens anteriores. Basta lembrar a intervenção política promovida por Afonso III no seio da nobreza, as medidas em prol da complexificação das estruturas administrativas da Coroa e as inquirições gerais. Todas essas medidas foram ainda intensificadas ao longo do reinado dionisino.

A concomitância do avanço do processo de centralização do poder real em Portugal e Castela com o esfriamento dos combates da Reconquista, a partir de meados do século

⁷¹¹ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2000, p. 42; 2012, p. 33; 40-44; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999, p. 334-345.

⁷¹² GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999, p. 264-268; GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 44.

⁷¹³ O Rei Sábio pôs em prática medidas inovadoras na administração a partir da reafirmação de competências de antigos cargos, processo acompanhado pela criação de outros, tais como: almirante-mor, notários-mores de Leão, Castela e Andaluzia, alcaides de corte, entre outros (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999, p. 271-275; GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 44-45).

⁷¹⁴ Visando obter fundos para compensar o crescente número de cargos exigidos pela administração, Alfonso X assumiu postura de controle sobre a economia do reino, com o incremento da obra colonizadora e repovoadora, incentivo à circulação de moedas e de produtos no mercado interno, aumento de impostos e vigilância sobre o recebimento das rendas devidas ao monarca (GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 39-40).

⁷¹⁵ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 42.

XIII⁷¹⁶, significou a junção de dois fenômenos ameaçadores à condição sócio-política da nobreza, haja vista que significavam, por um lado, o ímpeto régio em coibir a consolidação dos senhorios territoriais hereditários⁷¹⁷ e, por outro, a redução das possibilidades dos nobres ampliarem os seus domínios senhoriais com a conquista de terras aos muçulmanos⁷¹⁸. Diante dessa postura adversa dos reis, os nobres passaram a adotar um posicionamento de defesa de seu estatuto.

A fim de salvaguardar os seus privilégios frente à investida do poder real, os nobres buscaram na construção da memória em torno de suas origens linhagísticas os atributos de legitimidade de seus direitos, que se apoiavam em dois argumentos centrais: a ancestralidade e os feitos guerreiros. Tivemos já oportunidade de abordar essa problemática anteriormente, contudo, será preciso retomar algumas questões e reorientá-las ao debate acerca da resistência ao avanço da centralização régia.

Com este propósito, as construções genealógicas desenvolvidas pela nobreza peninsular colocavam os fidalgos da Hispânia na condição de descendentes do rei Ramiro II das Astúrias⁷¹⁹, dessa maneira buscando remeter suas origens à realeza astur-leonesa, ou seja, a um tempo anterior à própria existência dos reis de Portugal e Castela⁷²⁰. Ao argumento da ancestralidade se somava o do protagonismo guerreiro dos nobres durante a Reconquista, atuação que proporcionou a expansão dos domínios do reino, posteriormente defendidos, ocupados e povoados pela iniciativa nobiliárquica⁷²¹.

Todos esses argumentos estão presentes nas narrativas em torno do passado mítico das linhagens de Haro e da Maia. No primeiro caso, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* estabelece a ascendência dos senhores de Biscaia ao sangue régio, reforçada por seus casamentos com descendentes dos reis e dos condes antecessores da dinastia leonês-castelhana, assim buscando legitimar a superioridade da estirpe frente aos reis de Castela⁷²², os quais não detinham autoridade sequer sobre os domínios biscainhos, pois estas terras

⁷¹⁶ Em Castela, a incorporação da Múrcia, em 1243, e a conquista de Sevilha, efetivada no ano de 1248, marcaram o princípio do abrandamento das atividades militares da Reconquista, que retomou seu ímpeto conquistador somente em finais do século XV, quando os Reis Católicos conquistaram Granada, em 1492 (GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2000, p. 41; 2012, p. 33). No caso de Portugal, a campanha movida por Afonso III contra o inimigo muçulmano fez avançar os domínios territoriais do reino até o Mediterrâneo.

⁷¹⁷ KRUS, 2014, p. 46.

⁷¹⁸ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2000, p. 41; 2012, p. 33.

⁷¹⁹ KRUS, 1994; p. 289; 2011, p. 294.

⁷²⁰ KRUS, 1994; p. 185.

⁷²¹ BECEIRO PITA, 2014, p. 133-135.

⁷²² KRUS, 2011, p. 151; 164.

havia sido obtidas com o recurso a seres fantásticos, independente de favores dos monarcas, não sendo, portanto, sujeitas ao código feudo-vassálico⁷²³.

No caso de Portugal, as construções genealógicas remontavam às cinco linhagens primordiais da nobreza portuguesa ao tempo dos reis das Astúrias, sendo a da Maia a detentora de maior prestígio, pois detinha vínculos com o sangue régio asturiano. Originadas antes do estabelecimento da dinastia de Borgonha, aquelas estirpes chamavam para si o papel fundamental de apoio ao rei Afonso Henriques, tanto na luta pela autonomia do reino em relação a Leão quanto nos conflitos da Reconquista⁷²⁴. Por meio dessa narrativa, os nobres portugueses almejavam construir argumentos que legitimassem a manutenção de seus privilégios por parte dos suseranos, colocando a realeza no papel de devedora⁷²⁵.

No caso específico da linhagem da Maia, a construção de seu passado mítico, registrado no *Livro Velho de Linhagens*, coincidiu com o período no qual D. Dinis havia iniciado o processo de inquirições e a intervenção na partilha da herança de D. Gonçalo Garcia de Sousa, disputada pelos senhores de Riba de Vizela – os patrocinadores daquela obra genealógica, vale lembrar –, que buscavam se firmar como herdeiros do patrimônio – territorial e simbólico – daquelas outras duas estirpes⁷²⁶.

Neste contexto, o *Livro Velho de Linhagens*, produzido num dos mais importantes senhorios monásticos do Entre Douro e Minho, constituía uma resposta à prática régia das *Inquirições Gerais*. Através dele, demonstrava-se como o passado da nobreza coincidia com o passado do reino, denunciando-se as tentativas régias para cercear direitos tradicionalmente adquiridos como medidas abusivas e ilegítimas, já que o poder da realeza, conforme se procurava provar, se constituía a partir do Entre Douro e Minho pela vontade e pelos feitos nobiliárquicos. Por isso, no entender da fidalguia, competiria ao rei recompensar os seus vassalos e zelar pela respectiva riqueza e prestígio, e não esbulhá-los de poderes outrora adquiridos pela linhagem, sob pena de esta deixar de poder perpetuar os serviços que sempre prestava à coroa, ou, mesmo, de se vir a revoltar.⁷²⁷

Haja vista o comportamento dos nobres de Portugal e de Castela frente ao processo de centralização da autoridade régia, é possível considerá-lo como orientado por uma mesma cultura política, concebida de maneira similar por aqueles dois grupos nobiliárquicos e desenvolvida a partir da concepção de que, enquanto estrato social fortemente vinculado ao sangue régio e atuante no processo de formação territorial dos reinos de Castela e Portugal,

⁷²³ KRUS, 2014, p. 53-54.

⁷²⁴ KRUS, 1994, p. 289-296.

⁷²⁵ KRUS, 1994, p. 298.

⁷²⁶ KRUS, 2011, p. 171-179.

⁷²⁷ KRUS, 2011, p. 174.

cabiam-lhes parte do poder político controlado pelos monarcas, assim como um quinhão das benesses provenientes do exercício dessa autoridade.

Ainda que tivessem um arcabouço comum de ideias, a nobreza castelhana e a portuguesa não dispunham das mesmas condições sócio-políticas para confrontar a autoridade exercida por seus respectivos suseranos, no sentido de fazer com que estes respeitassem o conjunto de direitos e privilégios que o grupo nobiliárquico considerava próprio ao seu estatuto social. Analisadas as realidades históricas de Castela e Portugal, é possível constatar que a relação mantida entre reis e nobres nessas duas formações ibéricas experimentou situações diametralmente opostas em finais do século XIII e início do XIV. Vejamos.

Ocupante das posições cimeiras da sociedade castelhana no século XIII, a *nobleza vieja*⁷²⁸, como denominada por Salvador de Moxó, surgiu na centúria anterior e se fortaleceu no período mais dinâmico da Reconquista, quando o território do reino atingiu o rio Guadalquivir, no reinado de Fernando III⁷²⁹. No avançar desse processo, a atuação militar dos nobres garantiu-lhes domínios senhoriais e contrapartidas régias, marcadamente por via da ocupação de cargos na Corte, fator que lhes possibilitava influenciar os rumos da governança e a manutenção de seus privilégios fiscais e judiciais – isenções tributárias e tribunais com normas exclusivas⁷³⁰. A partir desse lugar social, os ricos-homens olhavam para o seu rei como um *primus inter paris*, um caudilho que governa o reino em união com a nobreza, a qual auxiliava militarmente a Coroa em troca da cedência de parte do patrimônio régio⁷³¹.

As formulações legislativas de Alfonso X incidiam, contudo, sobre as relações régio-nobiliárquicas mantidas nos reinados anteriores, pois, ao buscar reformular o aparato legal que regia a dinâmica das forças políticas do reino, suprimia o *Fuero Viejo de Castilla*, assim afetando o exercício dos direitos e prerrogativas da nobreza em prol do fortalecimento da autoridade régia⁷³². Perante essa atitude do rei, os nobres, sentindo ameaçado seu estatuto sócio-político, pretendiam retomar os tempos de pujança decorridos até o reinado de Fernando

⁷²⁸ Em seu estudo *De la nobleza vieja a la nobleza nueva: la transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media*, publicado em 1969 e republicado em 2000, Salvador de Moxó usou o conceito de *nobreza velha* para opor esse grupo social a outro, intitulado por ele de *nobreza nova*. O primeiro grupo ocupou o cume da sociedade medieval desde o século XII até meados do XIV, a partir de quando, com a ascensão da dinastia de Trastámara e o desgaste experimentado pelas linhagens que integravam o estamento nobiliárquico, novos atores sociais passaram a ocupar posições cimeiras da sociedade, processo que promoveu o surgimento daquele segundo grupo (MOXÓ, 1969).

⁷²⁹ MOXÓ, 1969, p. 2-3.

⁷³⁰ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2000, p. 44; 2012, p. 27.

⁷³¹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999, p. 128.

⁷³² GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 49.

III⁷³³, assim conservando os seus privilégios, objetivo esse que esteve no bojo da revolta protagonizada pelas mais poderosas linhagens de Castela em 1272 e 1273⁷³⁴.

Obtida essa primeira vitória da nobreza sobre o projeto político régio, os nobres lograram aproveitar o contexto de fragilidade da autoridade dos reis de Castela, iniciado pela crise sucessória que marcou o final do reinado de Alfonso X, para reforçar a defesa de seus direitos e privilégios e obter extensivas rendas negociadas a partir de sua fidelidade aos monarcas castelhanos – ora apoiando-os, ora atacando-os –, estratégia que norteou as relações régio-nobiliárquicas e inter-nobiliárquicas durante os governos de Sancho IV e de Fernando IV.

Diante do protagonismo político detido pelos nobres no último quartel do século XIII e da primeira metade do XIV – atingindo o reinado de Alfonso XI –, César González Mínguez entende que

A nobreza carece de alternativa para a fórmula monárquica, pois não há no horizonte mental e político da época outro sistema de governo. Os nobres jogam com a existência de outros candidatos vinculados familiarmente à dinastia, como o infante D. Juan ou D. Alfonso de la Cerda, mas lhes falta a convicção última para provocar uma substituição no titular da monarquia [...] O que mais claro têm os nobres é que o que realmente lhes interessa é uma monarquia débil, mais facilmente controlável que uma forte, e da qual era possível obter mais rendas e patrimônio, portanto, mais poder, que parece ser o supremo interesse nobiliárquico.⁷³⁵

Em que pese o mérito dessas palavras de oferecer uma síntese muito precisa dos acontecimentos ocorridos naquele contexto, é necessário, contudo, que matizemos algumas das interpretações por elas anunciadas, pois colocam o poder régio e o nobiliárquico enquanto forças opostas, atuando uma como antítese da outra no âmbito daquela realidade histórica. Ora, ainda que César González Mínguez atribua aos ricos-homens não a pretensão de derrubar a monarquia, mas a de obter crescente participação no poder régio, a fim de garantir favores régios beneficiadores de seus interesses particulares e linhagísticos⁷³⁶, ainda permanece o entendimento de que operavam em conflito.

⁷³³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1999, p. 129.

⁷³⁴ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 47-49.

⁷³⁵ “La nobleza carece de alternativa para la fórmula monárquica, pues no hay en el horizonte mental y político de la época otro sistema de gobierno. Los nobles juegan con la existencia de otros candidatos vinculados familiarmente a la dinastía, como el infante don Juan o don Alfonso de la Cerda, pero les falta la convicción última para provocar una sustitución en el titular de la monarquía [...] Lo que más claro tienen los nobles es que lo que realmente les interesa es una monarquía débil más fácilmente controlable que una fuerte, y de la que era posible obtener más rentas y patrimonio, por tanto más poder, que parece ser el supremo interés nobiliar” (GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 65-66).

⁷³⁶ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2000, p. 47-48.

Como faz notar Julio Escalona, o perigo deste cariz interpretativo é o de conferir caráter teleológico à monarquia feudal – como se esta soubesse de antemão a trilha para o Estado Moderno –, e, por consequência, entender a nobreza como grupo sócio-político contrário à emergência do Estado, movido por interesses pessoais ou de grupo⁷³⁷. Isto posto, o autor afirma:

A nobreza é a classe social dominante no sistema feudal; a monarquia, ao contrário – muito além da personalidade individual do rei – é na plena Idade Média um aparato organizado em acelerado crescimento, germe das estruturas formais que acabaram por compor as sofisticadas máquinas estatais baixo-medievais. Uma estrutura organizacional como esta não pode constituir-se nem operar à margem da classe dominante do sistema político em que surge. Dito de outra maneira, a totalidade do sistema político medieval – como bem sabem os especialistas do período – está atravessada pelos tentáculos da nobreza, enquanto presença, influência, prática e, muito especialmente, cultura e ideário político.⁷³⁸

Partindo dessa perspectiva, torna-se difícil delimitar um pensamento político régio e outro nobiliárquico⁷³⁹, ainda mais se considerado o elevado grau de dependência dos nobres em relação à autoridade da monarquia, instância capaz de manter a ordem política que dava forma aos sistemas de propriedade e dominação – imprescindíveis à perpetuação das condições sócio-políticas da nobreza – e de reproduzir a legitimação ideológica e jurídica do estatuto nobiliárquico e seus privilégios⁷⁴⁰.

Além desses fatores, com o avançar do século XIII as rendas proporcionadas pelos domínios territoriais aos seus senhores eram insuficientes para preservar seu estatuto nobiliárquico, impondo uma crescente necessidade dos nobres de prestar serviços militares aos reis, por isso recebendo terras e rendas. Não menos importantes eram os cargos régios ocupados pelos ricos-homens, posição que lhes proporcionava acesso às benesses proporcionadas pela Coroa, única instância capaz de controlar quantidades crescentes de

⁷³⁷ ESCALONA, 2002, p. 132.

⁷³⁸ “La nobleza es la clase social dominante en el sistema feudal; la monarquía, en cambio – mucho más allá de la personalidad individual del rey – es en la plena Edad Media un aparato organizacional en acelerado crecimiento, germen de las estructuras formales que acabarán por componer las sofisticadas maquinarias estatales bajomedievales. Una estructura organizacional como esta no puede constituirse ni operar al margen de la clase dominante del sistema político en el que surge. Dicho de otra manera, la totalidad del sistema político medieval – como bien saben los especialistas del período – está atravesada por los tentáculos de la nobleza, en cuanto a presencia, influencia, prácticas y, muy especialmente, cultura e ideario político” (ESCALONA, 2002, p. 132).

⁷³⁹ ESCALONA, 2002, p. 132.

⁷⁴⁰ ESCALONA, 2002, p. 151-152.

recursos captados pelo controle fiscal exercido por uma estrutura administrativa cada vez mais complexa⁷⁴¹.

Isto posto, compreende-se a estreita dependência da nobreza em relação ao acesso à riqueza reunida pelo poder régio, o que significa que o incremento do aparato administrativo da Coroa não ameaçava o grupo nobiliárquico; pelo contrário, era um recurso fundamental a ser instrumentalizado pelos nobres em prol de seu crescimento político. Segundo Julio Escalona, o consenso em torno desse programa político impulsionou os nobres a combater não a centralização do poder do monarca, mas o papel social a eles relegado pelas formulações jurídicas de Alfonso X: formalização da nobreza como corpo de cavalaria a serviço da Coroa e redução dos poderes senhoriais que detinham a nível local⁷⁴².

Ora, essa função e esse lugar social eram incompatíveis com o prestígio que a nobreza julgava deter. A cultura política nobiliárquica inculcava nos membros do grupo a sua vinculação sanguínea aos feitos gloriosos de seus antepassados, proeminentes senhores feudais e valorosos guerreiros, e não meros componentes das hostes régias, diminuídos em seus poderes senhoriais. Enquanto continuadores do patrimônio senhorial e simbólico de seus ancestrais, cabia aos nobres zelar pelos privilégios conquistados e mantidos ao longo do tempo e por eles herdados. Assim, quando se levantaram contra a autoridade régia, fizeram-no para defender as prerrogativas tidas como indissociáveis de seu estatuto, cuja perpetuação estava atrelada à dinâmica feudal da sociedade.

Enquanto no reino castelhano os nobres lograram impor suas demandas a um poder régio enfraquecido, no reino português a nobreza não experimentou condições sócio-políticas que lhe possibilitassem lograr o mesmo sucesso. Para que possamos compreender os elementos que justificam essa discrepância, nossa análise partirá de um fato muito significativo enunciado por José Mattoso: “De facto, não se chegaram a constituir em Portugal casas senhoriais da envergadura das que encontramos em Castela”⁷⁴³.

Um conjunto de causas contribuiu para o cenário pouco pujante da nobreza portuguesa: a dinâmica linhagística, o reduzido espaço geográfico da implantação senhorial laica, os conflitos internos ao grupo nobiliárquico e a concorrência dos reis. Considerando que

⁷⁴¹ ESCALONA, 2002, p. 152.

⁷⁴² ESCALONA, 2002, p. 159-161. Conforme entendimento de Julio Escalona, as iniciativas levadas a cabo por Alfonso X pretendiam impor a funcionalização do conjunto da nobreza – relegada ao serviço militar –, solapando a importância dos aspectos patrimoniais que integravam o seu estatuto sócio-político. Ademais, o *Fuero Real*, combinado com as medidas povoadoras do rei de Castela – pautadas na criação de vilas –, tendia a favorecer o incremento dos domínios senhoriais régios sobre os nobiliárquicos, fazendo desequilibrar o poder senhorial a favor da Coroa (ESCALONA, 2002, *passim*).

⁷⁴³ MATTOSO, 1995, I, p. 225.

esse último fator foi suficientemente analisado em trechos anteriores desta tese – e ainda o será no capítulo seguinte –, cumpre-nos analisar os outros três.

No que toca à estrutura de parentesco, dois fatores merecem destaque pelo seu contributo para o enfraquecimento das linhagens nobiliárquicas: o primeiro foi a manutenção da regulamentação cognática para o repartimento das heranças – como anteriormente abordado –, fator que acabou por provocar repetidas divisões do conjunto de bens das linhagens e, por consequência, o seu enfraquecimento; o segundo, o fracasso de poderosas linhagens em gerar descendência varonil, o que impelia os bens conquistados pela estirpe à posse feminina e a sua subsequente assimilação por terceiros⁷⁴⁴.

A esses entraves de ordem linhagística deve-se somar a diminuta área geográfica dominada pelo grupo nobiliárquico português – muito reduzida se comparada ao reino de Castela. Em finais do século XII, a implantação senhorial laica e eclesiástica no reino de Portugal estava marcadamente concentrada no espaço do Entre-Douro-e-Minho. A partir da centúria seguinte, a senhorialização avançou para as regiões de Trás-os-Montes e Beira, chegando à linha de Santarém e Coimbra – incentivada pela fixação da Corte de Afonso Henriques nessa última localidade –, depois atingindo o curso do Tejo até o litoral. É preciso, contudo, matizar a cobertura desse domínio nobiliárquico, haja vista que os senhorios não ocupavam homogeneamente todas essas regiões, concentrando-se no Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, e experimentando uma gradual diminuição no sentido sul do reino até a linha do Tejo⁷⁴⁵.

Esse avanço do regime senhorial para regiões meridionais acompanhou o movimento de Reconquista, processo do qual a nobreza nortenha abriu mão – abdicando de uma substancial fonte de riquezas, cuja compensação foi buscada na imposição de direitos senhoriais –, para o que contribuiu a concorrência das milícias religiosas no processo de combate e conquista de terras ao inimigo religioso. Assumindo o protagonismo na expansão territorial nos espaços ao sul da Serra da Estrela, as Ordens Militares se constituíram como detentoras de amplos senhorios nas regiões do Alentejo e Algarve⁷⁴⁶.

Assentes sobre um reduzido espaço geográfico – marcadamente restrito ao norte –, os nobres se atiravam a uma ferrenha concorrência entre si em torno da insuficiente disposição de terras⁷⁴⁷. O crescente acirramento dessas disputas no reinado de Afonso II descambou na guerra civil que caracterizou o reinado de Sancho II – como anteriormente abordado.

⁷⁴⁴ MATTOSO, 1995, I, p. 225-226.

⁷⁴⁵ PIZARRO, 1997, p. 1101-1107; 1999, p. 79-84.

⁷⁴⁶ PIZARRO, 1997, p. 1109-1112; 1999, p. 85-87.

⁷⁴⁷ MATTOSO, 1995, I, p. 226.

Debilitada pelos prolongados embates internos, pouco restava à nobreza portuguesa senão aceitar a autoridade de Afonso III, quando ele assumiu o trono⁷⁴⁸.

Observado o contexto histórico de Portugal e Castela em finais do século XIII e início do XIV, nota-se as situações diametralmente opostas pelas quais passavam as relações régio-nobiliárquicas nos dois espaços ibéricos. Enquanto as poderosas linhagens logravam impor suas demandas à enfraquecida autoridade régia no reino castelhano, no português as estirpes nobres eram constrangidas em seus direitos e privilégios pelo avanço das medidas centralizadoras, perceptíveis desde o governo de Afonso II e posteriormente assumidas como projeto político por D. Dinis. A disparidade entre as realidades históricas de Portugal e de Castela contribuiu para o movimento emigratório de membros da nobreza de Portugal rumo a Castela.

No século XIII, a circulação de nobres entre Portugal e Castela foi um fenômeno permanente, experimentando alguns períodos de intensificação. No primeiro deles, no início do reinado de Afonso II, os infantes D. Pedro e D. Fernando e o nobre Gonçalo Mendes de Sousa deixaram o reino, acompanhados dos seus vassalos. No segundo, entre 1240 e 1260, muitos nobres rumaram para o território castelhano, impelidos pelos conflitos da guerra civil que marcou o reinado de Sancho II e atraídos pelas oportunidades abertas pela Reconquista efetivada por Fernando III – tendo, alguns deles, sido recompensados pelo poder régio com o recebimento de domínios territoriais –; ainda durante esses anos, o reordenamento dos cargos régios efetivado por Afonso III impulsionou alguns ricos-homens ao abandono da Corte. No terceiro período, a partir de 1280, a ida de D. Beatriz para junto de Alfonso X foi acompanhada pela saída de diversos membros da nobreza, que a seguiram⁷⁴⁹.

Contudo, nem todos os nobres que saíram de Portugal para Castela lá permaneceram, a exemplo dos senhores de Riba de Vizela, que, como anteriormente abordado, experimentaram um movimento pendular entre a Corte de Afonso III e a de Alfonso X. Enquanto no reino castelhano, houve interesse por parte de diversos nobres portugueses em estabelecer alianças matrimoniais com a nobreza castelhana, como o fizeram Martim Gil de Riba de Vizela, ao casar-se com D. Milia Andrés, da poderosa linhagem de Castro⁷⁵⁰, e também outros exilados⁷⁵¹.

⁷⁴⁸ MATTOSO, 1985, p. 75.

⁷⁴⁹ DAVID; PIZARRO, 1987, p. 135-144. Para um estudo temporalmente mais abrangente da circulação de nobres entre Portugal e Castela, veja: PIZARRO, 2010, p. 889-924.

⁷⁵⁰ MATTOSO, 2009, p. 323.

⁷⁵¹ MATTOSO, 2009, p. 326.

José Mattoso interpreta o exílio de muitos nobres portugueses em Castela como fator contribuinte para que eles tomassem consciência de modelos sociais distintos, pautados em códigos de prestígio e níveis de poder, cujo contraste com a realidade histórica experimentada pela nobreza do reino de Portugal promoveu o fascínio pelos padrões superiores do grupo nobiliárquico castelhano⁷⁵². Comportamento esse que, segundo o medievalista,

[...] mostra uma classe nobre portuguesa já perfeitamente estruturada e hierarquizada, cujas diferentes categorias desenvolviam estratégias matrimoniais e de busca de recursos suficientes para manterem o estatuto alcançado ou para o melhorar. Os territórios dos outros reinos e as respectivas nobrezas ou poderes políticos serviam muitas vezes de campo de actuação se as oportunidades aí eram melhores, como aconteceu com Castela por meados do século XIII, para cavaleiros dispostos a arriscar a vida em campanhas militares. O destino das jovens casadoiras situa-se mais frequentemente nos outros reinos, sobretudo em Leão e Galiza [...] É possível que o casamento com estrangeiros fosse só por si suficientemente prestigiante [...].⁷⁵³

Essa consciência de linhagem por parte da nobreza portuguesa e seu fascínio pelos padrões nobiliárquicos castelhanos, de que nos fala José Mattoso, encontra eco nas narrativas contidas no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Ao longo dos episódios registrados pela pena do conde de Barcelos, emerge a projeção de Castela como paraíso nobiliárquico, para onde iam os cavaleiros portugueses em busca de riqueza e honra, encontrando-as nas campanhas da Reconquista e na privança junto ao rei⁷⁵⁴.

Em suma, um reino onde se encontravam oportunidades de progredir na escala nobiliárquica e de ganhar as boas graças da realeza, se não, mesmo de obter fortuna em breves estadas, já que se afirma que os *fidalgos portugueses iam a Castela muitas vezes por se provarem pelos corpos, quando em Portugal mesteres non havia*.⁷⁵⁵

Dos relatos recolhidos e registrados pelo conde D. Pedro surge a imagem de uma nobreza castelhana formada por poderosas linhagens – como a de Lara e a de Haro – que, ciosas da solidariedade de grupo, lutaram para defender-se das ameaças do poder régio, dessa maneira demonstrando sua capacidade de arbitrar os conflitos régio-nobiliárquicos. Acima desse sentimento de unidade entre os nobres, eles foram protagonistas de subsequentes

⁷⁵² MATTOSO, 2009, p. 322-323.

⁷⁵³ MATTOSO, 2009, p. 326.

⁷⁵⁴ KRUS, 1994, p. 191.

⁷⁵⁵ KRUS, 1994, p. 191-192.

episódios de guerras contra seus reis⁷⁵⁶. Ora, haveria melhores aliados que esses para um infante revoltoso?

Diante do exposto, temos que a inferioridade do estatuto nobiliárquico da nobreza portuguesa em relação à castelhana – condição reconhecida pelos próprios nobres de Portugal – contribuiu para a decisão de D. Afonso de estabelecer alianças político-matrimoniais no reino de Castela. Ademais, era nesse território que estavam suas maiores oportunidades de estabelecer enlaces favoráveis à manutenção de seu prestígio social, unindo suas descendentes aos filhos daqueles que, assim como ele, eram infantes, ou ainda a membros das mais poderosas linhagens peninsulares.

Para além dos fatores particularmente prestigiantes de cada um daqueles nobres e linhagens aos quais D. Afonso se associou, estava a capacidade desses membros da nobreza castelhana de fazer valer os preceitos da cultura política própria de seu grupo, comportamento que poderia render significativos apoios ao senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, no sentido de contribuir para que ele fosse capaz de fazer frente à centralização régia levada a cabo por D. Dinis – tal como seus aliados haviam logrado fazer no reinado de Alfonso X, e seguiriam fazendo no decurso dos dois reinados seguintes.

⁷⁵⁶ KRUS, 1994, p. 193-195.

CAPÍTULO 4 – O INFANTE D. AFONSO ENTRE OS REINOS DE PORTUGAL E CASTELA

A constituição do senhorio fronteiriço de D. Afonso; as questões que perpassaram o primeiro conflito entre o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches e o rei D. Dinis; os aspectos motivadores das associações matrimoniais do infante português com membros da alta nobreza castelhana. Todas essas problemáticas – anteriormente examinadas – surgem como questões centrais para a compreensão do contexto mais dinâmico da atuação política do infante D. Afonso, assunto do capítulo que se abre agora, o último do presente estudo.

As linhas seguintes abordam o período que se estende de 1283 a 1312, íterim no qual D. Afonso buscou fortalecer seu estatuto nobiliárquico, intento que passou impreterivelmente pela oposição ao processo de centralização da autoridade régia efetivado por D. Dinis, oposição que os arrastou a outros dois conflitos, cujo palco novamente foi o senhorio fronteiriço do infante português. Contudo, esses embates não podem ser devidamente compreendidos sem considerar a influência que os fatores políticos externos ao reino de Portugal exerceram sobre os interesses nutridos por cada um daqueles irmãos.

Isto posto, é imprescindível que tratemos do conturbado contexto sócio-político de Castela durante os reinados de Sancho IV e de Fernando IV, abordando a atuação desses dois reis diante das ameaças nobiliárquica e aragonesa e, principalmente, das ações dos nobres castelhanos a quem D. Afonso havia se associado. Assim procedendo, poder-se-á oferecer uma interpretação historiográfica construída sobre um amplo escopo analítico e, portanto, condizente com a complexidade deste contexto.

4.1. A revolta de 1287

No ano de 1287, D. Afonso tornou a se levantar contra o poder régio, quando se associou a D. Alvar Núñez de Lara e apoiou militarmente esse rico-homem castelhano em seus atos de violência praticados nos territórios castelhanos localizados nas proximidades da zona fronteiriça portuguesa. Por essas posturas, o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches demonstrou sua capacidade de mobilização militar e as possibilidades que detinha de interferir sobre os rumos da governança de D. Dinis e as relações políticas do rei de Portugal com outros monarcas do espaço ibérico, nesse caso, o de Castela.

Considerando o imbricado quadro de forças políticas portuguesas e castelhanas, o segundo episódio de conflito entre D. Afonso e D. Dinis não pode ser compreendido sem que

se aborde a conjuntura sócio-política dos reinos de Portugal e Castela nos anos 80 do século XIII e a relação desse contexto histórico com a emergência de insatisfações entre os setores nobiliárquicos daqueles dois reinos.

4.1.1. A política de Sancho IV e a revolta de D. Alvar Núñez de Lara

Depois da morte do pai, Sancho IV ascendeu ao trono de um reino imerso em um ambiente social marcado pelas adversidades geradas pelos anos de guerra civil: muitas foram as lealdades traídas, os câmbios de apoio político e as censuras eclesiásticas lançadas contra o ainda infante D. Sancho em resposta aos seus ataques a Alfonso X⁷⁵⁷. Diante desse cenário, as condições de governabilidade do rei de Castela estavam atreladas a sua capacidade de fortalecer as relações da Coroa com a nobreza, o papado e os outros suseranos do Ocidente Medieval, a fim de obter o necessário respaldo a sua posição.

A busca pela legitimação de seu casamento com María de Molina⁷⁵⁸ junto ao papado foi questão cara ao rei Sancho IV ao longo de todo o seu reinado, problemática diretamente ligada ao seu posicionamento no conflito franco-aragonês. Por um lado, o rei de Castela dependia do tio, Pedro III de Aragão, para continuar retendo Alfonso de la Cerda – pretendente ao trono castelhano – e oferecer resistência e combate a D. Juan Núñez de Lara, nobre que, apoiado pelo monarca francês, atacava os territórios aragoneses e castelhanos a partir de seu senhorio de Albarracín⁷⁵⁹. Por outro, a influência de Felipe III da França junto à Corte pontifícia poderia abrir caminho para a ambicionada legitimação matrimonial⁷⁶⁰; contudo, o monarca francês era partidário da causa dos herdeiros do falecido infante D. Fernando de la Cerda.

O almejado reconhecimento matrimonial, a necessidade de se equilibrar entre as pressões políticas exercidas pelos reis de Aragão e da França e as ameaçadoras pretensões de Alfonso de la Cerda ao trono castelhano perpassaram todo o período governativo de Sancho

⁷⁵⁷ NIETO SORIA, 1994, p. 55.

⁷⁵⁸ O primeiro enlace do infante D. Sancho, com Guillerma de Montcada, foi acordado entre os pais do pretenso casal, Alfonso X e Gastón VII, visconde de Bearn, e efetivado por palavras de presente no ano de 1270; contudo, o cônjuge se negou a consumir o matrimônio. Ao invés disso, em 1282 ele se casou com D. María de Molina, prima-irmã de seu pai, vínculo sanguíneo que levou o papa francês Martinho IV a vociferar a infâmia daquela união (NIETO SORIA, 1994, p. 21-23; VALLE CURIESES, 2000, p. 35-36). Conforme interpretação de Vicente Angel Álvarez Palenzuela, a aceitação da legitimidade desse último compromisso nupcial era profundamente dificultada pela quebra das regras canônicas referentes ao seu estabelecimento: ausência de consentimento paterno, validade e vigência de compromisso matrimonial anterior e ausência de dispensas papais a respeito do grau de consanguinidade entre os nubentes (ÁLVAREZ PALENZUELA, 1998, p. 1052).

⁷⁵⁹ NIETO SORIA, 1994, p. 57-58; 61.

⁷⁶⁰ GAIBROIS DE BALLESTROS, 1967, p. 24-25.

IV, afetando mesmo a estabilidade de seu sucessor no trono. Os conflitos régio-nobiliárquicos, marcadamente contra o infante D. Juan, foram outra constante ao longo de seu reinado.

Logo após o sucessor de Alfonso X ocupar o trono, D. Juan deu mostras de querer se firmar como rei de Sevilha, plano que não se concretizou. Sancho IV buscou ganhar a fidelidade do irmão concedendo-lhe o posto de mordomo-mor, contudo, essa atitude não foi suficiente para conter os ânimos revoltosos do infante, que não tardou a se envolver em ataques a Badajoz e Albuquerque. Menos inclinado dessa vez a tolerar as transgressões do parente, o monarca puniu-o com a retirada do cargo⁷⁶¹.

Despojado da autoridade inerente ao cargo de mordomo-mor, D. Juan optou por se manter vinculado ao poder régio por meio de sua associação a D. Lope Díaz de Haro, nobre que gozava de crescente privança junto ao rei de Castela. Poderoso rico-homem, ele figurava como apoiador de Sancho IV desde o reinado de Alfonso X – quando atuou em prol do reconhecimento do segundogênito do Rei Sábio como herdeiro do trono⁷⁶² –, vínculo político que foi estreitado por meio de seu casamento com D. Juana – irmã da rainha D. Maria de Molina – e pelos enlaces cruzados entre os irmãos de Sancho IV e D. Lope: D. Diego López de Haro e a infanta D. Violante, D. María Díaz de Haro e o infante D. Juan⁷⁶³.

A partir do dia primeiro de janeiro de 1287, D. Lope Díaz de Haro, até então desprovido de cargo régio, foi agraciado por Sancho IV com as funções de mordomo-mor, alferes-mor, tenente de todos os castelos do monarca, o título de conde e o acesso irrestrito aos selos reais. Tratava-se de uma transferência de autoridade excepcional, possibilitadora da imediata ascensão daquele nobre à condição de mais poderoso rico-homem do reino⁷⁶⁴. Hábil político, D. Lope ainda logrou ampliar sua influência sobre a economia do reino, quando convenceu o rei de Castela a delegar a administração da fazenda régia a um judeu que lhe era politicamente vinculado⁷⁶⁵.

A excepcional concessão de poderes ao conde de Haro atingiu diretamente os interesses da estirpe de Lara e contribuiu para realçar os conflitos que, desde a guerra civil de finais do reinado de Alfonso X, colocavam essas prosápias em condição de inimigas. O favorecimento de Sancho IV a D. Lope Díaz de Haro, que causou aberto descontentamento a diversos membros da nobreza castelhana, era inaceitável para o estatuto nobiliárquico de D.

⁷⁶¹ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, p. 11-12; 1967, p. 25; 56-57; NIETO SORIA, 1994, p. 56-59.

⁷⁶² CAX, p. 190.

⁷⁶³ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1967, p. 138-139; NIETO SORIA, 1994, p. 86.

⁷⁶⁴ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1967, p. 136-145; NIETO SORIA, 1994, p. 86-90.

⁷⁶⁵ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1967, p. 136-145; NIETO SORIA, 1994, p. 86-90.

Alvar Núñez de Lara – chefe de sua linhagem em Castela após o exílio de seu pai, D. Juan Núñez I de Lara⁷⁶⁶.

A discordância de D. Alvar Núñez de Lara a respeito dos rumos políticos tomados por Sancho IV ficou cada vez mais evidente com o avanço das concessões de parcelas cada vez mais significativas do poder régio a D. Lope Díaz, tendo atingido seu ápice quando, no primeiro dia de junho de 1287, o conde de Haro passou a controlar as rendas régias, conforme outorga feita pelo rei de Castela nas Cortes de Burgos. Em resposta a essa situação adversa aos seus interesses, D. Alvar se insurgiu em atos de ataque contra a autoridade do monarca castelhano, para o que se uniu ao infante D. Afonso⁷⁶⁷.

4.1.2. A política centralizadora de D. Dinis e os interesses nobiliárquicos de D. Afonso

De início, o reinado de D. Dinis foi marcado pela quebra de relações entre o rei e sua mãe, devido à anterior condição de regente de D. Beatriz. Em seguida, o monarca português não titubeou em recorrer à ação militar para cercar o infante D. Afonso, ação excepcional, mas necessária para coibir os atos desafiadores desse infante contra a autoridade do monarca, e que também serviu para transmitir uma importante mensagem ao grupo nobiliárquico: o monarca não iria deixar de fazer valer sua vontade sobre os nobres, independente de ser o mais poderoso deles e ainda que para isso tivesse de fazer uso da força militar⁷⁶⁸.

O expediente às armas não foi, contudo, o meio usado por D. Dinis para fazer avançar a centralização do poder régio sobre os privilégios nobiliárquicos, problemática que, como chamou atenção José Mattoso, “[...] constitui, de facto, um dos aspectos mais marcantes do reinado e da actuação política de D. Dinis”⁷⁶⁹. Foram as letras o recurso por excelência do monarca para promover o fortalecimento de sua autoridade. Dando continuidade à prática iniciada por Afonso III⁷⁷⁰, ele assumiu e aprofundou o papel do suserano que apoia seu poder não na violência desferida pelo fio da lâmina, mas na implacável força das determinações registradas pela pena. O Poeta⁷⁷¹ não tinha dúvidas: o poder de um rei se impõe pela escrita.

⁷⁶⁶ NIETO SORIA, 1994, p. 90-91; 193.

⁷⁶⁷ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 154-155.

⁷⁶⁸ MATTOSO, 1993b, p. 159; PIZARRO, 2008, p. 121.

⁷⁶⁹ MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1989, p. 50; MATTOSO, 1993b, p. 158.

⁷⁷⁰ KRUS, 2011, p. 55.

⁷⁷¹ D. Dinis cresceu em um ambiente culturalmente rico. Na Corte de seu pai, Afonso III, circulavam obras de outros reinos peninsulares e do francês – onde o Bolonhês havia passado boa parte dos anos de sua vida –, sendo também um espaço povoado por trovadores portugueses. Seu avô, Alfonso X, era exímio poeta e autor de uma vasta obra jurídica e poética – incluindo as chamadas *Cantigas de Santa Maria* –, da qual o neto era um declarado admirador. Sob essas influências, ele se destacou como autor de um amplo número de composições,

Bem entendido, a compreensão de que D. Dinis recorreu às letras para ampliar a presença e promover a afirmação de sua autoridade sobre o território português não implica admitir o abandono das armas por parte do poder régio. Enquanto monarca feudal, ele detinha as prerrogativas do uso da força militar para conter revoltas capazes de ameaçar seu projeto político, a exemplo de como procedeu diante dos consecutivos atos de insurgência protagonizados pelo infante D. Afonso. Contudo, ainda que o suserano tenha cercado o irmão em seus domínios senhoriais, o fez com o intuito de conter seus atos de violência, abrindo caminho para o entendimento entre os conflitantes por meio de composições documentadas e inseridas na chancelaria dionisina.

Ao assim proceder diante das revoltas de seu irmão, D. Dinis demonstrava que não deixaria de pegar em armas contra aqueles que colocassem em risco os interesses do poder régio. Porém, o uso das armas foi um meio usado pelo rei de Portugal para submeter o infante D. Afonso, impelindo-o a aceitação de composições pretendidas como atos de solução duradoura para os conflitos entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III, caráter que explica o registro dos acordos entre as partes por meio da escrita e a criação de um documento capaz de resistir ao tempo e à memória dos homens.

Em determinação do dia 26 de dezembro de 1283 D. Dinis recorreu à letra da lei para revogar todas as doações feitas por ele desde o início de seu reinado, decisão que contou com o apoio do infante D. Afonso e dos conselheiros régios⁷⁷². O rei de Portugal demonstrava ímpeto governativo ao reclamar para si as prerrogativas inerentes à autoridade que detinha sobre a sociedade portuguesa, a fim de garantir a superioridade de mando sobre todos os senhores do reino, fossem eles nobres ou clérigos⁷⁷³.

Avançando com seu projeto político centralizador, D. Dinis lançou mão daquele que foi o seu principal recurso de combate aos abusos praticados pelos nobres contra os bens da Coroa: as inquirições⁷⁷⁴. Por meio desses processos investigativos, iniciados a partir de 1284, o rei de Portugal buscou evitar que a nobreza se apropriasse dos tributos devidos pela população do reino ao poder régio – prática à qual recorria o grupo nobiliárquico a fim de remediar as dificuldades econômicas provocadas pelo cessar dos conflitos em torno da

inclusive musicais. Por essas qualidades, D. Dinis foi alvo da apreciação daqueles que viveram nos séculos XV e XVI – como Camões – e passou a ser chamado de Rei Poeta (PIZARRO, 2008, p. 319-323).

⁷⁷² Ch.DD, l. I, f. 86-86v.

⁷⁷³ PIZARRO, 1993, p. 91-93; 1997, p. 1120; 1201; 2008, p. 120.

⁷⁷⁴ As inquirições foram inquéritos em larga escala ordenados pelos reis de Portugal em diversos momentos ao longo dos séculos XIII e XIV. Esses processos, estreitamente vinculados ao conjunto das medidas voltadas para o fortalecimento e centralização do poder régio, tinham o intuito de reprimir os abusos senhoriais cometidos contra os direitos patrimoniais e fiscais inerentes à autoridade do monarca (MARQUES, 1985c, p. 328-330).

Reconquista e pela consequente interrupção do fluxo de riquezas proporcionadas pelos saques e pilhagens⁷⁷⁵.

O recurso às inquirições não representava nenhum ineditismo, haja vista que Afonso II e Afonso III haviam recorrido àquele mesmo expediente, respectivamente, em 1220 e 1258. Contudo, diferentemente das investigações postas em curso por seu avô e por seu pai, os inquéritos elaborados no reinado de D. Dinis se destacavam por sua maior abrangência quantitativa e qualitativa, considerando que incidiram sobre um espaço territorial mais alargado, e produziram um minucioso registro das informações levantadas pelos inquiridores, procedimento nunca antes visto pelos senhores portugueses, que ficaram temerosos diante das averiguações levadas a cabo pelos funcionários régios⁷⁷⁶.

O desassossego dos nobres não era infundado. Enquanto as inquirições de 1220 e de 1258 objetivavam levantar os foros e rendas devidos pelo estrato senhorial à Coroa, as de 1284 visavam inquirir sobre a aquisição e transmissão das honras⁷⁷⁷ possuídas pelos senhores, ameaçando seus privilégios, ao colocá-los como alvo primordial. Ante essa situação adversa, a nobreza apresentou suas queixas a D. Dinis nas Cortes de Lisboa, em 1285, contra aquilo que considerou um desrespeito às suas prerrogativas. O rei respondeu-lhes evasivamente⁷⁷⁸.

Diante da reincidência daqueles protestos nas Cortes de Guimarães, realizadas no ano de 1288, D. Dinis apresentou uma solução que lhe possibilitava evitar um confronto direto com a nobreza, sem abandonar o processo centralizador: a nomeação de uma comissão responsável por novas inquirições e apurações em torno da legitimidade das honras senhoriais⁷⁷⁹. Em 1290, o rei anunciou o resultado desses inquéritos e passou à aplicação das sentenças, o que causou novos protestos por parte dos nobres; contudo, a legitimação de

⁷⁷⁵ MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1989, p. 50.

⁷⁷⁶ PIZARRO, 1993; 93; 1997, p. 1120; 1202; MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1989, p. 51-52; MATTOSO, 1993b, p. 159.

⁷⁷⁷ Seguindo a definição de Frei Joaquim de Viterbo, *honras* são como “Desde o tempo dos Reis Godos se chamaram em Hespanha, e depois em Portugal, certas porções de terreno em que Ricos-homens, e outros principaes senhores tinham seus palacios, ou quintas com jurisdição sobre os visinhos, seus vassalos, ou colonos, que como feudatarios os reconheciam como senhores, que tinham obrigação de amparar, e defender de qualquer violência, ou extorsão; ficando deste modo as ditas Honras, e os que nellas moravam libres, e isentos de imposições, ou tributos reaes” (VITERBO, 1865, v. II, p. 26). As honras remontam a um costume praticado muito antes do surgimento do reino de Portugal, onde se mantiveram, segundo Oliveira Marques, como forma pela qual se designava uma terra imune pertencente a um nobre; privilégio que incidia sobre um determinado território por conta da condição nobiliárquica. A maioria delas remontava ao século XI – a partir de quando se deu a conquista da região norte do reino –, vindo outras por doações dos reis de Portugal ou ainda por usurpações praticadas pelos nobres em detrimento do patrimônio da Coroa. Tendo em conta que as imunidades constituíam característica definidora daquelas terras, seus detentores gozavam de: isenção de encargos tributários a serem pagos ao monarca, direito de justiça – salvo em caso de crimes mais graves – e de proibição da entrada de oficiais régios (MARQUES, 1985b, p. 224-225).

⁷⁷⁸ PIZARRO, 1997, p. 1120; MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1989, p. 54-55; MATTOSO, 1993b, p. 159.

⁷⁷⁹ MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1989, p. 55-56; MATTOSO, 1993b, p. 160.

muitas honras pelo poder régio serviu para dividir os interesses dos membros do grupo nobiliárquico, enfraquecendo sua capacidade de resistência às medidas dionisinas⁷⁸⁰.

Paralelamente ao combate aos privilégios detidos pela nobreza, D. Dinis interveio em episódios pontuais de conflito entre nobres, como na disputa em torno da herança deixada pelo conde D. Gonçalo Garcia de Sousa após sua morte, em 1285. Incapazes de chegar a um entendimento a respeito da divisão do patrimônio do falecido, os herdeiros solicitaram a mediação do rei, que, identificando possíveis usurpações do patrimônio régio, passou a figurar como parte interessada naquele processo de partilha, fator que o levou a proceder com o processo de inquirição do conjunto de bens em disputa⁷⁸¹.

Muitos eram os pretendentes à herança, entre eles os irmãos Mem e João Rodrigues de Briteiros e Martim Gil de Riba de Vizela, que sucedeu ao conde no cargo de alferes-mor. À data marcada para a leitura dos resultados das inquirições, na Páscoa de 1287, aqueles dois primeiros nobres não se apresentaram na Corte régia, demonstrando sua insatisfação com a maneira como D. Dinis conduziu o processo de partilha, atuando não como árbitro isento, mas como quem cobiça o patrimônio em disputa⁷⁸².

Em decorrência da ausência de Mem e João Rodrigues de Briteiros, estabeleceu-se nova data para o ato, efetivado somente em setembro de 1288. Com a reincidência do não comparecimento dos irmãos, eles foram excluídos da partilha. Aos presentes coube o recebimento das partes da herança, da qual D. Dinis não confiscou nenhuma das honras ou domínios senhoriais⁷⁸³. Diante disso, Luis Krus entende que o

[...] processo levantado pelo rei, mais do que legitimar uma hipotética devolução para a coroa de terras e direitos sonogados pela linhagem, visava, exemplarmente e ao mais alto nível, propagandar as razões justificativas do descontentamento do monarca para com uma fidalguia usurpadora das prerrogativas, poderes e rendimentos da realeza. Em síntese, permitia publicitar argumentos para condenar a rebeldia feudal da grande nobreza e fundamentar a política de afirmação do poder régio que D. Dinis se propunha levar a cabo.⁷⁸⁴

Embora o monarca português não tenha confiscado nenhuma parcela da herança de D. Gonçalo, o ato de proceder com o processo investigativo a respeito da legitimidade dos bens da linhagem de Sousa gerou protestos de membros da alta nobreza que disputavam aquela

⁷⁸⁰ MATTOSO, 1993b, p. 161.

⁷⁸¹ KRUS, 2011, p. 62-66; 90.

⁷⁸² KRUS, 2011, p. 91.

⁷⁸³ KRUS, 2011, p. 91-92.

⁷⁸⁴ KRUS, 2011, p. 90.

fortuna. Além de se ausentar da leitura do resultado das inquirições, Mem Rodrigues de Briteiros abandonou o reino de Portugal em 1288 e se integrou à Corte de Sancho IV; seu retorno ocorreu apenas nos últimos anos do século XIII⁷⁸⁵. João Rodrigues de Briteiros seguiu seu irmão na decisão de não presenciar o anúncio acerca daquelas investigações, mas não o acompanhou em sua saída do reino⁷⁸⁶.

A intervenção de D. Dinis na herança dos Sousa favoreceu os herdeiros dependentes dos apoios e benesses régias, para o que ofereciam, em contrapartida, seu apoio à política centralizadora dionisina. Essa situação atingiu diretamente os interesses de D. Martin Gil de Riba de Vizela, rico-homem pretendente ao patrimônio simbólico das velhas linhagens do reino – dentre elas a de Sousa –, o que o motivou à produção do *Livro Velho de Linhagens*, como manifestação de sua pretensão de se firmar como legítimo detentor daquelas posses⁷⁸⁷.

Para que possamos compreender as medidas centralizadoras efetivadas por D. Dinis até finais do século XIII, cumpre-nos mencionar ainda a extinção das tenências – questão mais bem analisada em ponto seguinte desse capítulo. Por ora, nos ateremos ao fato de que, como apontado por José Augusto Pizarro, o último documento chancelar no qual constam os títulos de tenência data de 9 de agosto de 1287, a partir de quando os ricos-homens deixam de figurar nesses cargos⁷⁸⁸.

Logo, o panorama das manobras centralizadoras levadas a cabo por D. Dinis até finais do século XIII passou por um amplo controle sobre os privilégios da nobreza, efetivado por meio das inquirições – tanto de caráter geral quanto localizado –, pela intervenção em conflitos nobiliárquicos e pela subtração das tenências aos nobres. Esse conjunto de ações, iniciadas mais precisamente a partir de 1282, experimentou o pico de suas tensões no ano de 1287⁷⁸⁹, como demonstram as atitudes dos Briteiros e de D. Martin Gil de Riba de Vizela. Ora, foi justamente nesse contexto que o infante D. Afonso novamente se levantou contra o rei de Portugal.

O vínculo vassálico firmado pelo rei de Portugal e o senhor de Portalegre, Marvão e Arronches em 1282 reaproximou-os, como demonstram a recepção da rainha D. Isabel na raia luso-castelhana pelo infante português, a designação de D. Afonso como conselheiro do irmão e a presença de seu nome entre os confirmantes dos diplomas régios. A constante presença do infante na Corte régia não o impediu, contudo, de atuar à revelia dos interesses de D. Dinis,

⁷⁸⁵ PIZARRO, 1997, p. 759; VENTURA, 1992, p. 616-618.

⁷⁸⁶ PIZARRO, 1997, p. 769; VENTURA, 1992, p. 615-616.

⁷⁸⁷ KRUS, 2011, p. 174-177.

⁷⁸⁸ PIZARRO, 1997, p. 1203.

⁷⁸⁹ PIZARRO, 1997, p. 1203.

buscando colocar-se como líder de uma nobreza cada vez mais descontente com o fortalecimento da autoridade régia.

As condições identificadas por D. Afonso como possibilitadoras da revolta contra o poder régio foram se desenhando paulatinamente no horizonte político do reino de Portugal a partir das próprias ações de D. Dinis, marcadamente por conta do processo de inquirições gerais iniciado em 1284, que devassou as honras senhoriais e motivou a nobreza a opor-se ao projeto centralizador dionisino. O primeiro episódio de resistência nobiliárquica se deu nas Cortes de Lisboa de 1285, quando D. Afonso assumiu o papel de porta-voz das queixas apresentadas pelos nobres ao rei de Portugal acerca dos abusos praticados pelos inquiridores⁷⁹⁰.

Esta atitude do infante português constitui ato indiciário de suas pretensões de se afirmar como líder desse grupo social, buscando cooptar o apoio dos nobres e, dessa forma, firmar-se como ponta de lança da resistência nobiliárquica frente à ameaça dionisina. O amplo descontentamento gerado pela inquirição da herança de D. Gonçalo Garcia de Sousa entre seus herdeiros pode ter sido identificado por D. Afonso como um fator amplamente favorável aos seus interesses, especialmente se considerada a postura assumida pelos Briteiros diante da leitura dos resultados daquele inquérito.

Conforme hipótese levantada por Leontina Ventura, João Rodrigues de Briteiros pode ter inicialmente pertencido ao corpo de vassalos de D. Afonso, como sugere sua presença nos diplomas régios pelos quais Afonso III favoreceu o seu filho segundo⁷⁹¹. É possível conjecturar que o infante esperava contar com o apoio daquele nobre e de seu irmão, Mem Rodrigues de Briteiros – prestigiado rico-homem detentor de cargos e vasto patrimônio territorial⁷⁹².

Admitindo a hipótese de D. Afonso ter compreendido a conjuntura das relações régio-nobiliárquicas em Portugal como favorável a um movimento de revolta por parte da nobreza, ele se sentiu ainda mais impulsionado a assim proceder quando D. Dinis suprimiu os cargos de tenente, em meados de 1287, decisão que atingia diretamente seu estatuto nobiliárquico. Tendo diante de si a conjunção de todos esses fatores, D. Afonso optou por apoiar D. Alvar Núñez de Lara, que a essa altura havia iniciado atos de violência na linha fronteira luso-castelhana.

⁷⁹⁰ MATTOSO; KRUS; ANDRADE, 1989, p. 55.

⁷⁹¹ Ch.AfIII, doc. 490; 569; 689; VENTURA, 1992, p. 110.

⁷⁹² VENTURA, 1992, p. 616-618.

4.1.3. O desenvolvimento dos conflitos e o cerco a Arronches

Os conflitos causados pela associação do infante português ao nobre castelhano ocorreram a partir de meados de junho de 1287, tendo em conta que, como apontado pela *Crónica del rey D. Sancho el Bravo*⁷⁹³, com a qual concorda Mercedes Gaibrois de Ballesteros⁷⁹⁴, D. Alvar Núñez de Lara deixou Castela rumo a Portugal somente depois do primeiro dia daquele mês. Divergindo dessas informações, Francisco Brandão afirma que os combates provocados por D. Afonso e D. Alvar começaram no ano de 1286⁷⁹⁵, interpretação aceita por parte significativa dos medievalistas portugueses. Quanto a nós, seguiremos nos atendo àquele primeiro marco temporal, igualmente adotado por Miguel Gomes Martins⁷⁹⁶, decisão que orienta a exposição das linhas seguintes.

Saindo de Burgos em início de julho, D. Alvar Núñez de Lara passou a percorrer a linha fronteira luso-castelhana na direção norte-sul. O primeiro episódio de violência provocado pelo nobre castelhano e suas tropas ocorreu na fronteira da Beira Transmontana, mais precisamente nos entornos de Miranda de Riba Douro, localidade onde morreu Nuno Rodriguez Bocarro, que acompanhava D. Alvar⁷⁹⁷.

Os confrontos seguintes ocorreram em Alfaiates⁷⁹⁸, provocando a morte de Martim Vasques de Soverosa II, que lutou ao lado de D. Alvar Núñez de Lara contra as tropas de Sancho IV⁷⁹⁹. O mesmo fim tiveram Fernam Soarez e Sentil Soarez de Barbudo – irmãos de Paio Soares de Barbudo, mordomo de D. Afonso –, igualmente apoiadores do nobre castelhano⁸⁰⁰. O envolvimento desses dois últimos na lide de Alfaiates corrobora o entendimento de que o senhor de Portalegre, Marvão e Arronches apoiou militarmente D. Alvar, reforçando as tropas de seu associado com contingente formado por hostes vindas de seu senhorio e por membros da população egitanense⁸⁰¹, coagidos a participar naquela

⁷⁹³ CRC, p. 75.

⁷⁹⁴ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 173.

⁷⁹⁵ ML, V, f. 122-122v.

⁷⁹⁶ MARTINS, 2013, p. 159.

⁷⁹⁷ LLCDP, II/1, p. 449-450. Francisco Brandão registra a mesma ocorrência, mas a data para o ano de 1286 (ML, V, f. 122v.). Divergindo do frei cronista, Mercedes Gaibrois de Ballesteros entende que o acontecimento se deu em meados de junho de 1287 (GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 158).

⁷⁹⁸ No contexto desses conflitos, Alfaiates, Sabugal e suas adjacências integravam o território do reino de Castela, passando a Portugal após o Tratado de Alcañices, estabelecido entre D. Dinis e Fernando IV em 1297.

⁷⁹⁹ LV, p. 30; PIZARRO, 1997, p. 811.

⁸⁰⁰ LLCDP, II/2, p. 103; 144.

⁸⁰¹ Gentílico da Guarda.

batalha pela autoridade que o irmão do rei de Portugal detinha sobre eles enquanto tenente da Guarda⁸⁰².

Tendo em vista a forma como o infante coagia os egitanenses, a primeira providência de D. Dinis foi retirar-lhe o cargo de tenente da Guarda, dando-lhe em troca a tenência de Lamego, Viseu e Trasserra⁸⁰³. Assim procedendo, o rei de Portugal afastou a influência do irmão do espaço fronteiriço do reino, transferindo-a para uma área mais ampla, contudo inofensiva, pois localizada no interior do reino⁸⁰⁴.

A decisão de D. Dinis de transferir a tenência de D. Afonso de uma região para outra visava dissuadir os intentos revoltosos do infante, sem, contudo, dar-lhe motivos para apoiar ainda mais as violências praticadas por D. Alvar Núñez de Lara, o que poderia ocorrer caso o privasse do cargo de tenente⁸⁰⁵. O intento apaziguador de D. Dinis fica expresso pelo seu argumento de que advertiu o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches para “[...] que non fizesse guerra ao dicto rey de Castela con que auya grande amor e boons diuidos e grandes posturas que non ueese mal nen dano da terra duum aa terra do outro”⁸⁰⁶.

Contudo, essas censuras não devem ter convencido D. Afonso a dissociar-se de D. Alvar Núñez de Lara a ponto de provocar o fim dos agravos que juntos praticavam contra a autoridade régia de Portugal e de Castela. Diante disso, D. Dinis fez chegar sua notificação a Sancho IV, informando o rei castelhano das violências praticadas por aqueles dois nobres e demandando-lhe um encontro em Sabugal, onde poderiam tratar da mútua defesa de seus reinos. Reunidos nessa localidade em meados de julho, os dois suseranos concordaram em associar-se para submeter os insurgentes por meio das armas⁸⁰⁷. A campanha teria início meses depois, haja vista o tempo necessário para que os dois reis mobilizassem apoios e meios militares para a batalha⁸⁰⁸.

⁸⁰² Ch.DD, I, I, f. 147-149; ML, V, f. 125v.

⁸⁰³ ML, V, f. 125v.-126. Nos anos de 1285 e 1286, D. Afonso apareceu entre os confirmantes de diplomas régios como tenente da Guarda (Ch.DD, I, I, f. 147-149; 162-163v.; 167-169; 173-174v.; 189-189v.). Em 22 de julho e 9 de agosto de 1287, os documentos chancelares indicam-no como tenente de Lamego, Viseu e Trasserra (Ch.DD, I, I, f. 204v.-205v.; 206-207v.). Conjeturamos que, diante de como o infante usava sua autoridade para impelir os habitantes da Guarda a participar dos combates ao lado de D. Alvar Núñez de Lara, o rei de Portugal não deve ter esperado até essas datas para alterar a tenência do irmão da Guarda para a de Lamego, Viseu e Trasserra. Assim, entendemos que essa mudança ocorreu antes da expedição daqueles dois últimos registros documentais.

⁸⁰⁴ LOPES, 1997, p. 205.

⁸⁰⁵ ML, V, f. 125v.-126.

⁸⁰⁶ LLRDD, p. 210.

⁸⁰⁷ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 158-160; LOPES, 1997, p. 204-205; NIETO SORIA, 1994, p. 92.

⁸⁰⁸ MARTINS, 2013, p. 160.

De volta à Guarda, D. Dinis esteve reunido com seus ricos-homens – incluindo D. Afonso – de finais de julho a inícios de agosto de 1287⁸⁰⁹. O agrupamento dos mais poderosos nobres portugueses no espaço da Corte régia, marcadamente em um contexto de insatisfação da nobreza com a política centralizadora dionisina, serviu para o rei amenizar os conflitos entre ele e os mais poderosos nobres do reino, ao mesmo tempo em que dava mostras de sua autoridade ao irmão, assim almejando quebrar o ímpeto revoltoso do infante.

Diante da continuação das hostilidades de D. Afonso e D. Alvar Núñez de Lara, D. Dinis deu ordens para que os ricos-homens do reino reunissem suas hostes e rumassem para Arronches, onde o infante português e seu aliado castelhano estavam abrigados. Nos últimos dias de outubro⁸¹⁰, o rei de Portugal chegou àquela localidade, acompanhado dos mais poderosos nobres do reino, contingentes de ordens militares e cavaleiros⁸¹¹, e encontrou o rei Sancho IV, que, apoiado pelo infante D. Juan e por ricos-homens leoneses e galegos⁸¹², havia cercado os insurgentes desde meados daquele mês⁸¹³.

Para resistir ao cerco que lhe era imposto por tamanho contingente reunido pelos reis de Portugal e de Castela, D. Afonso contava com o apoio de seus vassalos e habitantes de Marvão, Portalegre e Arronches⁸¹⁴, a quem se somaram os vassalos de D. Alvar Núñez de Lara, D. Gonzalo Gómez Manzanedo e D. Gonzalo Yáñez⁸¹⁵.

Se comparada a força militar dos atacantes e dos defensores, surge um nítido desequilíbrio numérico. Contudo, essa patente desigualdade era compensada pela posição elevada e bem muralhada da localidade⁸¹⁶, muito provavelmente bem abastecida de víveres, o que favorecia a resistência oferecida por D. Afonso e D. Alvar a D. Dinis e Sancho IV, esses últimos desfavorecidos pela época do ano, adversa para campanhas militares⁸¹⁷. Tendo em vista essas condicionantes, é possível melhor compreender os motivos que levaram essa campanha militar a se estender até meados de novembro.

⁸⁰⁹ Ch.DD, l. I, f. 204v.-205v.; 206-207v.

⁸¹⁰ Em 26 de outubro D. Dinis estava em Monforte, e a 6 de novembro sua documentação chancelar situa-o no cerco a Arronches (Ch.DD, l. I, f. 214-214v.). Segundo entendimento de Miguel Gomes Martins, a curta distância que separava aquelas duas localidades possibilitava que logo a 27 de outubro o rei pudesse estar diante do castelo onde D. Afonso se defendia (MARTINS, 2013, p. 162).

⁸¹¹ ML, V, f. 129v.; MARTINS, 2013, p. 161.

⁸¹² CRC, p. 76; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 162.

⁸¹³ Em nota, Mercedes Gaibrois de Ballesteros defende que, conforme demonstrado pelos documentos por ela reunidos, o rei Sancho IV estava no cerco a Arronches desde 15 de outubro, a partir de quando suas disposições foram registradas como sendo expedidas “en la cerca de Ronches” (GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 163).

⁸¹⁴ ML, V, 129v.

⁸¹⁵ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 173.

⁸¹⁶ ML, V, p. 129.

⁸¹⁷ MARTINS, 2013, p. 160.

O desfecho do cerco a Arronches não pode ser compreendido sem que se considere a influência exercida pelas mulheres sobre os ânimos daqueles chefes combatentes. Tendo tomado conhecimento dos preparativos para a campanha, a mãe e a irmã de D. Dinis e D. Afonso saíram de Burgos em direção a Badajoz⁸¹⁸. A infanta D. Branca tratou de interceder junto a D. Dinis para que os irmãos pusessem fim àquele conflito⁸¹⁹. D. Beatriz, gozando de boas relações com Sancho IV, buscou influenciar o rei de Castela e o de Portugal para que houvesse concórdia entre seus filhos. A elas se uniram também as rainhas D. María de Molina e D. Isabel, igualmente interessadas no fim daqueles atritos⁸²⁰.

Ao saber da presença de D. Beatriz e de D. Branca em Badajoz, onde já estavam em 16 de novembro, e diante do cerco que as forças de D. Dinis e Sancho IV empreendiam sobre Arronches, D. Afonso abandonou esse castelo e passou para junto da mãe e da irmã em território castelhano⁸²¹. A fuga do infante encerrou a fase de conflito, dando início ao período do estabelecimento de acordos entre as partes conflitantes.

Aconselhado pelo rei de Portugal⁸²², Sancho IV reestabeleceu vínculos políticos com D. Alvar Núñez de Lara, condição efêmera, haja vista que o nobre faleceu em dezembro de 1287⁸²³. Igualmente seguindo o caminho do entendimento, D. Dinis e D. Afonso firmaram os termos de uma nova composição, caracterizada pelo cuidado do monarca em diminuir o poderio detido pelo infante na linha fronteira luso-castelhana. Vejamos.

4.1.4. A composição entre o infante D. Afonso e o rei D. Dinis

Fugitivo de seu próprio castelo de Arronches, reincidente em questionar a autoridade régia e novamente vergado à derrota por seu irmão, D. Afonso não tinha muita margem de manobra a não ser aceitar os termos da concórdia apresentados por D. Dinis. Uma opção alternativa seria passar para junto da mãe e da irmã no reino de Castela, onde poderia buscar algum favor de Sancho IV que lhe possibilitasse viver como um nobre, a exemplo do que

⁸¹⁸ ML, V, f. 129v.-130; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 165-166; LOPES, 1997, p. 205-206.

⁸¹⁹ Em 6 de novembro de 1287, situado no cerco a Arronches, D. Dinis expediu documento régio pelo qual fazia saber que, ao revogar todas as doações feitas por ele quando era de pouca idade, não teve a intenção de invalidar a posse detida pela infanta D. Branca sobre a quinta de Manjapão e, para corrigir esse desvio, outorgou aquela mesma localidade à irmã (Ch.DD, f. 214v.). Considerando as informações apresentadas por esse instrumento régio e a sua datação, os dois podem ter se encontrado em inícios daquele mês ou naquele mesmo dia, quando inevitavelmente devem ter tratado do cerco a Vide, sendo essa uma oportunidade para que D. Branca buscasse apaziguar a contenda entre os irmãos. Antes de nós, Fernando Félix Lopes já havia levantado essa mesma hipótese (LOPES, 1997, p. 205).

⁸²⁰ LOPES, 1997, p. 205.

⁸²¹ ML, V, 129v.

⁸²² ML, V, f. 130v.-131.

⁸²³ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 166.

antes dele havia feito o seu tio, o infante D. Pedro. Contudo, o contexto lhe era adverso, considerando que sua associação com D. Alvar Núñez de Lara implicara em atos de agravo contra o monarca castelhano, que, diante disso, pouco estaria inclinado a lhe oferecer auxílio; ademais, qualquer ato nesse sentido poderia turvar as boas relações mantidas entre Sancho IV e D. Dinis.

Nessa situação, aos 13 dias de dezembro de 1287, na cidade de Badajoz, D. Afonso estabeleceu composição com D. Dinis, admitindo fazer homenagem dos castelos de Marvão e Portalegre ao rei de Portugal, comprometendo-se a auxiliá-lo militarmente e a fazer guerra e paz a favor da Coroa. Em caso do infante incorrer novamente em agravos, o monarca deveria afrontá-lo por três vezes, com um intervalo de nove dias entre cada uma dessas admoestações, e, se persistisse nos atos de abuso, D. Afonso seria obrigado a ceder aquelas fortalezas a D. Dinis⁸²⁴.

Quando D. Afonso afirma fazer homenagem a D. Dinis e colocar-se a serviço do poder régio define-se uma situação manifesta de estabelecimento de um vínculo vassálico⁸²⁵. Corroboram esse entendimento os termos assumidos naquele acordo pelo rei de Portugal, que se comprometeu a amar bem e diretamente o irmão, como vassalo e como amigo, guardando e amparando os castelos e todas as herdades possuídas pelo infante no reino português, sem oferecer resistência ao senhor de Marvão e Portalegre enquanto este não incorresse em novos agravos⁸²⁶.

Ficou assim estabelecido um novo acordo de vassalidade entre o rei e o infante. Contudo, pelo conteúdo daqueles documentos, constata-se a deterioração das relações entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III. Diferentemente da composição firmada entre eles no ano de 1282, na de 1287 D. Afonso não expressou qualquer sentimento de amizade ou parentesco em relação a D. Dinis, restringindo-se tão somente a se comprometer com os termos que lhe eram impostos pelo acordo. Por sua vez, D. Dinis referiu-se ao sentimento de amizade e amor para com o irmão uma única vez, sendo que a ocorrência aparece em função do reconhecimento dos compromissos feudais que assumiu por meio daquele acordo, da mesma forma que faria com outro vassalo.

O desgaste das relações entre D. Afonso e D. Dinis pode ser constatado não somente pela quase inexistência de termos registrados naquele documento que remetessem ao vínculo de amizade e consanguinidade entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III, mas

⁸²⁴ Ch.DD, I, I, f. 214v.-215v.

⁸²⁵ MATTOSO, 1995, II, p. 139.

⁸²⁶ Ch.DD, I, I, f. 215.

principalmente pela dúvida manifestada pelo rei de Portugal a respeito da efetiva intenção do senhor de Portalegre e Marvão de cumprir aquilo que entre eles fora estabelecido, como fica demonstrado pela exigência do monarca acerca do dever dos alcaides daqueles dois castelos de prestar-lhe homenagem, demanda aceita pelo infante, como confirma o conteúdo do documento chancelar:

E outrossy eu dō Affonso deu a fazer menagẽ aos alcaydes que teuerẽ esses castelos que nuca os eu forçe nẽ desapodere ã guysa que eles nã possam comprry nẽ teer auos aquela menagẽ sobredito. E assy como estes alcaydes que agora teẽ os castelos fazem auos omenagẽ sobredito eu a eles. assy o faça todolos outros alcaydes daqui adelante a quem eu der a teer esses castelos e eu a eles. E esses alcaydes deuẽ seer filhos dalgo e taaes que seã pra guardar este dereyto.⁸²⁷

Por essas palavras, D. Afonso se comprometeu a não coagir os alcaides de Portalegre e Marvão a descumprir a fidelidade devida ao rei de Portugal – compromisso válido tanto para os nobres que detinham essa função como para os que porventura viessem a ocupar aquele cargo por determinação do infante. Dessa maneira, D. Dinis recorreu à exigência da homenagem feita pelos ocupantes daqueles cargos à autoridade régia como mecanismo fortalecedor das convenções assumidas pelo infante português, sinalizando que o cumprimento dos termos estabelecidos naquela composição dependia de D. Afonso, mas também dos alcaides, que passavam a atuar como fiadores dos compromissos assumidos pelo senhor daquelas fortalezas. Para que possamos compreender o significado dessa manobra, é preciso que abordemos as atribuições e as vinculações sociais inerentes aos detentores da alcaidaria.

Como apontado por José Mattoso, a exigência da prestação de homenagem pelo alcaide ao rei de Portugal remonta a finais do século XII, mas principalmente ao princípio da centúria seguinte, a partir de quando aquela prática passou a ser observada com maior frequência, a exemplo do que foi estabelecido pelo foral de Melgaço ou pelo acordo firmado entre Sancho II e suas tias acerca dos castelos por elas detidos – questão anteriormente analisada. Depois de 1250, a obrigação dos governadores de castelos de prestar juramento aos monarcas portugueses difundiu-se no âmbito do ideário político, fenômeno causado pelas acusações de traição lançadas sobre os alcaides infiéis a Sancho II, mas também pelas

⁸²⁷ Ch.DD, I.I, f. 215.

façanhas dos que sustentaram heroicamente a sua fidelidade e resistiram às investidas do futuro Afonso III⁸²⁸.

Temos, dessa forma, que a medida adotada por D. Dinis ante os distúrbios causados pelo infante D. Afonso não representou uma inovação dionisina, mas a permanência de uma dinâmica feudal que esteve no bojo dos conflitos que opuseram Afonso II e suas irmãs, contenda esta que encontrou sua resolução somente no reinado de Sancho II, justamente por meio do controle régio sobre os alcaides dos castelos por elas detidos. A solução para o enfrentamento entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III passaria por aquele mesmo expediente de controle.

A exigência dos reis de que recebessem a homenagem dos alcaides é mais bem compreendida quando observada a extensão das atribuições daqueles oficiais no contexto medieval português. A eles cabiam, principalmente, funções de caráter militar – comandar a guarnição do castelo, zelar pela defesa da localidade, impedindo que ela caísse diante do inimigo, reunir as hostes locais e empreender ações ofensivas –, às quais se somavam tarefas de cunho administrativo e judicial – resolução de contendas, cobrança de impostos, divisão de heranças, regulamentação de privilégios; por tudo isso, aquele que ocupava esse cargo era capaz de intervir em todos os aspectos da dinâmica social do lugar sobre o qual assentava sua autoridade⁸²⁹.

Considerando tão ampla autoridade, era necessário que o alcaide atendesse a determinados pressupostos que o habilitassem a ocupar essa posição. Ele deveria ser fidalgo – como ficou apontado pelo excerto documental supracitado –, condição garantidora da fidelidade assumida junto ao rei, pois, em caso de traição, macularia a si mesmo e a sua linhagem; sua situação financeira deveria ser confortável, o que evitaria abusos propiciados

⁸²⁸ MATTOSO, 1995, II, p. 139-141. Ao longo das ocorrências que marcaram a guerra civil de 1245 a 1248, dois são os episódios notórios envolvendo alcaides. O primeiro deles retrata a pecha de traidor que recaiu sobre Mem Cravo depois que entregou o castelo de Lanhoso – do qual era alcaide por determinação de Godinho Fafez, e por isso havia prestado homenagem a Sancho II – a D. Afonso, antes de este estar assente no trono régio, ato que implicou na quebra da fidelidade àqueles a quem ele havia se comprometido a ser leal (LLCDP, I/2, p. 45). O segundo evento foi registrado por Alexandre Herculano: “[...] partindo Sancho II para Castella, deixara por alcaide de Coimbra um certo Martim de Freitas. Pôs o conde de Bolonha estreito assedio ao castello. Nem as promessas, nem os combates poderam reduzir os cercados, que no meio das maiores privações resistiram por largo tempo, até que chegou a nova da morte de Sancho em Toledo. Então o leal alcaide, pedindo seguro a Affonso de Bolonha, passou pelo campo dos sitiadores e, dirigindo-se á antiga capital da Hespanha, fez abrir o tumulto do rei para com os seus proprios olhos saber se, na verdade, morrera. Certificado do triste successo, mettu no braço do cadaver real as chaves do castello, cuja guarda lhe fora confiada” (HERCULANO, s.d., t. V p. 73). Esse último caso e o de Raimundo Viegas de Portocarreiro – sequestrador da rainha D. Mécia – foram objeto dos estudos de José Mattoso a respeito dos embates que marcaram o reino de Portugal em meados do século XIII (MATTOSO, 1981, p. 279-283).

⁸²⁹ MARTINS, 2006, p. 48; 53-54; MONTEIRO, 1999, p. 275.

por sua autoridade; e deveria ter competência militar, sendo capaz de cumprir com as exigências da guerra⁸³⁰.

Tendo em vista o conjunto de prerrogativas inerentes ao alcaide, torna-se mais claro o interesse de D. Dinis em garantir a fidelidade dos governadores dos castelos de Portalegre e Marvão por meio da vassalidade, assim almejando que os detentores de tais cargos não pactuassem com os intentos revoltosos de D. Afonso. Sob o imperativo desse intento, o rei e o infante deixaram Badajoz e, dois dias depois, estavam em Elvas, onde Aires Cabral prestou homenagem do castelo de Portalegre ao suserano de Portugal em 15 de dezembro de 1287⁸³¹, a qual foi registrada da seguinte maneira:

Dõ Affonso sobredito disse Ayras Cabral que fizesse adicta menagẽ a ElRey Dõ Denis do castelo de Portalegre e quanto era ã esse logar pra fazer Ayras Cabral mays compridamente esta menagẽ a el Rey dõ Denis. Quitou lhy o Inffante dõ Affonso outro menagẽ que lhy ante auia feyto desse castelo de Portalegre quanto ã esta ora era de guysa que a menagẽ primeyra nõ podesse ã nẽhũa guysa ãbargar esta. E Ayras Cabral disse ãtõ ao Infate dõ Affonso Senhor mãndades mi uos que faça esta menagẽ do castelo de Portalegre a el Rey dõ Denis uosso irmaao e dõ Affonso disse mãdo. E el Rey dõ Denis disse ãtom Ayras Cabral fazedes mj uos menagẽ do castelo de Portalegre que sseo inffante dõ Affonso mj passasse estas posturas ou cada hũa delas seendo afrõtado por tres vezes e nõ no ãmẽndar nẽ compryr assy como aqueles que hy som metudos mãdassẽ e por bẽ teuessẽ e como conteudo ã eesta carta compridamẽte que uos recudades dar a mjn esse castelo de Portalegre senõ que seiades ende traedor assy come quem mata senhor ou traay castelos E Ayras Cabral disse faço. E elRey disse e eu assy o rrecebo. E entõ infante er fez menagẽ a Ayras Cabral que o nõ forçasse nẽ desapoderasse do dicto castelo nẽ no ãganasse por sy nẽ por outrẽ deguysa que el nõ podesse cõpryr e guardar a elRey dõ Denis omenagẽ sobredito.⁸³²

Em finais do século XIX, esse mesmo documento chamou a atenção de Ayres de Sá, que considerou essa uma fonte excepcional, pois, além de ser a única que atestava a posição de Aires Cabral como governador do castelo de Portalegre, ainda fornecia importante contributo para a compreensão de como se desenvolvia a cerimônia de homenagem dos alcaides ao rei de Portugal, registrando o seu diálogo em primeira pessoa⁸³³. De fato, se comparado aos demais documentos da chancelaria de D. Dinis, esse registro surpreende por sua originalidade; contudo, não é o único. No dia 14 de janeiro de 1288, Gomes Paes Bugalho prestou homenagem do castelo de Marvão ao monarca português⁸³⁴ da seguinte forma:

⁸³⁰ MONTEIRO, 1999, p. 248.

⁸³¹ Ch.DD, l. I, f. 216v.-218.

⁸³² Ch.DD, l. I, f. 217v.-218.

⁸³³ SÁ, 1899, p. 38.

⁸³⁴ Ch.DD, l.I, f. 218-219v.

Dō Affonso sobredito disse a Gomez paez bugalho que fizesse adicta menagê a ElRey Dō Denis do castelo de Maruã. E quando era ã esse logar pra fazer Gomez paez bugalho mays compridamête esta menagê a el Rey dō Denis quitou lhy o Infante dō Affonso outra menagê que lhy ante auia feyto desse castelo de Maruã quanto eesta ora era de guysa que a menagê primeyra nō podesse ã nêhũa guysa ãbargar esta. E gomez paez bugalho disse êtō ao Infate do Affonso Senhor mândades mi uos que faça menagê do castelo de Maruã a el Rey dō Denis uosso hyrmaao e dō Affonso disse mado. E el Rey dō Denis disse êtom Ca Gomes paez bugalho fazedes mjn uos menagê do castelo de Maruã que seo infante dō Affonso mjn passasse estas posturas ou cada hũa delas seendo afrôtado por tres vezes e nō no ãmêndar nê comprry assy como aqueles que hy som metudos mādassê e por bẽ teuessê e como conteudo ã eesta carta compridamête que uos recudades dar a mjn esse castelo de Maruã senō que seiades ende traedor assy come quem mata senhor ou traay castelos. E gomez paez bugalho disse faço. E elRey disse e eu assy arrecebo. E entō infante er fez menagê a Gomez paez bugalho que o nō forçasse nê desapoderasse do dicto castelo nê no ãganasse por sy nê por outrê de guysa que el nō podesse cōpryr e guardar a elRey dō Denis omenagê sobredito.⁸³⁵

Analizados os registros das homenagens prestadas por Aires Cabral e Gomes Paes Bugalho ao rei D. Dinis, na presença de D. Afonso, é possível observar a repetição dos mesmos gestos e falas em ambas as situações. Não estamos, por isso, diante de um mero diálogo entre rei, infante e alcaide. O que a chancelaria de D. Dinis registrou foi a própria fórmula empregada pelo poder régio para orientar a cerimônia de homenagem daqueles governadores de castelos ao monarca português. O cerimonial é mais bem elucidado quando compreendido em suas etapas.

Primeiramente, D. Afonso mandou que Aires Cabral/Gomes Paes Bugalho fizessem homenagem do castelo de Portalegre/Marvão ao rei D. Dinis. Contudo, antes que assim procedessem, o infante revogou os vínculos de mesma natureza vigentes entre ele e os alcaides acerca do governo daquelas fortalezas, dessa maneira levantando qualquer compromisso anterior que os impedisse de cumprir com os compromissos de fidelidade a serem firmados com o rei de Portugal.

Em seguida, Aires Cabral/Gomes Paes Bugalho confirma a intenção do infante D. Afonso de que seja prestada homenagem ao rei de Portugal com as seguintes palavras: *Senhor, mandares-me vós que faça homenagem do castelo de Portalegre/Marvão ao rei D. Dinis vosso irmão*; e o interpelado responde: *mando*. Nota-se que o vínculo vassálico entre o infante e os alcaides permanecia intacto, haja vista que esses últimos tratavam-no como senhor, ou seja, o que estava em questão era precisamente a homenagem de Aires Cabral e

⁸³⁵ Ch.DD, I.I, f. 219.

Gomes Paes Bugalho ao monarca português pelos cargos que ocupavam, sem que isso implicasse em qualquer prejuízo à vassalagem deles ao infante.

Depois, o rei D. Dinis se dirigiu aos alcaides da seguinte maneira: *Aires Cabral/Gomes Paes Bugalho vós fazeis a mim homenagem do castelo de Portalegre/Marvão que se o infante D. Afonso suplantar-me estas posturas ou cada uma delas sendo confrontado por três vezes e não emendar nem cumprir assim com aqueles [termos] que ai [na concordata firmada entre o rei de Portugal e seu irmão] são introduzidos, mandassem e por bem tivessem com o conteúdo nessa carta cumprindo assistir a dar a mim esse castelo de Portalegre/Marvão, senão que sereis portanto traidor assim como quem mata senhor ou trai castelos.* Em resposta, Aires Cabral/ Gomes Paes disse: *faço*; e o rei determinou: *e eu assim o recebo.*

Essas palavras representam a ratificação dos pactos firmados entre D. Dinis e aqueles alcaides, que passaram a figurar como mantenedores dos compromissos firmados entre ele e o seu irmão, isto é, colocando em destaque a atuação daqueles oficiais como agentes aplicadores da justiça, responsáveis por fazer cumprir o que fora estabelecido entre o rei de Portugal e o senhor de Portalegre e Marvão por meio da concordata aceita por ambos. Em caso de descumprimento desses termos, Aires Cabral e Gomes Paes Bugalho seriam considerados traidores, assim como quem mata senhor ou trai castelos, condição que os colocaria como inimigos do rei, podendo por isso serem mortos ou expulsos do reino⁸³⁶.

Finalmente, a última etapa da cerimônia foi composta pela homenagem de D. Afonso a Aires Cabral/Gomes Paes Bugalho, comprometendo-se a não empreender atos que pudessem comprometer o devido cumprimento de fidelidade prestada pelos alcaides ao rei D. Dinis; ato voltado para demonstrar o seu comprometimento e aceitação do que fora estabelecido entre ele, o monarca português e os governadores dos castelos de Portalegre e Marvão.

Por esses pactos ficou estabelecida uma nova imposição da autoridade de D. Dinis no âmbito do poder nobiliárquico de D. Afonso e da sua relação com seus vassalos. Diferentemente do que havia feito em 1282, dessa vez o rei demonstrava não confiar na eficiência do estabelecimento de vínculos vassálicos com os cavaleiros ligados ao infante, tendo preferido buscar um expediente menos genérico e atuar precisamente sobre aqueles que desempenhavam funções de combate ligadas ao senhor de Portalegre e Marvão: os seus alcaides. Ao proceder dessa maneira, o monarca almejava atrair para si não a fidelidade de um

⁸³⁶ CAETANO, 1990, p. 251-252.

grande número de vassallos de D. Afonso, mas somente a daqueles cujas prerrogativas incidiam sobre ações militares de cunho ofensivo e defensivo.

Além dessas medidas, o rei de Portugal ainda estabeleceu pesadas penas aos que transgredissem os acordos firmados entre ele e seu irmão, almejando dissuadir futuros ataques à autoridade régia. Aos alcaides caberia até mesmo a morte. Sobre o infante recaía a ameaça da perda das localidades que sustentavam o seu poder nobiliárquico: os senhorios de Portalegre e Marvão, o que configuraria um duro golpe para o seu estatuto sócio-político, parcialmente abalado pela perda do castelo de Arronches.

O escambo de Arronches por Armamar foi firmado entre D. Afonso e D. Dinis em Montemor-o-Novo aos 14 dias de janeiro de 1288⁸³⁷, como demonstrado pelo excerto documental:

Eu jnffante don Affonso dou e outorgo e quito a uos don Denis rey de Portugal e do Algarue o castelo e a vila de Arronches com sas perteenças e con seus termhos e con todos seus dereytos que uos e todos aqueles que depos uos reynarem em Portugal aiades e pessoyades pera sempre o dicto castelo e a vila d'Arronches con todas sas perteenças e con seus termhos e con todos seus dereytos e façades ende assy come de uossa herdade propria. E eu don Denis rey de Portugal e do Algarue por este castelo e por esta vila d'Arronches dou e outorgo em cambho a uos jnffante don Affonso meu jrmaão a mha terra de Ermamar com sas perteenças e con seus termhos e con todos seus dereytos com o padrão da egreja dessa terra que uos aiades e pessuades per aquelas condições e per aquelas guisas que uos foram dadas de nosso padre os castelos de Maruam e de Portalegre e de Arronches.⁸³⁸

Segundo interpretação de José Mattoso, o escambo daquelas duas localidades evidenciava a preocupação do rei de Portugal com a possibilidade de enfrentar novamente uma revolta protagonizada a partir de uma praça forte localizada na linha fronteira luso-castelhana, como era o caso de Arronches. Movido por esse receio, preferiu impor ao irmão a troca daquela localidade por Armamar, situada nas proximidades de Lamego, ou seja, no interior do reino, oferecendo assim menos perigo em caso de eventual contenda⁸³⁹.

A essa motivação podemos acrescentar ainda a preocupação de D. Dinis em evitar que a composição estabelecida com D. Afonso fizesse com que o infante nutrisse sentimento de vingança, o que poderia ocorrer caso aquele acordo o punisse sobremaneira. Assim, ofereceu-lhe Armamar, que, segundo o conde D. Pedro, conferia ao seu senhor três vezes mais rendas

⁸³⁷ Ch.DD, I, I, f. 216v.; LLRDD, p. 209.

⁸³⁸ LLRDD, p. 209.

⁸³⁹ MATTOSO, 1993b, p. 160.

do que Arronches⁸⁴⁰, e manteve a nova localidade vinculada às mesmas condições de posse daquelas que haviam sido doadas por Afonso III ao seu filho segundo – como registrado pelo trecho documental acima transcrito. Foi igualmente buscando pacificar suas relações com o irmão que o rei de Portugal manteve-o no cargo de tenente, sendo ele o único nobre português a permanecer ocupando essa função após 1287.

Da perspectiva dos interesses de D. Afonso, o escambo de Arronches por Armamar implicou em significativo prejuízo para o seu estatuto nobiliárquico. Embora a troca lhe tivesse proporcionado a ampliação de suas rendas, também implicou na redução de seu senhorio fronteiriço e, por consequência, na diminuição do poder militar que lhe auferia a posição estratégica daquele castelo. Esse fator e a obrigação dos alcaides de Portalegre e Marvão de prestarem homenagem a D. Dinis figuram como os amargos resultados colhidos pelo infante português ao final de sua insurgência contra a autoridade régia.

4.1.5. A derrota do infante D. Afonso e sua aproximação ao reino de Castela

Desenvolvida a análise acerca do contexto político português da década de 80 do século XIII, dos atos de contestação protagonizados por D. Afonso contra a autoridade régia e do desfecho de sua insurgência, surge um intrigante questionamento: o que pretendia o infante português quando se associou a D. Alvar Núñez de Lara? As crônicas nada nos elucidam. A historiografia portuguesa apresenta interpretações consistentes acerca das intenções de D. Afonso nos episódios de revolta em 1281 e em 1299 – como se verá logo à frente –, contudo, não logra o mesmo para o caso de 1287. Diante dessa ausência, cumpre-nos oferecer contributos para a elucidação daquela interrogação.

Tendo em vista que, como anteriormente apontado, D. Afonso se uniu a D. Alvar Núñez de Lara justamente no contexto em que os membros do grupo nobiliárquico português experimentavam o pico de seu descontentamento com as medidas centralizadoras postas em curso pelo poder régio, sustentamos que, ao apoiar os atos de violência praticados por D. Alvar na zona fronteiriça luso-castelhana, o infante almejava criar um ambiente belicoso próximo de Portugal que funcionasse como dispositivo detonador das insatisfações da nobreza do reino contra a autoridade de D. Dinis.

O infante pretendia criar um ambiente de tensões régio-nobiliárquicas em Portugal similar ao de Castela, assumindo para si um protagonismo político semelhante àquele

⁸⁴⁰ Cr.1344, IV, p. 244.

experimentado pelos infantes castelhanos, dessa forma firmando-se como líder do movimento de contestação, capaz de fazer recuar o projeto centralizador dionisino e, por consequência, de abrir possibilidades de fortalecimento do estatuto sócio-político e econômico da nobreza portuguesa – ameaçada tanto pelas inquirições quanto pela perda das tenências. Contudo, as pretensões de apoio nutridas por D. Afonso em relação aos nobres não se efetivaram, assim determinando o insucesso de suas iniciativas.

A recusa da nobreza de apoiar o ímpeto revoltoso do infante D. Afonso pode ser compreendida se considerarmos que ela não detinha condições sócio-políticas e econômicas para fazer frente ao ímpeto centralizador de D. Dinis da forma como os nobres de Castela resistiram ao projeto político de Alfonso X. Ademais, como afirma José Augusto Pizarro, os primeiros anos do reinado dionisino foram marcados pela morte de notáveis ricos-homens portugueses: D. Martim Afonso Telo; D. Pero Ponço e D. Afonso Lopes, os últimos representantes da linhagem de Baião; D. Nuno Martins de Chacim; D. João Peres de Aboim; e D. Gonçalo Garcia de Sousa⁸⁴¹. Esses falecimentos significaram o desaparecimento de linhagens que marcaram a vida política e social do reino de Portugal desde o seu primeiro monarca, implicando na carência de membros da nobreza que estivessem habilitados a sustentar os interesses de seu grupo diante da Corte dionisina, diminuindo assim as resistências enfrentadas por D. Dinis⁸⁴².

Se, por um lado, a ausência daqueles ricos-homens desarticulava a possibilidade de resistência ao projeto centralizador de D. Dinis, por outro, implicava na carência de figuras capazes de influenciar a nobreza a aderir ao movimento contestador lançado por D. Afonso, que tampouco logrou por si só se firmar na posição de liderança. Pesou ainda para a desagregação dos nobres o intenso ambiente de enfrentamento no seio da nobreza provocado pelas disputas entre os herdeiros de D. Gonçalo Garcia de Sousa.

A postergação da apresentação dos resultados das inquirições em torno dos bens de D. Gonçalo Garcia de Sousa em abril de 1287 acabou por se revelar um importante trunfo para D. Dinis, pois, quando em meados daquele mesmo ano D. Afonso deu início aos seus atos de insurgência, os principais ricos-homens do reino permaneciam interessados em não afrontar o rei, pois, tendo este ocupado o papel de árbitro daquela disputa, concentrava em sua decisão a possibilidade daqueles nobres obterem o almejado quinhão do patrimônio deixado pelo falecido conde, fator que os dissuadia de aderir à revolta iniciada pelo infante e aos incertos resultados que dela poderiam colher.

⁸⁴¹ PIZARRO, 1993, p. 95.

⁸⁴² PIZARRO, 1993, p. 95; 99-101.

Ao final, a insatisfação dos nobres com a política centralizadora dionisina não demonstrou ser um fator capaz de superar a falta de liderança e as disputas internas, inclinando-os ao apoio aos atos de enfrentamento iniciados por D. Afonso.

Tendo fracassado em seu intento de fazer frente à autoridade régia, novamente derrotado e, dessa vez, punido com a perda de sua autoridade sobre seus castelos de Portalegre e Marvão e com a imposição do escambo de Arronches por Armamar, D. Afonso optou por se fazer mais presente no reino de Castela, como sugerem as ressalvas por ele apresentadas ao rei de Portugal por ocasião da composição estabelecida entre ambos:

E sse porventuyra. Eu dõ Affonso nõ fosse no Reyno aprazême ã alguũ daqueles logares de Maruã ou de Portalegre que a LX. Dias venha ou ãnyve fazer enmêda que esses homeẽs boos mãdarẽ e se ao tẽpo que esse erro acaecesse que eu dõ Affonso fosse fora do senhorio de Portugal e mj fizessem o ãprazamento ã alguus daqueles logares por tres vezes como dicto e e sobreste ãprazamento eu ueesse para o Reyno de Portugal ou ãuiasse a fazer a ãmenda deste aprazamẽto e acaecesse a mjn ou a aqueles que ueessem por mjn alguũ perigo ou alguũ ocaiõ no caminho ou aos que me fossem aprazar assy come de morte ou doutro ocaiõ que achassem por razõ aqueles que an de julgar que era regebedoyro segundo dereyt. Eu por aquilo nõ caer na pẽa de suso dita por essa ues.⁸⁴³

Por essas palavras, D. Afonso demandava que, se porventura ele não estivesse no reino de Portugal e fosse chamado a comparecer em Marvão ou Portalegre, dispusesse de sessenta dias para se fazer presente ou enviar algum de seus representantes para atender às demandas apresentadas pela autoridade régia. O infante ainda salvaguardava que, caso ele ou aquele que enviasse a Portugal sofresse algum imprevisto no caminho – como perigo, morte ou qualquer outra ocasião –, não lhe fossem impostas as penas previstas pela composição.

O cuidado de D. Afonso em fazer registrar esses dispositivos aponta para sua intenção de ausentar-se de Portugal por longos períodos – superiores a sessenta dias, como sugere o documento –, nos quais ficaria alocado em seus domínios castelhanos de Elda e Novelda.

Isto posto, conjecturamos que o afastamento de D. Afonso em relação à nobreza portuguesa se deu após sua segunda derrota diante de D. Dinis. A essa altura, os primeiros filhos do infante haviam nascido, abrindo assim possibilidades para a afirmação de alianças matrimoniais com elementos do grupo nobiliárquico castelhano. Dessa maneira, o senhor de Marvão e Portalegre buscou na associação aos membros da nobreza de Castela o apoio que os nobres de Portugal lhe haviam negado.

⁸⁴³ Ch.DD, l. I, f. 214v.-215.

4.2. Os precedentes da última contenda

No decurso dos anos que separam a composição entre D. Afonso e D. Dinis em 1288 e a emergência, em 1295, de conturbações sociais no reino de Castela que levaram os dois irmãos a travar nova concorrência de interesses e, por consequência, ao último conflito entre eles, o infante e o rei competiram por vassalos e recursos econômicos. Tendo em vista os objetivos desse estudo, é preciso que dediquemos atenção a essa problemática, reveladora das estratégias políticas adotadas por um e outro filho de Afonso III.

4.2.1. Mudanças na configuração dos vassalos do infante D. Afonso

Nos anos que se seguiram ao primeiro e ao segundo conflito entre D. Afonso e D. Dinis houve alterações na configuração dos vassalos a ambos vinculados – como ficou estabelecido pela composição firmada entre os dois em 1282 –, assim como a aparição de novos atores sociais ligados ao senhor de Marvão e Portalegre por via da vassalidade.

Os primeiros indícios de alteração na configuração dos vassalos ligados ao infante D. Afonso surgiram quando, a partir de 1284, Rui Paes Bugalho começou a aparecer como oficial de D. Dinis, sendo inicialmente designado como juiz da disputa pelo senhorio de Góis⁸⁴⁴ – questão abordada logo à frente. Em seguida, aquele cavaleiro ocupou a posição de inquiridor nomeado pelo rei de Portugal, em dezembro de 1286, para dar prosseguimento às diligências em torno da herança de D. Gonçalo Garcia de Sousa⁸⁴⁵. Depois disso, ainda aparece como testemunha em diplomas régios, desembargador, avaliador de uma aquisição do monarca português e procurador do concelho de Santarém⁸⁴⁶. Além dessas atribuições, Rui Pais desempenhou ainda a função de açoreiro de D. Dinis, ou seja, responsável por suas aves de volataria⁸⁴⁷.

Na condição de vassalo e oficial do rei, Rui Paes Bugalho foi favorecido com a concessão régia de um herdamento em Monsaraz⁸⁴⁸ e a confirmação de uma casa em Arronches, a qual o infante D. Afonso havia lhe outorgado⁸⁴⁹. Dessa maneira, dividido entre a vassalidade a dois senhores, aquele nobre permaneceu fiel ao monarca de Portugal, haja vista sua ausência na documentação concernente aos atos do senhor de Marvão e Portalegre e a

⁸⁴⁴ ML, V, f. 89; KRUS, 2011, p. 63-64.

⁸⁴⁵ Ch.DD, I, I, f. 241v.-244v.; KRUS, 2011, p. 61; SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 451.

⁸⁴⁶ SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 451.

⁸⁴⁷ Ch.DD, I, I, f. 283v.; ML, VI, f. 5; SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 452.

⁸⁴⁸ Ch.DD, I, I, f. 249.

⁸⁴⁹ Ch.DD, I, I, f. 283v.

presença de seu nome em um diploma régio de 1304⁸⁵⁰, portanto, após o terceiro conflito entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III. A opção de Rui Paes por permanecer vinculado ao poder régio se dava pelas maiores possibilidades de obtenção de benefícios⁸⁵¹ tanto para si quanto para os seus descendentes, como foi o caso de seu filho, Fernão Rodrigues Bugalho, que desempenhou cargos de meirinho-mor de Aquém-Douro e depois de Além-Douro, assim como o de alcaide de Lisboa⁸⁵².

Outro membro da linhagem de Bugalho, Gomes Pais, que havia feito homenagem a D. Dinis como alcaide de Marvão, permaneceu nesse posto por apenas quatro meses. Não podemos precisar, contudo, se essa alteração foi provocada por alguma influência de Rui Paes Bugalho sobre seu meio-irmão Gomes Pais, fazendo-o abandonar o governo daquele castelo, ou se poderia mesmo ter falecido, dessa maneira abrindo espaço para que Estevão Peres Abelhon – sobre quem nada sabemos – passasse a ocupar aquele cargo, pelo qual prestou fidelidade ao rei em maio de 1288⁸⁵³.

Outro vassalo ligado tanto a D. Afonso quanto a D. Dinis e que demonstrou inclinar sua fidelidade ao rei de Portugal foi Vasco Pires Farinha. Essa vinculação ao monarca português não o impediu, contudo, de comprometer a paz do reino quando levou adiante um conflito linhagístico que espalhou conturbações e violências na região de Góis, território do qual era senhor⁸⁵⁴.

Decorrido ao longo de 1284, o conflito que opôs Vasco Pires Farinha aos seus sobrinhos – Vasco, Lourenço e João Esteves de Góis – foi motivado pela disputa pela posse do senhorio de Góis. Tendo em vista que Vasco Pires não possuía prole legítima, mas somente filhos naturais – para os quais almejava obter a concessão de legitimidade por ato régio –, seus sobrinhos intentavam tomar a posse daquelas terras ao tio. Os dois lados reuniram homens e se lançaram ao conflito armado, causando muitas mortes, mas nenhum acordo. A população local, vendo-se em meio à violência, apelou à autoridade régia⁸⁵⁵.

Chamado para dar solução aos conflitos, o rei de Portugal rumou para Coimbra em finais de 1284. Pela composição, Vasco Pires Farinha ficou obrigado a dar quatro mil e quinhentas libras a Vasco e Lourenço Esteves, assim como às suas esposas, além de outras herdades possuídas por ele fora do senhorio de Góis. Seus sobrinhos foram obrigados a ceder

⁸⁵⁰ Ch.DD, l. III, f. 29v.-30v.

⁸⁵¹ SÁ-NOGUEIRA; VIANA, 1988, p. 451.

⁸⁵² PIZARRO, 1997, p. 1134.

⁸⁵³ Ch.DD, l. I, f. 227-227v.

⁸⁵⁴ PIZARRO, 2008, p. 114.

⁸⁵⁵ ML, V, f. 89.

todos os direitos que detinham sobre aquele domínio territorial aos herdeiros daquelas terras⁸⁵⁶.

A solução imposta pelo rei causou considerável prejuízo a Vasco Pires Farinha, que, embora não tenha perdido a posse daquele domínio senhorial, se viu diminuído em seus bens ao ter de ressarcir as mortes que suas tropas haviam causado ao bando inimigo. A decisão adversa aos seus interesses não deve, contudo, ter feito inclinar sua fidelidade ao infante D. Afonso – de quem era mordomo, vale lembrar –, haja vista que aquele nobre dependia de D. Dinis para ver legitimados os seus herdeiros e assim evitar a completa perda de seus domínios em prol de seus sobrinhos.

Em 1289, D. Dinis atendeu ao apelo de Vasco Pires Farinha e legitimou Gonçalo Vasques de Góis, filho que havia tido com Marinha Pires – abadessa do Mosteiro de Ferreira de Aves –, em retribuição aos muitos serviços prestados pelo senhor de Góis, tornando esse rebento apto a herdar os bens de seu pai⁸⁵⁷. No ano de 1308, o monarca português concedeu a legitimação a Álvaro Vasques de Góis, filho daquele mesmo casal⁸⁵⁸. Antes disso, em 1300, Vasco Pires havia fundado aquele que foi o primeiro morgadio de Portugal⁸⁵⁹.

Essas informações apontam para a predileção de Vasco Pires Farinha por manter sua fidelidade e proximidade junto ao rei de Portugal, a fim de obter as benesses que somente o poder régio poderia conceder a ele e a seus filhos⁸⁶⁰. Assim procedendo, é possível que o distanciamento das relações, ou rompimento da vassalidade, entre Vasco Pires e D. Afonso tenha se dado nos primeiros anos seguintes aos acordos firmados entre o infante e D. Dinis, haja vista que o vassalo esteve presente nas ocasiões em que os alcaides de Portalegre e de Marvão prestaram homenagem ao monarca⁸⁶¹. A partir de então, seu nome deixa de figurar na documentação relativa ao senhor de Marvão e Portalegre e, em 1293, os documentos apontam que ele havia perdido o seu cargo de mordomo, a essa altura ocupado por Paio Soares⁸⁶².

A obra genealógica escrita pelo conde D. Pedro identifica esse mordomo do infante D. Afonso como sendo Paio Soares de Barbudo⁸⁶³ – como ficou anteriormente apontado.

⁸⁵⁶ ML, V, f. 89-89v.

⁸⁵⁷ Ch.DD, I, I, f. 265-265v.

⁸⁵⁸ Ch.DD, I, III, f. 66.

⁸⁵⁹ Sobre a fundação do morgadio de Góis, veja: ROSA, 1995, *passim*.

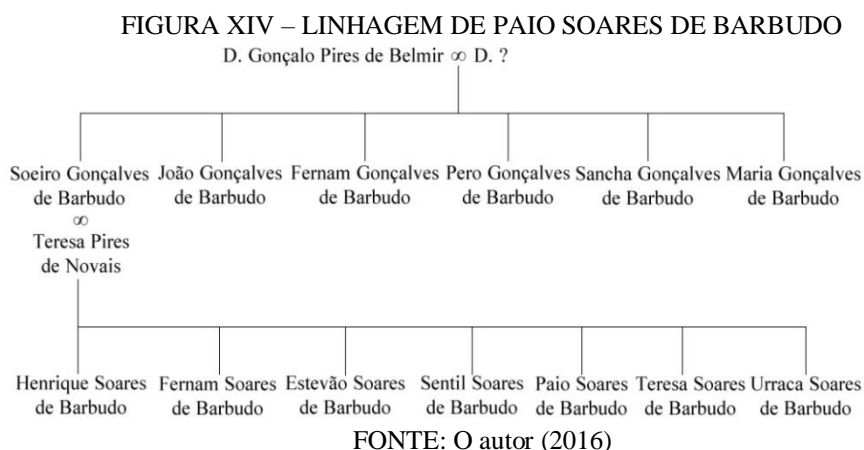
⁸⁶⁰ Conforme apontado por José Augusto Pizarro, Gonçalo Vasques de Góis foi privado de D. Dinis, mantendo-se na Corte de Afonso IV e Pedro I. Seu irmão, Álvaro Vasques de Góis, foi privado de Afonso IV (PIZARRO, 1997, p. 1073-1074).

⁸⁶¹ Ch.DD, I, I, f. 216v.; 218.

⁸⁶² OACSB, mç. 2, doc. 219.

⁸⁶³ LLCDP, II/2, p. 144.

Aceitando essa informação, temos que ele foi neto de D. Gonçalo Pires de Belmir, filho de Soeiro Gonçalves de Barbudo e de Teresa Pires de Novais, casal que teve outros seis descendentes: Henrique Soares, Fernam Soares, Estevão Soares, Sentil Soares, Teresa Soares e Urraca Soares de Barbudo⁸⁶⁴.



Originários da região de Barbudo – no norte senhorial –, o topônimo deu nome a essa linhagem⁸⁶⁵. Estamos, assim, diante de membros da nobreza média que buscaram ascensão por via da vassalagem a nobres mais poderosos, como fez João Gonçalves de Barbudo ao casar-se com Estevainha Peres de Aboim, irmã de João Peres de Aboim, de quem possivelmente passou a ser vassalo⁸⁶⁶. Seguindo os passos do tio, foi com o mesmo propósito que Paio Soares de Barbudo adentrou a vassalagem do infante D. Afonso.

Finalmente, o último dos vassalos do D. Afonso sobre quem dispomos de informações foi Estevão Rodrigues de Molnes, que surge em documentos de 1307⁸⁶⁷, em período posterior à última derrota do infante diante de D. Dinis. Aquele cavaleiro era neto de Estevão Pires de Molnes e filho ilegítimo de Rodrigo Anes de Molnes e Teresa Anes de Chantara⁸⁶⁸.

⁸⁶⁴ LLCDP, II/2, p. 102-103.

⁸⁶⁵ LLCDP, II/2, p. 102.

⁸⁶⁶ VENTURA, 1992, p. 610.

⁸⁶⁷ OACSB, mc. 3, doc 302; 307.

⁸⁶⁸ PIZARRO, 1997, p. 1006-1009.

FIGURA XV – LINHAGEM DE ESTEVÃO RODRIGUES DE MOLNES

Estevão Pires de Molnes ∞ Urraca Pires Correia



Rodrigo Anes de Molnes ∞ Teresa Anes de Chantara



Estevão Rodrigues de Molnes

FONTE: O autor (2016)

Conforme análise desenvolvida por José Augusto Pizarro a respeito da linhagem dos Molnes – originária da freguesia de Santiago de Molnes –, os membros dessa estirpe não descendiam de prestigiados nobres, fator que dificultava sua ascensão, tendo permanecido nos estratos da nobreza média e inferior de nível local. No século XIII, Estevão Pires de Molnes surgiu como cavaleiro possivelmente vinculado aos senhores da Maia por meio de vassalagem; seu nome consta também em dois diplomas régios de Afonso III e ainda nas inquirições de 1258 e 1288 – cujos documentos elencam os bens que possuía nos julgados de Faria, Maia e Panóias⁸⁶⁹.

O filho de Estevão Pires, Rodrigo Anes de Molnes, aparece documentado nas inquirições de 1258 como usurpador de foros na freguesia de São Romão de Milhazes, no julgado de Faria⁸⁷⁰. Seu filho, Estevão Rodrigues de Molnes, foi legitimado por D. Dinis em 1297⁸⁷¹; em 1289 foi beneficiado pelo tio com a doação de partes de um casal em São Martinho de Courel, patrimônio ao qual agregou outros bens comprados naquela primeira freguesia⁸⁷². Diante da ausência de ligações de sua linhagem com a Corte régia e de seus poucos domínios territoriais, Estevão Rodrigues pode ser enquadrado na média ou baixa nobreza. Nessa condição, a sua associação ao infante D. Afonso – por via da vassalagem – significava a possibilidade de ascender socialmente a partir da vinculação a um membro da linhagem régia.

Além dos nobres acima analisados, a documentação concernente aos atos praticados pelo infante D. Afonso informa-nos ainda outros nomes e funções de elementos ligados ao senhor de Marvão e Portalegre: João Fernandes, seu chanceler; Domingos Fernandes, seu tesoureiro; e Domingos Ramos, seu clérigo⁸⁷³. O caráter pouco específico das fontes acerca desses três vassallos, assim como sobre Aires Cabral – anteriormente apontado como alcaide

⁸⁶⁹ PIZARRO, 1997, p. 1003; 1006.

⁸⁷⁰ PIZARRO, 1997, p. 1008.

⁸⁷¹ Ch.DD, l. II, f. 137.

⁸⁷² PIZARRO, 1997, p. 1009.

⁸⁷³ OACSB, mç. 2, doc. 219.

de Portalegre –, nos impede de identificar precisamente quem eles foram, assim como suas vinculações linhagísticas e relações sócio-políticas.

Ainda que nos escapem informações específicas sobre alguns dos elementos que orbitavam em torno de D. Afonso, o fato de que esses vassalos tenham ocupado postos específicos na estrutura administrativa dos domínios senhoriais do infante indica o elevado grau de complexidade inerente à gerência de seus territórios e bens, podendo mesmo ser comparada à organização da Corte régia⁸⁷⁴. O governo dos senhorios de Marvão e Portalegre perpassava os assuntos militares – dos quais o alcaide ficava encarregado –, as tarefas de ordem econômica – aos cuidados do tesoureiro – e a necessidade de manter a documentação concernente aos atos de D. Afonso – função assumida pelo chanceler.

Analizada a mudança de configuração dos nobres vassalicamente ligados a D. Afonso, é possível constatar a continuidade dos esforços de D. Dinis para atrair para si a fidelidade dos vassalos vinculados ao seu irmão. Para além de exigir a homenagem de dez cavaleiros relacionados ao infante como parte dos termos da composição de 1282, o que se repetiu em relação aos alcaides de Marvão e Portalegre em 1288, o rei recorreu ao expediente de enquadrar determinados vassalos de D. Afonso em ofícios ligados à Corte, conferindo-lhes oportunidades de ascensão social muito maiores e mais atraentes do que as que teriam caso se mantivessem alinhados ao seu senhor, que, embora fosse o mais poderoso nobre do reino, não poderia competir com o próprio monarca.

Ao assim proceder, D. Dinis interferiu diretamente na configuração dos vassalos de D. Afonso, provocando o rebaixamento do estatuto nobiliárquico do corpo vassálico que orbitava em torno do infante, alteração possível de ser constatada quando observado o enquadramento social dos vários cavaleiros ligados ao senhor de Portalegre ao longo de sua trajetória política.

Assim, temos que, como analisado em momento anterior deste estudo, os nobres vinculados a D. Afonso pelos termos da composição de 1282 pertenciam em sua maioria aos quadros da média nobreza. Contudo, como acaba de ser demonstrado, os cavaleiros que começaram a surgir na documentação concernente ao infante a partir daquela data faziam parte da baixa nobreza, como demonstrado pela impossibilidade de descortinar seu pertencimento a algum linhagem ou, quando isso é possível, pela verificação do reduzido prestígio social de suas estirpes.

Tendo em vista essas considerações, compreende-se que o enfrentamento entre D. Dinis e D. Afonso se desenvolveu também no espaço das vassalidades, disputa de que o

⁸⁷⁴ MATTOSO, 1995, I, p. 71.

segundogênito de Afonso III saiu novamente derrotado. O infante nada pôde fazer para reverter a debandada de seus mais prestigiados cavaleiros em favor do poder régio e, diante disso, foi compelido a estabelecer vínculos de vassalidade com elementos da baixa nobreza, a fim de não ter sua base de apoio vassálica completamente solapada pelas ações do rei de Portugal. Essa manobra não evitou, contudo, a depreciação da base de poder do senhor de Portalegre, que passava a estar apoiado em vassalos detentores de reduzidos predicados nobiliárquicos e, portanto, menos aptos a oferecer efetivo apoio ao seu senhor.

A estratégia de D. Dinis de atração dos membros da média nobreza para a Corte atingiu D. Afonso não apenas em sua vassalidade, mas também no que tocava ao seu cargo de tenente, perdido em 1293. Contudo, antes de tratar dessa problemática, é necessário abordar a questão da posse de Lourinhã pelo infante português, assim como seus esforços por ampliar seus domínios territoriais.

4.2.2. As rendas de Lourinhã e a aquisição de terras

Firmada a composição entre D. Afonso e D. Dinis em 1288, a relação entre os irmãos retomou caráter estável, podendo mesmo ser caracterizada como favorável aos interesses econômicos do senhor de Marvão e Portalegre, beneficiado por determinações do monarca que possibilitaram o incremento de seus poderes nobiliárquicos a partir da ampliação de seus rendimentos senhoriais, marcadamente na vila de Lourinhã, localidade retirada da posse do segundogênito de Afonso III por este mesmo monarca, como consequência do enfrentamento entre os poderes régios e eclesiásticos no reino de Portugal.

A ascensão de Afonso III ao trono não fez cessar a prática de violências de membros da nobreza contra igrejas e mosteiros, intensificada durante a guerra civil que marcou os finais do reinado de Sancho II. Apesar das queixas dos clérigos, que exortavam o monarca à defesa dos bens e direitos da Igreja, somente em 1261 o *Bolonhês* promulgou um conjunto de leis voltadas à contenção daqueles agravos⁸⁷⁵.

As medidas legislativas de Afonso III incidiram sobre os abusos cometidos pelos membros da nobreza que detinham o direito de padroado⁸⁷⁶ sobre mosteiro ou igreja,

⁸⁷⁵ FERNANDES, 2000, p. 33; 104-106; VENTURA, 2009, p. 179.

⁸⁷⁶ O direito de padroado era concedido pela Igreja aos que tivessem contribuído materialmente para a edificação ou reconstrução de centros religiosos. Esses benfeitores – laicos, eclesiásticos ou o próprio rei – passavam a deter algumas vantagens econômicas hereditárias, tais como a aposentadoria e alimentação em igrejas e mosteiros para o padroeiro e sua comitiva e subsídios para o casamento de suas filhas e para um possível pagamento de resgate em caso do filho cavaleiro cair cativo (FERNANDES, 2000, p. 103-104). Para uma

regulamentando com maior exatidão as prerrogativas detidas pelos nobres sobre os centros religiosos dos quais eram benfeitores, assim buscando evitar os conflitos surgidos entre laicos e eclesiásticos em torno dos bens pertencentes aos cenóbios⁸⁷⁷.

Para além da matéria acerca do padroado, o conjunto de leis promulgado por Afonso III buscou estabelecer regras sobre o direito de colheita⁸⁷⁸, alvo de reclamações por parte dos concelhos, que acusavam os oficiais régios e os nobres de abusar dessa prerrogativa – a eles transferida por determinação régia –, muitas vezes exigindo o consumo da produção agrícola *in loco* e tomando víveres em demasia, atitude que implicava no aumento dos gastos do poder municipal para cumprir com aquela obrigação⁸⁷⁹.

O estabelecimento dessas leis não deve ter alterado o cenário de abusos praticados pela nobreza, o que resultou na reedição daquela legislação em 1272, anos depois de irrompido o conflito entre Afonso III e o clero português⁸⁸⁰. A contenda se deu em torno das medidas do rei, postas em curso em 1265, para reverter os abusos senhoriais promovidos contra o patrimônio da coroa – constatados pelas inquirições de 1258 –, o que o motivou a ordenar que fossem confiscadas as terras doadas pelos colonos régios às ordens religiosas, medida que desagradou aos eclesiásticos⁸⁸¹.

Contrariados, muitos bispos lançaram interditos sobre suas dioceses e abandonaram o reino em direção à Corte pontifícia, onde estavam em finais de 1266 para apresentar queixas contra Afonso III diretamente ao papa. A lista de acusações, composta por um total de quarenta e três artigos, dizia respeito aos supostos agravos praticados pelos vassalos, consanguíneos e oficiais do rei de Portugal contra as liberdades, direitos, prerrogativas, bens e determinações eclesiásticas cujo respeito era determinado pelas leis canônicas. Por seu turno,

abordagem mais bem elaborada acerca do direito de padroado e sua regulamentação por Afonso III, veja: FERNANDES, 2000, p. 103-118.

⁸⁷⁷ FERNANDES, 2000, p. 115.

⁸⁷⁸ Seguindo o entendimento do frei Joaquim Viterbo, a colheita era “Certo foro, ou pensão, que os vassalos pagavam ao príncipe, ou senhorio, quando este vinha á terra uma vez cada anno, e não vindo lha não pagavam. Porém, com o rodar dos anos se foi introduzindo o pagarem-lha; posto que com efeito, e pessoalmente não viesse. Colheita, Comedura, Procuração, Visitação, Jantar, e Parada são synonymos, ou em muito pouco diferem” (VITERBO, 1865, v. I, p. 200). Antônio Caetano do Amaral recorre a Viterbo para pautar suas concepções acerca da colheita e avança no sentido de elucidar o seu entendimento acerca das diferenças entre essa e outras prerrogativas, a exemplo do *jantar*, segundo ele, pago ao rei pelas igrejas e mosteiros (AMARAL, 1945, p. 91; 162). Segundo Fátima Regina Fernandes, sendo a colheita um direito do rei, este poderia transferir suas prerrogativas a outrem, que eventualmente abusaria dessa concessão (FERNANDES, 2000, p. 120).

⁸⁷⁹ FERNANDES, 2000, p. 118-121.

⁸⁸⁰ FERNANDES, 2000, p. 106.

⁸⁸¹ FERNANDES, 2000, p. 33-34; HERCULANO, s.d., t. V, p. 195; VENTURA, 2009, p. 181-182. Demonstrando desacordo em relação às interpretações historiográficas que identificam a centralização política de Afonso III e a defesa dos direitos régios como causa do conflito régio-clerical, José Mattoso afirma que este não é um ponto de acordo entre os historiadores, restringindo-se a afirmar que as motivações daquele imbróglio são pouco nítidas (MATTOSO, 1993b, p. 143).

o *Bolonhês* enviou representantes – entre eles frei Afonso Peres Farinha – à presença de Clemente IV, que lograram reverter a situação a favor do monarca português⁸⁸².

A disputa régio-clerical foi retomada em maio de 1273 pelo papa Gregório X, que enviou bulas a Afonso III a fim de reiterar as queixas apresentadas contra ele pelos clérigos portugueses⁸⁸³, às quais o pontífice acrescentou novas reclamações relacionadas à usurpação de rendas de muitos bispados pelo rei de Portugal, agravo igualmente dirigido contra o infante D. Afonso, acusado de despojar o bispado da Guarda⁸⁸⁴. Em resposta, o Bolonhês convocou Cortes, celebradas em Santarém em finais daquele ano e início de 1274, para que pudesse ser debatido um acordo para pôr fim à querela entre o monarca e o corpo eclesiástico⁸⁸⁵.

Reunido com os nobres, concelhos e ordens do reino, Afonso III emitiu carta, datada de 18 de dezembro de 1273, demonstrando seu intento de corrigir seus atos de desrespeito contra os clérigos portugueses, conforme o papa exortava-o a fazer. O rei nomeou um grupo de corregedores para que avaliassem e emendassem os agravos praticados contra os direitos eclesiásticos e comprometeu-se a cumprir e respeitar as providências tomadas por aquela junta. Ademais, a rainha D. Beatriz comprometeu-se a não outorgar poderes aos seus filhos e filhas para que alienassem bens ou anulassem doações feitas por Sancho II; determinação que foi aceita e jurada por Dinis, Afonso, Branca e Sancha⁸⁸⁶.

Observado o conteúdo daquele documento, chama atenção o fato de ser o infante D. Afonso o único dentre os descendentes do rei de Portugal que se comprometeu expressamente a respeitar os privilégios e direitos eclesiásticos, como o fez com as seguintes palavras: “*E eu Infante don Affonso salvo que non dou nen outorgo aos sobredictos poder de fazer nulha rem sobre los castelos nem sobre los herdamentos que mi deu meu padre, nem sobre las teenças que ora eu tenho, nem sobre las perteenças nem sobre los directos deles*”⁸⁸⁷. Tendo em conta que a essa altura o segundogênito de Afonso III detinha senhorio próprio, essa atitude servia para reforçar seus compromissos de fazer respeitar os direitos eclesiásticos em seus domínios. Contudo, nada diz acerca das acusações dirigidas contra ele acerca de possíveis usurpações das rendas do bispado da Guarda.

Os corregedores nomeados por Afonso III não tomaram nenhuma providência efetiva para corrigir os agravos contra os direitos eclesiásticos, demonstrando que a criação daquela

⁸⁸² MATTOSO, 1993b, p. 143; VENTURA, 2009, p. 182.

⁸⁸³ MATTOSO, 1993b, p. 145.

⁸⁸⁴ ML, IV, f. 239v.

⁸⁸⁵ VENTURA, 2009, p. 184.

⁸⁸⁶ Ch.AfIII, doc. 590.

⁸⁸⁷ Ch.AfIII, doc. 590.

junta não passava de manobra do rei para postergar a solução do conflito. Gregório X acusou as Cortes de Santarém de serem uma farsa e exigiu a imediata reparação dos danos sofridos pela Igreja em Portugal, caso contrário, faria recair as sanções canônicas sobre o reino português. Considerando que o *Bolanhês* continuava inerte diante das admoestações pontifícias, o Papa João XXI cumpriu a ameaça de seu antecessor em 1277, quando interditou o reino e excomungou Afonso III, seus consanguíneos e oficiais⁸⁸⁸.

Excomungado e doente, Afonso III buscou se redimir. Assim procedendo, mandou chamar alguns religiosos e nobres à sua presença em janeiro de 1279 e, nessa ocasião, jurou obediência à Igreja, comprometendo-se a restituir todos os bens eclesiásticos que havia tomado – entre eles a vila de Lourinhã – e ordenando ao seu sucessor, D. Dinis, que cumprisse essa disposição e corrigisse os demais desrespeitos feitos por ele contra as igrejas e mosteiros de Portugal⁸⁸⁹.

A posse e direitos em torno da vila de Lourinhã demonstra ser uma problemática de delicada solução. Francisco Brandão aponta que essa povoação foi concedida por D. Henrique a D. Jordão – um dos cavaleiros que o havia auxiliado na tomada de Lisboa –, que transmitiu a localidade aos seus herdeiros até se extinguir a sua descendência masculina, quando a vila foi herdada por D. Urraca e depois por seu filho, que morreu sem herdeiros. Esse fato deu início à disputa em torno da posse de Lourinhã pelos demais descendentes de D. Jordão, questão sobre a qual interveio Afonso III, que incorporou a vila aos bens régios⁸⁹⁰.

Essas informações não são, contudo, comprovadas pela documentação da chancelaria de Afonso III, que silencia sobre a posse de Lourinhã, salvo quando a localidade é outorgada ao infante D. Afonso. Considerando a ordem do *Bolanhês* de restituir aquela vila à Igreja, o mais certo é que a localidade figurava como domínio eclesiástico. Considerando essas informações, nos inclinamos a aceitar a interpretação de Fernando Félix Lopes que, em nota, afirmou que aquela doação foi “[...] sentenciada como inválida por motivo de o castelo e vila de Lourinhã não pertencerem à Coroa em tudo o que não era o padroado da sua igreja, a colheita e o direito dos romeiros”⁸⁹¹. Feito esse esclarecimento, podemos voltar ao conflito régio-eclesiástico em Portugal.

As conversações voltadas para a solução do conflito foram retomadas em finais de 1281, quando D. Dinis reuniu os bispos presentes no reino – alguns deles nomeados pela Santa Sé e aceitos pelo poder régio – a fim de que se chegasse a um acordo entre as partes. A

⁸⁸⁸ VENTURA, 2009, p. 185.

⁸⁸⁹ ML, IV, f. 254-255; MATTOSO, 1993b, p. 147; VENTURA, 2009, p. 191-192.

⁸⁹⁰ ML, V, f. 144-144v.

⁸⁹¹ LOPES, 1997, p. 199.

reunião dos eclesiásticos resultou em termos para uma composição, apresentados ao rei em 1282, o qual, concordando com o conteúdo, remeteu-o para a avaliação do papa Martinho IV⁸⁹².

Dois anos depois, o Pontífice emitiu seu parecer, demandando alterações no teor da conciliação. Contudo, a morte de Martinho IV, os efêmeros pontificados seguintes e as manobras protelatórias de D. Dinis – envolvido com as medidas centralizadoras do poder régio e os conflitos contra o infante D. Afonso – prolongaram o litígio até o décimo ano do reinado dionisino, quando foi firmado o acordo conhecido por Concordata de 1289, pelo qual o rei de Portugal comprometeu-se a cumprir e fazer respeitar os privilégios e direitos eclesiásticos em seu reino⁸⁹³.

A aceitação daquele acordo pelo rei não deve ser interpretada como derrota ou diminuição de sua autoridade diante do poder eclesiástico. O cerne do conflito entre Afonso III e os bispos portugueses significava mais do que a disputa em torno de privilégios e direitos clericais, pois tocava ao próprio exercício da soberania régia e à capacidade do monarca de fazer valer seus desígnios sobre todas as instituições presentes no reino, incluindo a Igreja⁸⁹⁴.

Quando subiu ao trono, D. Dinis não abandonou o projeto de afirmação e centralização da autoridade régia, mas aprofundou-o – como pode ser observado pelo recurso às inquirições e o combate aos privilégios nobiliárquicos. Assim sendo, na avaliação de Henrique da Gama Barros, José Mattoso e José Augusto Pizarro, a aceitação da Concordata de 1289 pelo rei de Portugal não implicou na ampliação do poder eclesiástico sobre os assuntos do reino, haja vista que as soluções para os conflitos surgidos a partir de então entre o monarca e os clérigos não passaram pela intervenção pontifícia, mas pela busca de um quadro de disposições legislativas possibilitadoras de acordos entre as partes em conflito – sem a intromissão de instâncias de poder exteriores ao reino de Portugal⁸⁹⁵.

Após o estabelecimento da concordata com o clero, D. Dinis não desatendeu dos abusos cometidos pelos nobres contra igrejas e mosteiros, agravos que buscou coibir com a reedição de leis que regulamentavam o direito de padroado. Hábil político, o rei objetivou atenuar as tensões políticas que aquela medida gerou entre a nobreza com o atendimento das

⁸⁹² MATTOSO, 1993b, p. 147-148; PIZARRO, 2008, p. 112-113.

⁸⁹³ MATTOSO, 1993b, p. 148; PIZARRO, 2008, p. 132-133. O teor completo da Concordata de 1289, composta por quarenta artigos, pode ser consultado em: LLP, p. 342-360.

⁸⁹⁴ VENTURA, 2009, p. 183-184.

⁸⁹⁵ BARROS, t. II, 1945, p. 128-129; MATTOSO, 1993b, p. 148; PIZARRO, 2008, p. 134-135.

demandas apresentadas pelos membros do grupo nobiliárquico⁸⁹⁶, como aquela feita ao monarca em março de 1291, assim transcrita no *Livro de Leis e Posturas*:

O Jffante Dom Affonso meu irmãao. e Dom Nono gonçalvjs e Ricos homens e filhos dalgo. e outras gentes do meu Reyno sse me queyxarom dizendo que esses filhos dalgo e outras gentes ssom mjnguadas e muj probes. e exerdadas das possissões e das heranças de ssas auoengas nom podem ujuer em meu Reyno sem sserujr mjm tam bem nem tam conpridamente como sseruiam os filhos dalgo e as outras gentes que forom ante eles ou outros Reys que forom ante mjm. per Razom que dizem que quando ssas filhas entram nas ordeens e hi moRem professas que as ordeens ueem aos beens e aas heranças per ssucesson de seus padres e de ssas madres. E per esta Razom ssaae das auoengas e das linhas endeçendendo e enalheam sse pera todo senpre.⁸⁹⁷

Observando o conteúdo desse registro, nota-se a queixa dos nobres acerca da condição de crescente pobreza a que estavam sujeitos por conta do alheamento de suas posses e heranças, situação que comprometia a sua capacidade de prestar serviços ao rei como haviam feito seus antepassados. A causa dessa escassez, segundo o argumento do grupo nobiliárquico, era a atitude das ordens religiosas de tomarem posse, depois do falecimento de suas professas, dos bens a elas deixados por pai e mãe.

Como faz notar José Augusto Pizarro, esse protesto estava relacionado ao costume dos nobres de privar suas filhas do casamento e enviá-las a conventos, como forma de defender a fortuna da linhagem. Diante disso, a nobreza almejava acabar com essa prática eclesiástica prejudicial aos seus interesses, garantindo a permanência de seus bens no interior de suas linhagens⁸⁹⁸.

Com o objetivo de oferecer uma solução à demanda dos nobres, assim como de defender os interesses do poder régio diante da desregrada acumulação de patrimônio pelas instituições eclesiásticas – que passavam a estar isentas de tributação⁸⁹⁹ –, D. Dinis reeditou a lei de desamortização⁹⁰⁰ em 1291, acrescentando-lhe a proibição às ordens religiosas de

⁸⁹⁶ MATTOSO, 1993b, p. 149; PIZARRO, 1997, p. 1120.

⁸⁹⁷ LLP, p. 73; MARREIROS, 2012, p. 76.

⁸⁹⁸ PIZARRO, 1997, p. 1187-1188.

⁸⁹⁹ MATTOSO, 1993b, p. 149; PIZARRO, 2008, passim.

⁹⁰⁰ As leis de desamortização, ou de amortização, foram colocadas em curso pelos reis de Portugal a partir do século XIII com o objetivo de restringir a aquisição de bens de raiz pela Igreja, situação que comprometia o fisco régio, haja vista que as imunidades eclesiásticas impediam a cobrança de tributos e serviços nessas terras. As primeiras providências jurídicas no sentido de coibir a concentração de domínios territoriais pelos clérigos foram tomadas por Afonso II e depois por Sancho II, mas coube a D. Dinis torná-las mais eficientes. Em 1286, esse monarca determinou a proibição às instituições religiosas de adquirir propriedades fundiárias; em 1291, ampliou esse impedimento ao recebimento da herança de seus professos; em 1292, desautorizou os tabeliões de lavrar escrituras de venda de propriedades fundiárias a membros da Igreja; em 1308 e 1309, a reedição dessas medidas teve o intuito de completar o conteúdo das anteriores (MARQUES, 1995, v. II, p. 287-288; BARROS, 1945, t. II, p. 270-274).

herdar bens de professos, salvo em caso de seus parentes demonstrarem interesse em dispor de algo a favor da alma daquele que partira. Nessa circunstância, os clérigos poderiam reter um terço dos herdamentos e posses do falecido, devendo esses haveres ser vendidos aos laicos, de modo a não permanecer em posse da instituição eclesiástica; os outros dois terços seriam transferidos aos herdeiros do defunto⁹⁰¹. No ano seguinte, o rei de Portugal determinou que os tabeliões não lavrassem escritura de venda de terras a membros do clero, exceto àqueles que integrassem ordens menores⁹⁰².

Na posição de consanguíneo régio e de mais poderoso senhor do reino de Portugal, o nome de D. Afonso encabeçou e atribuiu maior importância à queixa apresentada pela nobreza ao rei D. Dinis, embora a questão central daquele conteúdo – a herança de bens das profensas pelas ordens religiosas – não tocasse especificamente à condição patrimonial do senhor de Marvão e Portalegre, haja vista que suas filhas não haviam entrado para conventos.

Isento de preocupações concernentes à perda de parte do patrimônio linhagístico para instituições clericais, D. Afonso esperava que o protesto apresentado por ele e pelos demais nobres a D. Dinis resultasse em medidas favoráveis aos interesses da nobreza e, por consequência, aos seus. Esse anseio foi atendido com a promulgação da lei de desamortizações de 1291, haja vista o favorecimento representado por essa medida legislativa ao estatuto nobiliárquico do infante, que, livre da concorrência das ordens religiosas, poderia alargar a implantação de seus poderes senhoriais com o recurso à aquisição de novas terras – atitude vedada aos clérigos.

Os indícios documentais apontam que, depois de outorgados os senhorios de Marvão, Portalegre, Arronches, Vide e Lourinhã por Afonso III ao seu segundogênito, este adquiriu terras em ao menos duas ocasiões. No ano de 1278, D. Afonso recebeu um herdamento da Ordem de Avis, localizado em São Vicente da Beira, em troca do empréstimo de mil e quinhentas libras feito por ele a essa instituição. Esse montante foi usado para comprar domínios territoriais em Elvas, os quais ficaram sob a posse da Ordem de Avis ao longo do primeiro ano e um dia seguinte à sua aquisição. Em seguida, a posse foi outorgada ao infante, com quem deveria permanecer até que morresse, entrasse em ordem ou viesse a ser rei⁹⁰³. Alguns anos depois, no dia 21 de fevereiro de 1293, o senhor de Marvão e Portalegre comprou todos os herdamentos possuídos por Pedro Esteves e sua mulher, Urraca Martins,

⁹⁰¹ LLP, p. 73-74; ML, V, f. 189v.; MARQUES, 1985a, p. 288.

⁹⁰² LLP, p. 128-129; MARQUES, 1985a, p. 288.

⁹⁰³ Ch.AfIII, doc. 736.

em Linhares – pertencente ao termo de Monforte, localidade vizinha a Portalegre e Arronches⁹⁰⁴.

Em 18 de maio de 1293, D. Dinis confirmou as prerrogativas que seu pai havia outorgado a D. Afonso sobre a vila e castelo de Lourinhã – por motivo que veremos no próximo ponto deste item. Com essa medida, o rei de Portugal transferiu perpetuamente a colheita, direitos e o padroado detidos pelo poder régio naquela localidade ao seu irmão e seus descendentes⁹⁰⁵. Nota-se, contudo, que o monarca não restaurou o domínio senhorial do infante sobre aquele sítio, mas concedeu-lhe apenas o usufruto das rendas geradas naquele lugar, configurando, assim, um decréscimo do patrimônio do senhor de Marvão e Portalegre.

Tanto a aquisição de bens por D. Afonso quanto os protestos apresentados pelos nobres a D. Dinis em 1291 configuram-se como episódios-fenômeno característicos de uma sociedade que estrutura a dinâmica de suas relações sobre a posse de domínios territoriais, característica essencialmente cara ao estatuto sócio-político da nobreza. Conforme as palavras de José Mattoso:

A abundância de bens fundiários constitui, portanto, condição fundamental. Abstraindo da ideologia subjacente é, em termos reais, a base material do poder. Sem ela não se pode sustentar nem a força das armas, nem o poder de julgar, nem a capacidade para recrutar um séquito, nem as posses suficientes para oferecer dons ou para estabelecer alianças prestigiantes [...] É preciso acumular bens para manter o nível social alcançado pelos *bene natorum*.⁹⁰⁶

A posse de bens fundiários por um senhor conferia-lhe rendimentos fundamentais para a manutenção de seu estatuto nobiliárquico. A riqueza proporcionada ao nobre por seus domínios não advinha da exploração direta da produção agrícola; esta era relegada aos trabalhadores do campo e pouco tocava aos interesses da nobreza⁹⁰⁷. Interessava-lhe, antes, a fortuna que poderia adquirir com o exercício de seus poderes senhoriais: as prerrogativas judiciais – que possibilitavam a cobrança de multas e tributos – e militares – garantidoras da aplicação da justiça e da atuação guerreira, fosse para defesa de seus domínios ou para o ataque aos inimigos⁹⁰⁸.

Isto posto, os exercício dos poderes nobiliárquicos se constituía sobre uma base material sólida, a qual dava sustentação à autoridade do senhor⁹⁰⁹. No caso de D. Afonso, a

⁹⁰⁴ OACSB, mç. 2, doc. 219.

⁹⁰⁵ Ch.DD, l. II, f. 60v.

⁹⁰⁶ MATTOSO, 1995, I, p. 130.

⁹⁰⁷ MATTOSO, 1985b, p. 77-79;

⁹⁰⁸ MATTOSO, 1985b, p. 80-94; 2009, p. 290-291.

⁹⁰⁹ MATTOSO, 2009, p. 290.

possibilidade de ampliação de seu domínio senhorial fronteiriço a partir da aquisição de parcelas crescentes de terras estava comprometida pela configuração dos poderes implantados naquele espaço geográfico, dominado pelas ordens militares-religiosas – Templo, Hospital e Avis – que circundavam os domínios do infante⁹¹⁰, com as quais não poderia estabelecer alianças matrimoniais – meio privilegiado pela nobreza para aquisição de bens fundiários⁹¹¹. Diante disso, restava a D. Afonso aproveitar oportunidades de acordos monetários com aquelas instituições ou a compra de herdades dos laicos, como ficou apontado pela documentação.

A reduzida possibilidade de D. Afonso adquirir bens fundiários que promovessem o alargamento de seus domínios territoriais não deve ser interpretada como substancial empecilho à detenção de poderes senhoriais pelo infante, haja vista que ele os exercia nas terras sobre as quais D. Dinis lhe concedera a autoridade de tenente.

4.2.3. A posse e a perda da tenência

Por diversas vezes, nos capítulos anteriores, tivemos a oportunidade de nos referir aos tenentes e tenências e aos fenômenos político-administrativos que compuseram o processo de centralização e fortalecimento da autoridade régia em Portugal, marcadamente a partir dos reinados de Afonso III e D. Dinis. É preciso, contudo, avançar nessas duas problemáticas e compreender como elas se tocam, provocando a extinção daquele cargo, fato que atingiu diretamente o estatuto nobiliárquico do infante D. Afonso.

Desde o século XII, a designação de *tenens* era atribuída aos senhores que recebiam terras da mão do rei e passavam a atuar como representantes da autoridade régia a nível local, ou seja, como intermediários entre o suserano e as *terras*⁹¹² do reino.

A concessão de parcela da autoridade régia sobre um espaço territorial do reino foi o recurso usado por Fernando Magno, rei de Leão e Castela, para recompensar os chefes militares locais pelos serviços prestados ao poder régio, fazendo deles seus vassalos⁹¹³. Essa

⁹¹⁰ Para mapa, veja: *supra*, p. 75.

⁹¹¹ MATTOSO, 1985b, p. 76.

⁹¹² Assim era chamada a unidade administrativa formada a partir da circunscrição de um determinado espaço geográfico do conjunto das terras que formavam o território do reino, sobre a qual se assentava a autoridade de um rico-homem ou tenente, a quem o rei delegava parcela de sua autoridade (TORRES, 1985d, p. 165). Leontina Ventura, em abordagem à concessão de poderes de mando por parte do rei aos seus tenentes, sintetiza o significado daquele termo da seguinte maneira: “A terra, por seu lado, deve, pois, entender-se como o limite, a fronteira até onde se exerce um poder sobre os homens, a partir do castelo que a domina” (VENTURA, 1992, p. 261).

⁹¹³ MATTOSO, 2009, p. 313-314; VENTURA, 1992, p. 254-255; 261.

dinâmica de concessão de poderes foi praticada pelo conde D. Henrique e seguiu inalterada durante os governos de Afonso Henriques a Sancho II. Com esses monarcas, parcelas dos domínios territoriais obtidos pela Reconquista foram entregues aos mais prestigiados membros da nobreza – os ricos-homens –, outorga que possibilitou a muitos dos tenentes estabelecerem seu poder senhorial sobre as tenências, chegando mesmo a fazer dessas unidades administrativas um bem hereditário e logrando transferi-las aos seus consanguíneos, que acabaram por adotar as designações daquelas localidades como seus antropônimos – como anteriormente tivemos oportunidade de abordar. No decorrer daqueles reinados, tornou-se usual os responsáveis pelo governo das *terras* aparecerem como confirmantes dos atos régios⁹¹⁴.

Assim, desde o século XII até meados da centúria seguinte, o favorecimento dos reis de Portugal aos ricos-homens com a delegação de parte de sua autoridade sobre as *terras* do reino possibilitou que os tenentes se mantivessem nas posições cimeiras da sociedade, apoiados no exercício de direitos advindos de suas funções militares, fiscais e judiciais, o que lhes proporcionava riquezas obtidas a partir das rendas dos domínios régios, serviços prestados, tributos e multas pagas pelos habitantes daquelas unidades administrativas⁹¹⁵.

Foi sob essa configuração de poderes que Afonso III ascendeu ao trono, em um quadro de relações entre rei e alta nobreza descrito por Leontina Ventura da seguinte forma:

Chegados à segunda metade do século XIII, dois processos são muito claros: por um lado, os antigos "servidores" régios haviam-se tornado proprietários autónomos do seu feudo e os títulos que designavam o seu serviço (*riquus homo* em especial) haviam-se convertido em designação de categoria correspondente à dimensão das suas posses e do seu poder militar; por outro lado, Afonso III, que se provara forte na sua qualidade de chefe do exército – de defensor contra as forças centrífugas internas e contra os inimigos externos – e de conquistador, dispôs das *terras* e confiou-as a *tenentes*.⁹¹⁶

Desprovido de sustentáculo pecuniário capaz de lhe conferir os meios de manter os encargos de uma complexa estrutura administrativa – e os oficiais régios que este mecanismo demandava – e necessitado de angariar e garantir a fidelidade dos nobres, Afonso III concedeu a tenência das *terras* do reino aos membros mais prestigiados da alta nobreza ou a seus privados, alçando-os à condição de ricos-homens⁹¹⁷.

⁹¹⁴ MATTOSO, 1995, I, p. 121-122; VENTURA, 1992, p. 257-275.

⁹¹⁵ TORRES, 1985c, p. 147; VENTURA, 1992, p. 254.

⁹¹⁶ VENTURA, 1992, p. 276.

⁹¹⁷ VENTURA, 1992, p. 277.

Assente no trono, Afonso III deu início a graduais medidas de centralização do poder. Com o objetivo de ampliar as rendas da Coroa, o *Bolonhês* integrou as terras ocupadas pelos herdados aos domínios régios e passou a cobrar os tributos devidos pela ocupação desses territórios; venceu as resistências do clero, nobreza e concelhos, de modo a cunhar moedas de menor valor; taxou as propriedades de acordo com as rendas de seus detentores; e pôs em curso as inquirições de 1258, o que possibilitou detectar os abusos e usurpações praticados pelos nobres contra o patrimônio e direitos da Coroa⁹¹⁸. Todas essas medidas proporcionaram o incremento pecuniário necessário para a criação de funções administrativas mais especializadas, ocupadas por oficiais que atuavam como representantes do rei e fortaleciam sua autoridade nos territórios do reino.

O crescente fortalecimento da autoridade régia forneceu a Afonso III os meios sócio-políticos e administrativos para intervir sobre os cargos de tenentes. Até o ano de 1255, o rei de Portugal respeitou a hereditariedade das tenências e sua detenção pelas mais prestigiadas linhagens do reino. Contudo, a partir do ano seguinte, o monarca deixou de ratificar aquela forma de transmissão e o caráter vitalício das concessões, promovendo a desorganização dos postos ocupados pela alta nobreza e o esvaziamento do poder dos ricos-homens⁹¹⁹.

A existência de uma rede mais alargada de oficiais régios possibilitou a Afonso III aprofundar as medidas de enfraquecimento dos ricos-homens, marcadamente a partir da atuação dos meirinhos. A delegação dos poderes reais de justiça a esses servidores, que passaram a exercer autoridade judicial a nível local, esvaziou as prerrogativas dessa modalidade exercidas pelos tenentes e possibilitou que o Bolonhês atuasse mais decisivamente em prol da pacificação social e contenção das violências praticadas por elementos da nobreza, incluindo os próprios governadores de *terras*⁹²⁰.

Afonso III manteve a concessão de tenências aos membros da alta nobreza, a partir de então desprovidas de caráter hereditário e estreitamente dependentes da delegação efetivada por determinação régia, prática que reforça a ideia da vinculação feudal entre o rei de Portugal e seus ricos-homens, que, desprovidos da aplicação da justiça nas *terras*, continuaram a receber os direitos pelo monarca, contudo, por meio de renda em dinheiro⁹²¹.

Esse era, portanto, em boa parte, o quadro das relações entre rei e ricos-homens no contexto em que D. Dinis assumiu o trono, e a partir de quando D. Afonso começa a figurar como confirmante de diplomas régios na condição de tenente de *terras*. De início, em 4 de

⁹¹⁸ HERCULANO, s.d., t. V, passim.

⁹¹⁹ VENTURA, 1992, p. 278-286.

⁹²⁰ MATTOSO, 1995, II, p. 127; VENTURA, 1992, p. 300-301.

⁹²¹ MATTOSO, 1995, II, p. 124; VENTURA, 1992, p. 300.

agosto de 1279, ele confirmou uma doação régia, ainda sem a designação de tenência; no dia 5 de outubro daquele mesmo ano, nota-se sua ausência em outra doação⁹²². Não podemos ignorar a possibilidade do desaparecimento do nome de D. Afonso estar relacionado a um possível conflito entre ele e o rei. Seria a pretensa acusação de ilegitimidade do primogênito de Afonso III ao trono? Se o foi, nos escapam registros documentais acerca dessa questão.

A partir de 1280, D. Afonso passou a figurar nas confirmações de diplomas régios com o título de tenente. Admitindo que tenha havido atritos entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III, a concessão de tenência por D. Dinis ao irmão pode ser entendida enquanto manobra usada pelo rei de Portugal para atrelar o senhor de Marvão, Portalegre e Arronches ao poder régio, por via de um cargo que, como anteriormente apontado, implicava o estabelecimento de uma vinculação vassálica entre as partes. Ademais, as confirmações feitas pelo infante – enquanto tenente – tornavam público seu reconhecimento do direito de D. Dinis ao trono e, por consequência, a sua submissão.

Em 11 de janeiro de 1280, D. Afonso confirmou a doação de Manjapão, feita por D. Dinis a D. Branca, tendo aparecido como tenente da Guarda⁹²³, mesma condição na qual figura nos atos régios de 12 de novembro e 28 de dezembro daquele mesmo ano⁹²⁴. No ano de 1282, o infante confirmou documentos enquanto detentor da tenência daquela mesma localidade em 23 de abril e 1 de maio, contudo, no dia seguinte, o documento régio registra-o como tenente de Lamego⁹²⁵. Escapa-nos o motivo dessa alteração. Fato é que no ano seguinte, a 17 de julho, D. Afonso havia retomado o cargo de governador da Guarda⁹²⁶.

Para o ano de 1284, temos dois documentos. O primeiro, datado de 11 de janeiro, indica D. Afonso como confirmante, mas uma dobra nos impede de saber se detinha alguma tenência naquele momento⁹²⁷. O diploma seguinte, de 24 de julho, dá-nos ciência do infante na posição de tenente da Guarda⁹²⁸, cargo no qual se manteve ao longo de 1285 e 1286⁹²⁹. Como anteriormente apontado, os registros chancelares de 1287 marcam a presença de D. Afonso como tenente de Lamego – em decorrência de seus atritos com D. Dinis – e as últimas ocorrências de confirmação de diplomas régios por tenentes⁹³⁰.

⁹²² PIZARRO, 2008, p. 90-91.

⁹²³ PIZARRO, 2008, p. 91.

⁹²⁴ Ch.DD, l. I, f. 28-29v.

⁹²⁵ Ch.DD, l. I, f. 44v.-46v.; 61v.-63.

⁹²⁶ Ch.DD, l. I, f. 77v.-79.

⁹²⁷ Ch.DD, l. I, f. 88-89.

⁹²⁸ Ch.DD, l. I, f. 108v.-110.

⁹²⁹ Ch.DD, l. I, f. 147-149; 162-163v.; 167-169; 173-174v.; 189-189v.

⁹³⁰ Ch.DD, l. I, f. 204v.-205v.; 206-207v.

Conforme análise de José Augusto Pizarro, a desestabilização promovida por Afonso III no seio da alta nobreza, promovida por sua intervenção na forma de transmissão das tenências e em suas prerrogativas, havia transformado o cargo de tenente em condição honorífica. Esse processo de cerceamento dos poderes dos governadores de terras representava a recuperação da autoridade régia, anteriormente apropriada pelos antepassados dos ricos-homens – e transferida hereditariamente –, pelos reis portugueses da segunda metade do século XIII, promotores do processo de centralização de seus poderes. Essa conclusão não autoriza, contudo, a compreender a extinção das tenências como o golpe final sobre um cargo esvaziado de suas funções por um aparelho administrativo da Coroa mais eficiente que o dos séculos anteriores⁹³¹.

Ao extinguir as tenências, D. Dinis demonstrava seu intento de atingir os símbolos de distinção da alta nobreza – sua consciência de linhagem e seu prestígio –, o que também fez ao deixar vago, de 1284 a 1295, o cargo curial de mordomo-mor, tradicionalmente entregue a um membro do mais elevado estrato do grupo nobiliárquico. Em suma, o rei de Portugal buscava demonstrar sua capacidade de governar sem a presença dos ricos-homens⁹³².

Não se pode ignorar, por certo, que a ampliação da autoridade do meirinho-mor – ocorrida desde Afonso III – provocou a sobreposição da função desses oficiais régios à dos tenentes, o que justifica a extinção das tenências em um contexto de centralização⁹³³. Contudo, José Augusto Pizarro acrescenta outro elemento explicativo para aquele fenômeno: a elevação do estatuto nobiliárquico daqueles que passaram a ocupar os cargos de meirinho-mor de província.

No reinado de Afonso III, pouco se sabe sobre a origem linhagística dos meirinhos-mores de província, fator que indica seu pertencimento à baixa nobreza. Com D. Dinis, marcadamente a partir de 1280, esse panorama se altera, haja vista que aqueles cargos passaram a ser entregues a membros de estirpes de médio poder, as quais o rei português buscava promover nomeando alguns de seus membros para funções de importância reduzida – sem alçá-los à condição de ricos-homens –, abrindo-lhes assim oportunidades de ascensão social oferecidas pela vinculação à Corte régia⁹³⁴.

Dessa maneira, os ricos-homens deixaram de confirmar os diplomas régios na condição de tenentes, salvo uma única exceção: o infante D. Afonso. Estabelecida a segunda composição com o rei D. Dinis, o então senhor de Marvão e Portalegre retomou a tenência da

⁹³¹ PIZARRO, 1997, p. 1200-1201.

⁹³² PIZARRO, 1997, p. 1203-1204.

⁹³³ PIZARRO, 1997, p. 1205-1206.

⁹³⁴ PIZARRO, 1997, p. 1205-1206.

Guarda, conforme demonstra documento datado de 13 de agosto de 1288⁹³⁵. No ano seguinte, contudo, seu nome figurou sem designação de cargo em documento de 4 de janeiro⁹³⁶. A partir de 1290, o irmão do rei de Portugal voltou a ser mencionado nos registros chancelares como tenente daquela localidade⁹³⁷, condição que perdurou até 25 de março de 1293, data do último documento em que ele aparece como governador de *terra*⁹³⁸.

Com o intento de oferecer uma explicação para a permanência do senhor de Marvão e Portalegre no cargo de tenente, José Augusto Pizarro afirma: “É possível que D. Afonso tivesse querido manter a designação de tenente para se distinguir dos restantes ricos-homens, muito embora a titulação de infante já o destacasse suficiente”⁹³⁹. Parece-nos inquestionável o interesse do infante em manter o prestígio que lhe conferia a tenência da Guarda – como bem salientou o medievalista português –, contudo, entendemos que essa decisão não coube a ele, mas a D. Dinis.

Isto posto, o rei manteve o irmão na condição de tenente da Guarda com o objetivo de fortalecer os elos vassálicos existentes entre eles e conter possíveis animosidades nutridas pelo senhor de Marvão e Portalegre. Para tanto, as implicações inerentes àquele cargo serviam muito bem aos intentos de D. Dinis. Na condição de governador de *terras*, D. Afonso se colocava a serviço do monarca, a quem devia fidelidade. Em contrapartida, a detenção daquela tenência possibilitava ao infante manter o prestígio tradicionalmente atrelado àquele posto e colher as benesses pecuniárias a que tinha direito o governador de *terras*. Assim, D. Dinis esperava que as obrigações e os benefícios do cargo de tenente pudessem desencorajar o ímpeto revoltoso de D. Afonso.

A revogação da concessão da tenência da Guarda a D. Afonso aponta para uma alteração da postura de D. Dinis diante do irmão. Os registros chancelares não oferecem qualquer explicação para essa ocorrência. As abordagens historiográficas tampouco; silenciam a respeito de atritos entre os dois filhos de Afonso III ou hipóteses causais para a perda sofrida pelo infante. Diante da ausência de fatores internos ao reino de Portugal que elucidem a retirada do cargo de tenente ao infante, é preciso buscar indícios explicativos a partir da análise do âmbito ibérico, marcadamente dos atritos régio-nobiliárquicos enfrentados por Sancho IV e do estabelecimento de acordos entre esse rei e D. Dinis.

⁹³⁵ Ch.DD, I, I, f. 239-240.

⁹³⁶ Ch.DD, I, I, f. 247v.-248v.

⁹³⁷ Ch.DD, I, I, f. 256v.-258; 269-270v.; Ch.DD, I, II, f. 31v.-32; 53v.-55.

⁹³⁸ Ch.DD, I, II, f. 55v.-57v.

⁹³⁹ PIZARRO, 2008, p. 127.

Depois de auxiliar o rei de Castela no cerco a Arronches, o infante D. Juan retomou seus atos de contestação do poder régio, promovidos em conjunto com D. Lope Díaz de Haro. Advertido por D. Dinis, Sancho IV passou a divergir dos conselhos oferecidos por seu valido, atitude que provocou o surgimento e crescimento de discordâncias que expunham a fratura de sua relação. O cume dessas tensões se revelou em junho de 1288, quando, em Alfaro, o monarca castelhano armou uma emboscada para seus dois desafetos. O conde de Haro foi morto e o infante D. Juan, preso⁹⁴⁰.

Passado o episódio de violência, o rei de Castela, ainda dividido entre a possibilidade de estabelecer uma aliança com a França ou com Aragão, optou pela primeira opção. Dessa maneira, em 1288, Sancho IV e Felipe IV firmaram o Tratado de Lyon, pelo qual o francês abdicou de qualquer pretensão ao trono de Castela e o castelhano aceitou conceder os reinos da Múrcia e Ciudad Real a Alfonso de la Cerda, que ainda se casaria com a infanta D. Isabel. Esse acordo também previa o retorno dos membros da linhagem de Lara ao reino castelhano⁹⁴¹.

O regresso de D. Juan Núñez I de Lara e seus filhos ao reino de Castela, em 1289, não implicou na pacificação entre os membros dessa estirpe e o rei castelhano. A concessão de terras e a outorga do posto de adelantado-mor da raia castelhano-aragonesa por Sancho IV àquele nobre não bastou para satisfazer os seus anseios, pois lhe interessava retomar Albarracín, senhorio ocupado por Afonso III de Aragão. Para alcançar seu objetivo, no ano de 1290, D. Juan Núñez se associou ao rei aragonês – agora em inimizade com o castelhano, depois que este optou por se aproximar de Felipe IV – e atacou a região fronteiriça que deveria proteger. Contudo, a ação não resultou na devolução do almejado domínio territorial, fato que facilitou a composição entre o chefe da linhagem de Lara e Sancho IV⁹⁴².

O acordo firmado entre o rei de Castela e D. Juan Núñez I de Lara foi efêmero. Em 1291, o nobre voltou a se levantar contra Sancho IV, dessa vez na Galiza. O imbróglio foi novamente resolvido com uma composição, quebrada em finais daquele ano, quando D. Juan Núñez – ainda interessado em reaver Albarracín – se levantou novamente contra seu rei, que cercou o vassalo revoltado, provocando sua saída do reino de Castela em 1292⁹⁴³.

Os subsequentes atos de insurgência de D. Juan Núñez I de Lara lograram contribuir sobremaneira para o fortalecimento político de seu primogênito. Os termos do acordo firmado

⁹⁴⁰ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 176-197; NIETO SORIA, 1994, p. 93-96.

⁹⁴¹ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 213-214; NIETO SORIA, 1994, p. 97.

⁹⁴² DOUBLEDAY, 2001, p. 89; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 64-79; NIETO SORIA, 1994, p. 98; 109.

⁹⁴³ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 105-106; 153-154.

entre Sancho IV e aquele nobre em 1290 incluíam o matrimônio de D. Juan Núñez II de Lara com D. Isabel – filha de Alfonso, filho natural de Alfonso X –, herdeira do senhorio de Molina. Ademais, essa aliança matrimonial foi garantida com o aporte de castelos e terras, que visavam compensar a linhagem pela perda de Albarracín⁹⁴⁴.

Em 1291, D. Juan Núñez II demonstrou seu ímpeto político quando requereu ao rei de Castela que libertasse o infante D. Juan. Sancho IV, interessado em apaziguar suas relações com a linhagem de Lara, soltou o irmão e recebeu dele juras de fidelidade e aceitação do futuro Fernando IV como legítimo herdeiro do trono. Em seguida, D. Juan Núñez II prestou homenagem a D. Juan, tornando-se vassalo desse membro da linhagem régia castelhana⁹⁴⁵.

A associação entre o infante e o nobre de Lara se mostrou perigosa aos interesses de Sancho IV quando, depois da morte de D. Isabel, em fevereiro de 1293, o rei castelhano buscou incorporar o senhorio de Molina aos domínios régios. Essa medida implicava na perda daquele território por D. Juan Núñez II, viúvo de D. Isabel, que, unindo forças com D. Juan, passou a promover ataques e rapinas em localidades próximas às suas áreas de implantação senhorial. Apaziguada a situação e estabelecidas composições com o monarca, o nobre recebeu terras e rendas em compensação pela perda de Molina; ao infante, contudo, foi imposta a perda de parte de suas terras⁹⁴⁶.

Em resposta, D. Juan retomou seus atos de sublevação, em julho de 1293. D. Juan Núñez I de Lara – que havia voltado à vassalagem de Sancho IV – se apresentou para dar combate ao infante e foi orientado pelo rei de Castela a expulsá-lo do reino caso ele não se submetesse ao poder régio. Contudo, apoiado por efetivo militar inferior ao de seu adversário, aquele nobre acabou capturado pelo infante⁹⁴⁷.

D. Juan Núñez I de Lara logrou reverter sua situação de cativo ao prometer apoio a D. Juan, mostrando interesse em apoiá-lo contra Sancho IV e garantindo-lhe que detinha influência junto a D. Dinis, podendo fazer uso desse recurso para obter a permanência segura de seu captor em território português. Convencido por essas promessas, o infante aceitou acompanhar D. Juan Núñez I ao reino vizinho, onde foram recebidos pelo rei de Portugal. Feito isso, o nobre de Lara retornou a Castela, enquanto D. Juan permaneceu em terras lusitanas⁹⁴⁸.

⁹⁴⁴ DOUBLEDAY, 2001, p. 89; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 79; NIETO SORIA, 1994, p. 110.

⁹⁴⁵ Cr.1344, IV, p. 514; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 119.

⁹⁴⁶ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 204-210; NIETO SORIA, 1994, p. 123.

⁹⁴⁷ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 230-231; 248-250; NIETO SORIA, 1994, p. 125.

⁹⁴⁸ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 251-252; NIETO SORIA, 1994, p. 125.

Apresentado o panorama dos conflitos que opuseram Sancho IV ao infante D. Juan e à linhagem de Lara – marcadamente no caso de D. Juan Núñez II –, nota-se a permanência da atitude revoltosa por parte dos aliados do infante D. Afonso. Esses episódios constituem um dos elementos causais para a perda da tenência pelo senhor de Marvão e Portalegre; o outro indício explicativo deve ser buscado na relação política vigente entre os reis de Portugal e de Castela.

Como temos visto, o reinado de Sancho IV foi marcado por pressões externas, de um lado promovidas por Felipe IV da França e de outro, por Alfonso III de Aragão e continuadas por seu sucessor, Jaime II. Diante dessa intrincada situação política, o rei de Castela reforçou seus laços de apoio junto a D. Dinis, com quem nutria boas relações desde a guerra civil contra Alfonso X, passando pelo episódio do cerco a Arronches.

Assim procedendo, Sancho IV buscou garantir o apoio de D. Dinis com o pacto matrimonial entre seus filhos: o futuro Fernando IV de Castela e D. Constança de Portugal. Esse acordo, firmado em setembro de 1291, previa a efetivação do enlace dentro de oito anos; como garantia, o monarca castelhano enfeudou determinados castelos – dos quais ficariam como arras os de Moura, Serpa, Allariz, Olivença e Aguiar da Moa – ao rei português, que, por sua vez, determinou que os concelhos da Guarda e de Pinhel fizessem homenagem a Sancho IV⁹⁴⁹.

Ora, os concelhos da Guarda e de Pinhel estavam inseridos justamente no espaço geográfico do qual D. Afonso era tenente. Assim, quando os nobres vinculados ao infante português – D. Juan e D. Juan Núñez II de Lara – se uniram contra Sancho IV, D. Dinis deve ter achado prudente retirar a tenência da Guarda ao irmão, evitando assim que ele usasse sua autoridade militar para apoiar os insurgentes castelhanos – como ocorrera em 1287, quando auxiliou a D. Alvar Núñez de Lara –, pois, se assim o fizesse, o rei de Castela poderia considerar o ato como a quebra da homenagem feita a ele por aquelas vilas e, com isso, ter argumentos para desfazer o pacto matrimonial entre D. Fernando e D. Constança.

Diante dessa possibilidade, podemos considerar o ato de D. Dinis de retirar de D. Afonso o posto de tenente da Guarda como uma medida voltada para a salvaguarda da manutenção do pacto matrimonial estabelecido junto a Sancho IV. Dessa forma, o rei de Portugal buscava evitar uma possível ameaça a um acordo de relevante importância, que, se efetivado, promoveria a transferência de castelos e domínios territoriais de Castela para

⁹⁴⁹ ML, V, f. 206-206v.; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. I, p. 125-128; MATTOSO, 1993b, p. 150; NIETO SORIA, 1994, p. 111; PIZARRO, 2008, p. 138. Dentre esses autores, Mercedes Gaibrois de Ballesteros é a única a citar o documento daquele acordo matrimonial e seus termos, cujo conteúdo foi publicado em sua obra biográfica a respeito daquele rei castelhano. Veja: GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. III, doc. 369.

Portugal, promovendo a expansão das terras do reino. Além disso, a associação entre D. Constança e o futuro Fernando IV constituía importante trunfo político para D. Dinis e seu sucessor – Afonso IV –, que poderiam colher os benefícios da associação consanguínea aos próximos monarcas do mais extenso e poderoso reino peninsular.

Enquanto D. Dinis buscava defender seus acordos, D. Afonso se viu privado do cargo de tenente e, por consequência, dos proventos monetários e do prestígio nobiliárquico proporcionado pelo posto de governador de *terra*. Atingido de tal maneira em seu estatuto sócio-político, o senhor de Marvão e Portalegre poderia se insurgir novamente contra o seu irmão, possibilidade que não inibiu o rei de Portugal de colocar os interesses régios acima dos privilégios dos nobres, mesmo que este fora o seu irmão de caráter revoltoso.

Com o objetivo de amenizar o descontentamento de D. Afonso, D. Dinis abriu mão da colheita, direitos régios e padroado que detinha na vila de Lourinhã a favor do irmão. Sustentamos essa interpretação tendo em vista o momento daquela concessão, haja vista que, caso o rei tivesse a intenção primeira de confirmar a doação feita por Afonso III ao seu segundogênito, o teria feito pouco depois de estabelecida a Concordata de 1289 e a solução do conflito régio-clerical, mas, como o fez logo em seguida ao último documento régio confirmado pelo infante como tenente da Guarda, compreendemos aquela outorga enquanto providência compensatória pela subtração daquele posto ao senhor de Marvão e Portalegre.

A permanência de D. Juan em Portugal foi igualmente determinada pelos interesses do rei português. Em dezembro de 1293, D. Dinis enviou uma embaixada à presença de Sancho IV, motivado pelas suspeitas de que novos acordos estabelecidos entre esse monarca e Felipe IV envolviam o casamento entre o herdeiro do trono castelhano e a filha do francês, desfazendo as promessas matrimoniais que envolviam D. Constança. O rei de Castela tratou de dissipar essas suspeitas e aproveitou para expressar seu desagrado a respeito do acolhimento de seu desafeto irmão, requerendo sua expulsão do território português, pedido que foi atendido por D. Dinis⁹⁵⁰.

Assim, D. Juan deixou o reino de Portugal e passou ao Marrocos, onde se colocou a serviço de Aben Yacub e integrou as forças muçulmanas que atacaram Tarifa e a fronteira castelhana em 1294⁹⁵¹. A partir do ano seguinte, o infante ocupou o primeiro plano do cenário político de Castela e influenciou diretamente o último conflito entre o rei D. Dinis e o infante D. Afonso.

⁹⁵⁰ ML, V, f. 212v.-213; GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 263.

⁹⁵¹ Para uma abordagem detalhada acerca dos conflitos entre castelhanos e muçulmanos em 1294, veja: GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v. II, p. 273-342.

4.3. A definição de limites e seus conflitos: o Tratado de Alcañices e o cerco a Portalegre

O entendimento do último conflito que opôs o rei D. Dinis ao infante D. Afonso passa impreterivelmente pela abordagem da convulsão social e conflitos militares experimentados pelo reino de Castela após a morte de Sancho IV, em abril de 1295. Diante disso, o cenário político castelhano ficou aberto à iniciativa de reis e nobres, interessados em explorar aquela situação de modo a adquirir o maior número de benesses possível: domínios territoriais, rendas, poder nobiliárquico e até mesmo o trono de Castela e o de Leão.

D. Dinis e D. Afonso não ficaram alheios ao jogo de alianças políticas que marcou o reino de Castela em finais do século XIII. Rei e infante portugueses nutriam expectativas de obtenção de vantagens a partir da exploração das oportunidades abertas por um período de fraqueza do poder régio castelhano. Contudo, um e outro obtiveram resultados diametralmente opostos daquela situação, fator que provocou o terceiro embate entre os irmãos.

Para que possamos melhor compreender o posicionamento de D. Dinis e de D. Afonso no quadro das relações políticas peninsulares, marcado por simultâneos movimentos militares e reordenamento de alianças régio-nobiliárquicas, optamos por desenvolver uma análise que disponha as ações o rei e do infante de Portugal de forma conjunta, alternando a abordagem entre as tomadas de posição de um e de outro, assim buscando apresentar os momentos de conflitos entre os dois filhos de Afonso III.

4.3.1. A guerra civil castelhana e a atuação política de D. Dinis

Diante do silêncio das fontes, nada sabemos de D. Afonso depois da perda do cargo de tenente da Guarda e do recebimento dos direitos régios, colheita e padroado de Lourinhã em 1293. Podemos supor que o recebimento dessas benesses não logrou oferecer uma compensação equiparável aos rendimentos e ao prestígio inerente à tenência anteriormente detida pelo infante e, se assim o foi, deve ter surgido algum nível de tensão entre os irmãos, contudo, frisamos que nenhuma ocorrência dessa natureza foi registrada na documentação chancelar ou em narrativas cronísticas.

Tampouco temos informações acerca do paradeiro do infante D. Afonso desde meados de 1293 até finais do ano seguinte, haja vista que ao longo desse período os diplomas régios inseridos na chancelaria de D. Dinis não registraram os nomes dos ricos-homens na condição

de confirmantes dos atos do rei de Portugal, lacuna que nos impede mesmo de averiguar a possível presença de D. Afonso no reino de Portugal.

Em 1295, o senhor de Marvão e Portalegre voltou a figurar entre os confirmantes de atos dionisinos juntamente com os demais ricos-homens. No que concerne essa questão, chama atenção da alternância entre presença e ausência da referência ao infante nos três primeiros documentos chancelares daquele ano: em doação régia de 20 de março, pode ser constatada ausência de D. Afonso⁹⁵², que aparece em documento do mesmo tipo datado de 23 do mesmo mês⁹⁵³, contudo, em outra outorga desse mesmo dia, observar-se a desapareição da referência ao irmão de D. Dinis entre os confirmantes desse diploma⁹⁵⁴.

Ainda que a ausência de D. Afonso entre os registros chancelares supracitados represente um relevante indício de sua indisposição em relação ao irmão, o desconhecimento acerca de fatores de ordem documental ou histórico-contextual impede-nos de avançar em hipóteses minimamente fundamentadas acerca de um possível atrito ou embate de interesses entre os dois irmãos às vésperas da morte de Sancho IV. Caso tenha havido alguma animosidade entre monarca e infante portugueses, possivelmente a questão foi sanada ou ao menos apaziguada, haja vista que D. Afonso se manteve junto da Corte de D. Dinis até finais daquele ano, como comprovado pelos registros de seu nome entre os ricos-homens que testemunharam outros três diplomas da chancelaria de D. Dinis – um expedido em 1 junho na localidade de Coimbra e dois datados de 9 de dezembro, em Beja⁹⁵⁵.

Diante desses dados, pode-se afirmar que D. Afonso acompanhara a Corte régia a partir de junho de 1295, quando D. Dinis deixou a localidade de Coimbra para se deslocar em direção região da Guarda, onde esteve presente desde meados de junho a setembro daquele ano⁹⁵⁶. A ida do rei e do infante portugueses para a região da raia luso-castelhana a partir de meados daquele ano foi motivada pelo início das conturbações sócio-políticas que eclodiram com a morte de Sancho IV, cenário que tocava os interesses daqueles dois filhos de Afonso III.

Após a morte do pai, Fernando IV assumiu o trono castelhano ameaçado por uma dupla adversidade: menor de idade – por consequência, tutorado por D. María de Molina – e ilegítimo – pois fruto de um casamento não reconhecido pela Igreja. Esses predicados possibilitaram o surgimento de questionamentos acerca de sua posição enquanto monarca e,

⁹⁵² Ch.DD, I.II, f. 95v-96v.

⁹⁵³ Ch.DD, I.II, f. 96v-97v.

⁹⁵⁴ Ch.DD, I.II, f. 97v-98v.

⁹⁵⁵ Ch.DD, I.II, f. 104-104v; 116v-117.

⁹⁵⁶ RAU, 1962, p. 45-46.

por consequência, o enfraquecimento de sua base de apoio sócio-político. A débil condição do pequeno rei enquanto governador do reino de Castela fez surgir ambições nutridas por múltiplos atores sociais⁹⁵⁷.

A nobreza castelhana buscou aproveitar a fraqueza do poder régio para obter as máximas vantagens sócio-políticas: as poderosas linhagens de Lara e de Haro condicionaram seu apoio ao rei de Castela às benesses que a rainha María de Molina podia lhes oferecer; o infante D. Juan almejava se firmar como legítimo sucessor do trono; o infante D. Enrique – cujo regresso a ao reino castelhano ocorrera em finais do reinado de Sancho IV –, que logrou ser reconhecido como tutor político de Fernando IV; e Alfonso de la Cerda chamava para si o direito de ocupar o lugar que lhe cabia como herdeiro de D. Fernando de la Cerda⁹⁵⁸.

Para além das relações políticas estabelecidas entre esses nobres, eles contaram ainda com o suporte de Jaime II – ferrenho apoiador das pretensões de Alfonso de la Cerda ao trono de Castela e de D. Dinis. Ademais de vinculados pelo parentesco com a rainha D. Isabel, os reis de Portugal e de Aragão dividiam as mesmas pretensões de aproveitar a debilidade experimentada pela autoridade de Fernando IV para obter conquistas territoriais aos seus respectivos reinos e, por consequência, diminuir a posição hegemônica ocupada por Castela no âmbito da Península Ibérica⁹⁵⁹.

Em meio a esse imbricado jogo de estratégias e ambições políticas estavam os interesses de D. Afonso em torno de seu estatuto nobiliárquico, que poderia ser favorecido ou prejudicado de acordo o posicionamento de seus aliados castelhanos diante da autoridade de Fernando IV, ou ainda conforme a atuação de dos reis de Aragão e Portugal em prol de seus almejados ganhos territoriais sobre as terras de Castela, intento que poderia ameaçar os domínios senhoriais do infante português. Esse conjunto de fatores exigia que o senhor de Marvão e Portalegre projetasse sua atenção às movimentações dos múltiplos atores sociais que ocupavam papel de primeiro plano no contexto do reino castelhano em finais do século XIII.

Da perspectiva de seus interesses políticos, D. Afonso se viu favorecido quando, em princípios de agosto, presenciou a chegada do infante D. Juan à Guarda, onde o castelhano se reuniu com D. Dinis e os ricos-homens do reino para solicitar o apoio do rei de Portugal aos direitos que alegava ter sobre o trono de Castela, tendo seu pedido atendido pelo monarca luso, que despachou seus emissários a Corte castelhana com o comunicado de seu apoio à

⁹⁵⁷ ÁLVAREZ PALENZUELA, 1998, p. 1052; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 25.

⁹⁵⁸ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 25-27

⁹⁵⁹ GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 53-55.

causa do requerente e as exigências do cumprimento dos acordos que envolviam o casamento de Fernando IV e D. Constança⁹⁶⁰.

A postura de D. Dinis não deve ser encarada, contudo, enquanto inclinação expressa ao favorecimento dos interesses do senhor de Marvão e Portalegre, mas como a defesa de interesses próprios da Coroa portuguesa. Assim procedendo, o apoio prestado pelo rei de Portugal a D. Juan figurava como uma demonstração de força voltada para pressionar D. María de Molina e Fernando IV a efetivar o acordo matrimonial de 1291, ou seja, o auxílio não implicava na aderência irrestrita do suserano luso à causa do infante castelhano, haja vista que, como apontado por Manuel García Fernádes:

[...] D. Dinis não se excedeu, nem se deixou arrastar de imediato pelos interesses do impetuoso infante, que exigia a invasão portuguesa das fronteiras de Leão. Pelo contrário, o rei de Portugal, fazendo valer sua experiência e prudência diplomática, esperava o momento mais sutil; ainda que para pressionar a rainha e ao infante D. Enrique e impressionar a desconcertada sociedade política castelhana prometia inclusive em matrimônio a D. Isabel, filha de seu irmão o infante D. Afonso de Portugal, senhor de Portalegre e Arronches, a D. Juan, o “moço”, filho do infante D. Juan⁹⁶¹.

Tendo em conta a afirmação de Manuel García Fernádes a respeito do casamento de D. Isabel e D. Juan, *o torto*, é preciso que retomemos do debate acerca da datação desse matrimônio a fim de avançarmos na análise da relação entre D. Afonso e D. Dinis. De partida, salvaguardamos que o autor espanhol não se ampara em qualquer registro documental para embasar o enunciado a respeito daquele enlace, carência de fontes que não impede que essa hipótese possa sustentada com o recurso a elementos daquele contexto histórico. Antes de adentrar a discussão, lembramos que, conforme apontado anteriormente, a partir de 1295, o filho do infante D. Juan possuía idade hábil para ser estabelecido os seus esponsais.

Chama atenção na afirmação de Manuel García Fernádes, a forma como esse historiador atribui o casamento de D. Isabel com D. Juan, *o torto* a uma determinação de D. Dinis. Esse é um ponto a ser matizado. Não consideramos ser plausível que o rei de Portugal tivesse condições de estabelecer o enlace matrimonial de sua sobrinha sem que tivesse levado em conta os interesses e o consentimento de seu pai, o infante D. Afonso. Assim, admitindo

⁹⁶⁰ ML, V, f. 229; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 27-30; PIZARRO, 2008, p. 140-143.

⁹⁶¹ “[...] don Dinís no fue a más, ni se dejó arrastrar de inmediato por los intereses del impetuoso infante, que exigía la invasión portuguesa de las fronteras de León. Por el contrario, el rey de Portugal, haciendo valer su experiencia y prudencia diplomática, esperaba el momento más sutil; aunque para presionar a la reina y al infante don Enrique e impresionar a la desconcertada sociedad política castellana prometiera incluso en matrimonio a doña Isabel, hija de su hermano el infante don Alfonso de Portugal, señor de Portalegre y Arronches, a don Juan, el “mozo”, hijo del infante don Juan” (GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 59).

que os esponsais do futuro casal tenham ocorrido naquele contexto, os acordos devem ter sido orientados pelas pretensões políticas do infante D. Afonso, decisão conveniente aos interesses do monarca português.

Para D. Afonso, o casamento de sua filha com o rebento de D. Juan significava a confirmação de uma aliança política com um poderoso nobre – diretamente vinculado ao sangue régio, politicamente influente no cenário do reino de Castela –, e que, ademais, naquele contexto poderia vir a se tornar o rei de Leão. Caso os planos do infante castelhano viessem a se concretizar, o senhor de Marvão e Portalegre teria potencial acesso às benesses oferecidas pelo seu aliado, fator que poderia lhe render a concessão de terras e prestígio por parte do novo monarca leonês, favorecimento que o segundogênito de Afonso III não experimentava junto do irmão, o suserano de Portugal.

Da perspectiva dos interesses dionisinos, o estabelecimento da união entre D. Isabel e D. Juan, *o torto* favorecia o estatuto sócio-político de D. Afonso e dissuadia o ânimo revoltado do senhor de Marvão e Portalegre, assim evitando o ressurgimento de novo conflito na zona fronteiriça luso-castelhana, ocorrência marcadamente adversa ao rei de Portugal naquele contexto, pois o obrigaria a desatentar dos acontecimentos que se desenrolavam em Castela para se dedicar ao controle de atos de revoltas no interior do próprio reino de Portugal.

Somada à possibilidade de dissuadir um ato de insurgência do senhor de Marvão e Portalegre, o estabelecimento de um acordo matrimonial de uma sobrinha de D. Dinis com o filho de D. Juan exatamente em um contexto de conturbação sócio-política em Castela figurava como uma forte demonstração da aliança entre o rei de Portugal e o infante castelhano, vínculo que passava uma mensagem de ameaça à D. María de Molina e Fernando IV.

A postura de favorável de D. Dinis à causa de D. Juan preocupou a rainha María de Molina, que imediatamente enviou D. Enrique para Portugal a fim de pactuar a neutralidade do monarca português com a promessa da entrega de Moura, Serpa, Arouche e Aracena, a demarcação da linha fronteiriça luso-castelhana e o compromisso de casamento firmado em 1291. Além desse acordo, o tutor de Fernando IV obteve a submissão do infante castelhano, que aceitou a autoridade do rei de Castela mediante a devolução de seus senhorios. Em encontro realizado entre Fernando IV, María de Molina e D. Dinis no mês de outubro de 1295, foram ratificados os termos daquele pacto, e imediatamente feita a incorporação

daquelas primeira e segunda vilas ao território português, porém a entrega das outras duas permaneceu pendente⁹⁶².

O acordo firmado com D. Dinis ofereceu apenas um vislumbre de pacificação das relações políticas a Fernando IV e María de Molina, pois logo em janeiro de 1296 eles receberam uma declaração formal de guerra enviada por Jaime II em demonstração de seu apoio a Alfonso de la Cerda e ao infante D. Juan. Esses dois nobres haviam pactuado a divisão do território castelhano entre si: o primeiro ficaria com os reinos de Castela, Toledo, Córdoba e Jaén, ao passo que ao segundo caberia os reinos de Leão, Galiza e Sevilha⁹⁶³.

Em seguida a declaração de guerra, as tropas aragonesas entraram em território castelhano, conquistaram terras e prestaram suporte para que o infante D. Juan – também apoiado por D. Juan Núñez II de Lara e seu irmão, D. Nuño Gonzalez III – fosse proclamado rei leonês em Leão e D. Alfonso de la Cerda, rei castelhano em Sahagún. Enquanto se desenvolviam essas movimentações, Jaime II se ocupou da conquista do reino da Múrcia, efetivada em agosto de 1296⁹⁶⁴.

A adversa situação experimentada por Fernando IV se agravou ainda mais quando o rei D. Dinis resolveu atacar Castela em setembro de 1296⁹⁶⁵, motivado, segundo Francisco Brandão, pelos indícios dados pelos castelhanos de que não cumpririam os termos do acordo firmando em 1295, cabendo ao rei de Portugal cobrá-los por meio da força e violência⁹⁶⁶. Diante desse entendimento, o monarca português se encontrou com o infante D. Juan e Alfonso de la Cerda e, diante da promessa da concessão de terras, aderiu à causa desses dois nobres, rumando para Valladolid, onde estava Fernando IV. Contudo, o rei de Portugal abandonou seu intento de atacar essa localidade e retornou a Portugal⁹⁶⁷, mas não sem antes ocupar Castelo Rodrigo, Alfaiates, Sabugal e outras localidades do Riba-Coa⁹⁶⁸.

⁹⁶² PIZARRO, 2008, p. 141.

⁹⁶³ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 31.

⁹⁶⁴ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 35-38; PIZARRO, 2008, p. 143.

⁹⁶⁵ MORENO, 1998, p. 645; PIZARRO, 2008, p. 143.

⁹⁶⁶ ML, V, f. 237.

⁹⁶⁷ Muitos são os motivos evocados por cronistas e historiadores para explicar o recuo de D. Dinis em sua decisão de atacar Valladolid. Francisco Brandão argumenta que, diante das mensagens de María de Molina, a recusa de D. Juan Núñez de Lara em atacar Fernando IV e o possibilidade de ataque por parte dos nobres que apoiavam a rainha, o rei de Portugal entendeu ser mais prudente retornar ao seu reino (ML, V, f. 238). Manuel González Jiménez pondera que o monarca português estava carente de viveres para empreender um cerco àquela poderosa localidade, e ainda poderia sofrer uma derrota tal como havia ocorrido com os aragoneses em Mayorga, que havia se mantido fiel ao sucessor de Sancho IV (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1998, p. 17). Vicente Angel Álvarez Palenzuela entende que o recuo do monarca português se deu pelo contrassenso entre sua entrada em Castela, pactuando com as forças nobiliárquicas castelhanas, enquanto, em Portugal, D. Dinis seguia um projeto político de enfraquecimento dos poderes da nobreza; a esse fator se acresceu a admoestação de María de Molina a respeito dos acordos matrimoniais firmados entre eles para seus filhos, além da proposta da rainha a respeito da entregar de terras à Coroa portuguesa (ÁLVAREZ PALENZUELA, 1998, p. 1054). César González Mínguez, medievalista que mais trabalhou as causas que levaram D. Dinis a abandonar o reino de Castela sem atacar

De volta a Portugal em meados de setembro, D. Dinis permaneceu na região fronteira luso-castelhana, atitude demonstrativa de sua inclinação em estar próximo aos acontecimentos que se desenrolavam em Castela. Como indicam as listas de confirmantes dos registros chancelares, o rei de Portugal ficou reunido com seus ricos-homens, incluindo o infante seu irmão, ao longo do mês de novembro de 1296⁹⁶⁹.

Ainda que a comprovada presença de D. Afonso junto da Corte régia aponte para a manutenção dos vínculos políticos entre ele e D. Dinis, a essa altura a relação entre os irmãos era transpassada por tensões provocadas pelas demandas advindas das implicações que a guerra civil castelhana fazia recair sobre os interesses do infante português. No que toca o desenrolar dos conflitos em Castela, a intervenção militar do rei de Portugal a favor da causa de D. Juan contribuía para as pretensões nobiliárquicas do senhor de Marvão e Portalegre, que via o seu aliado se aproximar de seus objetivos em se firmar no trono do reino de Leão.

Contudo, a conquista realizada por Jaime II sobre a Múrcia ameaçava a posse dos domínios senhoriais detidos pelo D. Afonso nesse reino, haja vista que, a partir de meados de 1296, o rei de Aragão passou a ameaçar a posse dos domínios senhoriais que o infante português detinha na região murciana – problemática tratada com maior acuidade no ponto seguinte desse capítulo. A possibilidade da perda daquele patrimônio fez aumentar as preocupações do senhor de Marvão e Portalegre em garantir os direitos de herança de sua prole, ameaçados pela ilegitimidade de sua união com D. Violante.

Assim, foi diante dessa conjuntura que D. Afonso intensificou seus esforços no sentido de obter o reconhecimento dos direitos de seus herdeiros por via do poder régio a fim de garantir os direitos de seu filho e filhas receberem o seu patrimônio territorial depois de sua morte. Com o intuito de convencer D. Dinis a legitimar os sobrinhos, o infante português recorreu a uma estratégia em duas frentes, como anteriormente demonstrado: de um lado, ameaçava o rei de Portugal com a possibilidade de novamente de lançar em insurgência a partir de seus domínios fronteiriços; de outro, rogou a rainha D. Isabel para se intercedesse a seu favor junto ao monarca português. Assim procedendo, D. Afonso acabou por obter o almejado reconhecimento de sua prole, a lembrar, em 8 de fevereiro de 1297.

Valladolid, levanta a possibilidade do rei de Portugal não ter se sentia suficientemente militarmente capacitado a cercar aquela localidade, fator ao qual se somou: a melhora da condição econômica de Fernando IV, assim sendo possível recompensar nobres e mercenários para fazer frente as hostes do rei de Portugal; a reconciliação de María de Molina com D. Juan Alfonso de Haro, poderoso senhor que passava a apoiar a causa fernandina; a habilidade diplomática da rainha de Castela em chamar atenção do monarca português a respeito das consequências de proceder com o seus objetivos de ataque; e a divisão da nobreza castelhana que, instável, poderia voltar suas forças contra D. Dinis (GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 39-41)

⁹⁶⁸ PIZARRO, 2008, p. 144.

⁹⁶⁹ Ch.DD, I.II, f. 128-130v.

Apaziguada as relações com D. Afonso depois de legitimar os herdeiros do senhor de Marvão e Portalegre, D. Dinis pode retomar as negociações políticas junto a Coroa castelhana. Em seguida ao recuo do rei de Portugal em atacar Valladolid em setembro de 1296, houve a diminuição da tensão político-militar que pesava sobre Fernando IV, situação que foi aproveitada por María de Molina para recuperar apoio e fidelidade de parcela da nobreza, para o que era preciso a concessão de terras e rendas por parte do poder régio. Enquanto lidava com as ambições da nobreza, a rainha não descuidou dos assuntos diplomáticos, marcadamente com o monarca português, com quem começou conversações a partir da primavera de 1297 que os levaram a assinatura do Tratado de Alcañices em 12 de setembro daquele mesmo ano⁹⁷⁰.

Por meio desse acordo, ficou reestabelecido o casamento de Fernando IV e D. Constança – em obediência ao compromisso firmado em 1291 – e arranjou-se o enlace do futuro Afonso IV de Portugal com D. Beatriz, filha de Sancho IV e María de Molina. No tocante as questões territoriais, o rei de Castela reconheceu o direito luso sobre Aroche e Aracena e, em troca dessas vilas, concedeu-lhe Olivença, Campo Maior, São Fins dos Galegos, Ouguela, Sabugal, Alfaiates, Castelo Rodrigo, Vilar Maior, Castelo Bom, Almeida, Castelo Melhor, Monforte e outras localidades no Riba-Coa. Por sua vez, D. Dinis abriu mão dos direitos que detinha sobre Valência, Ferreira, Esparregal, Aiamonte e outros lugares na Galiza e em Leão. Ao fim, os suseranos castelhano e português fizeram juramento de lealdade e ajuda mútua⁹⁷¹.

Ainda que os termos previstos naquela composição tenham sido reconhecidos em comum acordo pelos reis de Portugal e de Castela, eles o fizeram motivados por conjunturas e expectativas distintas. Partindo da perspectiva de D. Dinis, Manuel González Jiménez aponta que:

[...] para Portugal, Alcañices foi, sem dúvida, fundamental. Graças ao gênio de D. Dinis – um político em estado puro, ou seja, imaginativo, rápido de reflexos e dotado de um especial sentido da oportunidade – se recompôs não somente o tratado fronteiro anterior ao Tratado de Badajoz, senão que se obtiveram, em troca de praticamente nada, enclaves e territórios que permitiram desenhar, para Portugal, uma fronteira mais segura e estável⁹⁷².

⁹⁷⁰ GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 70; PIZARRO, 2008, p. 145.

⁹⁷¹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1998, p. 18-19; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 49-51; PIZARRO, 2008, p. 146-147.

⁹⁷² “[...] para Portugal Alcañices fue, desde luego, fundamental. Gracias al genio de D. Dinis – un político en estado puro, o lo que es lo mismo, imaginativo, rápido de reflejos y dotado de un especial sentido de la oportunidad – se recompuso no sólo el trazado fronterizo anterior al tratado de Badajoz, sino que se obtuvieron, a cambio prácticamente de nada, enclaves y territorios que permitieron diseñar, para Portugal, una frontera más segura y estable” (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1998, p. 2).

Diante disso, o Tratado de Alcañices figurou para D. Dinis como um acordo fronteiriço, por meio do qual ele pode ampliar os limites das terras do reino de Portugal por sobre terras da raia castelhana tendo que, para isso, abdicar de domínios territorialmente muito inferiores àqueles por ele obtidos – especialmente mais amplos. A essa conquista, acrescenta-se o mérito do rei de Portugal em fazer cumprir o compromisso matrimonial de D. Constança e Fernando IV conforme estabelecidos entre ele e Sancho IV – ao qual se somou o casamento do futuro Afonso IV e D. Beatriz⁹⁷³.

Da perspectiva de Fernando IV e de sua tutora, María de Molina, o Tratado de Alcañices representou um acordo de paz, instrumento necessário para que o pequeno rei castelhano, ameaçado por uma conjuntura marcada por fatores ameaçadores de sua posição no trono, pudesse atrair pra si o apoio de D. Dinis em troca da concessão de uma significativa parcela do território fronteiriço de Castela. Esse foi o preço a ser pago para romper a aliança luso-castelhana e fazer cessar o apoio concedido pelo monarca português à causa do infante D. Juan e de D. Alfonso de la Cerda⁹⁷⁴.

Contudo, contrariando as expectativas de apoio nutridas por D. María de Molina, D. Dinis não abandonou de imediato os seus interesses em apoiar aqueles que atacavam a autoridade de Fernando IV. Assim, quando em 1298 a rainha castelhana requisitou o auxílio do rei de Portugal para intensificar os ataques contra os que pretendiam dividir o reino de Castela, o monarca português atendeu àquele pedido, porém, não o fez com o intento de contribuir para o fortalecimento do poder do rei de Castela, mas de defender os seus próprios interesses.

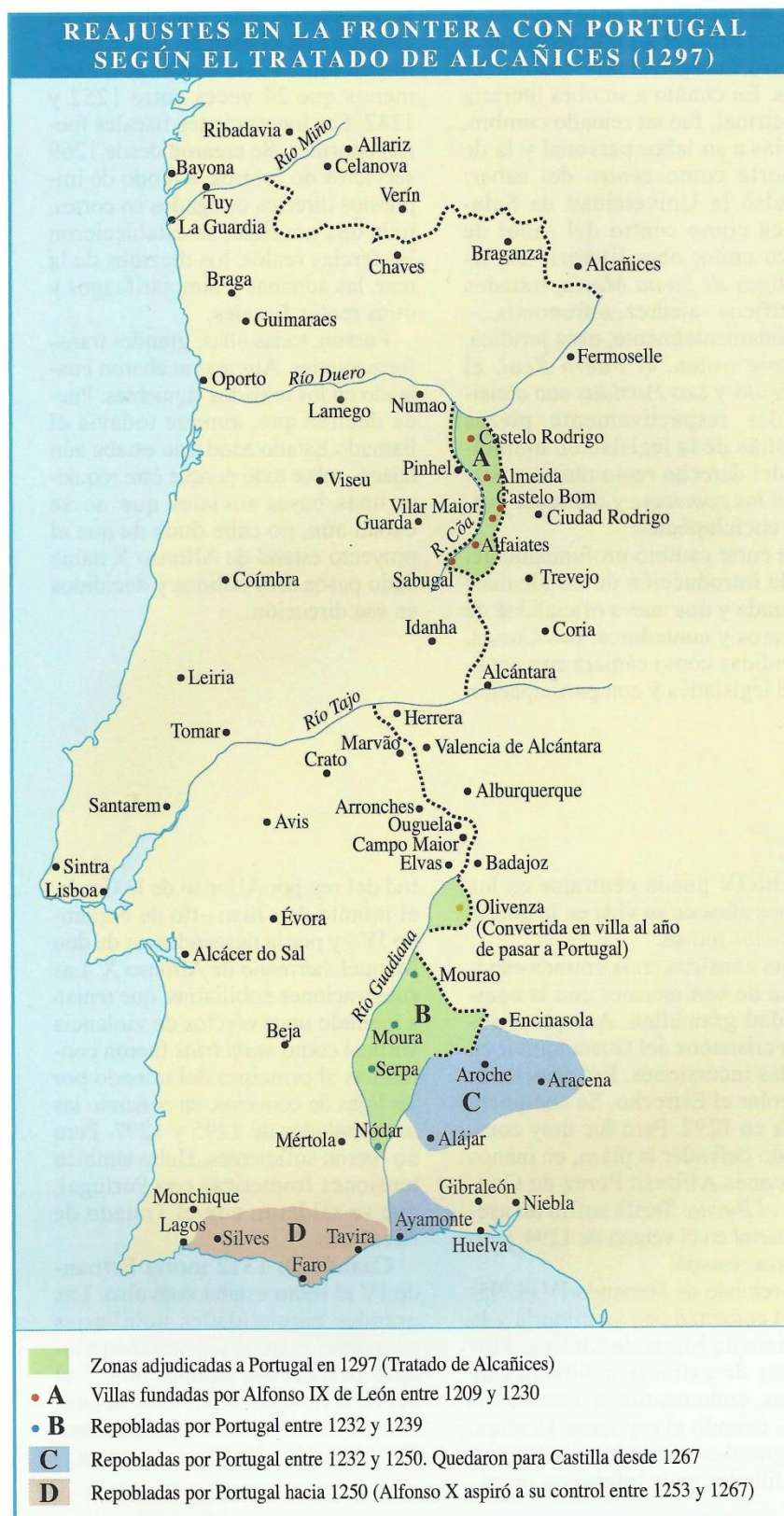
Assim procedendo, D. Dinis não se apressou para levar auxílio militar ao reino de Castela. Diante do pedido de ajuda castelhano, emitido em março de 1298, o rei de Portugal se pôs em marcha e, em junho, se encontrava na Guarda, depois em Sabugal, de onde adentro o reino castelhano. Entretanto, depois de transpassada a linha fronteiriça luso-castelhana, o monarca português reduziu substancialmente o ritmo de sua viagem⁹⁷⁵.

⁹⁷³ GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 69-70; PIZARRO, 2008, p. 147-148.

⁹⁷⁴ GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 71; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1998, p. 18-20.

⁹⁷⁵ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 56; PIZARRO, 2008, p. 148.

MAPA V – REAJUSTE NA FRONTEIRA COM PORTUGAL SEGUNDO O TRATADO DE ALCANİİCES



FONTE: retirado de MONSALVO ANTÓN (2010)

Consideradas as informações apresentadas por Francisco Brandão, o motivo para a diminuição do passo pelo rei de Portugal e suas tropas pode ter sido motivada pela chegada de um emissário de D. Juan a presença de D. Dinis, quando este adentrou Castela. Segundo o cronista, o infante castelhano buscou dissuadir D. Dinis de prestar o auxílio requisitado por D. María de Molina com recurso a defesa de seus direitos – na condição de filho legítimo de Alfonso X – sobre Galiza e Leão, das vantagens que o monarca português poderia adquirir tendo um governante no reino vizinho que lhe devia favores⁹⁷⁶, e ainda

Que se lēbrasse ter legitimado os filhos do Infante Dō Afonso seu irmão para herdarem suas terras, o que seria grande defraudo da Coroa de seu Reyno; que elle Dō João tinha filho com o qual poderia casar huma das filhas deste Infante, & ficar Rainha de Galiza, & com isto desobrigado elle Rey Dom Dinis a acomodar esta sobrinha: & ainda as outras irmãs alcançarião no Reyno de Galiza outros estrados cõ qe aliviassem a Portugal. E que vendo o Infante o affecto com que elle Rey Dom Dinis lhe procurava comodo tal para a filha, lhe ficaria sogeito, & grande amigo, & livraria a Portugal das inquietações civis, que descontēte sempre movia [...] ⁹⁷⁷.

Ainda segundo Francisco Brandão, depois dessas conversações ficou estabelecido o compromisso de D. Dinis atuar a favor dos interesses de D. Juan e exortar D. María de Molina a reconhecê-lo como rei da Galiza⁹⁷⁸. Ora, admitindo a existência desse episódio, o rei de Portugal deve ter ponderado as vantagens de manter seu apoio às pretensões do infante castelhano, marcadamente no que tocava a possibilidade de favorecer D. Afonso e sua linhagem, saciando as ambições do senhor de Marvão e Portalegre e, por consequência, evitando a repetição de conflitos e violências promovidas pelo infante português no âmbito do reino de Portugal.

Os atos praticados por D. Dinis enquanto esteve em Castela corroboram para essa interpretação. Uma vez presente diante de D. María de Molina e Fernando IV, o rei de Portugal somente sitiou o castelo de Mota del Marqués – controlado por um vassalo de D. Juan Núñez de Lara – após a insistência daquela rainha e, quando o fez, não objetivou conquistar aquela localidade, senão ganhar tempo e manter reuniões com D. Enriques e os partidários de D. Juan, que intentavam fazer com que esse infante fosse reconhecido como rei da Galiza e detentor da cidade de Leão e demais localidades conquistadas por ele. Prosseguindo com esse plano, o monarca português buscou convencer a rainha de Castela acerca do caráter favorável daquele acordo para a manutenção de Fernando IV no trono e para

⁹⁷⁶ ML, V, f. 265v-267.

⁹⁷⁷ ML, V, f. 265v-266.

⁹⁷⁸ ML, V, f. 275v.

o fim da guerra civil, mas ela negou conceder qualquer parcela de autoridade ou domínio territorial régio ao infante revolto. Malograda suas pretensões, D. Dinis retornou a Portugal⁹⁷⁹.

O monarca português permaneceu na região fronteira luso-castelhana entre os meses de agosto e parte de setembro de 1298, atento ao desenvolvimento das estratégias políticas e movimentações militares no reino de Castela. Em seguida D. Dinis rumou para Lisboa, onde estava em finais daquele ano. Foi justamente dessa localidade que o rei de Portugal partiu para sua campanha seguinte: o cerco ao infante D. Afonso.

4.3.2. O conflito de 1299 e suas consequências

Analizado o conflito de interesses travado entre D. Dinis e D. Afonso ao longo dos anos finais do século XIII e a relação dessa problemática com o contexto de convulsão sócio-política experimentada pelo reino de Castela a partir da ascensão de Fernando IV ao trono castelhano, temos condições de avançar na compreensão dos fatores causais da última contenda entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III.

Tomando de partida a interpretação oferecida pela Crónica de D. Dinis de Rui de Pina⁹⁸⁰ e as Crônicas Dos Sete Primeiros Reis De Portugal⁹⁸¹, os autores dessas obras atribuíam a negativa de D. Dinis em legitimar os herdeiros de D. Afonso como causa principal do conflito entre os dois irmãos⁹⁸². Contudo, como anteriormente apontado, o monarca português reconheceu a legitimidade aos seus sobrinhos dois anos antes do cerco a Portalegre, em 1299. Assim sendo, pode-se admitir que esse fator tenha contribuído para a animosidades entre os filhos de Afonso III, mas não que tenha capaz de, por si só, fazer irromper a contenda entre eles. Outros elementos causais podem ser elencados para a eclosão do último confronto entre rei e infante português.

Quando observados os diplomas da chancelaria de D. Dinis, nota-se que o último documento régio confirmado por D. Afonso foi expedido em 25 de maio de 1297⁹⁸³. Essa data não marca o rompimento entre os irmãos, pois os registros do Tratado de Alcañices – a

⁹⁷⁹ GARCÍA FERNÁNDEZ, 2008, p. 72-73; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 55-57; PIZARRO, 2008, p. 148.

⁹⁸⁰ “[...] houve grande desacôrdo entre êle e o Infante D. Afonso, seu irmão, e a causa principal era porque El-Rei D. Dinis não queria, nem nunca quis, legitimar e habilitar as filhas do Infante D. Afonso para herdarem suas Vilas, e Castelos de Portugal, depois de sua morte [...]” (Cr.DD, p. 186)

⁹⁸¹ “Mas a prmjçepall cousa e majs certa, era porque lhe elRey D. Dinjs nom querja legitimar os filhos, que ouue de Dª Violante, que pudessem erdar os seus beems depojs de sua morte [...]” (Cr.SPRP, p. 21).

⁹⁸² Taxativo, e buscando mostrar seu desacordo em relação aos cronistas que o precederam, Francisco Brandão descarta a negativa de D. Dinis em legitimar os sobrinhos como causa de seu conflito com D. Afonso, haja vista que o reconhecimento régio da prole do infante português havia precedido o conflito entre o primogênito e o segundogênito de Afonso III em 1299 (ML, V, f. 281).

⁹⁸³ Ch.DD, I.II, f 137v-138.

lembrar, firmando em 12 de setembro daquele ano –, comprovam a presença do infante português junto ao seu irmão, o rei⁹⁸⁴. Assim sendo, até o momento da efetivação do acordo luso-castelhano, o senhor de Marvão e Portalegre não havia rompido relações com o rei de Portugal.

Possivelmente a relação entre os dois filhos de Afonso III tornou-se a ganhar contornos críticos a partir da assinatura do Tratado de Alcañices, haja vista que, como apontado por Manuel García Fernández, esse pacto beneficiou tão somente o rei de Portugal, que obteve concessão de amplos domínios territoriais de Castela, enquanto D. Afonso não recebeu nenhum tipo concessão, fosse de terras ou rendas. Para além desse desfavorecimento, o acordo luso-castelhano ainda representava a efetivação da aliança política entre D. Dinis e Fernando IV, união potencialmente prejudicial aos interesses de D. Juan em se firmar no trono de Leão⁹⁸⁵.

A partir de então, D. Afonso, deve ter retomado as suas ameaças de insurgência contra o poder régio que, conforme afirmação de D. Dinis a altura dos reclames apresentados por D. Isabel contra a legitimação dos filhos do infante português, consistiam em fazer guerra a partir de seus senhorios fronteiriços. Conforme o documento, D. Dinis “[...] auya medo de lhj uijr dano dos castelos que don Affonso auya no seu senhorio querendo-lhj hj meter outro senhorio ao tempo da guerra en que staua [...]”⁹⁸⁶. Desse anúncio, concluimos que o senhor de Marvão e Portalegre pretendia aproveitar a conjuntura da guerra civil castelhana para se desvencilhar da autoridade dionisina e, possivelmente, integrar seus domínios territoriais no reino de Castela.

Foi, portanto, impelido pelas ameaças de D. Afonso e objetivando dissuadi-lo de seus intentos revoltos que D. Dinis aproveitou sua estada em Castela, em 1298, para convencer D. María de Molina a admitir o infante D. Juan como rei da Galiza e senhor das terras por ele conquistadas, assim favorecendo os interesses do senhor de Marvão e Portalegre. Contudo, o rei de Portugal fracassou em seu propósito e, por consequência, fez irromper o descontentamento de seu irmão.

Conforme entendimento de Francisco Brandão, a provável causa para o conflito entre D. Afonso e D. Dinis foi o fim do apoio prestado pelo rei de Portugal a D. Juan, que fez malograr os intentos desse nobre castelhano em se firmar no trono da Galiza e, por consequência, comprometia a possibilidade de D. Isabel, casada com D. Juan, o torto – que

⁹⁸⁴ ML, V, f. 281v.

⁹⁸⁵ GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 73.

⁹⁸⁶ LLRDD, p. 213.

sucederia o pai como suserano galego –, chegar a ser rainha⁹⁸⁷. Em concordância com a interpretação desse cronista, Fernando Félix Lopes o conflito de interesses entre os dois irmãos da seguinte forma:

O infante D. Afonso ressentiu-se. Porque sua filha D. Isabel estava casada com D. João o Torto filho do Infante D. João e seu herdeiro presuntivo na coroa de Leão e Galiza, e queria que o irmão D. Dinis, em vez de apoiar Fernando IV a quem chamava rei intruso de Castela, ajudasse D. João a manter-se no trono de Leão e Galiza que o marido da sua filha havia de um dia herdar. E embora D. Dinis, talvez só para o sossegar, se metesse a harmonizar as gentes de D. João e de D. Fernando IV, nem por isso conseguiu amansar o Infante, que deu de crescer em demasias e ameaças, a tal ponto que o rei se sentiu na obrigação de intervir pelas armas⁹⁸⁸.

Assim como fazem Bernardo de Sá-Nogueira⁹⁸⁹, José Augusto Pizarro⁹⁹⁰ e Manuel García Fernández⁹⁹¹ demonstramos o nosso acordo com essa interpretação, reconhecendo-a como o mais provável ponto de ruptura entre D. Dinis e D. Afonso. A partir de então rei e infante portugueses voltariam a se encontrar em lados opostos das muralhas de Portalegre.

Tendo em vista a insatisfação demonstrada por Fernando IV em relação ao apoio prestado por D. Dinis a D. Juan, D. Afonso entendeu ser essa uma condição favorável à sua sublevação, haja vista que o rei de Portugal não poderia contar com o apoio do monarca de Castela, como havia ocorrido quando Sancho IV deu suporte ao cerco a Arronches. Assim dando prosseguimento a sua revolta, o senhor de Marvão e Portalegre começou a promover atos de conturbação em seus domínios fronteiriços que exigiram a tomada de providencias do monarca português⁹⁹².

Os preparativos para cercar D. Afonso ocuparam D. Dinis nos meses de março e abril de 1299⁹⁹³, tempo aproveitado por ele para reunir o aparato militar que o apoiou na campanha militar contra o infante português: hostes dos ricos-homens, mesnadas de membros da nobreza média, contingentes das ordens militares do Templo, Avis, Santiago e Hospital, e os besteiros do couto de Serpa⁹⁹⁴. Em 27 de abril daquele ano, a chancelaria régia registrava a presença do rei de Portugal no arraial sobre Portalegre⁹⁹⁵.

⁹⁸⁷ ML, V, f. 274-274v.

⁹⁸⁸ LOPES, 1997, p. 210-211.

⁹⁸⁹ SÁ-NOGUEIRA, 1991, p. 20.

⁹⁹⁰ PIZARRO, 2008, p. 163.

⁹⁹¹ GARCÍA FERNÁNDES, 2008, p. 73.

⁹⁹² ML, V, f. 274v; LOPES, 1997, p. 211.

⁹⁹³ PIZARRO, 2008, p. 164.

⁹⁹⁴ ML, V, f. 283-284; MARTINS, 2013, p. 167-168.

⁹⁹⁵ Ch.DD, I.III, f.7.

Para empreender a defesa de Portalegre contra o contingente reunido por D. Dinis, D. Afonso contou com a estrutura defensiva e os vassalos desse senhorio⁹⁹⁶. Não se pode descreditar também a possibilidade do infante português ter sido auxiliado por contingentes oriundos de seus domínios castelhanos. Segundo Ruy de Pina⁹⁹⁷ e Francisco Brandão⁹⁹⁸, o senhor de Portalegre ainda recebeu o apoio de seus genros, contudo, nenhum desses cronistas indicou qualquer indício ou documento que sustente essa afirmação. Diferentemente desses autores, consideramos ser improvável que D. Afonso tenha recebido o suporte de todos os seus aliados castelhanos. Vejamos.

De partida podemos descartar a possibilidade de D. Pedro Fernandes de Castro ter prestado algum auxílio a D. Afonso, pois o seu casamento com D. Beatriz ocorreu somente em 1312. Aceitando o que ficou anteriormente dito sobre o enlace de D. Maria e D. Tello Alfonso de Meneses, essa união poderia ter ocorrido somente em 1302, ou seja, depois do cerco a Portalegre, ou, se a essa altura eram casados, é pouco provável que esse nobre castelhano, aparentado com D. María de Molina, tenha prestado auxílio a um aliado de D. Juan, inimigo da rainha castelhana.

D. Afonso tampouco pode contar com os senhores Lara para compor o contingente de resistência contra o cerco a Portalegre. D. Nuño Gonzalez III, casado com D. Constança, havia morrido em 1296, e seu irmão D. Juan Núñez II, chefe da linhagem, concentrava seus esforços em combater o poder régio castelhano. Contudo, a partir de 1299, o cenário político de Castela passou a favorecer Fernando IV que, fortalecido pelo retorno de muitos nobres ao seu serviço, passou a ser experimentar maiores sucessos diante de seus inimigos. Um desses episódios de vitória se deu em 7 de maio, quando o D. Juan Núñez II foi derrotado e feito prisioneiro. Para obter a liberdade, em finais daquele ano o nobre estabeleceu composição com o rei de Castela, pela qual reconheceu a legitimidade de Fernando IV e seus sucessores no trono, tornou-se vassalo desse monarca e entregou-lhe parte de seus domínios senhoriais⁹⁹⁹.

Consideradas essas ponderações, é possível conjecturar que D. Afonso não recebeu auxílio de quase todos os seus aliados castelhanos, exceto de D. Juan que, mantendo seu posicionamento de enfrentamento contra o poder régio castelhano, recorreu aos senhorios de Marvão e Portalegre para sustentar os combates contra Fernando IV, como sugere Fernando Félix Lopes:

⁹⁹⁶ MARTINS, 2013, p. 168.

⁹⁹⁷ Cr.DD, p. 187.

⁹⁹⁸ ML, V, f. 281v.

⁹⁹⁹ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 67-68.

O irmão D. Afonso que todo se abria à amizade do infante D. João e até casara sua filha D. Isabel com o filho dele D. João o Torto, teimava em franquear-lhe os senhorios de Marvão e Portalegre para refúgio e base de operações contra Castela, desacatando compromissos que havia pouco tomara. E D. Dinis, para salvar suas boas relações com Castela, vira-se obrigado a cair sobre Portalegre em Maio de 1299, e, assanhados os ódios, correram muito sangue¹⁰⁰⁰.

A concentração de tropas do poderoso infante castelhano nos senhorios fronteiriços de D. Afonso levantou a preocupação de D. Dinis a respeito da dureza da campanha militar que implicaria o cerco a Portalegre e, temendo pela sua vida, cuidou de fazer testamento em 8 de abril de 1299, pouco antes de partir para o ataque àquela localidade. O tempo que durou o cerco àquela localidade, seis meses – muito mais longo que nas ocorrências anteriores –, é outro elemento que aponta a amplitude da força militar reunida por D. Afonso¹⁰⁰¹.

O cerco a Portalegre se distinguiu dos conflitos anteriores não apenas por sua duração, mas também pelos meios empregados por D. Dinis para vencer as tropas inimigas, que passaram pelo uso de engenhos de guerra para transpor as estruturas defensivas da localidade. Apesar dos violentos embates, a longa duração da campanha militar favorecia do rei de Portugal, haja vista que os sitiados passaram a encarar as adversidades daquela modalidade de assédio, marcadamente a fome gerada pela crescente escassez de suprimentos, e acabaram por ser vencidos pelas tropas portuguesas¹⁰⁰². Conforme atestado pelos documentos régios, no dia 24 de outubro de 1299, o monarca já havia vencido o conflito e ocupado o senhorio do seu irmão¹⁰⁰³.

O infante D. Afonso não permaneceu em Portalegre até o final do cerco, pois, conforme documento contido na obra de Andrés Giménez Soler, o senhor de Marvão e Portalegre esteve presente junto a D. Juan Manuel quando, em 3 de outubro de 1299, esse nobre autorizou seus representantes a tratar de seu primeiro casamento¹⁰⁰⁴. Diante dessa informação, conjecturamos que o infante português tenha fugido de seu senhorio para se abrigar em seus domínios senhoriais castelhanos, deixando que as tropas presentes em seu castelo sustentassem os combates contra D. Dinis até finais de outubro de 1299. O

¹⁰⁰⁰ LOPES, 1997, p. 36.

¹⁰⁰¹ PIZARRO, 2008, p. 164. Para uma análise acerca do conteúdo desse testamento de D. Dinis, veja: ML, V, f. 274-277v; PIZARRO, 2008, p. 268-270.

¹⁰⁰² MARTINS, 2013, p. 168-169.

¹⁰⁰³ Desde 27 de abril até 16 de outubro de 1299, os registros chancelares atestam a presença de D. Dinis no *arreal sobre Portalegre* (Ch.DD, l. III, f. 7-7v; IV, f. 15v-; RAU, 1962, p. 51-52). A partir do dia 24 de outubro de 1299, os documentos régios passaram a ser expedidos de *Portalegre*, denotando que a partir de então o rei de Portugal havia vencido os sitiados (Ch.DD, l. III, f. 7v-9; LP, doc. 99; MARTINS, 2013, p. 168-169).

¹⁰⁰⁴ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 241.

primogênito e o segundogênito de Afonso III voltariam se encontrar em meados do ano seguinte para estabelecer os termos de uma nova composição entre eles.

Conjecturamos que, enquanto esteve em seus senhorios castelhanos, D. Afonso manteve estreito contato com o seu maior aliado, o infante D. Juan. Reunidos, entenderam que, diante do fortalecimento da posição de Fernando IV no trono de Castela e da vitória de D. Dinis em Portalegre, lhes seria mais vantajoso abandonar suas atitudes revoltas e reestabelecer as relações políticas com os reis de Castela e de Portugal, o que fizeram de maneira sincrônica.

Em junho de 1300, enquanto se celebravam as Cortes de Valladolid, María de Molina recebeu os emissários do infante D. Juan, comunicando a decisão de seu senhor em pactuar sua rendição a Fernando IV. Pelo acordo estabelecido no dia 26 daquele mês, o tio do rei de Castela reconheceu a legitimidade da autoridade do sobrinho – a quem jurou homenagem nas mãos de seu tutor, D. Enrique –, renunciou a qualquer demanda que nutria a respeito de ocupar o trono leonês e entregou-lhe Leão e parte dos domínios que havia conquistado durante a guerra civil. Contudo, D. Juan reteve a outra parcela das terras por ele ocupadas e exigiu o recebimento de rendas por parte do poder régio¹⁰⁰⁵.

Poucos dias depois do acordo entre D. Juan e Fernando IV, os dois filhos de Afonso III firmaram os termos de uma nova composição, auxiliados pela mediação de D. Branca – recompensada pelo rei com a doação de Contenda¹⁰⁰⁶ – e D. Isabel, interessadas no reestabelecimento das relações entre os irmãos¹⁰⁰⁷. Em 1 de julho de 1300, D. Dinis firmou o escambo das vilas e castelos de Marvão e Portalegre por Sintra e Ourém, troca que favorecia o estatuto econômico de D. Afonso, haja vista que as aquelas duas primeiras localidades acumulavam um rendimento de cerca de duas mil libras ao seu senhor, ao passo que as últimas somavam arrecadação de quatro mil e quatrocentas libras¹⁰⁰⁸. Em resposta, o infante português fez registrar:

Eu jnffante don Affonso desuso dicto dou a uos rey don Denis meu jrmaão e a todos uossos sucessores os dictos castelos e vilas de Maruam e de Portalegre con sas egreias e con seus termhos e con todos seus dereytos e com todas as perteenças e con toda jurisdiçom por herdamento pera todo sempre en scambho polos dictos castelos e vilas de Ourem e de Sintra con seus termhos e con todos seus dereytos e con todas sas perteenças e con toda jurisdiçom. E parto-me por mjm e por todos meus sucessores de toda a jurisdiçom e de todo o dereyto que eu ej e de dereyto deuo auer nas dictas

¹⁰⁰⁵ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 69-72.

¹⁰⁰⁶ Ch.DD, l. III, f. 11v

¹⁰⁰⁷ LOPES, 1997, p. 211-212.

¹⁰⁰⁸ LLRDD, p. 206-208.

vilas e castelos de Maruam e de Portalegre e ponho-o en uos e en todos uossos successores por herdamento pera todo sempre saluo a Vide e Alegrete con seus termhos como stauam quando os ora eu tijnha a mha mão que que retenho pera mjm e pera todos meus successores¹⁰⁰⁹.

Por meio essas palavras, D. Afonso reconheceu o escambo de todos os seus direitos e os de seus herdeiros sobre as vilas e castelos de Marvão e Portalegre pela posse de todos os bens e prerrogativas das vilas e castelos de Ourém e Sintra. Esse ato não representava, contudo, apenas a aceitação de um termo da composição com D. Dinis, mas a admissão de sua derrota frente ao irmão, punida com a perda dos domínios fronteiriços que relegaria a sua linhagem.

Do domínio senhorial que D. Afonso detinha na região da raia luso-castelhana, ele logrou manter somente a posse de Vide e Alegrete, para o que recorreu ao conteúdo dos diplomas das outorgas desses senhorios feitas a ele pelo *Bolonhês*, os quais previam a posse daquelas localidades para todo o sempre ao infante português e aos seus herdeiros. Em três de junho de 1300, o rei de Portugal reconheceu os direitos de seu irmão e sobrinhos sobre aquelas vilas¹⁰¹⁰.

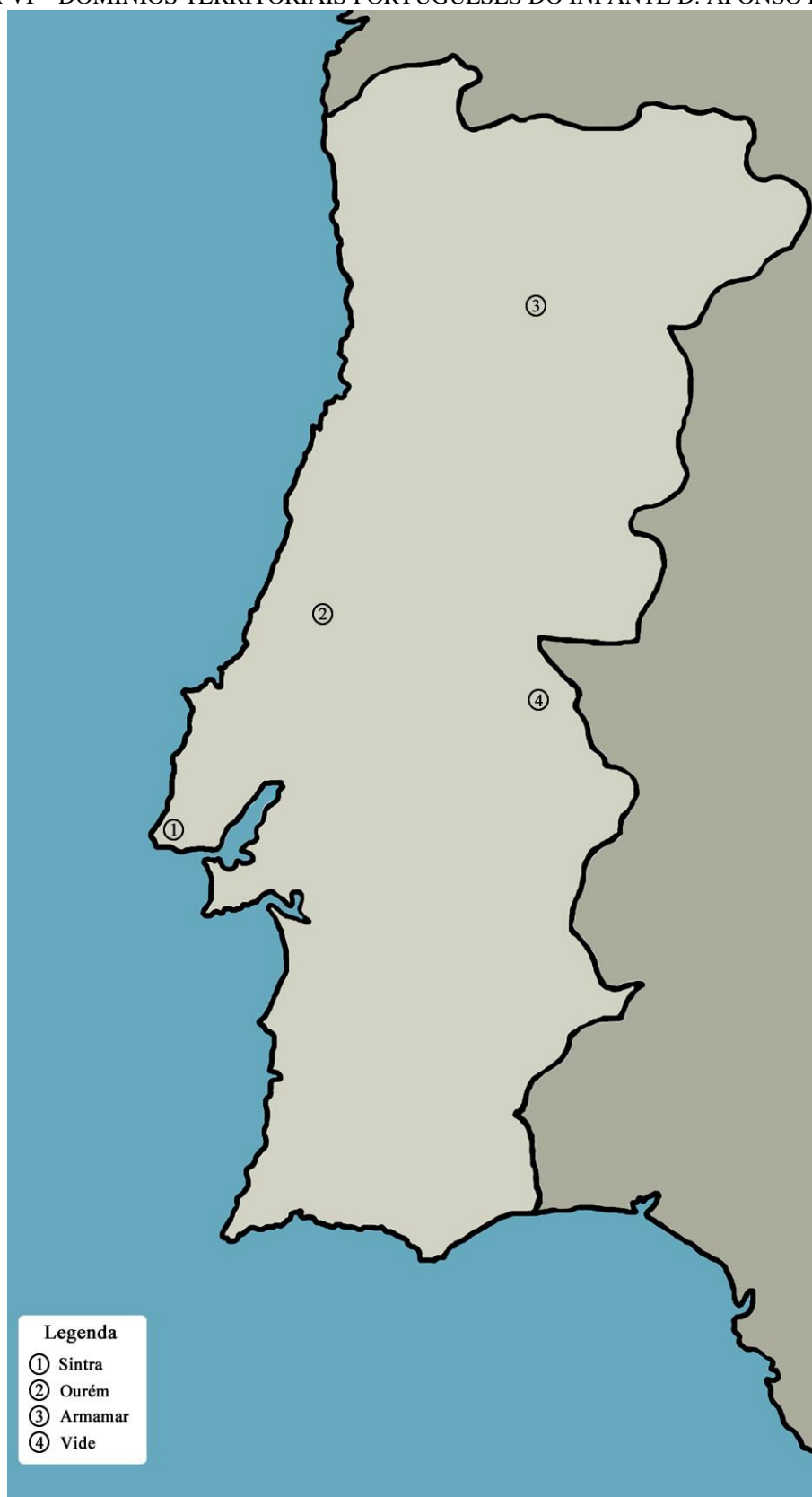
Quando analisado o conjunto dos termos dos acordos firmados entre D. Dinis e D. Afonso em 1288 e 1300, torna-se possível compreender que, ao recorrer aos escambos de Arronches, Marvão e Portalegre por Armamar, Ourém e Sintra, o rei de Portugal “[...] pretende sobretudo resistir à constituição de um potentado senhorial hereditário, especialmente perigoso por aparecer na fronteira entre Portugal e Castela e surgir com possibilidade de tirar partido dos conflitos entre os dois reinos”¹⁰¹¹. Ao assim interpretar os objetivos sustentados pelo monarca português diante da ameaça que representava a posse de um domínio territorial na raia luso-castelhana por seu insubordinado irmão, José Mattoso destaca que as composições firmadas entre os dois filhos de Afonso III foram orientadas pelos interesses do poder régio em duas linhas de atuação caras ao reinado dionisino: o estabelecimento e defesa da linha fronteira luso-castelhana e o cerceamento dos poderes nobiliárquicos.

¹⁰⁰⁹ LLRDD, p. 208.

¹⁰¹⁰ Ch.DD, l. III, f. 11.

¹⁰¹¹ MATTOSO, 1985a, p. 294.

MAPA VI – DOMÍNIOS TERRITORIAIS PORTUGUESES DO INFANTE D. AFONSO EM 1299



FONTE: O Autor (2017)

No que toca as preocupações de D. Dinis acerca do estabelecimento e defesa dos limites territoriais portugueses, é preciso salvaguardar que aquilo que por convenção temos chamado de linha fronteira luso-castelhana se assemelha em, termos mais precisos, a uma sucessão de pontos, representados por povoações acasteladas¹⁰¹². Assim sendo, para que o monarca português lograsse estabelecer mais solidamente os limites de Portugal era preciso recorrer às práticas de povoamento e de fortalecimento das estruturas defensivas do reino, ação executada de maneira contínua e impetuosa valendo-lhe os elogiosos registros contidos nos escritos de Rui de Pina¹⁰¹³ e das Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal¹⁰¹⁴.

A política de concessão de forais aos concelhos localizados nos limites em que o reino de Portugal tocava o de Castela pretendia, além de fortalecer a presença do poder régio nessas localidades¹⁰¹⁵, promover o povoamento da raia luso-castelhana a fim de garantir a defesa dessa região, função que explica a concessão de determinadas isenções a essas comunidades em contrapartida de seu dever em defender eficazmente a vila e o respectivo castelo¹⁰¹⁶, edifício essencial à política fronteira dionisina.

Em estudo acerca da arquitetura militar portuguesa, Mário Jorge Barroca indica a intervenção de D. Dinis em mais de 57 castelos, que foram construídos, reedificados ou reformados conforme determinação dionisina, marcadamente entre 1290 e 1310. Essa atitude, nunca antes tomada de maneira tão ampla por nenhum de seus antecessores, demonstra a preocupação do monarca português em conferir estruturas de defesa sólida à linha fronteira luso-castelhana, onde se concentravam cerca de oitenta por cento dessas construções¹⁰¹⁷. Ademais de atuarem como elemento de demarcação dos limites, em torno dessas fortalezas “[...]se articulam também os gestos simbólicos dos nobres, cuja actuação procurava pautar-se pelo código antigo da fidelidade ao senhor a quem se presta «menagem»¹⁰¹⁸.

É importante salientar que essas medidas não se tratavam de medida inédita no reino de Portugal, haja visto que Afonso III recorreu igualmente a concessão de forais e a intervenção sobre os castelos raianos a fim de melhor demarcar a linha fronteira luso-castelhana. O mérito de D. Dinis consistiu em ampliar sobremaneira o recurso a esse expediente, ao passo que, na política externa, esse monarca também logrou melhores resultados que seu antecessor. Ora, se comparado o Tratado de Badajoz e o de Alcañices,

¹⁰¹² GOMES, 1991, p. 370-371.

¹⁰¹³ Cr.DD, p. 322-323.

¹⁰¹⁴ Cr.SPRP, p. 6-7.

¹⁰¹⁵ Questão anteriormente tratada no item 2.2.3 desse estudo.

¹⁰¹⁶ ANDRADE, 1993, p. 124; MARQUES, 1998, p. 533-535.

¹⁰¹⁷ BARROCA, 1998, p. 801-822.

¹⁰¹⁸ GOMES, 1991, p. 370.

nota-se que o segundo impôs ao poder régio de Castela não apenas reconhecer os limites territoriais do reino de Portugal, como também conceder uma extensa parcela de seus domínios territoriais fronteiriços à Coroa portuguesa.

Compreendida a partir dessa perspectiva, pode-se admitir que a habilidade política demonstrada por D. Dinis ao recorrer aos forais e a edificação de castelos, assim como a debilidade do poder régio castelhano para firmar o Tratado de Alcañices, possibilitaram que ele atingisse o pretendido objetivo de melhor delimitar os limites do território sobre o qual se assentava a sua autoridade. O único elemento potencialmente perigoso à estabilidade da linha fronteira luso-castelhana era representado pelo comportamento insurgente do infante D. Afonso.

Assim, os escambos impostos por D. Dinis a D. Afonso por meio das composições estabelecidas por eles em 1288 e 1300 visavam livrar a raia luso-castelhana da presença ameaçadora representada pelos senhorios fronteiriços do infante português. Atuando de maneira adversa às pretensões de seu pai, o segundogênito de Afonso III acabou por se mostrar não um defensor da integridade do território de Portugal, mas aquele que, por seu estatuto nobiliárquico e vinculações com a nobreza de Castela, carregava as maiores potencialidades de desestabilizar os sucessos obtidos pelo seu progenitor e seu irmão na política de delimitação dos limites do reino.

A solução encontrada por D. Dinis, portanto, foi retomar as vilas e castelos do irmão e reincorporá-los ao patrimônio da Coroa, dessa maneira corrigindo o equívoco que Afonso III havia cometido em relação a sua estratégia de defesa dos limites luso-castelhanos. A exemplo da troca de Arronches por Armamar, o escambo de Marvão e Portalegre por Sintra e Ourém representava a transferência das posses senhoriais de D. Afonso para o interior do reino, em região litorânea vizinha a Lisboa – lugar de maior permanência da Corte régia –, distante do reino de Castela e próxima do olhar vigilante do rei de Portugal.

Derrotado por três vezes em seus intentos revoltos e impelido por D. Dinis a aceitar os subsequentes escambos de parcelas de seu senhorio fronteiriços, “[...] os castelos que restaram a D. Afonso já não eram de modo nenhum um senhorio com valor militar e político, como haviam sido os castelos de Marvão, Portalegre e Arronches com territórios contínuos e abertos para Castela”¹⁰¹⁹. Por meio dessa medida o rei de Portugal buscou defender a linha fronteira luso-castelhana da instabilidade provada pelos sucessivos episódios de insurgência lançados pelo infante português a partir de seu potentado senhorial raiano, ao mesmo que

¹⁰¹⁹ LOPES, 1997, p. 213

dava efetivava uma importante manobra em prol de seus interesses de conter a expansão do limite senhorial.

Ao longo do século XIII, a expansão nobiliárquica se deu desde o norte senhorial até o tío Tejo, linha transposta por reduzido número de nobres favorecidos pelas outorgas de Afonso III. Contudo, a partir dos anos 80 dessa centúria, esse regime de implantação experimentou uma estagnação, e até mesmo certo revés, promovida pela intervenção das medidas dionisinas. Conforme salientado por José Augusto Pizarro, D. Dinis não pretendia acabar com a propriedade nobre, mas regular qual era a área do reino onde o monarca aceitava que fosse ocupada pelos senhores, ou seja, a Coroa assumia para si a competência de definir a organização social do espaço no reino de Portugal¹⁰²⁰.

Em execução a essa linha de atuação política, D. Dinis recuperou os domínios senhoriais doados por Afonso III na região do Alentejo. No ano 1283, o monarca português obteve o couto de Alvito¹⁰²¹, e em 1301, o de Portel¹⁰²², aos quais devem ser somados os escambos de Arronches, Marvão e Portalegre. Em vista disso, a reincorporação dos domínios territoriais de D. Afonso ao patrimônio régio deve ter entendida dentro do quadro de retomada dos senhorios laicos ao sul do Tejo posta em curso pelo rei de Portugal¹⁰²³.

Depois de recuperar a quase totalidade dos domínios senhoriais alentejanos de D. Afonso, excetuando Vide e Alegrete, D. Dinis demonstrou sua indisposição em reestabelecer vínculos de vassalagem com aquele que, embora seu irmão, foi o mais aguerrido membro da nobreza portuguesa de finais do século XIII, não tendo se absterido de recorrer ao seu estatuto nobiliárquico para empreender por três vezes consecutivas as mais contundentes demonstrações de insurgência contra a autoridade régia. Por esse motivo, as referências a amor, amizade ou lealdade se ausentaram das linhas que compuseram os termos da composição de 1300, restando apenas a menção acerca da consanguinidade entre os dois filhos de Afonso III, vínculo impossível de ser desfeito. Ao fim do acordo, o rei de Portugal garantia as condições de desserviço do antigo senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, como comprova o seguinte teor documental:

¹⁰²⁰ PIZARRO, 1997, p. 1111-1113.

¹⁰²¹ O senhorio de Alvito foi doado por Afonso III a Estevão Anes. Depois de sua morte, D. Dinis e o mosteiro da Santíssima Trindade disputaram aquele território e chegaram a uma composição, datada de setembro de 1282, pela qual o rei de Portugal detinha a posse daquela localidade, enquanto a ordem religiosa passou a deter o direito sobre as rendas proporcionadas por Alvito (VENTURA, 1992, p. 593).

¹⁰²² A reintegração do senhorio de Portel no patrimônio régio por meio de um escambo entre D. Dinis e D. Maria Anes de Aboim, herdeira de D. João Peres de Aboim. Pelo acordo efetivado em 1301, o rei de Portugal recebeu aquela localidade e, em troca, concedeu Mafra, Évora Monte e Aguiar da Neiva àquela dona e seu esposo, D. João Fernandes de Lima (PIZARRO, 2008, p. 181).

¹⁰²³ PIZARRO, 1997, p. 1146.

Dom Denis pela graça de deus rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta vyrem. faço saber que Eu ey postura com o inffante dom Afonso meu irmão. Que pero mel desseruha como senhor seo ouue que o nã desserde de vilas. nẽ de castelos. nẽ doutra herdade que aia em esta razão. nẽ a el nem a sseus vassalos. nẽ derribarlhy castelos. nẽ vilas nem casas nẽ cortarlhv vinhas nẽ aruores nẽ poer fogo nẽ lho mandar poẽr. salvo seo dito don Afonso ou seus vasalos cõbaterẽ meos castelos. ou minhas villas ou poserẽ fogo na minha terra¹⁰²⁴.

Por meio dessas disposições, D. Dinis liberou D. Afonso de servi-lo como senhor e garantiu-lhe a manutenção da posse e integridade de suas posses, assim como aos que a ele se ligavam pela vassalidade, com a condição de que o infante português ou seus vassalos procedam de maneira recíproca com o poder régio.

A revolta de 1299 se mostrou, ao final, ter sido desastrosa para o estatuto nobiliárquico de D. Afonso. Como resultado de sua insurgência, o infante foi espoliado do que restava de seu estratégico potentado senhorial fronteiriço, privado de seu poder militar e, finalmente, negado em sua vassalidade junto a D. Dinis, condição adversa que lhe implicava uma perda de renda não remediada pela ampliação dos incrementos econômicos de seus novos senhorios. Diminuído de tal maneira em todos os pressupostos de seu poder nobiliárquico, o segundogênito de Afonso III optou por deixar o reino de Portugal e passar a Castela.

4.4 Os anos em Castela e a morte do infante D. Afonso

A saída de D. Afonso do reino de Portugal rumo ao de Castela possivelmente ocorreu logo em seguida aos acordos firmados com D. Dinis em meados de 1300. No ano seguinte, a presença do infante português em território castelhano foi atestada por uma correspondência recebida por Jaime II de um de seus vassalos, informando os ricos-homens que estavam junto de Fernando IV, dentre eles o *don Alfonso de Portogal*¹⁰²⁵. Desde os primeiros anos do século XIV, a presença do neto de Alfonso X foi atestada por documentos da chancelaria de Fernando IV, que atestam sua participação nas Cortes de Burgos, realizadas em junho de 1302, e sua presença na Corte régia, onde figurou como vassalo do rei de Castela até 1305¹⁰²⁶.

Uma vez no reino de Castela, o esposo de D. Violante Manuel deve ter se fixado nos senhorios de Elda e Novelda¹⁰²⁷, localizados justamente na Múrcia, área de disputa entre o rei

¹⁰²⁴ Ch.DD, I.III, f. 11.

¹⁰²⁵ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 248.

¹⁰²⁶ LOPES, 1997, p. 213-214.

¹⁰²⁷ LOPES, 1997, p. 213.

de Castela e o de Aragão. Dessa forma, D. Afonso estava diretamente interessado no desenvolvimento dos acordos castelhano-aragoneses, conduzidos justamente por seu aliado, D. Juan que na condição de privado de Fernando IV, foi responsável por favorecer a integração do filho de Afonso III na Corte fernandina. Havia um apoio mútuo entre o infante português e o castelhano, fomentado por interesses políticos entre as partes.

O início do século XIV marcou uma virada nas relações régio-nobiliárquicas castelhanas, anteriormente transpassadas pela guerra civil entre rei e nobres. Os primeiros anos do reinado de Fernando IV foram marcados pelo ataque da nobreza velha contra o poder régio com o intuito de consolidar sua posição social hegemônica no reino de Castela. Pondo esse plano em prática, infantes e ricos-homens lograram assumir um papel de primeiro plano contra a fraca autoridade do rei castelhano – defendida e sustentada de forma irrestrita pela atuação de María de Molina –, atuando de maneira pendular – ora apoiando o poder régio, ora apondo-se a ele – de forma a obterem quantidades crescentes de benefícios, monetários ou territoriais, que eram conferidos pela rainha como forma de garantir o apoio de parcela dos nobres a Fernando IV¹⁰²⁸.

Contudo, a partir do ano de 1300, essa postura de enfrentamento diante do poder régio castelhano se abrandava entre os nobres, que acabavam por se submeter a autoridade de Fernando IV, como o fizeram D. Juan Núñez de Lara e depois o infante D. Juan. Esse ato de submissão não deve ter interpretado, contudo, como demonstração de fracasso por parte do grupo nobiliárquico, mas como uma mudança de estratégia política, como destaca Cesar González Mínguez:

No feixe em que acaba o século XIII e dá começo ao XIV a nobreza dá um certo giro, mas que não lhe distancia do ápice de seu objetivo permanente, o incremento de sua cota de poder. Convencida de que a oposição a Fernando IV não vai gerar mais benefícios, decide colaborar com o monarca para seguir obtendo-os. Nenhum outro sentido tem a reconciliação com o rei de D. Juan Núñez, a que seguirá o próprio D. Juan¹⁰²⁹.

Ao optar por se reagrupar em torno de Fernando IV, os mais prestigiados nobres passaram a disputar acesso a privança junto do rei de Castela, marcadamente após 1301, quando ele atingiu a maioridade e deixou de depender de tutores. Essa situação provocou a

¹⁰²⁸ GERBET, 1994, p. 127; GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 2012, p. 91-92.

¹⁰²⁹ “En el gozne en que acaba el siglo XIII y da comienzo el XIV la nobleza da un cierto giro, pero que no le aleja un ápice de su objetivo permanente, el incremento de su cota de poder. Convencida de que la oposición a Fernando IV no va a generar más beneficios, decide colaborar con el monarca para seguir obteniéndolos. No otro sentido tiene la reconciliación con el rey de don Juan Núñez, a la seguirá la del propio infante don Juan” (GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 66).

intensificação dos conflitos intranobiliárquicos e levou a formação de dois grupos no seio da nobreza castelhana : um deles encabeçado pelo infante D. Juan e por D. Juan Núñez II de Lara, e o outro, o infante D. Henrique. Ainda que separados em bandos opostos, todos esses atores sociais almejavam sobretudo ter acesso à fortuna propiciada pelo poder régio¹⁰³⁰.

A patente influência exercida por D. Juan e D. Juan Núñez II de Lara sobre Fernando IV, fortalecida pelo protagonismo assumido por esses dois nobres no estabelecimento de acordos que findassem a guerra entre Castela e Aragão, questão debatida na cidade de Badajoz, em abril de 1303, diante a presença de Jaime II e de embaixadores portugueses. As conversas desenvolvidas nesse encontro levaram ao estabelecimento de tréguas entre as forças combatentes, para que se pudesse avançar na construção de um entendimento entre os conflitantes¹⁰³¹.

Ameaçado pelo protagonismo de D. Juan e D. Juan Núñez II de Lara, D. Enrique e seus apoiadores buscaram se aproveitar do caráter dúbio de Jaime II, inclinado em defender os interesses próprios da Coroa aragonesa, para oferecer-lhe apoio. No encontro, celebrado na cidade de Ariza em meados de 1303, o bando castelhano se comprometeu a obter junto a Fernando IV, o reconhecimento da autoridade de Alfonso de la Cerda sobre o reino de Jaén e outros domínios em Castela e a do rei de Aragão sobre a Múrcia¹⁰³².

A promessa feita pelos nobres castelhanos ao rei de Aragão em Ariza pouco teria chances de se concretizar, o que demonstra que o intento nutrido por D. Enrique e seus apoiadores era pressionar Fernando IV a favorecer lhes em seus interesses. Nesse ponto, cabe destaque para a presença de D. Juan Manuel entre o grupo que se reuniu com Jaime II, o que o fez visando garantir a posse sobre o seus domínios senhoriais na Múrcia. Contudo, a morte de D. Enrique, em agosto de 1303, provocou o enfraquecimento do grupo nobiliárquico por ele liderado, acontecimento que favoreceu o protagonismo de D. Juan¹⁰³³.

Pese a ausência de informações a respeito do posicionamento de D. Afonso durante esses anos, conjecturamos que D. Juan tenha favorecido a inserção do infante português na Corte de Fernando IV como meio de manter a fidelidade de seu aliado e, por consequência, reduzir as possibilidades do esposo de D. Violante Manuel aderir ao bando integrado por D. Juan Manuel. Além desse fator, a manutenção de boas relações com o irmão de D. Dinis contribuía para os diálogos mantidos entre D. Juan e o rei de Portugal.

¹⁰³⁰ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 111; 2012, p. 102.

¹⁰³¹ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 111-114.

¹⁰³² GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 114-117; PIZARRO, 2008, p. 152-153.

¹⁰³³ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 114-122; PIZARRO, 2008, p. 154.

Observado esse quadro político a partir da perspectiva dos interesses de D. Afonso, era plausível que ele tenha se mantido vinculado ao grupo nobiliárquico encabeçado por seus antigos aliados, D. Juan e D. Juan Núñez de Lara, marcadamente tendo em vista que o primeiro era o principal responsável por negociar os termos de uma sentença que findasse a guerra entre Castela e Aragão, questão que passava pela divisão do reino da Múrcia. Diante disso, é plausível que o senhor de Elda e Novelda tenha buscado se manter vinculado àqueles nobres que poderiam garantir os seus interesses sobre a posse desses dois senhorios, problema que se arrastava desde 1296, quando Jaime II ocupou o território murciano.

As disputas entre os reis aragoneses e castelhanos sobre a região onde se inseria a Múrcia remontam a finais da décima segunda centúria, a partir de quando as partes conflitantes lograram chegar a resoluções por meio de acordos amigáveis. Contudo, o contexto de enfretamento político que marcou o último quartel do século XIII na Península Ibérica acirrou a concorrência entre Aragão e Castela em torno daquele reino, a lembrar, conquistado pelo infante D. Alfonso, o futuro rei *Sábio*, no ano de 1243¹⁰³⁴.

A contenda em torno da Múrcia ocorreu em consequência dos desdobramentos políticos provocados pela ascensão de Sancho IV ao trono castelhano, posição ameaçada pelos que defendiam os direitos sucessórios de Alfonso de la Cerda. A fim de alcançar uma solução para esse problema, o sucessor de Alfonso X empreendeu negociações com os monarcas de Aragão e da França, chegando mesmo a propor a entrega do reino murciano a Alfonso de la Cerda em troca do abandono de suas pretensões régias¹⁰³⁵.

Alfonso III habilmente aproveitou as propostas veiculadas nas negociações com Sancho IV em proveito de seus interesses, o que o fez ao proclamar Alfonso de la Cerda como rei de Castela. Em contrapartida ao suporte prestado pelo monarca aragonês em prol de seus direitos sucessórios, o primogênito de D. Fernando de la Cerda se comprometeu a conceder o reino da Múrcia a Aragão quando chegasse ao trono castelhano¹⁰³⁶.

Fora justamente a esse compromisso que Jaime II recorreu para legitimar seus atos de invasão e ocupação da Múrcia, iniciados em 1296, como mostra o conteúdo das duas cartas enviadas por rei de Aragão na data de 28 de abril daquele ano, sendo uma delas direcionada a D. Afonso, e a outra a D. Violante Manuel. Em ambos os documentos, o monarca aragonês inicia sua mensagem com a afirmação de seus direitos sobre aquele reino, concedido por Alfonso de la Cerda a Alfonso III, para em seguida requerer a homenagem do infante

¹⁰³⁴ BEJARANO RUBIO, 1986, p. 135-139.

¹⁰³⁵ BEJARANO RUBIO, 1986, p. 145-146.

¹⁰³⁶ BEJARANO RUBIO, 1986, p. 146.

português e de sua esposa como forma de reconhecimento de sua condição de senhor da Múrcia¹⁰³⁷.

Diante da delonga de D. Afonso e D. Violante em cumprir aquela demanda, Jaime II tornou a cobrar-lhes por meio de cartas, datadas de 20 de junho e 1296, exigindo o seu reconhecimento como rei e senhor da Múrcia, como assim o era por ter o controle da quase totalidade do território desse reino¹⁰³⁸, caso, contrário, nas palavras do monarca aragonês:

[...] si esto fazer non queriades, no avriamos por que rezebir en nuestra comanda los vuestros castiellos e bienes sobredichos, ante pesando nos muyto de coraçon avria mos a enantar contra los dichos Castiellos vuestros e bines que avedes en el dicho Regno de Murcia, si vos a nos non reconociaades por Synor e Rey del dicho Regno de Murcia, como desuso es contenido¹⁰³⁹.

Obstinado em obter a homenagem de D. Afonso e D. Violante, Jaime II reforçou sua admoestação a esses dois nobres por meio de cartas enviadas a D. Dinis e D. Isabel, datadas igualmente de 20 de junho e 1296, pedindo aconselhassem-nos a aceitá-lo como senhor e rei da Múrcia¹⁰⁴⁰. Não temos indícios de como o monarca de Portugal se portou diante dessa querela, mas conjecturamos que pouco pode ter feito para defender os senhorios murcianos do infante português diante do ímpeto conquistador do suserano de Aragão. Se assim o foi, o segundogênito de Afonso III pode ter se sentido desfavorecido pelo irmão, sentimento que pode ter contribuído para as animosidades que os levaram ao conflito armado em 1299.

Decorridos os primeiros anos do século XIV, a posse do reino da Múrcia seguia em uma solução, assim como a guerra aragonês-castelhana. Após a morte de D. Enrique, Fernando IV buscou retomar as boas relações com a nobreza, a fim de dissuadir a parcela dos nobres que ainda mantinha um comportamento insurgente, o que lhe demandou o estabelecimento de acordos com membros do grupo nobiliárquico. Paralelamente às medidas políticas internas de Castela, no cenário ibérico foi se firmando a ideia em torno da necessidade de se chegar a uma solução para o conflito militar aragonês-castelhano, demanda que, devido ao comportamento dúbio de Jaime II, demandaria a presença de três juízes para determinar uma sentença arbitral: o rei de Aragão, para defender os interesses de

¹⁰³⁷ ESTAL, 1987, p. 148-152.

¹⁰³⁸ ESTAL, 1987, p. 153-155.

¹⁰³⁹ ESTAL, 1987, p. 154.

¹⁰⁴⁰ ESTAL, 1987, p. 155-158.

sua Coroa, D. Juan, feito representante castelhano por Fernando IV, e D. Dinis, como mediador das conversações¹⁰⁴¹.

Reconhecido por Fernando IV como seu representante pra negociar um acordo com Jaime II, D. Juan deu prosseguimento a uma intensa atividade diplomática no decorrer da segunda metade de 1303 e dos primeiros meses do ano seguinte. Depois de se manter em constante movimento entre os reinos de Aragão, Castela e Portugal, chegou aos termos de uma sentença arbitral estabelecida em 8 de agosto de 1304, na localidade de Torrellas¹⁰⁴².

Nos dias seguintes ao anúncio da sentença ficou acordado um entendimento a respeito do conflito sucessório: Fernando IV se comprometeu a entregar um amplo conjunto de senhorio dispersos pelo reino de Castela e a garantia de somas monetárias a Alfonso de la Cerda, que deveria entregar todos os castelos que permaneciam sobre seu controle em território castelhano e abandonar qualquer pretensão de assumir o título de rei e o uso das selos régios. Naquela ocasião ficou firmada, ainda, a divisão do reino da Múrcia: as vilas de Múrcia, Molina de Segura, Monteagudo, Lorca e Alhama permaneciam sobre a posse de Fernando IV, enquanto Cartagena, Alicante, Elche, Elda, Novelda e Orihuela cabiam a Jaime II¹⁰⁴³.

A presença de D. Afonso nessas negociações é uma incógnita. José Mattoso afirma que o infante esteve presente na comitiva de D. Dinis, mas não cita fontes¹⁰⁴⁴. Em caso do medievalista português ter tomado por base as informações de Francisco Brandão, que registra a presença do irmão entre os vassallos que acompanharam o rei de Portugal naquelas tratativas¹⁰⁴⁵, possivelmente cometeu um equívoco, haja vista que Fernando Felix Lopes desacredita a versão da Monarquia Lusitana, afirmando que a presença do esposo de D. Violante como vassallo do monarca português era inviável, haja vista que ele estava vinculado a vassalagem de Fernando IV¹⁰⁴⁶. O conde D. Pedro, integrante da comitiva portuguesa, portanto testemunho daqueles fatos, não registra a presença do segundogênito de Afonso III naquelas ocasiões¹⁰⁴⁷.

Ainda que D. Afonso tenha participado daqueles acordos, sua atuação em nada lhe garantiu a posse de Elda e Novelda, que deveriam passar ao reino de Aragão. Em caso do infante português ter se mantido ausente das tratativas, possivelmente confiou seus interesses

¹⁰⁴¹ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 122-127.

¹⁰⁴² GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 128-131; MATTOSO, 1993b, p. 152; PIZARRO, 2008, p. 154-155.

¹⁰⁴³ COSTA, 1991, p. 41-42; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 134-138; PIZARRO, 2008, p. 157.

¹⁰⁴⁴ MATTOSO, 1993b, p. 152.

¹⁰⁴⁵ ML, VI, f. 41.

¹⁰⁴⁶ LOPES, 1997, p. 214.

¹⁰⁴⁷ Cr.1344, IV, p. 248-249.

ao seu aliado, D. Juan. Se assim o fez, se viu desfavorecido pela forma como os termos do acordo foram estabelecidos, orientados pela imposição das pretensões de Jaime II, que pouco sofreu a resistência do representante castelhano, mais interessado em manter sua influência sobre Fernando IV do que defender a integridade do território de Castela¹⁰⁴⁸.

Segundo interpretação de Cesar González Mínguez, a delimitação da linha fronteiriça aragonês-castelhana pela sentença arbitral de Torrellas se mostrou imprecisa, pois carente de fundamentos geográficos, por isso enfrentou resistências por parte dos senhores das localidades envolvidas na troca de terras entre os reis Fernando IV e Jaime II¹⁰⁴⁹. Dentre os que se mostraram reticentes em abrir mão de seus domínios territoriais, estavam o infante D. Afonso e D. Violante, que buscavam garantir as devidas compensações pela entrega de Elda e Novelda ao rei de Aragão.

O tempo que se seguiu a sentença arbitral de Torrellas, foi marcado pela troca de cartas a fim de se chegar a uma solução a respeito da entrega de Elda e Novelda. Logo em seguida à efetivação dos acordos com a Coroa castelhana, Jaime II deu ordem para que D. Afonso e D. Violante lhe entregassem as duas localidades¹⁰⁵⁰. Esse compromisso parece não ter se efetivado, pois em 7 de dezembro de 1304, a filha de D. Manuel enviou uma carta ao rei de Aragão para lhe informar sobre a reticência do suserano castelhano em entregar Medellín e Arroyo del Puerco a ela e ao seu esposo, e em seguida requereu ao monarca aragonês que cobrasse essa postura de Fernando IV, para que assim ela pudesse entregar Elda e Novelda a Jaime II¹⁰⁵¹.

Em resposta a esses reclames, Jaime II demonstrou concordância com o dever de Fernando IV outorgar aquelas duas localidades a D. Violante e, enquanto essa questão não fosse solucionada, o rei de Aragão enfeudou lhe as rendas de Elda e Novelda, para que a filha de D. Manuel não caísse em desamparo¹⁰⁵². O monarca castelhano se pronunciou sobre a questão em fevereiro de 1305, quando se comprometeu a entregar Medellín e Arroyo del Puerco a D. Afonso e sua esposa, fazendo registrar que esses lugares valem mais que aqueles outros dois¹⁰⁵³. Essa postura foi informada ao suserano aragonês pelo infante D. Juan, em carta datada de 18 de fevereiro daquele ano¹⁰⁵⁴.

¹⁰⁴⁸ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 135-136.

¹⁰⁴⁹ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 140.

¹⁰⁵⁰ BENAVIDES, 1860, t. II, p. 391-392; LOPES, 1997, 216-217.

¹⁰⁵¹ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 310-311.

¹⁰⁵² GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 311.

¹⁰⁵³ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 313-314.

¹⁰⁵⁴ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 328.

Em 26 de fevereiro de 1305, Fernando IV e Jaime II para concluir as pendências a respeito das disposições fronteiriças previstas na sentença arbitral de Torrellas. O rei de Castela aproveitou a situação para dar satisfação ao de Aragão sobre a situação de D. Violante Manuel, a essa altura devidamente compensada. Por fim, no dia 19 de maio daquele ano, os monarcas castelhano e aragonês firmaram o Tratado de Elche, por meio do qual se deu por resolvida a questão dos limites da raia aragonês-castelhana¹⁰⁵⁵. Contudo, os problemas em torno dos senhorios de D. Afonso e D. Violante permaneciam em aberto.

Em 15 de maio de 1305, dias antes do tratado de Elche, D. Dinis enviou uma mensagem a Jaime II, lembrando os laços de parentesco que um e outro detinham com D. Afonso e D. Violante e pedindo para que não lhes retirasse as rendas de Elda e Novelda antes que Fernando IV lhes conferisse Medellín e Arroyo del Puerco. O rei de Aragão replicou o pedido dizendo que os habitantes dessas duas últimas localidades negavam ter o infante português como senhor e, embora não fosse seu intento desamparar o irmão do suserano português, manteria a exigência da entrega daquelas localidades do reino da Múrcia¹⁰⁵⁶.

Tendo em conta a carta enviada por D. Afonso a Jaime II, datada de 7 de dezembro de 1305 e situada em Medellín, D. Violante e seu esposo haviam tomado posse dessa localidade¹⁰⁵⁷. Contudo, o problema não estava resolvido, como denota o teor da mensagem do infante português, transcrita por Fernando Felix Lopes:

Deromme Medelly [...] e non me dam hua aldea que ende mingua nen me dam Aroyo del Puerco. E, señor, non teñades que per mim é a deteença de compyrem a vós aquello que vos na a comprir... E, señor, seia a vossa merçee que enviades a el rey de Castella dezir que entregue a vós o que vos dentregar, e compra a mym aquello que foy en postura. E, señor, seia a vossa merçee que non queyrades fazer mal en no meu nen mi fazer força, e que me mandedes entregar aquello que me tendes tomado, poys sabedes que a mingua non é por mym de a vós entregarrem o vosso¹⁰⁵⁸.

Ainda segundo o mesmo autor, em 1 de março de 1306, Jaime II exigiu a entrega de Elda e Novelda, dessa forma pondo fim a questão em torno da posse desses senhorios¹⁰⁵⁹.

O conteúdo das mensagens trocadas entre D. Dinis, Jaime II, Fernando IV, D. Violante e D. Afonso deixam transparecer a deterioração do estatuto sócio-político desse infante. O antes senhor de um amplo senhorio fronteiriço e primeiro dentre os nobres de Portugal, havia

¹⁰⁵⁵ GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 143-145.

¹⁰⁵⁶ LOPES, 1997, p. 217-218.

¹⁰⁵⁷ LOPES, 1997, p. 218.

¹⁰⁵⁸ LOPES, 1997, p. 218-219.

¹⁰⁵⁹ LOPES, 1997, p. 219.

se tornado uma figura de segundo plano no cenário político castelhano, relegado a uma posição em que sequer era capaz de fazer valer os compromissos firmados junto a ele pelo rei de Castela, para o que se via obrigado a pedir pela intercessão e providência do monarca português e do aragonês, ato de patente demonstração da falência de seu poder nobiliárquico. Não bastasse essa situação adversa, o reordenamento das relações régio nobiliárquicas em Castela fez piorar ainda mais a situação de D. Afonso em Castela.

Enquanto a sentença arbitral de Torrellas e o Tratado de Elche possibilitaram a pacificação das relações de Castela no espaço peninsular, no âmbito interno do reino castelhano produziram o efeito inverso, provocando a insurgência de nobres não atendidos em suas exigências por aqueles acordos. Foi esse o caso de D. Juan Núñez II de Lara que, depois de fracassar em seu intento de recuperar o senhorio de Albarracín, retido por Jaime II, rompeu relações com o infante D. Juan, acusando-lhe de não ter contribuído para aquele objetivo¹⁰⁶⁰.

D. Juan Núñez II de Lara se somou a sublevação iniciada por D. Diego López de Haro, que buscava garantir a posse do senhorio de Biscaia, igualmente disputada por D. Juan. Formou-se, portanto, um jogo de concorrência de interesses que alterou os posicionamentos políticos no interior da nobreza. Fernando IV buscou romper a aliança dos dois nobres, mas seu esforço não surtiu efeito, levando-o a preparar as hostes e atacar os insurgentes em maio de 1306, como o havia aconselhado o infante castelhano, que participou da campanha militar juntamente com D. Juan Manuel, agora seu aliado político, para atingir os seus objetivos: o primeiro queria obter vantagens territoriais e o segundo almejava obter o cargo de mordomo-mor, a essa altura, vago¹⁰⁶¹.

A passagem de D. Juan e de D. Juan Núñez de Lara para posições opostas no espaço das relações régio-nobiliárquicas representava a cisão da base de apoio social de D. Afonso que, como anteriormente apontado, deixou de figurar na Corte de Fernando IV a partir de 1306, quando o infante português foi acusado de ter assassinado D. Violante. Esse episódio provoca um dos mais intrigantes questionamentos a respeito a trajetória política do segundogênito de Afonso III: ele teria ou não matado a esposa? O suposto ato de violência foi registrado em poucos documentos, compostos por conteúdo pouco elucidativos para a solução dessa problemática, empecilho documental que impede o desenvolvimento de qualquer resposta conclusiva, mas hipóteses.

Quanto a nós, tendemos a crer que o D. Afonso não matou sua esposa. Sob a perspectiva da conjuntura histórica, são existem demonstrativos de como a morte de D.

¹⁰⁶⁰ DOUBLEDAY, 2001, p. 94; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 144.

¹⁰⁶¹ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 33-34; GONZALEZ MÍNGUEZ, 1995, p. 144-166.

Violante poderia beneficiar seu esposo. Em caso do seu interesse fosse romper seus vínculos matrimoniais com a filha de D. Manuel, não encontraria entraves, haja visto que a união do casal não havia sido reconhecida pela Igreja. O único elemento favorável ao infante português seria a possibilidade de tomar controle imediato sobre os bens da esposa, mas dos quais ele também era considerado senhor. Sobretudo, não podemos ignorar a explicação oferecida por D. Afonso a respeito da morte de sua consorte para defender sua inocência. Vejamos.

Em 28 de outubro de 1306, Jaime II enviou carta a D. Dinis para informá-lo a respeito do entendimento de que D. Afonso tinha sido responsável pela morte de D. Violante, consanguínea do rei aragonês – vínculo frisado pelo remetente da carta – e cobrar que o monarca português castigasse o irmão de forma condizente com a gravidade dos atos por ele praticados contra D. Violante¹⁰⁶². Em carta datada de 4 de dezembro daquele ano, o suserano de Portugal respondeu ao de Aragão:

E depois que esto Rey chegou a nos don Afonso a huna nosa vila que chaman Torres e nos fazemos Ihi preguntar como pasara feyto de dona Violante ca a nos era dito que el que a matara e el disenus que ela fora doente en Medelin en hun seu logar que ha no Reyno de León e que se manifestara e fizera seu testamento e partira seu auer assi como ela por bem teuera e porque aquela terra era muy doente hu a el [rasura] que a adusera para a Vide huun seu logar que ha na fronteira de nossa terra e que ali a aficara mais a door e que morrera e que fezera seu testamento a sa morte e lexara seus testamenteiros. E el estando en esto el Rey de Castella enuyou o emprazar que fosse per ante el a defenderse a don Johan Manuel dalgunas cousas que Ihi queria dicer sobresto et o feito e ala en casa del Rey de Castela con que nos cuydamos que el uiue e non sabemos como se pasou. Ca uos sabedes que o infante don Afonso no e nosso vassalo ne ten de nos nada[...]¹⁰⁶³.

Portanto, conforme a explanação de D. Afonso, D. Violante adoeceu em Medellín e, devido à condição insalubre essa localidade, ele levou sua mulher a Vide, onde ela piorou e morreu. A entrada do infante português no reino ocorreu antes de 9 de junho de 1306, data em que um documento da chancelaria da chancelaria régia registrou a resposta de D. Dinis aos reclames apresentados perante ele pelo seu irmão, que acusava alguns homens do rei português de entrarem em suas terras e promover malfeitorias¹⁰⁶⁴.

Ainda segundo o trecho documental supracitado, D. Dinis informou a Jaime II que Fernando IV havia convocado D. Afonso para comparecer perante ele e se defender das acusações de D. Juan Manuel. O monarca português afirma que os fatos seguintes se

¹⁰⁶² GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 341.

¹⁰⁶³ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 343.

¹⁰⁶⁴ Ch.DD, l. III, f. 50; LOPES, 1997, p. 220.

passaram em Castela, onde vivia o seu irmão, por isso não soube do que mais se passou, para em seguida afirmar: *Ca uos sabedes que o infante don Afonso no e nosso vassalo ne ten de nos nada*. Por meio dessas palavras o rei de Portugal buscou isentar-se de qualquer responsabilidade sobre os atos de seu irmão, como senhor teria sobre vassalo, haja visto que entre eles não mais existia nenhuma vinculação vassálica.

Para além de apresentar sua defesa ao rei de Aragão, aquela frase de D. Dinis atesta a condição de profundo isolamento político que pesava sobre D. Afonso. Embora ainda fosse um infante, detentor do prestígio do sangue régio e senhor de domínios senhoriais no reino de Portugal, pouco havia restado de seu poder político e autoridade. O segundogênito de Afonso III, antes senhor de Marvão, Portalegre e Arronches, primeiro confirmante dos diplomas régios, membro mais destacado da nobreza portuguesa, tenente de terras, chegara a condição de um nobre que tem que recorrer a um rei com quem não tem vínculos vassálicos para cobrar sobre malfetorias promovidas em suas terras.

No reino de Castela, o desprestígio do infante português era evidente. Em 1306, deixou de figurar na Corte de Fernando IV e não podia mais contar com o apoio daquele que fora o seu maior aliado, D. Juan, que enviou uma carta a Jaime II, datada de dezembro daquele ano, comprometendo-se a apoiar D. Juan Manuel em sua causa contra o suposto assassino de D. Violante¹⁰⁶⁵. Dessa forma, indisposto com o rei e os dois mais poderosos ricos-homens castelhanos, D. Afonso retornou às suas terras em Portugal.

O segundogênito do rei Afonso III teve sua presença atestada em Vide por meio de documentos datados de maio e junho de 1307¹⁰⁶⁶, cujo conteúdo trata da doação de todos os direitos e bens que ele possuía no herdamento de Linhares a Ordem de Avis, outorga feita pelo infante português em prol de sua alma, também estava voltada para o cumprimento dos termos firmados entre ele e aquela ordem religiosa em 1278¹⁰⁶⁷.

Quando D. Afonso retornou a Portugal, possivelmente o seu primogênito homônimo havia morrido. António Caetano de Sousa, em seu nobiliário, afirma somente que D. Afonso, o filho, morreu cedo, mas não informa data¹⁰⁶⁸. Francisco Brandão registrou a precocidade da morte desse nobre e acrescentou que ele teria sido senhor de Leiria¹⁰⁶⁹. Tomando por base essas duas informações, Fernando Félix Lopes concluiu que, se fora senhor daquele senhorio, estava morto em 4 de julho de 1300, quando D. Dinis outorgou aquela localidade à rainha

¹⁰⁶⁵ GIMÉNEZ SOLER, 1932, p. 344.

¹⁰⁶⁶ OACSB, mç. 3, doc. 302; 303; 307.

¹⁰⁶⁷ OACSB, mç. 3, doc. 302.

¹⁰⁶⁸ HGCRP, t. I, p. 189.

¹⁰⁶⁹ ML, V, f. 286.

Isabel¹⁰⁷⁰. José Augusto Pizarro aponta que o sobrinho do rei de Portugal deve ter perdido o senhorio quando acompanhou seu pai à Castela¹⁰⁷¹, onde comprovadamente estava em 21 de junho de 1302¹⁰⁷², e antes disso em 1291¹⁰⁷³.

Diante desses dados, pode se conjecturar que o primogênito do infante D. Afonso teria morrido em inícios do século XIV. Seguramente estava morto em 1315, pois não aparece no anteriormente mencionado caso de disputa entre D. Dinis e a sobrinha em torno da posse de Vide e Alegrete. Depois de derrotado na demanda de seus interesses nobiliárquicos e se ver diminuído em seu estatuto nobiliárquico, o falecimento de seu único herdeiro homem representava um golpe de morte para a existência de uma linhagem descendente do segundogênito de Afonso III.

Quando o infante D. Afonso tornou a se fixar em seus domínios senhoriais portugueses, as relações régio-nobiliárquicas no reino de Portugal passavam por um período de tensão provocado pelo avanço da política centralizadora dionisina. Desde o início do século XIV, o poder político de D. Dinis experimentava o seu momento de maior autoridade sobre o reino, depois de ter logrado estabelecer o Tratado de Alcañices e vencer o irmão no cerco a Portalegre, trunfos aos quais se somava o de juiz arbitral nas negociações de paz entre Aragão e Castela. Fortalecido por essas conquistas, o rei de Portugal retomou a prática das inquirições em 1301, depois em 1303-1304 e se prolongou até 1315¹⁰⁷⁴.

As inquirições lançadas contra o patrimônio nobiliárquico a partir do primeiro ano do século XIV foram levadas a cabo por um inquiridor nomeado por D. Dinis e responsável por inquirir, julgar e sentenciar as usurpações contra os bens régios; orientação processual que divergia daquela adotada nos processos inquiritoriais anteriores a 1301, quando uma junta de representantes era responsável por conduzir as investigações. Essa alteração indicava o fortalecimento da autoridade do rei de Portugal, que retomou o processo de centralização política de maneira mais incisiva, situação que provocou o protesto dos nobres, marcadamente a partir de 1307¹⁰⁷⁵.

A partir de então, o rei de Portugal voltou a confiar a revisão das sentenças inquiritoriais a uma junta formada por cinco membros que, favorável ao rei de Portugal, não alterou os resultados das inquirições mesmo depois de repetidas contestações da nobreza¹⁰⁷⁶.

¹⁰⁷⁰ LOPES, 1997, p. 208.

¹⁰⁷¹ PIZARRO, 1997, p. 171.

¹⁰⁷² BENAVIDES, 1860, t. II, p. 315

¹⁰⁷³ GAIBROIS DE BALLESTEROS, 1922, v.III, doc. 371.

¹⁰⁷⁴ MATTOSO, 1993b, p. 161; PIZARRO, 1997, p. 1121.

¹⁰⁷⁵ PIZARRO, 1993, p. 97; 1997, v. II, p. 1121.

¹⁰⁷⁶ MATTOSO, 1993b, p. 161.

Além das inquirições, D. Dinis recorreu a outras medidas para enfraquecer o poder nobiliárquico: não inseriu novas linhagens na Corte para ocupar o espaço deixado pela morte das velhas estirpes, sinal da pouca importância de atribuída aos valores simbólicos dos cargos curiais, como comprova sua determinação de extinguir as tenências e deixar a mordomia-mor vaga por mais de dez anos¹⁰⁷⁷.

Por meio dessas medidas, D. Dinis buscou reduzir a participação da nobreza no exercício do poder régio por meio da concessão de autoridade aos oficiais integrantes da estrutura administrativa da Coroa, em vias de crescente complexificação. Contudo, da perspectiva dos nobres, as ações do rei de Portugal representavam o seu desprezo pelas prerrogativas e direitos nobiliárquicos. A insatisfação do grupo nobiliárquico contra o monarca português era ampliada pelos sucessivos episódios de favorecimento dado pelo monarca português aos seus bastardos, conferindo-lhes cargos e terras, outorgam que igualmente provocaram a contrariedade do primogênito sucessor do trono, o futuro Afonso IV¹⁰⁷⁸.

Adversa ao projeto centralizador posto em curso por D. Dinis, a parcela majoritária da nobreza passou a apoiar o infante D. Afonso, a quem passou a ser atribuído papel de liderança, figura capaz de fazer frente ao processo de fortalecimento da autoridade régia. O irromper das tensões fez rebentar a guerra civil, que durou de 1319 a 1324 e incidiu o cenário político do reino em dois bandos opostos: um deles encabeçado pelo futuro Afonso IV, auxiliado pela ampla maioria dos nobres, e o outro liderado pelo rei de Portugal, com quem estavam os concelhos, as ordens militares e alguns poucos nobres, dentre eles os seus bastardos. Esse ordenamento de forças demonstra a ruptura do espaço geográfico do reino entre o norte senhorial, interessado em defender suas prerrogativas nobiliárquicas, e o sul, mais urbano, apoiador das medidas dionisinas¹⁰⁷⁹.

Decorrido cinco anos de conflito¹⁰⁸⁰, o término da guerra civil passou pela postura de D. Dinis em aceitar algumas das demandas apresentadas pelo infante D. Afonso e a nobreza, o que levou o rei de Portugal a acrescer os rendimentos do herdeiro do trono e a alterar a configuração dos ocupantes de cargos régios, a fim de favorecer os interesses de poderosos nobres e retirar um de seus bastardos do posto de mordomo-mor¹⁰⁸¹. Segundo interpretação de José Augusto Pizarro, a vitória dos insurgentes ante o ímpeto centralizador dionisino pouco

¹⁰⁷⁷ PIZARRO, 1997, p. 1126.

¹⁰⁷⁸ PIZARRO, 1997, p. 1126; 2008, p. 229-234.

¹⁰⁷⁹ MATTOSO, 1985a, 301-304.

¹⁰⁸⁰ Para a compreensão dos desenvolvidos dos conflitos que perpassaram a guerra civil de Portugal entre 1319 e 1324, veja: MATTOSO, 1993b, p. 162-163; PIZARRO, 2008, p. 243-257.

¹⁰⁸¹ MATTOSO, 1993b, p. 163.

contribuiu para a alteração do panorama político que recaia sobre os interesses do grupo nobiliárquico, pois as diretrizes que orientaram a governança de Afonso IV se mantiveram atreladas à necessidade de complexificar a estrutura administrativa da Coroa e cercear as prerrogativas e direitos da nobreza¹⁰⁸².

Ausente do reino de Portugal durante os primeiros anos do século XIV, o retorno do segundogênito de Afonso III aos seus domínios senhoriais portugueses em 1306 foi motivado pela profunda depreciação de seu estatuto nobiliárquico e consequente perda de protagonismo sócio-político. A partir dessa data, os documentos por nós consultados não registram a presença do D. Afonso nos episódios de tensão entre o rei e os nobres portugueses, o que faz pensar que ele deve ter permanecido isolado em seus domínios senhoriais até a sua morte, em 2 de novembro de 1312¹⁰⁸³. Falecido, o principal opositor do projeto de centralização do poder régio na primeira metade do reinado de D. Dinis, não esteve presente no momento em que outro infante liderou a nobreza portuguesa contra a autoridade dionisina.

Examinada a trajetória política do infante D. Afonso desde o nascimento à morte, surge impreterivelmente o questionamento: qual o balanço final que se pode chegar sobre a atuação desse segundogênito régio? Nas palavras de José Augusto Pizarro:

D. Afonso recebeu do pai um poderoso senhorio fronteiriço e por total falta de sendo perdeu-o. Foi sogro de alguns dos mais poderosos senhores castelhanos e marido de uma infanta de Castela, e o seu posicionamento nessa corte poderia ter feito dele uma peça importante na política de seu tempo. O seu manifesto desequilíbrio levou-o praticamente a perder tudo e a morrer isolado¹⁰⁸⁴.

Consideramos inegável admitir que a trajetória política de D. Afonso foi marcada por subsequentes episódios de derrota acompanhados da perda dos pressupostos constituidores de seu poder nobiliárquico. Contudo resistimos ao impulso de imputar-lhe julgamentos adjetivantes. Ora, quando compreendidas as atitudes do segundogênito de Afonso III e irmão de D. Dinis sob a perspectiva do dinâmico contexto sócio-político que marcou a Península Ibérica desde meados do século XIII a princípios do XIV, surge-nos não a imagem de um nobre poderoso e desequilibrado, mas a de um infante que, alinhado aos preceitos da cultura política de seu grupo social, a nobreza, buscou resistir ao avanço da centralização do poder régio e a consequente perda dos direitos e prerrogativas que sustentavam a sua posição no cume da sociedade medieval portuguesa.

¹⁰⁸² PIZARRO, 1997, p. 1136-1138.

¹⁰⁸³ BARROCA, 2000, v. II, p. 1338-1391.

¹⁰⁸⁴ PIZARRO, 2008, p. 286.

Foi esse o sentido para o qual o infante português orientou seus atos, que, se se mostraram como erros ou ilusões, apenas o foram depois de cometidos, pois até então se mostravam a ele como potencialmente favoráveis ao fortalecimento do seu estatuto sócio-político e sua posição no topo da escala social, predados que um dia iriam ser transferidos aos seus herdeiros. Enquanto nobre, a sua cultura política estava estruturada em torno da defesa das prerrogativas tidas pelo grupo como fundantes de seu lugar social: o exercício de parcela da autoridade régia e a transmissão desses poderes, direitos aos descendentes. Mas falhou.

CONCLUSÃO

Efetuada a abordagem da trajetória política de D. Afonso dentro da perspectiva de análise historiográfica e do recorte temporal inicialmente proposto, é possível reconhecer o infante português como um ator social detentor de um poder nobiliárquico que lhe proporcionou meios de atuação política efetiva em seu contexto histórico. No que toca a nobreza, nosso estudo buscou compreendê-la enquanto grupo estruturado em torno de seu estatuto social, econômico, político e simbólico, pressupostos que os seus membros buscavam defender e manter. Desenvolvidos esses debates, é preciso tornar mais conclusa a forma de compreender as discussões realizadas por esse estudo no sentido de vincular a trajetória política de D. Afonso ao lugar que entendemos como pertencente aos infantes na sociedade medieval portuguesa do século XIII e princípios do XIV.

Compreendendo infante enquanto categoria de análise, esse descendente do sangue real ocupava uma pequena linha na estrutura da sociedade medieval que separava o rei dos demais nobres abaixo dele. Por essa condição limite, o infante estava em posição inferior do rei, mas superior àquela ocupado por todos os demais nobres do reino. Assim entendido, ele deve ser compreendido a partir dos estatutos fundamentais do poder nobiliárquico segundo os critérios estabelecidos por essa pesquisa: econômico, social e político, em outras palavras, patrimônio, nascimento e proximidade ao poder régio.

O acesso do infante a patrimônio, fator fundamental do estatuto econômico da nobreza medieval, era determinado por seu nascimento. O primogênito herdeiro do trono tinha a seu favor o costume da sucessão dinástica linear e a manutenção da unidade territorial do reino. Ao segundogênito, por sua vez, estava vedado do acesso a domínios territoriais previstos pelo mecanismo sucessório. Contudo, ainda que não respaldada em costume, houve a prática de conferir amplos domínios territoriais aos filhos mais imediatos na ordem de sucessão régia, modalidade de doação conhecida como apanágios. Por meio desse instrumento, os reis buscavam defender a sucessão dinástica contra ações que pudessem ser colocadas em curso por aqueles que não estavam excluídos do acesso ao trono, mas afastados da condição de monarca pela ordem de nascimento.

A nascerça compõe outro fator social determinante para a categoria social de infante. Tão somente ele entre os nobres detinham o prestígio social da descendência direta da linhagem régia, elemento que lhe conferia lugar cimeiro na estratificação da sociedade medieval. A partir desse lugar que fundavam a sua concepção de ordenamento do mundo, a

partir de símbolos compartilhados com a nobreza, grupo no qual o segundogênito régio estava inserido e dentro do qual se relacionava com os demais nobres por meio de alianças políticas.

A inserção nesse lugar social possibilitava ao infante ampliar o espaço de atuação política e econômica por sobre espaços geograficamente amplos, mais vastos dos que os limites de seu reino de nascimento e que poderia abranger a Península Ibérica e mesmo o Ocidente Medieval. Por esse predicado, os filhos dos reis estavam aptos a exercer poder sobre uma área mais alargada que a maior parcela dos demais nobres, possibilitando acesso a alianças mais prestigiantes, usualmente firmadas por via matrimonial. O casamento, para além de estar voltado para a perpetuação biológica e social do grupo, representava também uma possibilidade de acesso ao poder.

Acima de qualquer outro nobre, a condição de descendente do suserano colocava os infantes em condição de serem os mais aptos ao acesso ou tomada do poder, o que significa dizer que ele detinha proximidade com o exercício da autoridade régia. Essa característica acabava por promover a rivalidade entre os herdeiros do trono que, ao ser objeto de intervenção por parte do mecanismo econômico do apanágio, demonstrava que a orientação sucessória pautada na primogenitura, seguida em Portugal desde Afonso Henriques, ainda não experimentava uma aceitação irrestrita entre os herdeiros dos reis portugueses, e mesmo entre os castelhanos.

Ao não assumir o trono, o infante não deixava de defender suas prerrogativas de exercer parcelas da autoridade régia que, quando ameaçadas, gerava a reação da nobreza, mas especialmente dos infantes, pois implicava no cerceamento de um direito que julgavam deter enquanto descendentes do sangue régio. Esse fator incide sobre o comportamento político de D. Afonso e os infantes que tiveram suas trajetórias políticas inseridas no século XIII.

O surpreendente no caso de D. Afonso é que sua trajetória política, desfavorável aos seus interesses, evidencia as implicações do estatuto de poder nobiliárquico – patrimônio, nascimento, privança – ao longo das modificações do contexto histórico. Para o caso de D. Afonso podemos estabelecer três grandes cortes em sua trajetória: durante o reinado de Afonso III, depois desde o início do reinado de D. Dinis até sua saída do reino em 1300 e, finalmente, o íterim desde sua estada em Castela e o retorno a Portugal, onde morreu. Em cada um desses momentos o segundogênito régio ocupou uma posição distinta em sua possibilidade de acesso ao poder. Será preciso agora que abordemos esses recortes em sua dimensão temporal.

No reinado de seu pai, D. Afonso experimentou uma condição de proximidade ao poder régio que, propiciada por Afonso III, possibilitou a construção do estatuto econômico

do infante português por meio da concessão de um domínio senhorial estrategicamente localizado na zona fronteira luso-castelhana, além de somas em dinheiro, alçando-o a condição do mais poderoso nobre do reino. Essa pressão visava atuar em dois sentidos: um deles, de aproveitar a figura do seu filho para dar esteio às relações políticas com Alfonso X no sentido de fortalecer a defesa da zona fronteira do reino; o outro, de dissuadir intentos revoltos por parte de D. Afonso, que passava a estar atrelado ao poder régio por via da vassalagem, assim devendo atuar em prol da causa régia. Dessa forma, o Bolonhês depositou uma expectativa de poder no filho segundo, dele esperando que o exercesse a serviço de seu irmão.

Tal como interveio para apaziguar a nobreza, Afonso III buscou também reduzir os enfrentamentos no seio da própria linhagem régia, que poderia comprometer a sucessão do trono, abalada pela vitória do Bolonhês sobre o irmão e monarca antecessor, Sancho II. Diante disso, o rei de Portugal atuou como distribuidor de poder dentro da linhagem régia a fim de não apenas conter conflitos, mas de buscar elementos de fortalecimento do poder régio por meio da vinculação entre o seu os seus primogênito e segundogênito. Nesse sentido, a morte daquele monarca pode ser entendida como sua saída de cena para dar lugar àquele que o sucedeu, transferindo o exercício da autoridade régia a D. Dinis, mas sem deixar de garantir parcelas de poder para o infante D. Afonso. O pai exerceu, portanto, papel de árbitro dos interesses conflitantes sustentados de seus dois rebentos.

A ascensão de D. Dinis ao trono não marcou somente o processo de fortalecimento da autoridade régia por sobre a nobreza, mas igualmente em relação aos membros linhagem régia, como demonstra o projeto centralizador dionisino que incidiu irrestritamente sobre o estatuto social de nobres e do infante D. Afonso. O rei de Portugal não estava inclinado a admitir concorrência aos seus poderes, mormente daquele cujo protagonismo político deveria estar voltado para a defesa dos interesses do poder régio.

Assim procedendo, D. Dinis respondeu a cada demonstração de poder de D. Afonso quando este buscava exercer prerrogativas de autoridade régia a ele vedadas, como demonstrou o rei de Portugal ao não admitir que o irmão construísse muralhas em Vide sem a devida autorização para essa edificação. Ademais, o monarca português não favoreceu seu consanguíneo com sua privança, pilar da manutenção do estatuto nobiliárquico dos nobres, relegando a ele o exercício de poderes públicos apenas na condição de tenente, cargo posteriormente subtraído.

Compreendido nessa perspectiva, o poder nobiliárquico de D. Afonso foi atingido pela política dionisina de fortalecimento do poder régio, em menor medida em seu estatuto

econômico – haja vista que os escambos de terras favoreceram os seus rendimentos –, pesadamente sobre o seu estatuto simbólico – comprometido com as consecutivas derrotas, imposição de derrubada de fortaleza e a retirada de seu cargo régio –, e de maneira determinante sobre o seu estatuto político – marcadamente por conta da desestruturação do estratégico senhorio fronteiriço detido pelo infante português.

Nesse ponto é preciso cuidado para não imputar a D. Afonso a fraqueza ou ausência de protagonismo não condizente com sua trajetória política. A atuação do infante português logrou provocar alterações no comportamento político de D. Dinis, como demonstra o abrandamento das inquirições a partir de 1290 o seu retorno de maneira vertical a partir de 1301, período que se decorre desde a segunda insurgência do infante ao episódio de sua derrota e saída do reino. Ou seja, a presença política do segundogênito de Afonso III foi capaz de influenciar as tomadas de decisão do rei de Portugal, contudo, não a ponto de alterar os rumos do projeto centralizador dionisino.

Foi objetivando aumentar essa sua capacidade de influência, isto é, de poder, que D. Afonso procurou firmar alianças político matrimoniais, não com a nobreza portuguesa, mas com a castelhana, detentora de estatuto nobiliárquico mais pujante e por isso mais favorável ao lugar social de um filho de rei. Assim procedendo, o segundogênito de Afonso III se aliou ao infante D. Juan e às poderosas linhagens de Lara e de Meneses, opção demonstrativa do poder político que carregava o sangue régio e as suas potencialidades simbólicas de atuar a favor do estabelecimento de vinculações no interior do grupo, primordialmente entre elementos de estatuto social correlato.

A busca de D. Afonso por apoio junto à nobreza castelhana estava de acordo com o seu plano de se levantar contra D. Dinis, o responsável por cercear o exercício de seus poderes nobiliárquicos. Portanto, o infante procurou se cercar de elementos que proporcionassem a efetivação de seu intento, ou seja, que transformassem a sua pretensão em ato de força capaz de alterar a realidade daquela sociedade a seu favor, provocando a recuperação das prerrogativas que lhe foram alienadas. Essa é a dinâmica por detrás dos episódios de insurgente do segundogênito contra o primogênito de Afonso III, marcadamente em 1287 e 1299. Era a defesa do seu lugar social o fator que movia o senhor de Portalegre contra o rei de Portugal.

Estabelecido um conflito no seio da linhagem régia, o infante D. Afonso demonstrou não ter poder suficiente para influenciar as atitudes do irmão, que seguidamente respondia aos seus atos de poder com demonstrações mais acentuadas de exercício de autoridade e paulatinamente lhe retirava atributos que constituíam o seu estatuto nobiliárquico.

As derrotas sofridas pelo senhor de Portalegre oferecem a possibilidade de compreender a relação política estabelecida entre os segundogênitos régios e os membros do grupo nobiliárquico, marcadamente os ricos-homens. No caso dos infantes, observa-se uma constante aproximação por parte deles junto aos membros da nobreza a fim de angariar apoio, como buscou fazer D. Afonso em 1287, mas sem sucesso. Outro infante revoltado, D. Juan, logrou receber auxílio de parte significativa da nobreza, mas ainda assim esteve longe de obter o necessário amparo de sua posição no trono de Leão.

Isso demonstra que não eram os infantes irmãos de rei que detinham as maiores potencialidades para influenciar nos rumos do poder régio, mas os infantes sucessores. Se observarmos a dimensão das revoltas protagonizadas pelos futuros Sancho IV e Afonso IV é possível constatar uma adesão por parte da nobreza a esses elementos sucessores do trono de maneira mais alargada do que os infantes colaterais do monarca. Portanto, o ambiente de entendimento da cultura política nobiliárquica se manifestava em seu apoio aos infantes revoltos de acordo com a sua concepção de sociedade, ou seja, conferindo maior poder político conforme a ordem de sucessão ao trono.

Essa consciência de lugar social por parte da nobreza portuguesa inibiu o oferecimento de apoio a D. Afonso, por compreendê-lo como incapaz de alterar a configuração da sociedade, contudo os nobres se inclinaram a fazê-lo quando o futuro Afonso IV iniciou a guerra civil de 1319-1324. É preciso que não sejamos reducionistas. Por certo que em finais do reinado de D. Dinis a nobreza, que havia sofrido com as medidas centralizadoras ao longo do tempo, estava inclinada a não admitir a continuada perda de seus privilégios. Contudo, considerando a capacidade dos infantes de exercer liderança frente ao grupo nobiliárquico, a condição de sucessor do trono não pode ser descartada como elemento determinante para influenciar o equilíbrio dos poderes régio e nobiliárquico.

Mas não é essa a relação de forças que podemos observar na trajetória política do infante D. Afonso. Derrotado pelo rei e diminuído em seu estatuto nobiliárquico, ele optou por passar a viver em Castela, o que abriu um período que nos possibilita pensar a condição social do infante quando fora de seu reino de nascimento.

Favorecido pela capacidade dos infantes de estabelecer alianças fora dos limites de seu reino, o estatuto econômico e a implantação senhorial de D. Afonso em Castela fomentaram sua permanência em território castelhano. Por seu sangue régio, em grau de parentesco com Fernando IV e o possível auxílio de seus aliados, também foi possível se inserir na Corte régia na condição de vassalo desse rei. Contudo, esses pressupostos não foram o bastante para seu efetivo estabelecimento nesse espaço social.

A estreita vinculação de D. Afonso ao sangue dos reis de Portugal fazia dele um elemento estranho em Castela. Faltava-lhe a partilha dos elementos simbólicos mais característicos que possibilitassem a sua inserção naquele espaço, marcadamente no que toca a construção de uma memória que legitimasse a sua pertença àquela comunidade política. Fora de seu reino o infante perdeu parte de seu estatuto social, haja vista que, por conta de seu nascimento, suas tradições simbólicas estavam vinculadas ao espaço de poder que lhe era característico.

Assim, D. Afonso manteve certo protagonismo político enquanto permaneceu em Castela devido às circunstâncias do contexto histórico, enquanto sua presença podia favorecer o grupo nobiliárquico de seu aliado, D. Juan. Contudo, quando o cenário das relações régio-nobiliárquicas se alterou, o infante castelhano optou com prestar seu apoio ao a um nobre territorialmente mais poderoso e politicamente mais influente que o português: D. Juan Manuel. Temos aqui um ato demonstrativo do esfacelamento do poder do infante português, preterido a um rico-homem com estatuto nobiliárquico mais elevado que o seu. A esse fato deve ser somada ainda a resistência dos habitantes de seus novos senhorios castelhanos em aceitar aceitá-lo como senhor, demonstrando que o prestígio de sangue não determinava o reconhecimento de sua autoridade.

Essa conjuntura promoveu o regresso de D. Afonso ao reino de Portugal. As condições desse retorno fez ampliar a contradição entre o estatuto de poder que ele experimentou no contexto político de Afonso III, em contraste com a condição sócio-política experimentada por ele no período que precedeu a sua morte: anulado em sua importância política, distante da nobreza e desvinculado da vassalagem ao rei, diminuído em seu estatuto nobiliárquico. Enfim, um infante derrotado em suas pretensões de poder a espera da morte depois de cumprir seus últimos compromissos.

Compreendido nesse sentido, embora amplamente favorecido em seu estatuto simbólico, econômico e político por sua proximidade ao poder quando nascidos, esses predados não ofereciam garantias irrestritas para a permanência dos infantes nos lugares cimeiros da sociedade medieval do século XIII e início do XIV. A manutenção do poder nobiliárquico dos segundogênitos régios dependia de sua capacidade de determinar o comportamento dos demais sujeitos que concorriam com ele pelo exercício do poder.

No que diz respeito à trajetória de D. Afonso, ele não seguiu um comportamento distinto daquele sustentado pela nobreza. Como os nobres de seu tempo, buscou atuar de modo a intervir naquela sociedade em prol da defesa de seu estatuto nobiliárquico, sentido para o qual estiveram voltadas as suas ações, postas em curso nos momentos entendidos por

ele como os mais favoráveis à obtenção de suas pretensões. Porém, assim como o erro, o poder só se mostra como tal depois de executado, pois antes disso não é erro nem poder, mas expectativa. E não se pode dizer que o infante D. Afonso não a teve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AFONSO X. **Crónica de Alfonso X**. Edição de Manuel González Jiménez. Real Academia Alfonso X El Sabio, 1998.

AML. **Livro dos pregos**. Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>.

ANTT. **Chancelaria de D. Dinis**. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813639>.

ANTT. **Feitos da Coroa** - Forais, doc. 469.

ANTT. **Fragmentos**. Fragmento do foral de Tonhe. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4694027>.

ANTT. **Gavetas**. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185743>.

ANTT. **Livro da Noa**. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1457770>.

ANTT. **Livro das fortalezas situadas no extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas**, escudeiro da casa do rei D. Manuel I. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909707>.

ANTT. **Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis**. Disponível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251150>.

BRANDÃO, A. **Monarquia Lusitana**. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

BRANDÃO, F. **Monarquia Lusitana**. Vol. V, VI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

Breve Chronicon Alcobacense. In: HERCULANO, A. **Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum**. Vol. I – Scriptores. Olisipone : typis Academicis, 1856. p. 20-22.

Chancelaria de Afonso III. Transcrição de VENTURA, L.; OLIVEIRA, A.R. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Chronicon Coninbricense. In: HERCULANO, A. **Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum**. Vol. I – Scriptores. Lisboa: typis Academicis, 1856. p. 1-5.

Chronicon Coninbricense. In: HERCULANO, A. **Portugaliae monumenta historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum**. Vol. I – Scriptores. Lisboa: typis Academicis, 1856. p. 1-5.

Crónica Geral de Espanha de 1344. Edição crítica do texto português de Luís Filipe Lindley Cintra. Vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

Crónicas de los reyes de Castilla: desde don Alfonso, el Sábio hasta los católicos don Fernando y doña Isabel. Madrid: Biblioteca de Autores Españoles, 1953.

Crónicas Dos Sete Primeiros Reis De Portugal. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1952. v.2.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra.** 3 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.

LEÃO, D. N. **Primeira parte das Chronicas dos reis de Portvgal.** Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1600.

Livro das Lezírias d'El-Rei D. Dinis. Transcrição de NOGUEIRA, B.S. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição crítica por José Mattoso. In: *Portvgaliae Monvmenta Historica. Nova Série – vol. II.* Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

Livros das Leis e Posturas. Editado por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Thereza Campos Rodrigues. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa, 1971.

Livros Velhos de Linhagens. Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso. In: *Portvgaliae Monvmenta Historica. Nova Série – vol. I.* Lisboa: Academia das Ciências, 1980.

MANUEL, J. Libro de los Estados. In: GAYANGOS, Don Pascual. **Biblioteca de Autores Españoles:** desde la formacion del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Ediciones Atlas, 1952, p. 278-364

PINA, R. **Crónica de D. Dinis.** Porto: Livraria Civilização, 1945.

SALAZAR Y CASTRO, Luis. **Historia Genealogica de la Casa de Lara,** justificada con instrumentos, y escritores de inviolable fe. 3. t. Madrid: Imprenta Real, 1696-1697. Disponível em: <http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=2379>.

SALAZAR Y CASTRO, Luis. **Pruebas de la Historia de la Casa de Lara:** sacadas de los instrumentos de diversas iglesias y monasterios, de los archivos de sus mismos descendientes, de diferentes pleytos que entre si han seguido y de los escritores de mayor credito y puntualidad. Madrid: Imprenta Real, 1694. Disponível em: <http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=2377>.

SOUSA, Antonio Caetano. **História Genealógica da Casa Real Portuguesa.** Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735.

SOUSA, Antonio Caetano. **Provas da Historia genealogica da casa real portugueza:** tirados dos instrumentos dos arquivos da Torre do Tombo, da serenissima casa de Bragança, de diversas cathedraes, mosteiros, e outros particulares deste reyno. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1739.

Bibliografia

AFFONSO, Domingues. Matilde (D.). In: **Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura**. Vol. 19. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 2001. p. 238.

ALMEIDA, Balbina Rodrigues de. **D. Dinis: breve estudo de sua chancelaria** (folhas 25-86vº). 1969. 590 f. Dissertação (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra. 1969.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira. **Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho: desde as origens a 1220**. Porto: C. Almeida, 1978.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. Relaciones peninsulares en el siglo de Alcañices (1250-1350): regências e minorías regias. As relações de fronteiras no século de Alcañices. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 15, n. 2, p. 1045-1070, 1998.

ANDRADE, A.G. **A construção medieval do território**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

ANDRADE, Amélia Aguiar. Os municípios na estratégia defensiva dionisina. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 15, n. 1, p. 163-176, anual. 1998.

ANDRADE, Amélia Aguiar. Um Empreendimento Régio: a Formação e Desenvolvimento de uma Rede Urbana na Fronteira Noroeste de Portugal durante a Idade Média. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, Lisboa, n. 12, p. 121-126, dezembro. 1993.

ARIAS GUILLÉN, Fernando. A kingdom without a capital? Itineration and spaces of royal power in Castile, c.1252–1350. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 4, n. 39, p. 456-476, setembro. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03044181.2013.830981>. Acesso em 6 de abril. 2015.

AURELL, Jaume. Memoria dinástica y mitos fundadores: la construcción social del pasado en la Edad Media. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 303-334.

AYALA MARTÍNEZ, C. Las Monarquías Europeas n el siglo XIII. In: ALVAREZ PALENZUELA, V. A. **Historia Universal de la Edad Media**. Barcelona: Ariel, 2002. p. 553-574.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. **Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X**. Madrid: Antiqua et Mediaevalie, 1986.

AZEVEDO, Ruy. Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores. In: BAIÃO, António; CIDADE, Hernani; MURIAS, Manuel. **História da expansão portuguesa no mundo**. v. I. Lisboa: Ática, 1937.

BARATA, Antonio Francisco. **Infantes Portuguezes**. Barcellos: Aurora do Cavado, 1894.

BARROCA, Mário Jorge. D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 15, n. 1, p. 801-822, anual. 1998.

BARROCA, Mário Jorge. Em torno da residência senhorial fortificada: quatro torres medievais na região de Amares. **Revista de História**, Porto, v. 9, n. 1, p. 9-62, anual. 1989.

BARROCA, Mario Jorge. **Epigrafia Medieval Portuguesa**. 4 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROS, Henrique da Gama. **História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV**. 12 vols. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1945-1950.

BARROS, José D'assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/%20cadernoshistoria/article/viewFile/987/2958>.

BARTHÉMEY, Dominique. Parentesco. In: ARIÈS, Philipe; DUBY, Georges (Coord.) **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença**. v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 96-161.

BAURY, Ghislain. Los ricos hombres y el rey en Castilla: el linaje Haro (1076-1322). **Territorio, Sociedad y Poder**, Oviedo, n. 6, p. 53-72, anual. 2011

BAUTISTA, Francisco. Narrativas nobiliarias en la historiografía alfonsí y post-alfonsí. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 87-117.

BECEIRO PITA, Isabel. La conciencia de los antepasados y la gloria del linaje en la Castilla Bajomedieval. In: PASTOR, Reyna. (org.). **Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. p. 329-349.

BECEIRO PITA, Isabel. La memoria y el discurso de la nobleza en los relatos genealógicos castellanos (1370-1540). In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 119-143.

BECEIRO PITA, Isabel. Los dominios de la familia real castellana (1250-1350). In: **Génesis medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370)**. Valladolid: Ambito Ediciones, 1987. p. 79-106.

BECEIRO PITA, Isabel; CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. **Parentesco, poder y mentalidade**. La nobleza castellana (siglos XII-XV). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

BEJARANO RUBIO, Amparo. La fronteira del reino de Murcia en la política castellano-aragonesa del siglo XIII. **Miscelánea Medieval Murciana**, Murcia, n. 13, p. 132-154. 1986. Disponível em: <http://revistas.um.es/mimemur/article/view/j6341/6141>.

BENAVIDES, Antonio. **Memorias de Fernando IV de Castilla**. 2 t. Madrid: Imprenta de José Rodríguez, 1860.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOTO VARELA, Gerardo. Sobre reyes y tumbas en la catedral de León: discursos visuales de poder político y honra sacra. In: YARZA LUACES, Joaquín; HERRÁEZ ORTEGA, María Victoria; BOTO VARELA, Gerardo. **Congreso Internacional "La Catedral de León en la Edad Media"**. León: Universidad de León, Servicio de Publicaciones, 2004. p. 3-23.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAETANO, Marcello. **História do Direito Português**. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1992.

CANNING, Joseph. Introduction: politics, institutions and ideas. In: BURNS, J. H. **Medieval Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 341-399.

CID, Pedro. **As Fortificações Medievais de Castelo de Vide**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz. Concelhos. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira. **Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)**. v.3. Lisboa: Editora Presença, 1996. p. 554-584.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens da mulher. **Separata das actas do colóquio A mulher na sociedade portuguesa**. Coimbra: Coimbra Editora, 1986.

CRUZ, Guilherme Braga. **O Direito de Troncalidade e o Regime Jurídico do Património Familiar**. Braga: Livraria da Cruz, 1941.

CUNHA, Antônio Geraldo. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

DACOSTA, Arsenio. Mecanismos y articulaciones discursivas en la construcción de la memoria genealógica: el caso de los Ayala. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 145-173.

DAVID, Henrique; PIZARRO, José Augusto de Sotto mayor. Nobres portugueses em Leão e Castela (século XIII). **Revista de História**, Porto, n. 7, p. 135-150, anual. 1986-1987.

DOUBLEDAY, Simon. **The Lara Family: crown and nobility in Medieval Spain**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

DUBY, Georges. **A Idade Média uma idade do homem**. Lisboa: Teorema, 1990a.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. Lisboa: Teorema, 1989.

DUBY, Georges. **O cavaleiro, a mulher e o padre**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

DUBY, Georges. Poder público, poder público. In: **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.

ESCALONA, Julia. Los nobles contra su rey: argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliaria de 1272-1273. **Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévaux**, Paris, n. 25, p. 131-162. 2002.

ESTAL, Juan Manuel del. Obra de los reyes D. Dionis e Isabel de Portugal y de los infantes D. Alfonso y D. Yolanda Manuel en la conquista y sumisión del de Aragón. In: **Actas das II Jornadas Luso-Espanhols de História Medieval**. Vol. II. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. p. 147-158.

ESTAPÉ RODRIGUEZ, Fabián. Martiniega. In: **Diccionario de Historia de España**: desde sus orígenes hasta el fin del reinado de Alfonso XIII. Vol. II. Madrid: Revista de Occidente, 1952. p. 420.

FALCON, Francisco. História e Poder. CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 61-89.

FERNANDES, Carla Varela. **Memórias de Pedra: escultura tumular medieval da Sé de Lisboa**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001.

FERNANDES, Fátima Regina. A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 8, abril. 2012. p. 11-21.

FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Madrid, n. 28, p. 155-176, anual. 2005.

FERNANDES, Fátima Regina. **Comentários à Legislação Medieval Portuguesa de Afonso III**. Curitiba: Juruá, 2000.

FERNANDES, Fátima Regina; ZLATIC, Carlos Eduardo. A política régia portuguesa e a disputa territorial entre D. Dinis e D. Isabel Afonso. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, Curitiba, n. 6, p. 151-166. 2014.

FERNANDES, Hermenegildo. **D. Sancho II**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2010.

FERNÁNDEZ, Manuel García. Jaime II y la minoría de Alfonso XI: sus relaciones con la sociedad política castellana (1312-1325). **Historia. Instituciones. Documentos**, Sevilla, n. 18, p. 143-182, anual. 1991.

FONTES, João Luís Inglês. **Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao “Infante Santo”**. 1999. 310 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1987.

GAIBROIS DE BALLESTEROS, M. **Historia del reinado de Sancho IV de Castilla**. 3 vols. Madrid: Tip. de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, 1922.

GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes. **María de Molina: tres veces reina**. Madrid: Espasa-Calpe, 1967.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel. La política internacional de Portugal y Castilla en el contexto peninsular del tratado de Alcañices 1267-1297: relaciones diplomáticas e dinásticas. In: GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel. **Portugal-Aragão-Castilla: alianzas dinásticas y**

relaciones diplomáticas (1297-1325). Sevilla: Editorial da Universidad de Granada, 2008. p. 21-74.

GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, Durango, n.6, p. 158-215, anual. 2009.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

GIMÉNEZ SOLER, Andrés. **Don Juan Manuel**: biografía y estudios. Zaragoza: La Académica, 1932.

GIMENEZ, José Carlos. **A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica: 1280-1336**. 2005. 211f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GOMES, Rita Costa. A construção das fronteiras. In: **A memória da nação**: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991. p. 357-383.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X el Sabio**(1252-1284). Palencia: Ed. La Olmeda, 1999.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 15, n. 1, p. 1-24, anual. 1998.

GONZÁLEZ JIMENEZ, Manuel; CARMONA RUIZ, María Antonia. **Documentación e Itinerario de Alfonso X el Sabio**. Sevilla: Secretariado de Publicaciones – Universidad de Sevilla, 2012.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, Cesar. **Fernando IV** (1295 - 1301). Palencia: Ed. La Olmeda, 1995.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, Cesar. **Poder real y poder nobiliar en la Corona de Castilla** (1252-1369). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2012.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, Cesar. Poder real, poder nobiliar y poder concejil en la Corona de Castilla en torno al año 1300. **Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses**, Palencia, n. 71, p. 39-72. 2000.

GOUREVITCH, Aaron. Indivíduo. In: Le GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. vol. I. Bauru: EDUSC, 2006. p. 621-631.

GUERREAU-JALABERT, Anita. El sistema de parentesco medieval sus formas (real/espiritual) y su dependencia con respecto a la organización del espacio. In: PASTOR, Reyna. (org.). **Relaciones de poder, de producción y parentesco en la Edad Media y Moderna**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. p. 85-105.

GUERREAU-JALABERT, Anita. Sobre las estructuras de parentesco en la Europa medieval. In: FIRPO, A.R. (org.). **Amor, Familia e Sexualidad**. Barcelona: Argot, 1984. p. 59-89.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Crónica de 1419: transformação e identidade. In: FERNANDES, Fátima Regina. **Identidades e fronteiras no medievo ibérico**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 152-175.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 132-145, julho – dezembro. 2011.

HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal**. 9.ed Lisboa: Livraria Bertrand, s.d. 6 vols.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. A dinâmica dionisina. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira. **Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)**. v.3. Lisboa: Editora Presença, 1996. p. 144-163.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. Dionisius et Alfonsus, dei gratia reges et communis utilitatis gratia legiferi. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 11, n. 1, p. 11-110, anual. 1994.

INFANTE. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. p. 1101.

INFANTE. In: **MICHAELIS**: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. p. 1152.

JULAR PÉREZ-ALFARO, Cristina. La importancia de ser antiguo. Los Velasco y su construcción genealógica. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 201-236.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KRITSCH, Raquel. **Soberania**: a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002.

KRUS, Luis. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KRUS, Luís. **A Construção do Passado Medieval**: textos inéditos e publicados. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2011.

KRUS, Luis. La muerte de las hadas: la leyenda genealógica de la Dama de Pie de Cabra. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 43-86.

L'HERMITE-LECLERC, Paulette. A Ordem Feudal. In: Duby, Georges; Perrot, Michelle. **História das Mulheres**. vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 273-329.

LE GOFF, Jacques. O ritual simbólico da vassalagem. In: LE GOFF, Jacques. **Para um outra Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Petrópolis: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LOMAX, Derek William. El padre de Don Juan Manuel. In: **Don Juan Manuel: VII Centenario**. Murcia: Universidad de Murcia/Academia Alfonso X el Sabio, 1982. p. 163-176.

LOPES, Fernando Félix. **Colectânea de Estudos de História e Literatura**: Santa Isabel de Portugal e outros estudos. Vol. 3. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997.

LOSCERTALES, Pilar. Infurción. In: **Diccionario de Historia de España**: desde sus orígenes hasta el fin del reinado de Alfonso XIII. Vol. II. Madrid: Revista de Occidente, 1952. p. 45.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. Desamortização. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985a. v.2, p. 287-288.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores, 1977.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. Honra. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985b. v.3, p. 224-225.

MARQUES, António Henrique de Oliveira. Inquirições. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985c. v.3, p. 328-330.

MARQUES, José. Os municípios na estratégia defensiva dionisina. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 15, n. 1, p. 523-544, anual. 1998.

MARREIROS, Rosa. **Chancelaria de D. Dinis**. Livro II. Coimbra: Palinage, 2012.

MARTINS, Miguel Gomes. As funções do alcaide-mor. In: VIEGAS, Inês Morais; MARTINS, Miguel Gomes. **A alcaldaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média (1147-1433)**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2006. p. 48-56.

MARTINS, Miguel Gomes. **Guerreiros Medievais Portugueses**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.

MARTINS, Miguel Gomes. **Para Bellum**: Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367). 2007. 914 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

MATTOSO, José ;SOUSA, B.V. História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média. In: SOUSA, B.V.(coord.). **História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média**. Maia: Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 18-22.

MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa**: a Família e o Poder. Lisboa: Editora Estampa, 1981.

MATTOSO, José. Apresentação geral. In: SOUSA, B.V.(coord.). **História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média**. Maia: Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 6-17.

MATTOSO, José. Estruturas familiares e estratégias do poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho. **Cadernos do Noroeste**, Braga, 1986, p. 80-99.

MATTOSO, José. **Fragmentos de uma composição medieval**. Lisboa: Editora Estampa, 1993a.

MATTOSO, José. **História de Portugal**: a monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editora Estampa, 1993b.

MATTOSO, José. **Identificação de um país**. 2 vols. Lisboa: Editora Estampa, 1995.

MATTOSO, José. **Naquele Tempo**: Ensaios de História Medieval. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2009.

MATTOSO, José. **Narrativas dos livros de linhagem**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

MATTOSO, José. **Portugal Medieval**: novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985a.

MATTOSO, José. **Ricos-homens, infâncias e cavaleiros**: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimarães Editora, 1985b.

MATTOSO, José. The Medieval Portuguese Nobility. In: MATTOSO, José. **The historiography of medieval Portugal** (c. 1950-2010). Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2011. p. 401-423.

MATTOSO, José; CRUS, Luís; ANDRADE, Amélia. **O castelo e a feira**: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MENENDEZ PIDAL, Faustino. **Heráldica Medieval Española I**: la Casa Real de León y Castilla. Madrid: Hidalguia, 1982.

MITRE FERNÁNDES, Emilio. La Cristandad Medieval y las Formulaciones Fronterizas. In: MITRE FERNÁNDES, Emilio (et. al.). **Fronteras y fronterizos en la historia**. Valladolid: Instituto de Historia de Simancas – Universidad de Valladolid, 1997. p. 11-62.

MOCELIM, Adriana. **“Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da espanha”**: o Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. 2007. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOCELIM, Adriana. **“Segundo conta a estoria...” A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval**. 2013. 317 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MONSALVO ANTÓN, José Maria. **Atlas Histórico de la España Medieval**. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia. A estrutura de comandos dos castelos – as alcaidarias. In: MONTEIRO, João Gouveia. **Os castelos portugueses dos finais da Idade Média**: presença, perfil, conservação, vigilância e comando. Lisboa: Edições Colibri, 1999. p. 235-282.

MORENO, Humberto Baquero. **O Infante Dom Pedro**, Duque de Coimbra. Porto: Universidade Portucalense, 1997.

MORENO, Humberto Baquero. As relações de fronteira no século de Alcañices (1250-1350): o tratado de Alcañices. **Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval**, Porto, v. 15, n. 1, p. 641-653, 1998.

MOXÓ, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Cuadernos de Historia**, Madrid, n. 3, p. 1-210, anual. 1969.

NIETO SORIA, José Manuel. **Fundamentos ideológicos Del poder real en Castilla** (siglos XIII – XVI). Madri: Eudema, 1988.

NIETO SORIA, José Manuel. **Sancho IV** (1284 - 1295). Palencia: Ed. La Olmeda, 1994.

OLIVEIRA SERRANO, César. **Beatriz de Portugal**: la pugna dinástica Avís-Trastámara. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.

PAES FILHO, Flávio Ferreira. A Práxis Político-Administrativa nos Textos Legais dos Monarcas Portugueses (Séculos XIII-XIV). 2008. 369f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Porto, Porto.

PAES FILHO, Flávio Ferreira. **A práxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses** (séculos XIII - XIV). 2008. 369f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

PEREIRA, Armando de Sousa. O infante D. Fernando de Portugal, senhor de Serpa (1218-1246): história da vida e da morte de um cavaleiro andante. **Lusitania Sacra**, Lisboa, n. 10, p. 95-121, anual. 1998.

PESEZ, Jean-Marie. Castelo. In: Le GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. vol. 1. Bauru: EDUSC, 2006. p. 153-171.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. A nobreza portuguesa no período dionisino. Contextos e estratégias (1279 – 1325). **En la España Medieval**, Madrid, nº22, p. 61-176, 1999.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII. **Revista da Faculdade de Letras. História**. v. X, Porto, p. 91-101. 1993.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. **D. Dinis**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. De e para Portugal: a circulação de nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV). **Anuario De Estudios Medievales**, Madrid, n.40, v.2, p. 889-924. 2010.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. **Linhagens Medievais Portuguesas**: genealogias e estratégias (1279-1325). 1997. 1251 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

PRIETO LASA, José Ramón. La genealogía de los Haro en el Livro de linhagens del conde de Barcelos. **Anuario de Estudios Medievales**, Madrid, vol. 43, n. 2, p. 833-869, dezembro. 2013.

QUINTANILLA RASO, María Concepción; CARCELLER CERVIÑO, María Pilar. La construcción de la memoria de las grandes casas nobles en la corona de Castilla. El

marquesado de Priego y el ducado de Albuquerque. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 271-302.

RAU, Virgínia. **Itinerários régios medievais**: itinerário de Del-Rei D. Dinis. Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 1962.

ROBREAU, Yvonne. **L'honneur et la honte**: leur expression dans les romans en prose du Lancelot-Graal (XIIe-XIIIe siècles). Genebra: Librairie Droz, 1981.

RODRIGUEZ-PICAVEA, Enrique. The Frontier and Royal Power in Medieval Spain: A Developmental Hypothesis. **The Medieval History Journal**, London, v. 8, n. 2, p. 273-301, outubro. 2005.

ROSA, Maria de Lurdes. **O Morgadio em Portugal**, sécs. XIV - XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RÜSEN, Jörn. **O que é a meta-história?**, cap. I. Direção: Renato Lopes Leite. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3pqSQ97lgEE&>. Acesso em fevereiro de 2017.

SÁ, Ayres. **Frei Gonçalo Velho**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899.

SALAZAR ACHA, Jaime de. Precisiones y nuevos datos sobre el entorno familiar de Alfonso X el Sabio, fundador de Ciudad Real. **Cuadernos de estudios manchegos**, Ciudad Real, n. 20, p. 211-231, semestral. 1990.

SÁNCHEZ DE MORA, Antonio. **La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara** (ss. XI-XIII). 2003. 1282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Sevilla, Sevilla.

SÁNCHEZ DE MORA, Antonio. Nuño González de Lara, “el más poderoso omne que sennor quiese e más honrado de Espanna”. **Historia. Instituciones. Documentos**, Sevilla, n. 31, p. 631-643. 2004.

SANCHEZ-ARCILLA BERNAL, Jose. **Alfonso XI** (1312-1350). Palencia: Editorial la Olmeda, 1995.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de Sá. A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político. **A Cidade**: Revista Cultural de Portalegre, Portalegre, nº6, 1991. p. 19-45.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; VIANA, Mário. Rui Pais Bugalho, privado d’el-rei D. Dinis: origens familiares, património e carreira política. In: **Arqueologia do Estado**: I Jornadas sobre formas de organização e exercício de poderes na Europa Sul, séculos XIII-XVIII. Lisboa: História & Crítica, 1988. p. 447-455.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1975.

SCHIERA, Pierangelo. Sociedade por categorias. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Vol. II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1213-1217.

SEIXAS, Miguel Metelo; GALVÃO-TELLES, João Bernardo. Sousas Chichorros e Sousas de Arronches: um enigma heráldico. In: SEIXAS, Miguel Metelo; ROSA, Maria de Lurdes (Coord.). **Estudos de Heráldica Medieval**. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 411-445.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1978.

SOARES, J. E. Filgueiras. Notas para a solução de um problema de História da Arte. **Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris**, Lisboa, n. 20, p. 29-33, abril. 1962.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos. Los Pimentel y la construcción de una memoria linajística. In: DACOSTA, Arsenio. et al. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014. p. 175-200.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. A família. Estruturas de parentesco e casamento. In: SOUSA, B.V.(coord.). **História da Vida Privada em Portugal** – A Idade Média. Maia: Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 126-143.

SPIEGEL, Gabrielle Michele. The Cult of Saint Denis and Capetian Kingship. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 1, n. 20, p. 43-69, abril. 1975.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Vol. II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 933-942.

STRAYER, J.R. **As Origens Medievais do Estado Moderno**. Lisboa: Gradiva, 1969.

TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre. A heráldica medieval na Sé de Lisboa. **Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa**, Lisboa, v. 1, n. 88, p. 3-70.1982.

TORRES FONTES, Juan. El testamento del infante D. Manuel (1283). **Miscelánea Medieval Murciana**, Murcia, n. 7, p. 11-21. 1981. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/j5271>.

TORRES, Ruy d'Abreu. Anúduva. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985a. v.1, p. 161.

TORRES, Ruy d'Abreu. Infante. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985b. v.3, p. 319.

TORRES, Ruy d'Abreu. Tenens. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985c. v.6, p. 147.

TORRES, Ruy d'Abreu. Terras. IN: SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985d. v.6, p. 165.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: uma família “exemplar” (Portugal – século XV)**. 2016. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

VALDEAVELLANO, Luis García de. Infante. In: **Diccionario de Historia de España: desde sus orígenes hasta el fin del reinado de Alfonso XIII**. Vol. II. Madrid: Revista de Occidente, 1952. p. 43.

VALLE CURIESES, Rafael del. **María de Molina: el soberano ejercicio de la concordia (1260-1321)**. Madrid: Aldebaran Ediciones, 2000.

VENTURA, Leontina. A família: o léxico. In: SOUSA, B.V.(coord.). **História da Vida Privada em Portugal – A Idade Média**. Maia: Circulo de Leitores e Temas e Debates, 2011. p. 98-125.

VENTURA, Leontina. A fronteira luso-castelhana na Idade Média. **Revista da Faculdade de Letras. História**, Porto, v. 15, n. 1, p. 25-52, anual. 1998.

VENTURA, Leontina. A nobreza – da guerra à corte. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira. **Nova História de Portugal: Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325)**. v.3. Lisboa: Editora Presença, 1996. p. 206-224.

VENTURA, Leontina. **A nobreza de corte de Afonso III**. Coimbra: [s.n.], 1992.

VENTURA, Leontina. **D. Afonso III**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009.

VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha. As legitimações do reinado de D. Dinis. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 44, p. 237-256, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/33472>.

VILAR, H.V. O episcopado do tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). **Arquipélago - História**, Ponta Delgada, v. 5 p. 581-604, 2001.

VILAR, Hermínia Vasconcelos. **D. Afonso II**. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2008.

VITERBO, José Santa Rosa. **Elucidário das palavras**, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. Disponível em: <http://purl.pt/13944>.

WEBER, Max. **Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOOD, Charles. **The French apanages and the Capetian monarchy**. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

ZLATIC, Carlos Eduardo. **A política centralizadora de D. Dinis e a resistência nobiliárquica de D. Afonso e seus herdeiros (1271-1315)**. Curitiba: Editora CRV, 2013a.

ZLATIC, Carlos Eduardo. **As construções identitárias das fronteiras no medievo ibérico: rigidez e permeabilidade**. *História e Cultura*, Franca, v. 2, n. 3 (Especial), p. 485-499, semestral. 2013b.